

**Temas Conflituosos Relacionados à Expansão da Base Florestal Plantada e
Definição de Estratégias para Minimização dos Conflitos Identificados**

Programa Nacional de Florestas
Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Ministério do Meio Ambiente

Projeto MMA/FAO/TCP/BRA/2902

Relatório Final de Consultoria

Coordenação, Redação e Edição Final: Anna Fanzeres
Base de Dados e SIG: Renata Alves

Equipe de Apoio:
Aspectos Históricos - Célia Dias
Dados Amazônia Oriental - Marcelo Carneiro Sampaio
Dados Minas Gerais - Múcio Tosta Gonçalves
Dados Rio Grande do Sul - Claudia Job Schmitt e Leonardo Alonso Guimarães

Brasília, Março 2005

Antecedentes:

O Programa Nacional de Florestas (PNF), da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, foi criado pelo Decreto nº 3.420, de 20 de abril de 2000, e tem como finalidades: propor instrumentos e normas ambientais, promover, coordenar e integrar ações que assegurem o uso sustentável dos recursos florestais, a expansão da base florestal plantada, a recuperação de áreas alteradas, o apoio às populações tradicionais e indígenas, a criação de novas unidades de conservação, a educação, ciência e tecnologia florestal, os serviços ambientais das florestas, a assistência técnica e extensão florestal, o mercado e o comércio de produtos florestais, a difusão, capacitação e implantação de sistemas agroflorestais, o manejo florestal de uso múltiplo e o monitoramento de desmatamentos, queimadas e incêndios florestais predatórios.

Para atender estes objetivos, no período de 2004 a 2007, o PNF tem como uma de suas metas a expansão da base florestal plantada associada à recuperação de áreas degradadas por meio:

- Do plantio de 800 mil hectares em pequenas e médias propriedades até 2007;
- Do plantio de 1,2 milhão de hectares por meio de programas empresariais sustentáveis; e
- Da recuperação de 200 mil hectares degradados até 2007.

Todavia, as plantações de árvores no Brasil, especialmente aquelas formadas por monoculturas de espécies exóticas (ex. gêneros *Eucalyptus* e *Pinus*) vêm sendo objeto de severas críticas quanto à contribuição para o êxodo rural, formação de grandes latifúndios, redução da biodiversidade e deterioração de mananciais de água. Estas críticas surgiram a partir de situações e relações conflituosas que vêm ocorrendo, por décadas, entre aqueles responsáveis pela implantação e utilização destes plantios de um lado e do outro os moradores das áreas ocupadas e diversas entidades representantes dos interesses da sociedade civil (ex. grupos ambientalistas, sindicatos de trabalhadores rurais, organizações religiosas, etc.). Conseqüentemente a polarização de disputas em relação à este tema é muito grande.

Assim, para que o PNF possa atuar na expansão da base florestal industrial do País e também utilizar estes plantios para a recuperação de áreas degradadas, antes de tudo, tem que serem estabelecidos canais de diálogo entre as diversas partes interessadas e resolução dos conflitos existentes. Para isto, a Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas (CONAFLO) demandou a elaboração de um diagnóstico atualizado das frentes de conflito existentes, o histórico destes processos, os atores (i.e., instituições e indivíduos) envolvidos e quais mecanismos financeiros e políticos têm influência sobre este cenário.

Inicialmente, o Diretor do Programa Nacional de Florestas, Sr. Tasso Rezende de Azevedo, por meio de publicação de edital de consultoria, havia selecionado o Prof. José Drumond do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, para elaboração deste estudo. Todavia, devido à impedimentos pessoais, o Prof. Drumond não pode realizar o estudo em pauta, tendo então o Diretor do PNF requisitado à coordenadora desta equipe que assumisse o compromisso. Porém, os prazos inicialmente estabelecidos para entrega deste estudo não puderam ser estendidos e assim sendo, a exigüidade de tempo demandou um exercício de mobilização de vários atores que detêm conhecimento sobre este assunto para a coleta de dados e a cooperação, mais que compreensiva e prestativa, de um outro grande número de pessoas em repassar contatos e informações. Aqueles que diretamente colaboraram na elaboração deste estudo estão listados na capa deste relatório e os demais, para não cometer omissões, faço um agradecimento geral.

Introdução:

Este diagnóstico sobre os conflitos existentes em relação aos monocultivos de árvores consta dos seguintes componentes:

- (i) Um relatório descritivo dos conflitos sócio-ambientais relacionados a plantios florestais no Brasil, caracterizando-se o histórico destes conflitos; quais são as grandes linhas de problemas; onde ocorreu e ainda está acontecendo; os atores e grupos de interesses envolvidos; mecanismos de resolução existentes e potenciais; e recomendações sobre os próximos passos para o PNF e demais partes interessadas.
- (ii) Uma base de dados derivada do IBGE, no nível de micro-regiões de todo território nacional, contendo os principais usos aos quais se destinam as plantações de árvores no Brasil; outra base de dados, no nível municipal, por Unidades Federativas, com informações sobre existência ou não de conflitos; tipos de conflitos; atores ou partes interessadas; mecanismos de resolução de conflito, fomento e crédito.

Todavia, conforme explicado na seção anterior, a exigüidade de tempo para a condução deste estudo delimitou o universo de consultas aos diversos atores envolvidos com esta temática, bem como às visitas aos locais onde ocorrem conflitos em relação à plantações de árvores. Assim, este diagnóstico é aqui apresentado como um primeiro mapeamento, ou seja, o dimensionamento da problemática em foco. Este documento passa a ser, então, um guia para o aprofundamento das informações e detalhamento das questões mencionadas, bem como identificação de outros aspectos que porventura tenham sido omitidos ou que não tenha sido possível obter dados sobre os mesmos.

Além do mais, na perspectiva da construção de mecanismos para a resolução de conflitos sócio-ambientais, é fundamental que se estabeleça um processo participativo de identificação dos problemas e proposição de alternativas. Este exercício de consulta democrática e fortalecimento da cidadania só irá legitimar a proposição do PNF de busca de resolução dos conflitos existentes. E aqui cabe a primeira observação, de que a despeito do título desta consultoria declarar a busca pela “minimização” de conflitos, tal estratégia não deve interessar à nenhuma das partes envolvidas porque a experiência histórica neste tema demonstra que a adoção de medidas paliativas só leva ao recrudescimento futuro dos problemas e normalmente de maneira ainda mais polarizada e emocional do que no cenário presente.

Porém, o processo de elaboração deste diagnóstico revelou a percepção de muitos atores da necessidade e vontade de participação na elaboração de estratégias conjuntas de interlocução e resolução das pendências existentes. Assim, as recomendações apresentadas ao fim deste relatório descrevem potenciais estratégias a serem adotadas para a construção de mecanismos conjuntos. Estes novos caminhos a serem trilhados têm como vertente as diretrizes do debate de justiça ambiental onde se parte do reconhecimento dos problemas e direitos dos envolvidos e em fóruns neutros de intermediação se discutem informações técnicas confiáveis e atualizadas, se faz o intercâmbio de experiências no Brasil e no mundo e se permite para todas as partes envolvidas igualdade de inserção política e no processo de tomada de decisão. A busca de um modelo de desenvolvimento sustentável na essência de seus preceitos, isto é inclusivo, é a ansiedade de todos.

Histórico:

A origem dos monocultivos florestais no Brasil, ou como é considerada, a própria origem da silvicultura brasileira, estão, quase sempre, associados a espécies exóticas, principalmente gêneros de Eucalipto e Pinus. Mas a história se iniciou mesmo com o Eucalipto. Apesar de controvérsias quanto

às datas corretas, a chegada oficial das primeiras sementes de Eucalipto ao Brasil ocorreu, de acordo com vários pesquisadores, em 1872, no Jardim Botânico no Rio de Janeiro, via Jardim de Aclimação de Paris. Há suspeitas ainda que, pelo sul do país, via o Uruguai, onde já se faziam plantios em praças e marginando ruas, tenham aportado no Brasil sementes obtidas diretamente da Austrália, trazidas por um Capitão de Fragata, diretor do Laboratório Pyrotécnico, na fábrica de cartuchos da Marinha, no bairro de Realengo, no antigo estado da Guanabara (atual Rio de Janeiro).

Mas, os monocultivos de Eucalipto no Brasil se iniciam somente na primeira metade do século XX no estado de São Paulo, quando foi introduzido como cultura comercial por Edmundo Navarro de Andrade, Diretor do Serviço Florestal da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Navarro se dedicou à experimentação florestal por muitos anos, testando diferentes espécies de Eucalipto e outras espécies para fins comerciais. Fez inúmeras viagens de pesquisas aos Estados Unidos e Austrália, publicando o Manual do Plantador de Eucalyptos, em 1909, a primeira edição se esgota rapidamente, sendo reeditado em 1911. Neste Manual Navarro descreve seus resultados de pesquisas e atesta as inúmeras vantagens da espécie para fins comerciais.

Inicialmente a produção de Eucalipto em São Paulo se destinava a suprir a demanda de combustível e dormentes para as locomotivas e trilhos da Companhia Paulista. Esta foi a estratégia adotada pela empresa para rebater as críticas aos desmatamentos originários da implantação e expansão de ferrovias. Além do mais, pressionada por setores conservacionistas, a Companhia Paulista criou um Serviço Florestal em 1903, com a intenção de produzir madeiras para suprir suas demandas e se encarrega de distribuir sementes de eucalyptos para os fazendeiros da região.

Estatísticas de 1923 mostram que a Cia. Paulista, até então, havia implantado cerca de 8,5 mil hectares com Eucalipto em oito hortos florestais. E segundo dados de Navarro, nos anos 60, o Brasil atingiu a marca dos 560 mil hectares reflorestados, sendo 80%, cerca de 450 mil hectares situados no estado de São Paulo. A expansão dos plantios de Eucalipto no Brasil, até atingir a atual área plantada de cerca de três milhões de hectares ocorreu a partir do início da década de 70, com o estabelecimento de incentivos fiscais específico para o setor florestal, como o mais conhecido e amplamente citado Fiset – Fundo de Incentivos Setoriais (Decreto Lei no. 1.376) destinado aos empreendimentos de reflorestamento, pesca e turismo.

Em relação ao surgimento de conflitos em relação ao monocultivo de espécies de árvores de rápido crescimento, historicamente as disputas eram mais de cunho político. Do ponto de vista ambiental, na época da introdução e aclimação do Eucalipto, se destacava as múltiplas vantagens da espécie quando comparada com algumas outras nativas. Além do rápido crescimento e das extraordinárias dimensões - vantagens mais apreciadas em 1872, também se apontava a qualidade da madeira, rija, compacta e resistente com peso específico superior à Teca (*Tectona grandis*), que possibilitava distintos usos da matéria-prima. A única desvantagem conhecida da espécie era a alta necessidade hídrica da planta, impossibilitando o plantio em regiões consideradas secas.

Esta perspectiva, majoritariamente positiva, complementa a percepção histórica dos impactos sociais, já que, na época, as características ecológicas do Eucalipto, na verdade, foram apontadas como importantes na recuperação de áreas degradadas, principalmente, pela extração de madeiras para uso doméstico e pela agricultura predatória. Alguns agricultores sugeriam, então, a intervenção do estado no reflorestamento com esta espécie pelo seu rápido crescimento, em locais desmatados, principalmente em beira de estradas. Não podemos esquecer que neste período estava em curso o reflorestamento da Tijuca, experiência pioneira e de sucesso, que utilizou amplamente o Eucalipto no estabelecimento inicial dos povoamentos. O Eucalipto se apresentava como cultura rentável, e o

"agricultor inteligente" poderia auferir bons lucros com o plantio da nova cultura, além do benefício de poupar as florestas nativas.

Todavia, havia disputas entre os defensores de plantios em larga escala e sem nenhuma política de fiscalização (os agrônomos silvicultores de mentalidade produtivistas) e os defensores de uma legislação que regulasse o setor florestal no país (os agrônomos silvicultores de mentalidade conservacionistas). Neste debate podemos destacar, como pólos opostos, Edmundo Navarro de Andrade, em São Paulo, e Paulo Souza Ferreira, diretor do Serviço Florestal no Rio de Janeiro. E a existência de interesses conflitante ficou claro principalmente em torno da promulgação do primeiro Código Florestal em 1934.

Para Navarro, a futura legislação poderia se tornar um empecilho real a expansão florestal, principalmente no estado de São Paulo. Navarro argumentava que: "um Código lembra leis, posturas e estas só servem para cercear, restringir a liberdade, sendo, no caso presente, talvez um atentado ao direito de propriedade" (Navarro, 1912). Já Paulo Souza argumentava que o estado deveria formular políticas claras e eficazes para o setor, promulgando um Código Florestal, fiscalizando as iniciativas de particulares (Sousa, 19...) principalmente investindo na formação de profissionais capacitados a enfrentar os grandes desafios do setor florestal no Brasil, e para isso propõe a criação de cursos de formação de Engenharia florestal (Sousa, 1948). A ausência de políticas públicas ativas de proteção das florestas nativas e a recuperação das áreas desmatadas era papel do estado, que estava a reboque das ações do setor privado interessado somente no aumento das taxas de lucros sem nenhum compromisso social de recuperação e conservação de matas nativas.

Em relação aos monocultivos de *Pinus*, estes ocorreram mais tarde na história do Brasil, também estimulados pelo incentivo fiscal do Fiset, mas os antecedentes à estas plantações foram um pouco distintos, ainda que igualmente originários na depreciação dos estoques naturais do País. Até a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o mercado de coníferas no Brasil era suprido pela importação, principalmente, de Pinho-de-Riga (*Pinus Sylvestris*). Neste período, as importações foram suspensas e iniciaram as exportações brasileiras do pinho nacional (*Araucaria angustifolia*) para a Alemanha e Grã-Bretanha. Coincidentemente, nesta época, o governo brasileiro firmou um acordo com empresas dos Estados Unidos e do Reino Unido que à medida que estas construíssem novas estradas de ferro através do planalto sul brasileiro, também abrindo terras para novos imigrantes europeus, poderiam explorar a floresta nativa livremente. Foi o momento de multiplicação de serrarias e solidificação do setor exportador de madeiras como atividade econômica regional.

Com o início da Segunda Grande Guerra (1941-1945) este mercado foi interrompido, mas a exploração desregulada já começava a preocupar vários segmentos ligados ao setor. Em 1941, o antigo Instituto do Pinho deu origem ao Instituto Nacional do Pinho (Decreto Lei no. 3124) para tentar dimensionar o trabalho das serrarias no Sul do país e a exploração da araucária. De natureza paraestatal e sob a jurisdição do Ministério do Trabalho, o INP representava os interesses dos produtores, industriais e exportadores de pinho e de outras madeiras. A primeira tarefa do Instituto era de conduzir um levantamento dos estoques de madeiras e da capacidade de produção do setor nos estados do Sul. O objetivo desta intervenção estatal era de limitar as extrações de madeiras e diminuir os desperdícios produzidos pela super produção. Desta forma, esperava-se que as reservas de florestas nativas de Araucária estariam sendo poupadas para um futuro aquecimento do mercado. Entretanto, esta iniciativa chegou tarde demais e enormes danos já haviam sido feitos à essas matas naturais.

As políticas para o Setor Florestal, até os anos 60, são pontuais e se destinam a resolver problemas imediatos. Porém algumas reivindicações do século XIX serão finalmente postas em

prática. Nas primeiras décadas do século XX alguns estados criam serviços Florestais (ou regulamentam os já existentes, como no caso de São Paulo) ligados às Secretarias de Agricultura. Os Serviços Florestais buscaram atender demandas internas, especialmente do setor madeireiro, e atenuar as críticas feitas pelos setores conservacionistas aos desmatamentos produzidos pela extração desordenada de madeiras em Reservas Florestais e também à expansão de monoculturas florestais sem políticas claras de ordenamento territorial. A promulgação do primeiro Código Florestal em 1934 tenta atender estas demandas, pautando regras claras no tocante ao uso dos recursos naturais e ao estabelecimento de monocultivos florestais. Porém, como o Setor Florestal funcionou, até a primeira metade do século XX, tendo como fonte de matéria-prima os recursos florestais nativos, mesmo com a entrada em vigor do Código de 34, a pressão sobre estes recursos continuou intensa. A exploração das matas nativas de Araucária no sul do País atesta este fato.

A partir da década de 70, com o início dos anos do “Milagre Brasileiro” de crescimento econômico, muda o cenário de políticas públicas para o Setor Florestal. Para atender as demandas, tanto de segmentos empresariais consumidores da matéria-prima florestal, como de setores preocupados com a diminuição da cobertura florestal nativa, o governo promulgou um novo Código Florestal (Lei 4.771) em 1965, criou o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) em 1967 e criou a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) que difundiu, em muitas regiões do Brasil, a cultura do Eucalipto e do Pinus como meios de ganhos econômicos rápidos.

Em 1974, como apresentado anteriormente, foram criados ou reformulados mecanismos tributários (os incentivos fiscais) específicos para o setor florestal. O mecanismo que mais privilegiou o setor, neste período, foi o Fiset, estabelecido em 1974 e suspenso em 1986. Os empréstimos de longo prazo deste Fundo, à custos reduzidos, se tornaram, rapidamente, o principal instrumento de atendimento de demandas por recursos financeiros do setor empresarial ligado a produção madeireira. E também deve ser ressaltado o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) que garantiu vultuosas somas de recursos financeiros ao setor florestal. Segundo dados do próprio BNDE, até 1994, só para o setor de celulose e papel foram liberados US\$ 7.7 milhões, representando cerca de 6% do total aplicado em todo o setor industrial brasileiro para o mesmo período.

O segmento de celulose e papel, sem dúvida, foi o grande alavancador do setor de plantações de árvores no Brasil, e presentemente, como será apresentado adiante, continua a ser uma das maiores forças motrizes na implantação e expansão da base de plantações de árvores. As primeiras fábricas de papel no Brasil surgiram na metade do século XIX e vieram associadas com a expansão da economia cafeeira. Com o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek, a ampliação da capacidade instalada do País para produção de celulose estava associada à perspectiva da integração gradativa desta indústria com a de papel, que se encontrava já consolidada no mercado. A busca da auto-suficiência em matérias-primas levou à consolidação do eucalipto como principal fonte de fibras. Neste período o segmento de celulose e papel recebeu fortes estímulos financeiros por parte de mecanismos governamentais para produzir em larga escala visando, além do suprimento do mercado interno, o mercado exterior. Assim, devida à iminência da escassez de madeira nas regiões Sul e Sudeste, nas quais encontravam-se os principais empreendimentos industriais, inicia-se o reflorestamento de outras regiões objetivando garantir o fornecimento de matéria-prima para as grandes indústrias de celulose e papel.

No governo do General Ernesto Geisel (1974-1978) surge o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) e, alguns meses após foi proposto o Plano Nacional de Papel e Celulose (PNPC), que reproduzia os objetivos específicos já pregados por JK de tornar o Brasil auto-suficiente na produção de papel e, além de garantir o suprimento do mercado interno de celulose, gerar

excedentes em escala para exportação. Para tornar exequível, o Plano pretendia reflorestar uma área de 4 milhões de hectares. Visando a racionalização do processo e evitando a dispersão dos recursos da área florestal, foram criados os “Distritos Florestais”, e, até 1979, seriam implantados 12 distritos de um total programado de 30. Este Programa se constituiu em mais uma iniciativa para atender as demandas do setor florestal na procura por recursos de longo prazo e a custos reduzidos. Um primeiro grupo de 20 projetos, financiados com recursos dos incentivos fiscais, foi implantado nos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, no Sul da Bahia, áreas de São Paulo e da região sul do País. Os 10 projetos restantes seriam localizados no Norte e Nordeste do país.

A partir daquele momento, começa a se delinear uma série de conflitos e disputas, presentemente denominados de caráter sócio-ambientais. Porém, até o retorno e solidificação das liberdades políticas no Brasil, iniciado em 1985, as disputas eram mantidas em um caráter local e isolado. A memória dos que vivenciaram estes momentos reconstrói as ações das empresas ou de seus intermediários como revestidas de violência moral ou física, tendo até gerado a morte de muitos. As disputas hoje denominadas sociais eram basicamente pela apropriação da terra à custo zero ou preços simbólicos. Etnias indígenas e quilombolas, até mais desempoderadas que os trabalhadores rurais que também ocupavam estas terras sem títulos de posse, foram igualmente expulsas ou cercadas por vastas extensões de plantios de árvores. Em seguida começaram os problemas ambientais devido ao desmatamento para substituição da floresta nativa, inapropriada para os fins industriais almejados; e a utilização de produtos químicos para o combate de formigas e outros males atacando os monocultivos de árvores. Os impactos em relação aos recursos hídricos, que bem demonstram a combinação sócio-ambiental ao prejudicarem a sobrevivência humana e da biodiversidade nativa, na verdade, só surgiram uns tempos depois da implantação destes plantios. E presentemente é um dos temas de maior importância a ser debatido e resolvido em relação à vastas plantações de árvores.

Mesmo com os privilégios, concedidos às empresas produtoras e consumidoras de produtos florestais, sendo progressivamente extintos, a partir da segunda metade dos anos 80, o Setor Florestal ainda buscou meios para garantir sua expansão. A nova estratégia veio por meio de programas de reflorestamento em pequenas e médias propriedades agropecuárias. As "fazendas florestais" integravam a terra e o trabalho de agricultores tradicionais às necessidades das empresas consumidoras. A promoção do fomento florestal como passou a ser denominado presentemente é o mecanismo preferencial para ampliação da base florestal para o abastecimento de matéria-prima em empreendimentos dos segmentos madeireiro, de papel, celulose e energético. Adiante serão apresentados detalhes sobre estas iniciativas em cada uma das regiões de enfoque deste diagnóstico.

Identificação das áreas com plantações de árvores:

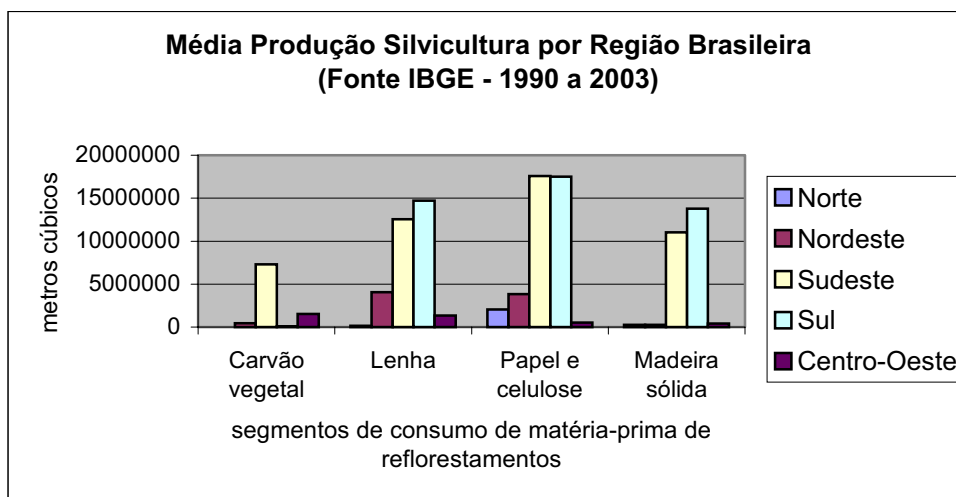
A localização dos plantios de árvores existentes no Brasil é o primeiro passo no entendimento da base florestal plantada para que se possa estabelecer o contexto de inserção desta atividade nas diferentes regiões ecológicas, culturais e sócio-econômicas do País. Porém, como não existe nenhum inventário nacional de plantações, o levantamento desta informação teve que ser baseado na única fonte de dados de caráter abrangente para o território brasileiro.

Assim, por meio de consulta à base de dados do IBGE, do Censo Agropecuário de 1996 e Levantamentos da Silvicultura de 1990 a 2003 estabeleceu-se onde no território brasileiro ocorrem plantações de árvores. Infelizmente, os dados disponibilizados pelo IBGE somente enfocam no volume e valor da produção silvicultural, informação limitada para as reais necessidades deste Diagnóstico. Apesar disso, diante da falta de opções, tomou-se como premissa que se, nos municípios

listados, havia produção decorrente de plantações de árvores, conseqüentemente naquelas unidades administrativas existiriam plantações.

Então, utilizando-se esta informação disponível, foi reorganizada uma base de dados, e produzido um mapa, com todas as micro-regiões (i.e., grupo de municípios) onde ocorrem plantações de árvores no Brasil. A opção por organizar esta informação em um nível hierárquico acima do de município ocorreu para fins de melhor visualização dos dados. E esta fonte de dados do IBGE permitiu ainda a identificação dos principais grupos de finalidades de uso destas plantações, a saber: Lenha, Carvão, Madeira para celulose e papel, Madeira para outras finalidades, Extração de Tanino (Acácia Negra) e Extração de Resina (*Pinus spp.*). O mapa gerado a partir desta base de dados se encontra no Anexo I e a base de dados em arquivos *.xls (Excel) e shapefile (i.e., Arcview) no cdrom deste Diagnóstico.

Mesmo em face destas limitações descritas acima, esta base de dados serviu como ponto de partida para algumas análises e inferências sobre que setores produtivos têm relação direta ou indireta com estas plantações. No gráfico, a seguir, produzido da compilação dos dados do IBGE por região, para aqueles segmentos que poderiam ser comparados com valores na mesma unidade de metro cúbico (i.e., carvão¹, lenha, celulose & papel, e madeira sólida). Os valores encontrados demonstram que o segmento de celulose & papel, seguido pelo de lenha e madeira sólida, foi o que apresentou maior volume de produção de matéria-prima oriunda de reflorestamentos. Adiante, estas informações serão comparadas com o consumo de matéria-prima de reflorestamentos para melhor entendimento da contribuição de cada um destes segmentos em relação à base florestal plantada.

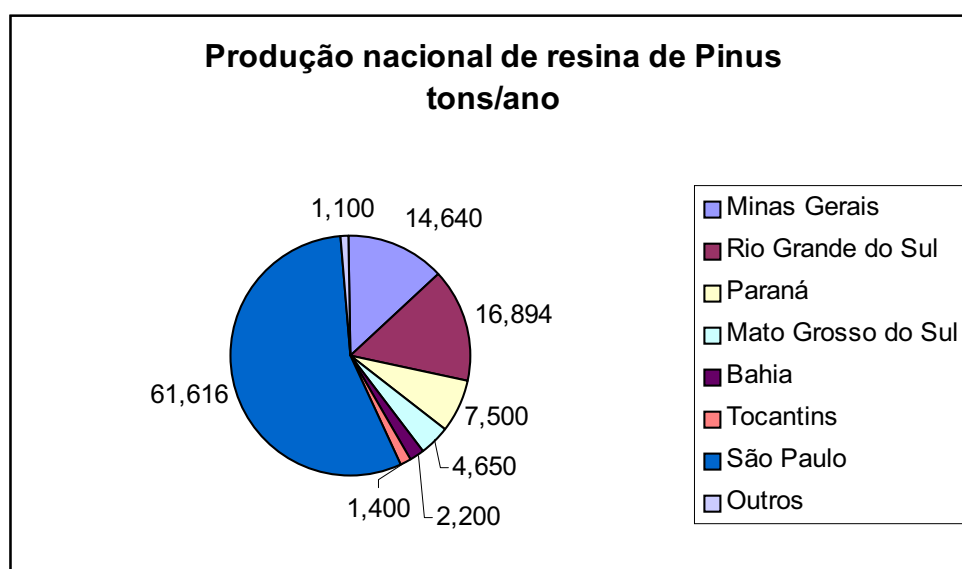


Um outro segmento que está listado na base de dados do IBGE é o de extração de resina de *Pinus*. Esta atividade se iniciou no Brasil na década de 70 e em 1989 o País passou de importador à exportador, e em 2002 já tinha atingido a posição de segundo maior produtor mundial desta matéria-prima, com aproximadamente 90 mil ton/ano (US\$ 25 milhões/ano), atrás apenas da China com uma produção anual de 400 mil toneladas e detentora de 60% do mercado mundial. Cerca de 80% da produção nacional advêm de plantações de *Pinus elliotti* e o restante da resinagem de *Araucaria angustifolia*.

¹ Os dados originais são em toneladas, mas foram convertidos para m³ utilizando-se a taxa de conversão de 1m³=250 kg carvão vegetal (Indicadores Técnicos do Fundo Florestar de São Paulo - www.floresta.org.br).

O setor dos produtos resinosos no Brasil, como um todo, é formado por cinco tipos de empresas: 1) Empresas proprietárias florestais ou entidades florestais que arrendam suas florestas; 2) Empresas de resinagem; 3) Empresas de produção de breu e terebintina; 4) Empresas de produção de derivados de breu ou de terebintina; e 5) Empresas que comercializam produtos resinosos.

As empresas do segmento de resinas, ligadas à base florestal plantada, de acordo com a ARESB (Associação de Resinadores do Brasil)², na safra de 1999 eram em número de 54 produtores de goma-resina. As plantações, utilizadas para a produção de resina, são áreas próprias ou arrendadas (normalmente por períodos de três anos). Neste segundo grupo estão grandes empresas do ramo de celulose & papel, produtos de madeira sólida ou lenha e carvão, além de algumas áreas públicas estaduais e federais³. E destes produtores, cerca de 60% das áreas está no estado de São Paulo, 20% no estado do Paraná, 8 % em Minas Gerais e 5% no Rio Grande do Sul (ver gráfico a seguir).



Quanto à produção de resina de Pinus, apesar da concentração da maior parte da produção nacional ser em São Paulo, este estado não é o maior detentor de áreas plantadas com este gênero, como será mostrado adiante. E o acesso à áreas de plantações para a extração de resina é considerado por 91% dos produtores como um dos grandes problemas que afetam o setor⁴. A ARESB quando contatada para este Diagnóstico declarou que o segmento tem necessidade de 40.000 ha de novas áreas para assegurar a demanda produtiva.

Por esta situação vivenciada pelo segmento de resinagem, pode-se perceber a importância de caracterização da demanda e pressão exercida por cada segmento produtivo sobre a base florestal plantada. Assim, a finalidade de uso dos plantios é mais uma variável na análise necessária à este Diagnóstico.

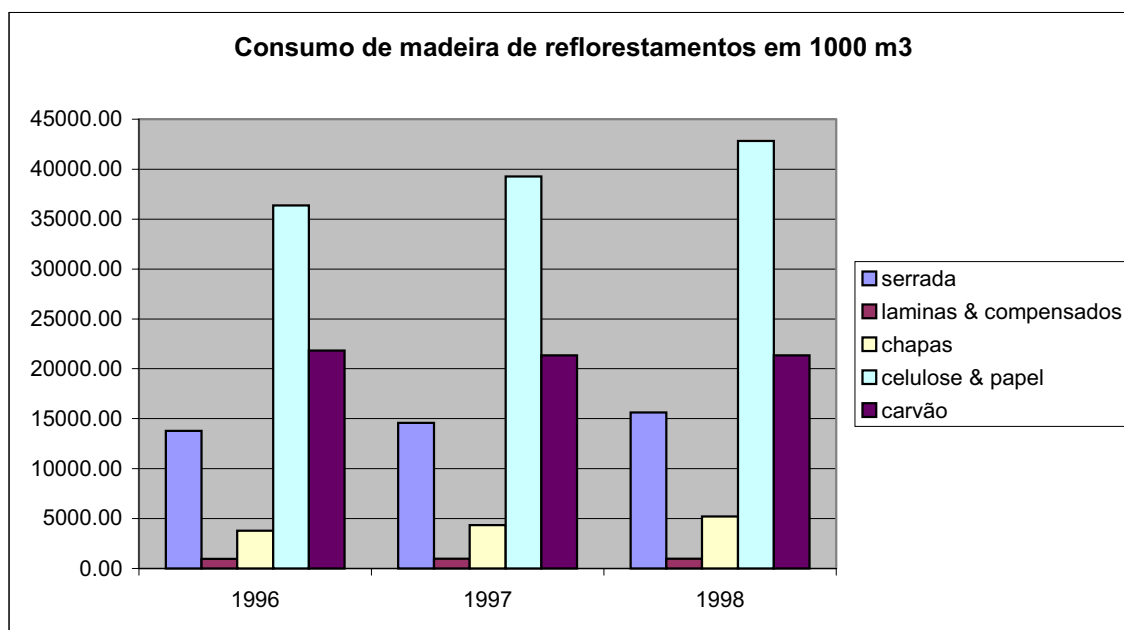
² www.aresb.com.br

³ Empresas brasileiras que arrendam suas florestas para resinagem: Alcatex, Banestado Reflorestadora, Duraflora, Eucatex Florestal, Fazenda Santa Andréa, Fundação Consumo Produtos Florestais do Estado de São Paulo, IBAMA, ORSA Celulose e Papel S.A. (fonte: Ferreira, J.P.R.J. 2001. Análise da cadeia produtiva e estrutura de custos do setor brasileiro de produtos resinosos. Tese Mestrado. USP/ESALQ).

⁴ Ferreira, J.P.R.J. 2001.

Então, analisando-se os dados do IBGE sob esta ótica, surgiu o questionamento se o segmento de celulose & papel, que se caracteriza como o maior produtor de matéria-prima oriunda de plantações de árvores, também seria o maior consumidor de madeira de reflorestamentos. Esta perspectiva é esperada uma vez que este segmento depende exclusivamente de matéria-prima de reflorestamentos. Mas, como as estatísticas oficiais não abrangem informações sobre consumo, foi feita uma busca em vários *websites* – alguns pertencentes à associações representativas dos diferentes segmentos, e outros genéricos contendo informações ambientais ou econômicas relacionadas ao setor florestal.

Várias informações foram encontradas, contudo, deve ser feita a ressalva que nestas fontes, os dados são, muitas vezes, conflitantes e nem sempre representam uma série histórica completa e atualizada para todos os segmentos do setor florestal. Conseqüentemente, o gráfico abaixo só contempla a sequência de dados entre 1996-1998, período com informações disponíveis para todos os segmentos. Este *snapshot* comparativo, todavia, confirma que o segmento de celulose & papel, ao menos neste curto período, consumiu um volume maior e também crescente de madeira de reflorestamentos.



Fonte: websites da ABRAF, AMS, BRACELPA e Ambiente Brasil.

Esta informação é corroborada por dados disponibilizados pela Sociedade Brasileira de Silvicultura (SBS)⁵ sobre o consumo de madeira plantada por segmento no ano de 2003, como mostra a tabela a seguir:

⁵ www.sbs.org.br

Consumo de Madeira Plantada por Segmento - Brasil 2003	
Segmento	Consumo (m ³)
Celulose	46 milhões
Siderurgia	42 milhões
Produtos Sólidos	20 milhões
Painéis Reconstituídos	7 milhões
Fonte: SBS	

Então, diante do fato que o segmento de celulose & papel é o que consome maior volume de madeira de reflorestamentos, o próximo questionamento é se este nível de consumo também está gerando maior pressão para expansão da base florestal plantada. Para se responder à esta questão procedeu-se à análise dos antecedentes e perspectivas de investimentos neste segmento.

O segmento celulósico papeleiro, atualmente, é composto por 255 industriais dentre as quais 25 delas possuem base florestal com reflorestamentos. Estas empresas com bases florestais estão distribuídas por 11 estados e abrangem aproximadamente 365 municípios. E é importante esclarecer que este segmento, especialmente nos Países mais desenvolvidos, é altamente integrado, sendo que a maioria das unidades produtoras de celulose também produz papel, e em média, só 23% da celulose produzida mundialmente compõe a chamada celulose de mercado. No Brasil, no entanto, o enfoque tem sido em atender a demanda mundial de celulose de mercado e cerca de 52% da produção nacional é exportada.

Do ponto de vista histórico, como mencionado anteriormente, o segmento de celulose & papel vem sendo objeto de políticas públicas específicas desde o fim da década de 60. Analistas do setor declaram que o Banco Nacional de Desenvolvimento (primeiro BNDE e depois BNDES) não se restringiu ao papel de agente financiador, mas foi também planejador e indutor de investimentos, principalmente nas décadas de 60 e 70⁶. Já outra autora relembra que esta interferência estruturante no segmento de celulose e papel, na verdade, foi iniciada ainda na segunda metade da década de 50, mas somente acelerada a partir da política de incentivos fiscais de 1966 (Lei 5.106). O Fiset permitia a dedução de Imposto de Renda para investimentos em projetos de reflorestamento aprovados pelo, então, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), o que propiciou a expansão dos maciços de plantações de árvores especialmente com Eucalipto e Pinus⁷. A estes incentivos também são atribuídos, no mesmo período, o desmatamento de 26,6 milhões de hectares de florestas nativas⁸.

Em seguida, em 1968, o BNDE - já acrescido do componente social, portanto, BNDES, estabeleceu níveis mínimos de escala de produção para projetos que desejassem apoio financeiro. Em 1972, o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) fixou novos níveis mínimos para a escala de produção, em 1.000 toneladas/dia de celulose de fibra curta (i.e., Eucalipto). Estes critérios acabaram adotados também pelo BNDES como condicionantes de financiamento. E mesmo que as empresas

⁶ Juvenal, T. L. and R. L. G. Mattos (2003). O setor de papel e celulose. Rio de Janeiro, BNDES: 21 pp.

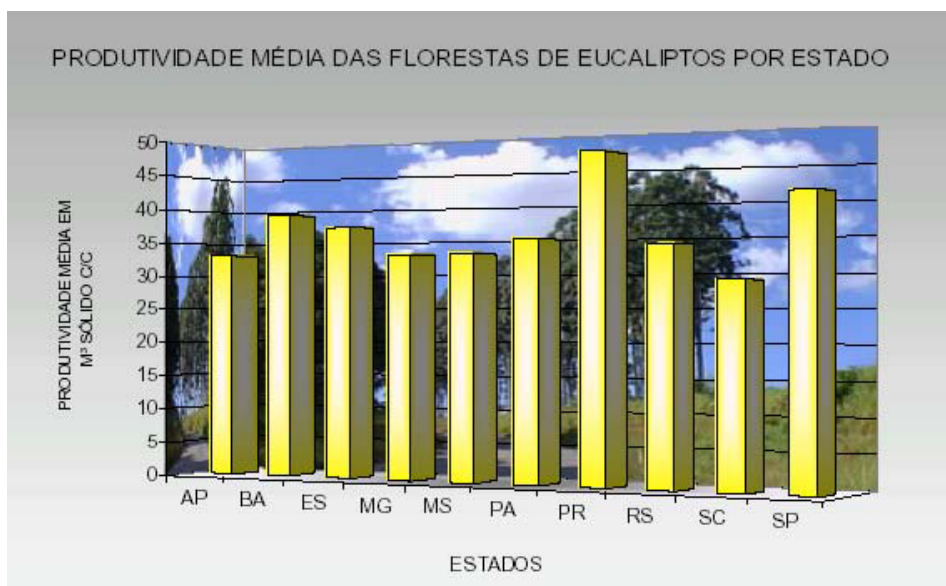
⁷ ZAEYEN, A. Estrutura e desempenho do setor de celulose e papel no Brasil. Tese de mestrado. Rio de Janeiro, IEI/UFRJ, 1986.

⁸ Silva, J. d. A. (1996). Análise Quali-Quantitativa da Extração e do Manejo dos Recursos Florestais da Amazônia Brasileira: Uma abordagem geral e localizada (Floresta Estadual do Antimari - AC). Departamento e Engenharia Florestal, Setor de Ciências Agrárias. Curitiba, Paraná, Brasil, Universidade Federal do Paraná: 547 pp.

atingissem estes patamares em etapas, deveriam comprovar que detinham o suprimento de madeira necessária ao processo produtivo.

Estas medidas resultaram no aumento expressivo da produção brasileira de celulose e papel e no início das exportações. Até 1973, 60% da produção nacional era controlada por pequenas empresas, muitas vezes com estruturas familiares. Estes tempos estavam ultrapassados e estava lançada a era das mega-indústrias com escalas de produção nunca menor que 500 mil toneladas de celulose/ano, mas ainda continuamente expandindo, em todos os momentos que a conjuntura do mercado externo é propícia⁹. Quando em 1955, foi concedido o primeiro financiamento pelo BNDES¹⁰, a produção nacional de celulose era de 73 mil toneladas e a de papel de 346 mil toneladas. Em 2002, quase meio século depois, a produção brasileira alcançou a marca de 8 milhões de toneladas de celulose e 7,7 milhões de toneladas de papel.

O BNDES também foi instrumental durante este processo, principalmente após a extinção do Fiset, quando passou a apoiar a planta de processamento e as plantações necessárias ao funcionamento destas grandes indústrias. E o Primeiro Programa Nacional de Papel e Celulose (I PNPC) foi elaborado com apoio do BNDES e resultou, entre outras ações, no impulso à pesquisa tecnológica na área de plantios. Esta estratégia levou o Brasil a alcançar a maior produtividade florestal do mundo, com plantios de Eucalipto crescendo em média 36,8 m³/ha/ano e os de Pinus em média 29,5 m³/ha/ano. Mas, é importante ressaltar que em alguns estados brasileiros as condições edafo-climáticas permitem níveis de produtividade ainda mais altos (ver figuras a seguir) o que torna estes locais o foco atual para expansões da base florestal plantada por este segmento.



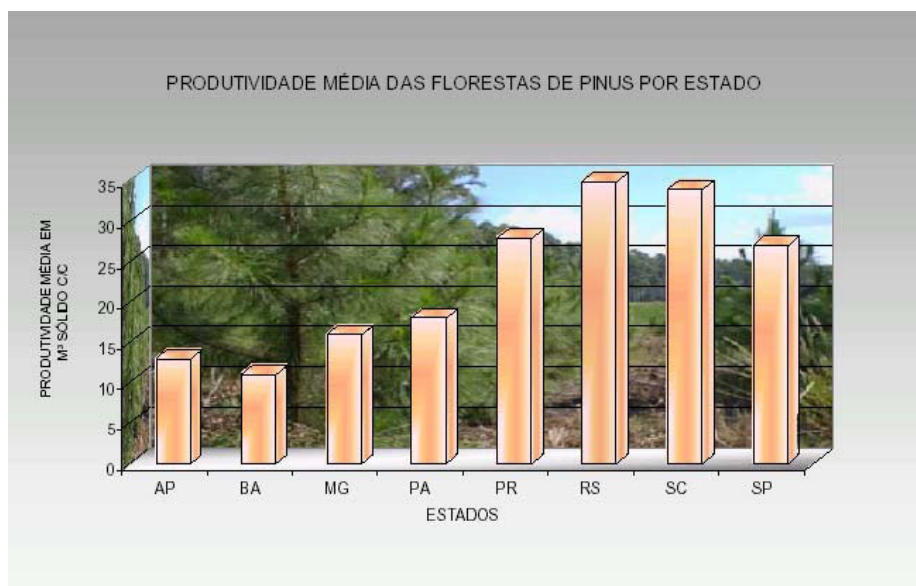
Fonte: BRACELPA (Associação Brasileira de Celulose e Papel) ¹¹

Relatório Estatístico Florestal 2003.

⁹ A Aracruz Celulose em três fábricas contíguas no Espírito Santo já produz dois milhões de toneladas/ano de celulose branqueada de Eucalipto e a Veracel já inicia

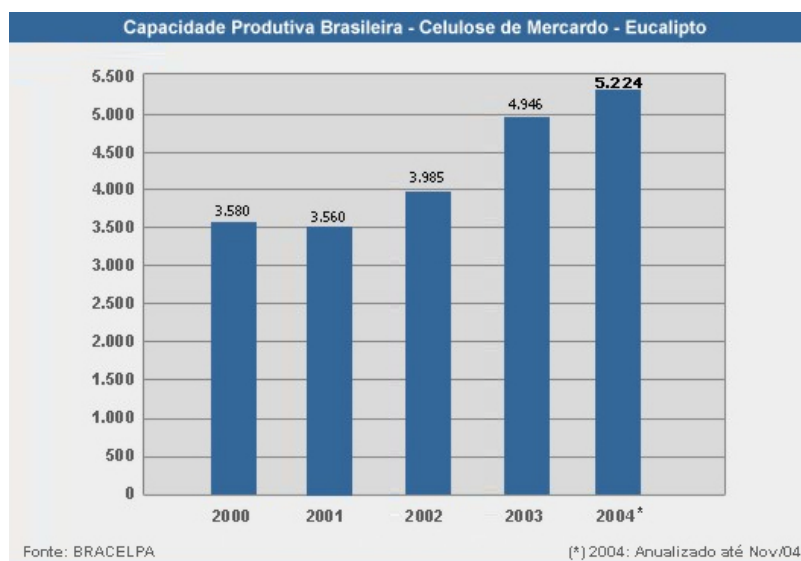
¹⁰ E este financiamento nem foi para uma indústria que utilizasse matéria-prima florestal, mas sim a Celulose e Papel Fluminense S.A., localizada no município de Campos no Estado do Rio de Janeiro, e que utilizava bagaço de cana para fabricar celulose não branqueada depois transformadas em papel de embrulho. Como também o segundo empréstimo, também em 1955 para outra indústria campista – Celubagaço Indústria e Comércio.

¹¹ www.bracelpa.org.br



Fonte: BRACELPA – Relatório Estatístico Florestal 2003.

A partir da década de 80, os objetivos estratégicos do governo brasileiro para o segmento celulósico papeleiro começaram a se concretizar com a ascensão do Brasil ao mercado exportador. Na década de 90 houve a ruptura definitiva da política econômica e industrial brasileira com o modelo de substituição de importações e assim solidificada a inserção do Brasil no grupo de países exportadores de celulose de mercado (i.e., originária de Eucalipto). Na década de 90, o consumo mundial de celulose e pastas de mercado cresceu à uma taxa anual média de 4,1% a.a., enquanto a celulose de eucalipto apresentou crescimento ainda mais expressivo de 8,5% ao ano. Em 1999, comparativamente a 1998, o consumo de celulose e pastas cresceu 6,3%, ficando a celulose de eucalipto também com um crescimento mais significativo de 13,1%. Em 2003, a produção total brasileira de celulose foi de 8,6 milhões de toneladas e 4,5 milhões de toneladas foram exportadas. Foram também produzidas 7,9 milhões de toneladas de papéis, em geral, e exportadas 1,8 milhões de toneladas. Em 2004 as exportações ultrapassaram a marca de cinco milhões de toneladas (ver gráfico a seguir).



Também na década de 90 é que houve a delimitação do nicho de grandes empresas controlando cerca de 90% das exportações brasileiras: Aracruz Celulose no estado do Espírito Santo, Cenibra no estado de Minas Gerais, Suzano/Bahia Sul Celulose na Bahia, Votorantim Celulose e Papel em São Paulo, Riocell no Rio Grande do Sul e Jarí Celulose no Amapá. A Veracel Celulose, em fase final de construção no Sul da Bahia também busca se integrar a este clube seletivo. Todas estas empresas contam, ou contaram, de uma maneira ou de outra, com o apoio do BNDES e algumas são em parte controladas por investidores externos. Também outra característica do setor é a tendência, desde a fase de expansão na década de 70, de concentração, assim estas empresas, são competidoras, mas têm controles acionários cruzados.

Uma panorâmica sobre o perfil de investimento no segmento celulósico papeleiro mostra que na década de 80, a desaceleração da economia brasileira e mundial, nos chamados “anos perdidos”, levou ao aumento do custo do capital e ao colapso do sistema internacional de crédito. Diante deste cenário este segmento concentrou seus esforços em exportar mais e reduzir custos. Entre 1986 e 1992 os investimentos foram para modernização e ganhos de produtividade, e houve maior preocupação com a profissionalização da gestão das empresas. Atendendo a esta necessidade, no fim de 1987, o governo lançou um novo Programa Nacional de Papel e Celulose, que contemplava um novo ciclo de investimentos e estabelecia metas para 1995 de expansão da produção de celulose, papel e também pastas de alto-rendimento. Conseqüentemente também estabelecia aumentos nas exportações. E para atingir estes objetivos, entre outras ações iria privilegiar a importação de equipamentos e implantação de novos reflorestamentos. A partir de meados da década de 90, apesar das mudanças na conjuntura econômica estarem mais favoráveis ao setor produtivo industrial, como as empresas do segmento tinham muitas dívidas externas, o enfoque continuou a ser em priorizar as exportações. Mas, esta estratégia gerou ainda a capitalização das empresas e expressivos ganhos financeiros porque boa parte de seu faturamento ocorria em moedas fortes.

A perspectiva deste segmento nos próximos 10 anos é de que o crescimento mundial de consumo de celulose e pastas de mercado continue em taxas iguais ou superiores à da década de 90. A demanda potencial adicional estimada para até 2015 é da ordem de 15 milhões de toneladas de celulose de fibra curta (i.e., Eucalipto) e de 7,4 milhões de toneladas de celulose de fibra longa (i.e., Pinus)¹². E respondendo a esta demanda, de acordo com a BRACELPA¹³, o segmento já planeja a seguinte expansão de sua base florestal de plantações, a saber:

¹² Mattos, R. L. G. e A. C. d. V. Valença (2000). Celulose de Mercado: Novo ciclo de expansão. Rio de Janeiro, BNDES: 12 pp.

¹³ Relatório Estatístico Florestal 2003.

PLANTIOS E REFORMAS PROGRAMADAS PELAS EMPRESAS DO SEGMENTO DE CELULOSE & PAPEL COM BASE FLORESTAL DE PLANTAÇÕES (Por ano em ha)							
ANO	PLANTIOS			REFORMAS			TOTAL GERAL
	EUCALIPTO	PINUS	OUTROS	EUCALIPTO	PINUS	OUTROS	
2004	41.247	10.100	0,0	122.397	18.998	0,0	192.742
2005	37.856	10.524	0,0	132.013	20.610	0,0	201.003
2006	31.707	13.074	0,0	136.888	16.966	0,0	198.635
2007	17.806	12.814	0,0	138.485	15.385	0,0	184.490
2008	5.648	10.824	0,0	138.245	15.688	0,0	170.405
2009	7.770	10.574	0,0	129.953	17.234	0,0	165.531
2010	7.222	10.674	0,0	131.880	20.100	0,0	169.876
2011	5.100	12.551	0,0	124.223	19.219	0,0	161.093
2012	5.934	10.224	0,0	124.206	19.679	0,0	160.043
TOTAL	160.290	101.359	0,0	1.178.290	163.879	0,0	1.603.818

PLANTIOS E REFORMAS PROGRAMADAS PELAS EMPRESAS DO SEGMENTO DE CELULOSE & PAPEL COM BASE FLORESTAL DE PLANTAÇÕES (Por estado em ha entre 2004-2012)							
UF	PLANTIOS			REFORMAS			TOTAL GERAL
	EUCALIPTO	PINUS	OUTROS	EUCALIPTO	PINUS	OUTROS	
AP	0,0	14.000	0,0	77.500	0,0	0,0	91.500
BA	59.183,0	0,0	0,0	314.639,9	0,0	0,0	373.822,9
ES	0,0	0,0	0,0	163.323,8	0,0	0,0	163.323,8
MG	4.500	0,0	0,0	114.187,2	5.667	0,0	124.354,2
MS	0,0	0,0	0,0	61.011	0,0	0,0	61.011
PA	0,0	0,0	0,0	54.000	0,0	0,0	54.000
PR	18.183	29.159	0,0	22.713	93.524,0	0,0	163.579
RJ	0,0	0,0	0,0	580	0,0	0,0	580
RS	14.000	0,0	0,0	28.900	2.774	0,0	45.674
SC	7.200	47.400	0,0	0,0	36.000	0,0	90.600
SP	57.224	10.800	0,0	341.435,1	25.914	0,0	435.373,1
TOTAL	160.290	101.359	0,0	1.178.290	163.879	0,0	1.603.818

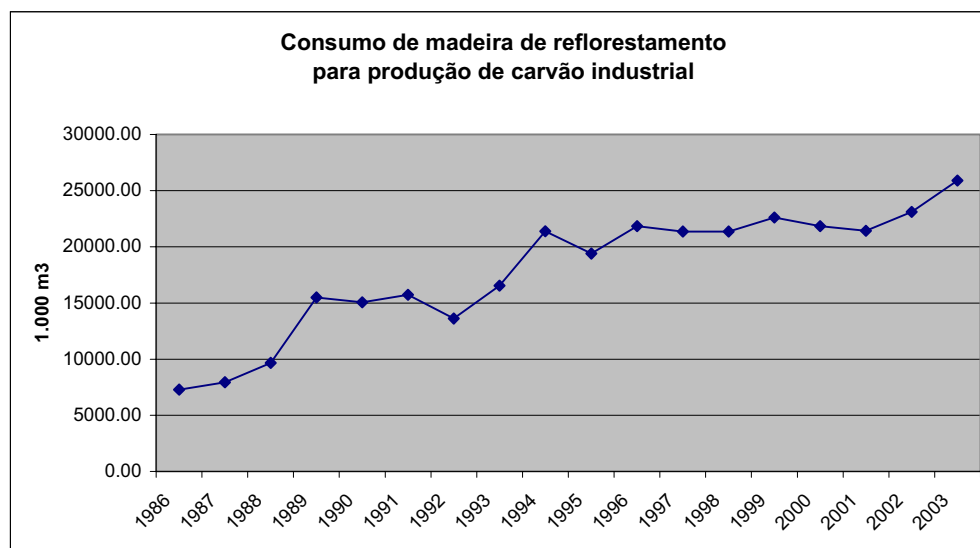
O segmento seguinte a ser analisado, em termos de consumo de matéria-prima de reflorestamentos, foi o de carvão. Os maiores consumidores de carvão vegetal industrial são as empresas produtoras independentes de ferro-gusa e algumas siderúrgicas integradas. Da produção total de ferro-gusa no Brasil cerca de 29% é suprida por empresas que utilizam o carvão vegetal como elemento termo-redutor do minério de ferro (SINDIFER)¹⁴.

Quando analisamos uma série histórica de consumo para este produto fica caracterizada a primeira grande incoerência entre as informações disponíveis nos diferentes *websites* consultados. A SBS, como apresentado anteriormente, atribuiu à siderurgia o consumo de 42 milhões de metros cúbico de madeira de reflorestamentos para a produção de carvão industrial. Mas, quando examinamos a série histórica disponibilizada pela AMS/SINDIFER, e a convertemos para a mesma unidade métrica¹⁵, o consumo, em 2003, de madeira para a produção de carvão industrial não passa de 26

¹⁴ www.sindifer.com.br

¹⁵ Originalmente esta base de dados está em metros cúbico de carvão (mdc) e foi utilizada a taxa de conversão de 1mdc=1.2 m³ madeira de reflorestamento (Indicadores Técnicos do Fundo Florestar de São Paulo - www.floresta.org.br).

milhões de metros cúbicos (ver gráfico a seguir). Ainda bem mais abaixo do que o consumo do segmento celulósico papeleiro.



Em relação às guseiras independentes, o estado de Minas Gerais, na década de 80, praticamente dominava este segmento com 95% da produção, mas em 2003 este percentual de participação já havia caído para 64% da produção nacional. O centro produtor mineiro está gradativamente sendo substituído pelo eixo dos estados do Maranhão e Pará, que já chegaram a responder por 33% da produção deste segmento em 2002, mas caíram para 29% em 2003. Complementarmente, os estados do Espírito Santo e Mato Grosso do Sul vêm, ao longo dos anos alternando períodos de aumento e diminuição de suas produções, e respectivamente, participam com 5-6% e 1-2% da produção, entre 1993 e 2003 (AMS/SINDIFER). E apesar deste segmento ser classificado como de produtores independentes, em Minas Gerais as 41 empresas existentes se reuniram no SINDIFER (Sindicato da Indústria do Ferro no estado de Minas Gerais) e no eixo Pará/Maranhão, as 13 indústrias existentes se reuniram sob a Associação das Siderúrgicas de Carajás (ASICA).

E no segmento siderúrgico, apesar de grandes indústrias nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo utilizarem o carvão mineral (coque), e as usinas integradas usuárias de carvão responderem por somente cerca de 4% da produção nacional (ver tabela a seguir), em Minas Gerais sua importância é marcante.

Produção Total de Ferro Gusa (t) - Brasil					
Anos	Siderurgia a Coque	Siderurgia a Carvão Vegetal			Total Geral
		Usinas Integradas	Produtores Independentes	Total	
1994	17,057,316	2,455,161	5,446,839	7,902,000	24,959,316
1995	17,849,340	1,969,405	5,145,595	7,115,000	24,964,340
1996	17,951,149	1,667,612	4,359,388	6,027,000	23,978,149
1997	18,832,000	1,418,250	4,762,570	6,180,820	25,012,820
1998	18,683,000	1,467,895	4,960,105	6,428,000	25,111,000

1999	17,738,793	1,408,374	5,401,413	6,809,787	24,548,580
2000	20,323,476	1,253,782	6,145,377	7,399,159	27,722,635
2001	19,577,677	1,303,045	6,510,233	7,813,278	27,390,955
2002	21,595,610	1,294,184	6,759,890	8,054,074	29,649,684
2003	22,564,026	1,346,753	8,103,864	9,450,617	32,014,643
Fonte: Sindifer; IBS					

O estado de Minas Gerais responde pela maior parte da produção (41,4%) nacional do segmento de indústrias integradas usuárias de carvão vegetal. Outra característica do segmento é que está ocorrendo o mesmo fenômeno de fusões e aquisições do segmento celulósico papelheiro. Dados de 2000 (INDI) mostram as seguintes empresas operando no segmento, mas não existem informações nos *websites* de todas estas sobre a fonte de matéria-prima energética utilizada. Sabe-se, contudo que a Acesita, Belgo-Mineira, Gerdau e Mannesmann com certeza utilizam carvão vegetal, pois são sócias da Associação Brasileira dos Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF)¹⁶:

Empresas	Capacidade de produção de aço bruto Unidade: 10⁶ t/ano
Usiminas (MG)/Cosipa (SP)	7,8
Gerdau (RS, SC, MS)/Açominas (MG)	6,4
Acesita (MG)/Villares (SP)/Companhia Siderúrgica de Tubarão (ES)	5,0
CSN (RJ)	4,8
Belgo-Mineira (MG)/Dedini/SMJ	3,0
Mannesmann (MG)	0,79
Itaunense (paralisada)	0,14
Barra Mansa/Votorantim Metais (RJ)	0,45

Um contraponto nesta análise do volume de carvão vegetal originário de reflorestamentos que é utilizado pelos segmentos guseiro e siderúrgico é o fato de que parte da demanda para fabricação de carvão industrial é atendida com matéria-prima de florestas nativas. Assim, é preciso identificar a origem do carvão vegetal utilizado para se obter o entendimento se estes segmentos estão buscando um aumento de consumo de carvão de reflorestamento e desta maneira também exercendo pressão para um aumento da base florestal plantada.

Como também não existem estatísticas oficiais claras sobre o percentual de consumo de carvão vegetal oriundo destas duas fontes de matéria-prima, buscou-se informação na rede *web*. Novamente, houveram discrepâncias entre os valores encontrados em diferentes *websites*, relatórios setoriais e encontros empresariais, que variaram de acordo com o público-alvo. Para exemplificar, a Sociedade Brasileira de Silvicultura (SBS)¹⁷ citada em uma matéria disponível na rede *web*, declara que em 2004 o consumo de carvão vegetal oriundo de reflorestamentos foi de cerca 20 milhões de metros de carvão (mdc)¹⁸ e que segundo dados do setor, cerca de 50% desse carvão foi originário de matas nativas (em sua maioria do cerrado). Por conta desta produção de carvão, estima-se que 500 mil ha de cerrado estão sendo desmatados anualmente. Para solucionar o problema bastaria serem plantados 150 mil ha de eucalipto por ano, demonstrando assim os benefícios da silvicultura brasileira. Já a antiga

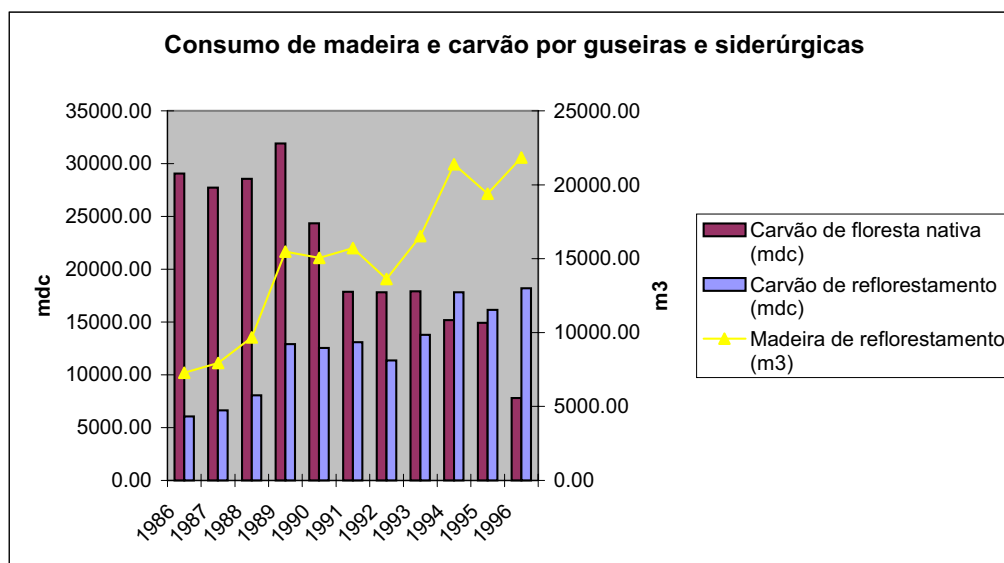
¹⁶ www.abraflor.org.br

¹⁷ www.sbs.org.br

¹⁸ Informação também discrepante da fornecida na tabela anteriormente apresentada.

ABRACAVE, Associação de Produtores de Carvão Vegetal, agora Associação Mineira de Silvicultura (AMS)¹⁹, em uma apresentação no ano 2000, declara que o carvão originário de plantações de árvores já representava então 82,5% do montante consumido pelo setor siderúrgico. Apesar de não ter sido explicitado nesta palestra, acredita-se que o objetivo era o de demonstrar a crescente responsabilidade ecológica deste segmento produtivo.

Independentemente das discrepâncias descritas acima, os dados disponíveis sobre consumo de carvão oriundo de reflorestamentos demonstram um crescimento ao longo dos anos. E a tendência configurada nas informações disponíveis é que continue a haver aumento do consumo de carvão vegetal oriundo de plantações, seja por coibição da produção de carvão ilegal de florestas nativas, ou seja, por crescimento da produção nacional de ferro-gusa e derivados de aço.



Apesar desta tendência de crescimento do consumo de carvão oriundo de reflorestamento, o consumo total de carvão vegetal com fins industriais no Brasil está presentemente mais baixo do que em meados da década de 90. E, de maneira geral, tem havido diminuição no volume total de consumo de carvão industrial, como fica demonstrado em dados da AMS apresentados na tabela abaixo.

Consumo Total de Carvão Vegetal (1000 mdc ¹) - Brasil					
Anos	Florestas nativas		Reflorestamentos		Total
	Consumo	%	Consumo	%	
1993	17,923	56.5	13,777	43.5	31,700
1994	15,180	46.0	17,820	54.0	33,000
1995	14,920	48.0	16,164	52.0	31,084
1996	7,800	30.0	18,200	70.0	26,000
1997	5,800	24.6	17,800	75.4	23,600
1998	8,600	32.6	17,800	67.4	26,400

¹⁹ www.silviminalas.com.br/

1999	8,070	30.0	18,830	70.0	26,900
2000	7,200	28.3	18,200	71.7	25,400
2001	8,367	31.9	17,853	68.1	26,220
2002	7,571	28.2	19,249	71.8	26,820
2003	7,616	26.1	21,586	73.9	29,202

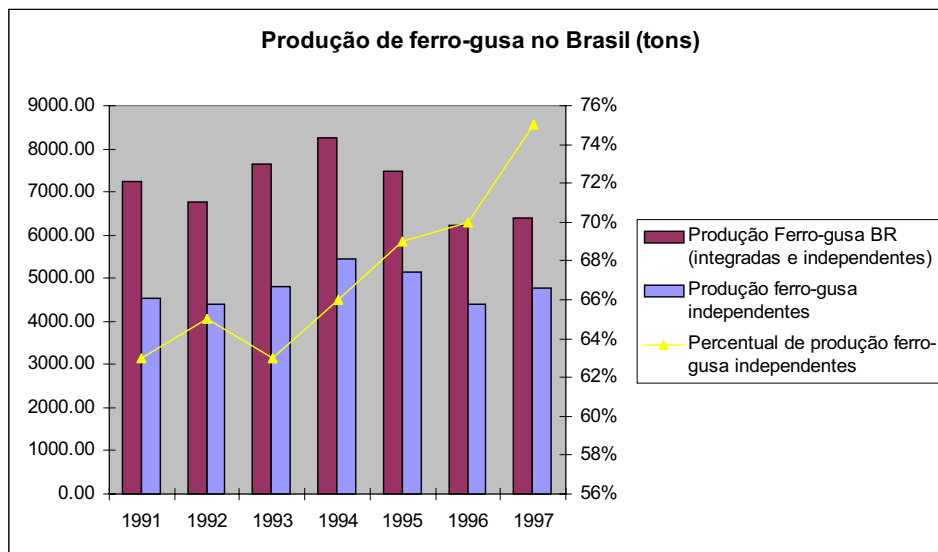
A razão para este período de decréscimo de consumo durante a segunda metade da década de 90, provavelmente está relacionada com a troca de fonte energética feita por grandes empresas siderúrgicas para o carvão mineral (coque), e também as dificuldades e custos de obtenção de carvão vegetal dentro de um raio de abastecimento viável. Neste período as distâncias para obtenção de carvão vegetal chegaram à cerca de 1.200 km e o custo chegou a subir até 20% do que era na década anterior, passando a representar até 60% do custo final de produção de ferro gusa²⁰. A tabela a seguir apresenta a mudança de preço do carvão vegetal oriundo de florestas nativas e em relação à plantações pode-se prever que o aumento tenha sido ainda maior devido aos custos mais altos de produção.

PREÇO MÉDIO PARA COMPRA DE CARVÃO VEGETAL ORIGEM NATIVA – COMPARAÇÃO 1997/ÚLTIMOS 10 ANOS (us \$/m³)		
Região	1997	Últimos 10 anos
Sete Lagoas	22,01	18,37
Belo Horizonte	21,89	19,75
Divinópolis	22,50	19,16
Santos Dumont	23,44	21,64
Montes Claros	15,63	15,46
RJ	27,05	22,59
Fonte: ex-ABRACAVE, AMS.		

Porém, dois outros fatores também têm que ser levados em consideração. Primeiro, a mudança gradual que vem ocorrendo do centro produtivo de ferro-gusa de Minas Gerais para o eixo Pará-Amapá²¹, o que não necessariamente implica no menor uso de carvão, mas provavelmente no menor controle sobre o consumo e fontes de matéria-prima. Não só este fato descrito acima deve ser objeto de acompanhamento por parte de agências governamentais ambientais e da sociedade civil organizada, mas também deve ser dada atenção à importância das guseiras independentes na produção de ferro-gusa e conseqüentemente consumo de carvão. O gráfico a seguir demonstra que desde a última década vem crescendo o perfil de participação destas empresas no segmento de produção de ferro-gusa no Brasil.

²⁰ INDI (1999). Ferro Gusa - Perfil Setorial. Belo Horizonte, MG, Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais: 10 pp.

²¹ INDI (1999).



E o segundo fator é a nova conjuntura mundial de busca de diminuição de emissões de gases causadores de aquecimento global. A adoção de medidas de melhoria da eficiência energética não só é uma boa contribuição para campanhas de relações públicas e marketing, como possivelmente, em um futuro próximo, poderá servir para obtenção de créditos referentes aos mecanismos de desenvolvimento limpo. Este último aspecto tem grande potencial de agir como limitante na expansão de uso de carvão vegetal e, portanto de demanda por expansão da base florestal de plantações.

Assim, diante deste cenário de aumento do consumo de carvão oriundo de plantações, de acordo com informações do Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais (INDI)²², para garantir o abastecimento futuro de carvão vegetal, o SINDIFER estabeleceu parceria com a Associação das Siderurgias para o Fomento Florestal (ASIFLOR) para a implantação, ao longo de oito anos (portanto até 2012), de uma reserva de plantações de árvores de 525 mil hectares, cerca de um terço da área planejada pelo segmento celulósico papeleiro.

O próximo segmento consumidor de matéria-prima de reflorestamentos é o de madeira serrada, que apesar de menos proeminente, em 1998 já havia alcançado uma faixa de consumo anual da ordem de 15,16 milhões de metros cúbicos. Relatórios setoriais disponibilizados na rede *web* demonstram que o segmento de produtos de madeira sólida vem aumentando rapidamente o consumo de matéria-prima de reflorestamentos, especialmente Pinus. E a Associação Brasileira dos Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF)²³ declara em seu *website* que o Brasil conjuntamente com o título de maior exportador mundial de celulose de fibra curta (Eucalipto) é também o maior exportador mundial de compensado de Pinus.

²² www.indi.mg.gov.br

²³ www.abraflor.org.br

Evolução do consumo em 1.000 m ³ de madeira sólida					
Fonte: www.ambientebrasil.com.br					
Segmento		1990	1996	1997	1998
Serrada	Total	36.658	45.180	45.062	44.864
	Reflorestamento	9.164,5	13.779,9	14.600,08	15.612,67
	Floresta nativa	27.493,5	31.400,10	30.461,92	29.251,33
Laminas & Compensados	Total	3.886	4.268	3.964	3.773
	Reflorestamento	777,2	938,96	967,22	969,66
	Floresta nativa	3.108,8	3.329,04	2.996,78	2.803,34
Chapas	Total	1.972	3.765	4.330	5.196
	Reflorestamento	1.972	3.765	4.330	5.196
	Floresta nativa	0	0	0	0
Total	Total	42.516	53.213	53.356	53.833
	Reflorestamento	11.913,7	18.483,86	19.897,3	21.778,33
	Floresta nativa	30.602,3	34.729,14	33.456,70	32.054,67
Fonte dos dados - ITTO, ANFPC, ABPM, ABRACAVE, STCP, FUNATURA					

A ABIMCI (Associação Brasileira da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente)²⁴, que representa os interesses tanto de empresas que trabalham com madeira oriunda de florestas nativas como de reflorestamento, em seu último relatório setorial, do ano de 2003, declara que para os diferentes produtos de madeira sólida, produzidos no Brasil, o cenário era o seguinte:

- Madeira serrada – Apesar da contribuição das florestas nativas ser ainda maior do que de plantações de árvores, a produção e consumo de madeira serrada tropical permanecem estabilizados desde 1995, no patamar de 14 milhões de m³; o consumo interno é de 95% da produção, mas este consumo que também era estável começou a decrescer nos últimos anos dada a preferência dos empresários do ramo para atender a demanda de mercados externos. Já a produção de madeira serrada de Pinus vem crescendo gradualmente, apesar de ter-se atenuado nos últimos anos. Mas entre 1993 e 2002, a taxa anual de crescimento atingiu o valor 7% a.a. Desde o ano 2000 a produção anual havia atingido patamares de oito milhões de m³, sendo que 80% da produção foi consumida internamente. Porém, as exportações vêm crescendo exponencialmente, entre 1993 e 2002, passaram de cerca de 300 mil m³/ano para 1,5 milhões m³/ano. Um crescimento de 400%. A madeira serrada de Pinus, que até meados da década de 90 representava cerca de 25% da produção nacional, em 2003 já havia crescido para cerca de 35%. Não só as exportações diretas têm movido este crescimento, mas também o aumento de demanda da indústria moveleira localizada em São Paulo e no sul do Brasil (ver adiante).
- Chapas, lâminas e compensados – Mesmo que estes produtos somados representem um potencial de consumo mais baixo de madeira de reflorestamentos, as tendências do segmento

²⁴ www.abimci.org.br

são importantes para entendimento das fontes de pressão sobre a base florestal plantada. No caso de compensados, segmento para o qual a ABIMCI disponibiliza informações, as plantações no sul e sudeste do Brasil, particularmente Pinus asseguram 60% da produção nacional. Os restantes 40% são manufaturados com madeira de florestas nativas. Enquanto a produção de compensado composto somente de madeiras tropicais tem se mantido estável ao longo da última década, em torno de um milhão de metros cúbicos/ano, o compensado de Pinus desde 1999 atingiu o patamar de 1,6 milhões de metros cúbicos/ano e as exportações vêm substituindo as vendas para o mercado doméstico.

- Produtos oriundos do aproveitamento de madeira serrada – Dos chamados Produtos de Maior Valor Agregado (PMVA), apesar deste grupo nem sequer aparecer listado nos dados de consumo encontrados, as análises setoriais anteriores a 2004 declaravam que a indústria de painéis reconstituídos, consumidora de Eucalipto e Pinus, em 2004 consumiria 10 milhões de m³/ano, o que implicaria na necessidade de dobrar, em curto prazo, as áreas florestais ligadas a esta indústria. E outro aspecto importante advém do uso destes produtos pelo setor moveleiro brasileiro, que como será descrito a seguir, tem crescido exponencialmente. Dois dos produtos de reaproveitamento são blocos e blanks. Sua fabricação é recente no Brasil, mas tem crescido rapidamente devido a propiciar grande agregação de valor em matérias-primas antes desperdiçadas, permitindo sua utilização para molduras e painéis, cujo consumo pelo mercado nacional também tem aumentado. Também a produção de portas no Brasil é em grande parte baseada no reaproveitamento de matéria-prima serrada. A capacidade de produção em 2002 alcançou o patamar de 6,3 milhões de unidades/ano representando 90% da capacidade industrial instalada. A ABIMCI estima que existam 2.300 empresas atuando neste ramo, sendo 80% localizadas nos estados do Paraná e Santa Catarina. E 10 empresas concentram 50% da produção nacional. O mercado interno absorve a maior parte da produção (cerca de 75%), mas as exportações vêm crescendo exponencialmente e em 2002 chegou à 1,6 milhão de unidades/ano. E o painel colado lateral é o PMVA que é mais empregado pelo segmento moveleiro. A produção é de quase 300 mil m³/ano e 75% do consumo é doméstico, mas as exportações têm crescido exponencialmente. Entre 1995 e 2002 passaram de 20 mil m³/ano para 65 mil m³/ano. Existem ainda outros produtos, tais como pisos, que também podem ser fabricados com o reaproveitamento de matéria-prima, mas não existem estatísticas claras sobre a contribuição da matéria-prima advinda de plantações.

Especificamente sobre o segmento moveleiro, a ABIMOVEL (Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário) quando contatada para este Diagnóstico declarou que seus associados só utilizam insumos já processados (chapas, ferragens, tintas/vernizes, etc.). Mas, de qualquer maneira, as indústrias de mobiliário no Brasil sendo usuárias de matéria-prima oriunda de plantações, mesmo que indiretamente, também podem estar exercendo pressão sobre a base florestal plantada.

De acordo com a ABIMCI a indústria moveleira brasileira consome cerca de 15% da produção total de madeira serrada e os 10 grandes pólos moveleiros existentes no Brasil são os principais mercados consumidores desta matéria-prima. As indústrias brasileiras de móveis estão mais concentradas nas regiões Sul e Sudeste, sendo que o estado de São Paulo detém 24% das empresas do mercado formal, seguido pelo Rio Grande do Sul e Minas Gerais com 12% cada, depois o Paraná com 11% das empresas e Santa Catarina representam 9% deste universo. Além do mais, o Rio de Janeiro e o Espírito Santo detém, respectivamente, 5% e 2% deste setor e os restantes 25% das indústrias estão distribuídas em outros pólos que ainda encontram-se em estágio inicial de desenvolvimento, como o do Ceará e na Bahia. Estes centros produtores congregam cerca de 16.000 micro, pequenas e médias

empresas, na sua maioria com uma estrutura familiar, de capital nacional. Somente na fabricação de linhas de móveis como de escritório, que tem ocorrido o interesse de investimento por parte de empresas estrangeiras.

O estado de São Paulo não só tem o maior número de indústrias moveleiras como responde por cerca de 40% do faturamento do setor e concentra 80% da produção nacional de móveis de escritório. Depois dele, o Rio Grande do Sul é o segundo maior produtor de móveis, representando em média 20% do valor da produção nacional. Sua produção é comercializada predominantemente no mercado doméstico e apenas 7% do valor da produção são exportados. Contudo, as exportações deste estado representaram no ano de 2003, aproximadamente, 30% do valor total das exportações nacionais.

Segundo informações da ABIMOVEL apresentadas em um estudo produzido para o Ministério da Indústria e Comércio²⁵, o faturamento deste segmento em 1999 foi de US \$7,3 bilhões e em 2004 de US \$25 bilhões, com uma taxa média anual de crescimento de 28% a.a. E as exportações vêm crescendo à taxas médias de 44,3% a.a., devido a melhoria drástica da capacidade produtiva da indústria nacional e aumento da demanda externa. Um aspecto da conjuntura internacional é que o mercado europeu tem comprado somente móveis produzidos a partir de madeira de reflorestamentos devido à preocupações ecológicas.

Para atender este crescimento, o setor moveleiro também demonstra a preocupação de que a atual base florestal plantada não é suficiente para atender sua demanda, já que o limite estimado para a produção sustentada de toras de Pinus é de sete milhões de m³/ano. As grandes empresas consumidoras de madeira (fábricas de celulose e siderurgias a carvão vegetal) são também os fornecedores de grande parte da lenha e toras para outras atividades, e além das baixas taxas de reposição da base florestal plantada que ocorrem desde o fim dos incentivos fiscais²⁶, a perspectiva atual de ampliação da produção da indústria de celulose & papel pode reduzir ainda mais a oferta de toras no curto e médio prazo. A predominância de pequenas empresas, segundo especialistas do setor, diminui a probabilidade de que o segmento moveleiro invista na implantação de reflorestamentos próprios.

Portanto, este conjunto de informações sobre consumo de madeira oriunda de reflorestamentos demonstra que o segmento de celulose & papel está na vanguarda da pressão para expansão da base florestal plantada. Então, a próxima reflexão que se faz necessária é sobre a área total ocupada atualmente pelas plantações existentes e o que a expansão das mesmas irá gerar em cada região. Todavia, se as informações sobre consumo já eram problemáticas, dados sobre a área ocupada por plantações no Brasil é ainda menos disponível, mais imprecisa e discrepante.

A declaração encontrada no *website* Ambiente Brasil²⁷ exemplifica a questão: “Não existe, atualmente, no Brasil, um levantamento preciso quanto ao total da área reflorestada no País. Os dados são estimados por iniciativa das instituições estaduais de meio ambiente ou ainda pelas entidades de classe que congregam as indústrias de base florestal. Nesse particular, não são computados os plantios em pequenas propriedades ou aqueles não vinculados diretamente à reposição florestal obrigatória”.

Porém, algumas iniciativas de organização das informações existentes, que ainda deficientes, provêm alguns elementos para uma análise geral da situação.

²⁵ PENSEA-FIA-FEA-USP (2001). Fórum de Competitividade da Cadeia Produtiva da Indústria de Madeira e Móveis (CPIMM). São Paulo, Fundação Instituto de Administração - USP, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial: 56 pp.

²⁶ Todavia como será mostrado adiante neste Diagnóstico, esse não parece ser mais o cenário vigente.

²⁷ www.ambientebrasil.com.br

Principais agentes reflorestadores no Brasil, com suas respectivas áreas plantadas		
Entidades	Área (mil ha)	% do total
Empresas de celulose & papel	1.399	28,10
Empresas siderúrgicas	950	18,10
Empresas de painéis de madeira reconstituída	250	5,0
Pequenos produtores (áreas de até 20 ha)	209	4,2
Outros (áreas governamentais – FLONAS ou de pesquisa; estações experimentais e empresas)	2.172	43,60
Total	4.980	100
Fonte: Censo Agropecuário do IBGE, BRACELPA, ABRACAVE, SBS e FAO.		

Os dados acima, são discrepantes de informação obtida em uma palestra apresentada no I Fórum Nacional de Base Florestal, ocorrido em Brasília em junho de 2003:

Segmento	Área (ha)	%
Siderurgia à carvão vegetal	1.640.526	31
Celulose e papel	1.602.985	30
Madeira processada mecanicamente	854.555	16
Frutíferas e palmáceas	605.557	11
Outros fins	610.697	12

Os dados fornecidos nesta tabela, todavia, provém informação sobre áreas com plantações de frutíferas e palmáceas, que é mais uma variável a ser considerada para este Diagnóstico. Os recursos o FISET também serviram para a implementação de áreas de monoculturas de palmito e de árvores de espécies frutíferas. No primeiro caso, servem como exemplo as áreas implementadas no estado do Paraná. Na primeira metade da década de 70, o interesse por estes plantios foi até maior do que pela introdução de Pinus, chegando a representar, em 1975, 50% das novas áreas de reflorestamento implementadas no estado. E no total geral de áreas que foram plantadas com incentivos do FISET, entre 1966 e 1979, de 655.545,82 ha, cerca de 22% foram utilizadas para plantio de palmito. E no segundo, como foi o caso de plantações de caju no ecossistema de Caatinga. Pouco se sabe destes plantios e no levantamento de dados para este Diagnóstico buscou-se contatos e informações sobre o tema sem sucesso. A segunda etapa deste estudo deve contemplar esta questão, com mapeamento destes plantios e levantamento das condições sócio-ambientais nos locais de sua implementação. Da mesma maneira, esta segunda etapa de aprofundamento também deve servir para uma olhada cuidadosa em outras culturas permanentes, mesmo que arbustivas, como a mamona, cuja proposta do

atual governo de ser utilizada como panacéia para pequenos produtores no NE deixa de levar em consideração uma série de aspectos. Este cenário, em relação à estas culturas de caráter mais agrícola, pode significar, no futuro, o estabelecimento de um clima de conflito sócio-ambiental similar com o existente em relação à plantações de árvores de Eucalipto e Pinus.

Mas voltando aos dados sobre área plantada com plantações de árvores, justamente com enfoque em Eucalipto e Pinus, as informações disponíveis apontam que as áreas de plantios com o primeiro gênero concentram-se na região Sudeste, sendo que somente o estado de Minas Gerais é responsável por cerca de 51% do total plantado. Já os estados que mais se destacam em áreas plantada com Pinus são o Paraná, Santa Catarina, Bahia e São Paulo. Juntos somam 73% do total plantado.

Na maior parte das fontes de informação sobre áreas plantadas, a área reflorestada para fins industriais ocupa entre 4,6 e 5,0 milhões de hectares, sendo cerca de três quintos destas áreas ocupadas por plantios do gênero Eucalipto e o restante com o gênero Pinus. As discrepâncias existentes, porém, podem ser constatadas comparando-se as tabelas respectivamente publicadas nos *websites* do Ambiente Brasil e da Sociedade Brasileira de Silvicultura (SBS).

Área de reflorestamentos por UF						
Fonte: Ambiente Brasil						
Estado	Eucalipto	%	Pinus	%	Total	%
Bahia	196.360	6,72	86.349	5,11	282.709	6,13
Minas Gerais	1.535.750	52,58	143.407	8,48	1.679.157	36,42
São Paulo	574.150	19,66	202.012	11,95	776.162	16,83
Paraná	54.150	1,85	605.130	35,80	659.280	14,30
Santa Catarina	41.550	1,42	348.960	20,65	390.510	8,47
Rio Grande do Sul	112.990	3,87	136.800	8,09	249.790	5,42
Outros	405.850	13,90	167.502	9,91	573.352	12,43
Total	2.920.800	100,00	1.690.160	100,00	4.610.960	100,00
Fonte dos dados: ABPM, ANFPC,SBS						

ÁREA PLANTADA COM PINUS E EUCALIPTOS NO BRASIL (ha) – SBS, 2000			
UF	Pinus	Eucalipto	Total
Amapá	80.360	12.500	92.860
Bahia	238.390	213.400	451.790
Espírito Santo	-	152.330	152.330
Mato Grosso do Sul	63.700	80.000	143.700
Minas Gerais	143.410	1.535.290	1.678.700
Pará	14.300	45.700	60.000
Paraná	605.130	67.000	672.130
Rio Grande do Sul	136.800	115.900	252.700
Santa Catarina	318.120	41.550	359.670
São Paulo	202.010	574.150	776.160

Outros	37.830	128.060	165.890
Total	1.840.050	2.965.880	4.805.930

E outro fator de discrepância e confusão em relação às informações sobre área dos reflorestamentos no Brasil é introduzido pela Associação Brasileira de Produtores de Celulose e Papel (BRACELPA), que citada no *website* Celulose Online²⁸ (reproduzindo artigo publicado na Gazeta Mercantil, seção de Ciência & Tecnologia, em 23/01/2003), declara que: “Atualmente, as matas produtivas reflorestadas no Brasil cobrem uma área de 1,4 milhão de hectares. O Eucalipto responde por 69% desse universo, seguido do Pinus, com 29%, e outras madeiras, com 2% (dados da BRACELPA)”. Porém, de acordo com a publicação “Relatório Estatístico Florestal – 2003”, disponível no próprio *website* da BRACELPA, estas áreas são referentes somente aos plantios pertencentes às 25 empresas do segmento de celulose & papel que detém plantações.

Área Total Reflorestada em 31/12/2003 (Por ano em ha) Fonte: BRACELPA						
Ano de Plantio	Gênero					Total Geral
	Eucalipto	Pinus	Araucária	Acácia	Outros	
1944-1979	25.253,2	57.014,7	7.929,1	0,0	975,1	91.172,1
1980	5.787,8	9.549,2	116,9	0,0	72,5	15.526,4
1981	7.127,0	9.561,5	11,3	0,0	25,0	16.724,8
1982	8.886,8	10.156,9	65,6	0,0	44,8	19.154,1
1983	10.381,7	9.144,3	141,2	0,2	355,4	20.022,8
1984	6.882,0	8.806,2	98,3	0,0	43,9	15.830,4
1985	11.798,5	6.150,2	113,4	0,0	88,3	18.150,4
1986	14.190,0	5.543,3	92,4	1,7	81,6	19.909,0
1987	17.708,7	8.128,1	91,6	1,4	27,5	25.957,3
1988	18.587,9	9.791,3	137,6	260,3	216,5	28.993,6
1989	29.470,8	14.020,6	83,0	0,0	62,0	43.636,4
1990	23.883,9	17.277,5	1,0	2.391,0	8,0	43.561,4
1991	26.358,1	11.985,0	0,0	0,0	75,6	38.418,7
1992	19.070,7	10.970,7	11,8	0,1	201,6	30.254,9
1993	23.319,1	15.584,6	85,8	0,0	102,3	39.091,8
1994	23.945,4	17.655,1	92,2	0,0	16,0	41.708,7
1995	29.997,9	22.461,8	148,7	0,4	49,0	52.657,8
1996	53.338,7	19.758,5	99,7	0,0	128,0	73.324,9

²⁸ www.celuloseonline.com.br

1997	79.374,6	15.554,8	84,1	1,3	112,7	95.127,5
1998	92.195,0	19.231,7	105,6	0,0	205,0	111.737,3
1999	88.581,8	18.151,4	126,2	0,0	146,0	107.005,4
2000	106.099,4	18.475,6	20,2	0,0	32,0	124.627,2
2001	139.535,0	19.675,9	0,0	0,0	215,9	159.426,8
2002	133.959,3	17.216,0	0,0	0,8	25,0	151.201,1
2003	148.455,7	20.598,9	0,0	0,0	0,0	169.054,6
Total	1.144.189,0	392.463,8	9.655,7	2.657,2	3.309,7	1.552.275,4

E estes valores totais, da ordem de 1,4 milhão de hectares (i.e., somente Eucalipto e Pinus), são corroborados pela Associação dos Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF) em duas tabelas disponibilizadas em seu *website* e apresentadas a seguir. Porém, a comparação dos dados, da tabela acima da BRACELPA com a primeira tabela da ABRAF, ano a ano, também demonstra discrepâncias de valores. Além do mais, cabe ressaltar que a ABRAF, em outra tabela disponível no mesmo *website*, apresenta o valor de cinco milhões de hectares de área de plantações de árvores no Brasil sem explicar o porque destas diferenças.

Área Total Reflorestada Existente em 31/12/02 (Por ano em ha) Fonte: ABRAF						
Ano de Plantio	Gênero					Total Geral
	Eucalipto	Pinus	Araucária	Acácia	Outros	
1943-1978	23.035,1	58.726,9	9.666,9	0,0	966,0	92.394,9
1979	3.891,9	9.366,9	97,8	0,0	59,3	13.415,9
1980	6.644,4	11.867,2	144,0	0,9	45,6	18.702,1
1981	4.788,2	11.167,4	44,7	0,0	15,4	16.015,7
1982	5.740,6	12.357,3	158,3	0,0	64,3	18.320,5
1983	8.923,6	11.917,6	133,9	0,2	359,2	21.334,5
1984	5.888,9	10.264,3	115,3	0,0	34,4	16.302,9
1985	8.380,4	7.824,4	113,4	0,0	113,3	16.431,5
1986	8.946,4	7.308,6	92,4	1,7	70,3	16.419,4
1987	13.366,0	8.534,3	91,5	1,4	100,8	22.094,0
1988	16.412,2	10.588,4	137,6	260,3	208,3	27.606,8
1989	28.874,0	15.106,2	83,0	0,0	50,4	44.113,6
1990	28.278,8	17.814,7	1,2	2.391,0	25,0	48.510,7
1991	22.379,0	12.056,5	0,0	0,0	88,7	34.524,2
1992	23.776,9	10.966,1	11,8	0,1	208,5	34.963,4
1993	30.389,8	15.854,6	85,8	0,0	147,9	46.478,1
1994	29.263,5	17.721,2	92,2	0,0	16,1	47.093,0
1995	45.810,1	22.712,0	150,7	0,1	54,8	68.727,7

1996	82.215,7	19.834,7	99,7	0,0	127,0	102.277,1
1997	89.595,4	15.816,1	87,1	1,2	107,8	105.607,6
1998	96.245,1	19.198,2	105,7	0,0	207,1	115.756,1
1999	85.234,0	17.511,6	140,5	0,0	153,4	103.039,5
2000	102.763,9	18.289,2	24,7	0,0	31,0	121.108,8
2001	135.273,9	19.468,4	0,0	0,0	217,3	154.959,6
2002	132.691,3	18.203,7	0,0	0,7	29,4	150.925,1
Total	1.038.809,1	400.476,5	11.678,2	2.657,6	3.501,3	1.457.122,7

Esta segunda tabela da ABRAF, a seguir, representa este valor total de 1,4 milhão de hectares distribuído nas Unidades da Federação.

Área Total Reflorestada Existente em 31/12/02 (Por estado em ha) Fonte: ABRAF/BRACELPA						
Estado	G ê n e r o					Total Geral
	Eucalipto	Pinus	Araucária	Acácia	Outros	
Amapá	55.147,0	33.824,1	0,0	2.650,0	878,0	92.499,1
Bahia	228.051,0	11.103,6	0,0	0,0	0,0	239.154,6
Espírito Santo	115.596,5	110,2	0,0	0,0	0,9	115.707,6
Maranhão	5.500,1	0,0	0,0	0,0	0,0	5.500,1
Mato Grosso do Sul	58.652,1	0,0	0,0	0,0	0,0	58.652,1
Minas Gerais	148.481,2	2.683,8	461,3	0,0	1.977,8	153.604,1
Pará	34.002,0	4.469,0	0,0	0,0	0,0	38.471,0
Paraná	44.449,7	202.766,8	9.597,9	0,0	127,1	256.941,5
Rio Grande do Sul	43.199,5	10.387,5	682,0	7,6	49,0	54.325,6
Santa Catarina	8.438,9	102.450,9	923,8	0,0	66,2	111.879,8
São Paulo	297.291,1	32.680,6	13,2	0,0	402,3	330.387,2
Total	1.038.809,1	400.476,5	11.678,2	2.657,6	3.501,3	1.457.122,7

Pode-se notar que quando se compara a área total plantada com Eucalipto e Pinus no Brasil com a área plantada com estes dois gêneros só para o segmento de celulose & papel, a hierarquia de importância dos estados se modifica (ver tabela a seguir). Considerando-se o total geral de plantações, para todos os segmentos produtivos, Minas Gerais é o estado com maior área plantada, seguido de São Paulo e do Paraná. Mas se os dados analisados forem sobre as áreas plantadas pertencentes ou objetivando atender o segmento celulósico papeleiro, São Paulo passa a ser o estado com maior área plantada, seguido pelo Paraná e pela Bahia. Coincidentemente, nestes três estados estão ocorrendo frentes de expansão dos plantios de árvores para atender este segmento, como apresentado adiante.

Área plantada com Eucalipto e Pinus em todo o Brasil (total de 4.805.930 ha)			Área plantada com Eucalipto e Pinus para o segmento de celulose & papel (total de 1.457.122,7 ha)		
Fonte: SBS			Fonte: Bracelpa		
UF	Área com Eucalipto	Área com Pinus	UF	Área com Eucalipto	Área com Pinus
Minas Gerais	1.535.290	143.410	São Paulo	297.291,1	32.680,6
São Paulo	574.150	202.010	Paraná	44.449,7	202.766,8
Paraná	67.000	605.130	Bahia	228.051	11.103,6
Bahia	213.400	238.390	Minas Gerais	148.481,2	2.683,8
Santa Catarina	41.550	318.120	Espírito Santo	115.596,5	110,2
Rio Grande do Sul	136.800	115.900	Santa Catarina	8.438,9	102.450,9

Estas discrepâncias se repetem, mais uma vez, em relação às áreas reflorestadas anualmente, sendo que os dados da BRACELPA não coincidem com os da antiga Associação de Produtores de Carvão Vegetal (ABRACAVE), agora Associação Mineira de Silvicultura (AMS), em relação aos plantios com o gênero Eucalipto, comparando-se os valores a partir de 1992.

ÁREA ANUAL REFLORESTADA ENTRE 1992 E 2001 INCLUINDO REFORMAS (hectares)										
Fonte: BRACELPA, 2002										
Gênero	Ano									
	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Eucaliptos	69.556	70.045	64.060	71.294	88.004	86.118	92.223	88.897	101.133	133.959
Pinus	12.923	18.820	19.562	22.695	24.118	15.228	18.374	18.278	18.071	14.616
Araucária	0	267	81	147	111	116	104	154	25	12
Acácia	0	0	0	234	2	1	0	0	0	0
Outros	174	71	0	170	307	206	0	27	175	0
Total	82.653	89.203	83.703	94.540	112.542	101.669	110.701	107.356	119.404	148.587

ÁREA ANUAL REFLORESTADA NO BRASIL (hectares)			
Fonte: ex-ABRACAVE (AMS), 2001			
Ano	Eucalipto para Carvão	Eucalipto para Celulose/Outros	Total
1990	125.000	87.421	212.421
1991	51.305	67.283	118.588
1992	80.067	78.539	158.606
1993	46.653	81.739	128.392
1994	37.026	82.801	119.827
1995	30.351	98.340	128.691

1996	32.752	106.808	139.560
1997	30.756	101.723	132.479
1998	30.000	110.830	140.830
1999	30.000	107.000	137.000
2000	30.000	71.000	101.000
2001	50.000	88.100	138.100

Para finalizar esta análise da desuniformidade de informações que são primordiais para qualquer processo de planejamento e tomada de decisões referentes ao Setor Florestal, vale apontar que a maioria das empresas ligadas ao setor de base florestal plantada afirma que cerca de 66% da área total do território nacional é coberta por florestas naturais; 0,5% por plantações de árvores e os restantes 33,5% por outros usos como agricultura, pecuária, áreas urbanas, estradas, etc (ABIMCI/STCP²⁹). Contudo, um estudo recente, produzido dentro da própria Diretoria de Florestas do Programa Nacional de Florestas (DIFLOR/PNF) da Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF) do Ministério do Meio Ambiente (MMA)³⁰, sobre quantificação de áreas degradadas no Brasil, utilizando dados do IBGE e de outras agências governamentais, chegou aos seguintes valores (ver tabela a seguir): áreas de florestas naturais representam 36,7% do território nacional, sem serem consideradas as unidades de conservação que ocupam 7,8% e terras indígenas 11%; e as áreas de plantações de árvores ocupam, na verdade, 0,6% do território. A diferença de apenas 0,1% sobre a área total de plantações, representando cerca de 85 mil ha, não é significativa territorialmente, porém importante do ponto de vista de ilustração de existem deficiências básicas quanto à informação de onde estão as plantações de árvores, a quem pertencem e para que fins elas existem.

Quantificação das áreas degradadas no Brasil, distribuídas entre os principais agentes modificadores das paisagens naturais								
Discriminação de Uso do Solo	1995			2005			Observações	
Agropecuário Florestal e Outros	Área total (mil ha)	Área Total (Km²)	%	Área total (mil ha.)	Área Total (Km²)	%		
Permanentes	7.542	75.420	0,9	8.873	88.730	1,0	+ 0,1%	+ 6,9%
Temporárias	34.253	342.530	4,0	48.933	489.330	5,7	+ 1,7%	
em Pousio	24.000	240.000	2,8	26.400	264.000	3,1	+ 0,3%	
Pastos Artificiais	105.005	1.050.050	12,2	143.843	1.438.430	17,0	+ 4,8%	
Terras Produtivas sem utilização atual	165.500	1.655.000	19,3	129.951	1.299.510	15,2	Redução de 4,1%	
Subtotal 1	336.300	3.363.000	39,2	365.543	3.580.000	42,0		
Fl. Naturais	352.332	3.523.320	41,2	314.332	3.143.320	36,7	Estimativa + adição das APP's e RL (~)	
Fl. Plantadas	700	7.000	0,08	500	5.000	0,06	Setor Florestal	
Campos	18.000	180.000	2,1	17.100	144.000	1,68	Estimativa + adição	

²⁹ empresa de consultoria STCP Engenharia de Projetos do Paraná, amplamente utilizada pelo governo na produção de documentos de análise

³⁰ Técnico responsável Luiz Carlos Sérvulo de Aquino.

Naturais							de APP's de lagos (~)	
Terras impróprias: inaproveitáveis		5.823	58.230	0,68	5.823	58.230	0,68	Pântanos, encostas íngremes, estuários fluvio-marinhos etc.
Sub-Total 2		376.855	3.768.550	44,0	366.777	3.350.550	39,0	
Unidades de Conservação		46.900	469.000	5,4	67.000 *	670.000	7,8	* MMA / SBF / DAP
Terras Indígenas		94.645	946.450	11,0	94.645 *	946.450	11,0	* FUNAI
Sub-Total 3		141.545	1.415.450	16,4	161.645	1.616.450	18,8	
O U T R O S	UHE's	3.127	31.270	0,36	3.399	33.990	0,39	331 PCH's + 78 médias e grandes
	Piscicultura	80	800	0,01	132	1.320	0,01	Espelho d'água do Brasil: ~ 56.000 Km²
	Açudes de irrigação	1.700	17.000	0,19	2.124	21.240	0,25	Associação Brás. de Piscicultores
	Projetos de Mineração	424	4.240	0,05	471	4.710	0,06	95% das minas são de pequeno porte: ~16.528
	Áreas de influência urbana e industrial	1.470	14.700	0,17	1.730	17.300	0,2	Estimativa baseada nos %s demográficos de ocupação e nº de municípios do Brasil.
Subtotal 4		6.801	68.010	0,8	7.856	78.560	0,9	-
TOTAL GERAL		854.700	8.547.000	100	854.700	8.547.000	100	-

Como mencionado anteriormente, parte desta deficiência de informações vem sendo suprida pelos estados na elaboração de mapeamentos de sua cobertura arbórea (i.e., florestas nativas e plantações de árvores) e condução de inventários florestais. O estado de São Paulo publicou um Atlas específico sobre áreas reflorestadas com identificação em mapas dos gêneros botânicos utilizados – Pinus ou Eucalipto, além de informações sobre as condições de manejo, idade dos plantios detentores das propriedades³¹. Todavia esta informação não estava disponível em formato eletrônico e a compilação dos dados não permite a identificação das áreas de reflorestamento em cada município.

Também foram feitos mapeamentos e alguma quantificação de áreas com reflorestamentos nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais. No Rio Grande do Sul, de acordo com o *website* da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) foram quantificadas e qualificadas todas as formações florestais do estado, por meio de convênio entre o governo do estado do Rio Grande do Sul - SEMA e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), sob coordenação do Departamento de Florestas e Áreas Protegidas (DEFAP) da SEMA. Porém só estão disponibilizados no *website* tabelas concisas das informações obtidas para o estado, como um todo, não havendo imagens das áreas.

Já no Paraná foi elaborado um Atlas similar ao do estado de São Paulo, só que esta publicação somente abrange as áreas do estado onde ocorre Floresta Ombrófila Mista, ou seja, as Florestas de

³¹ Kronka, Francisco J. N. (org.) 2002. Inventário Florestal das Áreas Reflorestadas do Estado de São Paulo. Secretaria de Estado de Meio Ambiente/Insituto Florestal. 184 pp.

Araucárias (*Araucaria angustifolia*)³². Nestas áreas foram mapeados os remanescentes de Araucárias e também áreas de reflorestamento, sem, contudo haver distinção das espécies utilizadas nestes últimos³³. Ao fim da publicação existe uma listagem por municípios abrangidos com a área administrativa total, área de remanescentes de florestas nativas e de reflorestamentos, mas o somatório dos totais de áreas reflorestadas apresenta erros.

Em Minas Gerais, no *website* do Instituto Estadual de Florestas é possível a visualização de imagens de satélite com a demarcação de áreas com reflorestamentos, mas não existe qualquer quantificação destas áreas e muito menos quais as espécies utilizadas. Como nos demais estados, iniciativas de contato e obtenção destas informações para este Diagnóstico foram infrutíferas.

Complementarmente, a ABIMCI publicou quatro estudos sobre os setores de processamento mecânico de madeira nos estados de Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso e Pará. Nestes estudos também são incluídas algumas informações sobre a área de florestas nativas e plantações, mas não são apresentados mapeamentos, nem distinção por município.

Caracterização da existência e qualificação de conflitos sócio-ambientais, atores, e identificação de mecanismos de resolução de conflitos, incentivos e outros mecanismos de mercado pertinentes:

O primeiro esclarecimento que se faz necessário é que este Diagnóstico dos conflitos sócio-ambientais em relação à plantações de árvores, devido às várias limitações descritas na seção de Antecedentes, não aborda com profundidade e detalhamento suficientes uma série de informações que são ainda necessárias para um correto entendimento das questões pertinentes à este tema. E neste sentido, também não foi possível adentrar uma discussão no campo teórico de definições sobre o que no jargão atual passou a ser denominado de “conflitos sócio-ambientais”. Tal embasamento teórico, todavia, será fundamental no momento, que se delinea como de continuidade deste estudo, de proposição e construção de mecanismos de diálogo e busca de soluções.

Mas, para este levantamento inicial, buscou-se, ao menos, atender aos mínimos preceitos das diretrizes teóricas sobre que variáveis de informação se fazem necessárias para a análise das questões em relação à plantações de árvores. Sob esta perspectiva, cabe aqui uma observação sobre o termo sócio-ambiental. A maioria dos escritos sobre o tema utiliza a expressão “socioambiental” como palavra conjugada. Porém, optou-se pelo uso de hifenização para que ficasse claro que, apesar de estar-se falando da combinação e/ou interação de questões sociais e ambientais, na verdade, estes são dois universos de problemas, com perspectivas de soluções até distintas. Ou ainda, o que provavelmente se caracteriza mais como a reação de movimentos sociais em torno da “questão ambiental”³⁴. E não se deve esquecer que estes dois universos devem ser compreendidos dentro de sua inserção em um mundo com predominância do contexto econômico. Assim, em complemento à identificação dos objetivos econômicos das áreas de plantações de árvores, foram selecionadas algumas variáveis, para a descrição e qualificação dos chamados conflitos sócio-ambientais. Estas variáveis permitem a identificação de parâmetros ambientais, sociais e institucionais delimitadores (ao menos inicialmente) destes mesmos conflitos. Idealmente, aspectos psicológicos referentes às

³² Castella, P. R. and R. M. Britez (2004). A Floresta com Araucária no Paraná. Brasília, D.F., Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná/PROBIO.

³³ Apesar de que no Estado do Paraná a predominância é de uso do gênero *Pinus* para reflorestamento.

³⁴ Barbanti Jr., O. (2002). Conflitos socioambientais: teoria e prática. Departamento de Economia, Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 20 pp.

percepções dos diferentes atores também deveriam ter sido coletados, mas esta estratégia se apresentou inviável, nesta fase do estudo, pelas limitações acima citadas.

A base de dados apresenta-se de duas formas: em formato shapefile, tendo como base a Malha Municipal do IBGE de 2001, o que nos possibilitou a espacialização das informações, e em formato de tabelas Word Excel. As categorias propostas não são excludentes, podendo ocorrer em qualquer forma de combinação dentro de seu grupo específico. Também foram produzidos mapas combinando estas informações para todo o território brasileiro (Anexo II) e, mais especificamente, para os estados ou regiões, apresentados na próxima seção, com a síntese das questões relativas aos conflitos sócio-ambientais em relação à plantações de árvores.

- **Presença e temporalidade de conflitos sócio-ambientais:**

Esta variável determina a inclusão ou não do município em questão nesta base de dados de conflitos sócio-ambientais. Uma vez estabelecida a existência de algum conflito sócio-ambiental em relação à base florestal plantada, identifica-se os aspectos de temporalidade deste(s) conflito(s). A classificação retroativa (PAS) da existência de conflitos sócio-ambientais em relação à plantações de árvores toma como referência o momento a partir dos incentivos fiscais, quando ocorreu o rápido crescimento de áreas com plantações de árvores. No levantamento de informações para este Diagnóstico foram encontrados alguns relatos, verbais e escritos, da ocorrência de problemas tanto de caráter ambiental, como social, relativos à este período. A classificação presente (PRE) se relaciona ao momento atual. E a classificação futura (FUT) é utilizada quando as informações coletadas levam à percepção de que existe uma confluência de fatores que irão gerar, a curto ou médio prazo, a ocorrência de conflitos sócio-ambientais.

- **Tipologia dos conflitos sócio-ambientais:**

Para a classificação dos tipos de conflitos sócio-ambientais existentes, foram identificados os tipos de ocorrências ou problemas mais recorrentes, e proposta a sistematização apresentada a seguir com o objetivo de que possam ser adotados denominadores em comum na descrição das razões por detrás dos conflitos existentes.

Primeiro foram identificados os conflitos decorrentes de disputas fundiárias (FUND), incluindo neste item as invasões em áreas de plantações. A invasão de áreas de terceiros por plantações é contemplada com outra variável específica descrita adiante.

Em seguida vieram os conflitos relacionados à questões trabalhistas (TRAB) dizendo respeito tanto ao descumprimento da legislação como também à disputas entre patrões e empregados dentro do universo de mecanismos existentes como negociações sindicais, acordos coletivos, etc.

E os problemas ambientais (AMB) se relacionam tanto ao descumprimento da legislação como à denúncias ou queixas, não formalizadas como infrações ou não contempladas como tal, com sub-classificações como hídrico (AMB_HIDR) para questões sobre o desaparecimento de corpos d'água e mananciais ou modificação da estrutura física e regime hídrico destes corpos d'água; desmatamento (AMB_DESM) para a substituição de vegetação nativa; ou ainda, em casos de descrição de extinção de paisagens ou espécies (AMB_EXT); e poluição (AMB_POLU) que pode estar relacionada tanto com a utilização de produtos poluidores nas plantações como geração de poluição devido ao processamento da matéria-prima oriunda de plantações de árvores.

O próximo grupo de tipologias de conflitos sócio-ambientais é sobre questões de uso da terra (USO) e dos recursos naturais. Também neste item foram propostas várias sub-categorias, como pecuária (USO_PECU) quando as plantações de árvores substituem (i.e., gerando conflito) áreas anteriormente ocupadas com esta atividade; Agricultura (USO_AGRÍ), que se refere ao mesmo tipo de situação só que para áreas anteriormente ocupadas com agricultura de larga escala; no caso de áreas ocupadas com agricultura de subsistência ou utilizadas para caçar, optou-se pela denominação genérica de segurança alimentar (USO_SEGUALIM); complementarmente pode haver questões relacionadas somente à restrições de circulação e acesso à áreas e à recursos naturais que não sejam alimento (USO_CIRC&ACESS); também foram incluídas situações em que áreas de plantações substituem ou ameaçam áreas alocadas ou priorizadas para conservação (USO_CONS); e para concluir este grupo se identificou aquelas situações em que os plantios competem com o turismo (USO_TUR).

Também existem conflitos de conotação social (SOCÍ) e para a caracterização destes foram escolhidos dois sub-categorias: (SOCÍ_MIGRA) quando empreendimentos de base florestal atraem para a região onde se implantam mão-de-obra que acaba gerando o inchaço de áreas urbanas; e conseqüentemente acaba ocorrendo a desagregação (SOCÍ_DESAG) da sociedade local, seja por incremento da prostituição e violência ou por desestabilização dos serviços como educação, saúde, saneamento, etc.

Do ponto de vista cultural (CULT), foram incluídas quatro classificações para identificação de conflitos relacionados à estes aspectos. Primeiro em relação à impactos ao patrimônio histórico, cultural, arqueológico e natural (CULT_PATRIM). Outra classificação proposta é especificamente quanto à comunidades tradicionais (CULT_TRAD), em geral, incluindo extrativistas, ribeirinhos, seringueiros, etc.; e indígenas (CULT_IND) e quilombolas (CULT_QUIL), sendo que estes dois últimos grupos de comunidades tradicionais foram denominados especificamente por serem grupos sociais detentores de status legal especial.

E por último vem uma categoria para descrição de conflitos sócio-ambientais de caráter violento (VIOL), podendo ser de três tipos: violência moral (VIOL_MORAL) incluindo pressões psicológicas e ameaças; violência física (VIOL_FÍSICA), envolvendo agressões e expulsões; e casos extremos de assassinatos (VIOL-MORTE).

- **Atores envolvidos e relacionados com os conflitos sócio-ambientais:**

No campo referente à atores buscou-se listar com o maior detalhamento possível todas as partes envolvidas ou interessadas, direta ou indiretamente. Porém, para que a base de dados não se tornar muito pesada optou-se por produzir uma lista em separada com as informações obtidas para cada um destes atores como endereço e, no caso de entidades/instituições, pessoas de contato. Também, nesta listagem, em paralelo, foram incluídas algumas instituições e entidades de atuação nacional, que no segundo momento deste estudo, isto é, de aprofundamento das informações, as mesmas sejam consideradas.

- **Mecanismos de resolução dos conflitos sócio-ambientais:**

No campo referente à esta variável optou-se pelas seguintes classificações: para iniciativas, por parte do poder público ou da sociedade civil organizada de caráter legal (LEG), sendo que podem ser Comissões Parlamentares de Inquérito (LEG_CPI); tentativas ou promulgação de legislação

(LEG_LEGIS) relativa ao tema de plantações de árvores, ou ainda processos que contam com a intermediação tanto do Ministério Público Federal como Estadual (LEG_MP). Outra possibilidade encontrada foi a de manifestações organizadas (MANIFEST) ou o estabelecimento de fóruns de debates (FÓRUM) ou redes de articulação e ações conjuntas (REDE). E também foram incluídos casos em que houve algum tipo de negociação (NEG), seja esta negociação direta. (NEG_DIR) entre as partes envolvidas ou atores representando os interesses destas partes, negociações com forças policiais (NEG_POL) ou negociações com a intermediação de cortes de justiça (NEG_JUST).

- **Incentivos e outros mecanismos de mercado:**

Este campo de informação inclui, em caso de ocorrência, de programas de fomento, fazendo-se distinção entre iniciativas promovidas pelas empresas (FOM_EMP) ou aquelas conduzidas por agências governamentais (FOM_GOV). Também neste campo são listados eventuais mecanismos de financiamento utilizados, como PRONAF (FIN_PRONAF), PROPFLORA (FIN_PROPFLORA) ou ainda adiantamentos feitos pelas próprias empresas (FIN_EMP). E por último são listadas, se for o caso, iniciativas de certificação florestal tanto do Conselho Brasileiro de Manejo Florestal (CERT_FSC), como do INMETRO (CERT_CERFLOR), ou ainda iniciativas de certificação de procedimentos e práticas como o do Sistema ISO (ISO_9002 ou ISO_14.000).

Descrição dos conflitos sócio-ambientais em relação à plantações de árvores:

Para um melhor entendimento das questões relativas aos conflitos sócio-ambientais em relação à plantações de árvores optou-se pela organização das informações Unidade da Federação, mas alguns estados são apresentados individualmente e outros agrupados em regiões ou grupos de estados que apresentam características em comum ou similares quanto à dinâmica do estabelecimento de plantações de árvores, atividades econômicas relacionadas e as reações às mesmas por parte dos diversos setores da sociedade.

É importante ressaltar, todavia, que por mais que o objetivo fosse o de não se fazer julgamentos na descrição dos conflitos sócio-ambientais apresentados, as fontes de informação consultadas, muitas vezes, são parciais e até emocionais. Mesmo as informações veiculadas pela mídia podem também apresentar esta característica. Complementarmente, em relação à maioria das grandes empresas citadas, buscou-se contatá-las e obter informações e a perspectiva das mesmas. E também junto às suas associações representativas. Porém, apesar do segmento empresarial normalmente deter dados bem organizados, o nível de resposta foi insignificante. Além do mais, as respostas foram genéricas, sem menção à fatos concretos de envolvimento do segmento em conflitos sócio-ambientais. Da mesma maneira, um grande número de entidades do movimento ambientalista e social foi contatado, mas o nível de resposta também baixo. Nestas, contudo, o agravante, é que a despeito da proximidade, de muitas delas, com os problemas ou conflitos sócio-ambientais em relação à plantações de árvores, a capacidade de sistematização das informações de maneira concisa e quantitativa ainda é pouca. E ainda existem aqueles que estão diretamente envolvidos em conflitos sócio-ambientais, mas cuja capacidade de organização, entendimento do contexto aonde se inserem e articulação para fazer denúncias é praticamente inexistente.

Assim, as informações que foram coletadas sobre os conflitos sócio-ambientais em relação às plantações de árvores serão apresentadas, de maneira descritiva, de acordo com o seguinte agrupamento de regiões ou para os seguintes estados individualmente, a saber:

- ✓ Amazônia Oriental (estados do Amapá, Pará e Maranhão);
- ✓ Estados do Espírito Santo, Bahia e Rio de Janeiro;
- ✓ Minas Gerais;
- ✓ São Paulo;
- ✓ Região Sul (estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná);
- ✓ Região Centro-Oeste (estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul).

Além do mais, todas as informações encontradas sobre conflitos sócio-ambientais em relação à plantações de árvores foram inseridas em uma base de dados (planilha do Excell), em anexo à este Diagnóstico. E foram gerados mapas sobre a distribuição espacial destes conflitos, sendo um geral para o todo o Brasil (Anexo I) e mais 11 mapas (Anexos de II a XII), para cada um dos estados descritos neste Diagnóstico, sendo que, todavia, os estados da Amazônia Oriental e da Região Centro-Oeste foram apresentados em conjunto, e em Minas Gerais foi preciso a elaboração de um mapa de detalhe de uma porção do estado que continha muitas informações sobre conflitos.

Amazônia Oriental:

O levantamento de dados desta região foi realizado pelo pesquisador Marcelo Sampaio Carneiro, da Universidade Federal do Maranhão. Seu trabalho de campo incluiu a checagem *in loco* de algumas denúncias e entrevistas com os seguintes atores:

Entrevistas Realizadas:

a) Em Imperatriz.

Sr. Manoel Santos Filho – Coordenador Regional da ANARA
Sr. Silas Zen – Diretor Geral Florestal – Ferro Gusa Carajás/CVRD
Sr. Luiz Antonio – Diretor de Relações Institucionais - Ferro Gusa Carajás/CVRD
Sra. Adriana Soares Carvalho – Gerente Executiva Regional do IBAMA

b) Em Açailândia.

Sr. Ilzamar Madeira Lacerda – Eng. Florestal Viena Siderúrgica S/A
Sr. José Roberto Saraiva - Eng. Florestal Viena Siderúrgica S/A
Sra. Ivonete da Silva Sousa – Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos
Sr. José de Ribamar Frazão – Presidente do SIMETAL

c) Em Marabá.

Sr. Raimundo Gomes da Silva – Ex-vereador e coordenador do CEPASP.
Prof. Mauro Santos Silva – Coordenador do LASAT/UFPA

d) Em Belém.

Prof. Maurílio Monteiro – NAEA/UFPA
Profa. Maria Célia Coelho – UFRJ e NAEA/UFPA

e) Em São Luis.

Pe. Flavio Lazzarini – CPT/MA
Sra. Marluze Pastor – Gerente do IBAMA/MA

f) Em Igarapé do Meio (Vila Diamante).

Militantes da coordenação do MST – Regional Tocantina

Na região denominada de Amazônia Oriental estão incluídos os estados do Amapá, Pará e Maranhão. Apesar destes três estados, quanto à sua dinâmica de ocupação, na verdade, apresentarem grandes diferenças quanto ao momento em que ocorreram e até quanto ao estágio de antropização de seus territórios, por outro lado, quanto às questões relacionadas aos monocultivos de árvores ocorrem várias similaridades. O principal elo em comum entre as situações encontradas nestes três estados é de um nível de organização ainda baixo e certamente de grande falta de infraestrutura e recursos – humanos e financeiros – por parte das organizações do movimento social. A consequência principal deste cenário é a falta de informações e capacidade de organização política para participar em termos de igualdade de qualquer processo de resolução de conflitos que venha a ser desenvolvido.

Segundo dados do IBGE (1996), a participação de atividades de silvicultura, ou seja, de plantações de árvores exóticas, no total da área dos estabelecimentos agropecuários dos estados do Amapá, Pará e Maranhão. Elas representam pouco mais de 227 mil hectares, concentradas principalmente em estabelecimentos de mais de 500 hectares.

Participação da área de florestas plantadas na área total dos estabelecimentos agropecuários (em mil hectares)			
	Área de Florestas Plantadas (1)	Área Total dos Estabelecimentos (2)	(1)/(2) em %
Amapá	84,9	700,0	12,12
Pará	114,4	22.520,0	0,50
Maranhão ³⁵	27,8	12.561,0	0,22
Fonte: Censo Agropecuário – IBGE (1996)			

Amapá

No estado do Amapá, a chegada de plantações com espécies exóticas ocorreu quando, na década de 60, a ICOMI (indústria e Comércio de Minérios S.A.) que pertencia à CAEMI (Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração), resolveu diversificar seus investimentos e ocupou cerca de 80.000 ha de cerrado com plantações de Pinus que passaram a ser administrados pela também criada AMCEL (Amapá Florestal e Celulose S.A.). Depois foi introduzido o Eucalipto. Também foram implantados cerca de 7.000 ha com palmeiras produtoras de dendê administradas pela CODEPA (Companhia de Dendê do Amapá). Estas iniciativas começaram no município de Porto Grande há 120 km ao norte de Macapá, a capital do estado.

A AMCEL, porém, nunca fez jus à parte do seu nome que a descrevia como uma indústria integrada para a produção de celulose. Até o presente, já tendo passado, em 1996, para as mãos da Champion (no Brasil originalmente em de Mogi Guaçu, SP), que por sua vez foi comprada, em 2000, pela International Paper (e virou International Paper do Brasil Ltda.). A unidade industrial da AMCEL produz somente cavacos de madeira para abastecer fábricas de celulose. Mas, o interesse do “velho” Antunes³⁶, Presidente da ICOMI/CAEMI, pelo ramo de celulose, todavia, se manifestou novamente quando, em 1982, liderou o pool de 23 empresas que assumiu o controle da Jarí Florestal e Agropecuária (ver a seguir). Após esta transação a função da AMCEL passou a ser de abastecer a

³⁵ Como veremos a seguir, somente as áreas plantadas com Eucalipto declaradas pelas empresas Ferro Gusa Carajás e Viena Siderúrgica ultrapassam os valores apontados pelo IBGE para o conjunto do estado do Maranhão, o que nos adverte desde já para o cuidado no manuseio desses números.

³⁶ Augusto Trajano de Azevedo Antunes.

fábrica de celulose da Jarí. Depois passou a suprir de cavacos fábricas de celulose no Japão (60% da produção atual de 1,3 milhões de toneladas/ano) e Europa (40%).

Quando a AMCEL passou a pertencer à Champion, a área ocupada no estado já era de 170 mil ha, mas então começou a ser expandida rapidamente, para os municípios de Ferreira Gomes e Tartarugalzinho, em um processo cercado de controvérsias. Por meio do uso de “laranjas”, a então Champion adquiriu cerca de 6.000 ha, distribuídos em 12 lotes de 500 ha vendidos a preços subsidiados pelo INCRA, somente para pessoas físicas, e com a cláusula de que a terra não pode ser vendida por 10 anos. A investigação do TCU (Tribunal de Contas da União) sobre o caso acabou sendo concluída com a declaração que as operações eram legais. Quando a nova superintendência do INCRA, em 2003, tentou anular os processos de venda, descobriu que 11 dos processos haviam desaparecido dos arquivos.

A Champion também teve que devolver ao INCRA cerca de 105 mil hectares de terras que comprou de posseiros e grileiros nos dois municípios citados acima. O processo de aquisição das terras começou em 1995, reproduzindo a mesma estratégia utilizada por tantas outras empresas do segmento de celulose, na década de 70-80, nas regiões Sul e Sudeste. Antes da empresa se anunciar na região, checaram na área homens vestidos como fazendeiros ricos, dirigindo caminhonetes e querendo comprar as terras de pequenos produtores. Mesmo que seja argumentado que não houve casos de morte ou violência física explícita, a desarticulação e desorganização dos agricultores locais os colocava em posição vulnerável para uma decisão informada. Na época, a CPT (Comissão Pastoral da Terra) conseguiu documentar vários destes casos, que culminaram em uma Ação Civil e a devolução das terras. Além do mais, uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) instaurada no início de 2004 pela Assembléia Legislativa do estado do Amapá e destinada a investigar a ocupação de terras públicas na região Amazônica, ao levantar informações sobre a atuação da Champion no estado do Amapá verificou que a empresa efetivamente adquiriu terras irregulares. Em 2001, quando a Champion já havia se transformado em International Paper do Brasil, as áreas de terras sob o controle da empresa já chegavam à 219 mil ha. Atualmente, a International Paper do Brasil declara possuir 400 mil ha, com 112 mil ha de reflorestamentos. Mas, existem projeções de para que as áreas plantadas ultrapassem 200 mil ha antes que seja atingida a capacidade atual máxima de produção de quatro milhões de toneladas/ano. E também os planos da International Paper do Brasil são de instalação, em 2013, de uma fábrica de celulose³⁷, quando a empresa encerrará seu perfil de exclusiva exportadora de cavacos, e a partir de 2016 começar a exportar pasta de celulose.

Quando contatados para este Diagnóstico, a International Paper do Brasil, por meio de seu Coordenador Florestal - Robson Laprovitera, respondeu à um questionário que foi submetido às empresas do setor de base florestal plantada (ver a seguir), bem como informou quais as áreas de plantações da empresa nos estados onde atua (i.e., São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Amapá e Minas Gerais).

Diagnóstico PNF – Respostas da International Paper do Brasil

Coordenador Florestal Robson Laprovitera

1) Qual a percepção de sua empresa ou entidade sobre conflitos sócio-ambientais em relação à plantações de árvores no Brasil? Onde, na opinião da entidade, já ocorreram, ocorrem, ou tem potencial de ocorrer estes conflitos? Quem são os, direta e indiretamente, envolvidos?

³⁷ Não se tem informações do município onde será instalada.

R: Os conflitos sócio ambientais ocorrem de forma localizada no território nacional e dependem da cultura da população e do grau de entendimento da mesma sobre o cultivo de florestas em condições tropicais como o Brasil. Os principais questionamentos da sociedade dizem respeito aos impactos ambientais de plantações florestais e à monocultura de árvores. Estes conflitos ocorrem com maior intensidade, no norte do ES e sul da BA e na Amazônia. Os conflitos ocorrem por anseios e interesses de parcelas da sociedade (ONGs, agricultores, etc.).

2) Como sua empresa lida diretamente com estas questões ou, no caso de entidades, como a mesma orienta seus associados a lidarem com estas questões?

R: A empresa procura ter uma posição ativa junto à comunidade, desde a geração de empregos até o desenvolvimento de Projetos e parcerias nos âmbitos educacional, ambiental e social. Procura prover informações sobre o modo de cultivo e manutenção das florestas, respeito a legislação brasileira em vigor, preservação de habitats naturais e realização de pesquisas de flora, fauna, recursos hídricos e solo para o aprimoramento de suas plantações e para o desenvolvimento sustentável da silvicultura nacional. A International Paper possui a certificação ambiental ISO 14001 para todas as suas unidades florestais nos Estados de SP, PR, AP e MS e a certificação florestal nacional (CERFLOR) para as florestas da empresa no Estado do PR.

3) Que mecanismos sua empresa ou entidade acredita que poderiam ser trabalhados pelo governo para a construção de canais de diálogo e resolução de problemas?

- Procurar estabelecer oportunidades de diálogos entre as partes interessadas no desenvolvimento regional;

- Divulgar a silvicultura brasileira em âmbito nacional como um setor que gera emprego e renda, e de sua participação na economia do país;

- Divulgar resultados de trabalhos técnicos e científicos que contribuem para esclarecer à sociedade aspectos da cultura de plantações florestais no Brasil.

4) Para o segmento em que se inserem e/ou tem relação (i.e., celulósico, siderúrgico, painéis, moveleiro), quais são as demandas de matéria-prima de plantações (e que spp.) nos próximos cinco anos e planos de investimentos para o suprimento destas necessidades, ? Na sua opinião, quanto o "apagão florestal" irá afetar sua empresa ou segmento de que faz parte, ou tem relação? Por favor, descreva as conseqüências deste cenário (e.g., investimentos, expansão, busca de alternativas).

R: A empresa se insere hoje nos setores de papel e celulose, de processamento mecânico da madeira e de produção de cavacos de madeira. A matéria-prima, para atender estes fins, é proveniente de plantações florestais de eucaliptos e pinus, cultivados principalmente em áreas próprias da empresa. O apagão florestal irá afetar os preços da madeira no mercado, influenciando os custos de produção e a oferta de produtos do setor florestal. As conseqüências da escassez de madeira irão influenciar o balanço financeiro das empresas em diferentes magnitudes, variando basicamente em função do porte das empresas, estratégia de abastecimento e tipo de produto final. A IP vislumbra investimentos no país, a fim de aumentar a sua capacidade produtiva nos próximos cinco anos.

Pará

No estado do Pará, a introdução de plantações de árvores com fins industriais também ocorreu associada à uma empresa do segmento celulósico. A Jarí Celulose foi criada em 1967, pelo armador norte-americano Daniel Ludwig, quando comprou a Jarí Indústria e Comércio S.A., fundada pelo “Coronel Júlio”³⁸, seringalista histórico, que fez fortuna controlando imensidões de terras públicas na região para a extração de borracha e castanha. Para atender os planos de produção anual inicial de 220

³⁸ A empresa já havia sido vendida há cinco anos antes para um grupo de cinco comerciantes portugueses e um brasileiro.

mil tons/ano de celulose branqueada, foi planejado o plantio uma área de cerca de 160.000 hectares. Inicialmente também se pensava na utilização da espécie exótica Gmelina (*Gmelina arborea*). Entre 1968 e 1982, foram derrubados 100.000 ha de floresta nativa para a implantação de monocultivos de árvores de rápido crescimento. Atualmente, a maior parte da área plantada é ocupada por Eucalipto.

Área total da Jari Celulose/Orsa Florestal (Pará e Amapá)	1.734.606,00 hectares
Área das operações com Eucalipto da Cia. Florestal Monte Dourado (PA), certificadas pelo FSC	427.736 ha
Área de manejo florestal de floresta nativa da Orsa Florestal (Amapá), certificada pelo FSC	545.335 ha
Fonte: Relatório Certificação Florestal da SCS, 2004	

Em 1982, o Grupo CAEMI assumiu totalmente o controle da Jari Celulose. E em 2000, o Grupo Orsa, com investimentos em vários ramos do segmento celulósico papeleiro, também nos estados do Amazonas, Goiás e São Paulo, passou a ser o controlador acionário, e Sérgio Amoroso seu fundador o Presidente.

Em paralelo, à Jari Celulose, ainda dos tempos de Ludwig, foi também instalada uma planta de beneficiamento de caulim, mineral utilizado para o revestimento na fabricação de papéis de alta qualidade, e com imensas jazidas há poucos quilômetros da Jari Celulose. Esta fábrica de caulim pertenceu ao mesmo empreendimento até os tempos da CAEMI, quando a então CAULIM DA AMAZÔNIA passou a ser controlada e denominada como CADAM S.A. Porém, a combinação destas variáveis nunca foi o suficiente para a verticalização da produção da Jari integrando a produção de papel.

Em 2004, a Jari Celulose e a Orsa Florestal foram certificadas pelo FSC, respectivamente, para as operações com plantações e manejo de floresta nativa. O Relatório Público da Certificação Florestal, de responsabilidade da empresa de certificação SCS, afirma: “*existirem ‘comunidades antigas’ na área da empresa que devem ter suas terras regularizadas (SCS, 2004, p.23)*”³⁹. Outros problemas ocorrendo na área também foram relatados no Relatório Final da mesma CPI, citada acima, destinada à investigar a ocupação de terras públicas na região Amazônica, de 2001, relacionando a empresa Jarí Celulose como possuidora de diversos contenciosos com pequenos agricultores que habitam nas terras pretendidas pela empresa, terras essa localizadas nos municípios de Laranjal do Jarí e Vitória do Jarí. E ainda segundo este Relatório durante as atividades da CPI foram encaminhadas propostas para a resolução desses conflitos, que incluiu, entre outros aspectos, a “retirada de 370.000 hectares das terras da Jarí inclusas no processo discriminatório do TERRAP (Instituto de Terras do Amapá)”.

No estado do Pará, ainda, além destes monocultivos de árvores exóticas também houve iniciativas de estabelecimentos de plantios de palmeiras de dendê, atualmente pertencendo à empresa Agropalma S.A., do Grupo Banco Real, e ocupando 32.000 ha no município de Tailândia (área total de 82.000 ha). Já com espécies nativas, na década de 70, com os recursos do PROBOR, também foram

³⁹ www.fsc.org.br

implantados grandes monocultivos de seringa (*Hevea brasiliensis*), pela empresa automobilística FORD, mas dizimados pelo fungo *Micro-ciclo ulei*.

Mais recentemente vem vêm crescendo iniciativas, por parte de empresas do setor madeireiro, com espécies de essências florestais nativa. Segundo um artigo sobre o desenvolvimento dos financiamentos do PROFLORESTA para reflorestamento com espécies naturais da Amazônia⁴⁰, esse movimento até aquela data apresentava o seguinte quadro: “Até junho deste ano, o Banco [da Amazônia] injetou na atividade R\$ 6,9 milhões, que representam a recuperação de 2,6 mil hectares. No Pará, o financiamento foi aplicado nos municípios de Ulianópolis, Aurora do Pará, Castanhal, Pau D’Arco, Paragominas, Moju, Capitão Poço e São Caetano de Odivelas. Em Rondônia, nos municípios de Espigão do Oeste e Colorado do Oeste. [...] As espécies que estão sendo utilizadas no reflorestamento são o paricá, a teca, freijó e sumaúma. As primeiras em maior quantidade”. E a empresa Tramontina, que atualmente utiliza madeira certificada originária do manejo florestal, declara em uma matéria na mesma revista⁴¹, que seu um suprimento futuro era a partir de madeira de reflorestamento: “A partir do projeto de reflorestamento desenvolvido há onze anos no município de Aurora do Pará, [...], a tendência é que a Tramontina diminua a compra de madeira e passe a consumir sua própria matéria-prima”. Em relação à estas duas frentes de reflorestamentos, contudo, não existem registros de problemas ou conflitos.

Pará/Maranhão

Já no Sudeste Paraense juntamente com o Oeste Maranhense, as áreas em que se desenvolve o plantio de Eucaliptos se destinam à produção de carvão vegetal para usinas de ferro-gusa. A história da implantação de plantações de árvores nesta região está associada a chegada, em 1988, das primeiras empresas siderúrgicas de produção a base de carvão vegetal nos municípios de Açailândia e Marabá⁴². Todavia, dada a disponibilidade de obtenção de material lenhoso (mata nativa, resíduos de serrarias e abertura de pastagens) na região, pouca atenção foi dada a constituição de plantios por essas empresas, nesse primeiro momento.

Em 1995, contudo, esse quadro modifica-se de forma importante, com o anúncio da implantação da empresa Celmar S/A, no município de Imperatriz. *Joint-venture* formada pela Cia. Vale do Rio Doce⁴³, a Celmar foi constituída com o objetivo de abastecer uma unidade de papel e celulose, fato que nunca se concretizou. Mas, com uma base florestal implantada, de cerca de 35 mil hectares de Eucalipto, plantados em uma área total de 81.338,00 ha, desde os anos 90, a empresa mudou recentemente o seu nome e foco de atuação, passou a chamar-se Ferro Gusa Carajás S/A⁴⁴, orientada para a produção de ferro-gusa.

Acompanhando essa reorientação do empreendimento da CVRD, agora voltado para a produção de carvão vegetal, algumas empresas do segmento guseiro regional têm procurado ampliar sua base florestal, como é o caso da Viena Siderúrgica, que, segundo documentos repassados por

⁴⁰ “Paricá muda a paisagem da BB”, *Agroamazônia*, n° 6, Agosto de 2002, www.revistaagroamazonia.com.br

⁴¹ Parceria para a recuperação de área degradada”, *Agroamazônia*, n° 13, Abril de 2003.

⁴² Respectivamente: Viena Siderúrgica e Cia. Vale do Pindaré (Açailândia/MA), Cosipar e Simara (Marabá/PA).

⁴³ O projeto Celmar foi anunciado com a meta de produção de 500 mil toneladas de celulose de fibra curta. Sua arquitetura inicial era a de uma *joint-venture*, formada pela CVRD, Papel Simão e Ripasa. Depois de varias transferências acionarias o projeto assumiu uma configuração com dois grandes acionistas: a CVRD (85% das ações) e a trading japonesa Nisho Iwai (15% das ações).

⁴⁴ Associação da CVRD (78% das ações) com a empresa do setor siderúrgico norte-americano Nucor Corporation (22% das ações).

técnicos do setor florestal da empresa, possui, atualmente, 30.709,74 hectares de terras próprias⁴⁵, metade dos quais (15.163,85 hectares) com plantios de Eucalipto implantados.

Entrevista com o pesquisador Maurílio Monteiro (NAEA/UFPA, Belém-PA), que vem acompanhando de forma sistemática a evolução da economia do carvão vegetal na região, esse pesquisador aponta como pouco provável a hipótese das empresas guseiras adquirirem terras para o plantio de Eucalipto, dada a disponibilidade de fontes alternativas de material lenhoso (mata nativa) e dos custos dessa produção vis-à-vis o preço recebido pelo gusa vendido no mercado internacional.

Porém, existe o fato do crescimento da produção siderúrgica situada ao longo da Estrada de Ferro Carajás. E com a chegada de novas empresas - em alguns casos grupos de grande porte como a Gerdau e a própria CVRD - irá ocorrer a ampliação da produção das já existentes. As usinas de ferro-gusa atualmente em operação somam número de quatorze, sendo seis localizadas na cidade de Marabá/PA (Cosipar, Simara, Sidepar, Usimar, Siderúrgica Terra Norte e Siderúrgica Ibérica) e oito no estado do Maranhão, cinco no município de Açailândia, (Viena, Covap, Simasa, Gusa Nordeste e Fergumar) e três mais próximas a capital do estado (Margusa, Cosima e Susa Industrial), sendo a primeira no município de Bacabeira e as duas últimas em Pindaré-Mirim.

Como vimos acima, esse crescimento da produção siderúrgica de Carajás tem sido acompanhado pela ampliação das áreas plantadas com Eucalipto, e de acordo com o Sr. Silas Zen, Gerente Geral Florestal da Ferro Gusa Carajás, a Companhia Vale do Rio Doce está decidida a não fornecer minério de ferro para empresas guseiras que não possuam base florestal própria. Mas, se esta proposta de expansão da base florestal plantada tem o aspecto de diminuição de consumo de carvão vegetal oriundo de florestas nativas, por outro lado, significa também uma agudização de diversos problemas sociais já existentes na região e decorrentes desta atividade (ver a seguir).

O primeiro grande grupo de problemas relacionados às guseiras é de ordem trabalhista. A gravidade da situação em relação ao uso de mão-de-obra escrava levou ao compromisso firmado em agosto de 2004 entre as seguintes empresas siderúrgicas - Companhia Siderúrgica do Pará (Cosipar), Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré, Companhia Siderúrgica Do Maranhão (Cosima), Ferro Gusa do Maranhão Ltda (Fergumar), Ferro Gusa Carajás S.A., Gusa Nordeste S.A, Maranhão Gusa S.A, Siderúrgica do Pará (Sidepar), Siderúrgica do Maranhão S.A (Simasa), Siderúrgica Ibérica do Pará S.A, Siderúrgica Marabá S.A (Sumara) S.A., Susa Industrial Ltda, Terra Norte Metais Ltda, Viena Siderúrgica do Maranhão S.A e Usimar Ltda., com o TST (Tribunal Superior do Trabalho), a OIT (Organização Internacional do Trabalho), a Procuradoria-Geral do Trabalho, o Ministério do Trabalho, na presença de organizações não-governamentais, como o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, o Instituto Observatório Social, a Confederação Nacional dos Metalúrgicos/CUT e o Instituto Carvão Cidadão, entre outros. O objetivo deste acordo foi a obtenção do empenho destas empresas na erradicação do trabalho escravo para a produção de carvão vegetal e a consecução exigirá algo como um selo de garantia das condições de trabalho ao longo da cadeia de suprimento do carvão vegetal para as guseiras.

Um contraponto para esta demonstração de interesse em cumprir preceitos de um mecanismo de certificação é que o tema da Certificação Florestal quando colocado para os diretores das empresas não gerou maior receptividade para o mesmo.

Outras questões, direta e especificamente associadas à implantação e expansão dos plantios de Eucalipto são:

⁴⁵ Localizadas nos estados do Maranhão, Pará e Tocantins.

a) Agravamento da situação fundiária.

Os plantios de Eucalipto associados a produção siderúrgica de Carajás apresentam um claro impacto sobre a distribuição da propriedade da terra na região. Por ocasião da audiência pública para análise do EIA-RIMA da Celmar S/A, foi apontado o absurdo constante nesse documento que declarava a região de implantação do empreendimento florestal como desprovida de conflitos sociais, mostrando os diversos casos de disputa pela posse da terra naquela região nos anos 90⁴⁶.

Em período mais recente essa situação só vem se confirmando, com a ampliação do número de assentamentos de reforma agrária nos município da região e com a presença importante de organizações camponesas que procuram organizar trabalhadores sem-terra, casos do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, do Movimento de Trabalhadores Sem-Terra e do Movimento pela Libertação dos Sem-Terra. Segundo o próprio relato de diretores da Ferro Gusa Carajás, entrevistados no dia 9 de dezembro de 2004, em Imperatriz, nos últimos 5 anos, ocorreram 10 invasões de propriedades da empresa, como mostra a tabela a seguir.

Nome do Imóvel	Área Total (em hectares)	Nº de “invasões”
Fazenda Jurema	23.103,00	03
Fazenda Chapada Grande	3.262,00	03
Fazenda Santa Maria	3.774,00	02
Fazenda Eldorado	12.267,00	01
Fazenda São Bento	11.726,00	01
Fonte: Entrevista com Diretores da Empresa		

Foram também entrevistados representantes da Regional Tocantina do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra presentes no encontro estadual do movimento, no dia 16 de dezembro, na Vila Diamante/MA, para ouvir sua versão sobre os episódios. Segundo essas lideranças do MST o processo de reforma agrária na região Tocantina encontra-se imobilizado, uma vez que a atuação da Ferro Gusa Carajás e das demais empresas guseiras aqueceu o mercado de terras, tornando mais difícil a ação do INCRA na região. Argumentam que antes da retomada da iniciativa de aquisição de terras, por parte dessas empresas, os fazendeiros locais opunham pouca ou nenhuma resistência a ação desapropriatória do órgão fundiário federal, situação que se inverteu completamente.

No que concerne a ocupação das terras da antiga Celmar S/A, essas lideranças defendem a atuação do movimento, pois, a empresa teria adquirido grande parte dessas terras de pequenos proprietários e as mesmas não estariam cumprindo sua função social.

Conversamos também com um representante do Movimento de Libertação dos Trabalhadores Sem-Terra em Imperatriz, no dia 8 de dezembro. Essa liderança ressaltou a morosidade da reforma agrária na região e que o sindicato de trabalhadores rurais estava organizando ocupações de terra naquele período. Destacou ainda os impactos negativos da presença de plantios de Eucalipto no entorno de assentamentos de reforma agrária na região.

Os dados coligidos da pesquisa de campo para este Diagnóstico apontam para a existência de um movimento efetivo de compra de terras por parte das empresas guseiras. Mesmo no caso de uma

⁴⁶ CARNEIRO, Marcelo S. (1998) A destruição legitimada: a análise do EIA-RIMA do empreendimento florestal da Celmar S/A e os resultados da audiência pública. In: ALMEIDA, A.W.B; SILVA, Miguel H.P. (orgs) **O Maranhão em rota de colisão: experiências camponesas versus políticas governamentais**. São Luis, CPT, 250 p.

empresa como a Ferro Gusa Carajás que já possui, segundo seus diretores, uma base florestal suficiente para abastecer suas necessidades de carvão vegetal (33.838,00 hectares), terá que recorrer a aquisição de mais terras, dadas às exigências de área de reserva legal. Segundo nossos cálculos, somente para compor o volume de área exigido pela legislação a empresa terá que adicionar cerca de 89 mil hectares de terra. Surge assim uma incoerência já que a empresa possui atualmente cerca de 34 mil hectares plantados com Eucalipto, necessitando, por conseguinte, como área de reserva legal (80% da área total), de aproximadamente 136 mil hectares. Como a empresa afirma ter somente 81.338, 00 hectares de áreas próprias ela deverá adquirir pelo menos mais 89 mil hectares para se adequar a norma ambiental vigente.

Para enfrentar o ‘problema’ da necessidade de aquisição de terras para cumprir a norma ambiental que estipula que 80% da área do empreendimento deve integrar sua reserva legal a Companhia Vale do Rio Doce vem desenvolvendo uma campanha que apresenta o reflorestamento para a produção de carvão nessa região como parte da construção de um “arco do desenvolvimento sustentável”, em contraposição ao arco do desmatamento na Amazônia denunciado pelo movimento ambientalista. Esse “arco do desenvolvimento sustentável” tem entre seus objetivos o “fomento para florestas industriais que substituam o consumo impróprio de (florestas) nativas (ex: carvão)”⁴⁷ e sugere a retirada dessa exigência legal, reduzindo a área de reserva para 50% da área total do empreendimento.

b) Problemas associados ao uso de agrotóxicos nos plantios de Eucalipto.

Outro problema mencionado pelos representantes de movimentos sociais que entrevistamos diz respeito a processos de envenenamento de trabalhadores rurais por produtos químicos utilizados no plantio e manutenção dos eucaliptais. Em dezembro de 1995 o presidente do STR de João Lisboa mais alguns vereadores e o presidente da Câmara Municipal daquele município apresentaram relatório em que denunciavam a contaminação por agrotóxicos de trabalhadores de empresas terceirizadas pela Celmar S/A (Lamare, Timbira e Conterplam) na localidade de Varjão dos Crentes.

Comissão de *experts* da Universidade Federal do Maranhão visitou a localidade acima mencionada para avaliar a situação denunciada. A seguir apresentamos alguns excertos do relatório da Comissão:

“Na fazenda da Celmar S/A foram utilizados vários produtos tóxicos (relação anexa fornecida pela Celmar), sendo alguns classificados como: I – Extremamente tóxicos (Bromex e DMA 806), II – Altamente tóxicos (Garlon 480 e Goal BR), o que sem dúvida acentua e atesta a gravidade do problema se considerarmos os fatores agravantes como: falta de treinamento do pessoal para manuseio do produto, não uso do EPI necessário, exposição excessiva ao produto utilizado, ausência de monitoramento biológico e de exames médicos periódicos, bem como estrutura médica para atender casos de intoxicações.

A Sintomatologia Clínica (quadro II) apresentada pelos trabalhadores por ocasião da exposição aos agrotóxicos, traduz um quadro clínico de intoxicação aguda. Se no momento dessa exposição ou logo após alguns dias fossem realizados testes específicos (dosagem de acetilcolinesterase) os resultados seriam positivos, diagnosticando a agressão orgânica”(UFMA. Relatório dos trabalhos de orientação à Comissão de Representantes da Celmar S/A e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de João Lisboa, São Luis/Ma, 1996).”

⁴⁷ CVRD (2004) Apresentação em *Power Point* da proposta do Arco do Desenvolvimento Sustentável para a Amazônia Oriental.

Segundo relato colhido com lideranças do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, vários dos trabalhadores envolvidos nesse episódio de envenenamento (da localidade Varjão dos Crentes) perderam a visão, enquanto outros apresentam saúde bastante debilitada.

Depoimento de integrante do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia apontou para a existência de vários outros casos de contaminação por agrotóxico na região. Em um desses casos nos foi repassado cópia do Processo que Ivani Oliveira Bomjardim, professora residente na localidade Quilômetro Trinta, município de Açailândia, move contra a empresa Celmar S/A, visando a obtenção de indenização por haver sido contaminada pro produto tóxico aplicado pela empresa em plantio de Eucalipto localizado nas proximidades de sua residência⁴⁸.

c) Conflitos de natureza trabalhista.

Outro aspecto importante associado À expansão dos plantios de Eucalipto e sempre presente na argumentação das empresas e das instituições de governo que apóiam essa iniciativa é o da geração de emprego.

Para este Diagnóstico, contudo, não foi possível obter dados sobre a perspectiva de geração de emprego nos plantios de Eucalipto para as guseiras de Carajás – mesmo porque não foi possível identificar a previsão de área a ser efetivamente implantada por essas empresas nos próximos anos. Porém, tomando somente o exemplo da Ferro Gusa Carajás teríamos, segundo informações da própria empresa, poderíamos ter uma geração de cerca de 1.200 empregos/ano no setor florestal.

Por outro lado, como mostra a experiência recente da implantação desses plantios na região, a incorporação desses trabalhadores ao mercado de trabalho florestal faz-se, via de regra, de forma bastante precária, com o recurso recorrente ao expediente da sub-contratação (empresas terceirizadas), o que significa quase sempre o descumprimento do mínimo exigido pela legislação trabalhista.

Em fevereiro de 1997 o advogado Joaquim Shiraishi Neto acompanhou e documentou uma greve de trabalhadores florestais das empresas Brejão Tratores Ltda., Plantar S/A e Locaservice Construção Ltda., todas realizando atividades para a Celmar S/A. A paralisação dos trabalhadores durou 21 dias e os pontos reivindicados pelos trabalhadores dão uma boa mostra das condições de trabalho no setor florestal regional: “Esta situação permanente de conflito gerou a greve, que trouxe as seguintes reivindicações: aumento salarial de 100%; jornada de trabalho normal; pagamento de horas extras; pagamento do salário-família; pagamento de insalubridade; fim dos descontos sem autorização e não discriminação nos contracheques; locomoção com segurança e comodidade, alimentação sadia e de maior quantidade e assistência médica”⁴⁹.

d) Possibilidades de enfrentamento e mediação dos problemas apontados.

Durante as entrevistas realizadas foi perguntado aos interlocutores sobre possibilidades de resolução dos conflitos, sugerindo, em algumas oportunidades, ferramentas já utilizadas (certificação florestal, mesa de diálogo, etc.). Destarte, indagamos aos representantes das empresas guseiras sobre a possibilidade do INCRA Regional atuar como mediador da competição com os movimentos sociais no caso da questão fundiária.

A opinião geral é que o INCRA não possui capacidade operacional efetiva, e que dadas as limitações orçamentárias não consegue atender as demandas dos trabalhadores sem-terra e dos

⁴⁸ Segundo o processo “a autora reside e trabalha próximo a uma fazenda com plantação de eucaliptos de propriedade da Suplicada (a empresa Celmar S/A), sendo que na referida área é jogado agrotóxico constantemente”(p.2).

⁴⁹ STRI. 1998. Reivindicação dos Trabalhadores da CELMAR, Imperatriz, 1996 apud Shiraishi Neto.

trabalhadores já assentados. A possibilidade do estabelecimento de uma mesa de negociação regional em torno desse tema também é vista com muito ceticismo, contudo, os diretores da Ferro Gusa Carajás identificam D. Afonso Gregory, Bispo de Imperatriz e Presidente da Cáritas, como um possível mediador.

Os movimentos sociais identificam na inação do órgão fundiário (INCRA) como um obstáculo maior para o desenvolvimento da Reforma Agrária, argumentando que é grande o número de trabalhadores morando em acampamentos na região.

Espírito Santo, Bahia e Rio de Janeiro:

A implantação de vastos monocultivos, predominantemente com Eucalipto, e a instalação de complexos industriais associados, começou no Espírito Santo no fim da década de 60, atingiu a Bahia na transição das décadas de 80-90 e promete entrar no Rio de Janeiro agora, no século 21. O eixo entre o norte do estado do Espírito Santo e o extremo sul da Bahia, na verdade, é a região mais emblemática do tema de conflitos sócio-ambientais em relação às plantações de árvores. As outras regiões destes dois estados também têm ocorrências de conflitos sócio-ambientais em relação à plantações de árvores, os quais, apesar de, em parte, estarem um pouco isolados do contexto no restante do estado, principalmente no caso do norte da Bahia, por outro lado reproduzem o mesmo padrão de questões. Complementarmente, o Rio de Janeiro foi incluído nesta seção, ainda que neste estado não esteja ocorrendo o mesmo padrão de disputas, mas o potencial futuro de conflitos tem correlação direta com o contexto no eixo entre o norte do estado do Espírito Santo e o extremo sul da Bahia.

No eixo do norte do Espírito Santo-extremo sul da Bahia, o segmento de celulose de mercado é a grande força motriz dos empreendimentos implantados. No Espírito Santo, a história do monocultivos de árvores está associada à história da Aracruz Celulose. Já no extremo sul da Bahia, a empresa, atualmente denominada de Suzano-Bahia Sul deu configuração ao processo de implantação das atividades na região e mais recentemente a Veracel Celulose (ex-Veracruz Florestal) integrou o cenário. De acordo com o foco deste Diagnóstico o perfil das políticas e diretrizes sociais e ambientais de cada uma destas empresas será apresentado a seguir. No caso da Aracruz e Veracel a informação foi obtida de um estudo do Instituto Observatório Social⁵⁰, a partir de documentos e comunicados oficiais destas duas empresas; enquanto para a Bahia Sul foram buscadas informações diretamente no *website* da empresa.

A Aracruz Celulose é a líder mundial na produção de celulose de fibra curta (i.e., eucalipto) branqueada. A Empresa responde por 28% da oferta global do produto destinado à fabricação de papéis sanitários, de imprimir, de escrever e especiais. Sua unidade industrial em foco nesta seção do Diagnóstico (i.e., atualmente com três fábricas) está localizada no município de Aracruz (Vila de Barra do Riacho), no estado do Espírito Santo. A capacidade de produção anual desta unidade é de dois milhões de ton/ano. Suas plantações de árvores se localizam nos estados do Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais. Este empreendimento lançado em 1967, já passou por várias composições acionárias, mas sempre com a presença dos grupos Lorentzen, Safra e do BNDES. Atualmente, o controle acionário da Aracruz é exercido pelos grupos Lorentzen, Safra e Votorantim (28% do capital votante cada) e pelo BNDES (12,5%).

Em relação à proteção do meio ambiente e a saúde e segurança de seus empregados, e outros compromissos sociais, a Aracruz Celulose compromete-se a assegurar: o fornecimento de produtos e

⁵⁰ Silva, A. C. N. d. (2004). Perfil das políticas de responsabilidade social. Florianópolis, SC, Instituto Observatório Social: 35 pp.

serviços que atendam as necessidades de seus clientes; a contribuição ao desenvolvimento econômico e social em harmonia com a preservação ambiental, com base no conceito de desenvolvimento sustentável; a promoção de um ambiente de trabalho seguro e saudável; a busca da eficácia, a partir da otimização do uso de recursos financeiros, tecnológicos, humanos e ambientais; o relacionamento ético e transparente com as partes interessadas. Especificamente em relação à responsabilidade social, afirma ser uma empresa cidadã, que cumpre o seu papel sócio-econômico de geradora de riqueza e de contribuinte para o desenvolvimento e o bem-estar de seus empregados, das comunidades onde atua e do País. *“Trabalhamos e temos sido vitoriosos em mercados altamente competitivos no Brasil e no Exterior, o que exige a melhoria permanente dos nossos padrões gerenciais e tecnológicos. Da mesma forma, são essenciais padrões de conduta ética inquestionáveis em todas as áreas e em todos os níveis”*. Afirma ainda que a responsabilidade social da Aracruz pode ser evidenciada através do abrangente plano de benefícios oferecido aos empregados e seus dependentes, e pelo significativo programa de ação social desenvolvido com as comunidades localizadas na região de atuação da Empresa: *“A sustentabilidade econômica, ambiental e social não é uma visão ou estratégia à parte da Aracruz, mas está na essência do próprio empreendimento. Essa percepção se traduz, entre outros aspectos, por manter sempre uma postura ética; contribuir para a qualidade de vida dos empregados; implantar mecanismos de gestão apropriados; adotar estratégias e programas ambientais e sociais compatíveis com a natureza do empreendimento; procurar contribuir para regras legais ou de mercado que viabilizem o desenvolvimento sustentável; bem como fazer alianças e comunicar-se continuamente com os diversos públicos”*.

A Bahia Sul foi fundada, conjuntamente pela Companhia Vale do Rio Doce e o Grupo Suzano em 1992. Em 2001, A Suzano adquiriu 100% do controle acionário desta empresa que passou a ser chamada de Suzano Bahia Sul. A fábrica de celulose e papel da Suzano Bahia Sul está localizada no município de Mucuri no extremo sul da Bahia. A capacidade de produção anual é de 500 mil ton/ano sendo que 290 mil são comercializadas como celulose e 210 mil transformadas em 250 mil tons/ano de papel. aproximadamente 80% da celulose e 40% do papel são exportados. As plantações de eucalipto estão localizadas em seis municípios da região e um do estado do Espírito Santo.

De acordo com o Relatório de Balanço Social de 2002, disponível no *website* da empresa, a Bahia Sul Celulose adota o respeito às pessoas e ao meio ambiente como princípio fundamental de sua atividade. Assim, a Bahia Sul Celulose declara que criou uma infra-estrutura capaz de transformar todo e qualquer participante de sua atividade no local num cidadão que disponha de uma vida contendo todos os requisitos de trabalho, bem-estar e saúde. Sob esse aspecto, a Bahia Sul apóia o desenvolvimento profissional de cada colaborador seu, seguindo, aí, o princípio de adequar, em espírito de justiça, as qualificações e aspirações de cada um com as necessidades da empresa. Posto isso, adota a empresa uma política de educação. Além do mais, na certeza de que segurança e saúde são interligadas, a empresa adotou o sistema de gestão e segurança baseada na norma OHSAS 18001, chamado de Sistema Integrado de Segurança e Saúde Operacional (SISSO). Uma vez implantado, possibilitou o SISSO o mapeamento de todos os riscos de segurança da empresa, o que permitiu fossem criados procedimentos operacionais preventivos para evitar que nada aconteça a qualquer pessoa que se achar nas dependências da fábrica. Para completar essa medida, foram ainda estabelecidas as Inspeções Planejadas de Segurança – que vêm a ser inspeções mensais em todas as instalações da empresa, a fim de serem identificadas quaisquer condições que possam levar à situações de insegurança.

E compreendendo que na comunicação estava um desafio, a Bahia Sul elaborou um sistema de comunicação com o seu público interno, bem como com o seu público externo. Para tal, nada melhor

do que encontros entre pessoas e organizações, grupos e representantes de setores de ação. Pôs a Bahia Sul em prática a comunicação com esses públicos por intermédio de instrumentos eficazes como os Encontros Corporativos, o Diálogo Aberto e o Via Expressa. Desses encontros e dos diálogos havidos tanto em plenário como entre indivíduos surgiu uma consciência da posição de cada elemento na direção e produção, nas decisões e no trabalho diário. A presença da Bahia Sul no município de Mucuri desenvolveu de tal maneira a região do sul da Bahia que nela provocou uma geral melhoria de vida em todo o seu entorno. Contribuiu para a geração de impostos, para o aumento de renda coletiva, para a melhoria geral da qualidade de vida de toda a população local. O vazio que havia antes na região foi preenchido com investimentos da ordem de US\$ 74 milhões na construção de vilas residenciais, escolas, hospital, estradas e infra-estrutura para comunicação. Uma comparação entre o que existia antes e o que existe agora leva-nos à constatação de que um centro de trabalho, bem organizado e bem administrado, pode mudar toda uma região.

Do ponto de vista ambiental, no *website* da empresa é declarado que vários estudos de fauna e flora são desenvolvidos com o objetivo de definir ações para a melhoria das condições ecológicas das áreas de preservação ambiental e para identificar bio-indicadores capazes de evidenciar a sustentabilidade desses ecossistemas. O cultivo do eucalipto, à semelhança de outras culturas, depende diretamente da disponibilidade de água. A Suzano adota rigorosos procedimentos para eliminar ou minimizar os impactos adversos sobre este recurso, maximizando os benefícios associados à silvicultura, tais como a proteção do solo contra a erosão provocada pelas chuvas e dos cursos d'água contra o assoreamento. O cultivo do eucalipto é realizado em áreas descontínuas, entremeadas por áreas de preservação de matas nativas, formando mosaicos que asseguram a biodiversidade. As áreas de preservação ambiental correspondem a 36% da área total da empresa. Também, a empresa atua na gestão dos resíduos, utilização adequada de herbicidas e formicidas. Realiza também monitoramentos periódicos da qualidade das águas superficiais e subterrâneas, nas áreas de plantio e no viveiro de produção de mudas. A exemplo da água, o solo é um recurso natural vital para a sustentabilidade das atividades silviculturais.

A Veracel Celulose que foi lançada como Veracruz Florestal pelo Grupo Odebrecht. Em 2000, se tornaram associadas ao projeto, com 45% cada, a Aracruz Celulose e a StoraEnso, empresa sueco-finlandesa, segunda maior produtora de papel do mundo. Em 2002 a Aracruz aumentou sua participação para 50% e em 2003 foi a vez da StoraEnso. A fábrica de celulose branqueada de eucalipto, construída no município de Eunápolis no extremo sul da Bahia, entrará em operação em 2005 como a maior fábrica de celulose do mundo, produzindo cerca de 900.000 toneladas/ano de celulose. As plantações que abastecem a Veracel atualmente se encontram em nove municípios da região.

A Veracel afirma ser uma empresa cidadã o que implica ter rígida postura ética e moral com rigoroso cumprimento das leis. Por essa razão obteve todas as licenças ambientais necessárias à sua atividade e mantém um avançado programa de preservação e recuperação da mata atlântica em suas áreas. Como responsabilidade social entende o direcionamento de suas ações para o benefício das comunidades, principalmente por se tratar de um ambiente carente e marcado por profundas desigualdades sociais: *“A Veracel acredita que uma das formas de se praticar a responsabilidade social é oferecer para as pessoas conhecimento e treinamento capazes de influir na melhoria da sua renda”*. Os investimentos sociais da Empresa são aplicados na promoção de melhorias de bens públicos, como a construção e melhoria de 141 Km de estradas, que também serão utilizadas pela Veracel, o financiamento de uma escola rural para alfabetização de crianças da região e, através de acordo firmado com 8 prefeituras dos municípios em que atua, a efetuação da retenção do ISS sobre

serviços prestados por empreiteiros. Em relação aos seus funcionários, a Empresa assegura ser a maior empregadora privada da micro-região em que atua com o plantio de eucalipto, oferecendo mais de 1.400 empregos, incluindo os colaboradores de sua folha direta e os de empresas prestadoras de serviço: *“A Veracel paga salários acima da média da região a seus colaboradores da folha direta e oferece um plano de benefícios, além de determinar a seus prestadores de serviço que sigam a mesma política”*. O Sistema de Gestão Ambiental da Veracel, em 2003, recebeu o certificado ISO 200434. A Empresa buscará também a certificação florestal (Cerflor), que tem a chancela da ABNT, INMETRO e Sociedade Brasileira de Silvicultura (SBS).

Sobre sua política de Qualidade, Meio Ambiente e Saúde e Segurança declara que o seu *Sistema Integrado de Gestão* contempla os seguintes princípios: busca da excelência do sistema de gestão, do desempenho dos processos e da qualidade dos produtos, em sintonia com a gestão estratégica; conscientização, capacitação e desenvolvimento das pessoas; promoção de um ambiente de trabalho seguro e saudável; atendimento às exigências contratuais, à legislação ambiental, de saúde e de segurança, além de outros requisitos aplicáveis aos processos e produtos; racionalização no uso dos recursos naturais; minimização dos impactos ambientais adversos decorrentes dos processos e produtos; conservação e recuperação da mata atlântica, fomentando o conhecimento sobre a biodiversidade local através de parcerias principais agentes a Estação Veracruz e o Programa Mata Atlântica Veracel; planejamento de plantios utilizando o conceito de paisagem mosaico, priorizando a aquisição e manejo de áreas já alteradas pelo homem e; comunicação transparente com as partes interessadas, tais como clientes, acionistas, colaboradores, fornecedores e sociedade, com o objetivo de identificar seus requisitos, informar sobre o desempenho da Empresa, desenvolver parcerias e contribuir para o aprimoramento da legislação, políticas, programas e tecnologia de interesse da organização.

Os pronunciamentos da Veracel enaltecem os impactos produtivos gerados pelas atividades que desenvolve para todo o conjunto de empresas que habitam sua órbita. É o assim chamado *“efeito Veracel”* (os investimentos da Empresa, os salários que paga e os ganhos dos fornecedores que lhe prestam serviços), que impulsiona a economia local por meio do aumento do faturamento das padarias, farmácias, supermercados, postos de gasolina, etc. Na área social a Empresa possui o Instituto Veracel, uma pessoa jurídica sem fins lucrativos criada em 2002 para instaurar e implementar sua política de atuação no terceiro setor. Entre as suas principais atribuições estão o permanente relacionamento com organismos da sociedade civil, negociação e relacionamento com organismos financiadores, gerenciamento de projetos e atendimento a demandas da comunidade: *“Em 2002 a Veracel obteve do BNDES financiamento de R\$ 2,0 milhões com contrapartida de R\$ 500 mil da Veracel, para investimentos em projetos sociais (os beneficiados não terão que reembolsar qualquer valor) e, com isso, viabilizou um programa de ação social com investimento da ordem de R\$ 3 milhões no período de 2002-2004. Todos os programas sociais são intensamente discutidos com lideranças e autoridades dos municípios em que a Veracel atua”*. Em relação às partes interessadas, a Empresa afirma que a construção de uma relação sólida entre empresa e sociedade ocorre somente através do diálogo. Para tanto, a Veracel têm realizado reuniões com a participação de lideranças comunitárias, empresários e políticos dos nove municípios que estão sob influência da mesma no extremo sul da Bahia. Segundo os pronunciamentos da Empresa, o convite ao diálogo é também estendido para Organizações Não Governamentais e para centrais sindicais – como a CUT. De acordo com o Relatório do Instituto Observatório Social, nas declarações públicas da Empresa não foram encontradas informações atinentes a: relação da mesma com os sindicatos dos trabalhadores; referência às convenções da OIT e/ou às diretrizes da OCDE; discriminação e diversidade; trabalho

infantil e forçado; liberdade sindical e negociação coletiva; acesso a informações, assim como sistema de acompanhamento e monitoramento dos compromissos de responsabilidade social anunciados.

Quanto a sistematização das informações sobre conflitos sócio-ambientais, para esta região, em particular, o desafio que se apresentou foi de que não se tratava de simplesmente listar problemas, ainda que sob alguma forma de organização. Pois, diferentemente de em outras regiões do Brasil, onde este processo de sistematização ainda pode ser considerado incipiente- e portanto suficiente, por ser esta região aonde o embate entre forças e/ou interesses, se não opostos, ao menos distantes, vem ocorrendo há cerca de 35 anos, o volume de informações existentes sobre conflitos sócio-ambientais é muito grande. Já foram escritos inúmeros livros, teses, cartilhas, panfletos, manuscritos, comunicados de imprensa e *websites* enfocando neste assunto, tanto de uma perspectiva como de outra. A compilação de toda esta informação se tornaria contraproducente, além de que muito acima do tempo e recursos disponíveis para elaboração deste Diagnóstico.

O ponto de interesse, na verdade, é a dicotomia desta temática na região, que na realidade se solidificou em polarização das idéias, percepções e sentimentos em torno das questões ou problemas. Este é o aspecto mais importante da análise necessária para o entendimento deste contexto de conflitos sócio-ambientais em relação à plantações de árvores. Assim, será utilizado um corte para apresentação das informações que qualifica, minimamente ao menos, os problemas e define, ainda que de maneira generalizada, as perspectivas dos diferentes atores envolvidos, direta e indiretamente.

De maneira resumida, o contexto dos conflitos sócio-ambientais em relação à plantações de árvores, que se expressa em sua integralidade no eixo norte do Espírito Santo-extremo sul da Bahia, é que se, por um lado, as empresas entronizam o discurso de promoção do desenvolvimento rural, por outro lado, camponeses e populações tradicionais – indígenas, quilombolas, caiçaras, ocupantes históricos desta região, não se percebem inseridos neste modelo agro-exportador. Neste cenário cresceram as empresas articulando e utilizando forças políticas e econômicas em seu favor. Do outro lado, especialmente após a restauração da democracia no País, se organizaram e ramificaram organizações da sociedade civil, como porta-vozes de interesses ambientais e sociais. Estes são os atores que atualmente se confrontam, mesmo sem a utilização de uma arena em comum. Na verdade, no processo de elaboração deste Diagnóstico foi constatado que estes atores vivem, e constroem suas percepções em universos paralelos. E os momentos de convergência, que eventualmente ocorrem, estão relacionados à eclosão de conflitos sócio-ambientais.

O terceiro elemento fundamental nesta análise é sobre o papel institucional do governo neste contexto. Esta variável, apesar de importante e aplicável para todas as situações de conflitos sócio-ambientais em relação à plantações de árvores em outras regiões do Brasil, é neste eixo do norte do Espírito Santo-extremo sul da Bahia onde também encontramos, de maneira mais contundente, a expressão do sistema neocorporativista⁵¹. E principalmente no Espírito Santo, talvez pelo momento em que o empreendimento da Aracruz se instalou na região e por este se destacar como representante do segmento celulósico no estado, no Brasil e até no mundo, é que as relações entre agências governamentais/públicas-empresa-sociedade podem ser melhores detectadas. A reflexão que se segue, foi dividida em dois pontos de vista. Primeiro, de maneira mais específica, sobre as relações do

⁵¹ Os conceitos teóricos desta análise foram, em parte, derivados do artigo de Vinha, V. G. d. (1999). "O Estado e as Empresas "Ecologicamente Comprometidas" sob a Ótica do Neocorporativismo e do State-Society Synergy approach: o Caso do Setor de Papel e Celulose." *Revista Arché Interdisciplinar* Ano VIII(No. 25): pp. 13-46.

governo do estado do Espírito Santo com a Aracruz Celulose⁵². E segundo sobre a relação da empresa com o governo Federal. Esta segunda perspectiva, todavia, apesar de desenvolvida sobre informações pertinentes à Aracruz e sua inserção no estado do Espírito Santo, pode ser reproduzida, em grande parte, para a contextualização da atuação da maioria das empresas, pelo menos do segmento celulósico papeleiro, em outras regiões do Brasil.

No Espírito Santo, as informações encontradas relatam que o Projeto Aracruz foi concebido, em 1996, por um pequeno grupo de membros da elite local, reunidos na empresa de consultoria ECOTEC - Economia e Engenharia Industrial S.A., de propriedade de Antônio Dias Leite Junior, que foi posteriormente Ministro das Minas e Energia no governo do General Costa e Silva. Na verdade, as inter-relações econômicas, políticas e pessoais entre os atores políticos locais, foram concorrentes nesse processo, já que desde os anos 1950, esta empresa de consultoria vinha atuando no estado, elaborando estudos técnicos para projetos infra-estruturais para o governo Jones e estudos sobre diversificação econômica para o governo estadual e para a Cia. Vale do Rio Doce.

FASE (2002)⁵³ declara que: *“As notícias de que os mercados internacionais de madeira estavam abrindo novas oportunidades locais motivaram a intermediação de interesses no Brasil, pelos governos militares, especialmente a partir da intervenção da então estatal Companhia Vale do Rio Doce, que procurava, naquele momento, por alternativas de diversificação”*. A consequência prática foi que a CVRD, em 1956, comprou a Reserva Florestal de Linhares, do governo do Espírito Santo, com área de 23 mil hectares, a ser dedicada à experimentos com eucalipto. Além do mais, outro resultado desta articulação foi a promulgação da Lei nº 5.106, de 02/09/66, ou Lei dos Incentivos Fiscais concedidos aos empreendimentos florestais. *“Avançada em relação ao Código Florestal, em vigor desde o ano anterior, a nova Legislação implicava na criação de amplos incentivos fiscais para o reflorestamento, numa nítida demonstração do poder de articulação dos empresários”*⁵⁴.

Diante deste arranjo conjuntural de maneira favorável ao Projeto Aracruz, em 25/01/1967, foi fundada a Aracruz Florestal S.A. E já em janeiro de 1967 foi criada a Empresa Reflorestadora, para captar os recursos disponíveis nos vários mecanismos recém-criados. Em setembro de 1967 foram implantados os primeiros plantios de eucalipto que seriam utilizados pela Aracruz. Este plantio foi implantado em uma área de 8 mil ha adquirida da Companhia Ferro e Aço de Vitória (COFAVI). A empresa então começou a adquirir mais terras em seu entorno, desencadeando um processo de especulação com o preço da terra na região do que se tornou o município de Aracruz. Então, a alternativa adotada na época foi de seleção dos municípios de Conceição da Barra e São Mateus para o prosseguimento das aquisições, até que se regularizassem os preços da terra em Aracruz, quando então a empresa retornou à adquirir terras neste município.

Quando os chamados “governadores biônicos” começaram a ser nomeados, no estado do Espírito Santo assumiu o cargo, em 1967, Christiano Dias Lopes, e com sua posse as condições internas para a implementação dos projetos de plantação de Eucalipto se consolidavam em meio aos demais programas de industrialização propostos pelo novo governo. Em 1º de fevereiro de 1967, foi criado um sistema de financiamento baseado na instituição da Cia. de Desenvolvimento do Espírito Santo (CODES). E esta agência governamental contratou a ECOTEC para a elaboração de estudos de viabilização de seus programas de fomento à silvicultura capixaba. Simultaneamente, a Federação das

⁵² As informações para esta seção foram, em grande parte, extraídas de FASE (2002). Relatório sobre a Violação de Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais na Monocultura do Eucalipto: a Aracruz Celulose e o estado do Espírito Santo-Brasil. Vitória, Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional: 39 pp.

⁵³ Op. Cit.

⁵⁴ FASE (2002). Op. Cit.

Indústrias do Espírito Santo (FINDES) encomendou à empresa Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Social e Econômico (INED) um “*Diagnóstico para o Planejamento Econômico do estado do Espírito Santo*”, o qual serviu de base para o plano de governo de Christiano Dias Lopes. Este estudo do INED apontava que as atividades da agricultura tradicional capixaba (café, açúcar, madeira, cacau) não apresentavam grandes perspectivas, exigindo uma reorientação das políticas públicas agrárias. Assim, foi promulgada a Lei Estadual nº 2.469, de 23/12/69, que determinava uma bonificação de até 80% do ICMS devido, para instalações de novas plantas industriais e projetos agropecuários. Um Decreto posterior ampliaria esses benefícios fiscais para a aquisição de máquinas e equipamentos, através de conversão das compras em créditos compensáveis no ICM devido.

De acordo com FASE (2002): “*Estava montada assim boa parte do aparato institucional que operaria o sistema de incentivos fiscais no estado do Espírito Santo, cujas facilidades contribuíam, mesmo que de forma marginal, para o financiamento das novas plantações de eucalipto, preparando o caminho para a viabilidade dos investimentos industriais, que teriam ainda várias outras contribuições de maior peso por parte do governo federal*”.

De maneira geral, para todo o Brasil, o grande salto para a consolidação dos projetos de produção de celulose de mercado em larga escala ocorreu a partir de 1974. O contexto internacional advindo do impacto da crise do petróleo, provocou uma drástica redução nas taxas de crescimento. Mas, para continuar a demonstrar o sucesso do modelo brasileiro, os militares no controle do País resolveram investir maciçamente na indústria nacional. Assim o governo federal, como mecanismo emissor e regulador de políticas públicas, também contribuiu na equação de construção do cenário atual de conflitos sócio-ambientais em relação à plantações de árvores. Na época do lançamento do II PND (1974/78), os chamados Grandes Projetos de Investimento (GPIs) passaram a ser considerados como a alternativa estratégica contra a inércia da população, principalmente rural, em se engajar no processo de desenvolvimento. Entre os setores estrategicamente selecionados, para a promoção da integração nacional e também alavancagem do Brasil no cenário internacional, estava o segmento celulósico-papeleiro. Mas antes de se alcançar a parte papeleira haveria que ser garantido a matéria-prima de celulose. E assim que o País alcançasse sua independência produtiva, os excedentes deveriam contribuir para alçar o Brasil ao pool de grandes fornecedores mundiais de celulose de mercado. Com isto, grandes empresas, estatais, privadas ou para-estatais receberam a incumbência de promover o desenvolvimento econômico nos recônditos do Brasil.

Esta missão incluía levar para estas novas fronteiras econômicas as vantagens de um sistema de vida desenvolvido com escolas, serviço médico, pontos de consumo de produtos industrializados, etc. Na perspectiva do governo o contato com estas modernidades, que seriam disponíveis para todos, libertaria o espírito desenvolvimentista na população rural considerada atrasada. Para as empresas, os investimentos em infraestrutura só se justificavam para atrair e segurar na região a mão-de-obra qualificada, necessária aos empreendimentos. E ainda assim, eram repassados aos governos Federal e/ou Estadual a maior parte dos gastos com estradas, rede de abastecimento de água, etc. E para a população local, que além de não ter os meios financeiros para participar destas benesses, as quais também muitas vezes nem faziam sentido culturalmente, mesmo que quisessem (e pudessem), ainda assim, não eram permitidas de acessar os enclaves administrativos e sociais criados pelos empreendimentos.

Apesar da resistência à este modelo, demonstrada desde o início pelas populações locais - ainda que abafada pelas forças de repressão, elementos históricos indicam que, tanto para o governo como para as empresas, a percepção, ou ao menos a vontade, era que em uma questão de tempo haveria entendimento, por parte daqueles que eram vistos como beneficiários (ainda que indiretos),

das vantagens destes empreendimentos. Todavia, como estes complexos agrários-industriais-exportadores, para funcionar, como então eram planejados, demandavam, entre outros fatores: a concentração de vastas áreas com expulsão da população local se estivessem ocupando as terras escolhidas; substituição da vegetação nativa improdutivo por matéria-prima de rápido crescimento; utilização de insumos (i.e., fertilizantes e pesticidas) e geração de poluentes hídricos e atmosféricos, todos causadores de impactos ambientais e para a saúde humana, o “enclave” sócio-ambiental criado, funcionou contra qualquer possibilidade de aceitação destes empreendimentos.

Para as empresas e o governo, até o fim da ditadura militar, quando o projeto nacional era proposto ou imposto, mas tendo que, de qualquer maneira, ser aceito pela população, as reações contrárias, demonstrações, denúncias e tentativas de reverter a situação eram todas tratadas pela mesma fórmula de ignorar-reprimir-abafar. E, mesmo com o fim do regime de exceção, apesar da reorganização das entidades representativas dos interesses da sociedade, na verdade, para estes “enclaves”, os governos estaduais e importantes agências governamentais do governo federal (i.e., BNDES, IBDF/parte do novo IBAMA⁵⁵, etc.), a percepção era que a situação não havia mudado. Somente com o aumento da atenção de entidades internacionais – primeiramente com as questões ambientais no Brasil⁵⁶, ocorrida a partir da preparação da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED ou ECO 92), é que as empresas partícipes do programa GPI buscaram adotar estratégias alternativas. Ainda assim, as empresas não haviam assimilado a abrangência de mudanças que se faziam necessárias. Somente pós ECO 92, com o aumento exponencial do número de entidades e das capacidades de articulação e pressão, as empresas se imbuíram na construção estratégica de oque passou a ser denominado de “mecanismos de governança setorial” combinando ou até criando departamentos para lidar de maneira integrada com as questões de comunicação, meio-ambiente e relações com a comunidade.

A partir deste momento, para as empresas, mantida a lógica da geração de lucro, os problemas seriam resolvidos devido ao aumento nos investimentos em projetos entendidos como sociais e ambientais⁵⁷. Para os governos estaduais e federal, este novo paradigma de comportamento das empresas, mais uma vez confirmava o sucesso deste modelo de parcerias, já que os poucos recursos públicos existentes poderiam ser divergidos para ações que dessem visibilidade ao governo e demonstrassem o compromisso em reprimir aqueles considerados verdadeiros criminosos ambientais⁵⁸. Mas para a população que se percebia (e percebe) impactada por estes empreendimentos, a recém-adquirida capacidade de documentação e divulgação de denúncias teve que ser contraposta à ação de lobistas e empresas de publicidade especializadas na venda, para o público em geral, de uma imagem de responsabilidade ambiental e mais recentemente, social. Nesta batalha, travada com acesso desigual aos recursos, as entidades do movimento ambiental e social, defendendo os direitos das populações locais, ainda têm que lidar com as percepções das populações urbanas e de tomadores de decisão, que, na maioria das vezes, desconhecem e preferem continuar distantes da realidade nas áreas rurais. Além do mais, elites políticas e econômicas locais passaram a tirar proveito próprio das ações assistencialistas promovidas pelas empresas.

⁵⁵ Criado em 1989, da combinação de várias agências federais como IBDF, SUDEPE, SEDHEVEA, SEMA.

⁵⁶ As questões sociais como trabalho escravo e mais recentemente gênero só foram incorporadas depois à agenda destas entidades.

⁵⁷ Em 1998, foram alocados US\$ 4,9 milhões em projetos sociais, correspondendo praticamente ao dobro do ano anterior (Vinha, V.G. 1999. Op.Cit.).

⁵⁸ O cumprimento da legislação trabalhista, inclusive em relação de não promoção ou manutenção de trabalho escravo, só seria enfocada alguns anos depois.

Complementarmente aos investimentos na imagem pública, estas empresas também passaram a cuidar mais ativamente dos seus interesses por meio da reorganização ou criação de associações ou entidades⁵⁹ que as representassem, de forma orquestrada, perante organismos governamentais e comerciais, tanto nacionais como internacionais. Um parêntese para uma observação, é que naquele período, enfocando no segmento celulósico papelero, as empresas brasileiras ainda agiam individualmente e com uma certa separação entre empresas nacionais e estrangeiras⁶⁰, sendo um movimento estratégico, e considerado com reticências por muitos, a construção de estratégias conjuntas de sobrevivência. Na atualidade, em um cenário de concentração de controles acionários, como descrito anteriormente, estas entidades e associações, ainda que divergidas para novos vetores⁶¹, continuam reunindo forças em busca do seu bem comum.

Como consequência desta última estratégia, as empresas continuaram a garantir os investimentos de dinheiros públicos necessários à expansão dos seus negócios ou mesmo manutenção dos mesmos no momento que a conjuntura internacional não se encontrava propícia para a comercialização das *commodities* produzidas. Ainda assim, o discurso da maioria das empresas é de vitimização, e que continuamente tem que lutar contra condições adversas para continuar atuando, reforçando a idéia de que muitas delas, na verdade, ainda se percebem como exercendo um favor à sociedade por meio deste modelo agro-exportador.

A partir desta relação histórica, entre o governo e as empresas do segmento celulósico papelero, é que se deve complementar o entendimento da atuação presente das organizações e entidades dos movimentos ambientalistas e sociais no eixo norte do Espírito Santo-extremo sul da Bahia⁶². A percepção da necessidade de contraposição à estas forças continua e é considerada como cada vez mais importante diante da visão de que as relações entre o setor produtivo e os governos, em geral, também se solidificaram e crescem continuamente. Da época pré ECO 92 até o final da década de 90, a constituição de Fóruns foi o mecanismo preferido, reunindo desde forças complementares locais (i.e., Fórum do Extremo Sul da Bahia), ou entidades de atuação nacional (i.e., Fórum Brasileiro de Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento). Mais recentemente, a formação de redes de troca de informação e articulação de ações conjuntas passou a garantir a força da pluralidade, ao mesmo tempo em que flexibiliza a necessidade de compromissos em comum. E o exemplo deste mecanismo diretamente aplicável aos conflitos sócio-ambientais em relação à plantações de árvores é a Rede Alerta contra o Deserto Verde, lançada em 1998, no Espírito Santo, e atualmente já congregando mais de 100 entidades comunitárias, indígenas, sindicatos e organizações não-governamentais (locais e nacionais), atuando nos estados do Espírito Santo, Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Desde sua criação esta Rede já organizou três grandes encontros - sendo um deles internacional, entre todos os seus participantes e outros atores considerados aliados para a discussão de alternativas contra a expansão contínua e massiva de plantações industriais de árvores de rápido crescimento e mais especificamente o modelo de ocupação promovido pelo setor de celulose & papel e considerado por estas entidades como excludente sócio-economicamente e ambientalmente danoso.

⁵⁹ Exemplos são: a Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose (ANFPC), a Sociedade Brasileira de Silvicultura (SBS), a Associação das Empresas Exportadoras de Celulose (ABECCEL) depois rebatizada de BRACELPA).

⁶⁰ Apesar da participação acionária de capital nacional e do BNDES em quase todas.

⁶¹ Por exemplo, em 2003, foi criada a Associação dos Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF).

⁶² Estas entidades e/ou redes e fóruns criados a partir do trabalho destas entidades já estenderam sua atuação além deste eixo, como é o caso do Estado de Minas Gerais, apresentado adiante. Além do mais, entidades de outros estados e países também atuam em parceria com estas entidades, como explicado a seguir.

Em 2003, as articulações da Rede Alerta contra o Deserto Verde chegaram ao Fórum Social Mundial e nasceu a Rede Latino-americana contra as Monoculturas de Árvores. Para compreensão da motivação, dimensão e abrangência desta iniciativa, no quadro a seguir, foi transcrito o comunicado público redigido na ocasião:

Nasce Rede Latino-americana contra as Monoculturas de Árvores (RECOMA)

Fonte: (Boletim WRM⁶³ no. 67, fevereiro 2003)

No marco do Fórum Social Mundial, um conjunto de representantes de ONGs latino-americanas reuniu-se para discutir a possibilidade de coordenar esforços em torno do crescente problema das monoculturas de árvores.

Na reunião, foram analisados tanto os fatores que favorecem a ocupação do território por monoculturas destinadas à produção de madeira, fibra para celulose e aceite de dendê, quanto aqueles que a condicionam.

Foi ressaltado o crescente apoio que essas monoculturas recebem dos governos da região, a maior parte deles tendo aprovando legislação dedicada explicitamente à sua promoção, através da concessão de todo tipo de subsídio para essa atividade. Por sua vez, esse apoio é resultado de iniciativas surgidas no nível das agências bilaterais e multilaterais, que preparam o terreno para o investimento de empresas transnacionais interessadas no negócio.

Ao mesmo tempo, a área reservada para monoculturas de árvores em grande escala poderia ser fortemente incrementada, como resultado da implementação do chamado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, incluído no Protocolo de Kioto da Convenção sobre Mudança Climática, que permite que os países industrializados poluentes possam "compensar" suas emissões, através do plantio de árvores em grandes áreas, como "sumidouros de carbono". A América Latina seria um desses destinos preferidos para tamanhos projetos.

Em síntese, o cenário latino-americano está pronto para receber, com o beneplácito dos governos, investimentos destinados a aumentar a área coberta por monoculturas de árvores, tanto para a produção (de madeira, celulose e aceite de dendê) quanto para servir de sumidouros (lixeiros) de carbono.

Não obstante, os participantes na reunião também analisaram a crescente oposição popular a esse modelo florestal e o grau de conhecimento e experiência acumulados a respeito da questão, o que faz com que cada dia se torne mais difícil convencer a população da região de que essas plantações vão lhe trazer benefícios. Pelo contrário, as experiências em regiões onde esse modelo conseguiu se implementar revelam conseqüências desastrosas, tanto para as pessoas (perda de territórios, de recursos e de postos de trabalho) quanto para o ambiente (impactos na água, nos solos, na biodiversidade, na paisagem).

Portanto, ficou entendido que era imprescindível se organizar para coordenar ações contra as monoculturas de árvores no nível continental, a fim de impedir uma maior expansão. Nesse sentido, os representantes de ONGs da Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, Paraguai e Uruguai (e, posteriormente, de El Salvador) acordaram a criação da Rede Latino-americana contra as Monoculturas de Árvores, delegando ao Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais a função de secretaria.

Em 2005, a RECOMA volta ao Fórum Social e reforça sua ideologia de visão de mundo estabelecendo estratégias conjuntas e/ou consoantes de ação. Neste sentido foram divulgadas pesquisas desenvolvidas por integrantes da RECOMA - algumas já concluídas e outras em andamento.

⁶³ World Rainforest Movement; (www.wrm.org.uy)

“O objetivo destas pesquisas é contribuir com mais informações e análises com o intuito de fortalecer a luta contra essas monoculturas. Não se trata de um exercício acadêmico mas da elaboração de ferramentas que não apenas sirvam para a ação mas que por sua vez permitam que as organizações se insiram melhor nas lutas sociais”. No caso do Brasil, o estudo apresentado foi a pesquisa feita pela FASE sobre a geração de empregos e as condições trabalhistas nas plantações de árvores em grande escala associadas a fábricas de celulose.

De acordo com o Boletim no. 91 do WRM específico sobre o V Fórum Social Mundial: *“O outro mundo buscado é aquele em que prevalece a justiça social, onde a paz é realidade, onde a natureza é respeitada, onde as pessoas interagem como iguais”.* A maneira para se alcançar esta condição é por meio de ampliação das alianças e estabelecimento de vínculo além do universo de entidades atuando contra monoculturas, já que a realidade atual combatida é globalizada e portanto abrangendo todos os aspectos da vida. Complementarmente, Ricardo Carrere, coordenador do WRM declara que: *“O caráter essencialmente social das florestas transforma a luta pela sua defesa em uma luta também essencialmente social, que se entronca a outras lutas sociais, como por exemplo: pelos direitos humanos, a terra e a posse da terra, a soberania alimentar, as economias locais e o controle local, a saúde, a defesa do trabalho”.* Especificamente sobre o modelo de reforma agrária defendido: *“Desse jeito, essa reconsideração dos caminhos leva aos que lutam pela reforma agrária a perguntar-se agora: reforma agrária para plantar o que, para que e por quem? As novas visões entretêm novos marcos ideológicos nos que brotam conceitos como a agroecologia versus poluição da vida com agrotóxicos, diversidade versus monocultura, pequena escala versus grande escala, comércio local versus globalização econômica (“um outro comércio é possível”)*”. Também sobre os Engenheiros Florestais: *“Está na hora de a profissão florestal dar um grande debate interno e aberto que a distancie dos poderosos interesses econômicos do agronegócio e a localize em um contexto de responsabilidade social. Para isso, deverá trabalhar na construção de um projeto pedagógico que incentive o debate e a construção de modelos sustentáveis de produção nos que a meta não seja nem a extração de madeira nem a conservação estrita da floresta, mas uma utilização sustentável dela”.* E outro tema central da agenda da RECOMA durante o quinto Fórum Social Mundial foi a certificação florestal, tanto do FSC quanto de outros esquemas, sendo que: *“A reflexão unânime dos integrantes da rede é que as certificações debilitam as lutas locais contra a expansão das monoculturas de árvores e os participantes da reunião resolveram desenvolver atividades conjuntas a esse respeito”.*

Concluída esta contextualização sobre os universos de percepção e atuação dos diferentes atores envolvidos em conflitos sócio-ambientais no eixo norte do Espírito Santo-extremo sul da Bahia, serão apresentados alguns dos problemas⁶⁴ documentados e divulgados na mídia⁶⁵, nos *websites* das organizações não-governamentais Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE) e World Rainforest Movement (WRM). Também foi entrevistada uma representante da Diretoria da FASE Nacional (RJ) – Maria Emilia Lisboa Pacheco, sobre a inserção da entidade na Rede Alerta contra o Deserto Verde, e também o Presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAGRI) no Espírito Santo – Paulo Carallo⁶⁶. A representante da FASE também repassou vários dos comunicados ao público e estudos realizados pela FASE. Todavia, integrantes da equipe do escritório regional da FASE no Espírito Santo foram contatados, para suprir informações

⁶⁴ A listagem não tem a pretensão de ser exaustiva, pelas razões apresentadas anteriormente.

⁶⁵ No jornal online O Século Diário do jornalista Rogério Medeiros (www.seculodiario.com.br) e em outras fontes impressas e eletrônicas.

⁶⁶ As informações obtidas nesta entrevista contudo são pertinentes à seção de conclusão e recomendações deste Diagnóstico.

específicas sobre quais os municípios da região estavam sendo impactados pelas atividades da Aracruz e de outras empresas, mas até o fechamento deste Diagnóstico não chegou nenhuma informação. Da mesma maneira que foram sem resultados as tentativas de contato e obtenção de informações junto ao CEPEDS de Eunápolis e o Centro de Direitos Humanos de Teixeira de Freitas.

Do lado das empresas, o Diretor de Relações Corporativas e Meio Ambiente da Aracruz Celulose - Carlos Alberto Roxo, concedeu uma entrevista ao antropólogo Renato Sales realizando uma consultoria para o PNUD. Esta organização cedeu o uso das informações para este Diagnóstico e o representante da Aracruz Celulose foi informado do intercâmbio de informações entre estes dois estudos. As informações sobre as áreas ocupadas pelas plantações de árvores da Aracruz Celulose, nos municípios onde atua, foram obtidas no *website* da empresa. Também foi entrevistado o **Vice-Presidente da Divisão Latino Americana da StoraEnso** – Otávio Pontes, como parte do mesmo projeto do PNUD, e da mesma maneira as informações foram liberadas para uso neste Diagnóstico e o entrevistado informado. Quanto à Bahia Sul, o Diretor da Suzano Papel e Celulose – Luiz Cornacchioni só confirmou sua disponibilidade para conceder uma entrevista quando já não havia mais tempo hábil para a mesma ser incluída neste Diagnóstico.

Como mencionado, já que existe uma grande quantidade de casos, buscou-se adotar um mecanismo de sistematização que permitisse a utilização das informações na alimentação da base de dados em anexo a este Diagnóstico. A estratégia escolhida, então, foi de apresentação das informações coletas de acordo com as diferentes tipologias de conflitos, descritas anteriormente e demais variáveis definidas anteriormente na seção de “Caracterização e Qualificação dos conflitos sócio-ambientais em relação à plantações de árvores, Atores e Mecanismos Pertinentes” e respeitando-se, o mais possível, a sequência cronológica dentro de cada grupo de casos. Todavia, o formato das informações encontradas nem sempre permitiu uma separação clara entre os acontecimentos e a sistematização proposta para os conflitos sócio-ambientais em relação à plantações de árvores. O objetivo maior, contudo foi de demonstrar a amplitude dos temas de conflito no eixo norte do Espírito Santo-extremo sul da Bahia e a recorrência dos mesmos. Primeiro serão descritos os casos referentes ao estado do Espírito Santo e em seguida aqueles referentes ao extremo sul. Depois, se fará um breve comentário e descrição da situação no norte do estado da Bahia e no estado do Rio de Janeiro.

Espírito Santo

Começando pela temporalidade dos conflitos sócio-ambientais, ocorrendo no norte do Espírito Santo, em relação à plantações de árvores, as informações encontradas relatam eventos retroativos à época de instalação da Aracruz Celulose na região. Desde então, de maneira contínua, vem ocorrendo episódios de conflitos sócio-ambientais na região, ou problemas ambientais e sociais, ou disputas de interesse, conforme a terminologia de preferência. A descrição dos casos a seguir, apesar de não incluírem relatos datados de décadas passadas, muitas vezes resgatam os antecedentes dos problemas citados, sendo então possível obter-se esta perspectiva temporal.

Do ponto de vista fundiário, as denúncias contra as práticas da Aracruz Celulose começam pelo modelo de ocupação do solo: *“Ocupando terras próprias por toda a meso-região do litoral norte do Espírito Santo, em uma extensa planície que abrange cerca de dezesseis municípios e mais de meio milhão de habitantes, os plantios homogêneos de eucalipto atingem diretamente quatro bacias hídricas fundamentais do Espírito Santo: Itaúnas, São Mateus, Doce e Piraqueçu/Riacho. A ampliação dos plantios, seja em terras próprias, seja em terras de terceiros, como no caso do fomento*

*florestal, aprofunda a influência da monocultura tanto para a região serrana como para a região sul do estado, além de literalmente invadir o extremo sul da Bahia*⁶⁷.

De acordo com o Plano de Manejo Florestal da Aracruz Celulose S.A, “a empresa a fim de atender aos objetivos econômicos, sociais e ambientais de seu empreendimento florestal, localizado no norte do Espírito Santo, extremo sul da Bahia e extremo nordeste de Minas Gerais”⁶⁸. Administrativamente, ainda de acordo com a empresa, estas áreas são agrupadas em três núcleos florestais ou em regionais que respondem pelas áreas em um grupo de municípios; **Regional Aracruz** - Aracruz, Fundão, Linhares e Serra; **Regional São Mateus** - Conceição da Barra, Jaguaré, Pedro Canário, Pinheiros, Rio Bananal, São Mateus, Sooretama e Vila Valério; **Regional Sul da Bahia**: Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Mucuri, Nova Viçosa, Teixeira de Freitas, Prado e Veredas. Esta última regional também administra as plantações no município de Nanuque, em Minas Gerais. As áreas sob propriedade da empresa somam 307 mil hectares, sendo 187 mil hectares ocupados com plantios de eucalipto, como demonstrado na tabela a seguir obtida no *website* da empresa.

REGIONAL	MUNICÍPIO	ESTADO	ÁREA DO MUNICÍPIO (ha)	ÁREA BRUTA (ha)	ÁREA BRUTA (%)	ÁREA DO PLANTIO (ha)	ÁREA PLANTIO (%)
Aracruz	Aracruz	ES	141.480	57.667	40,8	34.329	24,3
Aracruz	Serra	ES	55.110	5.238	9,5	2.612	4,7
Aracruz	Linhares	ES	229.993	5.637	2,4	2.210	0,9
Aracruz	Fundão	ES	26.910	967	3,6	568	2,1
S. Mateus	C Barra	ES	103.640	34.853	33,6	25.626	24,7
S. Mateus	S. Mateus	ES	228.360	25.187	11,0	19.490	8,5
S. Mateus	Linhares	ES	114.997	3.613	3,1	1.483	1,3
S. Mateus	Pinheiros	ES	95.920	2.378	2,5	1.324	1,4
S. Mateus	V. Valério	ES	47.130	2.124	4,5	1.259	2,7
S. Mateus	Sooretama	ES	58.560	1.171	2,0	849	1,4
S. Mateus	Jaguare	ES	71.820	663	0,9	402	0,6
S. Mateus	P Canario	ES	58.040	481	0,8	317	0,6
S. Mateus	R Bananal	ES	69.430	759	1,1	272	0,4
Bahia	Alcobaça	BA	147.490	50.258	34,1	27.514	18,6
Bahia	Caravelas	BA	239.250	36.578	15,3	22.345	9,3
Bahia	N Viçosa	BA	132.610	33.957	25,6	19.828	15,0
Bahia	Mucuri	BA	177.400	21.693	12,2	13.692	7,7
Bahia	Ibirapuan	BA	78.600	13.936	17,7	8.303	10,6
Bahia	T Freitas	BA	115.360	4.004	3,5	2.073	1,8
Bahia	Vereda	BA	82.880	3.442	4,2	996	1,2
Bahia	Prado	BA	166.460	728	0,4	404	0,2
Minas Gerais	Nanuque	MG	151.060	2.004	1,3	1.593	1,0
Total			2.592.500	307.338	11,8	187.488	7,2

Fonte: Aracruz, PSM, Cartografia (31/12/2002)

Assim, o primeiro tema gerador de conflito em relação à Aracruz Celulose é em relação ao modelo de ocupação de áreas, abrangendo vários estados além do Espírito Santo. Este fato, levou inclusive à Rede Alerta contra o Deserto Verde ramificar sua atuação logo de início para todas estas

⁶⁷ FASE (2002) Op.cit.

⁶⁸ www.aracruz.org.br

regiões. Esta estratégia de ocupação fundiária contudo, não é exclusiva da Aracruz, sendo que, a maioria das empresas do setor de base florestal também atuam desta maneira, como pode ser constatado nos casos descritos neste Diagnóstico e na base de dados anexa à este estudo.

Os críticos da empresa apontam também para a controvérsia nos números apresentados pela empresa, pois segundo o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) produzido em 1999, pela empresa de consultoria CEPEMAR para a terceira fábrica da Aracruz no município de mesmo nome, *“a maior parte das terras da Aracruz Celulose (64,8%) é usada para o plantio de eucalipto, a matéria-prima para a produção de celulose”*⁶⁹. Complementarmente, os críticos apontam que apesar no material de propaganda da empresa sempre enfatizar que mantenham ainda uma porcentagem significativa de reservas nativas, como por exemplo, que no município de Aracruz possui 16.816 hectares de reservas nativas e 37.296 hectares de eucalipto, este relatório da CEPEMAR declara que neste município, a partir da análise de dados da Emater (Empresa Capixaba de Assistência Técnica e Extensão Rural), concluiu-se que restam somente 7.715 hectares de matas nativas, ou seja, menos da metade da área declarada pela empresa.

Outra contestação sobre as áreas de plantios da Aracruz Celulose, só que no município de São Mateus, foi feita pelo Coordenador da Fase no Espírito Santo durante debates no II Fórum Social Mundial (2002). A empresa declara na tabela acima que possui 19.490 ha plantados com eucalipto neste município, enquanto Marcelo Calazans citou neste encontro que a área era de cerca de 50 mil ha em um único município.

O somatório total de áreas ocupadas pela Aracruz também é apresentado de maneira distinta pelos representantes de entidades dos movimentos ambientalistas e sociais. Durante manifestação, em março de 2004, contra as políticas da Aracruz Celulose, quando foram paradas as carretas da empresa na rodovia BR-101, um dos coordenadores estaduais do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Valmir Noventa, relatou que a empresa tem cerca de 220 mil hectares plantados com eucalipto no Espírito Santo, principalmente no norte do estado⁷⁰. Sendo que a empresa declara que possui no total 187.488 (ver tabela acima). E no início do corrente ano, novas discrepâncias foram apontadas em matéria publicada no jornal *online* o Século Diário⁷¹, em 15/02/2005, descrevendo os dados do Balanço Financeiro da Aracruz em 2004, é apontado que: *“A empresa assume plantios de eucalipto em 252 mil hectares, e a propriedade de outros 133 mil hectares de terras, em quatro estados. Os ambientalistas afirmam, contudo, que a empresa deve ter pelo menos 450 mil hectares de eucalipto plantados somente no Espírito Santo e na Bahia”*.

Sobre o percentual da base territorial ocupada com plantios de Eucalipto, a Aracruz declara em seu *website* que: *“Na média, as áreas [totais] da empresa ocupam 11,8% dos municípios de abrangência”*. Mas, contrapondo esta informação e imputando responsabilidade também para outras empresas, o relatório da FASE declara que: *“Considerando ainda as áreas planas do estado (1.505.000ha), e destes, 973.000 hectares sendo áreas planas mecanizáveis, a Aracruz Celulose ocupa com suas plantações 8,75% da área. Levando em conta também os plantios de outras empresas como Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e Bahia Sul Celulose e prevendo inclusive o aumento do plantio previsto pela Aracruz Celulose, neste momento, tal porcentagem saltará para 25,51% das áreas planas mecanizáveis do estado, uma porcentagem extremamente significativa”*. Além do mais, neste mesmo documento é citado que a Aracruz e a Bahia Sul na época planejavam adquirir, em

⁶⁹ FASE (2002). Op. Cit.

⁷⁰ Jornal *online* Século Diário de 08/03/2004 – Manifestação para carretas da Aracruz Celulose na BR-101.

⁷¹ www.seculodiario.com.br

conjunto, os 40 mil hectares de terras e florestas de eucalipto nelas plantadas, localizadas na região de São Mateus, no estado do Espírito Santo, pertencendo às Florestas Rio Doce S.A. e controlada, até então, pela Companhia Vale do Rio Doce. Sobre este último ponto, uma agência de notícias para o setor empresarial – *PR Newswire*, noticiou em 10/06/2002 que tal transação foi realizada.

E também existem denúncias quanto a forma como a Aracruz se legitimou como proprietária de parte da base territorial que hoje ocupa. Em 2002, o *Jornal do Brasil* publicou uma matéria⁷² sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito (mais sobre o assunto adiante) sendo conduzida pela Assembléia Legislativa do estado do Espírito Santo sobre as práticas da Aracruz Celulose. Vários ex-funcionários da empresa foram ouvidos pelos parlamentares descrevendo como, na década de 70, haviam atuado como intermediários na compra de terras devolutas do estado para a Aracruz. Estas terras só poderiam ser adquiridas por pessoas físicas e que fossem produtores rurais que iriam trabalhar na área requerida. Os vários depoimentos prestados à CPI e descritos em detalhes no relatório da FASE já mencionado, reportam que a pedido da empresa os funcionários assinavam requerimentos em seus nomes, e que a maioria não tomava conhecimento posterior da existência destas terras ou da propriedade das mesmas. Desta maneira cerca de 22.000 ha de terras devolutas requeridas por 29 ex-funcionários da Aracruz haveriam passado para o controle da empresa. Na época da CPI o *Jornal do Brasil* também ouviu Carlos Alberto Roxo: *"Nossas terras foram compradas de forma legal", disse. O executivo argumenta que na década de 70 foi criado um Fundo de Investimento Setorial que permitia que fosse aplicado parte do Imposto de Renda (IR) para a compra de terras com o objetivo de plantar eucalipto. Nessa época, lembra que muitas empresas foram formadas com esse fim. "A Aracruz comprou parte de suas terras de outras empresas", diz, enfatizando que está sendo feito um levantamento detalhado sobre o assunto"*.

Este ano o tema da apropriação indevida de áreas por parte da Aracruz voltou à tona, e em matéria do dia 11 de janeiro de 2005 o *Século Diário*⁷³ anunciou: *"Uma área de 501 hectares, em Vila Valério, com 20% de terras devolutas, foi usada pela Aracruz Celulose para a plantação de eucalipto. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra/ES) constatou que parte da fazenda não possui registro, que a empresa estendeu a plantação para mais de 15 módulos rurais - o que não é permitido -, e que não atende a nenhuma função social, somando motivos suficientes para ser desapropriada. Mesmo com o reconhecimento do órgão, cabe ao estado decretar a terra como devoluta. Para o Incra, a propriedade possui atributos suficientes para considerar a atuação ilegal da Aracruz Celulose"*.

Independentemente desta disputa com o INCRA, todavia, não foram encontradas notícias de ocupações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em áreas da Aracruz Celulose. A única informação deste tipo de ocorrência no estado do Espírito Santo foi uma nota da Rede Alerta contra o Deserto Verde, publicada no dia 27 de maio de 2004, noticiando que no dia 23 daquele mês, cerca de 100 famílias do MST ocuparam uma área de eucalipto da empresa Bahia Sul Celulose ao lado da fazenda São João, de cerca de 1.100 hectares, no município de Conceição da Barra, norte do Espírito Santo. Mas na verdade, a área estava coberta por um plantio abandonado de palmito pupunha e a Bahia Sul Celulose havia anunciado planos de expandir sua base florestal plantada para esta área de propriedade do Grupo Coimex Agrícola.

Basicamente, os embates fundiários envolvendo a Aracruz Celulose no norte do Espírito Santo são travados com três grupos de *stakeholders*: comunidades indígenas- Tupiniquim e Guarani, do

⁷² 14 de abril de 2002 - O conflito ambiental da Aracruz - Alberto Komatsu

⁷³ "Incra reconhece: Aracruz Celulose fez uso de terras públicas no norte" por Flávia Bernardes.

município de Aracruz; comunidades quilombolas, de Conceição da Barra e São Mateus e com entidades representantes de pequenos produtores rurais, em todo o estado, mas principalmente naqueles municípios onde a Aracruz tem implantado ou está implantando seu programa de fomento florestal (ver adiante).

Os conflitos sócio-ambientais com os índios Tupiniquim e Guarani, até o momento, foram os que ganharam maior visibilidade perante a mídia (nacional e internacional) e também exerceram maior influência na busca de construção de estratégias por parte da empresa, como será descrito a seguir. E por esta razão será descrito em detalhes todos os elementos e perspectivas, que as informações obtidas permitiram mapear.

As comunidades indígenas atualmente residindo no município de Aracruz reportam uma população de cerca de 1.470 índios das etnias Tupiniquim e Guarani, habitando três reservas – Caieiras Velhas (2.804 ha), Pau Brasil (1.498 ha) e Comboios (2.759 ha). A reserva indígena de Caieiras Velhas é formada por quatro vilas: Irajá, Boa Esperança, Três Palmeiras e Caieira Velha. A vila de Irajá é ocupada em sua maioria por Tupiniquins⁷⁴, como também a Reserva de Comboios e Pau Brasil. Já os Guaranis estão concentrados principalmente nas vilas de Boa Esperança e Três Palmeiras⁷⁵.

Os registros históricos de ocupação da área demonstram que na primeira metade do século XX, os Tupiniquins habitavam a região que circunda o atual Município de Aracruz, vivendo dispersos em 34 aldeias, em áreas de ocorrência natural da Mata Atlântica. Estas áreas, de acordo com a memória oral dos indígenas da região eram denominadas de Amarelo, Olho d'Água, Guaxindiba, Porto da Lancha, Cantagalo, Araribá, Braço Morto, Areal, Sauê, Gimuhuna, Piranema, Potiri, Sahy Pequeno, Batinga, Santa Joana, Morcego, Garoupas, Rio da Minhoca, Morobá, Rio da Prata, Ambu, Lagoa Suruaca, Cavalhinho, Sauaçu, Concheira, Rio Quartel, São Bento, Laginha, Baiacu, Peixe Verde, Jurumim e Destacamento, sendo que a última, a aldeia de Macaco era um lugar sagrado para os índios Tupiniquim, e foi aonde a fábrica I da Aracruz foi instalada.

Em meados de 1940, aproximadamente 10 mil hectares de terras usadas pelos Tupiniquins foram ocupadas e desmatadas pela COFAVI (Companhia Ferro Aço de Vitória). Em 1967, índios Guaranis do sub-grupo Guarani-mbyá chegaram ao Espírito Santo, vindos do Rio Grande do Sul, em uma caminhada que se iniciou em 1940. Este grupo inicialmente se instalou na aldeia Tupiniquim de Caieiras Velhas.

Com a implantação da Aracruz nas terras da COFAVI, foi transferida para esta empresa o passivo sócio-ambiental, em relação à ocupação das terras indígenas da região. Além do mais, existem relatos e registros de que políticos e grileiros da região que se apropriaram das terras indígenas e as venderam à Aracruz com conhecimento desta de que estava adquirindo áreas de uso tradicional dos índios. Por exemplo, é narrado o caso do ex-prefeito – Primo Bitti, que auxiliado pelo grileiro chamado de Capitão Orlando e que andava pela região cercado de seguranças armados, expulsou várias famílias indígenas e propiciou que a Bitti Imóveis Ltda. registrasse e depois vendesse à Aracruz propriedades com os nomes das aldeias, como de *Guaxindiba*: 23,8 hectares–Registro 4324 no INCRA e *Rio Morobá*: 62,5 hectares–Registro 3289 no INCRA. E também, o governo do estado do Espírito Santo é citado como grande vendedor de terras consideradas *devolutas* para a Aracruz Celulose, mas

⁷⁴ Como será apresentado adiante, devido aos problema fundiários vivenciados por estes grupos houve, ao longo dos anos, a junção de membros destas duas etnias.

⁷⁵ Andrade, J. C. S. et al. (2001). “A Dimensão Político-Institucional das Estratégias Sócio-ambientais: O jogo Aracruz Celulose S.A. - Índios Tupiniquim e Guarani”. *Ambiente & Sociedade* - - Ano IV (No 9 - 2o Semestre).

que na verdade, eram território indígena, como outra propriedade de nome *Guaxindiba*: 50,0 hectares-Registro 10962 no INCRA, *Santa Joana*: 171,2 hectares-Registro 2257 no INCRA e *Olho d'Água*: 31,0 hectares-Registro 10957 no INCRA⁷⁶.

Porém, as informações disponíveis sobre o assunto, reportam que somente houve um primeiro embate em 1979 quando os índios que haviam ficado reduzidos à uma área de cerca de 40 ha, resolveram ocupar mais 200 ha. O Conselho Indigenista Missionário (CIMI), criado em 1972 e tendo começado a trabalhar no Espírito Santo em 1978, foi instrumental em articular as forças políticas e da opinião pública pelo direito destas comunidades indígenas até que a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) enviou um Grupo Técnico (GT) para identificar uma área a ser demarcada para os Tupiniquins e Guaranis. Mesmo sem a condução de nenhum estudo antropológico detalhado, o GT chegou a uma proposta de 6.500ha, aceita pelo governo federal através da Portaria no. 609 de 08/11/1979. Entretanto, a FUNAI recuou da sua decisão, o que levou os índios, em 1980, a conduzirem um processo de auto-demarcação de 6.500 ha. Em um primeiro momento, a Aracruz Celulose firmou um acordo com os índios e transferiu para estes cerca de 1.700 ha de terras no município de Aracruz. Porém, como o conflito não se resolveu, a FUNAI intermediou um novo acordo entre os índios e a Aracruz Celulose, estabelecendo em 4.492 ha as terras indígenas na região que foram então demarcadas em 1981, registradas em 1983 e homologadas em 1988 (Decretos 88.926, 88.672 e 88.601).

Em 1988, começa uma mudança conjuntural com a reforma constitucional, garantindo às comunidades indígenas e quilombolas brasileiras o direito às suas terras tradicionais. Assim, em 1993, já reflexo destes recém assegurados direitos constitucionais, estas comunidades indígenas encaminharam um pedido à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para revisão da área de 4.492 ha. Desta vez, a FUNAI quando instituiu o Grupo Técnico (GT no. 0783/94) para realizar a identificação da área reivindicada, conduziu um estudo antropológico que foi executado por uma equipe multidisciplinar do Museu Nacional. Em janeiro de 1997, o laudo final do GT foi publicado no DOU (Diário Oficial da União), reafirmando o direito dos índios a outros 13.579 ha, ampliando as áreas indígenas para 18.071 ha. Mesmo assim, o Ministro da Justiça na época - Íris Rezende, emitiu, no dia 06 de março de 1998, as Portarias 193, 194 e 195, reconhecendo a integralidade das áreas como tradicionais, mas aumentando a área em somente mais 2.571 hectares, ou seja, 18,9% da área reivindicada.

Não satisfeitos com os resultados do processo, ainda em 1998, mais uma vez os índios conduziram um processo de auto-demarcação, só que desta vez resultou em intervenção da Polícia Federal na Região de Aracruz, numa grande operação militar, descrita desta maneira pelos movimentos sociais, inclusive indígenas: *“Foram contingentes do Espírito Santo e Minas Gerais que cercaram as aldeias, os Sem-terra eram convidados dos índios, estavam hospedados na Aldeia Pau-Brasil, eram apoiadores da luta dos índios e foram retirados de madrugada em ônibus cedidos pela Aracruz Celulose”*⁷⁷. Além do MST e do CIMI apoiando diretamente os índios Guarani e Tupiniquim estava o SINTICEL – Sindicato dos Trabalhadores da Indústria que até recentemente se posicionava de maneira extremamente crítica sobre as práticas da empresa não só em relação à força de trabalho na parte industrial como também em relação ao meio ambiente e comunidades da região⁷⁸.

⁷⁶ FASE (2002). Op. cit.

⁷⁷ FASE (2002). Op. cit.

⁷⁸ Em posição contrária ao SINTICEL, ou ao menos evitando se posicionar contra a empresa, quase sempre esteve o Sindicato dos Trabalhadores da Floresta.

O desfecho ocorreu com os caciques Tupiniquim e Guaraní sendo levados à Brasília para fazerem um acordo em que aceitaram a Portaria Ministerial que demarcava suas terras com o acréscimo de 2.571 hectares. Porém, do ponto de vista dos índios, o cacique Tupiniquim demonstrou, como se sentiu coagido e que a percepção era que a área total de 13.579 ha havia sido reduzida para 2.571 ha: *“E o acordo, tenho cópia dele, foi simplesmente uma troca, disfarçada, mas a Aracruz se compromete a repassar para os índios recursos, foi falado em dez milhões de dólares, convertidos em reais, na época, foram onze milhões e quatrocentos mil, e repassado semestralmente, e em troca os índios abrem mão, acatam as portarias que reduzem as terras indígenas de treze mil e quinhentos e setenta e nove para apenas dois mil e quinhentos e setenta e um hectares”*⁷⁹.

A situação em relação aos índios se mantém sem disputas abertas até 2002, quando nas reuniões das comunidades começou a ser questionado o montante dos recursos sendo repassados, pelo que é percebido como um aluguel do uso das terras indígenas, e também os programas de agricultura não atendem às aspirações indígenas. De acordo com reportagem no Jornal do Brasil em 11/08/2002, na mesma época a Aracruz Celulose estava inaugurando sua terceira fábrica, inclusive com a presença do então Presidente da República – Fernando Henrique Cardoso, e havia firmado, na semana anterior, um acordo entre a empresa e representantes de cinco comunidades indígenas da região, que garantiu um acréscimo de R\$ 400 mil por ano aos R\$ 800 mil que já eram pagos, desde 1998. Mas, para o, na época, Presidente da Associação Indígena Tupinikim-Guarani - Evaldo Santana Almeida, no entanto, o acordo feito com a Aracruz *“não fez a vontade de toda a comunidade”*. E segundo ele, como citado na matéria, há quatro anos estava sendo reivindicado o aumento dos repasses. Complementado, o cacique da tribo Tupiniquim, e chefe da Comunidade Pau Brasil, Antonio dos Santos, conhecido como Antonino declarou que: *“O acordo não foi satisfatório. A comunidade vai crescendo e o dinheiro vai diminuindo”*. E concluiu: *“Queremos a terra de volta. Antes da Aracruz chegar (fim dos anos 60) aqui era cheio de mata, de liberdade. Em 1979 houve desmatamento e depois secou tudo por causa do eucalipto”*. Por outro lado a matéria também coloca a opinião da Aracruz Celulose citando Carlos Alberto Roxo, que: *“considera o assunto encerrado.... [e] Para ele, quem falar após o acordo “estará falando em nome próprio e não da comunidade indígena”*. Além disso, lembra que a empresa bancará 35 bolsas de estudo para os índios cursarem faculdade. Sobre as terras reivindicadas, Roxo afirma que tudo foi acertado entre a empresa, os próprios índios e o Ministério da Justiça”.

Em setembro do mesmo ano, a Aracruz Celulose faz um comunicado à imprensa sobre este novo acordo, assinado em 04 de setembro, e denominado de segundo Aditivo ao Termo de Ajustamento de Conduta firmado em 2 de abril de 1998, contemplando seis comunidades afiliadas à Associação Indígena Tupiniquim-Guarani (AITG) - Caieiras Velha, Irajá, Pau Brasil, Três Palmeiras, Boa Esperança e Piraqueaçu, declarando ainda que o mesmo havia sido firmado em presença de representantes do Ministério Público Federal. Este acordo, além do aumento do repasse e programa de bolsas de estudo, mencionado acima, também contaria com o apoio a um programa objetivando aumentar a empregabilidade dos membros das comunidades indígenas e na área de meio ambiente, a Aracruz se comprometeu a fornecer mudas e apoio técnico para um projeto de reflorestamento em áreas de grotas e das margens dos rios Sauê, Sahy e Guaxindiba, que cortam a reserva indígena, e realizar um estudo de recuperação dos rios Sahy e Guaxindiba. No tocante ao rio Sahy, a Aracruz comprometeu-se ainda a executar obras de recuperação até o limite de R\$ 20 mil e a apresentar o projeto completo a potenciais financiadores.

⁷⁹ FASE (2002). Op. cit.

Neste mesmo documento, o diretor de Meio Ambiente e Relações Corporativas da Aracruz, Carlos Alberto Roxo, [declara que] o entendimento recém-alcançado *"reafirma a disposição da empresa em manter um diálogo produtivo com as comunidades indígenas, sempre buscando ampliar suas oportunidades de renda e melhorar o meio ambiente, para que possam alcançar melhores condições de vida em bases auto-sustentáveis"*. Roxo afirmou ainda que um aditivo em bases proporcionalmente similares deverá ser assinado em breve com a Associação Indígena Tupiniquim de Comboios, que firmou em 1998 um acordo em separado com a empresa".

Complementando as informações sobre o acordo entre a empresa e as comunidades indígenas, em relatório da Comissão Mobiliária de Valores (CMV), de 2000, sobre a Aracruz Celulose é mencionado o caso da seguinte maneira: *"A Companhia esteve envolvida em uma disputa administrativa acerca da ampliação de reservas indígenas em terras de sua propriedade. No primeiro semestre de 1998, foram celebrados "Termos de Ajustamento de Conduta", na forma e para os efeitos do que se contém no § 6º do artigo 5º da Lei nº 7.347/85, nos quais as comunidades indígenas reconheceram como legítimas as Portarias do Ministério da Justiça nºs 193, 194 e 195, todas de 6 de março de 1998, que estabeleciam a ampliação das suas reservas em 2.571 hectares de terras pertencentes à Companhia, comprometendo-se a Companhia, ainda, a dar assistência financeira aos índios em projetos sociais, agrícolas, educacionais, habitacionais e de saúde, no montante aproximado de R\$ 13.500 (valor histórico), atualizáveis mensalmente com base na variação do IGPM ou IPC, ou seus substitutos, prevalecendo o que for maior; o valor dessa assistência financeira deverá ser desembolsado ao longo de um prazo de 20 anos, condicionado ao cumprimento de determinadas cláusulas e condições que estipulam obrigações das Comunidades Indígenas. Caso as Comunidades Indígenas violem suas obrigações, após devidamente notificadas, mediante ciência do Ministério Público Federal, a Companhia ficará desonerada das obrigações impostas pelos "Termos de Ajustamento de Conduta". Desde o início do acordo até 31 de março de 2000, a Companhia adiantou para as Associações das Comunidades Indígenas R\$ 2.158 (durante 2000 - R\$ 356), de acordo com os "Termos de Ajustamento de Conduta"*⁸⁰.

Um recorte importante para entender a conjuntura ou pano de fundo destes acordos de 1998, e depois em 2002, é provido pela pesquisa, acima citada, de Andrade et al. (2001). Apesar destes autores só analisarem até o momento da demarcação oficial das terras indígenas, em 1998, como o contexto dos conflitos ocorridos no período até 2002 foram os mesmos, a análise apresentada das estratégias e percepções destes dois grupos de atores é ilustrativa da dicotomia existente na região.

Andrade et al. (2001) descreve que: *"Após a segunda demanda dos Índios, em 1993, pela extensão dos 4.492 ha de suas reservas e a recomendação da FUNAI de aumentar as reservas indígenas em 13.579 ha, a Aracruz intensifica a busca de cooperação dentro do conflito ao engajar-se como parceira técnica-financeira do NISI-ES (Núcleo Interinstitucional de Saúde Indígena). Esta instituição governamental foi criada, em 1994, com objetivo principal de gerir projetos visando o desenvolvimento auto-sustentável dos povos indígenas (NISI, 1998). Os Índios, por sua vez, aliados ao CIMI-Leste (Conselho Indigenista Missionário), deflagram, em 1996, uma campanha internacional, junto aos principais stakeholders da Aracruz, pela demarcação dos 13.579 ha recomendada pela FUNAI. A Aracruz, em 1997, contesta a qualidade do processo administrativo de demarcação da FUNAI e reforça a sua estratégia, via aliança com o NISI-ES, de focar a discussão em projetos que satisfaçam as necessidades sócio-econômicas dos Índios de modo sustentável"*.

⁸⁰ Comissão de Valores Mobiliários – Informações Trimestrais (data base 31/03/2000); página 19.

Em 1998, como foi descrito acima, ocorreram, na percepção dos autores de “*retorno da explosão de conflitos dentro de um quadro de cooperação latente*”, descrevendo o segundo processo dos índios de auto-demarcação de suas terras. Em abril daquele ano, a Aracruz negocia com os Índios mais dois acordos, mediados pela FUNAI e Ministério Público Federal. Mas esses processos não se encontram descritos na documentação acima citada que descreve a perspectiva dos índios em relação à demarcação de suas terras.

O aspecto mais importante da análise feita por Andrade et al. (2001) é a apresentação, em uma sequência de quadros, das perspectivas de cada grupo de atores, como reproduzidos a seguir:

O(s) Problema(s) Segundo as Apreciações dos Atores Principais	
Aracruz	Associações Indígenas
Inexistência de projetos, de longo prazo, decididos pelas próprias comunidades indígenas, que venham a possibilitar sua sobrevivência e aprimorar suas condições de vida de maneira sustentável.	Insuficiência de área territorial nas reservas para que os Índios continuem a desenvolver seus padrões tradicionais de vida e de cultura, baseados na agricultura de subsistência, atividades de caça e pesca e extrativismo de frutas, mel e de materiais para a fabricação de utensílios e casas.

Os Objetos-chave na Procura do Acordo entre os Atores	
Aracruz	Associações Indígenas
1. Projeto de Saúde Integral das Comunidades Indígenas desenvolvido e coordenado pelo NISI, visando a auto-sustentabilidade das referidas comunidades; 2. Programa de Fomento Florestal.	Campanha Internacional para a Extensão e Demarcação das Terras Indígenas Tupiniquim e Guaraní realizada e coordenada pelo CIMI-Leste.

As Estratégias de Ação Construídas pelos Atores	
Aracruz	Associações Indígenas
A Aracruz trabalha, simultaneamente, com quatro estratégias de ação construídas ao longo do processo: 1. Influenciar, a seu favor, autoridades estatais do setor econômico-financeiro; 2. Apoiar, como parceira técnica e financeira, os projetos desenvolvidos pelo NISI; 3. Não reconhecer que as terras cogitadas pelos Índios possam ser, ou ter sido, tradicionalmente indígenas; 4. Estender às comunidades indígenas o «Programa de Fomento Florestal» da empresa.	Os Índios conformam uma única estratégia de ação: 1. Influenciar e mobilizar, a seu favor, a opinião pública e outros <i>stakeholders</i> da Aracruz (clientes, acionistas e órgãos governamentais) através de campanhas nacionais e internacionais, que chamem atenção para o projeto indígena de ocupação das terras em questão.

A estratégia dos índios estava baseada em dois argumentos: 1) Que as terras, em disputa, foram doadas para eles em 1610 pela Coroa Portuguesa sob o sistema de sesmaria (oque era provado por

documentos históricos citando o fato); 2) Que a(s) Constituição(ões) Brasileira(s) reconhece(m), desde 1934, o direito de demarcação de terras tradicionalmente ocupadas por Índios. Argumentos estes simples e portanto de fácil entendimento e defensibilidade em uma campanha junto ao público em geral, especialmente o internacional. Uma informação complementar é que no período de lançamento desta campanha já estava trabalhando com o CIMI-Leste o engenheiro agrônomo Winnie Overbek que contribuiu na articulação de entidades internacionais para apoio aos índios⁸¹.

Em contrapartida, o item 03 da estratégia da Aracruz é o ponto chave para entendimento da manutenção até os dias atuais da desconfiança dos índios em relação à empresa. Como descrito por Andrade et al. (2001), no levantamento feito dos documentos cedidos pela empresa a “*Aracruz considera[va] a demanda indígena infundada, baseando-se nos seguintes contra-argumentos:*

1. *O sistema de sesmaria foi efetivamente e legalmente extinto através de um processo envolvendo vários sistemas de regulamentações entre 1759 e 1853;*
2. *A Constituição de 1934 somente reconhece os direitos de demarcação de terras aos Índios, se estes as tenham ocupado de modo permanente, embora não defina, em seu texto, o conceito de permanência. A Constituição de 1988, por sua vez, reconhece a legitimidade do direito dos Índios à posse de terras tradicionalmente ocupadas por eles, porém estabelece quatro pré-requisitos simultâneos e acumulativos: que as terras sejam ocupadas pelos Índios de forma permanente; que sejam usadas para suas atividades produtivas; que sejam indispensáveis para a preservação de recursos ambientais e que sejam necessárias para a manutenção do seu bem-estar e para sua reprodução física e cultural;*
3. *Todas as terras em questão foram adquiridas pela Aracruz de legítimos proprietários anteriores, baseada em documentação idônea e títulos legalmente registrados que comprovam claramente a existência da «cadeia sucessória de proprietários», conforme exigido pela Constituição Brasileira”;*

O conteúdo desta contra-argumentação deve ser relacionado, ainda, com o descritivo feito anteriormente das estratégias e reações da empresa à época da ECO 92. E Andrade et al. (2001) explicam ainda que estas estratégias utilizadas pela Aracruz possuíam dois aspectos constitutivos, reapresentados a seguir:

Primeiro um aspecto defensivo, subdividido em duas frentes: 1) a Aracruz preserva as suas margens de manobra e, conseqüentemente, protege-se contra demandas futuras dos Índios; e 2) a Aracruz utiliza-se de estratégias de influência para convencer as autoridades dos setores econômicos e financeiro do governo que a disputa por terras com os índios constitui-se numa dupla ameaça para: a) tanto a sobrevivência da Aracruz como uma empresa viável, já que a transferência dos 13.579 ha para os índios representa 40% da área plantada dentro de um raio em torno da unidade fabril, essencial para a viabilidade técnico-econômica da empresa cuja dinâmica concorrencial é ditada principalmente pela estratégia de liderança no [baixo] custo de produção de celulose; b) como para o sistema legal brasileiro na medida em que a proteção da propriedade privada é importante para futuros investimentos no país. E segundo em um aspecto ofensivo, também subdividido em duas frentes: 1) a parceria técnico-financeira com o NISI, que entre 1994 e 1997, inclui planos de ação nas áreas de educação, agricultura e saúde. Esta estratégia sócio-ambiental corporativa reforça a percepção da Aracruz perante a situação-problema: falta de projetos indígenas de longo prazo

⁸¹ Anteriormente a Greenpeace havia apoiado, ainda que indiretamente, as demandas indígenas, mas o trabalho na região havia cessado no final de 1995 (Anna Fanzeres, *Campaigner* de Florestas na Greenpeace Brasil de 1992 a 1995).

que possibilitem a sustentabilidade das reservas⁸²; 2) a extensão do Programa de Fomento Florestal da Aracruz para a comunidade indígena consistindo no fornecimento de mudas de Eucalipto e espécies nativas, insumos e suporte tecnológico para permitir a continuidade das atividades de silvicultura do Eucalipto, com alta produtividade, nas terras indígenas, além da formalização de um contrato de compra e venda de madeira entre os Índios e a Aracruz. Esta estratégia permitiu à Aracruz a continuidade do suprimento de eucalipto, a baixo custo de transporte, como também o esvaziamento do argumento dos Índios fundamentado em insuficiência de terras para o resgate do seu modo tradicional de vida.

Para concluir, Andrade et al. (2001) apresenta uma lista resumida dos acordos assinados pelos Índios-FUNAI-Ministério Público-Aracruz:

1. *As reservas indígenas são aumentadas em um total de 2.599 ha, de acordo com as Portarias do Ministro da Justiça 193, 194 e 195 publicadas em 09/03/98;*
2. *A Aracruz continua com o projeto de parceria técnica e financeira com o NISI, equivalente a uma contribuição mínima de US\$ 7.000/ano;*
3. *A Aracruz contribuirá, com um total de US\$ 10 milhões, distribuído ao longo de 20 anos, para projetos nas áreas social e de educação, saúde e habitação, desenvolvidos pelas próprias Associações Indígenas Tupiniquim e Guarani e Tupiniquim de Comboios;*
4. *A Aracruz contribuirá, com US\$ 170.000 (no máximo), durante os próximos anos, para o pagamento de faturas de eletricidade e água das comunidades indígenas;*
5. *Os Índios manterão o cultivo de eucalipto nos 2.571 ha transferidos para as suas reservas, passando a ser parceiros do «Programa de Fomento Florestal» desenvolvido pela Aracruz;*
6. *A Associação Indígena Tupiniquim de Comboios recebe ainda, além dos 243 ha determinados pela portaria ministerial, mais 185 ha de terras agricultáveis, um trator, um caminhão e implementos agrícolas para o desenvolvimento de projetos auto-sustentáveis.*

E os autores analisam o balanço da relação de Cooperação-Conflito do caso Aracruz-Índios Tupiniquim e Guarani, declarando que “Os acordos fechados apresentam contornos resultantes da interpenetração dos limites clássicos dos mundos dominantes aos atores envolvidos no conflito”:

- *Se por um lado a Aracruz não chega a reconhecer como legítima a demanda dos Índios, por outro, a empresa aprende que é responsável por um passivo sócio-ambiental que tem a sua origem e fundamentação no mundo tradicional-doméstico. Isto é, a empresa reconhece que está situada, sob um sítio detentor de um valor simbólico e material para os Índios, até então não levado em consideração pela lógica empresarial. Este passivo foi o principal objeto de disputa do conflito Aracruz-Índios, e não os 13.579 ha de terras, em si;*
- *A Aracruz reconhece que, para continuar atuando no mundo concorrencial que lhe é próprio e satisfazer seus interesses de forma eficaz, tem que adotar estratégias sócio-ambientais relacionadas com os princípios de argumentação do seu mundo mercantil-industrial, mas que também incorporem interesses e valores inerentes aos mundos dos seus stakeholders;*
- *Os Índios, por sua vez, não abrindo mão de valores e percepções inerentes ao seu mundo dominante (tradicional-doméstico), aprenderam a reconhecer a necessidade de privilegiar a dimensão técnico-econômica. Um exemplo sintomático desta intersecção entre lógicas de ação foi o fato dos Índios terem passado a cultivar, como parceiros do programa de*

⁸² Mas neste momento o CIMI-Leste havia também mudado sua estratégia e passava a trabalhar com projetos produtivos.

Fomento Florestal da Aracruz, o eucalipto, cultura símbolo de um mundo marcado pela busca incessante de aumento de produtividade através da biotecnologia;

- *A relação de troca, abstraída dos acordos selados entre a Aracruz e os Índios, pode ser caracterizada como uma relação mercantil-dom. Isto é, as coisas trocadas pelo acordo entre os mundos empresarial e indígena não somente se valem entre si, como numa relação mercantil pura, mas também valem aquilo que vale a relação, como numa relação de dom pura;*
- *O "negociado" se sobrepôs ao "jurídico", na medida em que a disputa por terras entre a Aracruz e os Índios foi regulada na "esfera administrativa" através da formalização de acordos, sem optar-se pelo caminho do processo judicial.*

Porém, diferentemente do que sugerem Andrade et al. (2001), de que a lógica das relações corporativas havia sido assimilada e aceita pelos índios, em 2003 ocorre uma nova disputa destes com a Aracruz⁸³. Entre os dias 11 e 15 de outubro, representantes dos índios Tupiniquim e Guarani entraram em uma área dos plantios da Aracruz e derrubaram dois hectares de plantações de Eucalipto e retiveram as toras na aldeia de Caieiras Velha como protesto pela empresa não ter cumprido o acordo estabelecido em 1998 e corroborado em 2002, que previa que Aracruz Celulose garantisse empregos e cursos profissionalizantes para os índios, além de despoluir os rios Sahy e Guaxindiba. O objetivo do protesto, segundo as lideranças indígenas, era reter as toras de eucalipto na aldeia de Caieiras Velha e fazer com que a empresa cumprisse o acordo. Além disso, os índios querem continuar retirando o resíduo de eucalipto – restos de galhos e troncos – sem que haja repressão da empresa.

Em seguida, no dia 18 de outubro, o Juiz Estadual Marcelo Pimentel emitiu um mandado de reintegração de posse de toras de eucalipto e autorizou a entrada da polícia militar na aldeia Tupiniquim de Caieiras Velha com o objetivo de reintegrar a madeira à empresa. Este ato gerou um epicentro de conflito, explicado pela assessora da comissão de caciques Tupiniquim e Guarani do Espírito Santo, Arlete Schubert: “o mandado do juiz estadual foi suficiente para criar um clima de tensão entre os índios, dispostos a impedir a entrada da polícia na sua área. O argumento maior dos indígenas é sobre a competência da administração das áreas onde vivem: por lei, a competência é federal, enquanto a decisão de reintegração de posse tinha partido da justiça estadual”. “A decisão desse juiz não procede e estamos preparados para encarar a tropa de choque” afirmou o cacique Tupiniquim da aldeia de Caieiras Velha, Vilsom de Oliveira. No dia seguinte, o Juiz Marcelo Pimentel declarou-se incompetente para julgar casos envolvendo comunidades indígenas, enquanto a Procuradoria da FUNAI obtinha uma liminar contrária à sua decisão.

De acordo com a chefe do posto regional da FUNAI no ES - Edelvira Tureta, que é, a situação ainda é tensa e os índios só iriam liberar a madeira quando representantes da Aracruz fossem até a aldeia de Caieiras Velha explicar porque o acordo não havia sido cumprido. Além do mais, uma comissão da direção regional da FUNAI foi à região tentar resolver o impasse. Segundo o administrador-executivo regional da FUNAI, Valdemar Adilsom, a comissão iria fazer um levantamento da situação para promover o diálogo entre as comunidades indígenas e a empresa. Ele disse estar surpreso com a liminar expedida pelo juiz Marcelo Pimentel, que autorizou a entrada da polícia militar na aldeia. A comissão iria elaborar um relatório para a sede da Funai em Brasília. Os grupos indígenas continuavam a afirmar que não iriam permitir a retirada da madeira de Caieiras Velha

⁸³ Informação obtida no website da FASE, regional do ES - http://www.fase.org.br/regionais.asp?categoria=regional_espirito_santo&conteudo_id=2259

até que a empresa Aracruz cumprisse o acordo e caso não fossem atendidos, iriam cortar mais áreas com plantio de eucalipto da empresa.

Todavia, apesar da gravidade do evento anunciada no *website* da FASE, com o comunicado descrito acima sendo iniciado da seguinte maneira: *“Um banho de sangue. Esse poderia ter sido o resultado de um confronto entre a polícia militar e índios guarani e tupinikim em 18 de outubro no município de Aracruz, norte do Espírito Santo”*, não foi encontradas quaisquer informações sobre o desfecho desta disputa. Também foram checados, sem sucesso, os *websites* da Aracruz, da FUNAI e dos jornais *online* consultados para este Diagnóstico. E assim sendo, este episódio poderia denotar que o tema de conflitos entre as comunidades indígenas da região e a Aracruz Celulose estariam perdendo importância e se desvanecendo no tempo, contudo novos eventos a partir do começo do corrente ano demonstram que a questão ainda não foi solucionada.

O ponto de disputa é novamente a questão da área das terras indígenas, voltando os índios a demandar a demarcação do restante da área reconhecida no estudo do GT da FUNAI. Assim, resgatando uma informação de 2002 para maior clareza das demandas, em entrevista ao Jornal do Brasil⁸⁴, Fábio Martins Villas, então coordenador do Conselho Indigenista Missionário do Espírito Santo, declarou que *“10.511 hectares de terras que são hoje da Aracruz pertencem originalmente aos índios. Em 1997, a Fundação Nacional do Índio identificou 18.070 hectares que seriam de propriedade das comunidades indígenas. Mas, em 1998, o Ministério da Justiça só reconheceu 7.559 hectares para os índios”*.

No dia 19 de fevereiro de 2005, 350 indígenas das aldeias Pau Brasil, Caieiras Velhas, Irajá, Três Palmeiras, Boa Esperança, Piraquê-Açu e Comboios realizaram, na aldeia de Comboios, uma Assembléia Geral dos Povos Tupinikim e Guarani. Nesta reunião foi analisada a situação atual das comunidades e discutida a retomada das terras, em poder da Aracruz Celulose. Após esta Assembléia os índios produziram um comunicado público contendo os seguintes pontos:

- *“Antigamente (até 40 anos atrás) vivíamos bem, caçando, pescando, e plantando nossas roças de feijão, milho e mandioca. Não dependíamos de ninguém, vivíamos da nossa terra e tínhamos nossa liberdade. Com a chegada da Aracruz Celulose, perdemos nossas terras, nossas matas e nossos rios. Aos poucos, fomos empobrecidos e ficamos “prisoneiros” do projeto da Aracruz;*
- *Em 1979, começamos a travar uma luta para retomar nossas terras, sempre com a certeza do nosso direito. Em 1997, a FUNAI identificou 18.071 hectares como terras tradicionalmente ocupadas por nós, Tupinikim e Guarani. Até o momento conseguimos recuperar apenas uma pequena parte do nosso território. Cerca de 11.000 hectares continuam nas mãos da Aracruz Celulose, por força de um Acordo ilegal que permite à empresa explorar e degradar a nossa terra, terra que é a nossa mãe e sobre ela construímos nossa dignidade e nossa identidade;*
- *Mas afirmamos, com muita clareza, que tudo que a Aracruz Celulose tem repassado para as nossas comunidades é por causa da nossa luta e do nosso direito. Também afirmamos que nossa luta não acabou e nunca acabará, ela continuará por toda nossa existência. Hoje, depois de muitos debates nas nossas comunidades, chegamos à conclusão que o Acordo com a Aracruz não conseguiu resolver nossos problemas, ao contrário, tem nos causado ainda mais dificuldades, gerando dependência econômica, divisão entre as aldeias e enfraquecendo nossa cultura. A morte da nossa cultura é a morte simbólica do nosso povo;*

⁸⁴ JB online 11/08/2002-Aracruz sob fogo cruzado por Alberto Komatsu.

- *Temos uma responsabilidade muito grande como caciques e lideranças. Sabemos que não podemos continuar existindo como povo indígena se não tivermos liberdade e autonomia e se nossas terras não forem demarcadas, para que nossos filhos e netos possam ter um futuro seguro. 500 anos atrás cortaram as árvores que representam os povos e culturas indígenas; hoje, com nossa luta, voltam a brotar com força as raízes indígenas no Espírito Santo;*
- *Por tudo isso decidimos, por unanimidade, nesta Assembléia Indígena, lutar pela retomada de nossas terras, hoje ocupadas pela Aracruz Celulose. A luta pela terra, que é também a luta pela sobrevivência física e cultural dos Tupinikim e Guarani, será, daqui para frente, nosso principal objetivo e não descansaremos até conseguirmos recuperar integralmente nossas terras”.*

Este posicionamento dos índios, vem angariando apoio de várias entidades. Em 03/03/2005 o Século Diário publicou matéria descrevendo o “total apoio” dos agricultores capixabas: *“A luta dos índios é considerada “tardia, mais oportuna e necessária” por Valmir Noventa, um dos coordenadores estaduais do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)....[e] Valmir Noventa lembra que “por mais de quatro décadas a Aracruz Celulose utilizou a terra dos índios. Estão acordando, e saem na frente para reconquistar o que foi roubado. Também os camponeses e quilombolas foram roubados pela empresa”. Quanto os índios perderam? Valmir Noventa analisa: “perderam coisas que não se pode quantificar. Quanto vale uma cultura perdida? Quanto custa sonhos perdidos, vidas perdidas, a história roubada? A Aracruz Celulose não tem condições de reparar os índios em relação a estes fatos”. Para o coordenador do MPA, é difícil até a reparação dos prejuízos materiais causados aos índios pela empresa. Lembra que os lucros da Aracruz Celulose são astronômicos (em 2004 o lucro líquido foi de R\$ 1 bilhão; em 2003, R\$ 870 milhões). A empresa ganha tanto dinheiro que tanto que expande seus negócios construindo uma nova fábrica no sul da Bahia, e comprando outra, no Rio Grande do Sul. Para o coordenador do MPA, “os índios devem lutar por todos os meios, com todas as armas possíveis e impossíveis, até reconquistar suas terras e o que foi roubado pela Aracruz Celulose. Este é o seu direito, e sua obrigação. É a condição para continuar sobrevivendo como povo”.*

No dia 07/03/2005 o Século Diário publicou duas outras matérias. Uma descrevendo o apoio do World Rainforest Movement à luta indígena pela retomada de terras da Aracruz e a segunda sobre o fato das terras indígenas terem rendido cerca de R\$ 21 milhões à Aracruz Celulose. Sobre esta segunda matéria, o jornalista Ubervalter Coimbra discorre sobre o fato de que: *“Os índios perderam ainda com a depreciação do terreno pela perda de recursos naturais, como a água e a biodiversidade, de valor incalculável. Os índios declararam que estão em luta pela retomada de 13.579 hectares de suas terras ocupadas pela empresa há 40 anos. Poderão ainda exigir o pagamento de indenização pela ocupação ilegal. Os cálculos sobre o lucro da Aracruz Celulose sobre as terras indígenas foram feitos a partir do lucro apurado em um ano com o plantio de um hectare de terra, comprovado em estudo realizado em 2002, em Santa Maria de Jetibá. O rendimento anual de um hectare plantado com eucalipto foi de R\$ 395,00 - 25 vezes menos do que rendeu um hectare plantado com hortifrutigranjeiros, R\$ 12 mil por ano. A ocupação dos 13.579 hectares dura quatro décadas. Não realizadas correções monetárias, e sem considerar que os plantios diretos realizados pela empresa lhe geram mais lucros, só esta área ocupada produziu lucro de R\$ 21.454.820,00 para a Aracruz Celulose”.*

Dia 09/03/2005, o Século Diário publica nova matéria sobre a cobrança dos índios junto à FUNAI para imediata demarcação de suas terras e no que *“Os índios não vão negociar mais com a Aracruz Celulose, pois estão cansados de serem iludidos pela empresa, como afirmou nesta quarta-*

feira (9) o cacique Vilson Benedito de Oliveira, de Caieiras Velhas. Esta foi a decisão dos índios em assembléia geral das tribos tupiniquim e guarani. A Funai já foi comunicada da decisão dos índios. Eles relataram que a própria Funai e outros órgãos federais pressionaram os índios a fazer acordo com a Aracruz Celulose. O acordo foi prejudicial aos índios. Agora eles estão em alerta total contra a empresa". O cacique Vilson Benedito de Oliveira disse ainda que: *"Ficou bem claro que a gente não quer conversar com a Aracruz Celulose. Já conversamos demais. A menos que a empresa venha e diga que vai devolver as terras imediatamente".* Também de acordo com a matéria os índios nada adiantaram sobre a estratégia que vão adotar para recuperação de suas terras. *"Mas a luta já começou"*, afirmou o cacique de Caieiras Velhas. O cacique revelou ao jornal que a empresa estava buscando por todos os meios contatos com os índios, mas que os caciques estão firmes na determinação de cumprir o que foi decidido em assembléia.

No dia seguinte, 10/03/2005, a notícia publicada no Século Diário foi sobre a apoio aos índios prometido pelo Ministério Público Federal (MPF) na luta pela terras tomadas pela Aracruz. Segundo lideranças indígenas que foram entregaram no dia anterior o manifesto mencionado acima ao MPF, os dois procuradores que os atenderam prometeram ajudar os índios.

Pelas notícias acima, fica demonstrado que os novos elementos desta renovada disputa entre os índios Tupiniquim e Guarani e a Aracruz Celulose são articulações locais, nacionais e internacionais, executadas diretamente pela Associação Indígena, a demanda por compensação milionária, pressão institucional (FUNAI) e política (MPF) e capacidade de uso da mídia, principalmente eletrônica, consultada por tomadores de decisão no Brasil e principalmente no exterior. Neste último aspecto, os índios contornam o usual controle local da informação que era exercido, por diversas razões, pelas cadeias de mídia do Espírito Santo.

Estes novos acontecimentos em relação às comunidades indígenas começam a influenciar os demais grupos de *stakeholders* que mantêm disputas fundiárias com a Aracruz Celulose. Em relação aos quilombolas de Conceição da Barra e São Mateus, não só os índios também receberam manifestações de apoio destas comunidades, como estão servindo de exemplo (além de prestar apoio) às demandas de retomada das terras do antigo Território de Sapê do Norte, formado pelos municípios de Conceição da Barra e São Mateus. Matéria veiculada no O Século Diário em 04/03/2005 noticia que: *"Os quilombolas capixabas vão seguir o exemplo dos índios e começar a luta pela retomada de seus territórios do norte do Espírito Santo, ocupados pela Aracruz Celulose e plantadas com eucalipto. O anúncio do começo da luta dos quilombolas foi feito nesta sexta-feira (4), por Domingas dos Santos Dealdina, representante capixaba na Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Rurais Negras Quilombolas (Conaq)".*

De acordo com o Informativo de apoio às Comunidades Negras Rurais do Rio de Janeiro e Espírito Santo⁸⁵, até a década de 1970, na região do Sapê do Norte, como era conhecida a região nordeste do estado do Espírito Santo, especificamente onde estão os atuais municípios de Conceição da Barra e São Mateus, existiam cerca de 10 mil famílias negras rurais, reunidas em aproximadamente 100 comunidades. Hoje, restam apenas cerca de 1.500 famílias negras rurais, reunidas em 20 comunidades.

E este mesmo documento descreve que o movimento negro da região começou a ser organizado em meados dos anos de 1970, principalmente com o apoio da Igreja Católica. Naquele período o enfoque era mais no reconhecimento da importância da cultura negra, mas os trabalhos

⁸⁵ Publicação da KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço (www.koinonia.org.br); ano 2 • nº 4 • 2002

conduzidos em áreas urbanas. No início dos anos 90, com a mudança de diretriz da Igreja diante das lutas sociais e políticas, o movimento perdeu sua força, levando a uma reavaliação de suas estratégias. É justamente a partir de então, em especial a partir de 1995, que algumas lideranças formadas no período anterior começaram a se inteirar das discussões nacionais sobre “remanescentes de quilombos”. Nasce daí a idéia de realizar um cadastramento das comunidades negras rurais de Conceição da Barra e São Mateus.

Paralelo a este momento inicial de organização mais independente na região, a FASE-ES começou a desenvolver projetos com a população rural desta área, interessada em acompanhar e promover a população trabalhadora no carvão, de forma a melhorar suas condições de trabalho e qualidade de vida. Mas esse trabalho evoluiu na direção de uma análise ampla e sistêmica dos impactos sócio-ambientais da indústria de celulose sobre as populações rurais daqueles dois municípios. A partir de 2000, essas iniciativas convergiram com as do Projeto Egbé – Territórios Negros, da KOINONIA. Um dos principais objetivos desse novo projeto é a condução de estudos sobre comunidades negras rurais a serem utilizados no processo de regularização fundiária. No Espírito Santo estimasse que existam 32 comunidades quilombolas, incluindo o território de Sapê do Norte, e outras que estão sendo cadastradas. A área do Córrego do Angelim já foi reconhecida pela Fundação Palmares como terra quilombola e o INCRA já informou que começou a regularizar as comunidades de Retiro, em Santa Leopoldina, no sul do estado, e de Linharinho. Até 2006, a previsão é de que 10 áreas dos negros sejam tituladas.

O Projeto Egbé também conduz o monitoramento dos processos já iniciados em comunidades oficialmente reconhecidas como remanescentes de quilombos e o fomento a uma rede regional de esclarecimentos, trocas e apoio a estas comunidades. Em relação à este último ponto estão sendo incluídos nesta rede entidades como o Sindicato Trabalhadores Rurais de São Mateus, devido a existência, entre seus associados, de diversos trabalhadores dessas comunidades negras, só que, até então, não recebiam uma atenção diferenciada.

Como descrito no relatório da FASE (2002), “segundo os relatos dos negros mais idosos, a empresa Aracruz Celulose valia-se de duas personalidades que marcaram os processos de convencimento e coação das famílias da comunidade negra do Município de São Mateus a deixarem suas terras. A primeira, o senhor Benedito Braulino (o Pelé), que teria sido acionado pela Aracruz Celulose como tática de convencimento, por também ser negro e ter acesso pacífico às comunidades, além de ser comerciante no aglomerado urbano, o que facilitava um papel de intermediário nas relações das famílias que ocupavam as terras em questão com os demais segmentos sociais. Segundo as entrevistas, nessa primeira forma de abordagem, o Grupo Aracruz se utilizava do Pelé visando à sedução dos negros, a partir de promessas de empregos na empresa, e de que seus filhos e filhas iriam ter melhores condições de estudo nas cidades, ampliando as oportunidades de emprego para as comunidades no futuro. E outra figura importante no processo de coação foi o tenente Merçon. Este teria se utilizado da patente do Exército Brasileiro, ameaçando queimar ou passar com tratores sobre os casebres das famílias residentes, se estas resistissem a deixar as terras que cultivavam, em favor da Aracruz Celulose”.

A forma de ocupação era de posse e poucas famílias possuíam o título da terra quando a Aracruz Celulose e outros empreendedores chegaram à área. Os relatos dos representantes destas comunidades negras, a oferta para compra das terras era feita em separado a cada família, e os acordos variavam conforme o grau de resistência ou situação da terra. E o(s) comprador(es) não se identificava(m) como a empresa, mas alguém que prestava serviços para ela e daria o nome para registrar a terra, conforme ocorria com os índios. Praticamente todas as famílias com registro da terra,

tiveram propostas de venda durante a década de 1970 e isto gerou inclusive muita briga familiar, quando não havia consenso sobre sair ou não da terra.

As informações encontradas reportam ainda que esta saída forçada obrigou as pessoas daquelas comunidades negras a se adaptarem a uma realidade completamente diferente da que viviam até então. A maioria mudou-se para as periferias de centros urbanos como Conceição da Barra, São Mateus, Serra e Vitória. Os que ficaram acabaram adotando a atividade de fabrico de carvão como alternativa de geração de renda. Como em outras regiões do Brasil, também nesta região já foram documentadas as condições insalubres e subumanas de trabalho nestas carvoarias, com exploração dos trabalhadores pelos *gatos* (donos das carvoarias), que se aproveitam inclusive da mão-de-obra infantil.

Também aqueles que permaneceram na área e buscam conduzir atividades agrícolas de subsistência denunciam que *“a produtividade do solo vem sendo reduzida, os lençóis freáticos estão se esgotando, muitos córregos e rios já secaram inteiramente, a exposição ao agrotóxico tem levado à morte, à cegueira e a uma série de problemas de saúde que, por serem crônicos, são de difícil diagnose. Além disso, esses moradores vivem sob o constrangimento diário das milícias particulares da empresa, que regulam seu acesso aos recursos naturais que restam”*⁸⁶.

No universo atual das disputas destas comunidades quilombolas com a Aracruz Celulose as questões de poluição ambiental e contaminação de seres humanos devido ao uso de agrotóxicos pela Aracruz Celulose e a garantia do direito de uso dos recursos naturais percebidos como bem comum são as mais fortemente expressadas.

A utilização de agrotóxicos nos plantios de eucalipto é denunciada em diferentes ocasiões. No relatório da FASE (2002) é descrito um caso ocorrido em 1994, na comunidade de São Jorge, em São Mateus, onde a morte de três pessoas - duas crianças e um adulto, foi associada à práticas de uma empresa terceirizada da Aracruz costumava usar a sombra de uma castanheira para misturar os venenos que pulverizavam nos eucaliptos. Os frutos dessa árvore eram normalmente comidos pelas pessoas da comunidade, que não sabiam da provável contaminação pelos resíduos de agrotóxicos. Outros dois casos foram relatados em 2003 pelo jornal O Século Diário.

Em matéria do dia 10/02/2003 é descrito que Manoel Florentino, de 88 anos, pequeno proprietário rural no município de Conceição da Barra, residente em uma das áreas remanescentes dentro das plantações de Eucalipto da Aracruz Celulose, está praticamente cego há 12 anos, assim como também ficaram cegos seus irmãos Liberi (já falecido) e Mário, que tinham propriedade ao lado dele. A cegueira também atinge a esposa, Matilde Florentino. Como descrito na matéria, na convicção do próprio Manoel Florentino, a cegueira dos três irmãos Florentino vem do uso abusivo do agrotóxico entre os eucaliptos da Aracruz Celulose: *“Quando batem os veneno nos eucaliptos, o vento traz para cima da gente. Fica um mês do seu vapor aqui em cima das nossas propriedades. Dói a vista de todo mundo aqui em casa. Eu fico a imaginar que os filhos, que ainda moram comigo, possam, como eu, também ficar cego”*. As reclamações também se estendem para a poluição dos recursos hídricos. *“A água do rio ninguém bebe mais hoje, mas antes de saber que ela estava contaminada a gente usava muito. Para tomar banho, lavar rosto, para fazer tudo. Fomos criados dentro deste rio (Santana, que passa na sua pequena propriedade)”*.

O segundo caso foi publicado em matéria do dia 11/02/2003 que descreve o falecimento de Aurino dos Santos Filho, então com 34 anos de idade, dentro dos eucaliptos da Aracruz Celulose, na região de Conceição da Barra, norte do estado, enquanto trabalhava na pulverização de agrotóxicos,

⁸⁶ KOINONIA (2002) Op. cit.

como funcionário da empresa PLANTAR, terceirizada da Aracruz Celulose responsável pela capina química. *“Segundo relato dos companheiros de turma, ele trabalhou normalmente pela manhã, almoçou no campo, e sua falta foi sentida somente na hora do regresso. Os companheiros voltaram ao seu setor de trabalho e já o encontraram morto”*. A matéria também discorre sobre os procedimentos tomados, de acordo com o relato dos trabalhadores: *“Embora tivessem sugerido ao encarregado da empresa para chamar a perícia, ele ordenou que pegassem o corpo de Aurino e o colocassem no ônibus. O corpo foi assim transportado para a sede de campo da empresa e de lá entregue à família para o sepultamento”*. Quando a família foi buscar o testemunho dos demais trabalhadores *“eles negaram dizendo que foram orientados pela empresa para deixar o caso de lado”*. Outra questão apontada nesta matéria é que este funcionário estava registrado como auxiliar de reflorestamento, o que seria um disfarce para burlar a fiscalização do Ministério do Trabalho. E segundo a irmã do falecido, também citada na matéria, *“antes de morrer Aurino andava se queixando de dores no peito e de constantes tonteadas. Havia pedido à Plantar para faltar ao serviço e ir ao médico. Não conseguiu e continuou trabalhando em precárias condições de saúde”*. Na conclusão, a matéria discorre sobre a situação de outro ex-empregado da PLANTAR - Jorge Francelino, de 57 anos, em precárias condições de saúde por conta de um trabalho de um ano e dois meses nesta empresa, e declarou que *“Aurino não foi o primeiro caso de morte e não será o último. Há outros, mas as famílias não tiveram a coragem de contar que morreram por causa do veneno usado nos eucaliptos. Eu estou inutilizado, desempregado, mas não consegui nem arranjar advogado para processar a empresa. O nosso sindicato está nas mãos da Aracruz Celulose, não quis pegar o meu caso. Arrumei um advogado fora, ele disse que ia tocar o caso, já faz dois anos, e sempre que vou a ele volto com uma desculpa. Na região (ele reside em Conceição da Barra) a lei é a Aracruz Celulose”, fulmina, indignado”*.

Quanto ao direito de acesso ao material lenhoso existente dentro dos plantios de Eucalipto da Aracruz Celulose, como citado anteriormente também é uma das demandas das comunidades indígenas, mas quanto aos quilombolas as informações encontradas sobre denúncias também datam de 2003. As disputas têm ocorrido com uma empresa de segurança contratada pela Aracruz Celulose – Visel que em duas ocasiões tomaram medidas contra os moradores de Conceição da Barra, acusados de retirar lenha de dentro das áreas da Aracruz. Em 03 de fevereiro de 2003, a Associação Afro-Cultural Benedito Meia-Légua encaminhou ao Ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos e também à Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, ao Procurador Geral da República, Geraldo Brindeiro, e ao governador Paulo Hartung (PSB) denúncias sobre a prisão de cinco residentes (sendo um menor e duas mulheres) do distrito de São Domingos, em Conceição da Barra, ocorridas no meio da noite, por homens armados, no dia 28 de janeiro daquele ano. Os cinco presos foram indiciados na Delegacia de Conceição da Barra pelo crime de catar restos de madeira nos eucaliptais da empresa, para fazer comida, e para preparar beiju para vender nas feiras. Domingos Firmiano dos Santos, diretor da Associação, quando citado na matéria do Século Diário (03//02/2003) declarou que ainda não havia sido realizada uma reunião com representantes da Aracruz, mas que a mesma estava programada para ser realizada até o dia de veiculação da matéria. Não foram encontradas, todavia, informações sobre o desfecho deste caso.

O segundo caso foi descrito em matéria também do Século Diário veiculada no dia 12 de fevereiro de 2003. No dia anterior, havia ocorrido a apreensão do caminhão do quilombola Jorge Brandino, 44 anos, que mora em Paraíso, Conceição da Barra. Um funcionário da Visel, no início da noite do dia 11/02//2003, parou o quilombola sob a mira de um revólver, devido ao segundo estar transportando em seu caminhão restos de eucalipto. Foi obrigado a retirar a carga. Depois, foi impedido de sair com o caminhão vazio. Deixou então o carro, novamente sob mira de armas. O veículo foi levado pelo segurança da Visel para a Delegacia de Conceição da Barra. Jorge, que na

ocasião estava acompanhado de sua esposa, relatou ainda que mora numa propriedade de quatro alqueires, com mais 15 famílias de descendentes de escravos, e pratica agricultura de subsistência, e que fazem carvão, que vende para complementar a renda. A matéria descreve também que a apreensão do caminhão gerou revolta na comunidade negra, que se sente discriminada pela Aracruz Celulose. Nesta quarta-feira (12), cerca de 40 lideranças negras se reuniram em São Domingos, para discutir o que fazer face à violência crescente da segurança da Aracruz Celulose. Também não foram encontradas informações complementares sobre o desenrolar deste caso. Mas a conclusão da matéria declara que: *“Os quilombolas estudam como farão para retomar as terras que pertenciam a seus ancestrais, das quais não tinha escrituras, e que foram tomadas pela Aracruz Celulose, usando terceiros”*.

Em 2005, estão ocorrendo novos acontecimentos em relação às comunidades quilombolas. De acordo com notícia veiculada em 14 de janeiro no Século Diário, a geógrafa Simone Raquel Batista Ferreira, que participa dos estudos para a elaboração de um laudo técnico sobre as terras tradicionais das comunidades de Linharinho, em Conceição da Barra, e São Jorge, em São Mateus, declarou que a perda de terras para fazendeiros e principalmente para a Aracruz Celulose é o impacto mais violento sofrido pelos quilombolas no estado. A matéria também descreve que esta pesquisa aponta diversas evidências arqueológicas que comprovam ser as terras de propriedade dos negros, como um cemitério de escravos. Este estudo, depois de revisado e aprovado pela comunidade, será encaminhado ao INCRA, para que seja agilizado o processo de demarcação e titulação das terras. E quanto ao possível pedido de indenização a ser requerido pelos atuais ocupantes - dois fazendeiros e a Aracruz Celulose, na opinião da pesquisadora, *“em relação à empresa, esta não tem nenhum direito para ser indenizada, ela destruiu essas comunidades e suas terras, e deveria deixar o local e ainda pagar indenização pelo uso indevido e criminoso da área”*.

Outro acontecimento recente foi noticiado em 14/02/2005, também no Século Diário, sobre o apoio de uma entidade do Rio Grande do Sul aos quilombolas capixabas sobre a retomada de terras atualmente controladas pela Aracruz Celulose. O Centro Para Direito a Moradia e Contra Despejos (COHRE), ONG gaúcha que estabeleceu contato com as lideranças quilombolas do Território de Sapé do Norte (São Mateus e Conceição da Barra) durante o V Fórum Social Mundial, manda representantes ao estado do Espírito Santo para a realização de uma oficina conjunta.

Estas articulações feitas pela Rede Alerta contra o Deserto Verde ou estimuladas por esta também geram apoio ou estimulam grupos de pequenos produtores rurais que, se não têm diretamente disputas fundiárias com a Aracruz Celulose e outras empresas do setor de base florestal plantada no norte do Espírito Santo, ao menos questionam as políticas da empresa ou aquelas percebidas como influenciadas por esta. Por exemplo, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), de acordo com uma notícia veiculada em 11/01/2005 no Século Diário, se posiciona a favor da elaboração e promulgação de um zoneamento ambiental e econômico (ZEE) do Espírito Santo para que os agricultores conheçam com precisão as potencialidades de suas terras e das regiões onde estão localizadas, para poderem racionalizar a aplicação dos seus recursos e plantar com melhor rendimento. Também querem saber com precisão quais são os recursos ambientais que devem ser preservados em cada região. Um dos coordenadores da entidade, Sérgio Conti, que foi entrevistado para esta matéria, faz a correlação entre a necessidade do ZEE e os interesses da Aracruz Celulose em continuar ocupando com plantios de Eucalipto terras que seriam classificadas como boas para a agricultura. A mesma matéria aponta também que não só os agricultores querem o mapeamento das potencialidades do estado, mas igualmente o Ministério do Meio Ambiente (MMA) defende a realização de um (ZEE) no Espírito Santo.

A preocupação com o zoneamento foi lançada pela Rede Alerta contra o Deserto Verde em 2001. Um comunicado público datado de 28 de setembro daquele ano, propõe a elaboração do ZEE. Mas, antes do estudo em si demandavam um aprofundamento dos debates com as Secretarias Estaduais e a Comissão de Agricultura e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, para desenvolverem de maneira participativa a metodologia e as estratégias a serem adotadas. Em seguida, as articulações políticas da Rede geraram a elaboração e apresentação, por parte do Deputado Estadual Nasser Youssef de um PL (no. 6780 de 3 de outubro de 2001) que proibia no estado do Espírito Santo, o plantio de Eucalipto para fins de produção de celulose, até que fosse concluído e promulgado o ZEE.

Em junho de 2002, todavia, o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu os efeitos da Lei 6.780/01, que segundo o Tribunal proibia o plantio de Eucalipto por tempo indeterminado. O STF concedeu, por decisão unânime, medida liminar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) ajuizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pela Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), com a argumentação do Ministro Maurício Corrêa, relator do processo, que *“a intenção não se fundava na proteção ambiental, vez que o plantio continua permitido para outros fins. Houve ofensa ao princípio constitucional da isonomia, pois apenas parte dos produtores de eucalipto estariam sujeitos à norma”*⁸⁷. Além do mais, de acordo com o relator ocorreu um *“desvirtuamento da função legislativa do estado, que teria regulado o direito de propriedade, que é matéria de Direito Civil e, portanto, de competência legislativa exclusiva da União”*.

O presidente da Federação da Agricultura no Espírito Santo (Faes), Nyder Barbosa de Menezes, *“comemorou a decisão do STF e lembrou que não há mais proibição para que seja plantado eucalipto e os produtores rurais agora podem participar do programa de fomento florestal. O presidente da Faes disse que mais de 2 mil produtores já estavam cadastrados para o programa de fomento e a expectativa é que outros 2 mil entrem no projeto nas próximas semanas. O cultivo de eucalipto é uma das alternativas de renda para os produtores rurais que acumulam prejuízos com a queda no preço do café. Ele destacou, ainda, ser necessária a busca de outras fontes de renda e de emprego para evitar o êxodo rural”*⁸⁸.

Mas a demanda pelo ZEE continua por parte da Rede Alerta contra o Deserto Verde declarando que *“a Assembléia Legislativa (AL) tem obrigação de continuar defendendo o Espírito Santo contra a transformação do estado num imenso eucaliptal, recorrendo contra a liminar”*⁸⁹. E nesta entrevista do vice-presidente da Associação Capixaba de Proteção ao Meio Ambiente (Acapema), Freddy Guimarães, declara ainda que *“a legislação aprovada tem como objetivo primordial a conotação ambiental e social. Uma multinacional, como a Aracruz Celulose não pode encher o Espírito Santo de eucalipto para produzir celulose, prejudicando o meio ambiente, a biodiversidade, com a monocultura. Não pode afastar os agricultores do seu meio, e usar terras que devem ser plantadas com alimentos, para produzir a matéria prima da celulose, produto para exportação. Serão reduzidas consideravelmente a produção de arroz, feijão, pecuária, e hortaliças no Espírito Santo. O estado passará a importador de alimentos, caso prevaleça o plantio de eucalipto em grande escala”*. Na matéria é mencionado que um acordo assinado pela Aracruz Celulose na Justiça Federal para que fossem realizados estudos de impacto ambiental para todas os plantios de Eucalipto com áreas de 100 hectares, não está sendo cumprido. E que este fato está sendo denunciado à Justiça pelo Ministério Público Federal (MPF). Para Freddy Guimarães, *“o conflito de interesse dos*

⁸⁷ Jornal A GAZETA - 07/06/2002 – **“Supremo libera plantio de eucalipto no Estado”** por Rita Bridi.

⁸⁸ A GAZETA - 07/06/2002

⁸⁹ O Século Diário – 07/06/2002 – **“AL deve recorrer contra liminar sobre plantio de Eucalipto”** por Ubervalter Coimbra.

capixabas contra os da Aracruz Celulose acaba se for realizado o zoneamento agrícola e ecológico do Espírito Santo”.

Com esta visão, de buscar pelo ZEE ou outros mecanismos legais o controle sobre plantações de Eucalipto também é compartilhada por administradores públicos, tanto do norte do Espírito Santo como de outras partes do estado. Por exemplo, Câmara de Vereadores de São Mateus aprovou em abril de 2002 uma proibição de novos plantios de Eucalipto destinados à produção de celulose. O projeto define ainda que as empresas que plantam eucalipto no município serão obrigadas a recolher recursos para o Fundo Ambiental, criado pela lei. O dinheiro será aplicado em projetos para recuperar a devastação ambiental dos plantios da monocultura. O fundo vai ser gerido pelos participantes do Plano Diretor Rural (PDR). O percentual a ser recolhido para o Fundo Ambiental pelas empresas vai ser definido pelo PDR e terá como base o lucro que as empresas tiverem com suas operações no município⁹⁰. Outros dois municípios do nordeste do estado – Jaguaré e Águia Branca, respectivamente, aprovou uma lei restringindo o plantio de Eucalipto destinado à produção de celulose e está no processo de aprovação. No extremo norte do estado, o município de Montanha também já aprovou legislação neste sentido, como o município de Sooretama na região centro-norte. E nesta região também o município de São Gabriel da Palha está em processo de aprovação, da mesma maneira que o município de Vila Pavão no noroeste do estado. Outros municípios não listados, totalizam uma lista de 13 municípios do norte do estado que estão participando do movimento contra a monocultura do eucalipto. Na região centro-sul do estado, no município de Santa Maria de Jetibá, não existe menção de legislação mas de uma declaração do secretário de Agricultura e Meio Ambiente em 2002, Admir Rossmann, defendendo providências da Assembléia Legislativa Estadual para salvaguardar os interesses capixabas. *"Plantios gigantesco de eucalipto levam a destruição de água. E reduz a produção de alimentos"*⁹¹.

E as articulações da Rede alerta contra o Deserto Verde, após a derrota na AL do Projeto do Deputado Nasser Youseff, incluíram a inclusão nas sugestões estaduais que foram levadas à Conferência Nacional do Meio Ambiente (CNMA) de que o plantio de eucalipto e de outras espécies exóticas no País só será permitido após o zoneamento agroecológico regional. E esta proposta foi incluída no documento tese final da CNMA, dentro da seção de “Agricultura, pecuária recursos pesqueiros e florestais” na sub-seção de “Fiscalização e Licenciamento” – item no. 729 com a seguinte redação: *“Impedir a expansão do eucalipto, com a proibição do seu plantio e/ou de toda e qualquer floresta homogênea que contribua para a destruição da biodiversidade e dos recursos hídricos”*⁹².

Como foi citado acima, o ZEE é a ferramenta visualizada pelos movimentos ambientalista e social do norte do Espírito Santo para, se não proibição, pelo menos controle do programa de fomento florestal promovido pela Aracruz Celulose. Esta estratégia é fortemente apoiada por entidades representantes dos interesses de pequenos produtores rurais como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura (Fetaes).

O programa de fomento florestal da Aracruz Celulose é chamado de Programa Produtor Florestal e foi criado em 1990. O *website* da empresa provê as seguintes informações sobre a abrangência deste programa: *“o Programa Produtor Florestal da Aracruz atualmente abrange cerca de 3 mil contratos e alcança 131 municípios, sendo 67 do Espírito Santo, 40 de Minas Gerais, 14 da Bahia e 10 do Rio Grande do Sul. Conta com cerca de 71 mil hectares contratados, dos quais 62 mil*

⁹⁰ O Século Diário – 17/04/2002 – “São Mateus proíbe plantio de Eucalipto”.

⁹¹ O Século Diário – 17/04/2002.

⁹² MMA (2003). Tese-Conferência Nacional do Meio Ambiente. Brasília, D.F., Ministério do Meio Ambiente: 87 pp.

hectares já plantados com eucalipto, com a área média por contrato de 23,5 hectares”. Além do mais, também é descrita a extensão do Programa às comunidades indígenas: “Em 1999, o Programa Produtor Florestal foi estendido a diversas comunidades indígenas (membros das nações Tupiniquim e Guarani), localizadas próximas à fábrica da Aracruz. O cultivo de eucalipto para fins comerciais é um importante passo rumo ao objetivo de tornar estas comunidades indígenas economicamente auto-suficientes. No contrato firmado com a Associação Indígena Tupiniquim e Guarani, a Aracruz tem o compromisso de fornecer mudas, fertilizantes e assistência técnica. O contrato abrange áreas que já foram plantadas com eucalipto e incorporadas à reserva indígena mediante acordos de uso da terra firmados em 1998”.

Outras informações oficiais sobre este programa de fomento incluem explicações sobre as cláusulas do contrato entre a Aracruz Celulose e os produtores rurais, sendo que *“a empresa garante a compra de toda a madeira produzida, a empresa se compromete a fornecer mudas selecionadas, adubo, formicida e assistência técnica, bem como antecipação de recursos financeiros destinados a contribuir com o custo de implantação e manutenção dos plantios e da colheita florestal. Estes recursos financeiros são convertidos em metros cúbicos de madeira, que serão ressarcidos pelo produtor por ocasião do corte e venda da produção à empresa. O produtor é responsável pelo plantio, manutenção, colheita florestal e transporte da madeira até os depósitos da empresa, onde a mesma deverá ser entregue, obedecendo aos padrões de qualidade exigidos pela empresa. Os depósitos encontram-se estrategicamente localizados às margens de rodovias ou estações ferroviárias, e os produtores contratados encontram-se distribuídos nas proximidades. O preço da madeira contratada segue a tabela de compra da empresa, com reajustes por índices oficiais de correção e valores de mercado. A assistência técnica e supervisão dos plantios são realizadas por técnicos da empresa, lotados em escritórios distribuídos no interior dos estados de atuação e instalados próximos aos depósitos de recepção de madeira. Todos os plantios estão cobertos por seguro contra fogo, tendo como beneficiários a empresa e o produtor. O recolhimento de tributos incidentes sobre a compra da madeira é de responsabilidade da Empresa (ICMS e FUNRURAL). Contratualmente é proibida a utilização de áreas de preservação permanente ou aquelas cobertas por florestas nativas, primárias ou secundárias, e são assegurados os princípios de conservação dos recursos naturais renováveis, segundo práticas ambientalmente sadias e aprovadas previamente pela Aracruz, pelos órgãos e legislações governamentais”.*

Porém, como outros temas de disputas entre os movimentos ambientalistas e sociais e a Aracruz Celulose, os números do programa de fomento florestal apresentados pelos críticos da empresa também são distintos. Em matéria publicada em 15/02/2005 no Século Diário é apontado que no Relatório de Balanço Financeiro da empresa para o ano de 2004 está declarado que: *“a Aracruz Celulose confirma que tem eucaliptos plantados em 71 mil hectares no que chama Programa Produtor Florestal, e que incorporou mais de 3 mil agricultores (18 mil agregados em 2004)”.*

As tentativas de controle do programa de fomento, por parte das entidades da Rede Alerta contra o Deserto Verde, incluem, além de denúncias na mídia, a busca de apoio institucional para a utilização de mecanismos legais, como a exigência de licenciamento e conseqüentemente da condução de Estudos de Impacto Ambiental. Em notícia veiculada em 21 de janeiro de 2005 no Século Diário é descrita a estratégia articulada dentro da Câmara Técnica Permanente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA) de requerer ao Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA), que o pedido de renovação da licença de operação nº001/2000 - da Aracruz Celulose para o Fomento Florestal II, entre em pauta na próxima reunião do conselho. O objetivo é reivindicar ao Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal (IDAF), órgão responsável pelo licenciamento no estado, que cobre os

estudos de impacto ambiental exigidos por lei. Mas a questão fim desta estratégia parece ser a ação do IDAF de permitir novos plantios de Eucalipto somente com a emissão de licenças, ato denunciado pelas entidades dos movimentos ambientalista e social como não ocorrendo ou ocorrendo com irregularidades (citado inclusive autorizações para desmatamento), como foram constatadas pelo Ministério Público Estadual (MPE) e apontadas em documento enviado ao deputado Claudio Vereza (PT), datado de 27 de agosto de 2001. Além do mais, a Rede alerta contra o Deserto Verde denuncia que não tem sido observadas as fases do licenciamento - licença prévia, de instalação, e de operação -, e deixando de serem cobradas as taxas pertinentes, o que viola as regras previstas na Resolução CONAMA 237/97, no artigo 19 do Decreto Federal nº 99.274/90, e ainda na lei estadual Decreto nº 4.344-N, de 1998. Desta maneira, no caso da Aracruz, a empresa deixa de gastar R\$ 500 mil (valor aproximado de uma EIA/Rima) por licença, e o estado de arrecadar receita, pois, conforme estabelecido no Decreto nº 4.344-N, o custo para cada licença prévia é de 12 mil Valores de Referência do Tesouro Estadual (VRTE). Cada VRTE custa atualmente R\$ 1,3644. E cada licença de instalação 24.000 VRTEs. E, finalmente, cada licença de operação, mais 24.000 VTREs.

O foco da Rede Alerta contra o Deserto Verde no programa de fomento florestal da Aracruz Celulose se deve à percepção de que este mecanismo é a principal estratégia da empresa para continuar a expansão de suas plantações de Eucalipto e desta maneira pulverizar os impactos ambientais e sociais desta atividade.

Do ponto de vista ambiental, os críticos do programa declaram que atualmente, com apenas 8,34% de remanescente da vegetação original de Mata Atlântica no estado do Espírito Santo, a preocupação deve se voltar para as Áreas de Proteção Permanente (APP) e ainda de Reserva Legal, aonde, de acordo com várias denúncias, os plantios de Eucalipto têm avançado, com a omissão do IDAF⁹³. O desmatamento de floresta nativa para o plantio de Eucalipto é um tema recorrente nas denúncias feitas contra a empresa, que por sua vez, atualmente declara que reconhece que erros foram cometidos, mas que as práticas atuais seguem outras regras⁹⁴.

Porém, a Rede Alerta contra o Deserto Verde quer mais do que declarações por parte da empresa, e buscam o cumprimento de uma Ação Civil Pública⁹⁵ promovida pelo Ministério Público Federal em 1993, em que foi formalizada uma denúncia do falecido pesquisador Augusto Ruschi especificamente sobre o programa de fomento florestal da Aracruz Celulose. Esta Ação Civil Pública teve como réus a Aracruz Celulose, o IBAMA e o governo do estado do Espírito Santo. O Ministério Público pediu a condenação dos réus e reparação dos danos ambientais causados à Floresta Tropical Atlântica; pediu, especificamente, a condenação da Aracruz Celulose para reparação dos aceiros realizados de forma a restaurar, com espécies nativas, as áreas desmatadas irregularmente. Pediu também a condenação do IBAMA para autuar a Aracruz Celulose em virtude de desmatamentos irregulares, e a conduzir o procedimento de Licenciamento Ambiental, com a realização do EPIA e do RIMA. E solicitou ao governo do estado que revisasse o procedimento de localização e implantação das atividades da Aracruz Celulose. À época, foi firmado um Termo de Ajustamento de Conduta entre as partes, tendo como ponto principal, a obrigatoriedade da realização de Estudos de Impacto Ambiental antes do plantio de novas áreas.

⁹³ Século Diário – 21/01/2005 – “Membros do Consema querem debate de licença para Fomento Florestal II” por Flávia Bernardes.

⁹⁴ Carlos Alberto Roxo, conversa informal durante reunião da ABRAF em Brasília.

⁹⁵ Ação Civil Pública n. 930004033-2, na 7ª Vara da Justiça Federal de Vitória, Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo.

E a ameaça gerada pelo programa de fomento florestal também é denunciada de estar ocorrendo em áreas ao redor de Unidades de Conservação, como é o caso do Parque Nacional do Caparaó. Este PARNA foi criado em 1961 e está localizado entre os estados do Espírito Santo e Minas Gerais. O parque abriga o terceiro pico mais alto do país, batizado de Pico da Bandeira, com 2.891m de altitude. Ao todo, 75% da área do parque está em solo capixaba. Mesmo assim, o parque é administrado pelo Ibama de Minas Gerais. O parque tem ao todo 31.800 hectares e recebe 30 mil visitantes por ano.

Em matéria publicada em 21/01/2005 no Século Diário, é apontado que o IBAMA no estado do Espírito Santo não se declarou perante a invasão de plantações de Eucalipto da Aracruz Celulose na zona de amortecimento do Parque Nacional do Caparaó (i.e., raio de 10 km no entorno do parque). *“O órgão afirmou que deverá esperar alguma manifestação do órgão em Brasília, já que trata-se de unidade federal, para então opinar sobre o assunto”*. Enquanto isso, os produtores continuam com o fomento florestal na área. Além disso, é denunciado que nesta zona é proibido quaisquer atividades de uso alternativo do solo sem uma licença especial, exigida pelo próprio IBAMA. Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), qualquer projeto que interfira na zona tampão de um Parque Nacional deverá passar pelo parecer técnico do Ibama, responsável por emitir a licença ambiental para a atividade.

Para receber a licença, o produtor deve passar por um estudo sobre a atividade a ser implantada, como por exemplo, as conseqüências do cultivo e os danos possíveis ao meio ambiente e para a comunidade local. A zona tampão funciona como a área de amortecimento do parque e deve ser preservada para a proteção do próprio parque. *“Nesta área, são priorizadas as atividades de ecoturismo ou mesmo produções agrícolas orgânicas e diversificadas, ao contrário do eucalipto, que é uma monocultura que faz uso intensivo de venenos agrícolas. Estes produtores, associados à Aracruz Celulose, não possuem a licença, e já estão produzindo eucalipto em áreas acima de 1 mil metros de altitude - que é proibido e extremamente prejudicial às terras abaixo às plantações, que sofrem com o uso do agrotóxico que escorre morro abaixo. Essa contaminação com venenos agrícolas empobrece a terra, contamina a água e afasta os animais que vivem na região. A atividade de fomento florestal ainda prejudicam os agricultores da região, que ficam sem emprego, e afastam o turismo”*⁹⁶.

Do ponto de vista social, a preocupação com o fomento florestal se dá devido à percepção desta iniciativa de ocupação das pequenas propriedades com Eucalipto aumentar ainda mais a insegurança alimentar no Espírito Santo, e também estimular ainda mais o êxodo rural. O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), por exemplo, denuncia que *“somente no município de Montanha, a Aracruz Celulose comprou cerca de 4.000 hectares de terras, em 2004 e compras deste porte estão sendo realizadas pela permanentemente em vários municípios capixabas e baianos”*⁹⁷. Nesta mesma notícia, o MPA aponta ainda que *“no fim do contrato (i.e., de fomento), restará para o produtor a terra degradada pelo envenenamento, com perda de nascentes, entre outros problemas, e completamente inviabilizada para a cultura de cereais e hortaliças, por exemplo. O plantio de eucalipto rende 25 vezes menos do que o cultivo de cereais e verduras, como apontou pesquisa realizada no Espírito Santo”*. E complementarmente, outra matéria publicada no Jornal do Brasil em 14/04/2002, aponta que, *“segundo cálculos do Movimento dos Pequenos Agricultores do Espírito*

⁹⁶ O Século Diário - 21/01/2005 – “Eucalipto no Caparaó: Ibama/ES se isenta de responsabilidade”

⁹⁷ Século Diário – 15/02/2005 – “Fomento Florestal, a grande jogada da Aracruz Celulose contra o agricultor” por Ubervalter Coimbra.

Santo (MPA), um hectare de café pode gerar até 15 empregos diretos, enquanto são necessários de 30 a 40 hectares de eucalipto para empregar apenas um trabalhador, causando o êxodo rural”⁹⁸.

Outra crítica do MPA é que segundo cálculos elaborados pela entidade e divulgados em denúncia enviada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 20 de fevereiro de 2003, em 30 anos, a Aracruz Celulose recebeu favores do governo federal que totalizam R\$ 13 bilhões. Neste período, todo o dinheiro aplicado pelo governo federal, em agricultura, no Espírito Santo totaliza apenas R\$ 1,5 bilhão.

Mais um assunto recorrente na base de temas que alimentam os conflitos sócio-ambientais entre a Rede Alerta contra o Deserto Verde e a Aracruz Celulose é a questão dos impactos das plantações de Eucalipto nos recursos hídricos, independentemente dos inúmeros estudos realizados pelo setor de base florestal plantada sobre o tema. O descrito nas pesquisas conduzidas pelas empresas, e sempre provando que “*Eucalipto não seca o solo*” é o primeiro ponto de disputas. A contra-informação gerada em estudos alternativos, e utilizada por entidades dos movimentos ambientalistas e sociais é exemplificada em matéria publicada pelo Século Diário em 23/08/2001. Esta notícia descreve uma das palestras apresentadas durante o Seminário Internacional sobre Eucalipto e seus Impactos, ocorrido em agosto de 2001, dirigido pelo deputado Nasser Youssef (PPS), então Presidente da Comissão de Agricultura e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, e organizado pela Rede Alerta contra o Deserto Verde com o apoio de várias entidades internacionais, mas principalmente do World Rainforest Movement (WRM)⁹⁹. Harald Witt, da organização ambientalista Timberwatch apresentou durante o Painel “o eucalipto e a água: verdade ou falácia?”, os resultados de pesquisas realizadas na África do Sul, desde 1936, provando que o Eucalipto consome grande quantidade de água, secando nascentes e reduzindo a vazão dos rios. De acordo com a notícia “*As medidas feitas nas estações sul-africanas de pesquisa confirmam denúncia de cientistas e ambientalistas capixabas. Eles afirmam que nascentes, córregos e até rios estão secando nas áreas onde estão plantadas grandes extensões de eucalipto. As plantações são mais densas no norte do estado e, em alguns povoados cercados de eucalipto, a água só é encontrada em poços com 90 metros de profundidade*”.

A citação da ocorrência deste tipo de impactos, especificamente em relação às práticas da Aracruz Celulose, além das descrições anteriores sobre problemas em áreas de comunidades indígenas e quilombolas, também incluem denúncias de “*várias pessoas das comunidades, que sentem a grande diferença do nível dos rios e córregos após a chegada dos eucaliptos*”¹⁰⁰. É apontado neste mesmo Relatório da FASE que com relação, as nascentes a empresa não respeitou a Resolução CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente) nº004/85¹⁰¹, além de infringir a lei no que diz respeito a plantar as margens dos rios sem respeitar a distância exigida por lei. Mais especificamente, existem relatos de habitantes da região declarando que “*o pouco que restou das reservas de água, as empresas terceirizadas da Aracruz Celulose ainda retiram com caminhões-pipa, para irrigar os eucaliptos. Muitos córregos, inclusive, secaram completamente, comprometendo ainda mais a qualidade de vida dessa população. Constata-se a morte de quase todos os 14 córregos que atravessavam a estrada entre Itaúnas e a sede da empresa em Conceição da Barra. A restrição aos recursos hídricos é a forma mais direta de eliminação da vida, além de limitar as opções de lazer.*

⁹⁸ JB online – 14/04/2002 – “O conflito ambiental da Aracruz” por Alberto Komatsu.

⁹⁹ Século Diário – 23/08/2001 – “Pesquisa comprova: eucalipto acaba com reservas de água” por Ubervalter Coimbra.

¹⁰⁰ FASE (2002). Op. cit.

¹⁰¹ Dispõe sobre definições e conceitos sobre Reservas Ecológicas” - Data da legislação: 18/09/1985 - Publicação DOU: 20/01/1986.

Inúmeras casas, hoje, têm de ser abastecidas com água de poços artesianos abertos recentemente. Devido à má qualidade, a venda de água passou a ser um grande negócio praticado pelos estabelecimentos comerciais”.

Também na Vila de Barra do Riacho, município de Aracruz, onde está localizado o porto de uso exclusivo da Aracruz (i.e., Portocel), existem denúncias de problemas relacionados com questões hídricas, mas de desvio de água do Rio Doce devido à construção de um canal denominado de Caboclo Bernardo para canalização de água para a sede do município. Apesar deste canal ter sido construído pela Prefeitura do município de Aracruz, a Rede Alerta contra o Deserto Verde denuncia que sua principal função é de atender a demanda de água das fábricas de celulose. Além do mais, o processo de licenciamento é considerado fraudulento e está sendo questionado na justiça por entidades fazendo parte desta coalizão.

O apoio local e eco nas críticas à Aracruz Celulose advém da Associação Comunitária de Barra do Riacho, que nas palavras de seu Presidente (em 2002, época de publicação do referido relatório) declarou que: *“a Comunidade tinha uma cultura pesqueira artesanal antes de ser implantado o empreendimento da Aracruz Celulose, em torno de novecentos moradores....foi feita uma comporta, próxima ao norte da Barra do Riacho, acima do Rio Comboios, que desemboca no Rio Riacho.Aquela região era rica de nascentes e rios. Essa Barragem usufrui tanto do Rio Mãe Boa como do Rio Pavor, do Rio Gemuuma e do Rio Riacho....Essa comporta e essas águas passaram a ter o seu fluxo controlados para aquela barragem artificial, aquela lagoa artificial de propriedade da Aracruz Celulose.... a barragem acaba concentrando essa quantidade de água para servir à empresa. Com isso, os pescadores tiveram e estão tendo essa dificuldade de irem ao mar pegar o seu sustento e de sua família e gerar emprego...De acordo com o meu conhecimento, eles sempre viveram da pesca profissional no mar. Mas o costume e a cultura da comunidade é que os filhos já praticavam a pesca nos rios quando havia peixe em abundância. Infelizmente, não é isso que ocorre hoje. Não é nem aconselhável comer um peixe daquele rio por causa dos detritos, o esgoto é jogado cru...Em Barra do Riacho sempre teve esse esgoto, só que a população era menor. ...Hoje, como a população cresceu, estão concentrando tudo dentro daquele rio. É um problema seriíssimo...É um perigo comer um peixe daquele rio. Infelizmente tem gente que arrisca”*¹⁰²

Estes problemas em relação às dificuldades vivenciadas pela população de Barra do Riacho de manutenção da atividade pesqueira e também dos impactos gerados pela construção da área industrial da Aracruz Celulose são noticiados em matéria do Jornal do Brasil em 11/08/2002. *“A um quilômetro e meio da fábrica de celulose da Aracruz os moradores de um distrito da cidade de Aracruz chamado Barra do Riacho se consideram "esquecidos" pela empresa. Na década de 70, quando a companhia se instalava na região, cerca de 900 pescadores dependiam da pesca artesanal para sobreviver. Herval Nogueira Júnior, presidente da comunidade de Barra do Riacho, conta que, com o início das obras da fábrica, cerca de 10 mil operários tomaram a cidade, o que, segundo ele, trouxe prostituição e a piora de indicadores sociais para a comunidade. "Não se pensou no lado social. Hoje, tem muita bisavó solteira com bisneta que também é mãe solteira", reclama. Mas a principal reclamação dos cerca de 10 mil habitantes de Barra do Riacho é que os desvios de rios feitos pela Aracruz para seu complexo industrial prejudicaram toda a região. Com isso, pescadores foram prejudicados porque o nível de alguns rios baixou substancialmente. Além disso, moradores denunciam que a água se tornou imprópria para o consumo. Como prova, Herval mostra uma garrafa plástica com água barrenta saída das torneiras das casas. Segundo ele, isso acontece sempre que falta energia elétrica na*

¹⁰² FASE (2002). Op. cit.

comunidade. Herval também denuncia que a Aracruz mantém um aterro de lixo (conhecido na região como bota-fora), que conteria metais pesados como chumbo, a céu aberto e muito próximo à nascente do rio Santa Joana. "Quando chove, como o depósito de lixo está em uma grande altura, a água desce e contamina o rio pelo lençol freático", denuncia. A moradora Vera Lúcia Lirio dos Santos lembra que antigamente era mais fácil pescar. "Não sei por que piorou. Acho que é por causa dos remédios que eles (Aracruz) jogam na água"¹⁰³. O diretor Institucional e de Meio Ambiente da Aracruz, Carlos Alberto Roxo, também entrevistado para esta matéria afirmou que "não tem conhecimento" do aterro próximo ao Rio Santa Joana e nega que a empresa utilize metais pesados. Aliás, sustenta que nem ele nem técnicos da empresa conhecem tal rio. Roxo disse que vai investigar o caso. Sobre a "invasão" de Barra do Riacho por trabalhadores da empresa, o diretor argumenta que, em todas as contratações para obras da Aracruz, são absorvidos até 80% de mão-de-obra local".

Estas citações do líder comunitário de Barra do Riacho também ilustram a existência de dois outros assuntos enfocados pela Rede Alerta contra o Deserto Verde em suas críticas contra a Aracruz Celulose, mais especificamente e contra o segmento celulósico papeleiro, de maneira geral. A poluição causada pelas práticas das empresas na implantação dos monocultivos de árvores (Eucalipto no caso da Aracruz Celulose) e também nas atividades associadas, como indústrias para fabricação de celulose e de papel, é o primeiro destes temas; a criação, ou como apontado pelos críticos, não-criação de empregos associada à este segmento é o segundo tema de enfoque.

Sobre o primeiro assunto, de acordo com o Relatório da FASE (2002): *"Como se não bastasse esta deficiência hídrica, a qualidade da água dos cursos d'água que ainda resistem está bastante prejudicada pelo alto teor de agrotóxicos e herbicidas lançado nos eucaliptais e trazidos até os rios e córregos pela chuva. Desta forma, acontece o extermínio da fauna aquática (outra fonte de abastecimento da população) e o envenenamento da população consumidora deste recurso. Casos de cegueira por contaminação da água são relatados em algumas comunidades"*.

Problemas deste tipo também já foram descritos em relação às comunidades indígenas e quilombolas, mas as denúncias da Rede Alerta contra o Deserto Verde se estendem para grupos de pequenos agricultores. De acordo como Relatório da FASE (2002), citando depoimento de Paulo Carallo, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no ES, descreve que os agricultores e proprietários rurais das áreas envolvidas (i.e., fomento florestal) não são informados pela empresa dos eventuais riscos pessoais e danos à natureza que podem ocorrer devido ao uso de agrotóxicos em suas plantações. Complementarmente é descrita a denúncia feita pelo proprietário rural João Batista Marre, do município de Jaguaré, região norte do Espírito Santo, sobre as consequências do uso de herbicidas: *"Não só pela aplicação de herbicida, mas como vimos na fita, onde se planta eucalipto não tem nenhuma outra cultura que cresça no meio dele. Não propiciando que outras variedades de vegetais pudessem crescer e viver. Isso com certeza está prejudicando o ambiente nas regiões plantadas..."*.

As denúncias sobre o uso de agrotóxicos pela Aracruz Celulose, em plantios próprios ou de terceiros, via programa de fomento florestal, também se misturam com questões trabalhistas, como as descritas anteriormente em relação às comunidades quilombolas. As denúncias envolvendo a Aracruz Celulose e empresas empreiteiras contratadas por esta são inúmeras também para outros trabalhadores em outras localidades, e incluindo também as atividades nas fábricas de celulose e no porto de uso exclusivo da empresa. Em uma série de matérias publicas entre 2003 e 2004 o Século Diário descreve vários casos, como por exemplo que: *"O trabalho pesado e em péssimas condições nos eucaliptais da*

¹⁰³ JB online 11/08/2002 – "O drama de Barra do Riacho" por Alberto Komatsu.

Aracruz Celulose, regado à agrotóxicos, vem formando um exército de mutilados. Abandonados pela empresa, muitos se tornam mendigos. Com a conivência da Justiça, envolvendo advogados e juízes, os processos param. Dos 1.228 processos trabalhistas e civis abertos pelos trabalhadores, 580 estão arquivados”¹⁰⁴. Além do mais, esta matéria descreve que um ex-funcionário, Jair Lima, que fez denúncias sobre 184 casos de trabalhadores que ficaram mutilados quando trabalhavam para a Aracruz Celulose ou suas empreiteiras, estava ameaçado de morte.

A segunda matéria foi veiculada em 05/12/2003 descrevendo o posicionamento da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Deputados Federais de que seriam acionados os órgãos do governo federal com responsabilidades de apurar as denúncias de que a Aracruz Celulose provocou a morte ou mutilou muitos de seus trabalhadores, e os abandonou, e que destrói o meio ambiente¹⁰⁵. E também que os membros da Comissão iriam ao Espírito Santo para inspecionar plantios de eucalipto e visitar índios e quilombolas. E que seria solicitada ainda à Procuradoria Geral da República que determine ao Ministério Público Federal (MPF) denunciar os responsáveis nos casos confirmados pelas perícias, entre outras providências. A matéria cita ainda que: *“Para os parlamentares, a direção da Aracruz Celulose informou que utiliza só o glifosato, que ela entende ser um “defensivo agrícola” que não compromete a saúde das pessoas e o meio ambiente. É mentira, como denunciaram tanto o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) como os trabalhadores mutilados: ela emprega pelo menos quatro venenos”*.

Na mesma data, outra matéria do Século Diário¹⁰⁶ apresenta a lista de 45 nomes de sobreviventes de um grupo, originalmente contabilizado, de 84 ex-funcionários da Aracruz Celulose e de suas empreiteiras, que ficaram mutilados quando estavam a serviço destas empresas. Destes, *“oito apresentaram seus problemas aos deputados federais da Comissão dos Direitos Humanos, aos quais pediram ajuda para receber seus direitos previdenciários; para serem indenizados pela empresa; ajuda para comer”*. Um dos casos apresentados foi de Leôncio Lima Barbosa que trabalhou 11 anos na Aracruz Celulose. Como a empresa adulterava a gasolina, colocando mais benzeno, ele está leucopênico: seu sistema imunológico não funciona. Foi demitido pela Aracruz Celulose quando o diagnóstico foi confirmado, para que a empresa não tivesse que indenizá-lo. *“No INSS, como denunciou na reunião da Comissão de Direitos Humanos, duas pessoas impedem a tramitação dos processos de mutilados pela Aracruz Celulose”*.

O outro assunto dentro do tema de poluição gerada pelas atividades da Aracruz Celulose e/ou empresas do segmento celulósico papelheiro e empresas prestadoras de serviços é sobre a poluição industrial associada ao processamento da matéria-prima de plantações de árvores. Especificamente enfocada na Aracruz Celulose, a posição da Rede Alerta contra o Deserto Verde é a seguinte: *“A indústria de papel e celulose é considerada uma das mais poluidoras do mundo, necessitando de um consumo de água de 30 a 60 m³/tonelada em 1997 e provocando emissões de poluentes na água, no solo e na atmosfera. O consumo de água no ano 2000 do complexo industrial da Aracruz Celulose foi em média 44 m³/tonelada, ou seja, um consumo diário de 156.000 m³. Com o funcionamento da terceira planta, o consumo diário aumenta para 248.000 m³. A empresa não paga pela água consumida. Para o processo de branqueamento da polpa, a empresa usa produtos à base de cloro. É neste processo que surgem compostos organoclorados, como a dioxina, considerado um dos produtos mais tóxicos do mundo. A EPA, a agência americana de proteção ambiental, afirma que quem come*

¹⁰⁴ Século Diário 25/02/2003 Conheça o trabalhador ameaçado por Ubervalter Coimbra.

¹⁰⁵ Século Diário – “Deputados acionam governo e voltam ao ES para apurar acusações à Aracruz por Ubervalter Coimbra.

¹⁰⁶ Século Diário – “Circo de horrores: mutilados pela Aracruz Celulose se mostram a deputados: por Maníra Medeiros e Ubervalter Coimbra.

regularmente peixe de água perto de uma fábrica de celulose corre 1000 vezes mais riscos de desenvolver certos tipos de câncer do que grupos de controle. Nos anos 90, o Greenpeace lançou uma campanha mundial para tirar o cloro integralmente dos processos de produção de papel e celulose. Somente em 1993, a Aracruz começou a produzir cerca de 10% de celulose sem uso do cloro, e apenas porque, segundo um comentário da própria empresa - “sem a nova tecnologia, íamos perder vendas de cerca de 150.000 toneladas ao ano” . Trata-se neste caso do mercado alemão, onde a produção com uso de cloro já está proibida. Por este motivo, a empresa usa três processos industriais com as seguintes porcentagens: 32,9% usa o cloro, 56,1% usa o ECF (Elemental Chlorine Free), ou seja, usa menos cloro e somente 11% TCF (Total Chlorine Free)”¹⁰⁷.

Sobre a questão de poluição gerada pelas atividades da Aracruz Celulose, os assuntos relativos à saúde humana são aqueles que causam maior retorno da opinião pública, e assim, a Rede Alerta contra o Deserto Verde tem buscado ampliar este debate com o envolvimento de outros segmentos da sociedade capixaba. Em uma matéria veiculada no jornal *online* Século Diário em 21/02/2003 é apresentado o depoimento do médico Luiz Henrique Borges, doutor em Ciências da Saúde e professor-adjunto e chefe do Departamento de Saúde Coletiva na Emescam, e professor-convidado do Departamento de Medicina Social do Centro Biomédico da UFES, afirmando que: “*o emprego de agrotóxicos pela Aracruz Celulose “aponta para um problema grave de saúde pública”, re referindo às denúncias que indicam o uso de um coquetel de venenos agrícolas, empregado na capina química do eucalipto, nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus*”¹⁰⁸. A matéria complementa a informação descrevendo que: “*Somente nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus a Aracruz Celulose e Bahia Sul lançam 1.839 toneladas por ano de agrotóxicos. Em cada capina (são duas por ano) são empregadas 600 toneladas de ingredientes ativos (venenos) de glifosato (princípio ativo do Roundup N.A. e do Scout N.A.), 304,5 de 2,4-D (do Tordon) e 15,45 de picloran*”. Este médico pondera, todavia, que “*a não utilização de EPIs deve-se à sua não disponibilização pelo empregador ou por recusa de uso pelo trabalhador que, além de desinformado sobre os riscos que corre, deve sujeitar-se a equipamentos desconfortáveis, inadequados para uso sob o sol (roupas plásticas, máscaras, etc.)*”. Mas por outro lado aponta que: “*a precarização do trabalho decorrente da terceirização de serviços, diminuindo os direitos trabalhistas e aumentando a sujeição dos trabalhadores às condições existentes, costuma trazer outros componentes de organização do trabalho que aumentam o risco de agravos à saúde: trabalho que exige muito esforço (inclusive por carregar equipamentos pesados), ritmos e jornadas excessivas de trabalho com exposição continuada, sem pausas, aumentando o desgaste e a exposição dos trabalhadores*”. Para concluir, o pesquisador cita que “*esta situação tem levado à proposição de medidas de controle mais rigorosas da exposição dos trabalhadores aos agrotóxicos, por parte do Ministério do Trabalho (DRT/Delegacia Regional do Trabalho) e do Ministério da Saúde (Saúde do Trabalhador), mas também ao incentivo à agricultura orgânica, com o controle biológico das pragas*”.

A última temática a ser apresentada sobre o corolário de denúncias da Rede Alerta contra o Deserto Verde sobre a Aracruz Celulose e outras empresas ligadas ao segmento celulósico papeleiro é sobre a questão do baixo número de empregos que são criados em decorrência da entrada destes empreendimentos em uma região. Esta questão é complementar às denúncias listadas anteriormente sobre o grande número de atividades tradicionais de geração de renda que acabam perdendo espaço e agravando, ainda mais, o cenário de desemprego gerado. No caso da Aracruz Celulose, o relatório da

¹⁰⁷ FASE (2002).

¹⁰⁸ Século Diário – 21/02/2003 – “Agrotóxicos da Aracruz Celulose: “grave problema de saúde pública” por Ubervalter Coimbra.

FASE (2002), sobre o número aponta que: *“No processo de expulsão das comunidades indígenas, quilombolas e pequenos produtores, a Aracruz Celulose tentou seduzir estas populações com a promessa de emprego. No início do seu funcionamento, a empresa realmente precisava de um número relativamente grande de trabalhadores. Porém, com o tempo, começou a mecanizar e automatizar cada vez mais as cadeias produtivas, tanto do plantio de eucalipto quanto em relação à produção da celulose. E então ocorreu uma demissão em massa destes trabalhadores. Em 1990, a empresa ainda contava com 7.443 trabalhadores diretos. Em 1994, este número já tinha caído para 3.378 empregados. Em 1997, demitiu 350 trabalhadores. Em 2001, a empresa encerrou o ano com 1.585 funcionários diretos e 2.954 indiretos. Além dos motivos já citados, a empresa também iniciou uma ampla terceirização das suas atividades, tanto na produção de celulose, quanto no plantio de eucalipto, o que tornou ainda mais precária a condição de vida dos trabalhadores, com perdas de benefícios sociais. Por exemplo, em 1999, terceirizou as áreas de instrumentação/manutenção elétrica e a área de viveiro de mudas, sendo que, no primeiro setor, demitiu 52 empregados e no segundo, 86. O piso salarial dos trabalhadores do viveiro de mudas, que era de R\$ 362,00, caiu para R\$ 140, 00, na época, conforme o então presidente do Sinticel (Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Celulose), Joaquim Artur Duarte Branco. O projeto da III Fábrica gerou 173 novos empregos. Destes, 113 vagas foram preenchidas por quadros próprios da empresa e 60, por pessoas de empresas prestadoras de serviços na área de manutenção. Considerando esses 173 empregos gerados para o novo empreendimento e levando em conta o valor total de investimento, de 830.000 milhões de dólares, verifica-se que o valor de investimento por emprego é de US\$ 4.797.687,80, atualmente cerca de R\$ 11 milhões”.*

Esta grande quantidade de denúncias de entidades dos movimentos ambientalistas e sociais contra a Aracruz Celulose levou, em fevereiro de 2002, o Deputado Estadual Nasser Yossef (PSDB) a protocolar um pedido de instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), objetivando investigar as irregularidades atribuídas à empresa, no cumprimento da lei, na aquisição de terras e nos licenciamentos para o plantio de Eucalipto. Como relata um editorial da época do jornal O Século Diário *“O pedido desencadeou uma mobilização sem precedentes da empresa, para impedir a instalação. Diretores da empresa estiveram em Brasília e se reuniram com a cúpula de partidos políticos, como o PFL e PSDB. Até o vice-presidente Marco Maciel (PFL) foi procurado para defender os interesses da Aracruz. O deputado Cláudio Vereza (PT), denunciou que representantes da empresa teriam tentado obter apoio da bancada federal do estado, argumentando que a multinacional estava sendo vítima de extorsão por parte dos deputados. E um gerente da Aracruz chegou a dar entrevista em uma emissora de rádio, acusando as entidades que fazem críticas contra empresa de receberem dinheiro de concorrentes internacionais para atacá-la. A empresa também recrutou um sólido apoio junto da mídia. Mas apesar de todas as pressões, a CPI foi criada e instalada no último dia 21 de março de 2002”.* Informações disponíveis no *website* da Aracruz Celulose declaram que a CPI encerrou seus trabalhos sem um relatório conclusivo.

Em 14 de fevereiro de 2003, outro assunto se torna objeto de investigação das autoridades federais. O Século Diário noticiou, nesta data, que o Diretor do Departamento de Promoção dos Direitos Humanos (DPDH), Perly Cipriano, da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, ligada ao gabinete do presidente Luiz Inácio Lula da Silva iria apurar as denúncias do uso de milícias pela Aracruz Celulose contra quilombolas, no norte do Espírito Santo. Todavia, nem o Século Diário, nem outras fontes consultadas, informam sobre o desfecho destes procedimentos.

Também em 2003, uma nova tentativa de promover a apuração das denúncias feitas pelos movimentos ambientalistas e sociais contra a Aracruz Celulose foi organizada pelo Movimento dos

Pequenos Agricultores (MPA). Esta entidade formalizou, em fevereiro de 2003, denúncias de uso abusivo de herbicida pela Aracruz Celulose no norte do estado, nos vários órgãos responsáveis por apurar responsabilidades - o Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público Estadual, Ministério Público do Trabalho, Delegacia Regional do Trabalho, Ministério do Meio Ambiente, IBAMA, IDAF e SEAMA, além de órgãos federais de defesa dos direitos humanos e o governo federal¹⁰⁹.

Duas das agências listadas acima – o IDAF e o MPF, antes mesmo de receberem a denúncia do MPA já estavam tomando providências sobre os fatos notificados, como informado em duas matérias do Século Diário, datadas dos dias 18 e 20 de fevereiro de 2003. No dia 18/02/2003, é noticiado que o então chefe da Inspeção e Fiscalização Vegetal do IDAF, Ezron Leite Thompson, iria, em dois dias, convocar à Vitória, para um depoimento, os responsáveis pelos escritórios regionais de Vitória, que têm jurisdição sobre os municípios de Aracruz e Nova Venécia, e que cobrem a região de Conceição da Barra e São Mateus, e destes municípios viria um técnico, para que fossem averiguadas as denúncias sobre o intenso uso de agrotóxicos nos Eucaliptais da Aracruz Celulose, nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus, inclusive o uso de Tordon, veneno proibido na cultura do Eucalipto, e também sobre a quantidade de 1.839 toneladas/ano sendo utilizada pela empresa só nos dois municípios, o que estaria causando as mortes súbitas de trabalhadores rurais na região, conforme citado na mídia¹¹⁰. Nesta matéria o órgão informou ainda que *“recebe relatórios periódicos da Aracruz Celulose, indicando os tipos de agrotóxicos que usa, e as quantidades. Estes dados serão confrontados com os apurados na região, segundo indicação dos moradores e que foram analisados por técnicos na área”*.

Esta matéria comunica ainda que o IDAF já havia constatado, em outubro de 2002, uma irregularidade praticada pela empresa Plantar, que aplica os venenos agrícolas para a Aracruz Celulose. Esta empresa estava operando ilegalmente, isto é, sem licença. A constatação foi realizada quando de uma avaliação feita a pedido do Ministério Público sobre denúncias de uso de venenos nos Eucaliptais. Mas em relação à utilização dos EPI, dosagem dos agrotóxicos e tipos de veneno, o IDAF não havia apurado nenhuma irregularidade. Como também o IDAF também não confirmou o uso de venenos próximo aos córregos, apesar de, na ocasião não ter realizado análises de resíduos, nem no solo, nem na água. Esta última informação é complementada com a declaração de que o laboratório de Meio Ambiente da SEAMA/IEMA tinha, na ocasião, recursos técnicos para fazer estes exames.

No dia 20/02/2003, o Século Diário informa que na referida data havia sido instaurado pelo Ministério Público Federal (MPF), a pedido do Procurador do Meio Ambiente do MPF, Paulo Roberto Berenger Alves Carneiro, um procedimento administrativo para apurar as denúncias, publicadas no Século Diário, de uso abusivo de agrotóxicos pela Aracruz Celulose no norte do estado¹¹¹. A matéria discorre que após a designação de um Procurador para o caso, o órgão promoverá a investigação do caso, requerendo informações à Aracruz Celulose e a Bahia Sul, denunciadas com arbitrárias no uso dos venenos, e à SEAMA/IEMA E IDAF como co-rés por não terem exercido o papel institucional que lhes cabia. Também foi informado, nesta matéria, que pela primeira vez seria feita análise de resíduos no solo e na água e que podem ser requeridos exames nos moradores afetados pelos venenos. Além do mais, como as denúncias também citam as comunidades quilombolas residindo em pequenas propriedades dentro dos Eucaliptais, o Procurador do Meio Ambiente está considerando uma ação

¹⁰⁹ Século Diário – 24/02/2003 – “MPA protocola denúncias contra Aracruz Celulose” por Ubervalter Coimbra.

¹¹⁰ Século Diário – 18/02/2003 – “Idaf avalia denúncia sobre uso de agrotóxicos da Aracruz Celulose” por Ubervalter Coimbra.

¹¹¹ Século Diário – 20/02/2003 – “MPF investiga uso de venenos pela Aracruz Celulose” por Ubervalter Coimbra.

combinada com a Procuradoria Regional de Defesa do Cidadão, também do MPF no ES. E a possível parceria com o Ministério Público do Trabalho, já que houveram relatos de doenças funcionais e até mortes entre os trabalhadores da Aracruz Celulose e de suas empreiteiras.

Em 10 de setembro de 2003, a Rede Alerta contra o Deserto Verde endereçou uma carta à Gilberto Carvalho, Secretario Executiva da Presidência da República, apresentando a composição e propósitos da coalizão e solicitando uma audiência com o Presidente Lula, para discussão da proposta de *“expansão do presente modelo de monocultura em larga escala de pinus e eucalipto no território brasileiro, proposta apresentada este ano ao governo Lula pelo setor empresarial”*. Nesta carta é apontado que até aquela data *“o Poder Executivo e seu Presidente têm ouvido apenas um dos lados envolvidos no tema – o lado mais organizado para se fazer ouvir pelo estado. Tem sido assim na história do país. Acreditamos que com Lula isso pode mudar, mas por enquanto, o governo só ouviu o setor empresarial, por exemplo, nestas ocasiões: 1) Nas audiências ocorridas entre empresários do ramo de celulose e siderurgia e o Presidente Lula, nas quais as empresas apresentaram sua proposta de agenda para o “setor florestal”; 2) Na visita do presidente Lula à Votorantim Celulose em MG; 3) Na visita do Ministro Ciro Gomes à Aracruz Celulose no ES; 4) No Seminário sobre o “setor florestal” realizado pelo BNDES no RJ”*. Este pedido não foi atendido.

Outro mecanismo utilizado pelos integrantes dos movimentos ambientalistas e sociais da Rede Alerta contra o Deserto Verde para manter o tema das denúncias contra a Aracruz Celulose na atenção da mídia e da população em geral é de organizar manifestações ou atos públicos em várias localidades do Espírito Santo e também de outros estados. Cronologicamente foram encontradas informações sobre as seguintes demonstrações:

- 02/08/2002 – no dia da inauguração da terceira fábrica da Aracruz Celulose, os integrantes da Rede Alerta contra o Deserto Verde organizaram duas manifestações: um ato em frente à sede do BNDES, na cidade do Rio de Janeiro contra os incentivos recebidos pela Aracruz Celulose em contraposição ao montante liberado para outros segmentos, como a agricultura familiar¹¹²; e enquanto o Presidente Fernando Henrique Cardoso participava da cerimônia de inauguração da terceira unidade de produção da Aracruz Celulose, cerca de 300 pessoas fazem uma manifestação na porta da fábrica da empresa acusando-a de ser responsável pelo desmatamento e destruição da Mata Atlântica na região¹¹³;
- 08/03/2004 – Uma manifestação de cerca de 700 pessoas, na maioria mulheres, parou na BR 101, em São Mateus (ES), carretas transportando eucalipto, a serviço da Aracruz Celulose e das empreiteiras Plantar e Emflora protestando contra os riscos à segurança do trânsito e um grande número de acidentes, muitos com mortes, causados pelo tráfego de cerca de 39 carretas por hora neste trecho da rodovia¹¹⁴;
- 20/09/2004 – véspera do Dia nacional de luta contra a monocultura do eucalipto foi realizada uma celebração ecumênica com a presença de lideranças religiosas da Igreja Católica e de Igrejas Evangélicas, na Vila de Barra do Riacho, e em seguida houve uma caminhada pela paz e contra a violência nas ruas da localidade;

¹¹² Comunicado à imprensa da Rede Alerta contra o Deserto Verde.

¹¹³ O Globo online 02/08/2002 – “Ambientalistas e índios protestam contra Aracruz” por Vivan Oswald. e O Estadão online – “Manifestantes esperam FHC em inauguração no ES” por Tânia Monteiro.

¹¹⁴ O Século Diário.

- 21/09/2004 – Lançamento do Dia nacional de luta contra a monocultura do eucalipto e a Rede Alerta contra o Deserto Verde organizou duas manifestações, sendo uma nas proximidades do complexo industrial da empresa Aracruz Celulose e a segunda no município de Montanha, selecionado para exemplificar as denúncias contra o programa de fomento florestal.

Concluindo a descrição dos conflitos sócio-ambientais em relação à plantações de árvores no Espírito Santo, e mais especificamente envolvendo a Rede Alerta contra o Deserto Verde e a Aracruz Celulose, uma breve descrição sobre processos de certificação florestal buscados pela empresa. Em 1999, a Aracruz Celulose iniciou o processo de consulta para obtenção do selo de certificação florestal pelo esquema do Conselho Florestal Brasileiro (FSC). Em resposta, a Rede Alerta contra o Deserto Verde organizou um amplo processo de mobilização contra a empresa e a Aracruz Celulose suspendeu sua iniciativa. No mesmo ano, contudo, a empresa obteve o certificado ISO 14001 referente à aspectos ambientais de seus procedimentos industriais. Em 2001, como mencionado na seção sobre a descrição dos conflitos sócio-ambientais na Região Sul do Brasil, a Aracruz Celulose obteve o certificado do FSC para 60.703 ha de suas plantações de Eucalipto no município de Guaíba, que servem sua fábrica no Rio Grande do Sul (ex-Riocell da Klabin). E em abril de 2004, a Aracruz obteve o certificado de manejo florestal CERFLOR da ABNT/INMETRO por meio de auditoria do BVQI (Bureau Veritas Quality International). Mas este certificado só diz respeito aos 95.000 ha de plantações de eucalipto da Aracruz Celulose no extremo sul da Bahia.

E em relação às posições atuais da Aracruz Celulose sobre os índios Tupiniquim e Guarani e às comunidades quilombolas, bem como a Rede Alerta contra o Deserto Verde, são expressas na entrevista concedida pelo Diretor de Relações Corporativas e Meio Ambiente da Aracruz Celulose - Carlos Alberto Roxo, transcritas a seguir:

Carlos Alberto Oliveira Roxo – Diretor de Meio Ambiente da Aracruz Celulose

Entrevista realizada em 27/01/2005 na sede da empresa no Rio de Janeiro

1. Conhecimento ou envolvimento em conflitos de interesses e/ou disputas relacionados a plantios industriais de árvores

***Roxo:** Há um considerável histórico de conflitos entre segmentos da sociedade e empresas de reflorestamento industrial. Tomando-se como exemplo a Aracruz, a sua instalação no Espírito Santo, à época da ditadura militar, foi favorecida por um plano de desenvolvimento dos governos federal e estadual, que pretendia revigorar a economia da região após grave crise da produção cafeeira no Espírito Santo na metade do século passado. Além da produção de celulose (Aracruz), constavam no plano governamental a Companhia Siderúrgica de Tubarão e as atividades de pelotização da Companhia da Vale do Rio Doce no porto de Tubarão. A falta de discussões e negociações com os segmentos regionais para a implementação desse plano, aliada ao fato de que os projetos aportavam capital de fora do estado, provocou, em um primeiro momento, a insatisfação da elite agrária do Espírito Santo que temia a perda de seu status econômico e político.*

Além da falta de diálogo inicial, a Aracruz acabou ocupando grandes extensões de terras ao norte do estado do Espírito Santo e passou a atuar de forma fechada, isolada da capital Vitória e, conseqüentemente, do cenário político-econômico estadual. Tal postura era recorrente nas grandes indústrias nos anos sessenta e setenta do século passado, que consideravam que poderiam ser auto-suficientes. Reforçou essa situação o fato de que àquela época, a terceirização de serviços era ainda muito rara, além do fato de que o Espírito Santo era ainda uma fronteira industrial, um estado que contava com poucas estruturas públicas e poucas empresas privadas que pudessem atender às demandas de um empreendimento como a Aracruz. Dessa forma, a empresa era vista como uma imposição ao estado e pode-se dizer que os únicos aliados eram seus próprios funcionários.

No que se refere às questões ambientais, quando a Aracruz se instalou na região não havia maiores restrições quanto à utilização ou supressão dos recursos dos ecossistemas e, certamente, algum desmatamento da Mata Atlântica foi realizado. No entanto, é notório que, desde o início do empreendimento, a maior parte do norte do Espírito Santo já se encontrava sem sua cobertura vegetal nativa, mesmo porque o estado do Espírito Santo foi o maior fornecedor de madeira para a construção de Brasília (década de 50).

Outro motivo para a ocorrência de conflitos é a disputa de terras com comunidades indígenas: é atualmente uma situação potencialmente explosiva em função das pressões exercidas pelas entidades simpáticas à causa indígena e das demandas para demarcação de suas terras. Entretanto, os censos demográficos dos anos de sessenta e setenta não registravam a ocorrência de grupos indígenas na região. Somente na década de oitenta os grupos locais (anteriormente designados como caboclos) foram mais amplamente reconhecidos como pertencentes aos grupos Guarani e Tupiniquim, ensejando o início de processos para demarcação de suas terras. No final da década passada foi encaminhado um laudo ao Ministério da Justiça, reconhecendo 13.500 hectares, em duas áreas distintas, como terras tradicionalmente indígenas. No entanto, por deliberação do referido ministério, apenas 2.500 hectares foram homologados e demarcados. Insatisfeitos com tal demarcação, os indígenas invadiram trechos da área que consideravam suas, determinando, por parte da Aracruz, o acionamento da justiça, que por sua vez deliberou pela reintegração de posse. A situação de tensão foi contornada por meio da assinatura de um acordo, em 1998, pelo qual a Aracruz se compromete a repassar recursos aos indígenas por um período de vinte anos, conforme detalhado mais adiante.

As terras demarcadas, sobrepostas a áreas produtivas da Aracruz, apresentam por volta de 1.700 hectares plantados com eucalipto, cujas toras são atualmente comercializadas com a empresa.

Ainda relacionado aos indígenas, no final de 2004, houve nova invasão de terras da Aracruz, seguida de corte de madeira e incêndio nas plantações de eucalipto. O motivo para tal invasão, revertida por um mandato de reintegração de posse, foi o cancelamento de um contrato para que as comunidades aproveitassem resíduos do eucalipto (pontas e galhos) para produção de carvão.

Tais contratos, que contemplavam inicialmente apenas empresas, foram estendidos para cooperativas e comunidades locais há menos de um ano, mas em razão do descumprimento recorrente de suas cláusulas, passaram a representar problemas para a Aracruz, que resolveu cancelá-los. Os problemas estavam principalmente relacionados a invasões de áreas não previstas para a coleta dos resíduos, ocorrência de incêndios e de acidentes de trabalho. Além disso, várias empresas e cooperativas não estavam pagando impostos sobre a produção e a Aracruz, enquanto doadora da matéria prima, foi responsabilizada subsidiariamente, acarretando em multas fiscais de aproximadamente R\$ 1 milhão.

Embora não responsáveis diretos pelos problemas, os indígenas também tiveram seus contratos cancelados e a empresa foi acusada de coibir o desenvolvimento de atividades indígenas tradicionais, embora tais atividades tenham sido iniciadas há menos de um ano.

Mais recentemente, há cinco anos, as comunidades negras do norte do Espírito Santo passaram a reivindicar a condição de quilombolas para recuperação de suas terras. No entanto, não há ainda laudos que comprovem essa condição e, portanto, não há qualquer demanda judicial nesse sentido.

Também recentemente, a Aracruz vem enfrentando problemas de invasões de terras por parte do MST. Das três invasões ocorridas, em duas a justiça determinou a reintegração de posse e apenas uma ainda perdura, no estado da Bahia, em área da Veracel.

Com os grandes pecuaristas da região, a situação não se caracteriza como conflito, mas há um sentimento normal de insatisfação desses empreendedores pelo fato das empresas florestais estarem concorrendo com eles por terras, o que determina uma valorização do hectare, dificultando a expansão de suas áreas de pastagem.

Finalizando, registram-se ainda dois casos de conflitos de interesses entre a Aracruz e segmentos da sociedade estadual: um, já ultrapassado, com políticos locais, e outro com ONGs que tratam de assuntos sócio-ambientais.

O primeiro alcançou seu ponto mais crítico na gestão governamental anterior, quando um grupo de deputados estaduais, encabeçado por Nasser Youssef e José Carlos Gratz (presidente da Assembleia Legislativa) encaminhou um projeto de lei estadual que proibia novas plantações de eucalipto no estado exclusivamente para fins de produção de celulose. A lei foi aprovada na assembleia, mas vetada pelo governador. Os deputados conseguiram derrubar o veto e a Aracruz recorreu ao Supremo Tribunal de Justiça, que por unanimidade deu ganho de causa à empresa. Durante o processo, de aproximadamente um ano, a Aracruz foi impedida de realizar novos plantios, situação que pode ser caracterizada como a mais crítica desde 1967, ano em que foram iniciadas as atividades da empresa.

A situação foi ainda agravada com a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito pela Assembleia do Espírito Santo, para investigação de possíveis impactos sócio-ambientais provocados pela empresa desde sua inauguração. Durante a CPI as entidades ambientalistas do estado, principalmente a Rede Deserto Verde, uniram-se aos deputados que se opunham à Aracruz, aproveitando-se da aparente fragilidade momentânea da empresa. É necessário ressaltar que os interesses do grupo de deputados e dos ambientalistas eram diversos, podendo ser caracterizados os interesses dos deputados, desde a elaboração da referida lei, como chantagem para obtenção de favores ilícitos em negociações paralelas. A prisão do ex-presidente da Assembleia por corrupção, entre outras acusações, confirma a afirmação acima e reforça a certeza de que a direção da Aracruz agiu com correção ao não se dobrar às pressões e negociações propostas.

Tal episódio, incluindo a CPI, na qual a Aracruz foi acusada apenas de “acelerar”¹¹⁵ alguns processos para aquisição de terras para plantio, acabou contribuindo para a melhoria da imagem da empresa, uma vez que foi demonstrado, após várias investigações, que tem agido de acordo com a legalidade. De alguma forma, a postura da Aracruz nessa contenda política reforçou sua legitimidade entre a sociedade do estado, sendo mesmo reconhecida como um ícone na luta contra o crime organizado que se instalava no Espírito Santo. Atualmente o relacionamento com o executivo e o legislativo do estado tem se dado dentro da normalidade.

Quanto às entidades sócio-ambientalistas, o conflito que se registra é o de posicionamento político ou ideológico sobre o modelo de desenvolvimento que se pretende para o país: tanto as ONGs, quanto alguns setores da Igreja Católica, criticam as atividades agrícolas e florestais para fins industriais por entenderem que o melhor uso das terras seria o voltado à agricultura familiar, para produção de alimentos, incluindo-se o assentamento de famílias sem terra (reforma agrária) e o reconhecimento e homologação de terras indígenas. A posição da Aracruz é a de que tais usos não são incompatíveis com a agro-indústria, mas sim complementares. No entanto, a Aracruz é constantemente criticada, certamente por ter sido a primeira empresa florestal, por ser a maior proprietária de terras e por ser a maior exportadora de celulose. Essa é uma estratégia usual das ONGs: escolher uma empresa líder para direcionamento de críticas e acusações. As investigações da CPI demonstraram que a Aracruz não grilou terras e que a região já estava desmatada quando iniciou suas atividades. No mais, as empresas florestais são as mais fiscalizadas no Brasil e são raríssimas as infrações cometidas. Entretanto, as discussões que permeiam o plantio de florestas são muito mais agudas do que as relacionadas a outras atividades agro-industriais, como por exemplo, a monocultura de soja em várias regiões do país.

2. Formas de negociação com os segmentos locais e de resolução de conflitos atuais e latentes.

Com a classe política local, a Aracruz tem agido com transparência, dentro dos parâmetros legais, não se curvando a pressões para favorecimento de indivíduos, grupos ou partidos. O recente episódio de disputa

¹¹⁵ Por exemplo, registrar em uma única matrícula várias áreas adquiridas de diversos posseiros ou proprietários rurais e adquirir posses sem averiguar a legitimidade de indivíduos que as estavam negociando.

judicial com um grupo de deputados reforçou a certeza dessa linha de atuação e o seu resultado propiciou o fortalecimento da imagem pública da empresa: toda a mídia, a sociedade em geral e mesmo grupos com os quais a Aracruz apresenta discordância de visões, como a Igreja Católica, posicionaram-se a favor da empresa durante a contenda judicial.

No que se refere aos indígenas, a empresa não reconhece a validade do laudo que indica 13 mil hectares como terras tradicionais. Aceitou a homologação de 2.500 hectares de suas terras tradicionais, mas demandou reintegração de posse quando outras áreas foram invadidas em protesto pela demarcação de apenas uma fração do que constava em laudo da FUNAI (13.500 hectares). Para que a situação fosse contornada, a Aracruz assinou um acordo com os indígenas, em 1998, comprometendo-se a repassar recursos para cerca de trezentas famílias, até o ano de 2018. Os valores atuais são de aproximadamente de R\$ 2 milhões por ano, além de outras doações relacionadas a assistência técnica agrícola e fomento florestal. Sobre esse aspecto, os indígenas constam hoje entre os maiores fornecedores individuais de eucalipto à empresa, uma vez que estão explorando as terras recentemente demarcadas, as quais eram áreas de plantio da Aracruz.

Influenciadas por algumas entidades, entre elas a CIMI, algumas poucas lideranças indígenas pretendem o cancelamento do contrato com a Aracruz, que tem respondido que se for esse o consenso entre as famílias beneficiadas, não terá problema em encaminhar o caso à Justiça. No entanto, não crê que as comunidades irão abrir mão do apoio e doações.

No caso de novas invasões ou agressão ao patrimônio da Aracruz, o caminho será o de acionamento da Justiça, pleiteando a reintegração de posse, como aconteceu no final de 2004, no caso de invasão de terras em razão do cancelamento do contrato para aproveitamento de resíduos do eucalipto. Nessa ocasião, pôde ser detectado que, na verdade, os índios foram incitados por pessoas estranhas à comunidade para invadirem as áreas.

Quanto às comunidades negras, o que hoje ocorre é um posicionamento político e ideológico de algumas entidades que pretendem vê-las reconhecidas como quilombolas. No entanto, não há qualquer estudo comprobatório, assim como qualquer demanda judicial para que recuperem suas áreas. No entanto, a Aracruz tem acompanhado o processo de discussões a respeito do assunto, além de estar apoiando algumas dessas comunidades negras, por meio de assistência técnica para produção de alimentos, destacando-se o projeto de cultivo de pimenta malagueta, e de estudos sobre o potencial agrícola das áreas das comunidades remanescentes.

Em termos de conflito de interesses entre a Aracruz e as comunidades negras, mas não só essas, o que ocorre é que há uma exacerbada expectativa da população sobre o papel da empresa. Na verdade, cobra-se da Aracruz a adoção de medidas e a realização de ações que são de competência governamental. Por mais que a empresa se esforce em apoiar a população, sempre terá que lidar com uma canalização de frustrações, advinda da carência econômica da região e da precariedade de atuação das esferas governamentais.

Com relação às organizações da sociedade civil, a Rede Deserto Verde (liderada pela ONG FASE) e o MST podem ser considerados hoje os maiores oponentes da empresa, havendo, atualmente, pouca possibilidade de diálogo. Mesmo porque as acusações feitas por essas entidades são infundadas, pouco argumentadas ou ainda sem quaisquer provas, beirando a irresponsabilidade.

No entanto, a Aracruz tem participado das reuniões bimestrais do Fórum das ONGs Ambientistas do Espírito Santo e as relações com as demais entidades membros desse colegiado têm sido produtivas, o que poderá favorecer o estabelecimento de uma agenda comum contemplando a recuperação das áreas degradadas (principal preocupação das ONGs) e o combate aos desmatamentos (maior interesse da Aracruz). Recentemente foi assinado um protocolo entre a Aracruz e o Fórum, que deve ter suas ações postas em prática brevemente. Entre essas ações consta a construção de um núcleo de disseminação de espécies nativas. Uma outra questão que tem sido discutida é a criação de um parque marinho no Espírito

Santo, que se estenderia de Aracruz até Vitória. Embora a Aracruz discorde da implantação da área protegida, por abarcar áreas de intensa movimentação antrópica e econômica, o processo de discussão do assunto pode ser considerado produtivo pela possibilidade das partes estarem discutindo abertamente suas posições. Sobre esse aspecto, a Aracruz tem manifestado a intenção de apoiar a recuperação de ecossistemas degradados na área sugerida para a criação do parque.

Com relação aos órgãos públicos ambientais, as relações da Aracruz são boas com a SEMA/ES e com a Gerência Executiva do IBAMA do Espírito Santo. No entanto, as relações atuais com a Gerência de Eunápolis (BA) estão estremecidas em razão do atual titular, José Augusto Tosato, ser advindo de uma ONG (CEPEDES) que sempre lutou contra o plantio de eucalipto no estado. Sua postura tem sido mais de um membro de ONG do que de um servidor público, inclusive não concedendo licenciamento para novos plantios de eucalipto em várias áreas da região de atuação da Veracel. Essa situação pode ser considerada peculiar, porque ao não permitir o plantio, as áreas passam a ser consideradas improdutivas e ensejam invasões por parte do MST. Em função disso, a Veracel tem alugado algumas dessas áreas para pastagem.

Com as instituições religiosas as relações foram consideravelmente melhoradas após o episódio da disputa judicial da Aracruz com o legislativo estadual e notadamente a Igreja Católica aplaudiu e apoiou consideravelmente a postura adotada pela empresa. No entanto, alguns setores da Igreja detêm o posicionamento político / ideológico de que a principal função da terra é a de produção de alimentos e, recorrentemente, se opõem às ações da Aracruz. Entre esses setores, a CIMI tem se posicionado contra o acordo firmado pelos indígenas e a empresa, por considerar que cada aldeia deva receber a mesma quantia de recursos, independente do número de famílias que abriga, postura não aceita pela Aracruz e até mesmo pelas lideranças indígenas.

Finalizando, em casos de invasão a áreas da empresa, o comportamento padrão é o de acionamento das instâncias jurídicas solicitando reintegração de posse. Nesses casos há preocupação por parte da direção para que os procedimentos policiais sejam os mais pacíficos e para tanto, instâncias do governo são contatadas. Nesse sentido, não é raro que tropas da Polícia Militar das capitais sejam acionadas, por serem mais preparadas que as das regiões onde se concentram as propriedades da empresa (norte do Espírito Santo e sul da Bahia). Nunca houve casos de agressões e violência nos episódios de reintegração de posse em terras da Aracruz.

Também como forma de não se envolver em conflitos, a Aracruz terceirizou seus esquemas de vigilância (Companhia Visel) e as formas de atuação do efetivo contratado restringem-se à fiscalização preventiva e acionamento das forças policiais em casos de invasões, incêndios provocados, caça ou roubo de madeira. Quanto a esse último item, cabe o registro que a demanda por carvão vegetal é significativa e crescente, determinando altos valores para sua comercialização, fato que tem incentivado o roubo de madeira e a ocorrência de incêndios criminosos em várias áreas plantadas da empresa.

3. Dinâmica dos Processos de Negociação e de Resolução de Conflitos

Tem havido claramente uma deterioração na qualidade das discussões. Os temas têm sido tratados como se fossem pontuais, mas são setoriais. A própria Aracruz precisa avançar muito mais nesse sentido, embora já esteja fazendo alguns esforços: recentemente, foi realizado um workshop interno sobre sustentabilidade e um dos pontos tratados foi a necessidade da empresa melhorar muito mais o envolvimento, o engajamento com as partes interessadas.

O tratamento que deve ser dado a essas questões necessita passar por uma visão do setor porque não é só a Aracruz que desenvolve suas atividades no norte do Espírito Santo e sul da Bahia. Além disso, há várias outras regiões do país que concentram áreas de florestas plantadas.

Um exemplo que pode ser seguido é o Forest Dialogue que se constitui em um fórum mundial que agrega as grandes empresas do setor e representantes da sociedade, como por exemplo, as grandes ONGs ambientais. O objetivo é o de organizar, a nível mundial, a discussão sobre pontos específicos, como desmatamento, certificação, etc. As questões são propostas por grupos independentes, cujos membros não

se envolvem nos debates, os quais são realizadas por representantes das partes interessadas, intermediados por um facilitador convidado, também independente.

No Brasil seria importante que tivéssemos algo similar. Recentemente, o Ministério do Meio Ambiente propôs a criação de um fórum de discussões, que poderia ser o início desse processo. Mas é necessário que as instâncias governamentais não utilizem esse espaço apenas para procurar cancelar suas propostas e diretrizes, como usualmente ocorre.

A responsabilidade para o estabelecimento de formas de diálogos responsáveis é coletiva: governo, empresas e sociedade organizada.

No entanto, hoje as discussões estão excessivamente polarizadas na escala local entre empresas e movimentos sociais, os quais apresentam posturas consolidadas e radicais, expressas exclusivamente por meio de acusações, em geral infundadas e irresponsáveis.

Infelizmente, as grandes ONGs (WWF, The Nature Conservancy, Greenpeace, Amigos da Terra, Conservation International e Funatura) são ainda muito omissas nas discussões sobre empreendimentos florestais no país. A participação dessas entidades traria maior qualidade para as discussões porque têm quadros qualificados e apresentam uma postura muito mais responsável que as pequenas ONGs locais, que, inclusive, mal sabem abordar as questões ambientais relevantes. Por exemplo, as acusações sobre o pretendo comprometimento das bacias hidrográficas em razão do cultivo de eucalipto não consideram o fato de que a maioria das plantações localiza-se próximo aos estuários, em geral abastecidos por rios já degradados (assoreados e poluídos) a montante.

A base florestal para fins industriais ainda é muito reduzida no Brasil e mesmo que dobre nos próximos anos, atingindo 10 milhões de hectares, não irá suprir as demandas por madeira, principalmente das indústrias moveleiras e carvoarias. No entanto, para atingir essa marca é necessário que se trace uma política florestal para o país, contemplando-se grandes, médias e pequenas empresas. Nesse sentido, o estabelecimento de um processo de debates das grandes questões envolvidas com os empreendimentos florestais é fundamental e deve se dar em escala nacional.

A Aracruz, reconhecendo que deve estar preparada para participar desses debates, tem procurado aprimorar suas políticas de sustentabilidade e de envolvimento com a sociedade e entre suas prioridades está a formalização do Instituto Aracruz para avançar na qualidade de gestão ambiental e propor novas formas de discussão e de negociação com as partes interessadas, procurando erradicar os vícios de relacionamento passados.

Bahia

A Bahia Sul Celulose localizada no extremo sul da Bahia é a próxima empresa de enfoque nesta seção. Esta empresa foi fundada em 1989 por meio de uma parceria entre a Companhia Vale do Rio Doce e o Grupo Suzano. Mas, em 2001, o Grupo Suzano adquiriu 100% do controle acionário e a empresa passou a ser denominada de Suzano Bahia Sul.

Parte das plantações de eucalipto que servem de matéria-prima para esta empresa começaram a ser implantadas pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) ainda na década de 70 para um projeto chamado de FLONIBRA que teria duas fábricas; uma no norte do Espírito Santo e outra no Sul da Bahia. Depois a CVRD inaugurou a CENIBRA em Minas Gerais e os plantios da Bahia ficaram a espera de um destino. Quando a Bahia Sul foi inaugurada em 1992, os 35 mil ha de Eucalipto que foram implantados pela CVRD até 1978, já haviam sido praticamente duplicados abrangendo seis municípios do extremo sul e mais um município do estado do Espírito Santo. Além do mais, em 2002, a Suzano Bahia Sul comprou em conjunto com a Aracruz Celulose 40 mil hectares de terras e florestas de eucalipto nelas plantadas, localizadas na região de São Mateus, no estado do Espírito Santo, que pertenciam às Florestas Rio Doce S.A. da Companhia Vale do Rio Doce. Mas, excluindo este último

município e o de Conceição da Barra, onde o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) anunciou que a área ocupada era da Suzano Bahia Sul, o *website* da empresa não dispõe informações sobre quais seriam os municípios abrangidos e qual a área plantada em cada um. Todavia, Rocha (2003) declara que: “*A Bahia Sul Celulose é proprietária de cerca de 11,34% da área total destes seis municípios na Bahia, das quais 6,52 % encontram-se com florestas* [obs.: sem especificação se florestas nativas ou plantações]”¹¹⁶. A fábrica está localizada no município de Mucuri e Teixeira de Freitas é mencionada em documentos produzidos pelo governo do estado da Bahia como incluído na área de abrangência deste empreendimento.

Atualmente, a Bahia Sul, de acordo com notícias veiculadas na mídia, possui uma área plantada no extremo sul da Bahia de 118 mil ha devendo chegar a 212 mil ha até o final de 2007 quando deve ser inaugurada a nova unidade de produção de celulose de mercado, também em Mucuri¹¹⁷. Além desta área própria, a Suzano Bahia Sul conta com 29 mil ha de plantações de eucalipto estabelecidas, por meio do programa de fomento contratual, em quase 900 propriedades de terceiros, localizadas em um raio de até 130 km da fábrica. E em 12/03/2005 a Suzano Bahia Sul anunciou investimentos de cerca de R\$250 milhões, na expansão de sua área florestal no extremo sul da Bahia, enfocando no aumento das áreas de fomento em mais seis mil hectares¹¹⁸.

Em relação aos conflitos sócio-ambientais envolvendo esta empresa no extremo sul da Bahia, a Comissão de Direitos Humanos de Teixeira de Freitas (CDDH-TF) foi a organização que inicialmente centralizou as denúncias contra as práticas da Bahia Sul, apesar do CEPEDES de Eunápolis ter sido instrumental na documentação de vários dos problemas que ocorriam na região como um todo. Quando da inauguração da fábrica, esta entidade já havia iniciado articulações com a FASE, o CIMI e outras entidades dos movimentos ambientalistas e sociais do Espírito Santo. Como também já mantinha contato com o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Aracruz Celulose (SINTICEL). Com o lançamento da Rede Alerta contra o Deserto Verde, esta coalizão passou a vocalizar as denúncias contra a Bahia Sul, mas no processo de formalização dos problemas as questões entre o norte do Espírito Santo e extremo sul da Bahia deixaram de ser individualizados.

Especificamente em relação às práticas da Bahia Sul, apesar da inauguração da fábrica ter ocorrido no momento em torno da ECO 92, quando a Aracruz Celulose vinha despertando tanta atenção, não existe a mesma quantidade de denúncias e casos, como os desta segunda empresa. Mas ainda assim, número reduzido de casos encontrados na mídia e em documentos produzidos por entidades dos movimentos ambientalistas e sociais, é complementado, todavia, por alguns estudos acadêmicos e de instituições governamentais baianas especificamente enfocando na Bahia Sul e a área de sua influência. E as poucas informações encontradas abrangem aspectos fundiários, migração desordenada, desagregação das comunidades da região, poluição e impactos em ecossistemas terrestres e aquáticos ameaçados de extinção e/ou protegidos por lei, questões trabalhistas e impactos em outras atividades econômicas, principalmente o turismo.

Assim, primeiro, para o adequado entendimento do contexto de implantação destes monocultivos no extremo sul da Bahia, estes estudos acadêmicos sugerem um retorno ao histórico de ocupação humana da região¹¹⁹. Ainda que a colonização do extremo sul da Bahia tenha sido iniciada ainda no século XVI, o desenvolvimento econômico da região, de maneira geral, pode ser considerado

¹¹⁶ Rocha, G. S. (2003). Problemas Políticos, Sócio-econômicos e Ambientais de Grandes Projetos Energointensivos: O caso da Indústria de Celulose e Papel no extremo sul da Bahia.

¹¹⁷ Correio da Bahia – 12/11/2004 – “Suzano investe US\$1,2 bi na unidade de Mucuri por Mônica Bichara.

¹¹⁸ Correio da Bahia – 13/03/2005 – “Suzano investirá R\$250 milhões na Bahia” por Pedro Carvalho.

¹¹⁹ Este histórico de ocupação do extremo sul foi extraído de Rocha (2003) e Dias (2001).

tardio, em comparação a outras regiões da Bahia e do Nordeste. A heterogeneidade, no perfil atual da ocupação humana deste território, é também consequência desta dinâmica que acabou por estabelecer três zonas, paralelas, mas bem diferenciadas na região: primeiro ocorreu, e perdurou por longo tempo, a ocupação da Zona Litorânea, com atividades de pesca e agricultura de subsistência e comércio incipiente, especializando-se como fornecedora de alimentos para o Recôncavo baiano e de outras regiões. O acesso marítimo se constituía, primariamente, na rota de comunicação entre os núcleos populacionais existentes. A afirmação dessa função possibilitou alguma expansão demográfica e a criação de diversas vilas. A existência de terras livres e a ausência de coerção de força de trabalho, associadas ao papel marginal da região na economia nacional, favoreceram a formação e consolidação da pequena agricultura familiar¹²⁰. Secundariamente, os rios desempenhavam o papel de conexão com a Zona Central, que atualmente abrange os três municípios muito populosos (Teixeira de Freitas, Eunápolis e Itamarajú). Nesta região a ocupação humana foi iniciada ao longo dos rios Mucuri, Itanhém, Caraípe e Jequitinhonha. Entretanto, na Zona Central o ritmo de ocupação se intensificou com a implantação da ferrovia ligando Bahia à Minas Gerais, integrando o interior com as rotas marítimas pelo Porto de Caravelas, na época o maior entreposto comercial da região. E a terceira é a Zona Oeste, historicamente menos povoada é igualmente menos desenvolvida.

De maneira conjunta, o divisor temporal de intensificação do processo de ocupação e povoamento destas três zonas pode ser situado nos anos 50, quando ocorreu a expansão do cultivo de cacau, da pecuária e da exploração de madeira de florestas nativas. Ao longo dos anos 80, a partir da valorização crescente dos terrenos litorâneos, os principais centros produtores de cacau no extremo sul foram se deslocando para áreas do interior. Já a pecuária bovina, que se desenvolveu na região com a chegada de produtores oriundos de outras regiões, seguiu um processo de expansão inverso, partindo do interior para a faixa litorânea, no vácuo produzido pelo desmatamento e a subsequente facilidade criada para a formação de pastagens. E a extração de madeira, desenvolvida desde o início da colonização, começou a se intensificar, ainda no início do século passado, com a construção da estrada de ferro Bahia/Minas. Nos anos 50, a produção madeireira se constituía numa atividade econômica relevante em todo o extremo sul da Bahia. E na verdade, esta atividade é que foi a grande indutora da pecuária devido à expansão gerada da fronteira agrícola.

Porém, em todo o extremo sul, a grande mudança no modelo de ocupação e dinâmica de uso dos recursos naturais, ocorreu a partir da década de 70, com a implantação da BR-101. A abertura oficial da fronteira ocorrida a partir da abertura do trecho entre Vitória e Salvador deu início a um novo ciclo madeireiro, com a participação de grandes e pequenos empresários provenientes, na sua grande maioria, do estado do Espírito Santo. E no ciclo de desmatamentos que se seguiu houve o estímulo à expansão da pecuária bovina, tanto nos municípios tradicionalmente voltados para a criação, na Zona Oeste, como também, nos da Zona Litorânea e nos da Zona Central, na faixa de terras localizadas ao longo da BR-101. Na Zona Litorânea, o acesso mais fácil também promoveu a ascensão da área em torno de Porto Seguro e depois Cabralia nas preferências turísticas nacionais e internacionais. Em segunda instância cresceu também a procura por outras cidades como Mucuri, Prado, Alcobaça e Nova Viçosa. Na Zona Central, na verdade, as povoações que deram origem ao atual município de Teixeira de Freitas, como também de Eunápolis, era o acampamento do DNER para a construção da BR-101.

¹²⁰ Pedreira, M. d. S. (2004). "Complexo florestal, desenvolvimento e reconfiguração do espaço rural: o caso da região do extremo sul baiano." *BAHIA ANÁLISE & DADOS* 13(4(março)): 1005-1008.

Dias (2001)¹²¹ cita que durante os levantamentos feitos para o licenciamento deste empreendimento ficou constatada a dependência da economia regional nas atividades agrícolas com dominância da pecuária extensiva que se expandiu pelas áreas desmatadas em consequência da integração entre a exploração madeireira e a abertura da BR 101. A pecuária também se caracterizava pela manutenção da concentração fundiária, com mais de 60% dos estabelecimentos sendo acima de 500 ha. O restante ou melhor, grande parte da população rural, especialmente aquela com menor poder aquisitivo, sobrevivia nos interstícios deste contexto, com pequenos cultivos de subsistência e muitas vezes em regime de “meia”¹²², portanto sem sequer deter a posse ou propriedade da terra.

Neste momento também vinha ocorrendo a falência da lavoura cacaueira o que gerou ainda maior contingente de desempregados, que ao ouvirem falar da possibilidade de trabalho na construção da fábrica da Bahia Sul Celulose se mudaram para o município de Teixeira de Freitas. Mas Mucuri, de acordo com Rocha (2003), aonde a unidade industrial foi instalada, também apresentou um ritmo de crescimento demográfico de cerca de 5.4% a.a., a partir dos anos 90. Inicialmente houve absorção de parte desta mão-de-obra quando no pico de sua construção, por volta de nov/dez de 1990, a Bahia Sul Celulose contratou algo entre sete e 10 mil trabalhadores. Todavia, após a fábrica entrou em operação, em 1992, este número despencou para cerca de mil trabalhadores na planta industrial e pouco mais de 3 mil para trabalhar nas plantações, que ainda estavam sendo expandidas.

De acordo com Dias (2001), esta migração desordenada para a região teve como principal consequência a desestruturação da precária infra-estrutura existente, levando a degradação dos serviços oferecidos à população. Os desdobramentos dessa situação foram (e ainda são) a favelização, a marginalidade de parcela da população e o aumento da violência e prostituição. E agravando este cenário de alijamento da população local, quando o empreendimento se consolidou, os empregos de nível técnico foram, em boa parte, preenchidos por pessoas oriundas dos vizinhos estados do Espírito Santo e Minas Gerais, da cidade de Salvador e, em menor escala, de São Paulo e Rio de Janeiro. E então como as expectativas da população eram de que a entrada de uma grande indústria de celulose e papel na região iria gerar emprego e melhorar a infraestrutura, mais uma vez restou a frustração de que grandes projetos não permitem o engajamento da população local e nem resolução dos problemas já existentes, mas sim geração de novos conflitos.

Em Mucuri, outra questão que surgiu com a implantação da unidade industrial da Bahia Sul foi em relação à disrupção do modo tradicional de sobrevivência de centenas de pescadores artesanais. A água utilizada pela fábrica é captada no Rio Mucuri impactando a dinâmica estuarina. Além do mais, os efluentes gerados no processo industrial também são despejados neste rio e a 100 km da foz do Rio Mucuri está localizado o Parque Nacional Marinho de Abrolhos, local onde ocorre a reprodução das baleias jubarte.

Outro ponto de críticas contra a Bahia Sul é em relação aos impactos nos recursos hídricos, o solo, a fauna e a flora locais gerados pelo plantio de vastas extensões de eucaliptais. Em relação ao balanço hídrico na região, Santos e Silva (2004)¹²³ apontam o “*quadro nordestino de susceptibilidade a desertificação, o que torna mais perigosa a introdução da monocultura de árvores de crescimento rápido*”. Estes autores também denunciam o impacto sobre o solo devido ao uso intensivo de

¹²¹ Dias, N. J. (2001). “Os impactos da moderna indústria no extremo sul da Bahia: expectativas e frustrações.” Bahia Análise & Dados (SEI) 10(4): 320-325.

¹²² Contrato de parceria no uso da terra, cujo pagamento é feito com a metade da produção entregue para o detentor da posse ou propriedade da terra.

¹²³ Santos, C. S. e J. L. C. d. Silva (2004). Os impactos do plantio de Eucalipto e da produção de celulose em comunidades tradicionais no extremo sul baiano. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

agrotóxicos, fato considerado preocupante no entorno ou próximas à unidades de pequenos produtores familiares dedicados à práticas de agricultura familiar orgânica.

Especificamente sobre as ameaças à espécies da flora e fauna Santos e Silva (2004) citam a localização de empreendimentos como a Suzano Bahia Sul no entorno de Unidades de Conservação e expansão de plantios em áreas de Mata Atlântica, como é o caso do município de Prado, que possuía o maior remanescente deste ecossistema. Neste município, as empresas que atuam são a Aracruz Celulose e a CAF Santa Bárbara (ver seção sobre Minas Gerais). E a Veracel Celulose têm expandido a ocupação com plantações de Eucalipto, principalmente por meio de programas de fomento. O enfoque dos autores, todavia, é que neste município, até 1999, a Lei Orgânica Municipal proibia o plantio destas árvores em função do território municipal ser ainda um enclave entre áreas de Mata Atlântica, mangues, restingas e recifes. Porém, recentemente esta lei foi modificada, e acusam os autores que de acordo “*com padrões ecológicos impostos pelos programas ambientais da Veracel*”, e passou a ter a seguinte redação “*é dever do Município preservar a faixa da mata Atlântica, permitindo o plantio de maciços florestais, a exemplo de eucaliptos e pinheiros nas demais regiões de seu entorno*”. A consequência foi que atualmente, as áreas de floresta nativa que restam estão, em sua maior parte, no Parque Nacional do Descobrimento, em alguns trechos pode ser encontrada vegetação secundária em regeneração. No restante do Município, existe o predomínio da cobertura vegetal formada por pastagens e o plantio comercial de eucalipto. Estas plantações se estendem até a proximidade do litoral como no Distrito de Cumuruxatiba, área que deveria, segundo a versão original da mesma Lei Orgânica, ser protegida por representar Áreas de Preservação Permanente já que são restingas na faixa de 300m, a partir da preamar máxima. E outro problema relatado no município é que desde o início da introdução de Eucalipto na região, há cerca de cinco anos atrás, ocorreu que grande parte do contingente populacional rural migrasse para a zona urbana.

Um último ponto de conflito em relação à Suzano Bahia Sul envolve questões trabalhistas que, na verdade, são indiretamente ligadas às plantações de árvores, pois dizem respeito à demissões na área industrial denunciadas pelo SINDICELPA e pelo SINAP¹²⁴, inclusive de funcionários que deveriam ter estabilidade empregatícia assegurada devido suas participações em comissões atuando dentro da empresa. Além do mais, os sindicalistas também denunciam acidentes que não foram considerados com a devida seriedade pelas gerências e diretoria da empresa, colocando em risco a vida dos funcionários, fato não reconhecido e ocorrido devido à demissões anteriores de parte da equipe que detinha os conhecimentos necessários para combater incêndios.

Todas as questões descritas acima também fazem parte das denúncias feitas por entidades dos movimentos ambientalistas e sociais, ainda que apareçam de maneira genérica em documentos produzidos pela Rede Alerta contra o Deserto Verde. Porém, especificamente da parte destas entidades foram feitas várias críticas contra o processo de certificação da Suzano Bahia Sul pelo Conselho Brasileiro de Manejo Sustentado (FSC), concedida em 2004. Em 1995, os procedimentos na fábrica e nas áreas de plantações foram certificados de acordo com o ISO 9002 e em 1998 com o ISO 14001.

Sobre o processo de certificação do FSC da Suzano Bahia Sul Celulose o relatório público do processo¹²⁵ descreve as questões apontadas pelos *stakeholders* durante as quatro reuniões públicas que ocorreram em Mucuri-BA (18/05/2004), Teixeira de Freitas-BA (19/05/2004), Caravelas-BA (20/05/2004), Conceição da Barra-ES (21/05/2004). A seguir são transcritas algumas destas questões,

¹²⁴ Observatório Social – Conexão Sindical – várias datas – palavra-chave = Bahia Sul.

¹²⁵ www.imaflora.org

de pertinência para este Diagnóstico, e as respectivas respostas da empresa e da entidade certificadora acreditada pelo FSC.

Comentários das partes interessadas e respostas dos certificadores do FSC e da Suzano Bahia Sul Celulose
“A empresa planta eucaliptos até a beira-d’água, não respeitando as APPs e não tem Reserva Legal”. <i>R: Todos os plantios respeitam as faixas de preservação ciliar. As áreas designadas como APPs em propriedades adquiridas mais recentemente para a implantação de plantios em terrenos com pastagens ou reformas em plantios de eucaliptos antigos são objeto de planejamento ambiental, delimitação das APPs e da RL sendo incluídas em programa de recuperação com re-vegetação natural. A SBS tem áreas suficientes para a averbação da RL, já estando regularizadas mais de 17% das áreas de sua responsabilidade. Os restantes 3% da RL deverão estar averbados para a manutenção da certificação.</i> <i>Os certificadores demandaram que em 01 ano da data de certificação da SBS, a empresa efetivasse a averbação das áreas de reserva legal em todas as áreas, próprias ou arrendadas, que compõem a UMF da SBS.</i> “Empresa faz pressão política para alterar legislação e reduzir a faixa ciliar para aumento dos plantios.” <i>R: Informação não fundamentada. Está plenamente demonstrado que as faixas ciliares existentes na UMF estão identificadas, mantidas e são objeto de programa de recuperação ambiental. Ver comentário acima.</i> “A empresa deveria promover uma maior proteção dos remanescentes de mata atlântica evitando assim o roubo de madeira”. <i>R: A empresa pode exercer a vigilância, e o faz, mas não tem poder de polícia. Os órgãos ambientais são informados quando há flagrantes ou evidências para que as providências sejam tomadas. Há pontos de venda de palmito e animais silvestres nas margens das rodovias federais da região, sem que as ações de coibição efetivas sejam tomadas por parte dos responsáveis.</i> “Houve autuação de fomento da SBS por desmatamento de área de mata (8ha); os fomentados mantêm o gado nas APPs em virtude de utilizarem a área útil para o plantio de eucalipto; as regras para o fomento deveriam incluir assessoria técnica efetiva”. <i>R: Foi solicitada a confirmação dessa acusação, o que não ocorreu. A área do PROFMAD não está incluída no escopo dessa avaliação. Ainda assim, uma empresa certificada deverá ter compromissos amplos com os P&C e por essa razão os certificadores apontaram três condições (a seguir) relacionadas ao programa de fomento da SBS.</i> - Estender os programas de treinamento, segurança e saúde do trabalho ao PROFMAD. - Garantir, através de novas diretrizes do PROFMAD, de novos contratos, orientação técnica e vistorias, o cumprimento das leis trabalhistas e ambientais nas propriedades fomentadas. - Exigir provas documentais e laudo técnico de responsabilidade da SBS aos novos candidatos ao programa de fomento florestal da empresa (PROFMAD), garantindo que não houve desmatamento para serem estabelecidas plantações de eucaliptos. “O plantio de eucalipto invade as falésias, especialmente na APA Costa Dourada, descumprindo o Código Florestal”.

R: Não há plantios de eucaliptos da SBS em falésias e na APA Costa Dourada (ainda que essa APA não esteja regulamentada). É importante deixar claro que o código florestal não proíbe o plantio de eucaliptos em APA's. Ver observações abaixo.

“Descumprimento das leis municipais (município de Prado) e federais havendo plantio a 30 metros da praia”.

R: Acusação não fundamentada e não confirmada em campo. A empresa não possui propriedades no município de Prado. Não há plantios da empresa nessas condições. No entanto, é importante que a empresa esclareça a comunidade quando existem dúvidas. Há falhas nas relações com a comunidade e comunicação da SBS (Pré- condições 1 e 2; ver a seguir).

Pré-condição 1: Elaborar um Plano Diretor de Inserção Regional e Responsabilidade Social da SBS, que deverá: definir a condução de suas relações comunitárias envolvendo todos os grupos presentes na área de influência da empresa; propor ações e projetos sociais definindo, com participação das comunidades, os objetivos, métodos, prioridades e cronogramas; designar condutores e os responsáveis por parte da empresa e comunidade; e demonstrar como será realizada a avaliação e a divulgação dos resultados.

Conclusão: A empresa elaborou um completo Plano Diretor de Relações com a Comunidade; A pré-condição está cumprida e encerrada.

Pré-condição 2: Elaborar e implantar programa de comunicação com as comunidades locais, que deverá: definir responsáveis; divulgar as atividades e ações da empresa; promover a participação das comunidades e servir como canal de comunicação das comunidades nas questões relativas à empresa.

Conclusão: A empresa elaborou um completo Plano Diretor de Relações com a Comunidade; A pré-condição está cumprida e encerrada.

“Desconhecimento, por parte da comunidade, do nível de cumprimento dos requisitos legais por parte da empresa”.

R: Há efetivamente má comunicação por parte da SBS, que deveria, entre outras medidas, melhor divulgar os seus níveis de cumprimento legal, aliás, um ponto forte da empresa. Há falhas nas relações com a comunidade e comunicação da SBS (Pré- condições 1 e 2).

“Existência de quilombos em áreas da SBS”.

R: Os certificadores fizeram todas as averiguações necessárias no campo, entrevistou e apresentou mapas ao representante dos “quilombolas”, solicitou comprovações e localização dos quilombos. Não houve nenhuma comprovação da acusação.

“A empresa prometeu 4.500 empregos na área florestal. Segundo o EIA, em 1988, havia 460 empregos diretos na DRN. Em 2004, são 170”.

R: A área florestal da SBS tem hoje 170 funcionários diretos nas funções gerenciais, administrativas, de supervisão, pesquisa e algumas atividades operacionais consideradas estratégicas. As atividades operacionais são contratadas a 24 empresas prestadoras de serviços, que por sua vez são responsáveis por cerca de 2.400 postos de trabalho, com registro em carteira e filiados a sindicato da categoria. A área industrial (fábricas de celulose e papel) emprega cerca de 1.400 trabalhadores entre diretos e contratados através de prestadores de serviços.

“Tem havido descontinuidade em ações da empresa (ex: campo de futebol em Juerana, iniciado e não terminado)”.

R: A solicitação (terraplenagem e colocação das traves) foi atendida. O campo não foi terminado porque houve invasão do terreno e construídos barracos. Os certificadores estabeleceram uma pré-condição relacionada à sua relação com a comunidade, melhor inserção regional e responsabilidade social. Há falhas na comunicação da SBS (Pré- condições 1 e 2).

“É difícil falar com a SBS; a comunicação social da empresa é precária; a empresa não dá ou demora com respostas às cartas e demais formas de demandas que recebe”.

R: A comunicação social da SBS é realmente falha. SBS deverá reformular a sua comunicação com a comunidade para que possa ser certificada. Não há obrigatoriedade de atendimento a todas as demandas. As respostas, por um outro lado, positivas ou negativas, são obrigatórias. É imprescindível ser mantido um canal aberto de diálogo entre a comunidade e a empresa (Pré- condições 1 e 2).

“O Programa Nosso Vizinho não tem efetividade e suas intenções são propaganda da empresa, sem real apoio aos vizinhos”.

R: O objetivo do Programa “Nosso Vizinho” não é dar apoio, mas criar e manter boas relações com os seus vizinhos. Os certificadores recomendaram algumas melhorias ao Programa.

“A ação social da empresa é pontual, e muitas vezes, tem cunho assistencialista ou propagandista; os programas sociais implantados não atendem à necessidade básica, que é obtenção de renda; as relações comunitárias deveriam estar orientadas ao desenvolvimento regional”.

“A SBS precisa investir no social porque o eucalipto tira o homem do campo”

“Com a duplicação a SBS vai investir milhões. E no social? Onde vai investir”?

R: Os certificadores estabeleceram uma pré-condição relacionada à inserção regional e responsabilidade social da SBS (Pré- condição 1). Por um outro lado, a comunicação social da SBS é falha. Muitas de suas ações não são de conhecimento público. É imprescindível um canal de diálogo entre a comunidade e a empresa (Pré- condição 2).

“A empresa não privilegia a comunidade local, no caso da cessão do direito da coleta de resíduos”.

R: Não existe restrição ou impedimento da retirada de resíduos para uso familiar. A SBS tem demandas e exigências legais para a cessão do direito da coleta de resíduos para fins comerciais (venda de lenha e fabricação de carvão) e tem feito esforços para que a comunidade local possa organizar-se, podendo, dessa forma, ter acesso aos resíduos. Para a manutenção da certificação, as exigências serão ainda mais intensas. Os certificadores fizeram uma recomendação para a capacitação das comunidades e associações locais de catadores.

A “comunidade São Benedito” queixa-se de estar “ilhada” pelo eucalipto, não podendo, inclusive, receber a extensão da rede de energia elétrica.

“A empresa iria utilizar fécula de mandioca na fabricação de celulose, criando grande expectativa nos pequenos produtores locais”.

“A empresa poderia incentivar o plantio de mandioca para a utilização de sua fécula no processo industrial”.

R: A SBS irá analisar a problemática da linha de eletricidade para a Comunidade de São Benedito, apoiando as famílias para a sua solução; Os certificadores demandaram que em 01 ano a SBS analise a problemática da instalação de linha de eletricidade para a Comunidade de São Benedito, apoiando as famílias para a solução junto aos órgãos/ empresas de eletrificação.

A SBS não fez tal declaração e a afirmação não é fundamentada. A empresa não utiliza o amido de mandioca. O amido de milho, utilizado no processo, é um produto industrializado, com altos índices de pureza e qualidade, e volumes disponíveis suficientes à sua demanda e programação industrial.

Neste momento, o incentivo ao plantio de mandioca seria inviável. São necessárias pesquisas para a substituição do amido de milho pelo de mandioca no processo industrial, e grandes investimentos para a fabricação do amido da mandioca na quantidade e níveis de qualidade compatíveis com a necessidade industrial da SBS.

“Reivindicação de um percentual de terras não usadas para plantio de eucalipto para o plantio de alimentos”.

R: Os certificadores fizeram a recomendação de que áreas próximas aos núcleos urbanos e povoados sejam cedidas para produção de alimentos através de projetos de agricultura familiar comunitária.

“A empresa não capacita pessoas da localidade para exercer suas funções de nível técnico”.

“Faltam escolas profissionalizantes, para que a mão de obra desqualificada disponível, que hoje encontra-se marginalizada, possa ser absorvida”.

“Em 10 anos a SBS não capacitou a população para absorver na indústria e agora com a ampliação, traz gente de fora e não pega daqui”.

R: A empresa realiza programa de treinamento e capacitação voltado para as comunidades locais, o Programa Crescer, em parceria com o SENAI, oferecendo cursos técnicos. Desde 96/97, são formados cerca de 200 alunos anualmente. Os certificadores fizeram uma recomendação para que seja aumentada a oferta de cursos profissionalizantes.

“Os empregados dos terceiros ganham salários mais baixos e não tem acesso à saúde, educação e lazer proporcionados pela empresa a seus empregados diretos”.

R: Os certificadores fizeram as seguintes recomendações:

- *Maior empenho na obtenção da equiparação salarial entre funcionários próprios e terceiros com mesmos cargos, funções e responsabilidades.*
- *Manutenção de demonstrativos atualizados com a média salarial de todas as funções de funcionários operacionais próprios e terceiros, especificando a composição salarial e as responsabilidades atribuídas a cada função.*

“O trânsito das carretas pela BR 101 deteriorou o seu pavimento, não planejado para o tráfego de carretas de 70 toneladas”.

“As rodovias encontram-se “sucateadas”, devido ao intenso fluxo viário. A SBS deveria reivindicar junto ao poder público providências optando pelo estabelecimento de uma PPP (Parceria Público Privada).”

R: Os certificadores fizeram a seguinte recomendação:

- *Gestão junto às outras empresas da região para uma parceria com o DERBA visando a recuperação das estradas regionais.*

“A mecanização do corte não foi acompanhada de um programa para reduzir o impacto causado”.

R: Para que suas futuras mecanizações não provoquem novos impactos nos níveis de emprego regional, a SBS deverá apresentar um estudo para avaliar os impactos das futuras mecanizações sobre o volume de mão-de-obra atualmente utilizada e as medidas para minimizar tais impactos; os certificadores demandaram que em 01 ano da data de certificação, a empresa apresentasse um estudo sobre a mecanização prevista e as medidas mitigadoras sobre o impacto gerado na mão-de-obra empregada.

“Há muitos acampados e assentados na região que são desempregados da SBS ou das empresas terceirizadas”.

R: Os certificadores realizaram um expressivo número de entrevistas com trabalhadores próprios e terceiros, que não confirmam tal afirmação.

“A SBS organizou abaixo-assinado dos empregados, em prol dos interesses da empresa”.

R: Essa afirmação não foi confirmada por nenhum dos trabalhadores entrevistados.

“A SBS adota critérios políticos para contratação de mão-de-obra”.

R: Essa afirmação não foi confirmada por nenhum dos trabalhadores entrevistados. Ainda assim, foi feita uma recomendação para que a empresa divulgue os seus critérios de seleção e procedimentos de contratação de serviços ou pessoas.

“Funcionários que vão à justiça entram para a lista negra das empresas e não conseguem mais trabalho”.

R: Essa afirmação não foi confirmada por nenhum dos trabalhadores entrevistados. Segundo os entrevistados, “não faltam empregos a bons trabalhadores”. “Quem tem experiência e quer trabalhar, encontra trabalho”.

“A empresa ganha com as certificações e não repassa para os trabalhadores”.

R: Pelas exigências existentes nos Padrões do FSC, a certificação FSC promove melhorias às condições dos trabalhadores e comunidade.

“Condições de trabalho no fomento - sem alimentação, transporte, dormindo no curral”

R: O Fomento Florestal não faz parte do escopo desta certificação. Não obstante isso, foram aplicadas condições para que os compromissos aos P&C do FSC sejam estendidos aos projetos do PROFMAD.

“O hospital é só pra quem pode pagar”.

R: A afirmação não é verdadeira. o hospital mencionado atende pacientes pelo SUS-Sistema Único de Saúde, convênios de atendimento médico-hospitalar e também, pacientes particulares; os certificadores fizeram uma recomendação de que a empresa tenha Maior envolvimento nas questões relacionadas à saúde nos municípios onde a empresa está presente.

“A empresa não disponibiliza madeira para serrarias ou fábricas de móveis”.

“Entidades locais defendem a criação de um pólo moveleiro e precisam que as empresas forneçam madeira de eucaliptos para esse fim”.

R: Os estoques de madeira atuais e projeções futuras – e a observação no campo dos talhões, com número significativo de árvores com bons diâmetros e potencial para uso em serrarias, mostram ser possível o incentivo ao desenvolvimento de um pólo madeireiro local, com agregação de valor (localmente) à madeira colhida, geração de empregos e benefícios às comunidades do entorno; os certificadores estabeleceram a condição de que a SBS em até 01 ano após a data da certificação deverá incentivar o uso da madeira de eucalipto com processamentos na região, disponibilizando volumes conhecidos e mais realistas de madeira no mercado, promovendo parcerias estratégicas para que haja a participação das comunidades nos negócios e benefícios econômicos da empresa, conforme compromissos em seu Plano de Manejo Florestal.

“A empresa não traz benefícios suficientes para a região, visto que compra fora todos os produtos que utiliza”.

R: A empresa utiliza fornecedores de bens e serviços locais.

“A SBS está reflorestando com espécies nativas apenas em locais estratégicos para a proteção de seus plantios de eucalipto contra entrada de vizinhos”.

R: A afirmação não tem nenhuma fundamentação.

“A empresa poderia deixar uma faixa de vegetação ciliar natural às margens da estrada, como forma de preservação da paisagem, em uma região litorânea, com vocação turística”.

R: Os certificadores recomendaram que a empresa realize estudos para definir locais sensíveis ao público (impactos visuais da colheita) com a finalidade de medidas mitigadoras.

“O maior problema ambiental da SBS está nas áreas de fomento.”

R: Os certificadores estabeleceram três condições para a manutenção da certificação da SBS que se referem ao PROFMAD (ver condições sobre o PROFMAD acima).

“Nos monitoramentos das certificações as entidades não são consultadas e os relatórios são internos, e não dá para acompanhar o que muda ou não”.

R: As auditorias anuais das operações certificadas pelo Imaflora/ SmartWood prevêem entrevistas aos interessados e é disponibilizado um resumo público.

“Existe um movimento regional bem articulado contra a expansão da área de plantio de eucalipto. O movimento faz previsões de duplicação da área plantada para atender à demanda da área industrial e alerta para os impactos sociais e ambientais decorrentes”.

R: Nas reuniões públicas e durante as consultas não houve críticas diretas ao manejo da SBS, objeto da certificação. A SBS tem excedente de madeira e as suas plantações têm alta tecnologia e grande produtividade e produto industrial que compete nos mercados mais exigentes. O aumento da área plantada é sensivelmente inferior ao propagado pelo movimento. O movimento regional (Rede Deserto Verde) é ideologicamente contrário aos grandes plantios de eucaliptos para a fabricação de celulose e papel, especialmente em países do Terceiro Mundo.

“Questionamentos quanto aos efeitos do eucalipto sobre os recursos hídricos”.

R: O eucalipto e o seu consumo de água são assuntos bastante estudados no Brasil e no Mundo, existindo grande conhecimento técnico para controlar os efeitos da cultura sobre os recursos hídricos. A região onde encontram-se as plantações da SBS é indicada para o plantio das espécies utilizadas.

“A SBS utiliza herbicidas e inseticidas, prejudicando a fauna, a flora e áreas vizinhas às suas. A empresa poderia incorporar formas biológicas de controle de pragas e utilizar capina para roçar, o que evitaria o uso de insumos químicos e absorveria mão-de-obra”.

R: Todas as formas de controle da mato-competição são utilizadas, incluindo o controle químico. Os produtos utilizados são considerados pouco tóxicos (quase que restritos aos formicidas) com acompanhamento e controle da empresa.

“O plantio de eucalipto em grande escala está causando desabastecimento e inflação no preço dos alimentos”.

R: Este questionamento está relacionado a um conjunto amplo de fatores que não cabe explicitar no relatório. As áreas da SBS plantadas com eucaliptos, em sua enorme maioria, eram grandes áreas não aproveitadas e pastagens com pecuária extensiva; os certificadores fizeram três recomendações (a seguir) que consideram a necessidade de maior oferta de alimentos na região.

- Cessão de áreas próximas aos núcleos urbanos e povoados para produção de alimentos através de projetos de agricultura familiar comunitária.
- Estabelecimento de parcerias com entidades especializadas em programas de extensão agrícola e social para que estas participem do planejamento, implantação, execução e acompanhamento dos projetos com agricultura familiar comunitária.
- Continuidade e incentivo à apicultura, especialmente através de apoio a associações de produtores.

“Pequenos proprietários não querem vender suas terras, mas o dinheiro é tentador, os corretores insistem”.

R: Na atualidade, essa afirmação não tem fundamentação. Foram analisadas as documentações de propriedade e de compras de terras. A SBS tem por norma não comprar pequenas propriedades, inclusive por problemas operacionais para o estabelecimento e manutenção de plantações. Essa afirmação baseia-se em fatos e citações históricas quando da implantações das grandes plantações na região, especialmente no norte do Espírito Santo.

A segunda empresa do segmento celulósico que entrou no cenário do extremo sul em 1991 é a Veracel Celulose. Apesar desta empresa ainda não ter iniciado o funcionamento de sua fábrica, momento esperado para meados de 2005, já possui um histórico de conflitos sócio-ambientais na região de influência do empreendimento. Desde o início de suas operações de implantação das plantações de Eucalipto, nos municípios de Eunápolis e Porto Seguro, esta empresa vem sendo denunciada por entidades dos movimentos ambientalistas e sociais locais, primeiro em razão da substituição de remanescentes de Mata Atlântica protegidos por lei por plantações de Eucalipto; e depois, por suas práticas em geral de não respeitar e considerar estes atores como interlocutores. Mais recentemente se intensificam as denúncias contra a onda de expansão dos plantios por meio do fomento florestal, prática considerada uma ameaça às Unidades de Conservação da região, comunidades indígenas e pequenos produtores rurais.

A fábrica da Veracel Celulose está sendo finalizada no município de Eunápolis. Além deste, a área de influência do empreendimento de estende por mais oito municípios – Belmonte, Canavieiras, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália. Em novembro de 2004, o total de áreas plantadas com Eucalipto nestes nove municípios totalizava 78.476 ha. Ainda, de acordo com informações no *website* da empresa, a área total de terras ocupadas pela Veracel é de 149.807 ha, sendo 3.382 ha arrendados de terceiros mediante contratos de longo prazo. E o Programa de Fomento Florestal, ao fim de 2003, abrangia 5.673 hectares, em seis municípios no estado da Bahia.

A inserção da Veracel Celulose no extremo sul da Bahia ocorreu em um momento em que entidades locais como o CEPEDES e o CIMI já vinham se articulando com a FASE na documentação de problemas relacionados com o monocultivo de Eucalipto. Assim, quando esta empresa começou a adquirir terras e o preparo destas áreas para o estabelecimento de plantações de eucalipto, também foi iniciado o monitoramento de suas operações. Na época foi documentado, pelas entidades locais com apoio de entidades nacionais e internacionais, o desmatamento de áreas de Mata Atlântica em estágios primário e de avançada regeneração, protegidas por Lei¹²⁶. A área objeto desta denúncia - que foi acatada pelo Ministério Público que deu início à uma Ação Civil Pública, ainda em andamento – de 6.000 hectares, atualmente denominada de Estação Veracruz é reconhecida pela Unesco como Patrimônio Natural Mundial e utilizada como carro-chefe do programa ambiental da empresa.

Este embate inicial, todavia, agravou um quadro de falta de diálogo que existia entre a empresa e entidades locais. A Veracel, na percepção dos atores locais, não reconhecia (e ainda não reconhece) a legitimidade destes atores em representarem os interesses da sociedade civil da região. A empresa, quando de sua instalação na região, só vinha mantendo elos com os governos municipais locais, os quais, naquele momento, apoiavam o estabelecimento da empresa na região devido a expectativa que haveria a criação de um grande número de empregos a serem preenchidos pela população local.

Com a junção da Aracruz e da Stora Enso no controle acionário da Veracel esta situação só piorou porque as entidades locais dos movimentos ambientalistas e sociais transferiram para esta empresa as disputas que já vinham ocorrendo com a Aracruz Celulose. Da parte da empresa e de suas controladoras, apesar de no *website* da Veracel ser declarado que existe o compromisso com o diálogo, transparência e seu esforço pró-ativo de buscar mecanismos de diálogo com a sociedade dos nove municípios onde está atuando, não ocorreu tal demonstração durante a fase das pré-conferências para a Conferência Nacional do Meio Ambiente e Conferência das Cidades. Na região foi conduzido um amplo debate, envolvendo entidades não-governamentais e representantes das administrações

¹²⁶ Decreto 99547 de 25 de setembro de 1990 e Decreto 00750 de 10 de fevereiro de 1993

municipais, e de acordo com depoimentos de vários atores locais, a empresa foi convidada, mas se recusou a participar. O ponto de discórdia e não interesse em diálogo, de acordo com as entidades dos movimentos ambientalistas e sociais é que a empresa se nega a ser regulada pela proposição de que só podem ser feitos novos plantios de Eucalipto, diretamente pela empresa ou no programa de fomento, após a elaboração e promulgação do Zoneamento Ecológico e Econômico da região.

No meio deste clima de falta de troca de informações entre as diferentes partes, se insere a população de Eunápolis, totalmente desinformada sobre os impactos ambientais de uma indústria de celulose branqueada com dióxido de cloro. Os comunicados da empresa declaram que a via tecnológica adotada é o branqueamento sem a utilização de cloro livre. O público, em geral, entende que não será utilizado este elemento químico altamente cancerígeno. Mas, na verdade, o método escolhido, que utiliza dióxido de cloro, diminui a quantidade de compostos organoclorados, incluindo dioxinas, derivados do processo industrial, mas não os elimina totalmente. A maioria dos países do primeiro mundo, e especialmente os países nórdicos de onde os principais acionistas da Aracruz e Stora Enso são originários, já trocaram totalmente este tipo de tecnologia pelo uso de processos de branqueamento sem o uso de cloro. Porém, durante as audiências públicas sobre o licenciamento da fábrica, de acordo com as entidades dos movimentos ambientalistas e sociais locais, a empresa e a consultoria contratada para elaboração do EIA, além de não informar adequadamente e permitir que a população de Eunápolis tivesse voz sobre as diferentes opções tecnológicas para a produção de celulose, foi também negado amplo acesso às entidades não-governamentais aos Estudos de Impacto Ambiental elaborados para o licenciamento desta indústria junto ao órgão ambiental do estado da Bahia (CRA). A Veracel, por seu lado, alega que tal estudo era extremamente volumoso e que cópia do mesmo foi disponibilizada ao CRA que deveria decidir se a faria disponível aos grupos locais.

Outra denúncia contra a empresa é em relação à ocupação de terras indígenas com plantações de Eucalipto. Santos e Silva (2004)¹²⁷ descrevem as comunidades indígenas Pataxó, residentes na região da Barra do Cahy, Ponto Zero do Descobrimento do Brasil, área decretada como terra Pataxó (Decreto Presidencial de Fernando Henrique Cardoso), está ocupada por plantios de Eucalipto implantados por meio de aluguel de áreas de terceiros ou do fomento florestal pela Veracel. Este artigo cita que a Frente de Resistência e Luta Pataxó calcula em uns trinta mil hectares de terra que eles reivindicam e que atualmente encontra-se coberto pelo Eucalipto. Segundo as lideranças indígenas, as áreas encontram-se em estudo e a lei não permite que plantios de Eucaliptos sejam feitos a menos de dez quilômetros da terra indígena ou área de preservação. “*Mas essa lei não é respeitada*”. Na aldeia Guaxuma, parte leste da área, que está nas mãos da empresa, os índios relatam que os homens da Veracel estão destruindo plantas nativas, coqueirais, mudando o relevo da terra e atingindo as fontes de água.

As reações por parte dos índios também têm envolvido manifestações e ocupações de áreas da empresa. De acordo com Santo e Silva (2004), em Barra Velha, próxima à praia, os índios embargaram voluntariamente alguns plantios, mas não resistem às pressões da empresa que mantém o seu ritmo, semeando eucalipto e veneno na terra. Os índios denunciam que “*frutos destas ações, muitos rios e lagos foram atingidos pelo veneno aplicado pela Veracel, matando peixes de diversos tipos*”¹²⁸. Outra notícia veiculada na mídia em 27/06/2004 descreve a ocupação de cerca de 350 índios Pataxó em duas fazendas ao norte do Monte Pascoal, em Porto Seguro, extremo sul da Bahia¹²⁹. A

¹²⁷ Op. cit.

¹²⁸ Santos e Silva (2004). Op. cit.

¹²⁹ Correio da Bahia-27/06/2004 – “Tribo Pataxó mantém ocupação de duas fazendas em Porto Seguro” por Fernanda Carvalho.

primeira ocupação, na área vizinha à aldeia Boca da Mata, aconteceu no dia 21 daquele mês e a segunda, dois dias depois. Apesar da ocupação das fazendas Santa Luzia e Barreirinha ter sido pacífica, os proprietários abandonaram as propriedades. Alegando tratar-se de áreas indígenas, 70 famílias ocupam uma área de aproximadamente mil hectares de terra. A justificativa dos índios para a ocupação é que a área estava sendo negociada com a Empresa Veracel Celulose para o plantio de eucaliptos através de fomento florestal. A ação, foi liderada pela Frente de Resistência e Luta Pataxó, que reúne 12 aldeias, entre elas Corumbazinho, Guaxuma, Águas Belas, Meio da Mata, Boca da Mata, Craveiro, Tibá e outras. *"Exigimos da Funai providências para garantir a integridade física de nossas famílias e encaminhamentos para regularização do nosso território"*, comunicou a frente em nota oficial, reafirmando a luta indígena pela demarcação de terra. Novo protesto ocorreu em outubro de 2004, quando os índios bloquearam carretas carregadas de eucalipto da Veracel Celulose, na altura do Km 772 da BR-101, próximo ao município de Itamaraju e do Parque Nacional de Monte Pascoal, demandando a saída da empresa de suas terras¹³⁰.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra também vem realizando protestos contra a Veracel Celulose por meio de ocupação de suas áreas de plantações de Eucalipto. Em abril de 2004, 2.500 agricultores ligados ao MST realizaram, no município de Porto Seguro, o que o movimento declara ser a maior ocupação já registrada a uma propriedade particular na Bahia, na Fazenda Água Fria de propriedade da Veracel Celulose¹³¹. Os militantes do MST arrancaram as mudas de Eucalipto em quatro hectares da propriedade e plantaram feijão, mandioca e milho. Três dias depois, o Governador da Bahia, Paulo Souto (PFL), que havia dado um prazo de 24 horas para os sem-terra deixarem a fazenda da Veracel, para pressionar psicologicamente os sem-terra, determinou o envio de 200 policiais do Batalhão de Choque para Itabuna, cidade que fica a 150 km da área invadida. Outros cem policiais que trabalham em cidades do extremo sul do estado também foram deslocados para Itabuna¹³². Cinco dias depois, quando a empresa obteve na justiça a reintegração de posse da área e o INCRA prometeu desapropriar 30 mil hectares ainda este ano na região para assentar os colonos, os sem-terra ligados ao MST desocuparam a área¹³³.

As razões do MST para os protestos direcionados à Veracel é a percepção por parte dos trabalhadores rurais e entidades sociais e ambientais de que a empresa, mais especificamente, mas também plantios de Eucalipto em geral, têm ocasionado a exclusão de centenas de famílias da região, desde sua instalação, e que vem promovendo a concentração de terras no Extremo-Sul. *"A implantação da monocultura do eucalipto derrubou milhares de hectares de matas nativas, interferindo na biodiversidade"*. A mobilização do MST nas terras da Veracel marcou, de acordo com um comunicado da entidade, uma nova fase de luta pela Reforma Agrária, ao questionar o conceito de propriedade produtiva, travando o debate sócio-ecológico¹³⁴.

Esta preocupação com o modelo de ocupação territorial por plantações de Eucalipto da Veracel Celulose e de outras empresas no extremo sul da Bahia também começa a ser compartilhada por alguns administradores públicos. No município de Belmonte, por exemplo, foi feita uma tentativa de promulgação de legislação municipal controlando estas práticas. Na Lei Orgânica do Município (no.

¹³⁰ Correio da Bahia – 20/10/2004 – “Índios fazem protesto e bloqueiam a BR 101” por Paloma Jacobina; e O Globo *online* – 21/10/2004 – “Índios mantêm bloqueio a carretas carregadas de eucalipto na Bahia”.

¹³¹ Folha *online* 05/04/2004

¹³² Agência Folha, em Salvador - 07/04/2004 “Governador baiano dá 24 horas para sem-terra deixar fazenda” por Luiz Francisco.

¹³³ O Estado de São Paulo – 09/04/2004 – “Depois de cinco dias, sem-terra deixam fazenda da Veracel”.

¹³⁴ <http://www.mst.org.br/informativos/mstestados/ultimas138.htm>.

021/2001) no Artigo 2º declara que: *“Fica proibido o plantio de qualquer espécie de eucalipto (Eucalyptus spp) num raio de 35 (trinta e cinco) quilômetros da Sede do município, e de 05 (cinco) quilômetros dos distritos de Mogiquiçaba e Boca do Córrego e dos povoados de Barrolândia e Santa Maria Eterna”*. A Veracel quando consultada sobre esta legislação declarou que a mesma havia sido revogada. E no jornal online Atlântica News de 24/11/2003 foi publicada uma nota de um residente de Belmonte denunciando o plantio de Eucalipto a menos de 20 km da sede do município e que quando o Prefeito foi indagado sobre a legislação declarou não se recordar da mesma.

A demanda da população de Belmonte por controle dos plantios de Eucalipto ganham legitimidade diante da ocorrência de fatos como o documentado pelo IBAMA em 09 de março de 2005 quando foi constatado pelos fiscais do órgão, durante sobrevôo semanal de monitoramento, o desmatamento de 19,5 hectares de Mata Atlântica, na Fazenda Igarapé Amapá, em Belmonte, em uma área em estágio avançado de regeneração e Área de Proteção Permanente (APP)¹³⁵. A área está arrendada à empresa Trevo Florestal Ltda, desde março de 2004, para plantio de eucalipto. A área pertence à Bassi, Comércio e Indústria Ltda, antiga Imasa, detentora de um plano de manejo florestal suspenso. Conforme o IBAMA, a empresa possui licenciamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, para plantio de eucalipto, mas foi emitido baseado no pressuposto de que a cobertura existente era de pastagem. O responsável pela Trevo Florestal, entrevistado para esta matéria, declarou em reunião no IBAMA, em Eunápolis, que a decisão do plantio nessa área foi baseada em ortofotocartas fornecidas por uma empresa de celulose - a Veracel Celulose, que, segundo eles, demonstravam que a área era passível de desmatamento. A empresa já assumiu sua ligação com o caso e no momento a área está embargada e somente a Trevo Florestal foi multada.

Também em Porto Seguro, em 200, foi aprovada pela Câmara de Vereadores, por unanimidade, em segunda e definitiva votação, o Projeto de Lei nº 57/2001, do Vereador Odeide Moreira, que proíbe mais plantio de eucalipto e de pinheiro em todo o município de Porto Seguro. Justificando verbalmente seu projeto, este Vereador *“acusou a Veracel de não ter em nada contribuído para o desenvolvimento de Porto Seguro, e que aqui a empresa não construiu sequer uma escola. O argumento, muito fraco, porque construir escola não é dever de empresa privada, mostra que o vereador não está preocupado com o que seja ‘politicamente correto, socialmente justo e ambientalmente sustentável’, nem está em busca de ação articulada com entidades ambientais. Completando o vereador Moreira, Manoel Alves foi feliz ao afirmar que mesmo que a Veracel tivesse construído escolas e outros equipamentos comunitários em Porto Seguro, tudo que ela teria feito seria pouco, pois há certos prejuízos que são irreparáveis”*¹³⁶.

Também abrangendo o município de Porto Seguro e outras áreas litorâneas existe a condicionante no. 61 da licença de localização industrial da Veracel Celulose -Resolução CEPRAM 1.115/95 (31/10/95), cujo texto é: *“manter a distância mínima de 10 km da costa para o plantio de eucaliptos, devendo-se ampliar a área de reflorestamento, passando a abranger todos os municípios já licenciados pela resolução 708/93 (L.L.) mantendo-se o limite dos 47.000 ha de efetivo plantio, já licenciados anteriormente por este conselho, até a solicitação de licença de ampliação para os restantes 49.000 ha, perfazendo o global dos 96.000ha necessários ao projeto”*.

E recentemente, em Canavieiras foi promulgado um Decreto (60/2005) regulamentando a lei municipal 700/2004 controlando o plantio de Eucalipto, mas não se obteve mais informações sobre esta legislação.

¹³⁵ A Tarde online – 09/03/2005 – “Mata Atlântica tem nova área desmatada em Eunápolis” por Maria Eduarda Torales.

¹³⁶ Muralnet - www.muralnet.jor.br/03/02/24/apub_b.asp.

As posições atuais da Stora Enso, sobre os conflitos sócio-ambientais em relação à plantações de árvores, são expressas na entrevista concedida pelo **Vice-presidente da Divisão Latino Americana da StoraEnso** – Otávio Pontes, transcritas a seguir:

Otávio Pontes – Vice-presidente da Divisão Latino Americana da StoraEnso.

Entrevista realizada em 21/02/2005 na sede da empresa em São Paulo.

1. Conhecimento ou envolvimento em conflitos de interesses e/ou disputas relacionados a plantios industriais de árvores.

***Pontes:** Desconhece a atuação da Aracruz antes de 2000, quando essa empresa firmou acordo com a StoraEnso para criação da Veracel. Depois dessa data tem observado que a Aracruz tem sido muito responsável em suas atividades e intervenções no Espírito Santo e sul da Bahia. Reconhece que houve um crime ambiental nessa região, em que a mata foi praticamente suprimida em 50 anos, mas não sabe avaliar o grau de participação da Aracruz nesse processo. Não sabe se o empreendimento florestal foi causa ou consequência desse desmatamento. No entanto, algumas evidências históricas indicam que no sul da Bahia os principais agentes do desmatamento foram as madeireiras que migraram do norte do Espírito Santo. Eunápolis chegou a ter 12 mil serrarias entre as décadas de setenta e oitenta.*

No entanto, o fato de haver plantações com árvores altas em uma determinada região torna o empreendimento muito notado, o que aguça a reação de algumas ONGs que não admitem o modelo de florestas para fins industriais.

Para reduzir os impactos e reações, a Veracel trabalha com limites de áreas plantadas em cada município, respeita uma faixa de dez quilômetros de distância da linha de costa (acordo com o CRA / BA de 1995) e só utiliza por volta de 50% de suas terras para o reflorestamento com eucalipto.

No mais, a fábrica para produção de celulose tem tecnologia que impede que o odor se alastre por mais de dois ou três quilômetros e seus efluentes serão lançados a montante do ponto de captação de água do rio Jequetinhonha, como garantia de que não haverá impactos ao corpo d'água. O único impacto que pode ocorrer ao rio é o de aumento localizado da temperatura da água, mas não acredita que isso possa trazer problemas ambientais, mesmo porque o Jequetinhonha já está bastante degradado em função do corte de suas matas ciliares.

Dessa forma, a preocupação que alguns representantes do setor turístico tinham sobre impactos aos atrativos da região são infundados e acredita que a qualidade ambiental do Jequetinhonha pode ser melhorada, caso se proceda à recomposição de suas matas ciliares.

Com relação aos índios pataxós do sul da Bahia, a maioria de suas aldeias está localizada próximo à região litorânea e o fato de a Veracel não realizar plantações a uma distância de dez quilômetros da linha de costa impede que haja conflitos de interesses ou concorrência de usos da terra. O único ponto onde as plantações da empresa se aproximam de uma aldeia indígena é nas cercanias do Monte Pascoal. A comunidade indígena local reivindica a demarcação de 70 mil hectares, dos quais a Veracel é proprietária de apenas 2 mil. O restante da área constitui-se de aproximadamente 300 fazendas. Se essa área for homologada, pode haver um conflito jurídico com a Veracel, que não concorda com as dimensões demandadas para demarcação, mesmo porque irá provocar um considerável impacto econômico na região. No mais, a reivindicação pataxó remonta ao final de 1999, quatro anos após a obtenção de licenciamento para o início das plantações de eucalipto nas áreas da Veracel.

Além disso, não crê que possa estar havendo qualquer impacto ambiental nas proximidades da aldeia porque as técnicas de plantio utilizam apenas fertilizantes (6 meses antes e 6 meses após o início da plantação), um herbicida biodegradável (não clorado) e formicida flocculado, o qual é carregado pelas formigas para seus ninhos. A empresa atenta para que não haja drenagem para as bacias hidrográficas e o rio Santo Antônio é o maior exemplo desse cuidado. Acusações de que possa estar ocorrendo intoxicação de animais ou poluição de corpos d'água devem ser investigados, inclusive por meio da realização de autopsias nos animais eventualmente contaminados.

No que se refere a possíveis conflitos com pecuaristas locais há que se levar em conta que a Veracel nunca foi agressiva na compra de terras, até mesmo para que não houvesse uma repentina valorização do preço do hectare. No sul da Bahia a situação fundiária é caracterizada pela ocorrência de grandes fazendas de gado, cujos proprietários não residem na região e utilizam-nas como investimento. Em geral, há uma cabeça de gado por hectare e poucos empregados contratados. Do ponto de vista do proprietário, como investidor, não há laços que os prendam às terras e, dependendo das ofertas, vendem as fazendas e compram outras em municípios ou regiões onde o valor do hectare seja mais vantajoso. Não procede a informação de que o empreendimento Veracel determinou o aumento do preço do hectare na região, mesmo porque estudos realizados demonstram que os motivos para variação dos valores das terras nessa região têm sido os preços do litro do leite e da arroba de carne. Além disso, a curva histórica de variação do valor do hectare em dólares americanos, desde o início do empreendimento florestal na região, não tem oscilado mais que 20% para cima ou para baixo.

Da mesma forma, os proprietários rurais que se dedicam à agricultura não têm muitas alternativas de cultivo e em vez de se oporem à ocorrência da Veracel, têm visto o fomento de eucalipto como uma alternativa segura de investimento. A falta de uma época seca no sul da Bahia não favorece o cultivo de grãos e outras tentativas realizadas, como por exemplo, os cultivos de café, cítricos e frutas não produziram resultados satisfatórios. A única cultura que tem subsistido é a de mamão, mas mesmo assim, a alta carga de agro-químicos utilizada nos tratamentos agrícolas faz com que seja uma cultura nômade: para dois anos de produção, as terras têm que ser deixadas em descanso por outros cinco anos. Dessa forma, o cultivo de mamão não é compatível com a disponibilidade de recursos de pequenos e médios produtores e tem se dado de forma rotativa entre Eunápolis e o norte do Espírito Santo.

Em razão desse quadro é também infundada a afirmação feita por movimentos sociais de que as atividades da Veracel comprometeram a produção local de alimentos: além da Veracel não se interessar pela compra de pequenas propriedades, as características climáticas e fundiárias dessa região nunca permitiram a produção diversificada de gêneros alimentícios, os quais sempre foram importados do sudeste, notadamente do estado de São Paulo.

Ainda relacionado à negociação de terras por parte da Veracel, é necessário lembrar que esse empreendimento foi iniciado no final dos anos oitenta pela Companhia Vale do Rio Doce, que adquiriu 40 mil hectares, dos quais mil foram experimentalmente plantados com eucalipto. Em 1991, quando a Odebrecht assumiu o controle acionário do empreendimento, foi iniciado o plantio florestal nos 39 mil hectares restantes, os quais estavam sendo utilizados para pastagem. O processo de aquisição de novas terras para produção de celulose só voltou a ser mais intenso entre 1994 e 1998 e atualmente a empresa é proprietária de 165 mil hectares distribuídos por nove municípios.

Em 1992 foi expedida a primeira licença florestal abrangendo um total de 56 mil hectares. Em 1994, após denúncia de desmatamento de uma área inferior a 100 hectares, feita pela ONG Greenpeace no ano anterior, foi solicitada e obtida uma nova licença que contemplava a ampliação do limite de plantio para 96 mil hectares e a instalação da fábrica de celulose em Eunápolis.

No que se refere à denúncia de desmatamento, é preciso ter em conta que no começo dos anos 90 era permitido o corte raso de coberturas florestais classificadas como secundárias e a empresa tinha licença para desmatar a área em questão. No entanto, como é polêmica a interpretação sobre os estágios de conservação das formações florestais, após 1994 o empreendimento só realiza plantações em áreas totalmente desmatadas e não adquire terras que tiveram suas matas suprimidas após 1994, de acordo com um sistema de informações geográficas, alimentado por uma série histórica de imagens aéreas.

Atualmente a Veracel tem 70 mil hectares plantados com eucalipto, estando prevista para breve a expansão da plantação em outros 8 mil hectares. Os contratos de fomento representam mais 13 mil, totalizando uma área de 91 mil hectares.

Quanto aos contratos de fomento, como já afirmado, têm sido uma boa opção para os proprietários rurais da região, por diversificar a produção e representar um investimento em médio prazo. A crescente demanda por contratos corrobora essa afirmação. Para a empresa, em termos estritamente relacionados à oferta de matéria-prima, o fomento não chega a ser vantajoso, dado que estudos realizados por outras companhias demonstram que sua produtividade média representa cerca de 70% da produtividade dos plantios próprios. No entanto, em termos políticos, os contratos de fomento são importantes por envolverem outros atores, propiciando, em certa medida, o estabelecimento de parcerias locais e a divisão das responsabilidades relacionadas ao empreendimento.

Com relação às acusações de que os contratos de fomento podem aumentar as irregularidades relativas à legislação ambiental, a argumentação da empresa é a de que os contratos são regidos por cláusulas rígidas para evitar agressões ao meio, além de estarem previstas ações sistemáticas de monitoramento das áreas plantadas. Independente disso, antes da assinatura dos contratos são feitas vistorias nas propriedades e apenas as áreas que forem identificadas como desmatadas antes do ano de 1994 são demarcadas para plantio. No mínimo, seria contraditório a empresa se preocupar com a rígida observância da legislação ambiental no desenvolvimento de suas atividades e permitir infrações nas áreas fomentadas. De qualquer forma, melhor avaliação da relação custos e benefícios dos contratos de fomento só será possível entre 2006 e 2007, época em que se realizarão os primeiros cortes nas áreas plantadas.

2. Dinâmica dos Processos de Negociação e de Resolução de Conflitos

A Veracel é uma empresa aberta a negociações e absorção de sugestões para aprimoramento de sua integração à região. Nesse sentido, a StoraEnso é uma grande incentivadora para que o relacionamento com as partes envolvidas seja constante e se dê de forma transparente.

Com os segmentos políticos estadual e regional, partes fortemente envolvidas com o empreendimento, as relações se dão de forma diferenciada: com o executivo e legislativo da esfera estadual as relações têm sido pautadas por negociações sérias e pró-ativas, diferente das experiências vividas pela Aracruz no Espírito Santo durante a gestão passada. Com o segmento regional, registra-se uma tendência dos governos municipais procurarem obter algumas vantagens com a ocorrência da empresa, podendo, em alguns casos, os procedimentos utilizados serem considerados tentativas de achaques. Em determinados municípios foram ensejadas tramitações para aprovação de leis que limitavam as áreas de plantio, mas por serem inconstitucionais, não vingaram. Nesses casos podia-se observar claramente a tentativa de se criar dificuldades para se vender facilidades.

No entanto, a Veracel procura atender as demandas que considera pertinentes dos executivos e legislativos municipais, além de financiar campanhas políticas dos partidos em épocas de eleições. Todos os valores referentes a esses gastos são devidamente declarados nos relatórios anuais da empresa, que podem ser consultados por qualquer indivíduo ou grupo interessado.

A empresa não considera satisfatória essa situação, mas entende que a região apresenta uma série de carências, além de ter sido criada a expectativa que poderia resolver grande parte de seus problemas por meio da realização de obras e patrocínio de serviços, notadamente os públicos.

Reconhece, entretanto, que uma das principais dificuldades na política de relações públicas da Veracel é a falta de conhecimento da pluralidade de segmentos sociais e econômicos da região, fato que não permite que se relacione de forma adequada e direta com a população. Em consequência disto, os interlocutores continuam sendo as autoridades públicas e a sociedade permanece alimentando expectativas sobre o papel da empresa.

Essa situação começa a se alterar em função de uma rodada de reuniões públicas que a empresa está realizando na região em razão do processo de certificação de sua produção. No entanto, as questões e demandas registradas nessas reuniões ainda demonstram que a Veracel é vista como o principal agente de transformação regional e as expectativas são as de que venha suprir todas as carências e lacunas da administração pública das três esferas governamentais.

Conflitos fundiários também estão ocorrendo com outras empresas do setor de base florestal atuando na Bahia. Estes casos que serão relatados a seguir foram informados pelas próprias empresas quando consultadas para este Diagnóstico. Estas empresas são a Duratex e a Bahia Pulp.

A Duratex possui a maior parte de suas plantações no estado de São Paulo e no Rio Grande do Sul (ver mais sobre esta empresa nesta seção), onde suas operações são certificadas pelo sistema FSC desde 1995. Mas, esta empresa atua também no município de Gravataí no Rio Grande do Sul e no litoral norte da Bahia.

A Bahia Pulp também atua na mesma região nordeste do estado da Bahia, mas com plantações distribuídas por 16 municípios (ver base de dados), além da fábrica de polpa de celulose kraft solúvel no Pólo Industrial de Camaçari. A Bahia Pulp é uma empresa criada da fusão da Bacell (ex-KLABIN) com a empresa florestal Copener que era controlada pela Norcell S.A. Em 2003 a Klabin vendeu sua participação acionária de 81,711% para a RGM International PTE Ltd (RGM), grupo empresarial asiático, sediado em Singapura.

Com a Duratex ocorreram dois casos, no município de Esplanada e foram assim contextualizados e descritos pela empresa quando consultada para este Diagnóstico:

“Nas regiões do país onde a titulação das terras carece de solução jurídica definitiva e está marcada pela grilagem e os esquemas cartoriais, com a presença fragilizada dos representantes do estado para assegurar o cumprimento da lei, os conflitos socioambientais tendem a ser muito graves em função da conjugação de fatores como a especulação imobiliária, a grilagem de terras e as invasões por grupos marginais que agem em nome da reforma agrária. Verifica-se também nessas áreas conflituosas que a presença de empresas legalmente constituídas rompe usos e costumes das relações trabalhistas vigentes entre o proprietário da terra e o empregado rural. Nestas circunstâncias, as empresas florestais, por exemplo, são pressionadas por lideranças locais, mais comumente pelos “coronéis” e os políticos sob sua influência, por introduzirem o trabalho registrado em carteira, pagamento regular de salários que muitas vezes ficam acima da média regional e o oferecimento de outros benefícios até então inexistentes na região. O empreendimento florestal passa a ser visto como a causa da perda do poder político tradicional e, portanto deve ser combatido. Os episódios registrados na Duratex e que se enquadram nesse cenário foram:

Episódio 1, ocorrido na Bahia, município Esplanada entre 1989/1991 – Uma das propriedades da empresa foi invadida por militantes de um movimento pela reforma agrária. Os ocupantes

instalaram um acampamento com barracas e outras construções improvisadas. Também definiram limites além do qual estranhos e pessoas não autorizadas não poderiam passar. Tomadas as providências jurídicas a área foi desocupada mediante decisão judicial e acompanhamento das autoridades policiais. Tempos depois, em função da percepção da amplitude da questão social, a empresa negociou outras áreas com as cooperativas dos trabalhadores rurais. Estes adquiriram as áreas da Duratex a preços simbólicos. O episódio foi marcado pela presença nas negociações de um líder religioso da igreja católica que apresentou o histórico da área a qual, segundo ele, pertencia a igreja, foi grilada e posteriormente vendida para empreendedores que antecederam à Duratex na posse da área.

Episódio 2, ocorrido na Bahia, entre 1989 e 1990. – Um confrontante de uma das fazendas da empresa passou a reivindicar a construção de cercas e o direito de passagem, passando a demandar direitos sobre áreas e a indicar uma série de transtornos que a empresa estaria lhe causando. Os gestores locais viram esgotadas as possibilidades de negociação direta com o confrontante e, em uma das visitas do diretor florestal este foi pessoalmente dialogar com o confrontante e saber dele o que estava acontecendo. A figura do diretor induziu o confrontante a revelar sua real preocupação em relação à presença da empresa. Na verdade o que o incomodava era o fato de a empresa pagar salário base da categoria e ter todos os empregados registrados, criando uma condição nova nas relações trabalhistas do local. O diretor explicou que estava obrigado a cumprir a legislação trabalhista, procurando motivar o confrontante a adotar procedimento equivalente”.

O caso da *Bahia Pulp* ocorreu no município de Inhambupê, em junho de 2004 e é assim relatado pela empresa, de acordo com respostas enviadas para este Diagnóstico:

“A área invadida foi a sede da Fazenda Matinha. Na negociação evidenciamos que a fazenda era produtiva (plantio de Eucalipto), bem como que as demais áreas estavam averbadas como reserva legal e preservação permanente (se invadida é crime federal contra o meio ambiente). Como o grupo era do MST, também convidamos para uma reunião a inteligência da Polícia Militar (para garantir a ordem), nosso advogado, o secretário do meio ambiente de Alagoinhas (PT) e o líder regional do MST. Diante de um mandato judicial, previamente solicitado, e com uma área alternativa disponibilizada pela prefeitura de Alagoinhas estes, após uma reunião interna, saíram ao anoitecer. Toda a operação foi acompanhada por nossos encarregados de vigilância patrimonial”.

Em relação à áreas de plantações atualmente pertencendo à *Bahia Pulp*, e à outros grupos empresariais, foram também encontradas informações sobre denúncias de cinco associações comunitárias da região de Sauípe (litoral norte) - Associação Comunitária dos Produtores e Trabalhadores Rurais do Médio Sauípe; Associação dos Pequenos Agricultores de Curralinho e Adjacência; Associação dos Moradores de Sauípe; Associação de Moradores e Amigos de Massarandupió; Associação de Artesãos de Sauípe, que por meio de um manifesto escrito reivindicam o apoio junto aos órgãos competentes e a comunidade em geral. O texto do manifesto é o seguinte:

“São mais de trezentos posseiros filiados em Associações, algumas delas atuando na região há mais de cinco anos, que ocupam uma faixa de terra localizada entre a Praia do Forte e a Praia de Massarandupió, próximo às margens da Linha Verde. Além de ser parte integrante da Mata Atlântica, essa terra é também considerada Área de Proteção Ambiental Litoral Norte.

O Objetivo principal dessas Associações é promover o bem estar da comunidade e o desenvolvimento auto sustentável da região, de maneira ordenada e planejada, buscando reduzir os impactos negativos sobre a fauna e a flora silvestre, estabelecendo refúgios compensatórios para a fauna, evitando assim prejuízos para o meio ambiente.

Para isso buscamos parcerias com o Banco do Nordeste e EBDA, além de entidades ligadas a permacultura e agricultura orgânicas, através das quais foram realizados cursos e palestras que contaram com a participação ativa da comunidade.

São posseiros que retiram da terra o seu sustento (anexo 3), alguns vêm lutando e resistindo às investidas de empresas como Barreto de Araújo, COPENER, Indústria de Papéis Santo Amaro e, atualmente, KLABIN BACELL S.A. e PACAB BRASIL LTDA., há mais de 30 anos.

Em outubro de 2001, a comunidade foi surpreendida com a notícia, através de jornal, que as áreas ocupadas, juntamente com outras, totalizando 18 mil hectares, estariam sendo leiloadas pela massa falida da Indústria de Papéis Santo Amaro.

Novamente ameaçados, os posseiros buscaram resguardar seus direitos encaminhando ofício à Exma. Sra. Juíza de Direito da Vara Cível de Santo Amaro, Dra. Maria do Carmo Caribe, através da advogada Dra. Maria Antônia dos Santos Ferreira OAB-BA 6910.

Em total desrespeito às leis, funcionários da KLABIN BACELL S.A. e da PACAB BRASIL LTDA., munidos de moto serra, escoltados por homens fortemente armados, começaram a intimidar os posseiros através de ameaças, destruindo cercas, plantações e casas, na tentativa de expulsá-los. Diante de tal situação, a Dra. Maria Antônia, representante legal dos posseiros, entrou com um pedido de liminar requerendo a Manutenção na Posse, dessa vez junto à Comarca de Mata de São João, conforme documento datado de 27 de novembro de 2001.

Os posseiros continuaram a sofrer ameaças, agressões e destruições. É um verdadeiro ato de vandalismo e desrespeito para com a justiça o que vem sendo praticado por essas empresas na região (KLABIN BACELL S.A. e PACAB BRASIL LTDA.).

No mês de abril/2002 o jornal A TARDE publicou a primeira de uma série de reportagens sobre os acontecimentos. Com a divulgação dos fatos, que se tornaram público, o movimento dos posseiros foi fortalecido.

A Dra. Laura Scallda Ferri Pessoa Ferraz, M.D. juíza de direito da comarca de Mata de São João, marcou uma Audiência de Justificação para o dia 9 de agosto/2002. A KLABIN, através de seus prepostos, desembarcou na área, no dia 19 de julho/2002, dois tratores de esteira e reiniciou o processo de destruição visando, não somente as benfeitorias dos posseiros, mas também a própria Mata Atlântica. Com dois tratores avançando em paralelo atrelados a uma grossa corrente, processo bastante conhecido, poucos dias são o suficiente para uma destruição sem precedentes.

Graças ao empenho da Doutora Aurivana Curvelo, Promotora da Comarca de Mata de São João, e a presteza da Delegacia do Meio Ambiente – Praia do Forte, no mesmo dia 22 (segunda-feira) o ato criminoso foi interrompido. Porém a trégua durou pouco, pois os tratores recomeçaram a marcha da destruição 8 dias depois, dia 29 de julho.

No dia seguinte, 30 de julho/2002, informada pela advogada dos posseiros, a Promotora da Comarca de Mata de São João, Dra. Aurivana Curvelo, encaminhou ofício ao IBAMA solicitando inspeção no local”.

Não foram encontradas mais informações sobre o desfecho deste caso e as entidades dos movimentos ambientalistas e sociais atuando na região que também foram contatadas, até o fechamento deste Diagnóstico não proveram quaisquer outras informações sobre o assunto.

Rio de Janeiro

A questão de conflitos sócio-ambientais no Rio de Janeiro, em parte, pode ser comparada com a situação no Rio Grande do Sul de um estado de “tensionamento” porque, na verdade, os monocultivos de árvores que existem no estado ainda ocupam uma área física relativamente pequena para gerarem um estado de conflito. Mas por outro lado, desde 2001, como será descrito a seguir, começou a se armar no estado uma condição conflituosa quando a Aracruz Celulose anunciou planos de estabelecer plantios no norte do estado do Rio de Janeiro. A cronologia dos eventos relacionados será descrita em detalhes a seguir. Apesar deste ser o único caso ocorrido, até o momento, no Rio de Janeiro, a análise detalhada dos elementos que o compõe e da amplitude de atores envolvidos permite o entendimento do contexto, em geral, por detrás do surgimento e crescimento de conflitos sócio-ambientais em relação à plantações de árvores.

O processo se iniciou quando a Aracruz Celulose assinou, em novembro daquele ano, com o então Governador Anthony Garotinho, um Protocolo de Intenções para o plantio de 42 mil hectares de Eucalipto na área do município de Campos dos Goytacazes. Como descrito por Pedlowski e Föeger (2004)¹³⁷: *“Este Protocolo foi apoiado explicitamente pela Federação de Industrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) , mas acabou desencadeando uma mobilização política que reuniu amplos setores da sociedade civil fluminense, especialmente no município de Campos dos Goytacazes. Esta reação concentrada no município de Campos deu-se pelo fato de que o município seria o ponto focal para o plantio e distribuição da produção fluminense de eucalipto com destino às plantas industriais da Aracruz no Espírito Santo”*.

Estes autores apontam ainda que: *“A reação política à assinatura do Protocolo de Intenções acabou resultando na formação de alianças entre setores que normalmente estão em campos políticos opostos, o que revela a profunda oposição que a presença da Aracruz desperta. A luta política desenvolvida por estes setores não envolve apenas a mobilização da sociedade civil, através da formação de redes de organizações, reuniões e manifestações publicas, mas também a elaborações de leis que visam a disciplinar a utilização de terras para o plantio industrial de Eucalipto, refletindo diretamente a experiência já adquirida no Espírito Santo”*.

Esta visita do Governador Anthony Garotinho à Aracruz, no Espírito Santo, ocorreu no momento em que era aprovada a Lei 6.780/2001 do Deputado Nasser Youssef. Em seguida ao Governador do Rio, o então Secretario Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – André Correa também visitou a empresa. Foi então contratado como representante da Aracruz Celulose no município de Campos um empresário do setor imobiliário que passou a articular várias outras visitas ao Espírito Santo de autoridades e membros da sociedade civil do norte fluminense, e entre estes o Prefeito de Campos – Arnaldo França Vianna e mais quatro prefeitos de outros municípios da região.

Mas uma destas comitativas foi integrada por três membros da Comissão de Meio ambiente da Câmara Municipal de Campos e representantes de entidades da sociedade civil que ao retornarem começaram várias articulações políticas para barrar a entrada do Eucalipto na região. Na Comissão de Meio Ambiente, os Vereadores Nildo Cardoso e Dante Lucas Pinto, sendo este último líder do governo, e ambos representantes dos interesses dos ceramistas, uniram-se ao Vereador Renato

¹³⁷ Pedlowski, M. A. e T. J. Föeger (2004). Transgredindo escalas e estabelecendo parcerias inusitadas na luta pela justiça ambiental: o caso da mobilização contra a cultura de eucalipto no Rio de Janeiro. Conflito Social e Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro. H. Acselrad. Rio de Janeiro, Relume-Dumará. 127-149pp.

Barbosa, este ligado aos trabalhadores da indústria petrolífera para estabelecer várias ações e “*impedir a ocorrência dos mesmos desmandos e danos ambientais ocorridos no Espírito Santo*”¹³⁸.

Assim foi dado início à elaboração e aprovação de uma lei municipal semelhante à do estado do Espírito Santo, atrelando o plantio de Eucalipto ao Zoneamento Ecológico Econômico. Estas articulações trouxeram para o debate várias outras organizações da sociedade civil como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Centro Norte Fluminense para a Conservação da Natureza (CNFCN) e a seção municipal da Ordem dos Advogados do Brasil em Campos.

No início de 2002, ocorreram uma série de eventos simultâneos no norte fluminense e na cidade do Rio de Janeiro, que enfocavam nos poderes legislativos municipal e estadual, e que, ao mesmo tempo, refletiam a escalada do debate e os rumos do processo. Em março o MST realizou um ato publico em frente ao Palácio Laranjeiras, sede do governo estadual, na cidade do Rio de Janeiro, cobrando do governo os recursos prometidos para a reforma agrária no estado e, especificamente, o cancelamento do Protocolo de Intenções com a Aracruz Celulose. O discurso proferido enfocava na incompatibilidade da monocultura do Eucalipto com a reforma agrária. Também durante este ato foram divulgados dois requerimentos – da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro e outro assinado em conjunto pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA-RJ), FASE, MST, CPT e outras entidades da sociedade civil, requisitando informações ao Governador sobre este Protocolo.

Na primeira semana de abril, quando o Governador Garotinho, então candidato à Presidência da República, se afastou do cargo, que foi assumido pela Vice-Governadora Benedita da Silva, 100 ativistas do MST protocolaram uma medida cautelar junto ao Ministério Público Estadual contra o Protocolo. Nesta mesma ocasião estava sendo realizada uma reunião no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro organizada pela Associação Profissional dos Engenheiros Florestais do Rio de Janeiro (APEFERJ), com apoio do CREA-RJ e do Movimento de Cidadania pelas Águas, para discussões de temas relacionados ao Protocolo de Intenções. De acordo com Pedlowski e Föeger (2004), ao tomarem conhecimento da realização desta reunião os militantes do MST se dirigiram ao local, o que acabou ocasionando a finalização da mesma.

Um comunicado da APEFERJ¹³⁹, disponível na rede *web*, declara que a intenção do seminário intitulado “Os impactos do Eucalyptus” era de confrontar posições antagônicas, tendo sido convidados representantes da Aracruz Celulose, da Associação de Engenheiros Florestais do Espírito Santo, da FASE Regional do Espírito Santo e da FASE Nacional (Rio de Janeiro), do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (PNUMA), professores do Instituto de Florestas da UFRRJ e outros acadêmicos e pesquisadores ligados à ONGs. Ao longo da seção de debates ficou caracterizado um cenário além de posições antagônicas, mas de antagonismos concretos, com troca de acusações entre os presentes. E entre os posicionamentos extremos se colocavam os acadêmicos e engenheiros florestais, mas também ora defendendo as plantações de Eucalipto, ora criticando-as.

Na seqüência, em Campos, ocorreu uma audiência publica organizada pela Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal para discussão dos possíveis benefícios ou impactos negativos da implantação de monocultivos de Eucalipto na região. Neste evento a Aracruz esteve presente como também representantes de dezoito entidades da sociedade civil do Espírito Santo e Rio de Janeiro, empresários do setor ceramista e o Deputado Estadual Carlos Minc. Os resultados desta audiência

¹³⁸ Pedlowski e Föeger (2004).

¹³⁹ www.crea-rj.org.br/apeferj/eventosimpactos.htm

foram: o compromisso de elaboração de uma lei municipal à semelhança da que havia no Espírito Santo e a demanda de um posicionamento semelhante da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro.

A lei municipal do município de Campos foi elaborada em colaboração com o Deputado Estadual do Espírito Santo Nasser Youssef e a Rede Alerta contra o Deserto Verde. A Lei Municipal 7.282/2002 foi aprovada pela Câmara Municipal de Campos em 05 de junho de 2002 e promulgada pelo Prefeito Arnaldo Vianna em 23 de agosto do mesmo ano. Esta lei inclui uma série de dispositivos para coibir a expansão denominada de descontrolada da monocultura de Eucalipto no município de Campo, como por exemplo, a proibição de qualquer tipo de arrendamento ou cessão de terreno à terceiros para o plantio de Eucalipto. Além do mais, as secretarias municipais de Meio Ambiente e Agricultura devem apresentar relatórios sobre os impactos ambiental, agrícola e social provocados nos ecossistemas e comunidades humanas localizados nas proximidades de plantações industriais de Eucalipto. E também, não poderá haver plantios em terras classificadas como produtivas e nem a uma distancia inferior a mil metros dos mananciais. Para concluir, o percentual de área territorial a ser ocupada com plantios de Eucalipto para fins industriais não pode ultrapassar 3% do município e a cada 600 ha de área plantada se torna obrigatório a formação de um corredor de essências florestais de Mata Atlântica.

Então, as organizações ligadas ao movimento sendo liderado pela Rede Alerta contra o Deserto Verde, MST, CPT e CREA_RJ resolveram organizar, nos dias 8 e 9 de maio de 2002, dois seminários simultâneos - na cidade do Rio de Janeiro, na sede do CREA-RJ e na cidade de Campos, no Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) com o título “Os risco da monocultura do Eucalipto e alternativas de desenvolvimento”. Em Campos, este seminário reuniu os Deputados Estaduais Nasser Youssef (ES) e Carlos Minc (RJ), representantes da Rede Alerta contra o Deserto Verde, representantes da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal de Campos, da Assembléia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente (APEDEMA), da CUT-RJ, do MST, incluindo dezenas de assentados, da CPT, da Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETRAGRI), da Associação dos Engenheiros Agrônomos, da OAB, do INCRA e do IBAMA. Como descrito por Pedlowski e Föeger (2004), a exibição do vídeo “Cruzando o Deserto Verde” produzido pela Rede Alerta contra o Deserto Verde *“para denunciar os danos socioambientais da monocultura de eucalipto da Aracruz no Espírito Santo e na Bahia, gerou intensos debates durante o seminário”*.

Também citado por estes autores é o fato que: *“A decisão mais importante tomada durante a realização do seminário foi a criação da Rede Fluminense contra o Deserto Verde”*. Mas se por um lado, a criação desta Rede representou uma ação organizada no confronto com a Aracruz Celulose coordenando as ações no Espírito Santo, Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, e alcançando o primeiro resultado quando do cancelamento do Protocolo de Intenções (em 24 de julho de 2002), pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente do RJ, depois que assumiu Liszt Vieira, já no governo de Benedita da Silva. Por outro lado, a multiplicidade de atores e a falta de uma coordenação organizada e centralizada das estratégias de ação levaram à desmobilização do movimento assim que estava encaminhada dentro da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) a lei do Zoneamento do estado.

Especificamente sobre a Lei do Zoneamento Ambiental do Rio de Janeiro que foi aprovada pela ALERJ e sancionada pela Governadora Rosinha Garotinho em 02 de janeiro de 2003, das três propostas individuais e distintas, originalmente submetidas, em abril de 2002, pelos Deputados Carlos Minc (PT), Wolney Trindade e Pastor José Divino, ambos do PMDB, acabou ficando o projeto de Minc com contribuições dos outros dois. Quando do processo eleitoral de 2002 os debates sobre o tema foram relegados ao segundo plano. Naquele momento, a adesão da FIRJAN à proposta da

Aracruz, como defensora do programa de fomento, contribuiu para a construção de um novo cenário de articulações políticas no estado do Rio de Janeiro, que incluiu a análise por vários deputados do PL e submissão de várias emendas ao texto original, o que atrasou ainda mais sua votação. E apesar da audiência pública, realizada em outubro de 2002, ser considerada pelos movimentos ambientalistas e sociais como um segundo momento de sucesso da Rede, por ter conseguido neutralizar as forças contra a Lei do Zoneamento, Pedlowski e Föeger (2004) descrevem que a lei *“pode ser caracterizada como um empate técnico entre a Rede Fluminense e os apoiadores da Aracruz no Rio de Janeiro. Por um lado a FIRJAN conseguiu diminuir o alcance da lei do zoneamento no que se refere à área a ser ocupada por plantios de essências florestais no Rio de Janeiro (pois as áreas de plantios menores que 100 hectares estarão isentas dos estudos de impactos ambientais). Já a Rede Fluminense acabou jogando um papel fundamental pra que a redação final da lei garantisse que o zoneamento não fosse transformado apenas num exercício meramente técnico (bem ao gosto dos defensores da modernização ecológica) e que a sociedade civil fosse colocada como parte integrante de processo de realização do zoneamento ambiental. Além disso, a lei aprovada também inclui dispositivos de proteção aos mananciais hídricos que poderão impedir as transgressões ambientais denunciadas pela Rede Alerta contra o Deserto Verde nos plantios da Aracruz no Espírito Santo e na Bahia”*.

Nas conclusões de seu texto, Pedlowski e Föeger (2004) declaram: *“Parece seguro afirmar que o conflito tratado neste capítulo ainda terá novos desenvolvimentos num futuro não muito distante”*. E como previsto, em junho de 2004 uma matéria na Gazeta Mercantil anuncia que a Aracruz Celulose *“quer instalar uma nova unidade de produção, agora no Rio de Janeiro. O projeto envolve o reflorestamento de 40 mil hectares de eucalipto em Itaperuna, no norte fluminense, sendo 12 mil hectares desenvolvidos numa primeira etapa, ainda neste ano. A instalação da floresta será acompanhada pela implantação de uma nova planta industrial de celulose. A informação foi dada ontem pelo secretário de desenvolvimento econômico do estado do Rio de Janeiro, Humberto Mota, durante comemorações do “Dia da Indústria” na sede da Federação de Indústrias do estado (Firjan). O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa, homenageado com o Mérito Industrial da Firjan, disse que o banco poderá criar linha especial de financiamento para o setor de reflorestamento”*.¹⁴⁰

Na sequência, um pouco mais de uma semana depois, o Século Diário publicou uma matéria declarando que *“a ameaça de plantios de eucalipto em grande escala no Rio de Janeiro está de volta, segundo denunciou a Rede Alerta Contra o Deserto Verde. E os plantios podem começar já este ano, como é interesse da Aracruz Celulose. No total, serão 40 mil hectares da planta exótica, que provoca grande desequilíbrio ambiental, como já foi amplamente provado no Espírito Santo..... Desta forma, a destruição ambiental produzida pela monocultura no Espírito Santo e na Bahia serão reproduzidas no Rio de Janeiro também. Há dois anos, os moradores do norte do Rio de Janeiro rejeitaram o plantio de eucalipto na região”*¹⁴¹.

E no dia 15 de março de 2005, durante o seminário "Encontros regionais de competitividade e responsabilidade social", que reuniu, em Itaperuna, o presidente do Sistema FIRJAN, Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, e os prefeitos dos municípios da região, foi feito o anúncio pelo gerente florestal da Aracruz Celulose, Tadeu Mussi de Andrade, de que os produtores rurais do Noroeste do estado vão poder participar - ainda este ano - do "Programa Produtor Florestal" que será desenvolvido na região pela empresa em parceria com a Federação das Indústrias do estado do Rio de Janeiro

¹⁴⁰ Gazeta Mercantil 02/06/2004.- “Aracruz pretende instalar unidade no Rio” por Livia Ferrari.

¹⁴¹ Século Diário – 11/06/2004 – “Aracruz volta a ameaçar RJ com plantios de eucalipto” por Ubervalter Coimbra.

(FIRJAN). *“A idéia é promover a imediata aproximação dos produtores com a empresa e obter a garantia de licenciamento ambiental já no mês de junho. A Aracruz, segundo seu cronograma, assinará os contratos em julho. Após essa fase, a empresa fornecerá mudas, fertilizantes, assistência técnica, formicidas, além da captação de recursos financeiros. O início do plantio está previsto para outubro. A produção de lenha, carvão, papel, celulose e produtos e móveis em madeira estão entre as principais oportunidades da indústria de base florestal....O gerente da Aracruz lembrou ainda que o Rio de Janeiro - especialmente o Noroeste fluminense - tem clima e solo favoráveis à criação de florestas de eucalipto, disponibilidade de terras e mão-de-obra, além de logística privilegiada, com transportes marítimo, ferroviário e rodoviário....Ainda, segundo ele, entre as vantagens de se criar florestas estão a geração de emprego e renda, a possibilidade de plantio em pequenas áreas sem o conflito com as culturas já existentes, o aproveitamento de espaços abandonados e o reflorestamento de áreas degradadas: "O produtor que entrar nesse negócio terá renda garantida. O eucalipto tem crescente aceitação nos mercados nacional e internacional", destacou. Tadeu Andrade lembrou que todos os agentes da cadeia lucram com o programa: "Os produtores ganham rentabilidade, a Aracruz ganha uma fonte alternativa para sua produção, o meio ambiente se mantém preservado e o estado fatura com os impostos" ressaltou*”¹⁴².

Minas Gerais:

Este estado e o de São Paulo (na seção seguinte), serão apresentados individualmente porque se destacam dentro do cenário do setor de plantações de árvores no Brasil. Minas Gerais é o estado que sozinho detém cerca de 35% de todas as plantações de árvores do País, mas o primeiro gênero predomina em cerca de 91% da área plantada. Estas plantações, como apresentado anteriormente, servem prioritariamente ao setor siderúrgico. Além do mais, optou-se pela apresentação das informações em separado porque, apesar de várias das dinâmicas de conflitos sócio-ambientais em relação à plantações de árvores, que ocorrem nesta Unidade da Federação, serem determinadas pelo conjunto de conflitos nos estados do Espírito Santo e Bahia, como o segmento usuário desta matéria-prima é outro (i.e., siderúrgico vs. celulósico papeleiro), existem importantes distinções do contexto e na estratégia de atuação dos atores envolvidos.

A compilação dos dados em Minas Gerais foi realizada pelo pesquisador Múcio Tosta Gonçalves. E algumas outras informações foram obtidas por consultas à rede *web*.

Começando-se pelo resgate do histórico das plantações de árvores em Minas Gerais, a dinâmica da expansão da monocultura de árvores neste estado foi determinada, a partir do final dos anos 1960, por um conjunto de fatores, dentre os quais, podem ser ressaltados, em primeiro lugar, a procura de terras de baixo preço destinadas à formação de extensos maciços (mesmo que sem destinação econômica "assegurada" inicialmente) e, em segundo lugar, o aproveitamento dos incentivos fiscais então administrados pelo então Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Ambos fatores produziram contudo, o mesmo resultado: ao expandir-se para regiões onde a estrutura fundiária é muito concentrada, as empresas plantadoras de árvores apropriaram-se de extensas glebas em regiões onde a terra estava valorizando-se rapidamente.

Este movimento geo-econômico das plantações de árvores teve o seguinte comportamento: até o início da década de 1970, as regiões Metalúrgica e Campo das Vertentes, Zona da Mata e Sul de Minas, onde se localizavam os principais pólos industriais, representavam mais de 55% da área plantada total existente no estado. A partir do ano de 1970 essa situação mudou, e a região do

¹⁴² Noticiário FIRJAN – 22 de março de 2005 – “Noroeste Fluminense terá projeto de desenvolvimento de base florestal”.

Triângulo e Alto Paranaíba passou a deter a atenção das empresas dedicadas a essa atividade, atingindo a marca de 40% do total de hectares plantados no estado em 1973, a partir de quando sua participação decresceu.

Essa diminuição bem como a estagnação dos plantios incentivados nas três primeiras regiões mencionadas foram amplamente compensadas pela expansão dos plantios nas regiões Norte, Noroeste e Vale do Jequitinhonha. O aumento da área plantada nessas últimas foi, sem dúvida, o principal elemento explicativo do impulso tomado pelos maciços homogêneos de árvores em Minas Gerais a partir de meados dos anos 1970.

A razão básica para essa mudança na orientação da ocupação territorial com o “reflorestamento” foi a mudança na legislação florestal, com a criação do Fiset em 1974, o que permitiu o surgimento de investimentos realizados por não consumidores diretos da madeira plantada e dos seus produtos (carvão, lenha, toras). Além disso, as alterações que o IBDF promoveu no Fiset a partir de 1980 também explicam o porque da preferência por essas últimas áreas, já que a região subordinada à SUDENE seria destinatária de 50% das cotas dos recursos desse incentivo fiscal a partir de 1982. Por outro lado, programas públicos estaduais (Programa de Distritos Florestais) e federais (Planos Nacionais de Papel e Celulose - PNPC e da Siderurgia a Carvão Vegetal) também contribuíram para esse movimento das plantações no estado.

Ora, como a parte do norte e do nordeste de Minas encontram-se incluídos na área da SUDENE, isso implicou no deslocamento dos investimentos em plantações para essas regiões do estado. Ao mesmo tempo, contribuiu para a diminuição da atividade nas demais regiões do estado.

É importante registrar, contudo, que esse movimento foi análogo ao do desmatamento realizado pelos consumidores de carvão vegetal e lenha (particularmente as indústrias siderúrgica, cimenteira, de cal e de metais não-ferrosos), que orientaram para o cerrado suas atividades de destruição florestal para fins de carvoejamento.

Foi somente a partir da segunda metade dos anos 1980, quando os incentivos fiscais começaram a escassear (e foram finalmente extintos em 1988) e quando ocorreu a implantação da CENIBRA no Vale do Aço (na região Metalúrgica do estado), que esse movimento de concentração das plantações no Norte e Nordeste do estado foi refreado, havendo uma expansão no entorno da fábrica de celulose formada por uma associação entre a Cia. Vale do Rio Doce e um consórcio japonês.

Mas, o levantamento da ocupação das plantações de árvores em Minas Gerais sempre foi fragmentado. Sabe-se que o estado possui a maior extensão territorial ocupada com esse tipo de cultura do país, e as estimativas apresentadas por diversas fontes que representam as empresas plantadoras apontam que a monocultura de árvores atinge atualmente a casa dos 1,7 milhões de hectares no estado – isso após ter chegado a cerca de 2,6 milhões em meados dos anos 1990.

Em 1982 o Instituto de Geociências Aplicadas do Estado de Minas Gerais (IGA), realizou um levantamento da área plantada com árvores no estado, que foi publicado em 1985 sob o título “Reflorestamento em Minas Gerais”. Segundo esse relatório, o estado possuía uma área total plantada com eucaliptos e pinheiros equivalente a 1,809 milhões de hectares, distribuída em 309 (trezentos e nove) municípios.

Desses municípios, destacavam-se os seguintes, por possuírem mais do que 10% das suas respectivas áreas municipais ocupadas com plantações de árvores e/ou por possuírem mais do que 9.043,20 ha plantados com espécies de árvores exóticas em monoculturas. As tabelas, a seguir,

ilustram os dez municípios com maiores áreas plantadas e os municípios com um percentual de seu território ocupado por plantações de árvores igual ou maior à 10% (total de 34 municípios):

Municípios em Minas Gerais com maiores áreas plantadas com monoculturas de árvores – situação em 1982 (Fonte: IGA, 1985)		
Município	Área Plantada (ha) com Monocultura de Árvores	% da Área Municipal ocupada com plantações de árvores
Buritizeiro	166.991,8	24,32
João Pinheiro	142.656,0	9,87
Januária	117.458,7	7,93
Rio Pardo de Minas	94.011,6	13,91
São João do Paraíso	64.139,5	18,60
Bocaiúva	52.823,9	9,21
Grão Mogol	52.321,0	9,50
Uberaba	48.327,8	10,68
Lassance	48.081,5	13,19
Itamarandiba	42.665,4	15,11

Municípios em Minas Gerais com percentuais iguais ou maiores que 10% de áreas plantadas com monoculturas de árvores – situação em 1982 (Fonte: IGA, 1985)		
Município	Área Plantada com Monocultura de Árvores	% da Área Municipal ocupada com plantações de árvores
João Monlevade	6.991,9	74,38
Bela Vista de Minas	3.304,9	30,88
Dionísio	10.840,7	29,86
São José do Goiabal	5.339,3	28,86
Santa Bárbara	21.149,4	24,62
Buritizeiro	166.991,8	24,32
Estrela do Sul	22.036,3	22,95
Belo Oriente	6.481,4	20,06
Nova Ponte	22.621,9	19,15
São João do Paraíso	64.139,5	18,60
Carbonita	23.527,6	17,60
Antônio Dias	12.756,7	15,30
Itamarandiba	42.665,4	15,11
Taiobeiras	20.133,2	15,05
Três Marias	38.007,2	14,22
Jequitaiá	13.962,1	14,13
Várzea da Palma	34.806,0	14,05
Rio Pardo de Minas	94.011,6	13,91
Turmalina	23.027,4	13,67
Lassance	48.081,5	13,19
Martinho Campos	13.395,2	12,97
Minas Novas	22.098,7	12,94
Paraopeba	8.118,7	12,72
São Pedro dos Ferros	5.078,7	12,70
Caeté	6.493,4	12,29
Mesquita	5.148,0	11,75

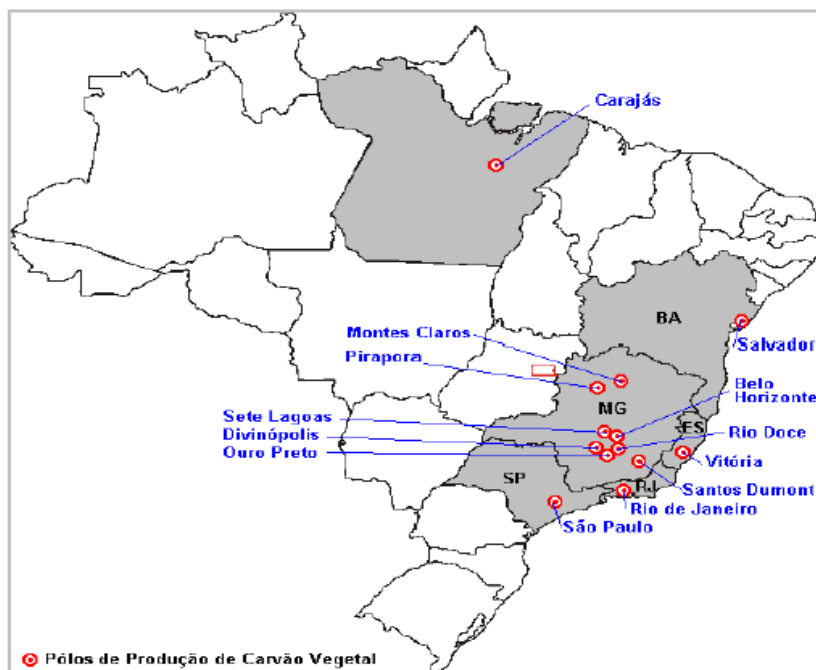
Bom Jesus do Galho	7.187,0	11.68
Quartel Geral	7.307,9	11.59
São Geraldo da Piedade	1.371,8	11.06
Rio Piracicaba	3.994,1	10.82
Uberaba	48.327,8	10.68
Nova Era	3.631,8	10.23
Itacambira	16.003,5	10.14
Pratápolis	3.623,2	10.06

Os dados referentes à estes municípios demonstram que na época daquele levantamento havia uma tendência de concentração espacial dos grandes reflorestamentos da região central para o norte do estado, e ainda que, percentualmente, municípios do centro-sul (especialmente próximos à Belo Horizonte, na chamada Zona Metalúrgica) tendessem a apresentar a maior parte de seus territórios com plantações de árvores.

Uma informação complementar é fornecida por um estudo realizado em 2004 pela Associação Mineira de Silvicultura (entidade que sucedeu a Associação Brasileira de Carvão Vegetal – ABRACAVE). A tabela, a seguir, indica quais são as áreas plantadas e o percentual de comprometimento das áreas municipais nos principais municípios onde são realizados plantações de árvores com destinação industrial para a produção de ferro gusa e aço. Em relação à estas plantações Note-se que estão todos eles concentrados nas porções centrais e norte do estado de Minas Gerais.

Distribuição das Plantações de Árvores em Monoculturas por municípios de Minas Gerais, segundo o destino da produção para a indústria siderúrgica Fonte: AMS. O Complexo Florestal Industrial (CFI) em Minas Gerais; caracterização, dimensionamento e importância. Belo Horizonte: outubro 2004		
Município	Área com plantações de árvores	% da Área Municipal ocupada com plantações de árvores
Botumirim (NE)	9.898	6,36
Capelinha (NE)	20.835	28,49
Carbonita (Centro N)	24.252	16,56
Cristália (NE)	6.190	7,34
Grão Mogol (NW)	15.347	3,93 8
Indaiabira (N)	3.332	3,29
Itacambira (Centro N)	31.205	17,38
Itamarandiba (Centro E)	42.680	15,55
Minas Novas (Centro)	10.182	5,55
Montezuma (N)	6.742	5,92
Riacho dos Machados (N)	13.435	10,21
Rio Pardo de Minas (N)	42.321	13,52
S. João do Paraíso (N)	27.527	14,28
Taiobeiras (N)	19.588	16,34
Turmalina (Centro)	25.974	22,9

Uma outra informação que confirma a concentração da monocultura de árvores, especialmente de eucaliptos, nas regiões central e norte de Minas Gerais é o fato de que as firmas consumidoras de carvão e lenha estão concentradas no centro do estado, tal como pode ser observado na figura apresentada a seguir.



Fonte: MMA, 2001

Essa breve retrospectiva da dinâmica de ocupação de Minas Gerais por plantações de árvores permite que se entenda porque, apesar da concentração dos monocultivos em certas regiões, na verdade, os conflitos sócio-ambientais em relação à esta atividade são disseminados por todo o estado, já que mais de 60% dos municípios desta UF têm plantações de árvores com finalidades comerciais e industriais em seu território. E como será descrito a seguir, ao longo da história, as tensões foram se construindo à medida que os monocultivos de árvores chegavam às diferentes regiões.

Entre 1964 e 1980, quando os plantios se localizavam preferencialmente na região central do território mineiro, as pressões sobre os recursos edáficos e hídricos, a concentração fundiária, o desmatamento e a degradação do trabalho eram os principais problemas no relacionamento entre empresas e comunidades rurais, situação que era agravada ainda mais pela atuação do estado, que era bastante favorável às empresas e à atividade. A partir do final dos anos 1970, com a expansão das plantações para as regiões norte e nordeste do estado e a expansão do consumo de madeira para produção de celulose, os conflitos foram alterados em termos de sua localização e dimensão.

Assim, enquanto na região central do estado, mais especificamente na região dos Vales do Rio Doce e do Vale do Aço (em torno da região de Ipatinga) os conflitos por terra foram se tornando mais específicos e os conflitos trabalhistas foram se acirrando, nas regiões Norte e Nordeste do estado eles foram sendo implantados, já que essas áreas formavam a fronteira estadual.

Mais recentemente, como resultado do crescimento das operações da Aracruz Celulose nos estados do Espírito Santo e na Bahia, alguns municípios da região nordeste do estado, nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, estão sendo procurados para a instalação de plantações. Segundo os depoimentos colhidos junto à CPT e informações obtidas anteriormente em outros trabalhos de campo em 2004, a entrada dessa empresa tem sido particularmente importante nos municípios de Almenara, Minas Novas, Teófilo Otoni e Pavão. Essa parece ser, assim, uma nova fronteira da expansão da atividade produtiva de árvores em grande escala no estado de Minas Gerais.

Com a finalidade de atender à demanda do presente Diagnóstico, buscou-se então ouvir alguns dos principais atores envolvidos nesses processos de formação, consolidação e expansão da monocultura de árvores no estado de Minas Gerais.

Todavia, apesar das tentativas, não foi possível entrevistar ou mesmo receber respostas às perguntas enviadas da Associação Mineira de Silvicultura (AMS), representante dos grandes produtores e plantadores de eucaliptos em Minas Gerais. Da mesma forma, não foi possível agendar uma entrevista com a diretoria da Federação dos Trabalhadores na Indústria Extrativa de Minas Gerais, que congrega vários sindicatos de trabalhadores assalariados na exploração madeireira no estado, e nem com o Instituto Estadual de Florestas. E também foi sem sucesso a solicitação de entrevista e pedido de resposta ao questionário enviado por correio eletrônico para as empresa Vallourec & Mannesmann Florestal e CAF Santa Bárbara, que juntamente com a PLANTAR REFLORESTAMENTOS (ver próximo parágrafo), são identificadas por alguns atores como o foco de conflitos sócio-ambientais no estado. Se bem que, a V&M Florestal e a PLANTAR REFLORESTAMENTOS sejam aquelas que a Rede Alerta contra o Deserto Verde e outras entidades associadas vem denunciando mais sistematicamente.

Assim, as entrevistas realizadas com os atores do setor empresarial resumiram-se à empresa PLANTAR REFLORESTAMENTOS S/A (que respondeu ao questionário básico da pesquisa por meio eletrônico, por intermédio do sr. Luiz Goulart, Gerente de Desenvolvimento); à Associação das Siderúrgicas para Fomento Florestal (ASIFLOR) (na pessoa do Superintendente Florestal da mesma, o sr. João Câncio de Andrade Araújo) e à CENIBRA, cujo engenheiro florestal Maurício Muramoto respondeu por correio eletrônico o pedido de informações feito à todas as grandes empresas do setor de base florestal plantada.

Todavia, sobre todas as empresas acima mencionadas foram também obtidas informações sobre suas práticas por meio de consulta à rede *web*, tendo sido acessados relatórios dos comitês de bacias hidrográficas do estado de Minas Gerais¹⁴³ e relatórios públicos do processo de certificação florestal de todas estas empresas pelo FSC¹⁴⁴, menos a CENIBRA que declarou que ainda está em processo de obtenção do selo tanto do FSC como do CERFLOR.

No tocante às entrevistas com as entidades representativas das populações residentes e afetadas pelas plantações e dos trabalhadores na extração e beneficiamento de produtos madeireiros no estado, foram ouvidos o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (na pessoa do sr. Carlos Dayrell); membros da comunidade rural de Vereda Funda que ocuparam parte das terras públicas arrendadas à empresa Florestaminas Ltda. no final dos 1970 pelo governo mineiro; o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas; o Sindicato dos Trabalhadores na Extrativa do município de Curvelo (em reunião com a Diretoria e o assessor jurídico do Sindicato); e os representantes da Coordenação estadual e do Vale do Jequitinhonha da Comissão Pastoral da Terra.

Com base nos contatos feitos e nas respostas obtidas, identificou-se como principais pontos, de acordo com os pontos de vista das diferentes partes envolvidas, do cerne dos conflitos estabelecidos no estado em torno das plantações de árvores.

De acordo com os produtores, trabalhadores e assessores ouvidos, primeiramente de maneira resumida (ver mais adiante), dos motivos principais para a existência desses conflitos são: (1) **o total desconhecimento dos direitos do povo**, direitos esses que são baseados na anterioridade da existência

¹⁴³ Ver www.marcadagua.org.br/

¹⁴⁴ Ver www.fsc.org.br/index.cfm?fuseaction=conteudo&IDsecao=70

das populações camponesas nos territórios invadidos pelas empresas plantadoras de árvores; (2) a **ausência de políticas públicas** voltadas para atender às necessidade da população, já que as políticas existentes atendem apenas aos interesses das empresas (como exemplo atual nesse sentido pode-se mencionar o apoio governamental aos programas de conversão das florestas em seqüestradoras de carbono); e (3) o **desinteresse das empresas em dialogar e negociar** com as populações e os trabalhadores assalariados, tendo em vista o interesse capitalista exclusivo na produção de lucro.

Já para os representantes das empresas ouvidos, as motivações não são idênticas, sobretudo por que ambos os entrevistados se manifestaram apontando que não existem conflitos entre os atores empresariais e as comunidades, e sim críticas a procedimentos e/ou a algumas outras empresas que podem até ter agido incorretamente no passado.

Do ponto de vista da PLANTAR, a empresa foi *“alvo de críticas por parte de uma ONG ligada à rede alerta contra o deserto verde que têm opinião divergente da nossa a respeito da monocultura de eucalipto”*. Para o Gerente da PLANTAR, a empresa sofreu uma ação organizada por parte de Organizações Não Governamentais em torno do processo de certificação das plantações realizadas pela empresa. Ainda segundo o entrevistado, *“Não houve conflito, as mencionadas críticas tinham como alvo principal o processo de certificação FSC de nossas florestas na região de Curvelo/MG bem como ao sistema FSC (princípio 10) de certificação de florestas plantadas. Nunca fomos diretamente procurados pelos representantes dessa ONG. Em meados de dezembro de 2002, tomamos conhecimento das críticas por meio de um relatório divulgado na Internet e encaminhado ao Prototype Carbon Fund (PCF) do Banco Mundial, com quem temos parceria em um Projeto de Mudanças Climáticas baseado no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto. As acusações que deram suporte ao relatório tais como: expulsão de índios tupiniquins e guaranis, ocupação de terras devolutas, más condições de trabalho, problemas relacionados ao regime hídrico em áreas com plantio de eucalipto, etc. nunca ocorreram nas nossas áreas e muito menos podem ser atribuídas às plantações de eucalipto.”*

Quanto ao Superintendente da ASIFLOR, ele apontou que as características das plantações de pequena escala, dos programas de “Fomento Florestal” (tamanho médio igual a 3 ha), não geram conflitos. Bem como não existem quaisquer tipos de questões legais (penais ou trabalhistas) envolvendo os proprietários rurais associados às empresas, uma vez que tais produtores utilizam sua própria força de trabalho, empregando ocasionalmente trabalhadores temporários, e plantam em áreas próprias. Também não foi relatado qualquer conflito envolvendo agressão a recursos comuns (água ou áreas de coleta ou de pastoreio, por exemplo), já que os contratos para a produção dos pequenos maciços ocorrem no âmbito da propriedade. Conflitos quanto a preços também não foram detectados, já que não existe a prática de fixação de valores nos contratos, sendo que a ASIFLOR em conjunto com o Instituto Estadual de Florestas fornece assistência técnica e mudas para os produtores. Assim, as eventuais críticas que podem ser feitas são na verdade devidas à confusões quanto, em primeiro lugar, aos reais impactos dos eucaliptos sobre o solo e a água e, em segundo lugar, quanto às práticas antigas de grandes produtoras de madeira, que efetivamente agiram de forma técnica equivocada no manejo de suas grandes extensões de terra. Mas por outro lado, o Superintendente da ASIFLOR, apontou que há um problema que, do ponto de vista do empresariado, é motivo de críticas: a incapacidade dos órgãos gestores de políticas públicas para florestas entenderem a necessidade de agir em favor da produção, respeitando o ambiente e a sociedade, por meio da geração de empregos. Ou seja, a ênfase das políticas na fiscalização das empresas dificulta a disseminação de estratégias como o “Fomento Florestal”, e isso é um fator dificultador da expansão da atividade.

A visão do engenheiro florestal da CENIBRA é de os conflitos ambientais vivenciados pela empresa são resolvidos no curto prazo. Os casos relatados foram os seguintes:

- Poeira - A reclamação da comunidade é resolvida com o uso de caminhão pipa para molhar o piso da estrada. Em alguns pontos a CENIBRA asfaltou parte da estrada para eliminar poeira (Exemplo: Cocais dos arrudas, em 2004).
- Uso de agrotóxico - A comunidade pediu explicações sobre os riscos. Exemplo : (Codema de Santa Bárbara em 2004).
- Entorno da Lagoa Teobaldo - A comunidade pediu à CENIBRA para remoção de eucaliptos e plantio de nativas em áreas próximo à lagoa. A CENIBRA realizou os trabalhos em 2003 e 2004.
- Os conflitos ambientais são relativos ao uso de agrotóxicos, poeira e ação danosa do eucalipto sobre a questão da água. Esses conflitos são genéricos nas áreas de atuação da empresa. Não podem ser considerados como impeditivos ,mas cobram uma postura da empresa em relação às questões.

Todavia, foi apontado por este mesmo técnico que em todas as Comarcas (i.e., municípios) de atuação de CENIBRA há necessidade de regularização fundiária de imóveis de propriedade da empresa. Também foi provida uma lista dos municípios onde a empresa no momento vivencia diferentes tipos de disputas fundiárias¹⁴⁵. Além do mais, quando a CENIBRA foi solicitada a preencher as informações referentes à conflitos sócio-ambientais na base de dados anexa à este Diagnóstico, a informação prestada foi de que em todas as área que a empresa atua já existiu, existe e há potencial futuro de conflitos, de caráter fundiário. Para finalizar o sr. Maurício Muramoto informou em sua mensagem que a empresa foi recomendada para obter os certificados do Conselho Brasileiro para o Manejo (FSC), e o certificado da ABNT/INMETRO - CERFLOR. E que em torno de 70% da madeira produzida será certificada.

De maneira mais detalhadas, as informações colhidas junto aos representantes sindicais e das entidades anteriormente citadas, bem como com os trabalhadores e trabalhadoras em Fruta de Leite, Rio Pardo de Minas e Curvelo entrevistados, são os seguintes os principais temas de conflitos sócio-ambientais que têm em sua base a implantação e a expansão da monocultura de árvores:

- 1º) **esgotamento dos recursos hídricos:** esse foi um dos principais problemas apontados, já que as empresas têm como prática a realização de plantios a distâncias próximas demais de cursos d'água e de nascentes. Assim, o problema é que não só há extração de grande volume de água pelas milhares de árvores que ocupam cada hectare plantado pelas empresas como ocorre assoreamento graças ao tipo de manejo adotado;
- 2º) **eliminação das plantas silvestres locais,** sobretudo daquelas utilizadas para a produção ou obtenção de remédios: esse é um problema associado ao primeiro, e que pode ser mais amplamente associado à questão do desmatamento – sobretudo no cerrado – para a instalação dos plantios de madeira;
- 3º) **impedimento do acesso à lenha** para uso combustível e das madeiras nobres anteriormente utilizadas para a confecção de cercas e para a construção de casas e equipamentos destinados à produção rural, uma vez que a substituição da mata nativa pelo eucalipto é acompanhada pela proibição de retirada de lenha e madeira em qualquer dimensão ou quantidade nas áreas das empresas. Como consequência adicional, foi apontado que a impossibilidade de obter lenha e

¹⁴⁵ Esta informação foi introduzida na base de dados em anexo à este Diagnóstico.

madeira gera uma pressão maior sobre as áreas de reserva dentro das propriedades e em outras áreas onde ainda existem matas não substituídas pelas plantações homogêneas ou outras atividades comerciais/industriais;

- 4º) **eliminação** ou pelo menos redução significativa da **fauna nativa local**, especialmente daquelas espécies que eram caçadas como parte da estratégia dos trabalhadores e produtores rurais familiares para a obtenção de uma fonte complementar de alimentação à produção agropecuária (sobretudo milho, mandioca, hortaliças, aves e porcos) doméstica de subsistência;
- 5º) **eliminação do acesso às áreas planas**, em geral usadas como locais de “criação” (pastoreio) do gado bovino. Na verdade, esses quatro últimos aspectos citados relacionam-se com a **extinção de áreas de uso comum**, fundamentais para a sustentação de estratégias de reprodução camponesa, especialmente no Norte de Minas e no Vale do Jequitinhonha, mas também comum em praticamente todo o estado de Minas Gerais;
- 6º) um problema que foi particularmente enfatizado na reunião com os trabalhadores em Curvelo e também mencionado pelo representante da CPT no Vale do Jequitinhonha foi que a transformação das **estradas** rurais vicinais em estradas de circulação de caminhões e ônibus para o transporte de mudas e de insumos para a produção da madeira (bem como para o escoamento dessa produção) e também para o transporte dos trabalhadores cria uma série de dificuldades para a locomoção dos moradores das propriedades lindeiras a tais vias. Isso ocorre por que são feitas alterações nas rotas e nas condições das estradas, para atender ao planejamento da produção e da comercialização da madeira, quanto pelo isolamento das propriedades e comunidades (que ficam mais distantes umas das outras e dos centros urbanos dos quais dependem para ter acesso ao mercado e aos serviços públicos). Ademais, as condições do transporte de materiais e pessoas não são adequadas, sendo comum a ocorrência de acidentes de trânsito envolvendo trabalhadores da produção e da exploração madeireira, transeuntes e motoristas, inclusive com vítimas fatais;
- 7º) foi também apontada a existência de **violência física e moral** contra os produtores e seus representantes. Relatos específicos feitos pelos trabalhadores e assessores entrevistados, em Curvelo e no Norte de Minas, revelaram a existência de ameaças (tanto veladas quanto diretas) contra a integridade física das pessoas direta e indiretamente envolvidas com movimentos contrários às plantações, quanto de violência moral - ameaças de desempregar familiares (ou a promessa de emprego para familiares e amigos) em caso de atuação contrária à empresa; perseguição política às pessoas envolvidas com ações ou movimentos de contestação às plantações; interferência junto a organismos públicos para a transferência de empregados envolvidos com ações ou movimentos de contestação às plantações etc.
- 8º) outra questão que tem gerado conflitos abertos entre os trabalhadores e as empresas, na opinião dos atores sociais entrevistados, é a **precarização das condições de trabalho dos assalariados**. Segundo os depoimentos colhidos, os problemas mais graves são: (a) insalubridade no trabalho, ocorrendo grande número de doenças profissionais – os relatos apontam que em muitos casos as doenças profissionais (que envolvem desde lesões ortopédicas até deficiência em órgãos vitais) são acobertadas pelos profissionais médicos indicados pelas empresas para “acompanhar” os doentes, inclusive pelo profissionais médicos que realizam laudos para a agência federal de previdência social; (b) péssimas condições de segurança no trabalho, sendo que são cometidos maus tratos contra os trabalhadores por capatazes, gerentes e pelos “gatos” (empreiteiros) nas áreas de plantio e extração de madeira e nos fornos de carvão; (c) omissão da informação adequada de acidentes de trabalho, os quais não são informados pelas empresas; (d) adoção de

sistemas de pagamento de salários com prêmios de produção, o que impõe uma carga de trabalho excessiva aos trabalhadores, além do fato que o sistema de medição das quantidades produzidas de madeira e/ou de carvão pelas empresas não é claramente divulgada aos trabalhadores, que não conseguem controlar qual é a forma de cálculo de sua real remuneração; (e) perseguição de lideranças sindicais, inclusive com tentativas de aliciamento e suborno para evitar ações contrárias às empresas. Enfim, as condições de trabalho são apontadas como muito ruins e constituem-se em uma situação de conflito permanente;

- 9º) finalmente, uma das principais causas apontadas por esses entrevistados para a existência de conflitos – e que foi também considerada por eles como uma das bases para os demais impactos negativos e destrutivos das atividades de plantações florestais - é a **concentração fundiária**. Nas regiões Norte e Nordeste de Minas essa questão é agravada em decorrência do fato que o monocultivo de árvores foi realizado em muitas áreas de terras devolutas, por meio de contratos de arrendamento estabelecidos no final dos anos 1970 entre as empresas e a Fundação Rural Mineira – Ruralminas, até então a agência governamental responsável pelo controle do patrimônio fundiário do estado.

Esses contratos começaram a vencer desde o ano de 2003 mas as empresas permaneceram nas terras, o que ocasionou um aumento dos conflitos entre as empresas, as comunidades rurais e suas entidades de representação. Mesmo com o vencimento dos contratos, as empresas se recusam a sair das áreas e negociam com o estado de Minas Gerais a renovação dos mesmos. Entre 2003 e 2004 houve uma tentativa de discutir a reversão do uso para os trabalhadores e produtores rurais, com a devolução dessas propriedades ao estado e a conversão das mesmas para fins de reforma agrária, orientada por princípios agro-ecológicos. Contudo, a pressão das empresas (diretamente e por meio de suas agências de representação) faz com que a nova agência responsável pela questão fundiária em Minas Gerais, o Instituto de Terras – ITER, venha buscando renovar os contratos, buscando fazer acordos com os trabalhadores no sentido de ceder apenas pequenas parcelas de terra para fins de reforma agrária – e mesmo assim naquelas áreas onde as comunidades de produtores e trabalhadores rurais se organizou para ocupar a terra e denunciar a questão para a sociedade.

O problema, conforme pode ser visualizado na tabela a seguir, é especialmente grave em alguns poucos municípios do estado, e envolve uma área total de cerca de 196.000 ha.

Empresas “Reflorestadoras” notificadas pelo ITER para cumprimento de contrato de arrendamento de terras públicas Fonte: ITER			
Empresa	Município	Área (em ha)	Existência de Ação de Despejo
Florestaminas	Rio Pardo de Minas	6.000,0000	
Florestaminas	Rio Pardo de Minas/Salinas	6.000,0000	
Florestaminas	São João do Paraíso	3.000,0000	
Florestaminas	Rio Pardo de Minas	27.000,0000	
Florestaminas	Rio Pardo de Minas	10.000,0000	SIM
Florestaminas	São João do Paraíso	30.000,0000	SIM

Empreendimentos Florestais Paraibuna	São João do Paraíso	3.000,0000	
Empreendimentos Florestais Paraibuna	São João do Paraíso	4.390,0000	
Empreendimentos Florestais Paraibuna	São João do Paraíso	4.395,0000	SIM
Usifer	Rio Pardo de Minas	1.829,6636	
Carvalho Projetos e Empreendimentos e Consult. Ltda.	Turmalina	1.763,0000	
Energética Florestal Ltda.	São João do Paraíso	936,4000	
Empresa Agrícola Rio Pardo	São João do Paraíso	459,1400	
Movex Florestal Ltda.	Salinas	5.930,0000	
Florestas Rio Doce	Grão Mogol	3.478,6142	
Rima FlorestalS/a	Grão Mogol	3.000,0000	
Rima FlorestalS/a	Riacho dos Machados	10.500,0000	
Sid. União Bondespachense	Senador Modestino Gonçalves	543,5000	
Cimetal Florestal	Rio Pardo de Minas	419,2000	
Cimetal Florestal	Rio Pardo de Minas	5.000,0000	
Cimetal Florestal	Rio Pardo de Minas	8.969,3600	
Cimetal Florestal	Rio Pardo de Minas	688,2300	SIM
Gerdau	Rio Pardo de Minas	8.969,3600	
Itapeva Florestal	Grão Mogol	4.500,0000	
Itapeva Florestal	Grão Mogol	4.506,3000	SIM
Itapeva Florestal	Grão Mogol	2.241,4200	SIM
Itapeva Florestal	Grão Mogol	2.996,7800	SIM
Planta 7	Rio Pardo de Minas	15.424,0200	
Planta 7	Rio Pardo de Minas	8.340,0000	
Planta 7	Rio Pardo de Minas	6.856,1500	SIM
Cia. Suzano de Papel e Celulose	Virgem da Lapa	2.290,0000	
Cia. Suzano de Papel e Celulose	Carbonita	2.439,5200	SIM
TOTAL	-----	195.865,6578	-----

Adicionalmente, uma outra questão importante no âmbito dos conflitos provocados pela implantação e expansão de plantações no estado é o das condições de trabalho dos assalariados dessa atividade. Além das questões anteriormente apontadas, um problema especial que gerou a realização

de três Comissões Parlamentares de Inquérito – CPI pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais nos últimos sete anos é o do trabalho escravo nas carvoarias. Essas CPI dedicaram-se, em todas as suas edições, a verificar as condições de trabalho dos trabalhadores da indústria extrativa vegetal mineira.

A Delegacia Regional do Trabalho fiscalizou as 50 empresas investigadas pela CPI no estado, encontrando irregularidades em 42 carvoarias mineiras, sobretudo a terceirização ilícita de mão-de-obra e a existência de condições desfavoráveis à saúde e à segurança dos trabalhadores. O resultado da fiscalização foi encaminhado ao Ministério Público do Trabalho, que abriu ações civis públicas contra as empresas. Foram as seguintes as empresas autuadas pela DRT em Minas Gerais:

- 1) V & M FLORESTAL LTDA (MANNESMANN) + V & M TUBES;
- 2) SIDERPA ENERGÉTICA E AGROPASTORIL LTDA + SIDERPA - SIDERURGIA PAULINO S/A;
- 3) CMM - CIA MINEIRA DE METAIS (GRUPO VOTORANTIN);
- 4) SIDERPRATA - CIA SIDERURGIA LAGOA DA PRATA + USIBRÁS - USINA SIDERÚRGICA BRASILEIRA;
- 5) CBCC - CIA BRASILEIRA DE CARBURETO DE CALCIO;
- 6) REFLORALGE - REFLORESTAMENTO E AGRPECUÁRIA LTDA¹⁴⁶;
- 7) SIDERÚRGICA ALTEROSA LTDA + SOREL - SOCIEDADE REFLORESTADORA LTDA.;
- 8) WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS S/A;
- 9) PLANTAR REFLORESTAMENTOS S/A + PLANTAR EMPREENDIMENTOS E PRODUTOS FLORESTAIS;
- 10) GERDAU S/A;
- 11) SIDERSA - SIDERÚRGICA SANTO ANTÔNIO;
- 12) INSIVI - INDÚSTRIA SIDERÚRGICA VIANA + AGRO ENERGÉTICA LUVIMAR LTDA;
- 13) LUCAPE SIDERURGIA LTDA;
- 14) INTERLAGOS SIDERURGIA LTDA;
- 15) FERROESTE INDUSTRIAL LTDA;
- 16) CALSETE SIDERURGIA LTDA;
- 17) CIA SIDERÚRGIA BELGO MINEIRA + CAF SANTA BÁRBARA LTDA;
- 18) COSSISSA - CIA SETELAGOANA DE SIDERURGIA;
- 19) A RURAL MINEIRA S/A + SAINT GOBAIN CANALIZAÇÃO S/A;
- 20) ROTAVI COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA;
- 21) ACESITA ENERGÉTICA S/A + AÇOS ESPECIAIS ITABIRA S/A.

¹⁴⁶ A V&M Florestal utiliza várias áreas em diferentes municípios desta empresa, somente para a exploração de Eucalipto.

Na listagem acima, estão incluídas a PLANTAR REFLORESTAMENTOS, a V&M Florestal, e a CAF Santa Bárbara, as três empresas mencionadas no início desta seção como sendo objeto de denúncias de entidades dos movimentos ambientalistas e sociais, mais especificamente daquelas associadas à Rede Alerta contra o Deserto Verde. Então para melhor descrever as práticas destas empresas buscou-se informação complementar nos relatórios públicos do processo de certificação do FSC das plantações utilizadas pelas mesmas.

A PLANTAR REFLORESTAMENTOS S.A., fundada em 1967, foi certificada em 1996 e re-certificada em 2003, expandindo a abrangência da certificação das áreas em Curvelo para áreas localizadas nos municípios de Felixlândia, Itacambira e Morada Nova de Minas. De acordo com o relatório público do processo de certificação da PLANTAR¹⁴⁷, a área atualmente sob controle da empresa está distribuída em 16 propriedades somando mais de 180 mil hectares. Mas, as áreas certificadas englobam apenas quatro propriedades nestes quatro municípios citados acima, e somam 65,802,05 hectares¹⁴⁸. Porém, no relatório de certificação desta empresa são também listadas propriedades no município de Martinho Campos.

A razão apresentada para que somente 49% das propriedades da empresa estejam certificadas é que as demais estão em fase final de produção e serão vendidas após o fim da exploração. As plantações de Eucalipto da PLANTAR são utilizadas basicamente para abastecer com carvão a siderúrgica da empresa localizada em Sete Lagoas (MG) e para venda de carvão para churrasco em Curvelo. A PLANTAR também se especializou na prestação de serviços florestais a grandes empresas do setor, principalmente celulósico papeleiro, como é o caso da Aracruz Celulose que a utiliza como empreiteira para prestação de serviços terceirizados. E há três anos a empresa iniciou um projeto para vender créditos de carbono por meio do mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL) do Protocolo de Kyoto, convertendo o uso de carvão mineral na siderúrgica pelo consumo de carvão vegetal.

Após as denúncias do Ministério Público descritas acima, a PLANTAR passou a contratar diretamente a sua mão-de-obra, mas ainda utiliza empreiteiras para a exploração florestal e produção de carvão, mesmos serviços que provê para outras empresas. Recentemente, todavia, a PLANTAR Siderúrgica S.A. passou a ser administrativamente responsável pelo corte dos Eucaliptos e carvoejamento, sendo a PLANTAR Reflorestamentos responsável pela contratação dos funcionários.

Durante o processo de re-certificação da PLANTAR os assuntos que foram levantados pela empresa certificadora como motivo de preocupação ou denúncias da parte dos *stakeholders* são os seguintes:

- Sobre os cuidados que a empresa tem tomado para a preservação de nascentes quando constrói açudes para seu abastecimento de água; ao que a empresa respondeu que a outorga de água que possui emitida pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) a obriga a garantir o fluxo residual a jusante da captação de 70% do volume de água e para demonstrar isso cumpre a condicionante de instalação de um medidor de vazão que permite a observação por qualquer pessoa;
- Sobre as Áreas de Proteção Permanente (APPs) quais os cuidados tomados; a empresa declara que mapeou todas as APPs em suas propriedades e vem realizando a recuperação das áreas degradadas, além de não permitir a interferência de atividades humanas nestas áreas.

¹⁴⁷ Disponível em www.scs-certified.com/forestry/forest_certclients.html#southamerica

¹⁴⁸ Os valores apresentados são os mais altos encontrados no referido relatório, mas existem várias discrepâncias no documento.

- Sobre o acesso de nascentes de água na região de cerrado de Minas Gerais, os certificadores explicam que: *“Apesar dessas transformações culturais e sócio-econômicas, nota-se, porém, que um aspecto natural relativo aos cerrados ainda se mostra de importância fundamental para o cotidiano dessas populações: a água. Antigamente, a pecuária desenvolvida no cerrado era, basicamente, realizada após a derrubada das matas. O uso da água e das pastagens naturais não eram determinados, necessariamente, por critérios de propriedade, sendo que, nas épocas da estiagem, os produtores, normalmente, soltavam o gado de corte no campo para a pastagem e o acesso à água, muito embora não se caracterizasse como propriedade coletiva. Atualmente, no entanto, não se percebe mais tais costumes, mas pelo fato de que problema da estiagem ser inerente ao cerrado, a importância da água, principalmente para o gado, continua presente. E, nesse sentido, a transformação de grandes áreas de pastagens, muitas delas degradadas, em plantações florestais de eucalipto por parte de grandes empresas, fez com que um segmento da população voltasse suas desconfianças contra esses empreendimentos. Se, antigamente, havia uma malha de relações que estreitavam os laços sociais entre a população local, através dos casamentos, cortejos fúnebres, batizados, festas, tornando-os mais próximos entre si, em oposição aos grandes fazendeiros (o que ainda ocorre em alguma medida) agora, as empresas reflorestadoras tomaram o lugar daqueles que, no passado, eram alvo de desconfiança. Aliado a tais aspectos, a imagem de que as plantações de eucalipto são grandes consumidoras de água faz com que essas empresas tenham que conviver continuamente com a oposição de parte da população que se sente ameaçada em suas atividades tradicionais”*.
- A questão de divulgação do monitoramento da qualidade da água, de outros cuidados ambientais adotados pela empresa, bem como os trabalhos sociais não são adequadamente divulgados, o que é apontado como um fator que potencialmente pode gerar problemas no relacionamento em a PLANTAR e a população em geral. Este procedimento foi cobrado pela certificadora e declarado no relatório de certificação que a PLANTAR criou um programa de comunicação por meio de produção de cartilhas e reuniões com a população da área de abrangência de suas plantações.
- Sobre as estratégias da empresa nas negociações sindicais, a certificadora descreve que: *“antes da auditoria de campo, não havia negociações diretas entre a PLANTAR e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Curvelo, sendo, até então, seguido o Acordo Coletivo firmado entre a Federação dos Trabalhadores na Agricultura e a Federação da Agricultura de Minas Gerais, visto que o Sindicato local não se encontrava devidamente estruturado. Entretanto, em 2002, com a estruturação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Curvelo, que conta, inclusive, com colaboradores da PLANTAR em sua diretoria, houve, pela primeira vez, negociações diretas entre os interessados. Por conseguinte, quando da primeira Certificação Florestal do FSC obtido pela PLANTAR para suas florestas plantadas, em Curvelo, não havia um sindicato de trabalhadores rurais consolidado. Assim, por ocasião da Segunda Reunião Pública, quando esta preocupação foi levantada pelos presentes, realmente, não havia nenhuma “estratégia” de negociação por parte da empresa. Os auditores para a Certificação Florestal, por sua vez, acompanharam indiretamente as negociações que ocorreram pela primeira vez na história da empresa, em Curvelo, após os trabalhos de campo visando à Re-Certificação Florestal da PLANTAR. Da mesma forma, tomou-se conhecimento de algumas dificuldades enfrentadas por ambas as partes, tudo indica, devido em parte à falta de hábito em tais negociações, mas o Acordo Coletivo foi finalmente firmado em 04/12/2002”*.
- Sobre os critérios de recebimento da cesta básica o relatório descreve que: *“A PLANTAR já há mais de dois anos introduziu o benefício de fornecer aos funcionários que não faltarem, uma cesta*

básica. Embora esse sistema estivesse já implementado, gerava uma série de dúvidas, por que, para alguns funcionários, o benefício era cortado e para outros não. Recentemente foi assinado o Acordo Sindical firmado entre a PLANTAR e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Curvelo, normatizando em sua Cláusula 17 a entrega da cesta básica, prevendo que a empresa deverá fornecer mensalmente a Cesta Básica a todos os trabalhadores da categoria abrangida, que não tiverem nenhuma falta injustificada, ou com até duas faltas justificadas com atestado médico durante o mês. Espera-se que, com isso, esteja mais claro aos próprios funcionários quando do corte ou recebimento deste benefício. Com relação aos recursos financeiros para as cestas básicas, não existe nenhum subsídio governamental diretos nem são provenientes do ITR (Imposto Territorial Rural)". E sobre a possibilidade da empresa suspender este benefício é declarado que: "Com o Acordo Coletivo assinado entre as partes, o mesmo tem força de lei. Assim, a empresa não pode retirar o benefício da Cesta Básica, enquanto vigorar o referido Acordo".

- Sobre as diferenças na alimentação servida aos trabalhadores do viveiro e os demais trabalhadores florestais. Fato explicado pela empresa de que "As diferenças entre a alimentação fornecida aos trabalhadores do viveiro e os demais trabalhadores florestais são oriundas de dois aspectos. O primeiro, devido à natureza dos trabalhos, visto que os trabalhadores florestais exercem ocupações mais pesadas, e que necessitam de maiores calorias. Em segundo lugar, os fornecedores são diferentes. Muito embora ambos sigam cardápios elaborados por nutricionistas. Ressalte-se, porém, que durante a Reunião Pública ficou-se com a impressão de que, talvez, a alimentação servida aos trabalhadores do viveiro seria "pior" que a dos outros trabalhadores. No entanto, durante a auditoria de campo constatou-se que não havia queixas dos trabalhadores dos viveiros em relação à comida, o que já não ocorreu com os trabalhadores florestais que, especificamente em Felixlândia, queixaram-se em relação à quantidade e ao fato de já ter ocorrido a entrega de comida "azedada". Para averiguar tal situação foram visitados os dois fornecedores da PLANTAR e constatou-se que, em princípio, ambos produzem os alimentos em condições de higiene adequadas, assim como a qualidade dos produtos mostra-se satisfatória. Todavia, pôde-se constatar dois aspectos. O fornecedor da Unidade de Felixlândia, realmente servia o almoço num recipiente menor que o servido aos trabalhadores de Curvelo. Assim, era procedente a queixa em relação à quantidade menor de comida feita pelos trabalhadores. Por conta disso, foi determinado que os recipientes fossem os mesmos para todos os trabalhadores, a fim de se sanar o problema. Do mesmo modo, constatou-se que a origem de comida possivelmente "azedada" devia-se ao fato de se utilizar também recipientes reutilizáveis. Assim, caso houvesse um descuido com a correta lavagem, poderia haver restos que se estragariam com o calor da região. Neste caso, foi determinado um maior rigor no controle com a higienização dos recipientes, o que seria suficiente para se sanar o problema, desde que houvesse igualmente um cuidado em se entregar o almoço no menor tempo possível, evitando-se expô-lo ao sol por muito tempo. De qualquer forma, foi exigido que a PLANTAR monitorasse a qualidade da alimentação, através de um questionário periódico de controle de qualidade da alimentação servido, a ser respondido pelos principais interessados, os próprios trabalhadores, e de forma não personalizada e fora da hierarquia".
- Sobre o problema de falta de água no povoado de Paiol de Cima (município de Curvelo) a empresa justifica que "a questão se refere a uma série de aspectos, que, não necessariamente, estão ligados diretamente aos plantios da PLANTAR. E que a estiagem é inerente ao próprio ecossistema de Cerrado, que apresenta períodos chuvosos e secos bem delineados. Acrescente-se a isso, o fato de que em 2002 ocorreu o fenômeno do El niño, fazendo com que a região sofresse um período ainda maior de estiagem. Por fim, há uma imagem de que o eucalipto "seca" as

nascentes de uma região. O fato é que, realmente, como toda essência de rápido crescimento, o eucalipto é um consumidor da água do solo, mas, até hoje, não há provas científicas de que cause maiores problemas de falta de água numa determinada região, desde que tomados os devidos cuidados ambientais, como a proteção de nascentes, o respeito às APP's, às Reservas Legais, sistemas de contenção de águas pluviais, combate à erosão. Nesse sentido, o descuido de muitas culturas tradicionais, ou os pastos sem os devidos cuidados com nascentes e voçorocas são, seguramente, muito mais danosos ao sistema hídrico que uma plantação cuidadosa de eucalipto". No caso do povoado Paiol de Cima, os moradores reclamam que os poços estão cada ano mais baixos e, muitos afirmam que é "por culpa" da PLANTAR. Mas a empresa alega que "Os córregos intermitentes, por sua vez, encontram-se com a situação dentro da normalidade, isto é, começam a correr no período das chuvas, entre dezembro, e possuem água corrente até meados de maio de cada ano. Além disso, nas áreas de nascentes recuperadas pela empresa, conseguiu-se que tais áreas não ressecassem mesmo nos períodos de estiagem, mesmo com plantações de eucalipto em volta. Deste modo, os estudos e as experiências indicam que o problema da falta de água em Paiol de Cima, como no entorno das áreas da PLANTAR, pode ser atenuado com os trabalhos de recuperação de áreas, como as APP junto ao córrego da Boa Morte, assim como a proteção de nascentes dentro da Unidade de Curvelo, bem como com o respeito aos cuidados ambientais anteriormente citados, e não simplesmente com a erradicação das plantações que, no final, geram emprego e renda a uma região carente".

- Sobre as disputas em relação à um desvio feito em uma estrada que passava pelo viveiro e era utilizada pelos moradores locais em Curvelo, os auditores da certificação apontam que apesar da empresa ter realizado reuniões com os moradores do entorno, o processo foi atropelado pelo fato da PLANTAR ter submetido o pedido à Prefeitura e executado o projeto antes de se reunir com os usuários da estrada. E de acordo com o relatório de certificação, o problema foi sanado com algumas correções no traçado da nova estrada, proposta pela comunidade e executadas pela empresa. Os certificadores ligam o fato à falta de um Programa de Comunicação Social estruturado por parte da PLANTAR e a necessidade de um mecanismo para recebimento sistemático das demandas da comunidade. Como consequência do episódio foi demandado a realização de estudos de impactos sociais das atividades da PLANTAR em todos os municípios onde detém áreas certificadas.
- Sobre as denúncias no relatório da Rede Alerta contra o Deserto Verde que entre outras questões questiona a responsabilidade da PLANTAR na transformação do modo de vida tradicional da população do entorno de suas áreas de plantações. Ao que a empresa alega que "não pode ser considerada como responsável pela "destruição" do modo de vida tradicional da população do entorno, que seria baseada no extrativismo como a coleta do pequi. A região caracteriza-se como área de Cerrado, mas, com muitas interferências humanas, sendo que os produtores rurais vivem, principalmente, da pecuária leiteira e de corte. Além disso, é muito comum áreas com pastos sujos que contribuem, e muito, para a degradação ambiental. Assim, não é por conta da PLANTAR que os costumes tradicionais estão em processo de transformação ou, então, os pequizeiros encontram-se em menor quantidade. Pelo contrário, com a Certificação Florestal, a empresa se vê obrigada a monitorar, preservar e recuperar, quando for o caso, tanto as Áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal.
- Sobre a CPI das carvoarias os certificadores declaram que "*a PLANTAR foi uma das empresas investigadas na CPI das carvoarias da Assembléia Legislativa de Minas Gerais e que havia sido mencionada porque fora constatada uma trabalhadora terceirizada que se encontrava em*

condições irregulares, sendo que a empresa imediatamente sanou o problema. Da mesma forma, na ocasião, a empresa se comprometeu a fiscalizar com maior rigor o cumprimento da legislação trabalhista por parte das empresas terceirizadas, nas quais forem constatadas irregularidades, o que, igualmente, é exigência da Certificação Florestal. Somando-se a isso, a PLANTAR, desde fevereiro de 2003, decidiu pela contratação de todos os trabalhadores florestais, inclusive os do carvoejamento, pela própria empresa, evitando-se, deste modo, a necessidade de se monitorar as empresas prestadoras de serviços, como era feito até então. Além disso, a auditoria de campo verificou que as condições de trabalho no carvoejamento são adequadas, com a utilização de EPI's próprios à função. Mas, o principal problema se encontrava nos serviços atrelados, como no descarregamento do carvão para o empacotamento, visto que, tradicionalmente, são tarefas exercidas por trabalhadores avulsos, os "chapas", que são autônomos e sem direitos trabalhistas. No caso da PLANTAR, na região de Curvelo, porém, esses trabalhadores encontram-se todos registrados, e auferem ganhos até mesmo melhores que muitos trabalhadores florestais. Assim, o monitoramento das condições de trabalho e do cumprimento da legislação trabalhista é realizada tanto pela empresa como também pelos técnicos de segurança e, neste sentido, a PLANTAR recebeu uma Condicionante [do processo de certificação], cujo cumprimento será alvo das auditorias anuais, para que implante um Sistema de Monitoramento da Segurança do Trabalho, contendo as atividades, as irregularidades constatadas, as providências tomadas e os resultados obtidos".

- Sobre o fato de que a PLANTAR diminuiu os muitos empregos que existiam no município de Felixlândia, com a atividade pecuária e assim estaria empobrecendo a população. A empresa contra-argumenta que a área adquirida em Felixlândia era uma fazenda de gado, com inúmeras áreas de pasto degradado devido ao sobrepastoreio. E que os empregos existentes eram em número de 20 postos de trabalho e que não atendiam a legislação trabalhista (i.e., carteira assinada e recolhimento INSS) e que a PLANTAR contratou 200 pessoas e que este número deve aumentar quando forem iniciadas as atividades de carvoejamento.
- Sobre a PLANTAR ter desmatado vegetação nativa de Cerrado em Felixlândia, os certificadores respondem que de acordo com os critérios do FSC, desde 1994, não é permitido desmatar áreas nativas para plantações e que a Reserva Legal (RL) de 20% foi distribuída em blocos dentro da propriedade para contemplar os remanescentes de vegetação natural que apresentavam maior integridade e função ambiental. Mas para isso foram incorporadas áreas de pasto sujo na RL e algumas árvores isoladas foram retiradas, o que se mostrava em conformidade com os Padrões de Certificação do FSC para Plantações Florestais.
- Sobre a PLANTAR não conduzir programas de monitoramento dos impactos ambientais e sociais de seus empreendimentos, foi defendido pelos certificadores como não estando correto, apesar de que existem aspectos que precisam ser aprimorados e incrementados.

Uma questão não mencionada neste relatório de certificação é que no município de Martinho Campos onde atuam a PLANTAR e a CAF Santa Bárbara (ver adiante) existe um grupo indígena da etnia Caxixó, com apenas 80 indivíduos sobreviventes e que não conseguiram ainda o reconhecimento de seu território. A menção a este grupo é feita no relatório de criação do Comitê de Bacias do Rio Pará, o qual também cita que neste município já vêm ocorrendo conflitos pelo uso do recurso hídrico escasso¹⁴⁹.

¹⁴⁹ Cardoso, M.L.M. 2003. Projeto Marca D'água: A Bacia do Rio Pará, MG (www.marcadagua.org.br).

E um último ponto apresentado no relatório de certificação da PLANTAR é a explicação dos certificadores da utilização pela empresa – e como será descrito adiante por todas as demais certificadas pelo FSC – do herbicida GOAL a base de oxyfluorfen, substância listada como proibida por este esquema de certificação do FSC. Consultas a artigos científicos sobre a toxicologia deste produto indicam que o mesmo é bioacumulativo e causador de mudanças de metabolismo de peixes estudados. Em humanos causa dermatite alérgica, além de afetar a produção de hemaglobulina, substância sanguínea necessária ao processo de cicatrização¹⁵⁰.

Este relatório e os demais consultados descrevem o uso desta substância por todas as empresas reflorestadoras no Brasil e que o FSC Brasil está fazendo petições junto ao FSC internacional para que este produto seja liberado para a capina química pré-emergencial durante a fase de implementação dos plantios. É citada a data de revisão oficial da lista de produtos proibidos do FSC em 9 de dezembro de 2002, e que caso o FSC tome a decisão de proibir o uso do produto no Brasil, a PLANTAR estaria ciente do fato e para isto já vinha pesquisando produtos substitutos, que, todavia, ainda não haviam sido definidos (ver adiante sobre produtos alternativos utilizados pela V&M Florestal). Todavia, faltaram informações mais atualizadas neste relatório de certificação porque na folha de rosto do mesmo é declarado que houve uma última revisão do documento em outubro de 2004; e em consulta ao *website* do FSC Internacional foi encontrado o documento sobre a política de uso de pesticidas em áreas certificadas, datado de julho de 2002, listando o oxyfluorfen como substância proibida e um outro documento que descreve as exceções aprovadas em 30 de abril de 2004, que não inclui esta substância como autorizada.

A V&M Florestal foi certificada pelo sistema do FSC¹⁵¹ em 1999 e re-certificada em 2004. Esta empresa foi fundada em 1969 com o propósito de suprir carvão vegetal para a indústria de tubos de aço VALLOUREC & MANNESMANN TUBES que pertence, desde 2000, à *jointventure* formada pelo grupo francês Vallourec (55% do controle acionário) e da empresa alemã Mannesmannröhren-Werke (com 45% das ações votantes). A sede da V&M Florestal está localizada em Curvelo e no estado de Minas Gerais onde atua, possui uma área total, distribuída em vários municípios, de cerca de 240 mil hectares, sendo 140 mil ha ocupados com plantações de Eucalipto. Já as áreas certificadas abrangem somente 198.800,68 ha, sendo 112,392,42 ha de plantações, distribuídas nos municípios ao redor de Curvelo¹⁵² (área total de 39.079,67 ha; e plantações 25.604,57 ha); ao redor de João Pinheiro¹⁵³ (área total de 116.504,32 ha; plantações 55.435,27 ha); e Montes Claros¹⁵⁴ (área total de 43.216,69 ha; plantações 31.352,57 ha). A empresa também detém propriedade e/ou atua explorando Eucalipto em propriedades de terceiros nos seguintes municípios, que não foram incluídos no processo de certificação, devido aos planos de venda destas áreas. Estas áreas estão localizadas nos municípios de Bocaiúva, Coração de Jesus, Diamantina, Francisco Sá, Mirabela, Montes Claros, Paracatu e São João da Ponte. O relatório de certificação da V&M Florestal também menciona que duas outras propriedades, em Lassance (6.548,17 ha) e em Várzea da Palma (4.021,11 ha), que estavam incluídas

¹⁵⁰ Penagos, H et. al. 2004. Pesticide patch test series for the assessment of allergic contact dermatitis among banana plantation workers in panama. *Dermatitis* Sep, 15:137-45; Rio B. et al. 1997. Effects of a diphenyl-ether herbicide, oxyfluorfen, on human BFU-E/CFU-E development and haemoglobin synthesis. *Hum. Exp. Toxicol.* Feb, 16:115-22; Hassanein, H.M. 2002. Toxicological effects of the herbicide oxyfluorfen on acetylcholinesterase in two fish species: *Oreochromis niloticus* and *Gambusia affinis*. *J. Environ. Sci. Health A Tox Hazard Subst Environ Eng*, 37:521-7.

¹⁵¹ www.sgs.com/home_qualifor/forest_management_certification/forest_management_reports/qualifor_fmr_brazil.htm

¹⁵² Abaeté, Curvelo, Felixlândia, Paineiras, Paraopeba e Pompeu.

¹⁵³ Brasilândia, João Pinheiro e Lagoa Grande.

¹⁵⁴ Bocaiúva, Guaraciama e Olhos d'água.

no primeiro processo de certificação foram vendidas e portanto retiradas do rol de propriedade pelas quais a empresa se comprometia à longo-prazo a seguir os preceitos do FSC.

As questões sócio-ambientais que ocorrem nos municípios onde a V&M Florestal atua são listados neste documento como sendo as seguintes:

- muitas pequenas comunidades localizadas nas vizinhanças das áreas de plantações da empresa;
- agricultura e pecuária de larga escala são as principais atividades econômicas destes municípios, enquanto as pequenas propriedades estão engajadas em criação de gado de pequena escala e agricultura de subsistência;
- existem vastas áreas ocupadas por plantações de árvores estabelecidas 20-30 anos atrás por meio dos incentivos do Fiset, mas muitas destas áreas foram abandonadas;
- existem disputas, principalmente na região norte do estado em relação aos direitos de acesso e uso de água;
- os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) são os mais baixos do Brasil;
- existem inúmeros casos de trabalho escravo e trabalho infantil;
- os salários são baixos e as condições de trabalho inadequadas, particularmente em relação à saúde e segurança e não são respeitados os direitos trabalhistas;
- a infraestrutura local é deficiente, incluindo estradas, escolas, programas de saúde governamentais, coleta de lixo, serviços de esgoto e água, etc.;
- falta de assistência técnica aos pequenos produtores.

Neste contexto, a V&M Florestal mantém suas operações utilizando em grande parte a prestação de serviços terceirizados de empreiteiras e foram estas empresas as causadoras da inclusão da empresa no processo junto ao Ministério Público Federal, acima mencionado. As disputas trabalhistas entre a V&M Florestal e os sindicatos são sobre o valor dos salários pagos pela empresa e sobre o número de empregos criados, sendo que a percepção dos trabalhadores, como descrito neste relatório de certificação, é de que as empreiteiras geravam mais empregos locais. A V&M Florestal contesta numericamente esta afirmativa.

E no contexto de pobreza descrito acima que a V&M Florestal implementa uma série de projetos de cunho social, como por exemplo na comunidade de Pontinha no município de Paraopeba; em Nova Esperança no município de Montes Claros; em São Norberto no município de Bocaiúva; e em Lagoa do Meio no município de Santa Cruz¹⁵⁵. Todos estes projetos estão inseridos no Programa Anual de Ações de Integração Comunitária, descrito no documento como idealizado pela V&M Florestal em parceria com o público, instituições privadas, ONGs e agências governamentais. Este mecanismo é apontado como o instrumento de recebimento dos pedidos das comunidades e que assegura a efetividade das ações da empresa. E que a empresa está sempre aberta a discutir novos projetos.

Do ponto de vista social a V&M Florestal também participou do estabelecimento de Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de João Pinheiro com a criação de incubadoras de negócios

¹⁵⁵ Em Minas Gerais existem três municípios com o nome de Santa Cruz – de Minas, de Salinas e do Escalvado, não sendo esclarecido no relatório de que município realmente se trata.

que futuramente podem ser utilizados pela empresa. E este relatório cita um projeto de arrendamento de áreas para apicultura, que está sendo ampliado junto com a EMATER e SEBRAE.

Outra ação da V&M Florestal nos municípios onde atua é o fornecimento de combustível para a Polícia Florestal do Estado de Minas Gerais. E esta parceria é que resultou no registro no município de Bocaiúva, em três das propriedades da empresa, de casos de roubo de madeira. E também neste município, uma área de 75 ha da Reserva Legal foi ocupada por um vizinho da empresa.

A entrada nas áreas de plantações da V&M Florestal é declarada como de acesso livre para a pesca de subsistência, mas outras atividades, como coleta de lenha em todos os municípios e de minhocaçu (*Rhinodrilus alatus*) no município de Paraopeba, estão sendo coibidas. No caso da lenha a justificativa apresentada pelos certificadores é de risco para sustentabilidade das plantações, mas que a empresa deveria diagnosticar esta demanda na região e agir de forma pró-ativa para atendê-la. Quanto à coleta destas minhocas endêmicas que abastecem o comércio de iscas naturais para pesca, o minhocaçu está listado como espécie da fauna brasileira ameaçada de extinção (i.e., categoria invertebrados terrestres) e neste relatório a V&M declara que vem desenvolvendo um trabalho com a Associação Mineira de Defesa do Ambiente (AMDA) para a preservação desta espécie.

Os moradores das áreas próximas aos plantios da V&M Florestal também reclamam de dificuldades para a coleta de frutos do Cerrado como o Pequi (*Caryocar brasiliense*) e durante as audiências públicas relativas ao processo de re-certificação (ver adiante) ocorreram reminiscências sobre como *“20 anos atrás a região era muito bonita, que havia abundância de água, vegetação e frutos. Os frutos eram coletados pela população para consumo e também eram uma fonte de renda. Agora as pessoas têm que viver nos vilarejos e trabalhar para as empresas. Muitas pessoas vivem de caridade porque estão desempregadas”*. Ao fato, a empresa respondeu que irá desenvolver com as comunidades um projeto de plantio de espécies frutíferas.

Mas outras medidas são percebidas como coercitivas como é o caso do acesso às nascentes de água pelo gado, situação descrita anteriormente que ocorre com a PLANTAR. E no caso da V&M Florestal, a empresa está desenvolvendo um projeto com a Universidade Federal de Lavras (UFLA) e o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF-MG) que determinou o cercamento destas áreas. E, como será descrito adiante, a comunicação falha entre a empresa e os atores locais leva à geração e agravamento de conflitos sócio-ambientais.

A recuperação de áreas degradadas também está ocorrendo em áreas compradas da empresa REFLORALJE por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta assinado com o Ministério Público Estadual para recuperação das matas ciliares ao longo do Rio Riachão, onde houve extração de argila e areia. Situação similar é encontrada em áreas nos municípios de Brasilândia, Curvelo, Felixlândia, João Pinheiro, e Olhos d'água. Também junto com a UFLA, de acordo com o relatório de certificação, está sendo conduzido um estudo para diagnóstico dos 1219 fragmentos que ocorrem nas 23 propriedades da empresa. Estas áreas somam cerca de 72 mil ha abrangendo os municípios de Bocaiúva, Brasilândia, Curvelo, João Pinheiro, Paraopeba e Três Marias. Mas em algumas destas áreas, os trechos onde os corredores ecológicos têm que ser estabelecidos estão ocupados com Eucalipto, e a empresa declarou que irá recuperar a vegetação nativa e uniformizar o estabelecimento de corredores de 25 metros de largura a cada 500 metros de plantações de Eucalipto.

Neste relatório de certificação da V&M Florestal pelo FSC também é mencionada a utilização do herbicida Goal, com a substância oxyfluorfen, listada como proibida por este esquema de certificação. Este relatório (datado de 31 de julho de 2003) descreve que a V&M Florestal está buscando alternativas químicas e entre estas o uso de um novo herbicida com o princípio ativo do

isoxafluteno. Na verdade, o nome correto desta substância é isoxaflutole (5-cyclopropylisoxazol-4-yl-2-mesyl-4-trifluoromethyl phenyl ketone) e em sua composição tem chumbo, que é um produto também bioacumulativo e causa distúrbios no sistema neuro-motor¹⁵⁶. E De acordo com as regras do FSC, esta substância também se classifica como proibida. Além do mais, de acordo com este relatório de certificação a mesma não está registrado no Brasil para uso em operações de manejo florestal oque também faria seu uso pela V&M Florestal como ilegal.

Outra questão relativa ao uso de substâncias proibidas pela legislação brasileira ocorreu em dois casos descritos pelos certificadores como presenciados em duas das propriedades da V&M Florestal auditadas, em Lagoa Grande e em Brasilândia, onde os empreiteiros estavam utilizando óleo queimado para lubrificação das motosserras e alegaram não ter conhecimento que tal procedimento é proibido de acordo com a Resolução CONAMA no. 009/1993.

Um estudo sobre a Bacia Hidrográfica do Rio Paracatu¹⁵⁷, relata que no município de João Pinheiro, onde a V&M Florestal atua, *“de acordo com dois agropecuaristas de João Pinheiro, as reflorestadoras são responsáveis pela degradação das margens de rios da bacia do Paracatu decorrente das técnicas de plantio e manejo do solo que utilizam. Observou-se, dessa forma, uma postura crítica de alguns produtores rurais em relação à forma como essas empresas desenvolvem suas atividades. Um agropecuarista de João Pinheiro relatou que as mineradoras compram áreas de solo arenoso, que possuem baixos preços, retiram o cerrado, fazendo a “gradagem” profunda para retirada das raízes das plantas do cerrado e plantam o eucalipto. Segundo ele, essa prática impede a contenção do solo arenoso, que com as chuvas é carregado até os cursos d’água e suas nascentes. No período seco, as reflorestadoras utilizam grades aradoras, gradeando profundamente as margens da área de eucaliptos, “afrouxando” o solo arenoso que está na cabeceira das veredas, gerando o seu assoreamento”*. Segundo este mesmo estudo, estas as atividades de reflorestamento ocorrem também nos municípios de Brasilândia, Santa Fé de Minas, Lagoa Grande e Paracatu. Todos municípios onde a V&M Florestal atua.

A V&M Florestal também atua em Diamantina no Vale do Jequitinhonha em uma propriedade da REFLOLRAJE onde, segundo o relatório de certificação a primeira corta Eucalipto mas não incluiu a área no processo de certificação. Neste município também atua a CAF Santa Bárbara que tem uma propriedade certificada pelo FSC. E em Diamantina está localizado o Parque Estadual do Biribiri, com 20.000 ha e a ocorrência de várias espécies ameaçadas de extinção como o lobo-guará e a onça sussuarana.

Neste município, outro ponto de interesse para este Diagnóstico de conflitos é que existe uma forte articulação e atuação da entidade Pólo Sindical na capacitação de trabalhadores rurais e organizando mecanismos para a garantia de acesso à terra¹⁵⁸. O Vale do Jequitinhonha, como citado anteriormente, é uma região continuamente apontada como o exemplo dos impactos negativos da implantação de vastos monocultivos de árvores, principalmente devido às condições de clima semi-árido da região e a situação sócio-econômica da população rural, isolada em pequenas localidades, sem estradas asfaltadas, transporte adequado, serviços de saúde e educação. A principal alternativa econômica que existia para a população rural masculina que era migrar para participar das colheitas de café em outras partes de Minas Gerais e da cana-de-açúcar em São Paulo, está cada vez menor devido

¹⁵⁶ Pallett K.E. et al. 2001. Isoxaflutole: the background to its discovery and the basis of its herbicidal properties. Pest Manag Sci. Feb;57(2):133-42.

¹⁵⁷ Dino, K.J. 2002. Projeto Marca D’água: A Bacia do Rio Paracatu, MG (www.marcadagua.org.br)

¹⁵⁸ Cardoso, M.L.M. 2002. Projeto Marca D’água: A Bacia do Rio Araçuaí, MG (www.marcadagua.org.br)

à falência destas culturas e/ou adoção de técnicas modernas que dispensam a necessidade de grande quantidade de mão-de-obra. A consequência é que esta população rural alijada socialmente e economicamente está atualmente em busca dos meios de retorno à terra para garantir sua subsistência.

E sobre o município de Bocaiúva, aonde a V&M Florestal e a REFLORALJE atuam, a Fundação ABRINQ publicou depoimentos de duas crianças trabalhando em carvoarias¹⁵⁹: *"Também, que futuro esse país pode esperar de uma criança que nem eu? Tenho 15 anos e já estou cansado de trabalhar. Ainda tenho sorte. Sei que por aí estão até matando meninos e meninas. "O Brasil não gosta de mim" (Duarte de Oliveira, carvoaria de Bocaiúva/Minas Gerais) e "O carvão entra no pulmão da gente, e aí não tem mais jeito, vamos pro buraco" (Josilaine Gonçalves da Silva - 9 anos - Bocaiúva/Minas Gerais). E o mesmo informe complementa: "Olhos d'água é uma escola rural, no município de Bocaiúva, norte de Minas Gerais. Todos os seus alunos trabalham para ajudar os pais na agricultura. Alguns são pequenos carvoeiros, outros ajudam os pais que são peões, pequenos produtores, bóia-frias. Com um rendimento escolar, em geral, inferior ao das crianças de outras escolas que não precisam trabalhar, a maioria dos alunos de Olhos d'água sofre de fadiga física, são mal nutridos e sentem muito sono. De cada dez alunos, quinze abandonam a escola, antes de completar o terceiro ano, e 35 repetem de ano. Só dezoito alunos conseguiram chegar a oitava série. "A maior causa da evasão escolar é o trabalho infantil, ligado à baixa renda familiar", alerta a diretora da escola".*

Outras questões foram levantadas pelos *stakeholders* da V&M Florestal durante as audiências públicas do processo de certificação florestal, realizadas em Curvelo e Montes Claros, respectivamente, em 24 e 29 de setembro de 2003. Nestas reuniões, de acordo com o relatório de certificação, estiverem presentes, de acordo com este relatório, mais de 100 representantes das comunidades locais. Dos pontos levantados são listados a seguir aqueles relevantes para este Diagnóstico de conflitos sócio-ambientais em relação às plantações de árvores em Minas Gerais:

- A monocultura do eucalipto seca o solo; respondido com a argumentação pela empresa de que outros tipos de uso da terra também chegaram ao Cerrado junto com o Eucalipto e principalmente a agricultura irrigada na bacia do rio Riachão. E estão sendo conduzidos projetos junto com as universidades UNILESTE e UFLA para a recuperação da mata ciliar e aumento da captura de água.
- A população carece de informações sobre as práticas de manejo florestal conduzidas pela empresa e a empresa deveria abrir suas instalações para visitas; a empresa argumenta que tem canais de comunicação com o público em geral, por meio de supervisores e gerentes na base de Curvelo. E que tem se comunicado com os vizinhos e outros atores por meio de cartas, visitas, panfletos e brochuras; quanto às visitas, a empresa comunicou durante estas audiências públicas o número do telefone a ser utilizado para agendamento de visitas; mas os certificadores perceberam que havia ainda necessidade de melhoria dos mecanismos sendo utilizados.
- A empresa não tem parcerias com o projeto SOS Rio Santo Antonio de Curvelo, em que estudantes secundaristas da escola Bolívar de Freitas junto com proprietários rurais cuidam das nascentes. Também foram feitas queixas sobre a falta de parceria com outros projetos culturais; a empresa rebateu que o primeiro projeto citado não está na área de abrangência da empresa, mas que quanto aos projetos culturais irá levantar mais informações para considerar a colaboração com os mesmos.

¹⁵⁹ <http://macunaim.sites.uol.com.br/otrabalh.htm>

- Plantios de eucalipto expulsam a fauna silvestre; a empresa alega que vem conduzindo com a UFMG estudos de monitoramento de pássaros, mamíferos e abelhas nativas. Os resultados apontam para um grande número de espécies habitando a região, como 23 espécies de médios e grandes mamíferos, dos quais, nove são espécies ameaçadas de extinção; e que 293 espécies de pássaros foram registradas, sendo seis ameaçadas. Estes dados foram utilizados para justificar que as espécies da fauna nativa estão buscando abrigo nas áreas de propriedade da empresa. Além do mais, a pesquisa com abelhas nativas demonstra que não houve grande impacto nas populações destes insetos ao longo de dois anos de monitoramento. Então alguns dos presentes contra-argumentaram que estas informações deveriam ser divulgadas para contribuir em programas de educação ambiental na região.
- Plantios de eucalipto causam impactos negativos devido à poluição com pesticidas e que as iscas para formigas utilizadas pela V&M Florestal têm causado mortandade de peixes e que a empresa utiliza pulverização aérea de herbicidas; a empresa alegou que vem trabalhando na otimização do uso de produtos químicos e que tem por exemplo utilizado controle biológico contra o ataque de lagartas; e que não utiliza produtos que não sejam autorizados no estado de Minas Gerais; a empresa reconhece o uso de aplicações aéreas de pesticidas e fertilizantes, mas declara que para o primeiro caso não é rotina; mas os certificadores concluíram que vizinhos e a comunidade tem que ser propriamente informados destas praticas.
- Existe uma unidade de tratamento químico da madeira de Eucalipto para uso como postes e moirões, a qual por estar próxima a um córrego contaminou a água; a V&M Florestal justifica que a responsável por tal unidade é a REFLORALJE e que não tem ligação com a empresa.
- Para a população local uma área onde estaria sendo extraída areia e argila de maneira predatória pertence a V&M Florestal, mas a empresa alega que esta área não é dela e sim de uma empresa de cimento.
- As ONGs presentes demandaram que a empresa tem que apoiar projetos na área ambiental que tirem proveito do grande potencial humano na região; ao que a empresa responde que já apóia projetos na região.
- Também foram apontadas e demandadas as seguintes questões por parte das ONGs – o desmatamento do Cerrado; o desaparecimento de frutas que eram importantes para as comunidades, levando-as a migrarem para as cidades; a fauna declinou; o eucalipto não é adaptado para o Cerrado devendo ter sua área de plantio reduzida para que os mananciais de água retornem.
- Atores presentes nas reuniões públicas acusam a empresa de estar ocupando terras públicas e cobram a apresentação de documentação que prove em contrário; o que a empresa declara que não e em janeiro de 2004 lançou um comunicado público sobre o assunto;
- O porque de uma empresa alemã estar plantando Eucalipto no Brasil? A empresa deveria ir plantar na Alemanha. A empresa responde dizendo que atua de acordo com a legislação brasileira.
- A área de Reserva Legal da fazenda Nova Esperança II, em Montes Claros não alcança os 20% exigidos em lei; os representantes das agências governamentais presentes na reunião declaram que a empresa pode utilizar o mecanismo de compensação ambiental com a compra de outra área de vegetação nativa; e estes atores demandam a recuperação do Rio Verde, ao que a empresa argumenta que está a 4 km de uma de suas áreas e que a empresa tem buscado trabalhar somente dentro de sua área de influência; a questão da RL também foi apontada pelos revisores do processo de certificação da V&M Florestal declarando que em Montes Claros a área é de 15,5%; a empresa contrapõe que as áreas de outras propriedades são maiores que

20% e que foi assinado junto ao IEF-MG um termo de responsabilidade de preservação da floresta para estas áreas.

- O STR de Curvelo declara que o acordo coletivo foi assinado, mas a situação dos trabalhadores piorou já que as empresas prestadoras de serviços não têm que obedecer à este acordo e se recusam a assinar os contratos; os certificadores argumentam que durante suas visitas não foram levantados queixas de outros trabalhadores e que a situação tem melhorado, com as empreiteiras provendo cesta básica, café da manhã, uniformes e transporte. A V&M Florestal complementa que está tentando trazer a Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Minas Gerais (FETAEMG) para as negociações, mas no caso do STR de Bocaiúva, não há apoio para esta iniciativa. Mas a empresa também declara que as empreiteiras é que devem tomar a iniciativa e seu poder de interferência é limitado.
- O STR de Bocaiúva denunciou a morte de um empregado das carvoarias trabalhando para uma empreiteira. A V&M Florestal declarou que o caso foi julgado e finalizado.
- O STR de Bocaiúva denunciou também que o transporte não é seguro; a V&M Florestal alega que são utilizados ônibus e vans e que tem um sistema de monitoramento; a denuncia feita pelo STR de Bocaiúva relaciona a V&M Florestal à um esquema montado por uma companhia de turismo da cidade que detém a concessão exclusiva da prefeitura para transporte de pessoas nas comunidades adjacentes e assim registrou uma linha de ônibus que atende aos trabalhadores da V&M Florestal. Estes ganham passes e com isso a empresa não paga o tempo de deslocamento da cidade até as áreas das plantações. Quando requeridos pelos trabalhadores a agir como as demais empresas - que registram salário mínimo mas pagam a produtividade incluindo o deslocamento dos trabalhadores - a empresa se negou alegando que cumpre a legislação do trabalho; a certificadora declara que monitorou o processo e não encontrou problemas.
- Somente 1/3 dos empregados da V&M são sindicalizados e praticamente nenhum daqueles que trabalham para as empreiteiras. A V&M declara que os empregados são livres para decidir se fazem parte do sindicato ou não.
- O STR de Bocaiúva se queixa ainda da cerca colocada em uma fazenda do município, mas a empresa se justifica que a área foi cercada para cumprimento das recomendações da UFLA e do IEF.
- A empresa pode não estar envolvida diretamente no desmatamento do cerrado após 1994, como demanda a certificação, mas compra carvão de origem nativa para a sua indústria como declara o STR de Curvelo; o relatório de certificação declara que de acordo com a lei estadual 14.309 de 19 de junho de 2002 até 10% do consumo de carvão vegetal pode ser de florestas nativas e que as práticas da indústria não estão relacionadas com o processo de certificação da V&M Florestal.
- O STR de Curvelo denuncia também que os trabalhadores das carvoarias de Pindaíba têm que descarregar fornos que ainda estão quentes; o certificador declara que a V&M Florestal tem um sistema para monitorar empreiteiros e que não foram encontradas evidências do problema;
- O STR de Curvelo denuncia que a V&M está trabalhando ilegalmente no município de Carbonita, mas não detalha porque; o certificador declara que a área está fora do processo de certificação da empresa; a V&M Florestal declara que cumpre a legislação.
- O STR de Bocaiúva cobra sobre os desdobramentos em relação a invasão de uma área de Reserva Legal em Bocaiúva; a empresa declara que entrou na justiça com um pedido de reintegração de posse.
- Os presentes na audiência também se queixaram dos certificadores declarando que ocorreram encontros com o público antes da re-avaliação, mas nas reuniões de conclusão do processo o

público não é convidado; o certificador justifica que o documento público é disponibilizado na *internet* mas não existe demanda do FSC que se realize um encontro final com os *stakeholders* para apresentação deste relatório final.

A CAF Santa Bárbara é ligada à empresa siderúrgica Belgo Mineira. Informações no *website* da empresa declaram que a Belgo iniciou experiências com reflorestamento em 1939, plantando a espécie nativa Jacaré no município de Santa Bárbara. As experiências com Eucalipto começaram em 1941, no município de João Monlevade. Com o sucesso dessas experiências a Cia. Siderúrgica Belgo Mineira criou o Departamento de Terras Matas e Carvão, objetivando assegurar o suprimento de carvão vegetal para a indústria. A partir de 1953 teve início o primeiro plano de reflorestamento de longo prazo, visando o suprimento da Usina de João Monlevade. Em 1957 foi criada a CAF com o objetivo de produzir madeira de forma sustentada visando a produção de carvão vegetal. Entre 1972 e 1979, ocorreu a expansão das áreas de reflorestamento para os municípios de Martinho Campos e Carbonita, em Minas Gerais e também para Teixeira de Freitas, na Bahia. Em 2002, a CAF passou a integrar o GRUPO ARCELOR, denominado o maior grupo de siderurgia mundial por atuar em mais de 60 países.

	Áreas de Plantações de Eucalipto (ha)	Área Total (ha)
Bahia (Teixeira de Freitas)	8.843	18.554
Minas Gerais - Centro-oeste (entre os municípios de Abaeté, Martinho Campos e Bom Despacho)	24.221	34.518
Minas Gerais - Norte (município de Carbonita)	26.471	41.390
Minas Gerais - Rio Doce (municípios de Coronel Fabriciano, Dionísio e Sabará)	39.807	60.278
Total	99.342	154.740

De acordo com a empresa certificadora acreditada pelo FSC, a CAF Santa Bárbara foi certificada em dezembro de 2004. Porém a listagem do FSC Brasil, atualizada em fevereiro de 2005 não inclui o nome desta empresa entre as áreas certificadas no País.

As áreas da CAF Santa Bárbara que estão certificadas, de acordo com o relatório público de certificação¹⁶⁰ somam 80.874,53 hectares distribuídos nas quatro unidades regionais citadas acima. Além da discrepância no somatório total das áreas de plantações da CAF (no *website* são 99.341 ha), das áreas no estado de Minas Gerais, o relatório público de certificação declara que a Regional Rio Doce (RRD) deteria 21.337, 89 ha (versus 39.807 ha no *website* da empresa) com plantações de Eucalipto e teria o escritório central localizado no município de Coronel Feliciano. Todavia, não existe município assim denominado no estado, mas sim Coronel Fabriciano, como no *website* da empresa é indicado. A Regional do Centro-Oeste (RCO) administraria 24.221,32 ha de plantações de Eucalipto de um escritório no município de Martinho Campos e a Regional Norte (RNO) é responsável por 26.471 ha administrados do município de Carbonita. Além destas áreas a CAF Santa Bárbara é

¹⁶⁰ www.sgs.com/home_qualifor/forest_management_certification/forest_management_reports/qualifor_fmr_brazil.htm

responsável pelo manejo de outras nove propriedades, somando 28.012,14 ha, sendo 18.914,14 ha de plantações de Eucalipto, que não foram incluídas neste processo de certificação por estarem à venda.

Este relatório declara que entre 1997 e 1998, a CAF Santa Bárbara terceirizava a maior parte dos serviços necessários às suas operações, mas que atualmente as posições técnicas, de manejo e supervisão são contratadas diretamente pela empresa e as atividades de exploração e carvoejamento são conduzidas por empreiteiras. A proporção é de 288 empregados diretos versus 4060 contratados pelas empreiteiras.

Neste relatório de certificação, o descritivo das áreas ocupadas pela CAF declara que as plantações na Regional Centro-Oeste ocupam áreas que anteriormente foram ocupadas por pastos e agricultura que por sua vez substituíram a vegetação nativa. Os remanescentes existentes se encontram ao longo dos cursos d'água e a maioria dos proprietários não respeita a legislação e prejudica a fauna com caça e destruição dos habitats. Os solos nestas áreas são muito suscetíveis à erosão. E estas áreas foram classificadas como de Alto Valor para Conservação, por pertencerem ao ecossistema de Cerrado e manterem espécies raras e ameaçadas do estado de Minas Gerais.

A Regional Norte, localizada no Vale do Rio Jequitinhonha, é descrita como caracterizada por déficits hídricos periódicos. A vegetação natural é de Cerrado e atualmente está ameaçada pela conversão de áreas por meio de queimadas e desmatamento ilegal. A pecuária se desenvolveu principalmente na parte mediana desta Bacia Hidrográfica e a queima da vegetação também nestas áreas afetou os sistemas hidrológicos. Os municípios nesta região também apresentam muitos problemas de despejo de esgoto não tratado nos corpos d'água e extração mineral ilegal, principalmente de diamantes, cujas operações envolvem a eliminação da vegetação ao longo dos rios. Nesta área está localizada a Reserva Biológica da Mata dos Ausentes, de 300 ha, no município de Senador Modestino Gonçalves; a Reserva Biológica da Mata Acauã, com 5.000 ha, localizada entre os municípios de Turmalina e Minas Novas; o Parque Estadual do Rio Preto com uma área de 11.000 ha, localizado no município de São Gonçalo do Rio Preto; o Parque Estadual Serra Negra em Itamarandiba e o Parque Estadual Biribiri em Diamantina.

Na Regional Rio Doce, referente às áreas de plantações localizadas na Bacia Hidrográfica de mesmo nome, a qual abrange 222 municípios, representando cerca de 86% do território do estado de Minas Gerais, a vegetação nativa é de Mata Atlântica. Esta região, desde a década de 30 foi sujeita à exploração madeireira e destruição da vegetação ciliar. Além do mais, as aglomerações urbanas e industriais ao longo do Rio Doce contribuem para a poluição do rio com resíduos orgânicos e químicos. Na região estão duas importantes unidades de conservação – o Parque Estadual do Rio Doce e a Estação Biológica de Caratinga. O Parque Rio Doce com 1430 ha é vizinho à área da CAF no município de Dionísio. E a CENIBRA também declara deter reflorestamentos neste município. E na Área de Proteção Ambiental (APA), de 22.000 ha, 17.000 ha pertencem à CAF Santa Bárbara. Nesta última UC é desenvolvido o Projeto de Conservação da Mata Atlântica denominado de Doces Matas e financiado pelo Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais (PPG7).

Além da pendência, quanto ao caso de inclusão da CAF Santa Bárbara na lista das empresas processadas pelo Ministério Público Federal por envolvimento com trabalho escravo nas carvoarias ligadas às suas atividades, o relatório de certificação menciona que foi emitida uma Requisição de Ação Corretiva (CAR- Corrective Action Request) também incluindo a necessidade da empresa apresentar documentação referente ao licenciamento das áreas de extração de areia que possui dentro de suas propriedades; os certificados de outorga de uso de água e o processo de licenciamento das operações de manejo florestal.

A CAF Santa Bárbara também mantém um acordo com a Polícia Florestal de Minas Gerais para garantir a proteção da fauna e flora nos municípios de Martinho Campos, Carbonita e Dionísio, onde atua. Em outros municípios esta cooperação ocorre de maneira informal. E da mesma maneira que a V&M Florestal, a CAF detém áreas de APP que estão ocupadas por plantações de Eucalipto. O relatório declara que a empresa recebeu autorização para explorar a madeira e então tomar as medidas necessária para a recuperação destas áreas, de acordo com procedimentos descritos no Plano de Manejo Florestal.

A CAF, como as demais empresas conduz programas sociais na região onde atua, como por exemplo a manutenção de um curso profissionalizante na Escola Técnica de Bom Despacho, por meio da entidade Aliança Bondespachense de Assistência e Promoção (ABP); parcerias com o SEBRAE; projetos de apicultura nas áreas da empresa; projeto de parceira com 50 famílias para produção de agricultura de subsistência em áreas da CAF que retém 10% da produção e doa os produtos para entidades locais de assistência social; bolsas de estudos para os seus funcionários; apoio para implementação de um sistema integrado de administração junto à rede escolar do município de Carbonita; parcerias com o Governo Federal por meio da Fundação Belgo Mineira no Programa Alfabetização Solidária; programas culturais e de educação ambiental para as escolas públicas locais; e programas voluntários dos funcionários da CAF de doações e caridade na região onde a empresa atua. Especificamente na Regional Norte, os funcionários da CAF participam do Conselho de Desenvolvimento Municipal (CODEMA) em Carbonita e do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araçuaí. E também nesta Regional uma parte da área das plantações é designada para a produção de madeiras para as pequenas indústrias locais. Os certificadores mencionam que existe um sistema da empresa para o recebimento e análise das demandas das comunidades. Ainda assim, os certificadores demandaram da empresa a elaboração de um estudo, conduzido por um especialista independente sobre os impactos sócias das atividades da CAF Santa Bárbara e desenho de um plano de atividades e monitoramento dos programas.

Outra questão relacionada com a potencial geração de conflitos sócio-ambientais em relação às práticas da CAF é descrita pelos certificadores como uma situação relativa ao pagamento dos empregados terceirizados que foi detectada e corrigida. Algumas das empreiteiras da região pagam um salário fixo e o restante da remuneração na forma de um bônus relacionado com a produtividade, especialmente para os trabalhadores nas plantações e nas carvoarias. A CAF identificou a prática problemática e montou um plano de ação para solucionar a questão. A efetividade do plano será avaliada na próxima visita de auditoria dos certificadores.

Como as demais empresas, que atuam na região, a CAF declara que não proíbe o acesso às plantações, mas não permite caça e outras atividades ilegais. Os certificadores declaram que nos levantamentos que fizeram não se depararam com nenhuma demanda específica das comunidades para coleta de produtos na área das plantações. Porém, como apontado no relatório, durante o processo de consulta pública (ver adiante) vários *stakeholders* sugeriram uma série de atividades que poderiam ser desenvolvidas nas áreas como pesca, apicultura e manufatura de pequenos objetos de madeira. O documento declara que a empresa está considerando estas sugestões para a implementação de projetos junto com a comunidade.

O relatório de certificação menciona que várias áreas dentro das propriedades certificadas da CAF necessitam de restauração. Especialmente na Regional do Centro Oeste de Minas há demanda para recuperação da vegetação nativa dentro das áreas de Reserva Legal que se encontram ocupadas por plantações de Eucalipto. Em algumas outras propriedades resta muito pouco da vegetação nativa e o pouco que resta está muito alterado antropicamente. As recomendações do plano de ação sendo

adotado foram elaboradas nos estudos de “*Composição florística e estrutura fitossociológica como fundamento para o manejo da vegetação do Cerrado da CAF*” e “*Programa de Manejo e Restauração de Vegetação nas Áreas da CAF*”, preparados com colaboração da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Quanto ao uso do herbicida a base de oxyfluorfen, a CAF também adota este procedimento e para esta empresa os certificadores demandaram a imediata suspensão do uso do produto. O relatório declara que em julho de 2004, durante a visita do time de auditores o uso havia sido suspenso e também não foram feitas novas compras do produto em 2004. Para a capina na fase de implementação dos plantios a empresa passou a utilizar a capina manual, mas a CAF está buscando um produto alternativo para ser utilizado.

Os certificadores apontam que o plano de manejo não estava disponível aos *stakeholders* como demanda o FSC e que o programa de monitoramento proposto pela empresa havia selecionado indicadores ambientais e sociais muito fracos. No caso dos indicadores ambientais não foram propostos mecanismos para o monitoramento dos impactos do manejo florestal por meio do acompanhamento das bacias hidrográficas e observações de mudanças na flora e fauna. Sobre os indicadores sociais é declarado apenas que não foram apontados indicadores para estes aspectos. Porém, o relatório declara que em Agosto de 2004 a questão havia sido sanada após a revisão do Plano de Monitoramento da CAF, incluindo indicadores de performance e metodologia para o monitoramento de bacias hidrográficas, estudo e monitoramento da fauna, monitoramento de fragmentos florestais e espécies da flora ameaçadas de extinção.

Outra informação disponível no relatório de certificação da CAF Santa Bárbara é quanto ao percentual de área ocupado em cada município com plantações de árvores da empresa. No caso de Dionísio chega a 53%; em São José do Goiabal 28,1%; em Carbonita 19,9%; em Senador Modestino 12,3%; e em Martinho Campos 11,34%.

Durante as reuniões públicas em 03 e 05 de fevereiro de 2004, realizadas nos municípios de Martinho Campos, Dionísio (Baixa Verde), Alcobaça (Bahia) e Carbonita, e atendidas por representantes do governo, escolas, universidades, sindicatos e ONGs foram levantadas as seguintes questões relevantes para este Diagnóstico:

- Moradores e vizinhos da CAF reclamaram de que na comunidade de Engenho do Ribeiro (município de Bom Despacho) a oferta de empregos era maior quando a CAF contratava diretamente e que a utilização de empreiteiras mudou esta situação; a empresa respondeu que o período em que utilizou o serviço de empreiteiras foi nos anos de 1997 e 1998 e que desde então vem aumentando o numero de pessoas contratadas.
- Estes mesmos moradores requisitaram que sua comunidade fosse incluída no programa cultural promovido pela empresa e chamado “*Trilhas da Cultura*”, ao que a empresa respondeu que a agenda do programa já estava fechada, mas que estudantes e moradores da comunidade poderiam receber vale-transporte para ver os eventos na cidade de Bom Despacho.
- Queixas sobre o uso de empreiteiras e a prática das mesmas de pagar parte do salário como produtividade. Também houveram questionamentos de outros atores sobre o assunto e denunciado que as empreiteiras contratadas pela CAF pagam até 40% menos que outras empresas que atuam na região; a empresa respondeu que o problema estava sendo monitorado e sanado, como por exemplo na Bahia. E que na Região do Rio Doce haviam ocorrido discussões com as empresas empreiteiras e com os sindicatos locais para assinatura de um acordo.

- As empreiteiras declararam durante estas reuniões que estão preocupadas com o processo de certificação porque a CAF irá demandar muito delas e que estas não serão capazes de cumprir estas demandas. Os contratos são pré-determinados e a CAF não compensa os custos incrementais de produção. E que também o percentual de investimentos é baixo, o que torna muito difícil para as empreiteiras melhorar as condições de trabalho de seus trabalhadores; a CAF respondeu que em maio de 2004 houve um reajuste nos preços que incluiu os custos originários da melhoria da infraestrutura nas áreas das plantações e de produção de carvão, além de outros itens demandados pelo processo de certificação.
- A CAF realizava a recuperação do piche que ficava no fundo dos fornos de carvão, mas após a entrada das empreiteiras a prática foi abandonada; a empresa declarou que o processo foi abandonado antes da utilização de empreiteiras porque a tecnologia demandada exigia fornos maiores para ser operacional e não há demanda de mercado para o produto, mas métodos mais modernos e seguros estão sendo desenvolvidos.
- A substituição dos fornos tradicionais por fornos mais modernos e mecanização de etapas da produção é reconhecido como potencialmente favorável à saúde dos trabalhadores, porém, por outro lado há temor de redução do número de empregos. Tal preocupação também foi demonstrada por representantes de agências governamentais presentes nestas reuniões; a empresa respondeu que estudos sócio-econômicos e ambientais irão indicar a viabilidade da implementação da nova tecnologia, e que serão adotadas medidas de mitigação dos impactos sociais negativos por meio do desenvolvimento de alternativas produtivas para os trabalhadores.
- A fumaça produzida nos fornos de carvão incomoda as pessoas em suas casas e impede a visibilidade nas estradas; a empresa declarou que a nova tecnologia sendo considerada irá modificar esta situação porque os novos fornos terão sistemas de recirculação dos gases e redução da emissão de fumaça.
- Os pequenos produtores da vila de Baixa Verde, município de Dionísio demandam que a empresa libere mais áreas para plantios de subsistência porque existe deficiência de terras disponíveis; a empresa declarou que esta conduzindo ações em parceria com a EMATER e analisando a real demanda de tais projetos.
- A CAF deveria suprir fertilizantes para pequenos agricultores trabalhando em parceria com a empresa; CAF informou que a EMATER possui um programa de financiamento para os participantes deste programa.
- ONGs presentes questionaram sobre as responsabilidades da empresa em relação ao seguro no transporte dos funcionários; a empresa declarou que todos os veículos têm seguro.
- Os trabalhadores reclamaram que as empreiteiras não consideram atestados médicos para dispensa do dia de trabalho; a empresa tem um sistema de levantamento administrativo da mão-de-obra terceirizada e pode detectar se tal problema está ocorrendo e tomar as medidas necessárias.
- Foi questionado quais as atividades que seriam de responsabilidade das empreiteiras; foi respondido que produção de mudas manutenção do plantio, exploração, transporte, carvoejamento, atividades de construção e serviços gerais.
- Demanda de que a CAF apoie estudos para a conservação da flora e fauna;

- O STR e a CPT denunciaram o corte de árvores em Área de Preservação Permanente; a empresa justificou declarando que as árvores não eram de vegetação nativa mas sim plantadas em um antigo pomar
- O STR apresentou vários pedidos à CAF no passado, mas nunca recebeu respostas, para questões como: prover áreas de pasto para pequenos produtores que tem contrato de empréstimo com o PRONAF; aumentar a disponibilidade de áreas para parceria na agricultura, mas os contratos têm que ser ajustados e o Sindicato pode auxiliar a fiscalizar as propriedades e também conseguir empréstimos do PRONAF. A citado como exemplo a situação da comunidade de Firma Araújo (sem explicitar município) com 200 família em dificuldade porque não tem outras alternativas de renda e onde cultivar comida; demanda por projetos de apicultura e áreas para criação de peixes; a empresa respondeu que tais pedidos nunca haviam chegado formalmente à CAF e que já provê áreas para parceiras de produção agrícola, mas não conduz tal pratica em relação à pastagens; daquele momento em diante os contratos de parceria para produção agrícola passariam a ser elaborados com a participação das comunidades, EMATER, IEF-MG e Sindicatos, permitindo maiores discussões e estabelecimento de prioridades; um novo projeto apícola está em desenvolvimento e incluirá várias outras famílias; encontros foram realizados para discussão dos projetos de criação de peixes e a viabilidade dos mesmos.
- Um dos presentes declara que a CAF vem fazendo um bom trabalho e já tem parceria em vários projetos locais. O Grupo Arcelor é melhor de fazer parcerias. As comunidades ainda cometem erros e acham difícil aceitar a CAF por causa do passado de conflitos e problemas. E outro presente na reunião declara que a empresa tem bom relacionamento com a comunidade, todavia é necessário melhorar a comunicação. Alguns cidadãos não vão à empresa porque não sabem das potencialidades e oportunidades.
- Entidades de São Jose do Goiabal apontam que no município 28% das áreas pertencem à CAF e que a população rural está reduzida a 30% do total de habitantes oque torna impossível obter recursos do PRONAF; a empresa responde que irá checar a possibilidade de obter recursos do PRONAF e considerar outras áreas para parcerias agrícolas.
- Preocupações quanto ao monitoramento do consumo hídrico pelas plantações de Eucalipto e que CAF deveria proceder ao monitoramento para ganhar conhecimento sobre os impactos do manejo das áreas; a empresa responde que a CAF monitora os lagos da Região do Rio Doce junto com a UFMG, em um trabalho coordenado pelo Professor Francisco Barbosa e que recentemente assinou um contrato com o Instituto de Pesquisas Florestais (IPEF) de São Paulo e a Universidade Luiz de Queiroz (ESALQ) para a participação no Programa de Monitoramento e Modelagem de Bacias Hidrográficas que irá conduzir estudos detalhados sobre a influencia do manejo de Eucalipto na dinâmica hidrológica da região.
- Uma entidade não identificada no relatório reclamou que não foi convidada para participar das reuniões públicas e que não recebeu comunicado que a CAF estava em processo de certificação; e esta mesma entidade apontou que existem muitas preocupações quanto a utilização de empreiteiras pela CAF, oque gerou um aumento da exploração dos trabalhadores. A CAF deveria monitorar melhor as empresas que contrata. E para melhorar a situação dos produtores rurais que perderam suas terras devido à expansão das plantações de Eucalipto, a CAF deveria prover mais terras aos pequenos agricultores para produção de culturas de subsistência; foi respondido que a empresa nunca teve intenção de impedir contato com os *stakeholders* e que a entidade em questão havia sido contatada durante a auditoria e informada que poderiam enviar comentários há qualquer

momento. E quanto às questões levantadas, o processo de certificação determinou medidas para o monitoramento dos impactos sociais do empreendimento e implementação de soluções para a manutenção do certificado.

- A preocupação das entidades da região é com as plantações de Eucalipto e que as mesmas estão levando à extinção da agricultura familiar e que a CAF e outras empresas não se preocupam com isso e não fazem nenhum esforço para minimizar os impactos ambientais e sociais; a resposta apresentada no relatório é que o escopo da certificação florestal não inclui os impactos relativos às ações passadas de uma empresa, mas a maneira como atua presentemente para mitigar estes impactos. A data limite considerada para não mais haver conversão de vegetação natural para plantações foi novembro de 1994. E foi demandado da empresa a elaboração de estudos para a identificação e avaliação de impactos sociais, como também a elaboração de um plano de mitigação destes impactos; as ações estão em andamento e sendo monitoradas.
- E para finalizar *stakeholders* identificados como não pertencendo às comunidades locais, ONGs ou agencias governamentais denunciaram que ocorrem acidentes de trabalho e alergias envolvendo a manipulação de produtos químicos e que talvez possam estar relacionados aos trabalhadores da CAF; a empresa respondeu que trabalhadores expostos a produtos químicos recebem e utilizam equipamento de proteção individual (EPI) e que são submetidos a exames periódicos, de acordo com as políticas de saúde e segurança da empresa. Acidentes e incidentes são registrados e analisados e não existe nenhum registro de acidente com produtos químicos. Um caso isolado foi identificado na Regional do Rio Doce e foi esclarecido. E não existe evidencia objetiva que este tipo de acidente ocorre na empresa.

Pelo esquema do FSC, tem três outras empresas certificadas que atuam em Minas – a SATIPEL Florestal, a Caxuana Reflorestamento e a Faber-Castell. As duas primeiras empresas são do ramo de madeira sólida e a terceira do ramo de material escolar.

A Caxuana Reflorestamento S.A. obteve o selo do FSC em dezembro de 2002. O relatório público de certificação¹⁶¹ declara que esta empresa foi fundada em 1969 no município de Nova Ponte quando o governo federal pretendia estabelecer a região do Triângulo Mineiro como um grande Pólo Florestal para instalação de indústrias de celulose e papel. A partir de 1970 a empresa se expandiu, adquirindo novas propriedades em Nova Ponte, mas também nos municípios de Indianápolis e Sacramento. Quando do estabelecimento das plantações da Caxuana, por meio dos incentivos fiscais do FISET, a vegetação natural de cerrado ocorrendo na região foi desmatada.

Presentemente a Caxuana atua em cinco municípios da região do Triângulo Mineiro – Indianápolis, Nova Ponte, Patrocínio, Sacramento e Uberaba. A Caxuana detém 7 propriedades próprias e mais sete propriedades arrendadas¹⁶². A área total de manejo sob responsabilidade da empresa é de 17.700 ha plantados, em sua maioria, com Pinus e em menor quantidade, Eucalipto. Mas também nas propriedades são conduzidas atividades agrícolas como a produção de milho e soja (em 2.600 ha). Dentro da propriedade localizada no município de Nova Ponte está localizada a unidade industrial da empresa, com serraria, estufas de madeira e área de secagem e armazenagem de grãos.

Durante a reunião pública, do processo de certificação, realizada em Nova Ponte em 26/06/2002, 13 pessoas que estiveram presentes fizeram alguns comentários que são pertinentes para

¹⁶¹ www.imaflora.org

¹⁶² Três de Dorival Sortino, proprietário da Caxuana e quatro da Fundação O Nazareno.

este Diagnóstico. À estes comentários das partes interessadas foram associados observações dos certificadores anexadas à este relatório de certificação.

- A comunidade não tem conhecimento sobre o processo de certificação da Caxuana;
- A comunidade não conhece o plano de manejo da CAXUANA como está estabelecido.
- Foi esclarecido que a empresa certificada deverá disponibilizar um resumo de seu plano de manejo a qualquer parte interessada.
- A comunidade e o poder público afirmaram que a empresa cumpre a legislação ambiental, trabalhista e fiscal.
- Houve comentários sobre a conversão florestal ocorrida nos últimos 30 anos por produtores agropecuários e pelas empresas florestais, inclusive a CAXUANA e seus efeitos sobre a biodiversidade;
- Foi esclarecido que todas estas ações foram realizadas com base nas políticas públicas existentes na época, porém as empresas certificadas devem assumir compromissos de recuperação e manutenção, no mínimo, das áreas exigidas na legislação em vigor;
- Foi comentado que a comunidade tem o Rio Claro como uma área de Alto Valor Para Conservação¹⁶³;
- Os programas para conservação de água, solo, fauna e flora, estão muito bem estruturados em uma base de dados.
- O plano de manejo está bem estruturado em documentos claros e objetivos. A base cartográfica é um suporte utilizado de forma coerente e atualizada.
- Não existe um resumo (documento síntese) do Plano de Manejo; Não foi constatado um treinamento dos funcionários quanto ao conteúdo do plano de manejo.
- Em seis meses após a obtenção da certificação, a empresa deveria apresentar um documento de compromisso, mostrando o seu planejamento para a reposição da Reserva Legal exigida e os prazos assumidos para alcançá-la.
- Em até um ano após a certificação, a Caxuana deveria elaborar e implementar um programa de monitoramento das áreas externas às plantações que estão sendo invadidas por regeneração de pinus, visando o seu controle e eliminação.
- Há necessidade de uma avaliação de impactos ambientais que forneça parâmetros qualitativos e quantitativos. Falta um tratamento dos dados existentes sobre fauna/flora, e levantamentos de sítios de valor à conservação.
- Falta um programa de colheita que defina a área máxima de corte em talhões contíguos. Existem algumas deficiência no armazenamento de produtos perigosos, como combustíveis e agro-químicos; Há necessidade da implantação de um programa de diminuição do uso de herbicidas e agroquímicos em geral.

¹⁶³ Critério do FSC para definir áreas com característica ambientais únicas e de grande importância ecológica.

- Em até um ano após a certificação, reavaliar os impactos ambientais relacionados às atividades florestais, fornecendo parâmetros quantitativos e qualitativos, bem como as medidas de controle associadas.
- Em até um ano após a certificação, apresentar um programa de colheita que defina a área máxima de intervenção (corte raso) permitida em talhões contíguos, com base em critérios ecológicos e econômicos adequados à escala e intensidade do manejo florestal. Adicionalmente, localizar as áreas de intervenção de acordo com as definições apresentadas no Plano Operacional Anual.
- Em até um ano após a certificação, a Caxuana deveria adequar as instalações para armazenamento dos produtos perigosos, de acordo com as normas técnicas recomendadas pela legislação associada.
- Em até um ano após a certificação, a empresa deveria realizar estudos visando a diminuição do nível de utilização de agrotóxicos, especialmente herbicidas, substituindo, sempre que possível, a eliminação do mato-competição por métodos não químicos.
- Em até um ano após a certificação, a Caxuana deveria elaborar e implementar (realização de simulações) procedimentos de atendimento a emergências para os casos de acidentes com produtos perigosos.
- A comunidade não tem acesso, falta um programa de "abertura controlada" à comunidade.
- A comunidade conhece os benefícios sociais que o Grupo Caxuana oferece para o município, porém sente falta de um maior conhecimento das atividades produtivas da empresa.
- Foi esclarecido ao público que a empresa certificada deve ser pró-ativa com relação às demandas da sociedade e aos impactos do seu manejo, além de que, a relação com a comunidade deve ser estreitada e fortalecida. A empresa teve ciência dessa manifestação e a equipe [de certificadores] apresentou condições e recomendações a esse respeito.
- A Caxuana tem uma forte responsabilidade social, que abrange a comunidade de Nova Ponte, amparados pela Fundação Nazareno para o desenvolvimento das ações sociais.
- Há necessidade de uma análise de impactos sociais do empreendimento, bem como um programa de acompanhamento; A comunidade não possui um conhecimento mais profundo das atividades da empresa. Há uma informalidade nas comunicações com a comunidade. Falta uma política interna que contemple os impactos de possíveis mudanças que venham a interferir sobre seu quadro funcional.
- A empresa não formulou um compromisso explícito para com o FSC nas Políticas da empresa e divulgação em todos os níveis, incluindo contratados e fornecedores.
- Os trabalhadores, os empreiteiros e a comunidade têm um bom conceito da empresa com relação à oportunidade de trabalho e benefícios gerados para a região.
- As condições sanitárias e ambientais do local de trabalho são boas. Os funcionários próprios possuem diversos benefícios, como casa, educação, alimentação, convênios médicos subsidiados.

- Há uma sensível diferença entre funcionários próprios e de terceiros, em diversos aspectos de relações trabalhistas. Neste aspecto, denota-se as deficiências de treinamento, monitoramento dos acidentes do trabalho e da qualidade da alimentação e quantidade de água em campo.
- A subcontratação de empresas para realização de algumas atividades florestais não está seguindo as regras adotadas para as empresas diretamente contratadas.
- Em seis meses, após a obtenção da certificação, a empresa deveria garantir que as frentes de trabalho das empresas terceirizadas tenham caixa de primeiros socorros.
- Em seis meses, após a obtenção da certificação, a empresa deveria garantir o treinamento de funcionários das empresas terceirizadas e implantar um sistema de controle da realização e eficiência dos treinamentos.
- Em seis meses, após a obtenção da certificação, a empresa deveria implantar um sistema de monitoramento dos acidentes de trabalho nas frentes de trabalho das empresas terceirizadas, consolidando dados e informando à alta administração da empresa.
- Em seis meses, após a obtenção da certificação, a empresa deveria exigir o cumprimento da legislação trabalhista em todas as atividades contratadas e monitorar os resultados, consolidando dados e informando à alta administração da empresa.
- Em seis meses, após a obtenção da certificação, a empresa deveria manter acompanhamento sobre a disponibilidade de água potável para os trabalhadores e a qualidade da alimentação dos trabalhadores terceirizados.
- Em seis meses, após a obtenção da certificação, a Caxuana deverá apresentar os dispositivos de controle, através dos quais terá conhecimento dos fatos e garantirá que os trabalhadores das empresas de serviços contratadas estão dialogando e resolvendo as suas queixas junto aos seus empregadores.
- Em até um ano após a obtenção da certificação, a Caxuana deveria realizar um estudo para identificar, qualificar e quantificar as diferenças existentes entre os seus trabalhadores próprios e os de atividades terceirizadas. Adicionalmente, com base nos resultados deste estudo, deverá propor mecanismos através dos quais, ao longo do tempo, sejam diminuídas as diferenças entre os trabalhadores próprios e terceirizados.
- Em até um ano após a obtenção da certificação, a empresa teria que elaborar e implantar um programa de avaliação e monitoramento de impactos sociais da operação florestal sobre a comunidade local, incorporando-o ao plano de manejo.
- Em até um ano após a obtenção da certificação, a empresa teria que implantar um programa de comunicação da empresa com a comunidade, que incluía o registro das ocorrências e os encaminhamentos dados pela empresa.
- Em um ano, definir e elaborar uma política interna, extensiva às empresas terceirizadas, que indique os procedimentos a serem adotados no caso de haver transformações no quadro de funcionários nas áreas de plantações da empresa.
- A comunidade não conhece nenhum caso de conflito pelo uso da terra e sabe que a empresa não compra áreas de pequenos produtores rurais;

- A posse e uso da terra são legítimos e não existem contestações sobre o direito de propriedade e uso as áreas que compõem a UMF da Caxuana. Há necessidade de regularizar os registros de propriedade das novas áreas adquiridas, em nome da OMF, bem como adequar os contratos de arrendamento e comodato existentes. Os certificadores demandaram que a empresa, em seis meses, apresente as alterações nos contratos de arrendamento e comodato quanto aos prazos de vigência, com cessão de direitos e responsabilidades do manejo a favor da Caxuana Reflorestamento e apresentar as matrículas no Registro de Imóveis das duas propriedades adquiridas no Município de Patrocínio.

No *website* da certificadora do FSC não foi encontrado nenhum relatório de atualização quanto ao cumprimento ou não destas medidas por parte da Caxuana Reflorestamento.

A Faber-Castell é outra das empresas mencionadas, que também atua no Triângulo Mineiro. A Faber-Castell foi fundada em 1761, em Stein, próximo à cidade de Nuremberg, na Alemanha. No Brasil, a Faber-Castell está instalada desde 1931 e possui duas fábricas em São Carlos (SP) e uma em Prata (MG). Esta empresa foi certificada pela primeira vez de acordo com o sistema do FSC em 1998, de acordo com a lista do FSC e em julho de 1999 de acordo com o relatório de re-certificação¹⁶⁴ lançado em 2004. As áreas da empresa objeto deste relatório são localizadas nos municípios de Prata e Uberlândia, estado de Minas Gerais. Além destas, a Faber-Castell também detém áreas em Morretes no estado do Paraná e em São Carlos Estado de São Paulo, que não foram recertificadas.

As áreas da Faber-Castell em Minas Gerais totalizam 6.686,89 ha de plantações de Pinus, em sua maioria dentro dos limites do município de Prata. A implantação dos plantios da empresa em Minas Gerais foi iniciada em 1989. De acordo com o relatório de re-certificação, as plantações da Faber-Castell estão estabelecidas em áreas que eram anteriormente ocupadas por pastagens ou convertidas em plantações pelos proprietários anteriores. Evitou-se a ocupação de extensas áreas com plantios, dividindo-se o projeto em 10 maciços isolados e dispersos na paisagem, entrecortados por Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal. E este relatório declara que ao adquirir ou arrendar as áreas, a empresa herdou o passivo ambiental de restaurar a biodiversidade onde essas áreas não foram inicialmente respeitadas. Passou-se então a adensar e enriquecer essas áreas através da sua proteção e do plantio de mudas de espécies arbóreas nativas.

Outras práticas de manejo da empresa descritas neste documento são quanto à adoção de técnicas de desbaste seletivo, desde 2001. Sobre a capina, é declarado que a mesma é feita de três maneiras - mecânica com roçadeiras acopladas à tratores, manual com uso de foice e pulverização com herbicidas. Sobre o uso de produtos químicos e biológicos para o controle de doenças é citado que em 2001 foi detectada, pelo CNPF/EMBRAPA de Colombo/PR, a ocorrência de infestações de pulgões-do-pinus (*Cinara pinivora*) e para resolver o problema foi contratado um pesquisador da UNESP/Botucatu, que propôs a utilização de métodos de controle biológico das cochonilhas. Neste relatório é declarado que os pesticidas utilizados pela Faber-Castell não são classificados como classes IA e IB pela Organização Mundial de Saúde (OMS), não são à base de hidrocarbonetos clorados, não são classificados como de alta persistência ou cujos derivados permaneçam biologicamente ativos e sejam cumulativos na cadeia alimentar (i.e., bioacumulativos)¹⁶⁵. Porém, na seção de conclusões deste relatório de re-certificação foi declarada a “ausência de um programa claro de prevenção e manejo adequado do pulgão para Pinus e de Morototó, que está se iniciando como praga na região”e

¹⁶⁴ http://www.scs-certified.com/forestry/forest_certclients.html

¹⁶⁵ Condições proibidas pelo FSC.

“ausência de estudos que permitam a particularização da aplicação de pesticidas, obedecendo as características ambientais locais como a permeabilidade do solo, áreas de mananciais etc.”.

A realidade ambiental da região do Triângulo Mineiro é citada como merecedora de cuidados especiais, pois o ecossistema nativo do Cerrado apresenta grandes susceptibilidade à processos erosivos, em especial durante a estação chuvosa. E cinco das propriedades da Faber-Castell podem ser enquadradas dentro da categoria FSC de Áreas de Alto Valor de Conservação, mas a empresa à época da re-certificação não havia tomado medidas para a efetivação deste processo.

A realidade sócio-econômica da região onde se insere o projeto da Faber-Castell também é descrita neste relatório de re-certificação, caracterizando o município de Uberlândia como o terceiro maior município em população no Estado, com 501.214 habitantes, e com 98% de população urbana. Tais características determinam que este município seja um grande pólo regional de comércio, serviços e órgãos públicos, sendo que sua economia, bem como de toda a região, baseia-se principalmente nas atividades pecuárias, tanto de corte quanto leiteiro. Além disso, há algumas empresas de grande porte situadas no município, com destaque para a Souza Cruz¹⁶⁶. Quanto ao município de Prata, cuja economia baseia-se igualmente na pecuária leiteira e de corte, embora sua área territorial seja até um pouco maior que a de Uberlândia (4.882 km² vs. 4.116 km²), a população é de apenas 23.576 habitantes. Mas, uma outra atividade econômica que vem crescendo em todo o Triângulo Mineiro, incluindo os municípios de Uberlândia e Prata, é a agricultura extensiva de grãos, notadamente soja.

Em relação ao entorno das áreas re-certificadas da Faber-Castell, o relatório descreve que há desde pequenas, médias e algumas grandes propriedades rurais voltadas à agropecuária. Em inúmeras propriedades, os moradores permanentes são apenas funcionários de proprietários que moram em outros municípios da região ou até mesmo em outros estados. Há ainda pequenos proprietários que trabalham em outras propriedades ou empreendimentos da região para complementarem sua renda. E, ao longo da rodovia que liga os município de Prata e Uberlândia, existem acampamentos de trabalhadores rurais sem-terra (i.e., do Movimento Terra e Liberdade - MTL), que declararam a intenção de ocupar uma grande propriedade vizinha a uma das áreas da Faber-Castell. A empresa, contudo, não percebe qualquer ameaça ao seu empreendimento.

A empresa tem como carro-chefe se suas ações sócio-ambientais na região o Projeto ECOMunidade de educação ambiental. Porém, durante as reuniões públicas para o processo de re-certificação, em abril e maio de 2004, foi demonstrado pelos presentes – comunidade e funcionários, desconhecimento destas atividades. Como também não havia em Prata conhecimento sobre o FSC. Sobre este último ponto os certificadores declararam que a responsabilidade de divulgação deste esquema de certificação localmente deve ser dividida pela certificadora e a empresa.

De acordo com este relatório sendo citado, na segunda reunião, quando a empresa não esteve presente, surgiram várias “preocupações públicas”, sendo que aquelas de pertinência para este diagnóstico foram listadas a seguir, acompanhadas das orientações dos certificadores sobre cada um dos temas.

- Sobre as áreas de APP e RL, os certificadores demandaram a apresentação de um zoneamento dos plantios, caracterizando o estado de degradação dos remanescentes e um plano para restauração dos ecossistemas naturais; a empresa ainda apresenta cerca de 250 ha, que devem ser objeto de ajuste de conduta, principalmente pelos talhões com Pinus em APPs e de estradas

¹⁶⁶ As empresas processadoras de tabaco são também grandes consumidoras de lenha.

em APPs; muitos cruzamentos de cursos d'água em algumas plantações da Faber-Castell; ausência de um plano permanente de controle de Pinus em áreas não agrícolas; ausência de um controle eficiente de competidores nas áreas de restauração florestal; a empresa não fez um diagnóstico prévio das irregularidades ambientais das áreas adquiridas; falta uma sistemática na compra de novas áreas que comprove que não houve desmatamentos após 1994; as iniciativas de recuperação de matas ciliares e de Reserva Legal dentro das propriedades da empresa, à época da re-certificação, vinham ainda sendo feito de forma muito incipiente e fragmentada e sem conhecimento (e participação) da comunidade local, sendo que esta se mostrou bastante interessada não só em conhecer, como também em participar ativamente dessas iniciativas; o Plano de Restauração Florestal, que foi demandado pelos certificadores deveria incluir a possibilidade de envolvimento da comunidade nas suas várias etapas.

- Foi feito um questionamento sobre o uso de pesticidas; ao qual foi respondido que apesar da empresa fazer uso muito restrito de pesticidas, principalmente herbicida pós-emergente de baixa toxicidade ambiental e de formicidas permitidos pela legislação, a população se mostrou bastante interessada em conhecer as práticas de controle e monitoramento dessa aplicação de pesticidas, dada a percepção da comunidade do papel hidrológico importante que as áreas da Faber-Castell exercem na região; foi verificado pelos certificadores a inexistência de procedimentos emergenciais para casos de acidentes com produtos químicos e que não existe um programa implantado para controle alternativo de possíveis pragas; o controle de mato competição é realizado inclusive em populações adultas, mecânica ou quimicamente, impedindo o surgimento de um sub-bosque que poderia dar uma maior estabilidade ambiental para as plantações.
- Os certificadores solicitaram à empresa que essas práticas sejam devidamente monitoradas e divulgadas, para avaliação dos possíveis impactos ambientais resultantes dessa aplicação; também foi requisitada a elaboração de um plano de monitoramento, incluindo os temas de conservação da biodiversidade; regeneração natural (áreas plantadas – sub-bosque e naturais); levantamento de outras espécies de fauna, além de aves e mamíferos; listagem da flora de espécies raras, ameaçadas e endêmicas da região, incorporando-as ao plano de manejo; análise da evolução da paisagem (considerando fragmentação, conectividade e recuperação dos ecossistemas); os impactos ambientais da atividade florestal não estão claramente definidos no plano de manejo, como também não estão as possíveis medidas mitigadoras.
- Também foi declarado que as empresas terceirizadas não conhecem o plano de manejo e que há necessidade de se ministrar cursos de educação ambiental e que nem todas as lideranças comunitárias, sindicais e ONGs da região têm conhecimento do resumo do plano de manejo; não existem mecanismos claros para esclarecer dúvidas sobre o plano de manejo; e falta apresentar um plano de divulgação do plano de manejo florestal.
- Sobre os impactos sociais, os certificadores demandaram que a empresa fizesse um estudo, enfocando, principalmente, nos vizinhos e usuários de estradas municipais que cortam as propriedades da Faber-Castell. A empresa elaborou uma matriz de impactos sociais e realizou uma pesquisa de campo, cujos resultados indicaram não há impactos sociais junto aos vizinhos, decorrentes da atividade florestal. E que, na verdade, foram verificados diversos aspectos positivos, como por exemplo, relativos à estradas, pontes e mata-burros melhor conservados; foi citado que falta implementar medidas mitigadoras resultantes da avaliação dos impactos sociais; não há procedimentos para a formalização da coleta de PFNM, e o seu monitoramento,

caso a população do entorno mostre interesse em desenvolver alguma atividade nas áreas certificadas; ausência de um programa de identificação e controle de caça, pesca ilegal e de roubo de madeira.

- Sobre questões trabalhistas, houveram uma série de preocupações sobre as empresas prestadoras de serviços PLANTAR e ENGEFORT; somente os acidentes com afastamento são registrados; os certificadores demandaram a necessidade de aprimorar o sistema de monitoramento de não conformidade em segurança do trabalho; os certificadores demandaram a apresentação dos acordos assinados com os sindicatos por estar empresas; e que os técnicos de segurança das empresas terceirizadas deveriam preencher um relatório de não conformidades /ações corretivas / implementação e apresentá-lo a Faber-Castell; a CIPA não é utilizada como canal de diálogo entre o trabalhador e o empregador; não se monitora a rotatividade de mão-de-obra, nem os motivos das demissões.
- Também houveram questionamentos sobre a assistência médica para os funcionários das empresas terceirizadas, porque no caso da PLANTAR esta cobra dos funcionários o pagamento do plano de saúde. Assim, na prática, somente os mais graduados optam pelo seguro, enquanto os trabalhadores menos qualificados preferem não ter o benefício, uma vez que teriam seus vencimentos diminuídos; em consequência os certificadores demandaram da empresa que negociasse uma alternativa com a PLANTAR e apresentasse, em no máximo um ano após a re-certificação, um plano para atenuar a diferença na cobertura da assistência médica dos trabalhadores das empresas prestadoras de serviços.
- Havia dúvidas sobre o piso salarial dos funcionários das empresas terceirizadas, que foi explicado pela empresa que eram seguidos os valores determinados pela convenção entre a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais e os representantes patronais. Todavia, a re-certificação somente foi concedida após firmar-se, pela primeira vez, o Acordo Coletivo entre a PLANTAR e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Prata.
- Também foi questionado qual o programa de creche das empresas terceirizadas? Sendo respondido que a única empresa terceirizada que tem funcionárias é a Plantar, que oferece gratuitamente vagas em creches conveniadas no município de Prata. Os certificadores recomendaram que as trabalhadoras que, eventualmente, tenham direito à creches e não queiram utilizá-las, formalizem esse desejo para que não ocorram problemas trabalhistas.
- Sobre questões econômicas de relevância para este Diagnóstico foi perguntado sobre a política de promoção da economia local pela Faber-Castell, o que foi respondido pela empresa declarando que a *“A FABER-CASTELL já investiu mais de US\$ 20 milhões na região para o estabelecimento do seu projeto florestal e de sua unidade fabril em Prata. Esses empreendimentos geram mais de 300 empregos diretos na área industrial e mais uma centena de empregos indiretos na área florestal; todos eles formais. Houve ainda a atração de empresas parceiras para a região que, assim como a FABER-CASTELL, priorizam a contratação de mão-de-obra local. Fornecedores locais já estabelecidos também tiveram significativo aumento de faturamento em função das atividades ligadas ao projeto florestal e à fábrica. A geração de renda e o pagamento de impostos e tributos incrementaram as condições de desenvolvimento local, beneficiando o comércio, as instituições públicas e a comunidade em geral. Nos últimos cinco anos, considerando apenas as taxas e impostos arrecadados pelas atividades florestais, foram pagos à União, Estados e Município mais de R\$ 240.000,00”*.

A terceira empresa a ser descrita é a SATIPEL Florestal, que foi certificada em janeiro de 2005, também está inserida na região do Triângulo Mineiro. A SATIPEL, que também é registrada com o nome de Nova Monte Carmelo S.A., Reflorestamento e Agropecuária que é uma empresa privada de capital brasileiro, sendo parte do Grupo Ligna, que reúne as empresas SATIPEL Minas Industrial em Uberaba (MG), Satipel Industrial, em Taquari (RS), Leroy Merlin, Léo Madeiras e Brasimet. Estas três últimas empresas o relatório de certificação¹⁶⁷ consultado não explicita onde estão localizadas.

Esta empresa em Minas Gerais tem sua sede no município de Estrela do Sul e a unidade fabril em Uberaba. E neste estado detém uma área de plantações distribuídas em seis municípios (Araguari, Estrela do Sul, Indianópolis, Nova Ponte, Romaria e Uberaba), sendo 41.965,16 ha plantados com diferentes espécies de Pinus (*P. oocarpa*, *Pinus caribaea* var. *hondurensis*, *P. caribaea* var. *caribaea*, *P. caribaea* var. *bahamensis*, *P. kesiya*) e 5.970,04 ha plantados com duas espécies de Eucalipto (*Eucalyptus urophilla* e o híbrido *E. urograndis*).

As plantações da SATIPEL foram estabelecidas pela Reflorestadora Sacramento - RESA Ltda. entre 1970 e 1978 com recursos do Fiset. Em 1982, assumiu a administração a BRADESPLAN (Grupo Bradesco). Em 1997 foi fundada a Nova Monte Carmelo S/A, que em 1998 foi vendida ao Grupo LIGNA, passando a propriedade e responsabilidade pelo manejo para a SATIPEL.

As áreas eram originalmente cobertas com vegetação de cerrado e atualmente a região é caracterizada por grandes propriedades dedicadas à pecuária extensiva e agricultura de alta tecnologia, incluindo projetos de irrigação. A região também é produtora de aves, suínos, milho, soja e café. O relatório menciona que a criação de um pólo moveleiro devido à disponibilidade de madeira é um novo fator de dinamização da economia.

Para o processo de certificação da SATIPEL foi realizada uma reunião pública, em julho de 2004, no Município de Estrela do Sul, que contou com a participação de 16 pessoas. É informado no relatório de certificação que esta reunião foi antecipadamente divulgada por meio de anúncios em jornal, rádio, correspondências postais e eletrônicas, telefone e fax. E que o propósito da consulta com as partes interessadas para essa avaliação foi:

- a) Assegurar que o público está consciente e informado sobre o processo de avaliação e os seus objetivos;
- b) Auxiliar a equipe de avaliação de campo identificando tópicos potenciais;
- c) Fornecer oportunidades para que o público possa discutir e agir quanto às evidências da avaliação; e,
- d) Ter uma interação detalhada com os interessados e ter significância.

Durante a reunião pública, as partes interessadas fizeram as seguintes observações (obs: listadas aqui apenas aquelas pertinentes à este Diagnóstico):

- A SATIPEL possui muita responsabilidade no cumprimento das leis trabalhistas.
- As áreas da empresa são bem cuidadas na questão do meio ambiente.
- Não tem conflitos com vizinhos.
- Não tem populações indígenas na região.

¹⁶⁷ www.imaflora.org.br

- A empresa é formadora de mão de obra na região.
- A empresa é vista como “amiga do meio ambiente” e como difusora da consciência ambiental.
- As plantações da SATIPEL são importantes para o desenvolvimento de um pólo industrial na região.

Na seção do relatório de certificação sobre discussão geral das evidencias são, todavia, apontadas as seguintes pendências e/ou problemas em relação às praticas da empresa:

- Déficit na reserva legal; necessidade de definição de área máxima de corte raso levando-se em consideração os preceitos de planejamento no nível da paisagem. Para resolver estas questões, os certificadores demandaram que, em até um ano após a aprovação da certificação, a empresa apresente um plano de adequação das áreas de reserva legal, que contenha as ações e o cronograma de implementação para enquadrar suas plantações aos requisitos legais aplicáveis. Também foi demandado, no mesmo prazo de tempo, a inclusão do conceito de dinâmica de microbacias (delineamento, áreas ripárias e composição paisagística) no planejamento das operações silviculturais, determinando áreas máximas de corte raso em talhões contíguos, mosaicos de espécies, de idades e sistemas, desta forma minimizando os efeitos da cultura florestal sobre os recursos de água, solo, fauna, microclima e ao público (impactos visuais). Além do mais, a empresa, em seis meses, deverá elaborar um programa para implementação dos levantamentos de fauna e flora citados no seu plano de manejo, apresentado os projetos específicos com objetivos claros, a metodologia, os recursos necessários e o cronograma para implementação das ações.
- Armazéns de agroquímicos tendo que em seis meses após a certificação estarem adequados às demandas legais, isto é, cumprindo as normas da ABNT (NBR 9843).
- Fomento florestal sem acompanhamento das exigências trabalhistas e ambientais. Ao que os certificadores demandaram que em no máximo um ano, os programas de treinamento, segurança e saúde do trabalho fossem estendidos ao programa de fomento florestal. E no mesmo período de tempo seja garantido que por meio de novas diretrizes do programa de fomento florestal, de novos contratos, orientação técnica e vistorias, haja o cumprimento das leis trabalhistas e ambientais nas propriedades fomentadas.
- Nas propriedades da empresa há existência de “bóias-frias”, tendo sido então demandado da SATIPEL que, no máximo em um ano, estabeleça um padrão de benefícios que deve ser oferecido aos trabalhadores terceirizados, que inclua no mínimo o acondicionamento térmico das refeições e a disposição de sanitários nas frentes de trabalho em distância compatível com o caminhar das equipes. Os demais benefícios deverão ser instituídos de comum acordo com as empresa prestadoras de serviço, tendo clareza dos custos e benefícios trazidos na sua implementação.
- Também há problemas em relação ao uso de EPIs por trabalhadores que utilizam motocicletas; não adoção de normas ergonômicas para a condução de funções como corte e desgalhamento manual; o maquinário para colheita antigo e em mau estado de conservação. Tais questões foram contempladas pelos certificadores demandando, em seis meses, a alteração das indicações do PPRA quanto à prescrição de EPI para trabalhadores que utilizam motocicletas, incluindo EPI completo para a execução dessa função e

realização de treinamento específico para todos os operadores de motosserra e seus ajudantes, que inclua conceitos de ergonomia.

- Não existem sanitários separados nos locais de trabalho com mulheres. A resolução desta questão foi agrupada com a demanda dos certificadores, descrita acima, sobre o padrão dos benefícios para trabalhadores terceirizados.
- Há propriedades da empresa tendo sua posse contestada e disputas não resolvidas. Ao que foi demandado pelos certificadores que a empresa, em no máximo um ano implemente ações efetivas que demonstrem que a empresa trabalha na direção da completa resolução da questão judicial envolvendo as disputas pelo direito de posse e uso da terra na sua propriedade.
- Não foi feita a avaliação adequada dos impactos sociais. Sendo então demandado pelos certificadores que em um ano a empresa realize um estudo específico e mais aprofundado sobre os impactos sociais da atividade florestal da SATIPEL nos municípios onde está inserida, propondo programas para o gerenciamento dos aspectos levantados e estabelecendo medidas mitigadoras quando necessário.
- Não existe clareza dos objetivos dos programas sociais e das relações comunitárias por parte da empresa e também não existe clareza nos canais de comunicação com a comunidade. O que gerou a demanda que a SATIPEL, em no máximo um ano, apresente um Plano de Ação Social para as comunidades influenciadas pelo seu manejo florestal, com objetivos claros, metas, recursos e análise de resultados dos programas já desenvolvidos. Este plano deve considerar formas de participação do público nas discussões e ações da empresa, linhas de trabalho prioritárias e indicadores de monitoramento da eficácia das ações.

Para que a SATIPEL fosse certificada pelo FSC deveria ainda cumprir duas pré-condições, descritas a seguir:

- **Pré-Condição #1:** Elaborar um plano de monitoramentos para as atividades de manejo florestal planejadas e implementadas, a fim de estabelecer indicadores de performance que forneçam respostas claras e objetivas sobre os efeitos reais e potenciais das práticas previstas em seu plano de manejo. Os indicadores que correspondem aos aspectos ambientais em relação à paisagem, aos recursos hídricos e edáficos, de fauna e flora local, aos aspectos sociais em relação aos programas de inserção do manejo florestal e educação ambiental nas comunidades adjacentes, as questões trabalhistas como ergonomia, alimentação, pagamentos e satisfação do trabalhador, bem como aos aspectos econômicos relativos à produtividade da floresta e das atividades, os desperdícios, novas tecnologias entre outros que a empresa julgar pertinentes, deverão estar contemplados neste plano de monitoramentos e devem estar embasados por objetivos que justifiquem a sua medição permanente.

Resultado: A empresa desenvolveu um Plano de Monitoramento de suas atividades florestais com o objetivo de subsidiar a revisão das práticas operacionais de manejo adotadas, suas implicações aos recursos naturais e humanos envolvidos no processo de produção. Um método consistente de Avaliação de Efeitos Ambientais foi realizada (vide resultados da pré-condição #2) que selecionou os principais agentes impactantes, ou seja, elementos das atividades, produtos ou serviços que pode interagir com o meio de forma negativa (adversa) ou positiva (benéfica). Os impactos classificados como adversos em sua Avaliação de Efeitos Ambientais foram eleitos como prioritários para os monitoramentos. Os agentes impactantes de carácter

adverso selecionados foram: 1. combustível, óleo lubrificante e graxa; 2. ruído; 3. animais peçonhentos; 4. ferramentas cortantes; 5. resíduos gerados durante a operação; 6. herbicida/embalagens; 7. formicida/embalagens; 8. cupinícida/embalagens; 9. pneus e esteiras; 10. queima controlada; 11. queda de material lenhoso; 12. coleta de resíduos florestais.

O plano de monitoramento das atividades impactantes mostrou-se completo quanto às ações preventivas a serem adotadas. Porém há necessidade de melhorias nas descrições das ações corretivas (condição #20), assim como, uma melhor definição sobre os procedimentos para alimentação/revisão do plano de manejo a partir das informações geradas nos monitoramentos (condição #23).

Quanto à determinação de indicadores de monitoramento nas esferas social e ambiental do manejo florestal, foram definidos macro-elementos que compõe um plano básico de ação e que incorporam aspectos de geração de emprego, saúde, cultura, comunicação e relações com a comunidade, elementos de fauna, flora, recursos hídricos e edáficos. Cabe à empresa desenvolver projetos específicos em cada um destes temas, descrevendo seus objetivos, metas, recursos, prazos e responsáveis.

Considera-se satisfatória a linha de ação adotada para cumprimento da pré-condição apontada, sendo necessário implementar melhorias para o seguimento das ações propostas, conforme são apresentadas nas condições #20, #23 e condição complementar #30.

Conclusão: Baseado nas evidências apresentadas acima, a equipe de avaliação considera a pré-condição #01 como CUMPRIDA, com condição adicional.

Condição adicional #30: Apresentar projetos específicos para a implementação do plano de ação dos elementos definidos no plano de monitoramentos, descrevendo claramente os seus objetivos, metas, recursos, prazos e responsáveis.

Pré-Condição #2: Apresentar um método de avaliação de aspectos e impactos ambientais das atividades realizadas e planejadas, consolidando-o em uma matriz de causas e efeitos que demonstre a significância dos impactos e que conecte tais efeitos às medidas mitigadoras descritas nos procedimentos operacionais. Os impactos identificados como significativos devem constar no plano de monitoramentos da empresa.

Resultado: Foi realizada uma revisão do plano de manejo (Avaliação dos Efeitos Ambientais) para adequá-lo à metodologia de avaliação dos aspectos e impactos ambientais, denominado “MONITORAMENTO DAS ATIVIDADES FLORESTAIS IMPACTANTES DA EMPRESA”, considerando a interação agente – impacto – efeito – prevenção - contenção. O objetivo principal desta avaliação foi definir o método para identificação das alterações significativas resultantes das atividades da empresa, possibilitando minimizar os prováveis impactos negativos e potencializar os positivos. Os impactos benéficos e adversos foram classificados conforme sua significância (não significativo, pouco significativo, significativo e prioritário), e estão estritamente relacionados à intensidade do monitoramento previsto. O resultado da análise foi consolidada em uma matriz de aspectos e impactos por atividades e sub-atividades.

Conclusão: Baseado nas evidências apresentadas acima, a pré-condição #02 está cumprida e encerrada.

Sobre a CENIBRA, citada no início desta seção (i.e., Minas Gerais) do Diagnóstico, como a empresa ainda não tem certificação florestal, foram obtidas informações complementares àquelas enviadas pelo Engenheiro Florestal Maurício Muramoto, no *website* da empresa e em estudos de bacias hidrográficas, realizados nas áreas onde atua.

A CENIBRA, a única empresa do segmento celulósico papeleiro sediada no estado de Minas Gerais, foi fundada em 1973. A fábrica está localizada no leste do estado no município de Belo Oriente. A composição acionária original da empresa era uma parceria entre a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e a Japan Brazil Paper and Pulp Resources Development Co., Ltd. (JBP). Em julho de 2001, todavia, a CVRD decidiu se desfazer de sua participação em empresas de base florestal, e a JBP passou a ser detentora do controle acionário total da CENIBRA. A empresa maneja uma área própria que chega a 233.778,33 hectares, sendo 120.417,50 ha ocupados com plantios de Eucalipto. As áreas próprias da empresa estão distribuídas em 50 municípios, agrupados em quatro unidades administrativas - Belo Oriente, Ganhães, Ibapa, Nova Era. Em dez dos municípios onde a CENIBRA detém áreas próprias, o percentual de ocupação territorial nos municípios é igual ou superior à 10%. Mas em dois municípios da Bacia do Rio Doce - Belo Oriente e Santana do Paraíso, esta ocupação, respectivamente, chega a 30,45% e 22,69% da área dos municípios (ver tabela a seguir).

ÁREA TOTAL E PLANTADA POR MUNICÍPIO DE ATUAÇÃO DA CENIBRA						
REGIONAL	MUNICÍPIO	ÁREA DO MUNICÍPIO (ha)	ÁREA CENIBRA (ha) TOTAL (*)	PLANTADA (*)	% DE OCUPAÇÃO	TOTAL PLANTADA
Belo Oriente	BELO ORIENTE	32.300	16.379,61	9.834,22	50,71	30,45
	SANTANA DO PARAÍSO	27.480	10.726,55	6.235,17	39,03	22,69
	NAQUE	12.644	3.014,61	1.620,00	23,84	12,81
	CORONEL FABRICIANO	20.200	4.476,49	2.311,30	22,16	11,44
	ANTONIO DIAS **	83.300	16.928,05	9.426,25	20,32	11,32
	IPATINGA	16.000	2.205,83	849,50	13,79	5,31
	FERROS	116.200	11.160,15	5.359,74	9,60	4,61
	ACUCENA	81.159	6.056,71	3.103,68	7,46	3,82
	PERQUITO	22.766	1.343,23	708,92	5,90	3,11
	MESQUITA	27.499	1.316,42	648,95	4,79	2,36
	SANTA MARIA DE ITABIRA **	54.700	1.996,82	1.028,53	3,65	1,88
	JOANESIA	22.100	627,04	306,87	2,84	1,39
	GONZAGA **	28.600	629,45	336,00	2,20	1,17
	BRAUNAS	35.800	781,25	427,00	2,18	1,19
	GOVERNADOR VALADARES	244.700	161,13	85,00	0,07	0,03
Total		825.448	77.803,34	42.281,13	9,43	5,12
Ibapa	IPABA	11.377	5.559,21	1.024,00	48,86	9,00
	PINGO D'AGUA	6.500	1.816,34	1.083,34	27,94	16,67
	BUGRE	16.152	3.125,55	1.522,40	19,35	9,43
	CORREGO NOVO	26.560	4.173,00	2.665,26	15,71	10,03
	BOM JESUS DO GALHO	59.489	7.153,79	4.516,45	12,03	7,59
	CARATINGA	165.500	14.032,61	4.252,82	8,48	2,57
	IAPU	34.205	1.494,99	801,90	4,37	2,34
Total		319.783	37.355,49	15.866,17	11,68	4,96
Guanhães	SABINOPOLIS	84.900	14.912,98	7.883,50	17,57	9,29
	DIVINOLÂNDIA DE MINAS	20.200	3.182,96	1.964,32	15,76	9,72
	PECANHA	102.000	14.281,06	8.718,93	14,00	8,55
	PAULISTAS	21.800	2.252,32	1.177,90	10,33	5,40
	SARDOA	14.400	1.327,78	722,78	9,22	5,02
	SÃO JOÃO EVANGELISTA	53.200	4.616,44	2.945,94	8,68	5,54
	SANTO ANTONIO DO ITAMBE	30.400	2.596,02	692,20	8,54	2,28
	GUANHAES	118.800	9.274,51	4.541,13	7,81	3,82
	COROACI	56.600	3.551,44	2.323,77	6,27	4,11
	VIRGINOPOLIS	44.200	2.667,58	1.672,09	6,04	3,78
	MATERLÂNDIA	25.300	973,17	234,20	3,85	0,93
	GONZAGA **	28.600	577,38	296,71	2,02	1,04
	VIRGOLÂNDIA	22.700	60,23	5,23	0,27	0,02
Total		623.100	60.273,87	33.178,70	9,67	5,32
Nova Era	CATAS ALTAS	23.821	5.660,00	3.373,84	23,76	14,16
	NOVA ERA	35.500	8.329,80	3.956,79	23,46	11,15
	SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO	37.400	8.291,63	4.175,94	22,17	11,17
	SANTA BARBARA	68.471	9.414,11	5.378,80	13,75	7,86
	BARÃO DE COCAIS	35.300	3.858,50	2.079,95	10,93	5,89
	BELA VISTA DE MINAS	10.700	1.042,71	395,00	9,74	3,69
	ALVINOPOLIS	61.600	4.824,13	1.971,11	7,83	3,20
	ITABIRA	130.500	5.844,47	2.706,27	4,48	2,07
	SÃO DOMINGOS DO PRATA	79.100	3.029,55	1.585,40	3,83	2,00
	BOM JESUS DO AMPARO	19.700	686,21	396,30	3,48	2,01
	ANTONIO DIAS **	83.300	2.649,00	1.048,80	3,18	1,26
	MARIANA	119.800	2.554,56	1.028,00	2,13	0,86
	MARLIERIA	47.800	753,54	367,60	1,58	0,77
	RIO PIRACICABA	37.140	577,92	294,90	1,56	0,79
	SANTA MARIA DE ITABIRA **	54.700	829,50	332,80	1,52	0,61
Total		844.832	58.345,63	29.091,50	6,91	3,44
TOTAL CENIBRA		2.446.563	233.778,33	120.417,50	9,56	4,92
(*) Inclui área arrendada						BOOKS
(**) Municípios que constam em mais de uma regional						

Além disso a empresa atua com seu programa de fomento em 69 municípios (alguns sobrepostos aqueles onde tem áreas próprias). As áreas de fomento somam 13.636,20 ha (ver tabela a seguir).

Município	Área (ha)		
Açucena	153,02	Naque	246,9
Antônio Dias	1.536,03	Nova Era	208,57
Bela Vista	20,44	Paulistas	49,93
Bela Vista de Minas	14,63	Peçanha	2232,65
Belo Oriente	55,62	Piedade de Car	103,53
Bom Jesus do Amparo	27,89	Pingo D'água	14,87
Bom Jesus do Galho	182,89	Raul Soares	77,07
Bugre	29,44	Rio Piracicaba	142,83
Cantagalo	45,73	Sabinópolis	727,33
Caratinga	291,15	Santa Bárbara c	139,1
Carmésia	8,36	Santa Efigênia c	47,27
Coluna	45,34	Santa Maria de	424,79
Coroaci	546,36	Santa Rita de M	51,94
Coronel Fabriciano	985,63	Santana do Par	213,28
Córrego Novo	12,96	São Domingos c	448,93
Dionísio	10,25	São Geraldo da	20,13
Divinolândia de Minas	275,46	São Gonçalo do	57,63
Dom Cavati	21,81	São João Evage	13,06
Dores de Guanhões	89,18	São João Evang	73,44
Entre Folhas	104,99	São José do Goi	27,98
Ferros	252,97	São José do Jac	127,44
Frei Lagonegro	25,27	São Pedro do S	20,65
Gonzaga	97,91	São Sebastião c	25,59
Governador Valadares	579,73	Sardoá	200,16
Guanhões	149,60	Senhora do Por	3,65
Iapú	5,76	Serro	56,92
Imbé de Minas	239,05	Simonésia	11,06
Inhapim	310,76	Sobralia	4,56
Ipatinga	89,07	Tarumirim	15,94
Itabira	410,30	Timóteo	21,55
Jaguaracú	9,49	Ubaporanga	207,36
Joanésia	193,50	Vargem Alegre	34,46
Marliéria	112,57	Virginópolis	515,05
Materlândia	5,80	Virgolândia	5,64
Mesquita	125,98	Total geral	13.636,20

De acordo com o *website* da empresa, esta participa em organizações da sociedade civil, sobretudo as de caráter ambiental, mantendo um relacionamento bastante integrado com as comunidades, associando-se às suas iniciativas e participando de suas demandas. Mas as relações com as comunidades da área de abrangência da empresa continuam sendo aprimoradas com investimentos sociais para elevar a qualidade de vida das populações. A empresa também mantém programas sociais de investimento em material escolar para crianças e adolescentes em escolas do meio rural, projetos de inserção social e cidadania, de educação ambiental, atendimentos emergenciais para problemas de infra-estrutura em áreas urbanas e rurais e programas de doações e patrocínios.

Além das questões fundiárias, apontadas anteriormente e declaradas pela própria empresa, outras questões em relação à CENIBRA que levaram a ocorrência de conflitos sócio-ambientais são descritas em estudo do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) sobre a Bacia do Rio Doce¹⁶⁸. Neste estudo são descritos problemas de poluição do rio devido ao uso de insumos no plantio de Eucalipto e poluição do ar gerada pela fábrica de celulose e papel na Bacia do Rio Doce.

Sobre a poluição industrial, amostras ao longo do rio Doce, à jusante do lançamento dos efluentes da fábrica da CENIBRA, apresentaram temperatura, condutividade e concentrações de clorofila e nutrientes acima do normal (à exceção da amônia), mas o índice de qualidade da água em geral *aceitável*. Mas esta estação sofre também o impacto dos esgotos urbanos de Santana do Paraíso, que, apesar da má qualidade das condições sanitárias locais, representam um volume pequeno face ao grande caudal do Rio Doce. E que em relação à metais pesados, as análises demonstraram níveis abaixo dos limites de aceitação, à exceção de chumbo e mercúrio (e este último está apenas ligeiramente acima). Também é mencionado que *“de fato, a Cenibra apresenta em geral boas condições de controle ambiental, como foi visto anteriormente, o que está retratado na emissão de efluentes líquidos em níveis abaixo do permitido pela legislação. Apenas o DQO era medido acima dos níveis genéricos, e a empresa tem uma permissão especial para isso. Depois da duplicação da planta e da instalação do processo de deslignificação por oxigênio, substituindo o processo anterior, que utilizava cloro, ela tenderá a reduzir também essas emissões geradoras do DQO....Mas, embora em termos relativos a Cenibra atenda às exigências legais internacionais e, mais do que isso, venha melhorando continuamente esses indicadores, em termos absolutos, dada sua elevada escala de produção, os impactos (particularmente, a quantidade de DQO gerado) causados no rio são muito grandes, reforçando a necessidade de uma legislação que considere níveis absolutos de poluentes. Entretanto, deve ficar claro que o problema ambiental principal da Cenibra se prende ao impacto dos insumos (reflorestamento por monocultura de eucalipto) e à poluição do ar com fortes maus odores”*.

Este estudo descreve outro conflito envolvendo a CENIBRA no município de Santa Bárbara, onde as práticas de capina química geraram a contaminação do rio de mesmo nome do município e seus afluentes. De acordo com este estudo *“O conflito desenvolve-se até hoje, com resultados iniciais positivos expressos na parada da capina química e no aumento da conscientização da população”*. Mas este estudo do CEDEPLAR descreve de maneira genérica *“conflitos de intensidade média, envolvendo a Cenibra Florestal versus a sociedade civil do Vale do Aço, a Comissão Pastoral da Terra, envolvendo também ONGs ambientais japonesas. O conflito diz respeito aos impactos sócio-ambientais gerados pela monocultura de eucalipto e está ainda em andamento”*.

E outra informação encontrada no mesmo estudo é sobre a Bacia do Rio Severo (sem definição do município atingido) onde levantamentos de campo demonstraram que *“a sub-bacia do Ribeirão Severo sofre impactos principalmente em razão da presença de atividades agropecuárias concentradas em pequenas propriedades (agricultura de subsistência e pastagens) e do reflorestamento com monocultura de eucalipto, hoje predominantemente em terras da Cenibra”*.

Outra empresa de base florestal plantada que também atua em Minas Gerais é a Siderúrgica Acesita. Esta empresa, iniciou suas plantações de árvores no início dos anos 50. Até 1974, implantou plantações e produziu carvão na região do Vale do Rio Doce, quando então a administração destas operações era conduzida pela Gerência de Terra e Carvão. Quando o segundo alto-forno da usina siderúrgica da Acesita foi implantado, em meados dos anos 70, foi criada a Florestal Acesita.

¹⁶⁸ www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/padct/livro.html

Presentemente Acesita Energética Ltda. é a responsável pelo abastecimento de carvão e pela gestão de terra e plantações da Siderúrgica Acesita.

Com a criação da Acesita Energética, as operações foram adquiridas terras no Vale do Jequitinhonha e no Estado do Espírito Santo, que, somadas às áreas que existiam no Vale do Rio Doce, somavam mais de 200 mil hectares, onde foram plantados mais de 120 mil hectares de Eucalipto. No final da década de 90, com a adaptação do segundo alto-forno da Siderúrgica Acesita para a utilização de coque, a empresa iniciou um processo de venda de terras e florestas, concentrando suas atividades apenas no Vale do Jequitinhonha, onde atualmente possui cerca de 140 mil hectares de terras e 92 mil hectares de plantações de Eucalipto distribuídas em cinco municípios do Alto Jequitinhonha: Itamarandiba, Capelinha, Minas Novas, Turmalina e Veredinha. Esta área equivale a 12% da área total destes municípios, que soma 761 mil hectares.

De acordo com uma declaração no *website* da empresa, "*A implantação do reflorestamento, ou início das atividades da ACESITA ENERGÉTICA, promoveu uma melhoria das condições de vida da região. Ela criou empregos, numa área rural e pobre, aplicou uma enorme soma de capital, provocou um substancial aumento da arrecadação dos municípios onde se situou, direta e indiretamente, conteve a emigração e estimulou a oferta de bens e serviços, crescimento e desenvolvimento sócio-econômico dos municípios*".

Uma outra perspectiva da inserção da Acesita e de outras empresas, como a Suzano Bahia Sul e a CAF Santa Bárbara (descrita acima), na região é provida pelo relatório do Comitê de Bacias Hidrográficas do Rio Araçuaí¹⁶⁹: "*Na região do médio Araçuaí, particularmente no município de Capelinha...A migração sazonal, principalmente da população masculina, para o corte de cana-de-açúcar e colheita de café em São Paulo, tem se mostrado como a principal alternativa econômica para as famílias rurais há décadas, reforçando o caráter de subsistência da pequena produção familiar. Muitas famílias mudaram-se para as sedes dos municípios dada à maior oferta de serviços, alternativas de trabalho e ao pouco trabalho exigido nas roças. Os homens que migram chegam a ficar 9 meses do ano fora, o que gera uma reestruturação familiar, onde as mulheres passam a ter mais responsabilidades tanto na produção como nos processos de decisão. A plantação de eucalipto está nas mãos, principalmente, de 2 grandes empresas reflorestadoras: Acesita e Suzano. Elas são apontadas pela população, em geral, como as principais responsáveis pela seca da região, embora nunca tenha havido conflitos declarados contra essas empresas (muitos dos entrevistados, de diferentes setores da sociedade, tinham essa postura).*

A Acesita é uma empresa de siderurgia (que funciona no Vale do Aço em Minas Gerais) e utiliza o eucalipto para produção de carvão; a Acesita Energética tem uma sede em Capelinha, município da Bacia, e terceiriza o trabalho de produção de carvão com várias empresas locais pequenas.

A Suzano é uma indústria de papel e celulose, que funciona na cidade de Suzano em São Paulo que, entretanto, não utiliza o eucalipto plantado no Vale do Jequitinhonha para as suas indústrias (o transporte é extremamente caro), e acaba vendendo para outras empresas ou produzindo carvão. Tem uma sede em Turmalina para administrar a produção de eucalipto. É interessante notar que algumas de suas plantações antigas, com mais de 15 anos, não foram utilizadas, os eucaliptos estão morrendo e a mata nativa está voltando a tomar conta; segundo as informações disponíveis, a falta de estradas para escoar a madeira impede a sua retirada. As críticas são no sentido que ocupam vastíssimas

¹⁶⁹ Cardoso, M.L.M. 2002. Projeto Marca D'água: A Bacia do Rio Araçuaí, MG (www.marcadagua.org.br)

extensões de terra, adquiridas com incentivos fiscais, onde encontram-se as nascentes de diversos rios e não geram nenhum tipo de produção, além de causarem um enorme impacto ao meio ambiente. A Suzano rebate afirmando que na época em que se plantou não se tinha o conhecimento sobre o eucalipto que se tem hoje. Percebe-se na empresa uma intenção de reverter a imagem que tem na região. Os novos plantios de eucalipto estão sendo realizados de forma a causarem um menor impacto no ambiente, tanto em termos das espécies plantadas como da metodologia empregada que preserva corredores de mata nativa. Por outro lado, a Suzano criou uma fundação de caráter ambiental que, entre outras coisas, está financiando um projeto da Universidade Federal de Ouro Preto para recuperação do rio de Águas Sujas, no município de Berilo. Nas nascentes desse rio, que se encontra completamente seco, há uma grande plantação de eucalipto.

A produção de carvão é um dos grandes problemas sociais e ambientais do Vale do Jequitinhonha, já tendo sido alvo de diversas denúncias pelo uso do trabalho infantil, pelo regime de semi-escavidão a que os trabalhadores são submetidos, e pelos grandes problemas de saúde gerados. As carvoarias situam-se sobretudo nos municípios de Carbonita¹⁷⁰ e Itamarandiba¹⁷¹. ...Outro problema gerado pelas carvoarias é a diminuição da produção e o conseqüente desemprego. Para que se tenha uma idéia, em Carbonita, o carvão corresponde a 85% do que a cidade recolhe de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) que, no entanto, vem sendo substituído gradualmente nas siderúrgicas pelo coque, o carvão mineral, que é mais barato. Muitas carvoarias estão sendo desativadas e as famílias são obrigadas a migrar”.

E também do segmento siderúrgico é a AVG Siderúrgica que detém plantações nos municípios mineiros de Águas Vermelhas, Montezuma, São João da Ponte e São João do Paraíso. Apesar de não terem sido encontradas informações específicas sobre conflitos sócio-ambientais envolvendo esta empresa, nestes quatro municípios existem relatos de problemas trabalhistas (i.e., trabalho escravo) e fundiários. O município de Águas Vermelhas e o de São João do Paraíso são citados como origem de 87 trabalhadores escravos de carvoarias, que foram libertos em 2002 pelo Ministério Público Federal, em Águas Claras (MS), onde a AVG também atua. A empresa condenada no Mato Grosso do Sul foi a Carboniza Ltda acusada ainda de ser uma empresa de fachada da empresa Aproveva. Montezuma é outro município citado nos relatórios da Comissão Pastoral da Terra como reduto de vários casos de trabalho escravo nas carvoarias. Em São João da Ponte, mesmo município onde a V&M também atua, existem também casos de denúncias trabalhistas contra as empresas carvoeiras. E em São João do Paraíso, é onde também atua a empresa Florestaminas, ocupante de áreas públicas e já notificada pelo ITER, como descrito no início desta seção do Diagnóstico.

Duas outras empresas, que são citadas anteriormente neste Diagnostico como envolvidas em conflitos sócio-ambientais – a Aracruz Celulose (no Espírito Santo e Bahia) e a International Paper do Brasil (no Amapá), também atuam em Minas Gerais.

A Aracruz Celulose atua no município de Nanuque, localizado nas divisas dos estados do Espírito Santo e Bahia, onde detém uma área de 1.593 ha por meio do programa de fomento florestal. Sobre este município do Vale do Mucuri e parte da Bacia Hidrográfica de mesmo nome, foi encontrada uma informação de conflitos relacionados com as plantações de Eucalipto na região. Esta informação foi prestada em março de 2003, pela então recém-empossada Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, deputada Maria José

¹⁷⁰ Área de atuação da CAF Santa Bárbara e Suzano Bahia Sul.

¹⁷¹ Área de atuação da Acesita Energética.

Haueisen, durante entrevista com a Associação Mineira de Defesa do Ambiente¹⁷²: “*Acredito nas intenções e no compromisso de José Carlos Carvalho. Ele já tem um trabalho reconhecido na luta pela conservação do meio ambiente. Em nossa visita ao secretário levamos uma reclamação de moradores das cidades de Carlos Chagas, Ataléia, Nanuque e Serra dos Aimorés, nordeste de Minas. Essas pessoas denunciam compra de terras na região para formação de latifúndios para plantação de eucaliptos, monocultura, o que não é favorável ambientalmente. A questão de plantar eucaliptos perto de nascentes, derrubando mata nativa para plantar eucalipto. O secretário garantiu que vai estudar o assunto. E por último, a Comissão tem o compromisso de garantir e apoiar os comitês de bacias, nesse sentido temos reuniões agendadas em Teófilo Otoni (Comitê da Bacia do Rio Mucuri), Itaobim (Comitê da Bacia do Rio Jequitinhonha) e Pirapora (Comitê da Bacia do Rio São Francisco)*”.

A International Paper, como foi informado pelo Coordenador Florestal da empresa – Robson Laprovitera, atua em oito municípios (ver tabela a seguir), sendo que em algumas áreas executa fomento ou mantém contrato de parceria com o proprietário; em outros compra madeira de terceiros; e detém uma área própria em Morada Nova de Minas, município onde a PLANTAR também atua (ver acima).

Áreas de atuação da International Paper do Brasil no estado de Minas Gerais							
TIPO FLORESTA	MUNICIPIO	EUC	PIN	ARA	OUTR	DISP	TOTAL
COMPRA DE MADEIRA	ANDRADAS	4.16	0	0	0	0	4.16
FOMENTADA	ANDRADAS	183.21	0	0	0	0	183.21
FOMENTADA	AREADO	25	0	0	0	0	25
FOMENTADA	CONCEIÇÃO DA APARECIDA	20	0	0	0	0	20
FOMENTADA	IPUIUNA	185.12	0	0	0	0	185.12
PARCERIA	IPUIUNA	212.32	0	0	0	0	212.32
COMPRA DE MADEIRA	JACUTINGA	24.02	0	0	0	0	24.02
FOMENTADA	JACUTINGA	30	0	0	0	0	30
PRÓPRIA	MORADA NOVA DE MINAS	0	0	0	0	126.54	126.54
COMPRA DE MADEIRA	POÇOS DE CALDAS	169.49	0	0	0	0	169.49
FOMENTADA	POÇOS DE CALDAS	298.57	0	0	0	18	316.57
FOMENTADA	POCOS DE CALDAS	3555.01	3.01	0	0	330.93	3888.95
FOMENTADA	SANTA RITA DE CALDAS	244.78	0	0	0	75	319.78
	Total geral	4951.68	3.01	0	0	550.47	5505.16

E o último caso de conflitos sócio-ambientais em relação às plantações de árvores em Minas Gerais, envolve a empresa de papel Cia. Melhoramentos. A Melhoramentos Papéis já controlou a Kimberley Clark do Brasil que agora pertence à Klabin. Esta empresa atualmente possui duas fábricas de papéis no estado de São Paulo, em Caieiras e em Mogi das Cruzes, e detém plantações no município de Camanducaia, no extremo sul de Minas Gerais (fronteira com São Paulo). Não foi

¹⁷² www.amda.org.br/mostra_noticia.asp?cod=1272

possível precisar, contudo, a área ocupada neste município e também onde mais a empresa atua pois, há pelo menos três meses, o *website* da empresa informa que o *site* florestal “está em construção”.

O conflito em relação à esta empresa, na verdade é um caso isolado encontrado, mas retrata reclamações recorrentes ouvidas de pessoas que são residentes ou freqüentam locais em que plantações de árvores e respectivas APPs e RLs são percebidas como áreas de lazer pelo público. O caso em questão foi relatado por um morador do município de Camanducaia, que se queixou do fato de seguranças armados da empresa, sem preparo para lidar com o público, expulsam a população e turistas que entram nas áreas da empresa. Estas áreas são limítrofes à remanescentes de matas ciliares, ao longo do Rio Jaguari, utilizados para caminhadas e adeptos de off-road. De acordo com o morador que escreveu uma carta para o jornal *online* Voz da Terra em 30/04/2003 os casos são recorrentes. O redator deste jornal – Julio César Nicolosi declarou ao leitor que: *“De fato, a Cia. Melhoramentos tem tratado a população e os turistas sempre com desconfiança, com a desculpa de que teme que a frequência maior de pessoas nas suas terras possa facilitar o surgimento de incêndio. A preocupação é válida, mas não é correta a forma com que a sua administração procede. Deveria haver maior diálogo e entendimento para um melhor convívio, pois, a Melhoramentos com seus caminhos velhos e lotados de madeira também é prejuízo e risco para toda a população do município. Todos deveriam ter acesso - ainda que ordenado - às atrações turísticas, existente em toda área do município”*.

Para concluir esta seção do Diagnóstico, diferentemente da estrutura adotada para os outros estados, devido ao fato de em Minas Gerais a coleta de informações ter contado com a atuação de um pesquisador conhecedor do tema e com relações com os diferentes atores, que além do mais pode conduzir entrevistas, junto ao descritivo de conflitos sócio-ambientais ocorrendo no Estado, será descrito a seguir a percepção das partes quanto à resolução dos problemas existentes.

Para os produtores e trabalhadores rurais, sindicalistas, agentes de pastoral e ambientalistas entrevistados apontaram que a situação tem piorado e que é muito difícil construir canais de negociação e de diálogo com as empresas, inclusive por que as mesmas insistem em desqualificar os conflitos existentes, pressionando as agências públicas voltadas para a questão florestal a pensar apenas em termos do processo de produção e da suposta existência de um “apagão florestal”.

Por outro lado, conforme expressaram os entrevistados da CPT-Minas, há também o problema que os próprios trabalhadores assalariados na extração vegetal, que dependem das empresas como praticamente única fonte de geração de renda em suas localidades, não tem apoiado suficientemente as entidades e movimentos, por causa do medo do desemprego. Esse tipo de pressão foi apontado como comum no Vale do Aço.

Enfim, as expectativas são negativas e ficou patente o desânimo de muitos dos atores envolvidos, à exceção daqueles que usaram a tática do confronto direto contra as empresas. Mesmo assim, existe a consciência de que a disputa é bastante desigual e difícil, inclusive por causa da já mencionada ausência de políticas públicas para a pequena produção agrícola alimentar e para a proteção do ambiente.

Na opinião do Diretor da Plantar, existem expectativas distintas por parte dos atores envolvidos no conflito por ele reconhecido. De um lado, a WRM e a FASE-ES têm como expectativas *“a revisão do Princípio 10 do FSC e coibir o Plantio de Monoculturas de eucalipto no Brasil, respectivamente”*. Quanto ao PCF, sua expectativa, como “parceiro” da empresa, é a de *“garantir que todas as atividades estejam de acordo com as orientações e regras sociais e de proteção ambiental do Banco Mundial”*. Ainda segundo esse entrevistado, *“Os propósitos do FSC através da entidade certificadora SCS é garantir que o processo seja feito de maneira social, ambiental e econômica absolutamente correta e*

sustentável” e, finalmente, a expectativa da Plantar “é continuar plantando eucalipto como alternativa ao uso de florestas nativas, para fins energéticos, indústria moveleira e para a siderurgia a carvão vegetal no lugar da siderurgia a carvão mineral, e além disso contribuir para a geração de um grande número de empregos de qualidade no meio rural”.

Segundo o depoente, a produção do ferro primário com carvão vegetal contribui de maneira significativa na mitigação dos gases causadores do efeito estufa e, levada a cabo por meio de um processo de certificação segundo os princípios e critérios do FSC, permite o estabelecimento de “*um processo de melhoria continua que proporciona ganhos ambientais e sociais principalmente*”.

Assim, finaliza o entrevistado, “*temos perseguido e atingido excelentes níveis na gestão de nossas florestas, e isso tem sido comprovado e reconhecido por várias Entidades Independentes. (Organismos de certificação, ONG’s, Ministério do Trabalho, Órgãos e Autoridades Governamentais, Instituições Públicas e Cíveis da região, Sindicatos, Produtores Rurais vizinhos ao projeto, etc.)*”.

Na opinião do Superintendente da ASIFLOR, as expectativas são muito boas, tendo em vista que a cultura da produção de madeira em pequena escala nos moldes dos programas de “Fomento Florestal” tem se disseminado no país, o que pode constituir uma alternativa efetiva à exploração predatória da vegetação nativa no país.

E para a CENIBRA: “Na nossa região, a viabilização de créditos governamentais voltados para utilização por pequeno produtores rurais para o plantio do eucalipto, promoveria inclusão social, mudança de postura sobre os benefícios versus malefícios da cultura do eucalipto”. A CENIBRA atualmente conduz fomento florestal em 69 municípios do Estado de Minas Gerais, totalizando uma área plantada de 13.636,20 hectares. Mas, de acordo com o técnico da empresa, “*O conflito atual do fomento esta numa demanda aquecida contra uma oferta menor devido aos planos da empresa não comportarem à todos os produtores que querem entrar na atividade*”. A empresa utiliza o PROPFLORA no fomento comercial e para florestas plantadas a empresa utiliza crédito rural (custeio) e o Pró-Floresta do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG).

Quanto às tentativas de resolução, para os trabalhadores, produtores rurais familiares e suas entidades, a finalização dos conflitos é difícil, uma vez, que em suas percepções, as empresas não estão realmente interessadas em ouvir atentamente as demandas da população, em respeitar os direitos do povo, em negociar a devolução das terras e até mesmo indenizar as populações pelas perdas sofridas com a implantação da monocultura. Assim, não foram apontados quaisquer modelos de resolução dos conflitos por parte da população que não a ação direta pela ocupação de terras que os produtores familiares e os trabalhadores rurais consideram historicamente suas.

Por outro lado, o depoimento do Diretor da Plantar aponta no sentido contrário. Segundo ele, “*Desde o início, quando tomamos conhecimento do relatório emitido pela WRM e FASE-ES, tentamos por diversas vezes estabelecer um diálogo construtivo, que infelizmente não foi possível devido à recusa delas. Por último, em fevereiro de 2004, tivemos uma auditoria especial, realizada pela SCS e acompanhada por representantes do FSC e do PCF. Na oportunidade os auditores e os acompanhantes do FSC e do PCF puderam avaliar a procedência das acusações levantadas no relatório da WRM e FASE-ES. Como resultado final dessa auditoria a SCS decidiu e os participantes do FSC concordaram em manter o status de floresta manejada segundo os princípios e critérios do FSC para nossas florestas da região de Curvelo, ou seja, confirmaram a nossa re-certificação*”.

E para a CENIBRA a maior parte dos problemas é resolvida por meio de negociações diretas entre os atores, com obediência a legislação vigente. Porém, muitas vezes os conflitos ocorrem devido

à solicitações que quando não atendidas geram da parte dos solicitantes em relação à empresa atos de violências moral, como pressões psicológicas e ameaças.

Em relação às recomendações de mecanismos para a construção de espaços de diálogo e resolução de problemas, tendo em vista as dificuldades apontadas pela população ouvida, quanto à produção destes mecanismos, não foram apresentadas muitas recomendações, a não ser algumas sugestões pontuais, relativas à necessidade de aperfeiçoar e democratizar o sistema de certificação da FSC (i.e., no caso de Curvelo) e a exigir das empresas o cumprimento dos acordos e da legislação trabalhista, ambiental e social.

O que pode ser considerada a principal recomendação dos trabalhadores e produtores ouvidos foi a de que o Estado deve considerar as áreas de plantações como improdutivas, impedindo a continuidade da sua realização e transformando as áreas devolutas em posse das empresas em áreas passíveis de expropriação para fins de reforma agrária.

Na opinião do Diretor da Plantar, a recomendação restringiu-se à relação com as entidades não governamentais que denunciaram o processo de certificação e os impactos negativos das atividades da empresa em Minas Gerais. Assim, segundo ele, *“Entendemos que um dos principais papéis das ONG’s é atuar e transmitir de forma transparente e ética à sociedade de um modo geral, temas que possam vir a afetá-la, sejam de ordem social, ambiental ou outros. Nossa recomendação é que haja um desejo sincero de todas as partes envolvidas de dialogar tendo como objetivo maior a melhoria das condições de vida”*.

Essa visão do representante empresarial citado relaciona-se com o fato de que, na opinião dele e da sua empresa, *“No momento atual o País está vivendo a crise do já conhecido ‘Apagão Florestal’, uma vez que a maior parte das florestas plantadas não foram reformadas e fatalmente o setor terá que importar madeira de outros países, o que é um absurdo em vista do tamanho do Brasil e de nossa vocação florestal. O Brasil é o campeão mundial de produtividade em florestas plantadas. Desse modo é necessário ampliar os mecanismos de financiamento à produção de florestas e agilizar a aprovação de projetos que buscam recursos no grande mercado internacional de “créditos de carbono”, apoiando as empresas nacionais e garantindo os investimentos externos com esse objetivo. Os financiamentos através dos “créditos de carbono”, poderão ser o grande diferencial para a siderurgia brasileira a carvão vegetal desempenhar seu papel de grande “seqüestradora de CO₂” e grande geradora de empregos no meio rural”*.

Quanto ao Superintendente da ASIFLOR, tendo em vista que ele não informou a existência de quaisquer tipos de conflitos envolvendo as atividades levadas a cabo pela entidade que ele representa e/ou pelas empresas associadas, não foi apresentada nenhuma recomendação que não a necessidade de melhorar o sistema de promoção da atividade de “Fomento Florestal” pelos governos estaduais e pelas agências federais de regulamentação da questão florestal no país.

São Paulo:

O estado de São Paulo no cenário de plantações de árvores é de importância vital para entendimento da dinâmica ocorrendo em outras Unidades da Federação. O estado de São Paulo, ainda que detenha uma área total de plantações de árvores que é menos da metade do estado de Minas Gerais, ascende ao primeiro lugar quando se consideram os plantios que atendem prioritariamente o segmento celulósico papeleiro. E São Paulo foi aonde se iniciou a introdução de espécies exóticas com o propósito de estabelecimento de plantios de rápido crescimento para fins industriais, como, por ser o estado mais industrializado do Brasil, é atualmente a sede de grandes indústrias consumidoras da

matéria-prima destas plantações. Associado à este quadro existe o fato de que o território do estado de São Paulo já é totalmente ocupado, seja por propriedades privadas ou áreas pertencentes ao estado ou União, mas esta últimas já delimitadas. Além do mais, o preço do metro quadrado de terra no estado de São Paulo é um dos mais caros do Brasil¹⁷³ e a manutenção ou expansão de plantações de árvores vem demandando a adoção de estratégias de minimização de custo que acabam refletindo na prática destas empresas em outras regiões do Brasil.

São Paulo, como apresentado anteriormente, é o maior produtor de resina de Pinus (61,6% da produção nacional) e o segundo estado com áreas de reflorestamento, quando considerados todos os segmentos. Também, de acordo com a Sociedade Brasileira de Silvicultura, somente este estado é responsável por 52% da produção nacional de móveis, 100% das chapas de fibra (511 mil m³/ano), 40% da produção de MDF (1,1 x 10⁶ t/ano), 30% dos painéis reconstituídos (1,7 x 10⁶ t/ano), 28% da produção de celulose (2,6 x 10⁶ t/ano) e 45% da produção de papel (3,6 x 10⁶ t/ano). Esta liderança produtiva reflete a centralização de sedes ou representações, ao menos, da maioria das grandes empresas e associações ligadas à estes segmentos na cidade de São Paulo. A força do setor no estado de São Paulo também se traduz no número de municípios que possuem reflorestamentos com Eucalipto e Pinus – 576 do total de 645 (89,3%). Além daqueles municípios que também detêm áreas com monocultivos de seringueira (*Hevea brasiliensis*) abrangendo 16 bacias hidrográficas.

Outra característica única, é que São Paulo é o estado que possui mais informações oficiais sobre reflorestamentos. Como mencionado na seção de “Identificação de áreas com plantações de árvores”, o Atlas de Áreas Reflorestadas de São Paulo¹⁷⁴ atualizou o diagnóstico realizado entre 1991-92. Todavia, para este Diagnóstico não foi possível obter os dados em formato eletrônico, o que prejudicou, em parte, as análises pretendidas. Mas de qualquer maneira, foram avaliados os três enfoques adotados para apresentação dos dados: 1) Regiões Político-Administrativas (i.e. as 11 macro-regiões estaduais do IBGE); 2) Unidades de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (i.e., Bacias Hidrográficas); e 3) Pólos de Reflorestamento (i.e., cinco grandes áreas de concentração das plantações no estado). Nenhum destes contempla, de maneira precisa, informações sobre as áreas de reflorestamento no nível municipal, unidade administrativa requerida neste Diagnóstico¹⁷⁵. Apesar de que este último enfoque lista os municípios abrangidos pelo Pólo em questão. Mas existem municípios abrangidos em mais de um Pólo. E o enfoque de Bacias Hidrográficas é também aquele para o qual têm sido publicadas atualizações das informações¹⁷⁶. Assim, para este Diagnóstico, optou-se pelos dados das Áreas Administrativas, complementados pelos dados das Bacias Hidrográficas, para análise das informações sobre plantações de árvores para o estado de São Paulo.

Ainda de acordo com os dados do Atlas de Reflorestamentos, a visualização da ocupação do território do estado por meio das 11 Regiões Administrativas – Araçatuba, Bauru, Campinas, Litoral, Marília, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, São Paulo, Sorocaba e Vale do Paraíba, provê entendimento da dinâmica temporal e espacial da introdução dos reflorestamentos

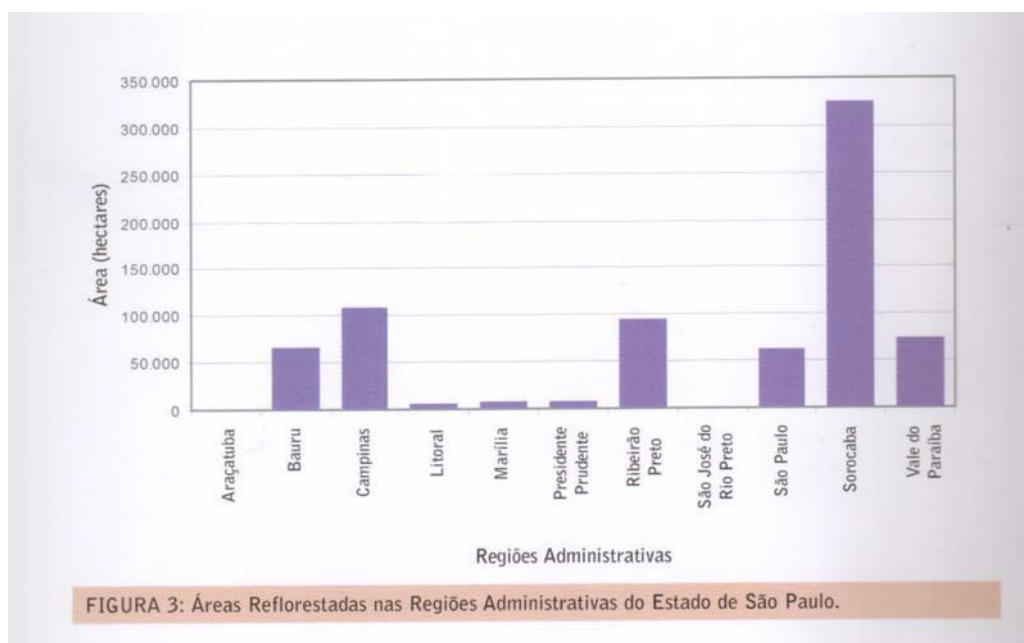
¹⁷³ Apesar de que as terras para reflorestamento no Estado de São Paulo, em um levantamento do período 1969-2001, são as de mais baixo valor. Em 2001 era cerca de R\$2.500/ha, e tendo alcançado um pico de preço somente entre 1986-87 (valores da ordem de R\$ 7.500/ha), mas quando as terras de cultura de primeira chegaram a R\$ 15.000/ha (Rahal, C. S. (2003). A evolução dos preços da terra no Estado de São Paulo: análise de seus determinantes. Escola de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, Universidade de São Paulo: 185 pp.)

¹⁷⁴ Kronka, Francisco J. N. (org.) 2002. Inventário Florestal das Áreas Reflorestadas do Estado de São Paulo. Secretaria de Estado de Meio Ambiente/Instituto Florestal. 184 pp.

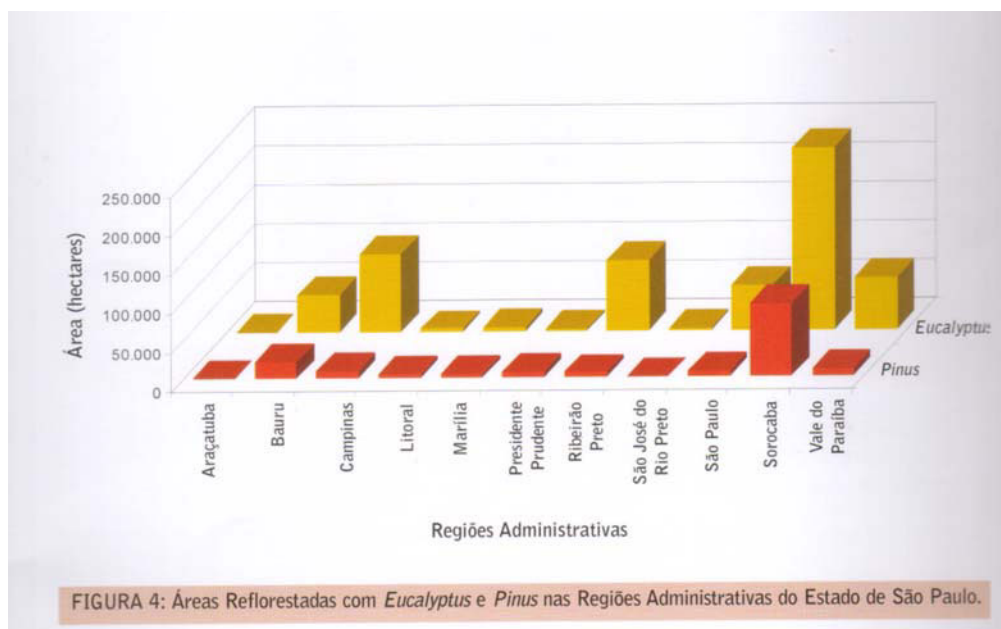
¹⁷⁵ Na apresentação dos dados referentes aos Pólos de Reflorestamento aparece uma listagem de municípios, mas estes, às vezes, têm inclusão em mais de um dos pólos, prejudicando o entendimento das informações.

¹⁷⁶ Revista Florestar Estatístico, no. 16, 2004, com dados de 2003.

industriais em São Paulo. Destas, a região de Sorocaba, foi uma das primeiras áreas de rápido crescimento após a introdução do Eucalipto pela Cia. Paulista (na verdade, iniciado por Rio Claro). Mas com o Fiset na década de 70 a região chegou ao destaque que detém atualmente em área total de reflorestamentos e em áreas de reflorestamentos de Eucaliptos e Pinus (ver figuras a seguir).



Fonte: Atlas de Áreas Reflorestadas de SP (Kronka et. al. 2004).



Fonte: Atlas de Áreas Reflorestadas de SP (Kronka et. al. 2004).

Todavia, em Sorocaba, se no período entre as décadas de 70 e 90, o crescimento das áreas de reflorestamento foi de cerca de 50%, quando observamos a evolução histórica entre 1971 e 2000, esta expansão não foi das mais altas, como demonstra a tabela a seguir.

Regiões Administrativas	Período (Área em ha)			% Evolução ou decréscimo da década de 70 até 2000
	1971-73	1991-92	1999-2000	
Araçatuba	4,930.00	1,445.00	1,007.00	-79.57%
Bauru	51,380.00	74,128.00	67,237.00	30.86%
Campinas	139,370.00	104,808.00	110,005.00	-21.06%
Litoral	12,770.00	11,653.00	8,500.00	-33.43%
Marília	18,670.00	8,209.00	8,886.00	-52.40%
Presidente Prudente	8,740.00	10,173.00	9,567.00	9.46%
Ribeirão Preto	58,840.00	95,303.00	97,055.00	64.94%
São José do Rio Preto	15,830.00	2,729.00	2,361.00	-85.08%
São Paulo	58,370.00	62,265.00	63,897.00	9.46%
Sorocaba	234,920.00	360,117.00	326,070.00	38.80%
Vale do Paraíba	37,600.00	81,692.00	75,425.00	100.59%
Total	641,420.00	812,523.00	770,010.00	20.04%

Na verdade, neste período de 30 anos, a região que mais se destacou, em termos de crescimento de áreas de plantios, foi a do Vale do Paraíba, justamente aquela onde no presente, de acordo com a percepção dos atores entrevistados, e de notícias veiculadas na mídia, é onde está ocorrendo a expansão da base florestal no estado de São Paulo. A Bacia Hidrográfica abrangente desta Região recebe a mesma denominação.

E à esta a conclusão, sobre a Bacia Hidrográfica do Vale do Paraíba, chega também a Fundação COPPETEC, responsável pelo Projeto de Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul¹⁷⁷: “Segundo informações dos agricultores, a exploração de plantações de eucalipto para extração de celulose tem crescido muito nos últimos anos no vale do Paraíba. As empresas de papel e celulose estão inclusive arrendando terras tradicionalmente utilizadas para agricultura e transformando-as em plantações de eucalipto. Para os agricultores tem sido um bom negócio pois eles recebem o dinheiro limpo, sem risco, e a curto prazo. Além disso, podem manter a sede de suas propriedades no terreno. Eles praticamente recebem para não trabalhar”.

¹⁷⁷ COPPETEC (2001). Relatório Final do trecho paulista entre Guaratinguetá e Taubaté. 31 pp.

Distribuição de plantios de Eucalipto e Pinus por Bacia Hidrográfica, no estado de São Paulo Fonte: Revista Florestar no. 16 (2003)				
Bacia Hidrográfica		Eucalipto (hectares)	Pinus (hectares)	Total (hectares)
Alto Paranapanema	Novos plantios	26.482	13.452	238.059
	Produzindo	121.400	76.725	
Médio Paranapanema	Novos plantios	4.228	453	79.098
	Produzindo	55.288	19.129	
Alto Tietê	Novos plantios	920	185	53.549
	Produzindo	49.620	2.824	
Mogi-Guaçu	Novos plantios	3.953	-	63.843
	Produzindo	56.158	3.732	
Paraíba do Sul	Novos plantios	7.439	300	97.202
	Produzindo	88.141	1.322	
Pardo	Novos plantios	3.780	25	53.504
	Produzindo	47.017	2.682	
Piracicaba/Capivari/Jundiaí	Novos plantios	3.723	13	83.251
	Produzindo	75.321	4.194	
Ribeira do Iguape/Litoral Sul	Novos plantios	1.110	2.000	23.818
	Produzindo	9.530	11.178	
Tietê/Jacaré	Novos plantios	9.757	1.860	135.696
	Produzindo	94.052	30.027	
Tietê/Sorocaba	Novos plantios	19.880	200	77.778
	Produzindo	56.344	1.354	

Coincidentemente, o Vale do Paraíba também é uma das regiões sobre a qual foram encontradas informações sobre conflitos sócio-ambientais em relação aos plantios industriais de árvores. O primeiro grupo de questões reportadas envolvem as práticas de pequenas empresas reflorestadoras, que têm conduzido suas atividades à margem das regulamentações legais, como, por exemplo, não respeitando a distância mínima dos mananciais e estabelecendo plantios no topo de morros – áreas que quando exploradas geram uma grande quantidade de sedimentos que são carreados para os rios da região. Pequenos produtores rurais tem reclamado para seus representantes políticos que mananciais que outrora existiam, secaram, ou então tiveram seu volume de água diminuído devido ao assoreamento.

Este tipo de conflito também é confirmado no relatório da COPPETEC, citado acima: “*Uma informação interessante fornecida pelos agricultores é que as plantações de eucalipto estariam*

“secando” os ribeirões. Esta afirmação é razoável pois o eucalipto é uma árvore de crescimento rápido e portanto consome maior quantidade de água. No entanto, para fazer uma afirmação destas com certeza seria necessário fazer um estudo mais profundo do assunto”.

Esta preocupação com os impactos hidrológicos dos monocultivos de eucaliptos é recorrente na opinião pública, e é relatada também em outras regiões do estado de São Paulo, como apresentada em matéria do jornalista Mauro Chaves, do Estadão em 10/03/2003. Esta matéria faz correlações entre a situação atual na cidade de Nazaré Paulista, onde está a represa do Atibainha, principal manancial do Sistema Cantareira, e o Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. Este último local, atualmente é uma das regiões mais miseráveis do País, mas há 26 anos era um vale fértil, de múltiplas culturas e criações, e começou a "secar" graças à substituição das matas nativas pela plantação indiscriminada do eucalipto. E este cenário está se reproduzindo em Nazaré Paulista, pois, *“nessa região, especialmente nos últimos cinco anos, uma bela e variada vegetação nativa, abrigando nascentes, veios d'água, córregos - e hábitat de uma rica fauna - tem cedido lugar à monotonia das árvores iguais enfileiradas, que nada têm para atrair os pássaros - ou quaisquer outras espécies animais - e são cortadas rápido para virarem lenha. Pouquíssimas são as áreas que lá ainda resistem ao desmatamento ilegal - ou ao estéril "reflorestamento" das "roças" de eucalipto. Não se trata de aproveitamento em indústria de celulose - que a região não tem nem comporta, por suas características -, muito menos obedecem tais plantações a critérios técnicos de remanejamento e/ou preservação porcentual de mata nativa. Trata-se, apenas, de madeira que bebeu muita água, mas só serve para o fogo...Na velha controvérsia a respeito dos efeitos ambientais dos eucaliptais, apesar dos argumentos - geralmente fundamentados em trabalhos científicos patrocinados por grandes empresas que fazem a exploração industrial da planta - que procuram colocar no rol de simples "mitos" os malefícios causados pelo eucalipto à fertilidade do solo e aos mananciais, há uma vasta literatura a comprovar, pelo menos, três pontos fundamentais: a altíssima demanda de água da planta pode esgotar a umidade do solo e prejudicar a recarga da água subterrânea, desestabilizando o ciclo hidrológico; a forte absorção de nutrientes, pelas raízes, pode gerar no solo um grande déficit, desestabilizando o ciclo de nutrientes; a liberação de substâncias químicas - ou os efeitos alelopáticos sobre a microflora - pode afetar o crescimento de plantas e microorganismos, diminuindo assim, mais ainda, a fertilidade do solo.*

Outra perspectiva do mesmo problema foi apontada em pesquisa de Hoeffel et al. (2004)¹⁷⁸ para quem: *“os conflitos de usos encontrados, em especial dos recursos hídricos, indicam que existem entre os grupos sociais atuantes nesta área, percepções diferenciadas sobre a problemática ambiental, que vêm se refletindo nas propostas de desenvolvimento regional....Enquanto que a maioria dos entrevistados da área rural associa a não conservação ambiental a desmatamentos e queimadas (16%), à falta de infra-estrutura para dispor o lixo (15,8%), à ausência de consciência e práticas de conservação ambiental (13%) e aos reflorestamentos com eucaliptos (5%), na área urbana os principais problemas da não conservação estão relacionados com a ausência de consciência e práticas de conservação ambiental (24,8%), aos reflorestamentos com eucaliptos (7%), à poluição da represa (4,5%) e à falta de fiscalização (5,3%)”.*

De volta ao Vale do Paraíba, outro problema relatado na região é que as empresas para protegerem seus plantios estabelecem cordões de isolamento ao redor dos reflorestamentos - uma faixa de 30 metros onde limpam toda a vegetação para o aceiro. Mas para aumentar a efetividade da medida,

¹⁷⁸ Hoeffel, J. L., M. Sorrentino, et al. (2004). Concepções sobre a natureza e sustentabilidade: Um estudo sobre a percepção ambiental na Bacia Hidrográfica do Rio Atibainha-Nazaré Paulista/SP.

jogam nas suas e nas propriedades vizinhas, herbicidas como o Roundup e iscas contra formigas (Mirex-S), o que acaba por envenenar e matar as criações de gado e outros animais dos pequenos produtores. E uma última questão mencionada pelos entrevistados, ainda que apontada também como fracamente documentada e ainda não punida na região, foi o descumprimento da legislação trabalhista, principalmente em relação à utilização de equipamentos de segurança por parte dos trabalhadores no campo.

Em termos de conflitos fundiários, três diferentes propriedades da Votorantim estão no foco do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). As informações encontradas na mídia reportam que em maio de 2004 a Fazenda Una no município de Taubaté foi ocupada¹⁷⁹. Outra notícia veiculada em junho de 2004 comunica que a fazenda foi desocupada, sem maiores detalhes, todavia, sobre os procedimentos envolvidos¹⁸⁰. Depois, em agosto do mesmo ano, o MST ocupou a Prefeitura de Tremembé, devido à disputas com o prefeito daquela cidade em relação à Fazenda Camburi (antiga Corumirim) também do Grupo Votorantim. O ponto de contenda, descrito na matéria, foi o fato da Prefeitura ter emitido laudo contrário à desapropriação da área desta última fazenda. A justificativa apresentada pelo Prefeito, na matéria, foi que metade da área de 675,45 ha tem a função de proteção do reservatório de água no município¹⁸¹. Então, no começo do corrente ano, 100 famílias ligadas ao MST ocuparam esta fazenda. Em fevereiro, ainda por causa da mesma área, este grupo se deslocou para a Fazenda São José de 214 hectares, vizinha à Fazenda Corumirim. O motivo da disputa continua a ser esta última propriedade que de acordo com o MST foi destinada à reforma agrária, mas que a VCP requereu reintegração de posse, diante do que as famílias resolveram sair da área¹⁸². Em seguida, no dia 28 de fevereiro, de acordo com o jornal online Vale Paraibano: *“Integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) em Tremembé desocuparam ontem pela manhã a Fazenda São José e retornaram para a Fazenda Corumirim, que já havia sido ocupada pelo grupo por quatro vezes em dois anos. A direção regional do movimento afirmou que a quinta ocupação da Corumirim aconteceu em resposta aos pedidos de reintegração de posse movidos pela VCP (Votorantim Celulose e Papel), empresa proprietária das duas fazendas. O coordenador regional do MST no Vale do Paraíba, Valdir Nascimento, afirmou que os integrantes do movimento teriam recebido informações sobre uma nova liminar de reintegração de posse concedida pela Justiça à VCP na tarde de sexta-feira. “Acho estranho o judiciário atender a duas liminares da VCP contra o MST em tão pouco tempo, enquanto que nossos processos estão emperrados. Como já havíamos prometido, a cada tentativa de reintegração de posse por parte da VCP, nós ocuparemos outra área”, disse. Segundo o coordenador, 40 famílias estão de volta à Corumirim, desocupada no dia 7 de janeiro. “Nosso lugar é na Corumirim”. As famílias chegaram à fazenda por volta das 6h15. Representantes da VCP foram informados da nova invasão às 10h. Um boletim de ocorrência de esbúlio processório foi lavrado às 15h de ontem na Delegacia de Polícia de Tremembé. A assessoria da VCP confirmou que na última quinta-feira foi pedida a reintegração de posse da Fazenda São José à Justiça, porém negou que a liminar houvesse sido concedida na sexta-feira”.*

Porém, também existem descrições de problemas ocorrendo em outras regiões do estado, inclusive na Região Administrativa de Sorocaba. Pela análise desta Região nos mapas presentes no Atlas, a perspectiva que se obtém é de que a ocupação de vastas extensões do território municipal com o monocultivo de árvores, situação que também ocorre em vários outros municípios de São Paulo,

¹⁷⁹ www.fazendasbartira.com.br/noticias/31_05_04II.htm

¹⁸⁰ www.anave.com.br/informativo/reportonline32.htm

¹⁸¹ Folha online – 18 ago 2004

¹⁸² Agência Estado; 21/02/2005

gera um potencial de ocorrência de conflitos sócio-ambientais. Em Sorocaba, foram encontradas descrições de duas situações envolvendo o MST. Datando de novembro de 2002 é o caso da Floresta Nacional Ipanema, que tem áreas de vegetação nativa e áreas com reflorestamento com Eucalipto. Segundo levantamentos da própria FLONA, em 2001 as áreas se encontravam ocupadas da seguinte maneira: 1.388 ha de cobertura florestal secundária (27%); cerca de 2.300 ha divididos entre vegetação herbácea pioneira, capoeiras, várzeas e cerrado (45%); 220 ha de reflorestamentos com Eucalipto (4%); 1.148 ha ocupados por integrantes do Movimento dos Sem Terra - MST (23%); e cerca de 50 ha com a sede administrativa, vila residencial e sítios histórico-arqueológicos (1%).

Mais recentemente, em março de 2004, o estado de São Paulo noticiou que¹⁸³: *“Cerca de 300 militantes do MST invadiram na segunda-feira a Fazenda União do Brasil, no município de Buri, região de Sorocaba. A área pertence ao empresário Silvio Abdalla e está parcialmente ocupada com reflorestamento de pinus. Ontem, os líderes tiveram um encontro com o prefeito João Domingues de Oliveira (PTB), que se comprometeu a instalar uma sala de aula e uma pequena farmácia próximo da área invadida. “Educação e saúde a gente não pode negar. Se eles estão certos ou errados é a justiça quem vai decidir”, disse”*.

Também no município de Bauru, na Região Administrativa de mesmo nome, aonde também a análise visual do Atlas demonstra a ocorrência de grandes áreas de reflorestamento, tanto de Eucalipto (e.g., em Lençóis Paulista) como Pinus (e.g., Agudos), em 200e tem ocorrência de conflitos fundiários com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). De acordo com matéria veiculada na Folha online (27/04/2003), mais uma vez a Votorantim estava no foco de parte das disputas: *“Cerca de 130 sem-terra invadiram hoje de manhã duas propriedades rurais no município de Bauru. Os sem-terra são os mesmos que, por três meses, invadiram área do Horto Florestal de Bauru, arrendado ao grupo Votorantim. A invasão aconteceu na manhã de hoje e foi acompanhada por policiais militares. Os sem-terra fizeram acampamento nas áreas, que margeiam a estrada rural Chapadão-San Telmo, na divisa dos municípios de Pederneiras e Bauru (343 km a noroeste de SP). Vizinhos das duas propriedades registraram queixa na Polícia Civil de Bauru, assinando termo de preservação de direito, com medo de novas invasões. Os sem-terra, ligados ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), dizem que a nova invasão é uma forma de pressionar o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para desapropriar áreas no noroeste paulista”*.

A Duratex empresa do ramo de madeira sólida também tem enfrentado alguns conflitos sócio-ambientais no município de Bauru. Esta empresa foi fundada em 1951 e atualmente o acionista majoritário é o grupo ITAUSA, do qual também fazem parte, entre outras empresas, o Banco ITAÚ S.A. Além de São Paulo a empresa atua nos estados do Rio Grande do Sul e Bahia, totalizando 66.752 ha de plantações. A Duratex que foi certificada pelo sistema FSC pela primeira vez em 1995 e re-certificada em 2000, possui neste município uma propriedade que vem sendo sujeita à entrada de caçadores e pescadores, tendo os casos sido notificados à Polícia Florestal de Bauru. Todavia, esta área não foi incluída no processo de re-certificação que abrangeu somente as propriedades da empresa nos municípios de Agudos, Lençóis Paulistas e Botucatu. Estes três municípios estão incluídos no Pólo de Reflorestamento de Botucatu/Itatinga/Agudos. A área total certificada é de 44.983 ha, sendo 14.894 ha de plantações de Pinus e 21.271 ha de plantações de Eucalipto.

¹⁸³ Matéria da jornalista Vera Rosa publicada em 31/03/2004
(<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=114029>).

O relatório público de certificação¹⁸⁴ descreve as operações da empresa, os compromissos com os princípios do FSC e algumas pendências de caráter ambiental (i.e., recomposição da reserva legal e melhoria do sistema de monitoramento da fauna nas áreas de proteção). Quando consultados para este Diagnóstico a empresa respondeu ao questionário enviado à empresas do setor de florestas plantadas, o Diretor Florestal da Duratex - Antonio Joaquim Oliveira respondeu às seguintes questões:

1.A) Qual a percepção de sua empresa ou entidade sobre conflitos sócio-ambientais em relação à plantações de árvores no Brasil?

Os argumentos levantados nos conflitos sócio-ambientais normalmente tomam por base conceitos tecnicamente equivocados em relação às plantações florestais. Estas são apontadas como, por exemplos:

a) Extensões ilimitadas de monoculturas.

Percepção da Empresa: Os plantios de eucalipto e pinus estão entremeados pelas áreas de preservação permanente e outras reservas de vegetação nativa. Existe um sistema florestal integrado por áreas cultivadas e áreas conservadas, mescladas as outras propriedades rurais que diversificam a ocupação do solo.

b) Áreas desprovidas de biodiversidade (desertos verdes).

Percepção da Empresa: O conjunto de áreas cultivadas e áreas conservadas tem assegurado a conservação da biodiversidade. Os levantamentos de flora e fauna mostram bons índices de diversidade e a conservação de espécies ameaçadas em outras localidades, mas que estão presentes nas áreas da Empresa.

c) Fator de introdução de espécies invasoras (pinus em áreas de conservação)

Percepção da Empresa: Uma vez diagnosticado o problema, foram tomadas medidas corretivas e a presença de pinus e eucalipto em áreas de conservação está podendo ser eliminada com segurança em breve intervalo de tempo. A magnitude do fenômeno da presença do pinus e do eucalipto é muito menor do que a decorrente, por exemplo da introdução da brachiaria na formação de pastagens e que invade as áreas de cerrado.

d) Atividade que promove o secamento do solo.

Percepção da Empresa: As pesquisas mostram que o consumo de água pelas plantações florestais não difere do consumo de água de formações florestais nativas e é muito menor do que o consumo de água por culturas agrícolas anuais. Estão disponíveis informações nos centros de pesquisa que podem estabelecer as margens de segurança para os recursos hídricos em regiões cultivadas com as espécies florestais de rápido crescimento.

e) Atividade que leva à contaminação do solo por químicos.

Percepção da Empresa: O uso de químicos nas plantações florestais, quando adotados os produtos específicos, apresenta magnitude muito inferior do que em áreas com cultivos agrícolas de ciclo anual. Não existem evidências objetivas que documentem a contaminação do solo por químicos usados dentro de premissas técnicas.

f) Sistema produtivo que afasta populações tradicionais de suas áreas (deserto humano).

Percepção da Empresa: Nas condições em que a Duratex foi estabelecida esse fenômeno social não foi registrado. Não foram ocupadas áreas de populações indígenas ou tradicionais. A evidência objetiva desta afirmação está na ausência de demandas e nas boas relações firmadas ao longo dos anos com as comunidades onde a empresa atua.

¹⁸⁴ www.scs-certified.com/forestry/forest_certclients.html

g) Sistema produtivo que não gera o número de empregos proporcional às demandas regionais

Percepção da Empresa: A realidade da Duratex é oposta à essa afirmativa. Em todas as regiões em que opera no Estado de São Paulo a Empresa é vista como fonte de geração de empregos e oportunidades de negócios. Boas relações com os sindicatos são tomadas pela Empresa como evidência objetiva desta afirmação.

1.B) Onde, na opinião da entidade, já ocorreram, ocorrem, ou tem potencial de ocorrer estes conflitos?

Sujeito a análises mais apuradas, os conflitos poderão ser caracterizados pela época e pelas particularidades regionais onde ocorrem. Assim pode-se apontar a região Amazônica, o Espírito Santo e a Bahia, o Paraná e mais recentemente Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

É importante ter em mente que nas condições atuais nenhuma região do Brasil está livre de presenciar esses conflitos e que a tendência é que eles aumentem em áreas de projetos já estabelecidos.

1.C) Quem são os, direta e indiretamente, envolvidos?

Diretamente envolvidos estão os ambientalistas contrários às monoculturas dos plantios de pinus e eucalipto, os integrantes dos movimentos pela reforma agrária e os empresários e técnicos responsáveis pelas plantações. Nesse contexto participam indiretamente como atores de articulação (pró e contra as plantações) a classe política, a universidade, a igreja e as agências de governo ligadas ao meio ambiente (nos níveis federal e estadual), à agricultura, à reforma agrária e ao desenvolvimento.

2) Como sua empresa lida diretamente com estas questões ou, no caso de entidades, como a mesma orienta seus associados a lidarem com estas questões?

A Duratex reúne vivências com os conflitos sócioambientais nos estados da Bahia, São Paulo e Rio Grande do Sul. Cada uma dessas experiências foi registrada em épocas distintas. No presente, com atuação apenas no Estado de São Paulo, o diagnóstico é de que existem situações pontuais e de reduzida complexidade social e institucional que não caracterizam um conflito sócioambiental.

Nos momentos mais controversos, principalmente na Bahia, na década de 90, a opção da empresa foi no sentido de colocar-se a disposição da negociação sem abrir mão de seus direitos legais. Algumas particularidades a considerar:

1º) A empresa não possuiu ou possui projetos com mais de 50.000 ha de área contínua. Também não fez aquisições de pequenas propriedades.

2º) Ao longo do tempo, as diretorias florestais procuraram sempre antecipar-se ao agravamento de conflitos conduzindo uma política de diálogo com seus confrontantes. Não raras vezes, questões de construção de estradas, cercas de divisa e direito de passagem levaram o diretor florestal a contatar pessoalmente os pequenos proprietários confrontantes da empresa.

3º) É orientação da empresa que seus engenheiros responsáveis pelas fazendas florestais conheçam os confrontantes de cada fazenda e mantenham abertos os canais de diálogo, dentro dos limites do direito à propriedade.

Outra empresa que atua na região de Botocatu é a Eucatex. Mas esta empresa também detém propriedades nas regiões em Salto e Buri, já parte do Pólo de Reflorestamento de Itapeva/Capão Bonito/Buri. Esta empresa foi também fundada em 1951 e os acionistas majoritários são os membros da família Maluf. A Eucatex foi certificada pelo sistema do FSC pela primeira vez em 1996 e re-certificada em 2001. A área total de plantações de Eucalipto que foi re-certificada foi de 33.269 ha. As propriedades abrangem os municípios de Angatuba, Anhambi, Avaré, Bofete, Botucatu, Buri, Capão

Bonito, Conchas, Elias Fausto, Itapeva, Itatinga, Itu, Pilar do Sul, Porto Feliz, Salto, Salto de Pirapora e São Manuel. Os plantios estão localizados principalmente nas bacias hidrográficas do Tietê-Sorocaba e Alto Paranapanema embora existam áreas plantadas também nas bacias Tietê-Jacaré e Médio Paranapanema. Além destas áreas a Eucatex possui mais três propriedades plantadas com Pinus, no município de Buri, que não foram objeto de avaliação neste processo de re-certificação. As áreas onde a Eucatex se insere representam extremos econômicos no estado de São Paulo. Se por um lado Botucatu é um grande pólo de comércio e indústrias, a região de Buri, no Vale do Ribeira é uma das mais pobres do estado.

Em termos de potenciais conflitos sócio-ambientais em relação à Eucatex, foram encontradas as seguintes informações no relatório público de certificação¹⁸⁵ que descreve as seguintes pendências da empresa: o pagamento de tributos por prestadoras de serviços; ocorrência de não-conformidades em relação à segurança no trabalho de funcionários de empresas terceirizadas; casos, ainda que isolados, de lixo ser encontrado dentro das áreas de plantações (e.g., sacos plásticos utilizados na atividade de resinagem); necessidade de recomposição do percentual de 20% de área de Reserva Legal em algumas propriedades; o mapeamento de ocorrências de Pinus e Eucalipto em APPs; necessidade de planejar as operações de exploração no nível da paisagem para assegurar a manutenção da conectividade entre áreas; necessidade de melhorias no programa de pesquisa de áreas naturais de proteção ambiental; necessidade de desenvolver métodos de combate às formigas que não utilize formicida à granel e à céu aberto.

Outro grupo empresarial foco do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foi as Indústrias Reunidas Matarazzo. De acordo com matéria veiculada no Estadão em 09/04/2004, o MST naquela data ocupou duas fazendas deste grupo, ambas localizadas num raio de 50 quilômetros de São Paulo. A matéria descreve que: *“Cerca de 400 famílias entraram, no início da manhã, na fazenda Mian, no bairro do mesmo nome, em Pirapora do Bom Jesus, município da Grande São Paulo. A propriedade tem 950 hectares com reflorestamento de eucalipto. Ao mesmo tempo, outras 150 famílias invadem a fazenda Íris, no bairro Santa Ella, em Araçariguama. A área, de 370 hectares, também é usada para reflorestamento.....Um representante do grupo Matarazzo procurou a Polícia Civil nas duas cidades para registrar a invasão. Segundo o delegado de São Roque, José de Arruda Madureira Júnior, que responde por Araçariguama, os líderes dos sem-terra avisaram que pretendem deslocar mais famílias para as áreas invadidas. “Eles planejaram a operação e a executaram em um dia em que todas as repartições judiciais estão fechadas”. Madureira disse que os advogados da empresa devem entrar na segunda-feira com os pedidos de reintegração de posse na Justiça”.*

Analisando os casos descritos acima, de maneira geral, no estado de São Paulo os problemas que vêm ocorrendo parecem ser de dois tipos: ambientais, mais relacionados à aspectos hídricos, seja de diminuição de disponibilidade de água e/ou assoreamento dos corpos d'água; e fundiários. Mas, estes dois temas são recorrentes em todos os estados brasileiros onde foram documentados conflitos sócio-ambientais em relação à plantações de árvores. E, se por um lado, São Paulo apresenta os mesmos problemas encontrados em outros locais, neste estado, contrário ao que se deveria esperar devido à intensa presença de monocultivos de árvores e ao maior capital social da população, o número de conflitos é relativamente baixo. A razão para este cenário pode ser, de acordo com alguns atores entrevistados¹⁸⁶ e contribuições voluntárias para este Diagnóstico¹⁸⁷, em parte, explicada pelo

¹⁸⁵

¹⁸⁶ Dr. Alessandro Adolfo R. Savino, assessor jurídico do Deputado Estadual Padre Afonso Lobato (Partido Verde).

¹⁸⁷ José Demetrius Vieira, consultor da área ambiental; Mario Mantovani, SOS Mata Atlântica e Cláudio Silvestre da Flora Tambau.

trabalho de base feito pela Federação das Associações de Recuperação Florestal (FARESP) e outras três associações que, em cerca de 18 anos já promoveram o plantio em pequenas propriedades rurais de 90 milhões de eucaliptos em 53.989 ha de mais de 13.400 propriedades rurais¹⁸⁸. Os reflorestamentos comerciais estão sendo percebidos cada vez mais por muitos produtores rurais como uma fonte de renda quase tão segura quanto à criação de gado. E esta visão também já está sendo incorporada por recém-assentados ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), de acordo com reportagem produzida pela Agência Repórter Social para a Revista Foco¹⁸⁹: *“Apesar de ainda estar restrito a 250 das 6 mil famílias assentadas na região do Pontal, o reflorestamento começa a ganhar adeptos até mesmo entre os mais ferrenhos críticos da atividade: os integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). “O ganho ainda é pouco para ser adotado pelo movimento como um todo, mas é uma ferramenta que precisamos usar para nos defender do agronegócio, que acaba com o ambiente, não gera empregos”, diz Valmir Rodrigues Chavez, de 48 anos, da direção do MST e da Cooperativa Regional dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal do Paranapanema. “Nós somos simpáticos aos viveiros, mas é um projeto independente do MST”.*

Mas vale ressaltar que esta aceitação aos monocultivos não é assim tão generalizada e parlamentares, municipais e estaduais, já expressaram sua preocupação com a taxa de ocupação do território, tanto do estado de São Paulo, como de alguns municípios, buscando regulamentar estas práticas.

O primeiro caso é em Capão Bonito, que pertence à Região Administrativa de Sorocaba, na Bacia Hidrográfica do Alto Paranapanema, onde o Prefeito Roberto Tamura (PSDB) vem desde o ano passado buscando, por meio de criação de uma legislação municipal, disciplinar o uso de terras destinadas ao reflorestamento e impedir o plantio de Eucalipto em terras aptas à agricultura¹⁹⁰. De acordo com o Prefeito, o plantio de Eucalipto na zona rural está aumentando e hoje estas áreas de reflorestamento já ocupam mais de 30% do território de Capão Bonito, o 5º maior município do estado de São Paulo com 1.641 quilômetros quadrados. Além do mais, o problema é que o Eucalipto é apenas plantado no município e beneficiado em outras cidades, onde estão instaladas as indústrias de papel e celulose, que ficam com os recursos gerados pelos impostos da comercialização do produto final. A geração de empregos nas áreas de reflorestamento também é pequena, pois todo o processo, do plantio à colheita, é mecanizado. *“Se toda esta área estivesse nas mãos dos agricultores, a situação da cidade com certeza seria outra”, afirma o prefeito Roberto Kazushi Tamura (PSDB), observando que Capão tem uma das melhores terras do estado e está a 230 Km da capital. “Produzimos aqui a melhor batata do estado e nossa terra é ideal para a plantação de alimentos”, diz ele. A plantação de Eucalipto em Capão começou na década de 70 e nos últimos dois anos vem aumentando num ritmo mais acelerado. Também, segundo Tamura, as indústrias de papel e celulose estão comprando as terras dos pequenos e médios agricultores por preços acima dos praticados no mercado e se a situação continuar deste forma o município pode falir. “Hoje o reflorestamento é o câncer de Capão”, afirma o prefeito. “Pensei que ele estava adormecido, mas está criando metastases e pode matar nossa cidade”.*

Dados da Secretaria Municipal de Agropecuária mostram que 31% do município de Capão Bonito são áreas de preservação ambiental (Mata Atlântica), 30% são áreas de reflorestamento e que

¹⁸⁸ De acordo com o Diretor Executivo da FARESP – Cláudio Silvestre, essa ação foi feita por base no Código Florestal e na Lei Estadual 10.780 de 09 de março de 2.001, apesar desta última até hoje não estar regulamentada. Além do mais, estes plantios não contaram com recursos públicos como o PRONAF Florestal ou o PROPFLORA devido à dificuldade dos pequenos produtores acessarem estes fundos.

¹⁸⁹ www.reportersocial.com.br/noticias.asp?id=774&ed=Economia

¹⁹⁰ O Estadão 09/junho/2004; Folha online 10/março/2005.

dos 40% restantes, metade são de relevos montanhosos, impróprios para a agricultura. E é justamente por este motivo que o Prefeito Roberto Tamura não quer mais "perder" terras para as indústrias, principalmente para Votorantim Papel e Celulose, proprietária de mais de 90% das áreas de reflorestamento. A aprovação da lei ocorreu após uma audiência pública na qual a VCP pleiteava a certificação de suas florestas. Segundo o prefeito, a comunidade presente à audiência questionou a atuação social da empresa, que detém dois terços das terras do município. Além do mais, para tentar reverter a situação, o prefeito, já enviou ofícios para a presidência da república e governo do estado solicitando alterações na lei que disciplina o uso da terra. *"Precisamos parar com este crescimento ou então criar mecanismos de compensação fiscal para o município"*, explica Tamura, que desde o início de seu mandato tem tentado marcar uma audiência com o empresário Antônio Ermírio de Moraes, proprietário do Grupo Votorantim. *"Nunca recebi nem resposta"*, contou.

Do ponto de vista da VCP, todavia, como declarado a seguir: *"Representantes da empresa reuniram-se com o prefeito na busca de uma solução amigável. O agrônomo e ex-secretário da Agricultura de São Paulo, Xico Graziano, considera injusto atribuir ao eucalipto a sina de causador da miséria"*. Após o que a empresa entrou com mandado de segurança contra a prefeitura. O município é o único no estado a restringir o cultivo dessa árvore. No mandado de segurança, a empresa alegou que a lei municipal fere a Constituição, impedindo o livre exercício de atividade econômica. O processo ainda não teve julgamento.

A VCP planta e corta o eucalipto no município para abastecer sua fábrica de celulose, localizada na região. Além da VCP, outros grandes grupos reflorestadores estão comprando as melhores terras, segundo o Prefeito. Além disso, a mecanização empregada no plantio e corte do eucalipto provoca desemprego, pois quase não ocupa mão-de-obra. *"A vocação do município é a agricultura, base da sua economia, mas o reflorestamento está impondo um retrocesso nesta área."* No projeto de lei enviado à Câmara, Tamura explicitou sua preocupação com o avanço do reflorestamento, que estaria ocupando áreas propícias ao desenvolvimento de culturas de grãos de maior rentabilidade, geradoras de empregos, e menor impacto ambiental. *"Se esse processo continuar indiscriminadamente só nos resta mudar de Capão Bonito e entregar o município às reflorestadoras"*, afirmou Tamura, citando como exemplo o Vale do Jequitinhonha, que se transformou em uma das mais pobres regiões do País com a entrada do reflorestamento.

Outro município, que também tentou a aprovação de uma lei para regulamentação dos reflorestamentos foi São Luis do Paraitinga, no Vale do Paraíba. A proposta foi apresentada pelo Vereador Marcelo Toledo do Partido dos Trabalhadores e votada à favor com unanimidade. Mas quando foi ao Prefeito para aprovação, foi vetada. E retornando à Câmara, todos os vereadores, com exceção de Toledo apoiaram o veto. Na percepção dos entrevistados, neste caso, o lobby da Suzano foi intenso. E como na percepção da empresa o problema existente era de passagem dos caminhões com Eucalipto pelo centro histórico da cidade, foi construída uma estrada secundária para escoamento da matéria-prima até à fábrica de celulose & papel, localizada em Suzano, outro município do Vale do Paraíba.

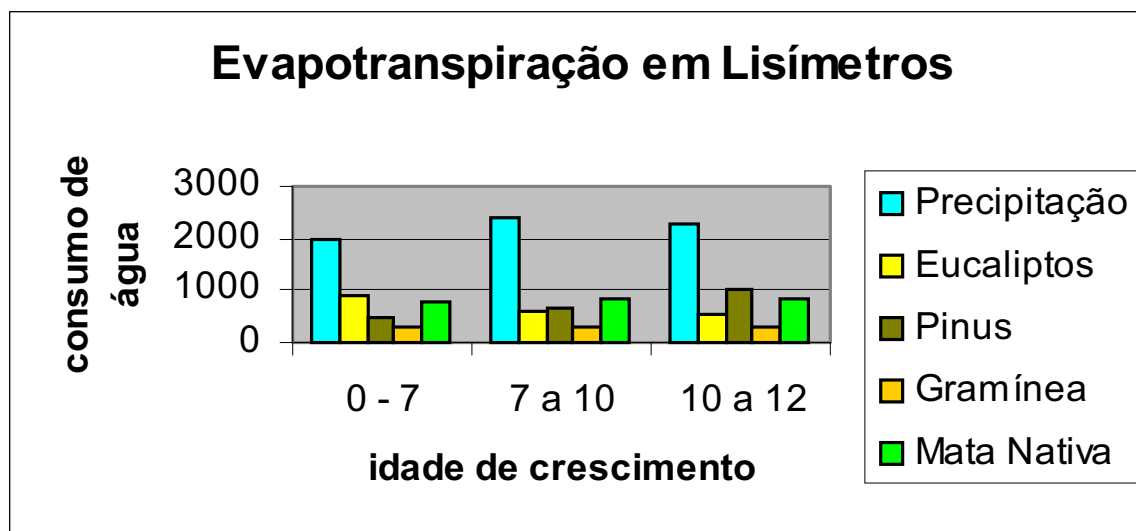
Esta mobilização do setor produtivo de base florestal também ocorreu no caso de outra tentativa de legislação para disciplinar a implantação de monocultivos de árvores, só que em todo o estado de São Paulo. O Projeto de Lei (PL 302/2003) do Deputado Estadual Padre Afonso Lobato do Partido Verde de Taubaté, submetido em dezembro de 2003, demanda a realização de Estudos de Impacto Ambiental (EIA) para projetos de reflorestamento acima de 100 ha. Os projetos entre cinco e 100 ha teriam que apresentar um Relatório Ambiental Preliminar (RAP). O documento estabelece também que todos os projetos de reflorestamento já implantados no estado de São Paulo devem

adequar-se à estes parâmetros e caberia à Secretaria de Meio Ambiente regulamentar e estabelecer critérios para a compensação ambiental de plantio com essências nativas.

Depois que este PL foi aprovado tanto pela Comissão de Constituição e Justiça como pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do estado de São Paulo, entrou na pauta de votação por insistência do Deputado Lobato, mas foi em seguida retirado. Quando o PL estava na pauta de votação a pressão foi muito grande do setor produtivo. O Deputado Lobato e seus assessores receberam conselhos de que o projeto não deveria ser levado adiante. Mas mesmo assim eles insistiram e então o PL acabou entrando em quarentena. A principal alegação do setor produtivo é que a exigência de elaboração de EIAs encareceria em demasiado a atividade. Além do mais, outra contra-medida foi a criação pelo Deputado Estadual José Caldini Crespo (PFL), em novembro de 2004, de uma Frente Parlamentar em Defesa do Reflorestamento no estado de São Paulo. Além de Crespo, o encontro contou com a participação de outros dois deputados estaduais: Arnaldo Jardim (PPS) e Cândido Vacareza (PT).

E por causa destas reações contra sua iniciativa Presentemente, o Deputado Lobato tem revisto alguns dos pontos propostos no PL, mas principalmente ele acredita que o processo de discussão desta legislação, com condução inclusive de uma audiência pública na Assembléia Legislativa do estado de São Paulo já contribuiu para a melhoria de alguns problemas.

Nesta audiência pública surgiu, ainda, uma informação quanto aos aspectos hidrológicos destes monocultivos. Para o evento, o Deputado Lobato acionou o Instituto de Pesquisa do Estado de São Paulo, em Cunha, onde está localizado um dos mais conceituados centros de pesquisa com Bacias Hidrográficas. O estudo requerido foi sobre o consumo de água por plantações de Eucalipto. A conclusão do estudo do pesquisador José Luiz de Carvalho, Engenheiro Agrônomo e Coordenador Regional do Vale do Paraíba e Serra da Mantiqueira, comparando o balanço hídrico em seis bacias hidrográficas experimentais instaladas em áreas de plantios das empresas Aracruz/Riocell, Votorantim Celulose & Papel, Celmar, Copener, Eucatex e Inpacel, foi que monocultivos de Eucalipto, após o 7º ano, passam a apresentar taxas de evapotranspiração menores que a mata nativa. Já plantios de Pinus, após o 10º ano, esta tendência é inversa. As implicações práticas são que para garantir a manutenção do balanço hídrico de uma região deveria haver mudanças nos ciclos de corte destas espécies. O impedimento para isto é que as empresas de base florestal se interessam pelo Brasil justamente por causa da chamada vantagem comparativa do crescimento de Eucalipto que pode ser cortado, presentemente em sete anos, e em algumas empresas este ciclo de corte já está sendo reduzido para cerca de cinco anos. E quanto ao Pinus, não há vantagens em uma exploração mais cedo dentro do ciclo de corte porque o principal crescimento de demanda de uso desta espécie é para o setor moveleiro que necessita de árvores de maior diâmetro.



Fonte: Apresentação do pesquisador José Luiz de Carvalho na Audiência Pública da AL de São Paulo.

Região Sul:

A discrepância dos dados sobre as áreas de plantações de árvores que foi apontada anteriormente, para todo o Brasil é ainda mais contundente para os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Resgatando-se as informações da SBS de 2000 sobre a área total plantada com Eucalipto e Pinus para cada uma destas Unidades da Federação e comparando-as com as informações providas no Atlas do Probio¹⁹¹, SEMA-PR¹⁹², ABIMCI¹⁹³, BRDE¹⁹⁴, UFSM/SEMA-RS¹⁹⁵ e SINDIMADEIRA-RS¹⁹⁶, observa-se que os diferentes valores para a área total com reflorestamentos podem variar de, no mínimo, 19,6% no Paraná, até 37,8% no Rio Grande do Sul; as áreas plantadas com Pinus podem apresentar diferenças de até 44,6%, como no Rio Grande do Sul; e no caso de Eucalipto estas diferenças chegam a 66,5% em Santa Catarina. E também para Acácia, as discrepâncias sobre a área reflorestada, entre duas fontes de informação, chegam à 48% (ver tabela a seguir).

¹⁹¹ Castella, P. R. and R. M. Britez (2004). A Floresta com Araucária no Paraná. Brasília, D.F., Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná/PROBIO.

¹⁹² Levantamento da cobertura florestal do Paraná; sem distinção, contudo, de espécies utilizadas no reflorestamento.

¹⁹³ ABIMCI (2004). Relatórios setoriais – Paraná e Santa Catarina – Setor de Processamento Mecânico da Madeira. 36pp e 33 pp., respectivamente.

¹⁹⁴ BRDE (2003). Florestamento na Região Sul do Brasil: uma análise econômica. Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. Diretoria de Planejamento, Superintendência de Planejamento, Departamento de Programas e Orçamento. 51 pp.

¹⁹⁵ UFSM/SEMA (2001). Inventário Florestal do Rio Grande do Sul realizado pela Universidade Federal de Santa Maria.

¹⁹⁶ SINDIMADEIRA (2004). Relatório da Holtz Consultoria S/C Ltda. 09 pp.

UF	Diferentes valores de áreas de plantações de árvores na Região Sul				% ≠
Paraná	SBS (2000)	Atlas PROBIO (2004)	ABIMCI (2004)	SEMA-PR (s.d.)	
	Pinus = 605.130 ha		Pinus = 532.450 ha		≠ Pinus = 12%
	Eucalipto = 67.000 ha		Eucalipto = 105.585 ha		≠ Eucalipto = 36,5%
	Total = 672.130 ha	Total = 552.973 ha	Total = 688.380 ha	Total = 570.369,8 ha	≠ Total = 19,6%
Santa Catarina	SBS (2000)	BRDE (2003)	ABIMCI (2004)		
	Pinus = 318.120 ha	Pinus = 482.952 ha	Pinus = 317.386 ha		≠ Pinus = 34%
	Eucalipto = 41.550 ha	Eucalipto = 32.000 ha	Eucalipto = 95.545 ha		≠ Eucalipto = 66,5%
		Araucária = 17.500 ha			
	Total = 359.670 ha	Total s/ Araucária = 514.959 ha	Total = 412.931 ha		≠ Total = 30%
Rio Grande do Sul	SBS (2000)	BRDE (2003)	UFSM/SEMA-RS (2001)	SINDIMADEIRA-RS (2004)	
	Pinus = 136.800 ha	Pinus = 153.583 ha	Pinus = 247.226 ha	Pinus = 153.500 ha	≠ Pinus = 44,6%
	Eucalipto = 115.900 ha	Eucalipto = 111.525 ha	Eucalipto = 159.305 ha	Eucalipto = 111.500 ha	≠ Eucalipto = 30%
		Acácia = 9.640 ha	Acácia = 18.574 ha		≠ Acácia = 48%
	Total = 252.700 ha	Total s/ Acácia = 265.108 ha	Total = 406.535 ha	Total = 351.000	≠ Total = 37,8%

Independentemente destas diferenças, que geram falta de confiabilidade nas informações existentes e prejudicam que se faça uma discussão qualificada sobre os impactos destes monocultivos de árvores na região, buscou-se, com as fontes de informação sobre as áreas de reflorestamento no nível municipal, fazer algumas inferências. Para o estado do Paraná foi utilizado o levantamento da

SEMA-PR que contempla esta abordagem municipal, ainda que não discrimine o gênero ou espécies utilizadas nestas plantações. No Rio Grande do Sul, o inventário realizado pela Universidade Federal de Santa Maria é mais detalhado, apresentando a informação no nível municipal e discriminando os gêneros utilizados nos reflorestamentos. E para Santa Catarina, estado que ainda não realizou um inventário da cobertura florestal, foram utilizadas as informações disponíveis nos estudos setoriais da ABIMCI¹⁹⁷.

A comparação buscada no nível municipal, para os três estados em questão, foi em relação aos 10 municípios com maiores áreas de florestas nativas, de maior percentual de área de florestas nativas em relação à área territorial do município, de maior área de reflorestamentos de Eucaliptos e de Pinus e também percentuais de ocupação da área dos municípios onde estão implantados (tabelas a seguir).

¹⁹⁷ A área territorial dos municípios listados foi obtida no *website* do IBGE.

Estado do Paraná (dados SEMA-PR)							
Municípios com 10 maiores áreas de florestas nativas	Áreas de florestas nativas (ha)	Municípios com 10 maiores percentuais dos territórios cobertos por florestas nativas	%	Municípios com 10 maiores áreas de reflorestamento	Áreas de reflorestamentos (ha)	Municípios com 10 maiores percentuais dos territórios cobertos por reflorestamentos	%
Guaraqueçaba	191,843.8	Matelândia	99%	Telêmaco Borba	63,528.30	Telêmaco Borba	51.9201%
Guaratuba	117,586.8	Serranópolis do Iguaçu	94%	Sengés	39,498.84	Sengés	27.4701%
Adrianópolis	99,709.9	Morretes	92%	Tibagi	29,470.14	Cerro Azul	21.7677%
Prudentópolis	95,796.3	Guaraqueçaba	89%	Cerro Azul	29,226.60	Imbaú	20.0940%
Guarapuava	88,308.1	Guaratuba	89%	Jaguariaíva	16,693.47	Tunas do Paraná	18.5599%
Castro	80,438.1	Matinhos	86%	Guarapuava	16,494.84	Doutor Ulysses	16.5542%
Antonina	78,120.9	Antonina	81%	Doutor Ulysses	13,012.11	Ventania	16.2669%
Campo Largo	69,709.8	Quatro Barras	81%	Adrianópolis	12,843.13	Rio Negro	15.5699%
Coronel Domingos Soares	68,754.5	Bocaiúva do Sul	79%	Arapoti	12,753.54	Campo do Tenente	12.1581%
Ortigueira	67,095.4	Campina Grande do Sul	75%	Tunas do Paraná	12,462.27	Jaguariaíva	11.5383%

Estado de Santa Catarina (dados da ABIMCI)							
Municípios com 10 maiores áreas de reflorestamento de Eucalipto	Áreas de Eucalipto (ha)	Municípios com 10 maiores percentuais dos territórios municipais cobertos por plantações com Eucalipto	%	Municípios com 10 maiores áreas de reflorestamento de Pinus	Áreas de Pinus (ha)	Municípios com 10 maiores percentuais dos territórios municipais cobertos por plantações com Pinus	%
Orleans	3,021	São João do Itaperiú	16%	Otacilio Costa	33,350	Otacilio Costa	39%
Apiúna	2,729	Barra Velha	12%	Lages	27,295	São Cristovão do Sul	21%
Mafra	2,440	Treze de Maio	7%	Santa. Cecilia	16,041	Vargem Bonita	17%
São João do Itaperiú	2,420	Sombrio	7%	Mafra	15,213	Monte Carlo	16%
Otacílio Costa	2,322	Pedras Grandes	6%	Caçador	15,129	Três Barras	15%
Grão Pará	1,885	Içara	6%	Rio Negrinho	7,745	Caçador	15%
Barra Velha	1,724	Grão Pará	6%	São Cristovão do Sul	7,446	Santa. Cecilia	14%
Içara	1,697	Apiúna	6%	Rio dos Cedros	7,050	Rio dos Cedros	13%
Canoinhas	1,430	Orleans	5%	Três Barras	6,775	Ponte Serrada	11%
Treze de Maio	1,158	Ilhota	4%	Lebon Régis	6,674	Mafra	11%

Diagnóstico de conflitos sócio-ambientais em relação à plantações de árvores; Coord. Anna Fanzeres
Relatório Final; Março 2005

Estado do Rio Grande do Sul (dados UFMS/SEMA-RS)											
Municípios com 10 maiores áreas de florestas nativas	Áreas de florestas nativas (ha)	Municípios com 10 maiores percentuais dos territórios municipais cobertos com florestas nativas	%	Municípios com 10 maiores áreas de reflorestamento de Eucalipto	Áreas de Eucalipto (ha)	Municípios com 10 maiores percentuais dos territórios municipais cobertos por plantações com Eucalipto	%	Municípios com 10 maiores áreas de reflorestamento de Pinus	Áreas de Pinus (ha)	Municípios com 10 maiores percentuais dos territórios municipais cobertos por plantações com Pinus	%
Encruzilhada do Sul	148,149.00	Vale Real	81%	Alegrete	8,751.00	Mariano Moro	20.2043%	Encruzilhada do Sul	18,492.00	Nicolau Vergueiro	16.4863%
Piratini	109,931.00	Tres Forquilhas	76%	Pantano Grande	8,216.00	Ibirapuita	11.4987%	Piratini	14,661.00	Mariano Moro	10.4475%
Cangucu	83,809.00	Picada Cafe	75%	Dom Feliciano	5,552.00	Vicente Dutra	10.6407%	Mostardas	13,932.00	Sao Jose do Herval	8.2857%
Bage	74,967.00	Sao Vedelino	72%	Ibiruba	5,248.00	Mariana Pimentel	10.4562%	Sao Francisco de Paula	8,731.00	Cidreira	8.2169%
Santana da Boa Vista	73,137.00	Rolante	72%	Sao Jeronimo	4,660.00	Pantano Grande	9.6921%	Palmares do Sul	8,501.00	Putinga	7.6419%
Rio Grande	72,742.00	Riozinho	71%	Ibirapuita	4,312.00	Ibiruba	8.3914%	Sao Jose do Norte	5,775.00	Esteio	7.2101%
Sao Francisco de Paula	71,780.00	Dois Irmaos	70%	Rio Grande	4,237.00	Nao-Me-Toque	7.3133%	Pinheiro Machado	3,939.00	Mostardas	7.1752%
Caxias do Sul	68,913.00	Feliz	70%	Santa Vitoria do Palmar	4,108.00	Colorado	6.0555%	Tavares	3,253.00	Itapuca	7.0716%
Pinheiro Machado	65,191.00	Poco das Antas	68%	Uruguaiana	3,765.00	Dom Feliciano	4.8169%	Fontoura Xavier	2,996.00	Ilopolis	6.6724%
Vacaria	65,058.00	Presidente Lucena	68%	Mariana Pimentel	3,415.00	Rio dos Indios	4.5846%	Cidreira	2,963.00	Palmares do Sul	6.3036%

No Paraná, os municípios do estado que detêm as 10 maiores áreas de florestas nativas, não são aqueles que têm maiores áreas e/ou percentuais de suas áreas com reflorestamentos. Também, outro ponto é que os municípios de Telêmaco Borba e Sengés detêm, respectivamente, a primeira e segunda maior área de reflorestamentos e igualmente, os dois maiores percentuais de áreas dos municípios ocupadas por reflorestamentos. No caso de Telêmaco Borba, estes plantios pertencem em sua maioria à Klabin, empresa do segmento celulósico papeleiro que, na verdade, detém propriedades que ocupam 84,8% do território deste município. Porém, este percentual de ocupação é ainda maior no município de Imbaú, em quarto lugar em termos de percentual do território municipal coberto por reflorestamentos ($\cong 20\%$), já que as informações obtidas no mesmo *website* da empresa relacionam que 90% da base territorial desta unidade administrativa estão sob seu controle. No município de Sengés, as empresas atuantes são a Sengés Papel e Celulose Ltda. e a Norske Skog Pisa que era a antiga PISA-Papel de Imprensa e foi adquirida por este conglomerado e origem Norueguesa que tem empreendimentos em cinco continentes. E este grupo também é associado à Klabin em Telêmaco Borba (Norske Skog Klabin) igualmente para produção de papel de imprensa.

Em Santa Catarina, pela não existência de informações sobre as áreas de florestas nativas no nível municipal, as análises se restringiram às áreas e percentuais ocupados com plantações de Eucalipto e Pinus. Neste estado, em relação ao primeiro gênero as extensões plantadas ainda são pequenas, especialmente se comparadas com outros estados do Brasil ou mesmo da Região Sul. Da mesma maneira o percentual da área dos municípios ainda é relativamente baixo. O município de Mafra, contudo, situado em terceiro lugar em extensão de plantações de Eucalipto ($\cong 2,5$ mil ha) e também nesta colocação para plantios de Pinus (15 mil ha) se destaca por ser um dos municípios do planalto norte de Santa Catarina, onde só restam oito hectares de florestas nativas de Araucária, e a expansão dos plantios de Eucalipto e principalmente Pinus estão ocorrendo para suprir o pólo moveleiro estadual localizado nos municípios vizinhos de Rio Negrinho e São Bento do Sul. Já no município de Otacílio Costa, localizado na região central do estado e detendo a maior área plantada de Pinus e o maior percentual de ocupação territorial municipal, estes reflorestamentos atendem o segmento celulósico papeleiro, base da economia local, sendo a Klabin também a maior empresa atuante nesta localidade.

Para o Rio Grande do Sul ocorre um processo distinto do Paraná, onde o município com maior área remanescente de floresta nativa – Encruzilhada do Sul – é aquele também com maior área plantada de Pinus. Em termos de percentuais, este município tem 43% de seu território com florestas nativas e 5,4% com Pinus. Este município da metade sul do estado também detém plantações de Acácia Negra, pertencentes à Tanagro S.A., para produção de tanino. Outros aspectos relevantes sobre este município são que Encruzilhada do Sul é o maior produtor de melancia do estado¹⁹⁸ e pelo segundo ano consecutivo vem registrando fenômenos de estiagem, tendo inclusive declarado situação de emergência pela Defesa Civil Estadual. Já Alegrete, outro município da metade sul, com maior área de reflorestamento de Eucalipto no estado, somente possui 7% de seu território com florestas nativas, apesar de ser uma área relativamente significativa de 55,3 mil ha e os plantios com Eucalipto ocupam somente 1,12% do território municipal e não existem plantios de Pinus nesta localidade. Em contraste, o pequeno município de Mariano Moro (99 km²), no extremo norte do estado, que detém a posição de maior porcentagem de área territorial com plantações de Eucalipto, possui somente 3.000 ha de florestas nativas; representando 29% do território. E igual área em reflorestamentos sendo 2000 ha com Eucalipto e 1000 ha de Pinus. Para este gênero o município detém o segundo maior percentual de ocupação territorial.

¹⁹⁸ O RS produz 20% do total nacional.

Dos municípios do Rio Grande do Sul aonde o segmento de celulose e papel atualmente vem demonstrando iniciativas de expansão de sua base florestal (ver mais adiante) - Aceguá, Arroio Grande, Bagé, Candiota, Capão do Leão, Cerrito, Herval, Jaguarão, Pedras Altas, Pedro Osório, Pinheiro Machado, Piratini e Rio Grande – Bagé é o quarto município com maior área de áreas de florestas nativas (74,96 mil ha); Piratini é o município que já detém a segunda maior área do estado com plantios de Pinus (14,6 mil ha); e Rio Grande, município que tem 26% do território com florestas nativas (72,7 mil ha), 1,4% com Eucalipto (4.237 ha), 1.035 ha com Pinus (0,36% território). Mas sobre este último município existe uma discrepância em relação à esta área declarada pelo inventário da UFSM e o montante de 50.000 ha de Pinus já existentes em Rio Grande de acordo com o documento de Plano Estratégico Municipal para o período 2005-2010, ainda que dito que grande parte destas plantações estão dentro da Estação Ecológica do Taim.

E esta Unidade de Conservação é outro ponto importante sobre este município, como também para o Litoral Sul. A Estação Ecológica do Taim¹⁹⁹, por meio do Decreto s/no.²⁰⁰ de 06 junho de 2003 foi ampliada dos originais 30.000 ha para cerca de 100.000 ha. Este Decreto Presidencial gerou grande controvérsia na região unindo no processo grandes empresas como a resinadora FLOPAL (Florestadora Palmares), detentora de 9.000 ha de Pinus dentro da área protegida, como pequenos criadores de gado e ovelha há mais de meio século na região e sem alternativas econômicas, e ainda algumas entidades ambientalistas. Estas últimas, se por um lado queriam comemorar os ganhos ecológicos, por outro estão temerosas que problemas crônicos na região, como indefinição fundiária e desaparecimento do órgão ambiental federal, levem à medida acabar sendo inócua e que outras alternativas já propostas para a região como o ecoturismo acabem sabotadas pela inacessibilidade que a categoria de Estação Ecológica imprime à esta Unidade de Conservação²⁰¹. Não quer dizer, todavia, que o movimento ambientalista apóie diretamente plantações de árvores porque neste município, em ocasião anterior, houve interesse de se instalar uma fábrica de celulose e papel, mas a iniciativa foi impedida por este segmento da sociedade civil organizada.

A descrição desta situação no Rio Grande do Sul exemplifica bem a complexidade dos conflitos sócio-ambientais em relação à plantações de árvores, tanto neste estado como nos outros dois. A seguir serão descritas algumas situações a partir das informações coletadas. Vale ressaltar, contudo, que no Rio Grande do Sul, a descrição dos casos foi melhor documentada devido haverem dois pesquisadores especificamente dedicados à esta tarefa. Já no Paraná, houve a colaboração voluntária de algumas pessoas²⁰² e também por meio de entrevistas se obteve uma razoável compreensão do cenário vigente. Para Santa Catarina, todavia, apesar de alguns dados terem sido obtidos por voluntários²⁰³ e outros conseguidos com buscas na rede *web*, a coleta de informações resultou em um levantamento dos conflitos sócio-ambientais ainda incipiente, situação que será discutida adiante.

Rio Grande do Sul

Começando pelo Rio Grande do Sul, as características distintas das questões ocorrendo neste estado são descritas por Claudia Job Schmitt e Leonardo Alonso Guimarães, responsáveis pelo levantamento das informações, estes pesquisadores definem a situação atual em relação à plantações

¹⁹⁹ Criada em 1987 pelo Decreto 92.963 de 21/07/1987.

²⁰⁰ Decreto publicado no Diário Oficial da União em 06/6/2003 (pág. 14 da Seção I).

²⁰¹ Nota sobre o TAIM da Associação Brasileira para a Preservação Ambiental – ABRAPA.

²⁰² Teresa Urban e José Maria Tardim

²⁰³ João de Deus Medeiros e Miriam Prochnow

de árvores como “tensionamentos”. Não pode ser dito que já tenham ocorrido ou já exista propriamente uma situação clara de disputas em relação aos monocultivos existentes no estado. Porém, é detectado o potencial futuro de agravamento destas tensões devido à atual expansão acelerada de plantações, principalmente de Eucalipto, na metade sul, para atender aos segmentos celulósico-papeleiro e moveleiro.

Mais especificamente foram identificados os seguintes núcleos de conflito ou “tensionamento” envolvendo áreas cobertas pelas florestas plantadas e suas adjacências:

- Plantio ou disseminação de espécies exóticas, particularmente do *Pinus*, no entorno de unidades de conservação ambiental no Litoral Sul;
- Pressão das florestas de *Pinus* sobre as áreas de campo na região dos Campos de Cima da Serra;
- Pressão das florestas plantadas sobre as áreas destinadas à agricultura e à pecuária na metade sul.

As descrições a seguir são sintéticas, e como será discutido na seção de conclusões deste Diagnóstico, na verdade, trata-se de um mapeamento, ainda preliminar, que necessitará, sem dúvida, um maior aprofundamento em um momento futuro.

Plantio ou disseminação de espécies exóticas, particularmente do *Pinus elliotis*, no entorno de unidades de conservação ambiental localizadas no Litoral Médio e Litoral Sul do RS:

I. Caracterização da região

A Planície Costeira do Rio Grande do Sul possui algumas características que a diferenciam das formações litorâneas existentes em outras regiões do país. Trata-se de uma linha costeira, retilínea, com 622 km de extensão, formando uma das mais extensas e contínuas praias arenosas do mundo²⁰⁴. Os principais municípios da região são Mostardas, Tavares, São José do Norte, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar.

A região é composta por ambientes frágeis e ricos em biodiversidade, com uma paisagem constituída por dunas móveis, banhados, lagoas costeiras, marismas e áreas cobertas por vegetação arbórea. No Litoral Médio, estendendo-se até o Litoral Sul, encontra-se a Laguna dos Patos com aproximadamente 10.360 km² de superfície, formando, juntamente com a Lagoa Mirim, o maior complexo lagunar do mundo.

A região da restinga da Lagoa dos Patos, no Litoral Médio, é ocupada por plantações de arroz, terras dedicadas à atividade pecuária, extensas áreas de reflorestamento cobertas por *Pinus elliotis* e pequenos núcleos urbanos.

Sua costa é constituída por um grande número de lagoas interligadas, situando-se ali o Parque Nacional da Lagoa do Peixe. A região conta com mais de 182 espécies raras. As águas rasas da Lagoa do Peixe (entre 10 e 60 cm de profundidade) constituem-se enquanto ponto de parada de pelo menos 26 espécies distintas de aves migratórias do Hemisfério Norte, e cinco do Hemisfério Sul.

O Parque Nacional da Lagoa do Peixe, criado pelo Decreto Federal nº 93.546 de 1986, abrange os municípios de Mostardas, Tavares e São José do Norte, possuindo uma área de 34.400

²⁰⁴ A caracterização da região foi feita a partir dos dados da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler.. <http://www.fepam.rs.gov.br>

hectares, com cerca de 62 km de extensão e 6 km de largura. Estima-se que cerca de 500 mil aves migratórias utilizem esta unidade de conservação para descansar e se alimentar²⁰⁵.

A principal área de concentração industrial do Litoral Médio encontra-se na cidade de Pelotas, com destaque para a indústria de alimentos.

No Litoral Sul, a maior concentração urbana situa-se no município de Rio Grande, com a presença de indústrias petroquímicas, de fertilizante e de alimentos. Em direção ao sul, rumo à fronteira com o Uruguai, predominam plantações de arroz e áreas de pastoreio.

Situa-se também, no extremo sul do litoral gaúcho, a Estação Ecológica do Taim, criada pelo Decreto 92.963 de 21/07/1987. Esta unidade de conservação, com área de 110.000 ha, foi criada com o objetivo de proteger amostras dos Banhados do Sul, com destaque para a fauna, ameaçada de extinção.

II. Tensionamentos

Não foi possível datar, com precisão, a conjuntura que caracterizou a introdução dos cultivos de *Pinus elliotis* na região. A ampliação das áreas de reflorestamento existentes no litoral gaúcho encontra-se associada, ao que tudo indica, aos incentivos fiscais oferecidos nas décadas de 70 e 80 para a atividade florestal.

Ao que parece, a presença das florestas plantadas precede à criação das unidades de conservação ambiental, ocorrida na segunda metade dos anos 80. O *Pinus Elliotis*, espécie de origem norte-americana, é rapidamente dispersada pelo vento, ocupando áreas de campos, restingas e proliferando, inclusive, no interior das unidades de conservação.

O impacto ambiental desta espécie exótica sobre o ecossistema da região aparece sinteticamente descrito no estudo realizado por Seeliger, Odebrecht e Castello:

*“Durante séculos, a capacidade de trapeamento e de fixação das dunas frontais pela gramínea *Panicum racemosum* tem retardado a transgressão das dunas sobre os banhados mais interiores. Atualmente, a pastagem extensiva de *Panicum* pelo gado é comum, e esta atividade pode ser responsável por reduções da ordem de 70 cm ano na captura de areia pelas dunas frontais. Nesta situação, as dunas frontais tornam-se mais suscetíveis à erosão por ventos vindos da praia, ocorrendo a formação de mantos de aspersão eólica, depressões de deflação eólica e transporte massivo das dunas para banhados interiores. Devido à estabilidade dos solos dos banhados, estes formam os locais preferidos para aflorestamento com *Pinus* e *Eucalyptus* ao longo de mais de 100 km² das costa sul gaúcha. Os banhados sazonalmente alagados controlam diretamente o nível do lençol freático das dunas frontais e, freqüentemente, a vegetação associada. O aflorestamento tem prejudicado gradualmente o equilíbrio natural, tanto pela prática de drenagem das terras alagáveis para o estabelecimento das florestas, como pelo aumento das taxas de evapotranspiração pelos bosques já estabelecidos. A combinação dos efeitos da pastagem e da alteração da hidrodinâmica, tem reduzido a estabilidade das dunas costeiras frontais e aumentado a taxa de transgressão.”*²⁰⁶

²⁰⁵ MARCUZO, S.; PAGEL, S.; CHIAPETTI, M. I. S. A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul – Situação atual, ações e perspectivas. Série Estados e Regiões da R.B.M.A. 1998. p. 37-39.

²⁰⁶ . SEELIGER, U.; ODEBRECHT, C.; CASTELLO, J.P. *Os ecossistemas costeiro e marinho do extremo sul do Brasil*. Editora Ecoscientia. P. 225;

Além disso, segundo Marcuzo et al.²⁰⁷, “onde o pinus predomina, o solo fica mais pobre. Devido à pouca profundidade do lençol freático (1,80 m) a resina do pinus penetra no solo, contaminando-o.” A presença das árvores tem modificado, além disso, o regime de ventos da região, modificando a localização das dunas.

Em alguns municípios da região, como é o caso de Mostardas, a área reflorestada com Pinus e Eucalipto chega a ocupar 18 mil hectares.

Entre as principais empresas que atuam no setor florestal no Litoral Sul cabe mencionar o Grupo Flopal que, no final do ano passado, iniciou, no município de Rio Grande, a construção de uma indústria destinada ao processamento da resina do *Pinus ellioti*, utilizada na produção de breu (matéria-prima para indústrias de tintas, borracha, colas e adesivos) e terebentina (destinada à indústria de medicamentos, perfumaria, cosméticos e germicidas).

A Flopal possui também uma área de 9.000 ha de Pinus na área ocupada pelo banhado do Taim, empregando 300 funcionários. Como descrito anteriormente, seus dirigentes manifestaram-se na imprensa local como contrários ao decreto federal que aumentou de 32 mil para 110 mil ha a área limite da Estação Ecológica do Taim, assinado recentemente pelo governo federal. A Flopal também tem áreas de reflorestamento de Pinus em Palmares do Sul no extremo norte da Lagoa dos Patos.

Os impactos das plantações de Pinus sobre o ecossistema local, particularmente no caso das unidades de conservação, têm sido denunciados por diferentes entidades ambientalistas. Em 1999 a associação Núcleo Amigos da Terra Brasil fez uma denúncia ao Ministério Público e ao IBAMA sobre o plantio de espécies exóticas na área do Parque Nacional da Serra Geral (situado em outra região) tornando públicos, no entanto, em depoimento à imprensa, também os problemas causados pelas florestas plantadas na área do Parque Nacional da Lagoa do Peixe.

A entidade, entrevistada neste diagnóstico na pessoa de sua coordenadora, Kathia Vasconcellos Monteiro, defende a instituição de uma política de zoneamento destas espécies, evitando a contaminação de áreas protegidas, preservando as paisagens naturais e garantindo que as mesmas sejam plantadas, unicamente, em áreas originalmente cobertas por florestas e não em territórios ocupados, originalmente, por outras formações vegetais, como no caso do pampa.

Não existe, no entanto, por parte das entidades ambientalistas do estado, uma campanha sistemática de intervenção envolvendo a questão das florestas plantadas. Porém, registra-se, no entanto, no ano de 2003, a iniciativa de constituição de um Fórum de Espécies Exóticas Invasoras e Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Sul²⁰⁸ envolvendo diferentes entidades governamentais e não-governamentais. Este Fórum é uma iniciativa conjunta com o Instituto Hórus de Desenvolvimento e Conservação Ambiental, especializado na temática de espécies exóticas invasoras. O IDEAAS (Instituto para o Desenvolvimento de Energias Alternativas e da Auto Sustentabilidade) é responsável pela Secretaria Executiva do Fórum, organizando reuniões periódicas na cidade de Porto Alegre, RS, e congregando entidades da instância governamental, do setor privado e da sociedade civil, além de outras pessoas interessadas. O Fórum tem por objetivo estabelecer uma agenda de combate a invasões biológicas a ser executada pelos seus partícipes. Prioridades foram definidas em trabalhos de grupo que priorizam os seguintes temas: a) Pesquisa e sistematização de informações; b) Políticas públicas e marcos legais; c) Modelos de gestão para espécies florestais; d) Modelos de gestão para espécies campestres; e) Integração entre setores produtivos; f) Captação de recursos.

²⁰⁷ . Marcuzo et al. Op. Cit.

²⁰⁸ http://www.ideaas.org.br/id_proj_forum.htm

Expansão das florestas de Pinus nos Campos de Cima da Serra

I. Caracterização da região²⁰⁹

A região dos Campos de Cima da Serra está localizada na metade norte do estado do Rio Grande do Sul. Trata-se de uma superfície elevada, relativamente plana, com altitudes de aproximadamente mil metros, estando levemente inclinada para o quadrante oeste. Sua paisagem é constituída por coxilhas cortadas por banhados, capões e numerosos cursos d'água cercados por matas ciliares. Neste território situam-se as nascentes de diversas bacias hidrográficas, incluindo a Bacia do Uruguai, a Bacia do Litoral Norte e grande parte das nascentes das bacias do Rio dos Sinos, Caí e Taquari-Antas.

As pastagens existentes na região, ocupadas, no geral, pela atividade pecuária, tem sido manejadas através do sistema de queimadas desde o período colonial. Atualmente, este tipo de manejo enfrenta restrições em função da legislação ambiental.

Como atividade complementar à criação de gado, vem se ampliando, na região, no período mais recente, o arrendamento de áreas para o cultivo de olerícolas, principalmente da batata e do repolho. Este tipo de arrendamento não se restringe, apenas às áreas baixadas e patamares, estendendo-se às bordas dos banhados, margens dos arroios e encostas, provocando a contaminação das águas por fertilizantes inorgânicos e agrotóxicos. O arrendamento da terra é pago por estes “agricultores itinerantes” através o cultivo de pastagens de inverno, na mesma área.

O ciclo econômico do Pinus teve seu início, na região, em meados da década de 1970, com base em incentivos governamentais. Engajaram-se nesta atividade grandes e pequenas madeireiras. Com o fim dos incentivos, esta atividade passou a ser dominada por empresas de maior porte, com a formação de grandes áreas contínuas cultivadas com pinus verificando-se, em muitos casos, a eliminação de banhados. Exemplo disso são os reflorestamentos mantidos pela empresa Cambará S.A. produtos florestais, que afirma, em seu website, ser responsável por “80% da economia da região dos Aparados da Serra”.

Os Campos de Cima da Serra abrigam, além disso, diferentes unidades de conservação ambiental, destacando-se: (i) O Parque Nacional dos Aparados da Serra, criado em 1959, com 10.250 ha, situado nos municípios de Cambará do Sul (RS) e Praia Grande (SC); (ii) O Parque Nacional da Serra Geral, criado em 1992, com 17.300 ha, localizado nos municípios de Jacinto Machado e Praia Grande (sudeste de Santa Catarina) e Cambará do Sul e São Francisco de Paula, (nordeste do Rio Grande do Sul); (iii) a Floresta Nacional de São Francisco de Paula, criada em 1968, com 1.606,70 hectares; (iv) diversos parques e reservas estaduais.

II. Tensionamentos

- (1) Disseminação dos plantios de Pinus no entorno das Unidades de Conservação existentes na região, denunciada por diferentes entidades ambientalistas. Cabe destacar aqui que a disseminação do Pinus nas regiões de campo implica, quase sempre, na substituição da vegetação original, pois as espécies da Estepe são essencialmente heliófilas e o estabelecimento de plantas de porte arbóreo inviabiliza sua permanência no sistema. Em 1999 a Associação Núcleo Amigos da Terra Brasil fez em 1999 uma denúncia ao Ibama e

²⁰⁹ Boa parte das informações aqui sistematizadas foram extraídas do artigo publicado por Bristot na revista *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. BRISTOT, A. Planalto das Araucárias – um ecossistema em perigo de extinção? *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. Porto Alegre, vol. 2, n. 4, out./dez. 2001.

ao Ministério Público sobre a plantação de árvores exóticas na área do Parque Nacional da Serra Geral, entre elas o *Pinus Elliottii* e o Eucalipto.

- (2) Descaracterização da paisagem natural, com possíveis impactos sobre o turismo. A Prefeitura do Município de São José dos Ausentes chegou estudar a possibilidade de limitar o plantio de espécies florestais exóticas a 10% da área do município.
- (3) Abandono de terras por pequenos fazendeiros da região, sendo muitos deles pecuaristas que trabalham com base na mão-de-obra familiar. Muitos desses proprietários acabam vendendo suas terras para as empresas reflorestadoras ou abandonando as atividades agrícolas em detrimento da atividade florestal.

Avanço das florestas plantadas na metade sul do estado

I. Caracterização da região

A metade sul do Rio Grande do Sul tem se constituído, nas últimas décadas, enquanto uma região caracterizada por baixos índices de desenvolvimento econômico e social. Os 101 municípios da metade sul ocupam 52% do território gaúcho, abrigam 25% da população do estado (2,6 milhões de pessoas) e respondem por apenas 16% do PIB Estadual.

Esta porção do território gaúcho, tradicionalmente caracterizada pelo predomínio da atividade pecuária e pelo cultivo do arroz, não tem sido capaz de atender às demandas por emprego e renda de sua população.

A busca de alternativas de desenvolvimento para os municípios situados nesta região do estado tem sido objeto de estudo e intervenção por parte de diferentes organismos governamentais, com destaque, no período mais recente, para o Ministério da Integração Nacional, que mantém, através de sua Secretaria de Programas Regionais, um programa específico para o desenvolvimento integrado desta Mesoregião.

O reflorestamento, a silvicultura, a fruticultura, a pesca, a aquicultura, a cerâmica e a mineração de rochas ornamentais têm sido apontadas, pelos órgãos governamentais, como possíveis atividades dinamizadoras da economia da região. Verifica-se, ainda, em diversos municípios, uma forte expansão da fumicultura, atividade em que a lenha torna-se um insumo importante. E para atender especificamente à esta demanda tem havido pressão por expansão de plantações de Eucalipto. De acordo com Moura (2002)²¹⁰: “*O cultivo de eucalipto tornou-se uma prática “obrigatória” em todas as propriedades de fumicultores. A produção de lenha passou a ser uma atividade econômica lucrativa para agricultores, com maior disponibilidade de área, para venda aos fumicultores com maior restrição de área ou arrendatários e meeiros*”.

A produção de leite e carne a base de pasto, de sementes agroecológicas, a olericultura e a criação de pequenos animais com base nos princípios da agroecologia são algumas das atividades que têm dado sustentação ao avanço de iniciativas inovadora voltadas ao manejo sustentável dos agroecossistemas da região.

²¹⁰ Moura, L. G. V. (2002). Indicadores para avaliação da sustentabilidade em sistemas de produção da agricultura familiar: o caso dos fumicultores de Agudo-RS. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – PGDR; Faculdade de Ciências Econômicas. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul: 249 pp.

O ambiente natural dominante nesta porção do estado corresponde a uma vegetação de campos (estepe)²¹¹ caracterizada por uma grande diversidade, tanto de espécies vegetais como de animais (principalmente aves). Estudos realizados na região do pampa argentino mencionam a ocorrência, neste ecossistema, de cerca de 1.000 espécies de plantas vasculares, em grande parte nativas²¹². Registra-se também a presença de espécies vegetais arbóreas, situada, sobretudo, nos bosques ciliares ao longo dos cursos d'água, nas várzeas e vertentes e, em alguns casos, nas encostas mais íngremes.

Uma parcela significativa dos municípios da metade sul tem se configurado, desde o final dos anos 70, como um território de avanço da reforma agrária. As primeiras famílias assentadas, oriundas da Reserva Indígena de Nonoai, na metade norte do estado, receberam seus lotes no município de Bagé em 1979.

O número de assentamentos existentes na região ampliou-se bastante, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 90, passando a representar uma parcela bastante significativa do universo total de assentamentos existentes no estado, como se pode observar na tabela abaixo.

DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA IMPLEMENTADOS PELO GOVERNO FEDERAL NO RIO GRANDE DO SUL		
Região	Nº de assentamentos	População assentada
Região 1 – Tupanciretã - Região Centro	78	3.308
Região 2 – Piratini - Região Sul	60	2.195
Região 3 – Bagé - Região Sudoeste	55	1.888
Região 4 – POA – Região Metropolitana	37	1.757
Região 5 – Santana do Livramento - Região Oeste	30	1.205
Região 6 – Missões - Região Noroeste	27	890
TOTAL	287	11.243

Fonte: INCRA

Os assentamentos situados na Região 2 (Piratini), Região 3 (Bagé) e Região 5 (Santana do Livramento) encontram-se localizados na chamada metade sul do estado, abarcando um universo composto por aproximadamente 5.000 famílias assentadas.

A disponibilidade de terras na metade sul e seu baixo preço, em comparação com outras regiões do estado, permitiram, por um determinado período, que as mesmas pudessem ser adquiridas pelo poder público estadual e federal, sendo destinadas para fins de reforma agrária.

²¹¹ Segundo o Mapa de Biomas do Brasil, o Bioma Pampa ocupa uma área proxizada de 176.496 km², equivalente a 2,07% da área total ocupada pelos grandes biomas brasileiros. Este bioma, restrito ao estado do Rio Grande do Sul, ocupa 63% da área total do Estado.

Ver: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=169&id_pagina=1

²¹² KRAPOVICKAS, Santiago and GIACOMO, Adrián S. Conservation of pampas and campos grasslands in Argentina. PARKS, vol. 8, n. 3, October 1998.

A viabilização dos assentamentos de reforma agrária e, portanto, da produção familiar, em uma região tradicionalmente ocupada pelo grande latifúndio, tem se apresentado enquanto um desafio para as famílias assentadas, provenientes, muitas delas, de municípios da região norte do estado, cuja tradição produtiva este baseada, historicamente, muito mais na agricultura (com ênfase na produção de grãos) do que na pecuária.

Para além dos desafios, mais diretamente relacionados à questão do modelo produtivo a ser adotado nos assentamentos da região, verifica-se, nos últimos dois anos, por diversas razões (entre as quais cabe destacar a baixa disponibilidade de áreas para aquisição ou desapropriação) uma significativa redução no RS, do ritmo de implantação de novos assentamentos, gerando uma forte pressão por parte das organizações envolvidas na luta pela terra, particularmente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em sua reivindicação por áreas para a reforma agrária.

II. Tensionamentos

A destinação das terras existentes na metade sul do estado para cultivo das chamadas “florestas plantadas” (Eucalipto, Acácia e Pinus) não é um fenômeno novo.

Empresas como a Tanagro S.A., com sede em Montenegro, dedicadas, há muitas décadas, ao plantio e industrialização da acácia negra, já possuem hoje uma parcela significativa de suas áreas florestais implantadas nesta região (a título de exemplo, conferir Tabela 2, abaixo).

LOCALIZAÇÃO DAS FLORESTAIS PERTENCENTES À TANAGRO S.A.			
Região/Sede	Municípios	Área plantada (ha)	Área total (ha)
Montenegro	Triunfo, General Câmara, Vale Verde	107,47	182,89
São Lourenço	São Lourenço do Sul, Cristal, Chuvisca, Canguçu, Pedro Osório, Camaquã, Piratini	8.264.7138	13.716,5663
Encruzilhada	Encruzilhada do Sul, Amaral Ferrador, São Jerônimo, Cachoeira do Sul, Dom Feliciano, Butiá e Pantano Grande	6.587,3421	10.871,3677
Piratini	Piratini, Herval, Arroio Grande, Pinheiro Machado,	12.625,9797	22.788,5834

	Candiota e Canguçu		
TOTAL	21 municípios	27.585,5056	47.559,4074

Fonte: Tanagro S.A.

O deslocamento das áreas florestais da empresa para estes municípios iniciou-se em 1989. A proximidade do porto de Rio Grande foi, ao que tudo indica, um fator importante para que a empresa reorientasse a localização de seus plantios.

Outras empresas, de maior ou menor porte, além da Tanagro, também atuam, há muitos anos na região.

Ainda que a atividade florestal não possa ser considerada como uma atividade recente na região, verifica-se, a partir de 2002 e, sobretudo, a partir do ano de 2003, um forte movimento, tanto por parte de grandes empresas, como a Votorantim e a Aracruz, como por parte do governo estadual, no sentido da constituição de um Pólo Madeireiro-Moveleiro na mesoregião metade sul.

Os programas de financiamento da atividade florestal, anunciados com grande repercussão na imprensa, têm se apresentado enquanto um forte atrativo para que agricultores familiares e assentados da região passem a converter suas terras, de forma integral ou parcial, para esta atividade. Ainda foi possível, no entanto, obter dados que possibilitassem uma melhor aferição do nível de adesão real de adesão dos produtores a estas propostas.

Verifica-se, também, um intenso movimento de aquisição de terras destinadas ao plantio de espécies florestais por parte das empresas, o que tem aquecido o mercado de terras, dificultando, ao que tudo indica, a compra, pelo governo, de novas áreas para a reforma agrária.

Entre os principais atores envolvidos na articulação do chamado Pólo Madeireiro-Moveleiro na mesoregião metade sul cabe mencionar:

- Comitê da Indústria de Base Florestal e Moveleira da FIERGS - comitê, organizado no âmbito da FIERGS, que busca articular as entidades setoriais em torno de objetivos comuns. É composto pelas seguintes entidades: AGEFLOR; Associação das Indústrias de Móveis do estado do Rio Grande do Sul (MOVERGS); Sindicato das Indústrias de Serrarias, Carpintarias, Tornearias, Madeiras Compensadas e Laminadas, Aglomerados e Chapas de Fibra de Madeira de Caxias do Sul (SINDIMADEIRA); Sindicato das Indústrias da Construção de do Mobiliário de Bento Gonçalves (SINDIMOVEL), entre outras.
- AGEFLOR (Associação Gaúcha de Empresas Florestais) - a AGEFLOR reúne em seu quadro social empresas que atuam em diferentes segmentos da cadeia produtiva de base florestal do Rio Grande do Sul, destacando-se os seguintes: florestamento e reflorestamento; madeira serrada para uso na construção civil; indústria moveleira; produção de chapas, compensados, aglomerados, laminados e faqueados; celulose e papel; movelaria; resinas; tanino; postes tratados; cavacos para a produção de celulose; mudas florestais; energia (lenha e carvão); máquinas e equipamentos; insumos e produtos químicos. A entidade tem, ao que tudo indica, um papel bastante importante na articulação do setor, inclusive junto às pequenas e médias empresas.
- Governo estadual, que participa do processo através dos seguintes órgãos: Secretaria da Agricultura e do Abastecimento; Secretaria do Desenvolvimento e Assuntos Internacionais; Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler; EMATER-RS, entre outros.

- Universidade Federal da Santa Maria – envolvida na consultoria técnica para elaboração da proposta.
- Caixa RS – agência de fomento do governo do estado responsável pela operacionalização Programa de Financiamento Florestal Gaúcho (Propflora Caixa RS), canalizando recursos do BNDES para o financiamento das florestas plantadas.

Entre as empresas do setor com atuação na metade sul cabe destacar:

- Aracruz Celulose, empresa que nos últimos anos tem trabalhado no sentido de aumentar sua produção de papel e celulose no estado, após a aquisição da antiga Riocell que pertencia à Klabin em 2003, vem investindo na ampliação de sua planta industrial localizada no município de Guaíba, na Região Metropolitana de Porto Alegre. A Aracruz tem se configurado enquanto uma importante interlocutora do governo estadual em seu projeto de expansão da atividade florestal e moveleira na metade sul. A possível construção de uma nova fábrica da Aracruz no município de Rio Grande (próximo ao porto) ou ainda em Uruguaiana (apostando-se aqui, por hipótese, na utilização do transporte ferroviário) tem sido divulgada através da imprensa. Ainda não existe, no entanto, um posicionamento efetivo da empresa em relação a esta questão. Registra-se, ainda, a assinatura de um convênio entre a Caixa RS e a Aracruz para utilização dos recursos do PROPFLORA. A empresa passa a avalizar os empréstimos, oferecendo assistência técnica e garantindo a compra de parte da produção. Em 2001, a Riocell (ainda sob controle da Klabin) obteve o certificado do Conselho Brasileiro de Florestas (FSC) para suas plantações de Eucalipto distribuídas em 93 propriedades próprias somando 40.746,30 ha e mais 62 propriedades de terceiros, somando 6.594 ha, em 24 municípios do estado – Arroio dos Ratos, Barão do Triunfo, Barra do Ribeiro, Butiá, Cachoeira do Sul, Camaquã, Cerro Grande do Sul, Charqueadas, Dom Feliciano, Eldorado do Sul, Encruzilhada do Sul, General Câmara, Guaíba, Mariana Pimentel, Minas do Leão, Pantano Grande, Porto Alegre, Rio Pardo, São Jerônimo, Sentinela do Sul, Sertão Santana, Tapes, Triunfo e Viamão.
- Votorantim Celulose e Papel (VCP) – a entrada da empresa na metade sul do RS teve, como principal ponta de lança, a aquisição da Fazenda Ana Paula (14,5 mil há) localizada no município de Hulha Negra, na fronteira com o Uruguai, em uma região rodeada por assentamentos de reforma agrária. Segundo informações veiculadas na imprensa em julho de 2004, a compra da Ana Paula esteve associada a uma estratégia mais ampla da VCP na metade sul. A Ana Paula era uma das maiores fazendas de criação de gado da região, já tendo sido ocupada em 2002 pelo MST²¹³. No total, de acordo com um comunicado no *website* da empresa, desde 2003 a VCP já adquiriu 55.000 ha em 15 municípios. Em 2004 a meta foi de

²¹³ O texto abaixo, extraído da matéria publicada pela Gazeta Mercantil, ajuda a dimensionar o significado destas aquisições: “Quando anunciou que estava adquirindo 40 mil hectares na região, a VCP calculou o investimento de R\$ 100 milhões. Na oportunidade, o diretor presidente da VCP, José Luciano Penido, disse que somente dentro de quatro ou cinco anos será definida finalidade da produção, já que o corte do eucalipto ocorre em sete anos após o plantio. As hipóteses cogitadas são exportação de toras, cavacos ou ainda a construção de uma fábrica de celulose e papel. Os 40 mil hectares comprados pela VCP equivaliam a mais de um terço das áreas reflorestadas pela empresa hoje no Brasil, que somam 115 mil hectares, cerca de 90% no Estado de São Paulo. Além dos 40 mil hectares próprios, o projeto da VCP é dobrar a área reflorestada a partir de associação com produtores da região, por meio de incentivo da agrosilvicultura - consórcio entre reflorestamento e outras atividades típicas do sul gaúcho. Penido também disse, naquela época, que o projeto da VCP poderia ajudar a gerar renda aos milhares de assentados da Reforma Agrária na região, muitos deles agora também vizinhos da propriedade da empresa”. *Gazeta Mercantil – Agribusiness – 06/07/2004 – Pág. B-12*. Ver: <http://www.vcp.com.br/Generico/Clipping/2004/fazenda+rs+1.htm>

plantio de outros 11.000 ha e em 2005 mais 15.000 ha. A presença da Votorantim na região tem sido reforçada, também, por uma série de eventos de media, incluindo aí a Expo-Poupança Florestal, evento realizado na cidade de Pelotas, com palestras técnicas, shows e sorteios de brindes para produtores rurais. Em novembro de 2004, matéria publicada no Jornal do Comércio divulgava: “a VCP já investiu R\$ 160 milhões na sua base florestal no RS este ano. A previsão inicial era de R\$ 100 milhões”, avanço este relacionado a facilidade encontrada na aquisição de propriedades na metade sul.

- Ministério da Integração Nacional – Órgão envolvido no incentivo ao processo de expansão da atividade florestal na metade sul do RS, tendo liberado recursos, anunciados em janeiro de 2004, na ordem de R\$ 1,1 milhões para a instalação de viveiros de mudas, iniciativa que teve por objetivo atingir 1.100 famílias.

É importante destacar que não existe, atualmente, um conflito instalado na metade sul do RS em função deste avanço da atividade florestal. Identificam-se, no entanto, diversos tensionamentos que envolvem o controle e utilização das terras existentes no território em questão. Um exemplo do cenário de problemas que antes poderiam ser percebidos como casos isolados, mas que tendem a se agravar, ocorreu com uma outra empresa que atua na área - a Duratex. A empresa, quando consultada para este Diagnóstico descreveu que em sua unidade do Rio Grande do Sul (i.e., município de Gravataí), em 1998, houve uma reivindicação de posse de área por usucapião de uma das fazendas da empresa. O caso foi primeiro abordado por meio de negociação direta com o demandante. Mas após não terem chegado a um acordo, a empresa entrou na justiça contestando o direito ao usucapião. O processo foi decidido em favor da empresa²¹⁴.

Já a VCP, em seus pronunciamentos através da imprensa, divulgou a existência de uma parceria, não apenas com os assentados da região, mas também com o MST. Representantes da organização, entrevistados para este Diagnóstico, não confirmaram, no entanto, a existência de uma ação conjunta entre as organizações representativas dos assentados e a empresa.

É importante destacar que o modelo de produção defendido publicamente pela VCP para a metade sul não se baseia na implantação de áreas contínuas de eucalipto. “*Não queremos alterar a vocação agrícola da região*”, foram as palavras do Diretor-Presidente da VCP, José Luciano Penido, divulgadas pela imprensa em novembro de 2004.

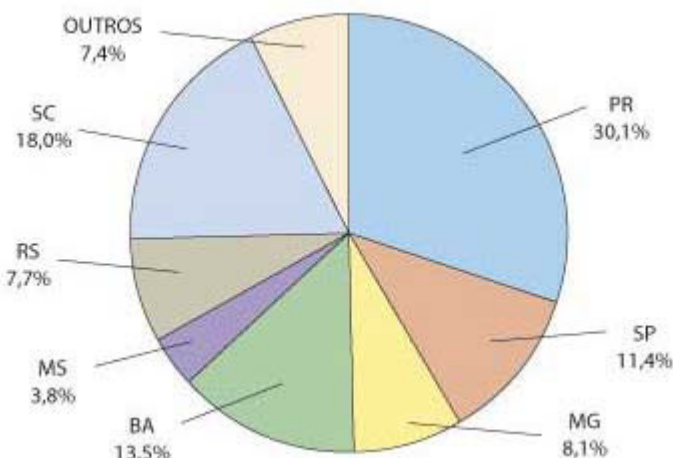
E para concluir, este processo de estruturação do Pólo Madeireiro-Moveleiro na Mesoregião metade sul tem sido questionado, ainda que de forma cautelosa, por algumas organizações não-governamentais com atuação na região, a exemplo do IPEP (Instituto de Permacultura do Pampa), do CETAP (Centro de Tecnologias Alternativas Populares), da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e dos próprios movimentos sociais. Entre os questionamentos levantados cabe destacar: (1) o uso de terras produtivas para a plantação de eucaliptos; (2) os possíveis impactos das florestas plantadas sobre a biodiversidade do pampa; (3) a existência de outras cadeias produtivas, de base alimentar, enquanto um potencial a ser explorado (carne, grãos, fruticultura etc); (4) o aumento da concentração fundiária gerado pelo boom de aquisição de terras pelas grandes empresas; (5) a elevação dos níveis de utilização de agrotóxicos na região e seus impactos sobre os recursos hídricos, particularmente sobre o Aquífero Guarani.

²¹⁴ A outra parte não pode ser buscada devido à esta informação só ter sido provida no momento de fechamento do relatório final deste Diagnóstico.

Paraná

No Paraná, para entendimento dos conflitos sócio-ambientais existentes em relação à plantações de árvores, o primeiro ponto importante de visualização é que neste estado já se encontra a maior área plantada com Pinus do Brasil (ver figura a seguir).

DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS DE FLORESTAS DE PINUS DO BRASIL



Fonte: STCP Engenharia de Projetos

Estes plantios de Pinus foram iniciados no fim da década de 40, principalmente pela Klabin, cujas atividades eram inicialmente concentradas no município de Telêmaco Borba. O enfoque dos plantios neste município e cercanias no nordeste do Paraná, desde então, são prioritariamente para atendimento do segmento celulósico papeleiro, que continua a ser a atividade de base florestal que gera a maior demanda pela expansão das plantações de árvores de rápido crescimento em todo o estado. Esta perspectiva é confirmada em uma matéria publicada no *website* da Rede da Mata Atlântica, que também descreve a importância histórica do estado do Paraná em relação ao bioma de Florestas de Araucária²¹⁵:

“No Paraná, se concentrava a maior parte da Floresta com Araucária (cerca de 64.000 km², mais de um terço da área do estado) e atualmente a situação do ecossistema é considerada gravíssima. Uma pesquisa realizada pela Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná (FUPEF) em 2001, com base em imagens de satélite de 1998, constatou que remanescentes de Floresta com Araucária preservados são praticamente inexistentes e que restam apenas 0,8% (66.109 hectares) de florestas em estágio avançado de sucessão, que constituem o que restou da composição, estrutura e funcionamento das florestas originais. E outro levantamento recente da FUPEF constatou que as principais ameaças aos remanescentes florestais no Paraná são: a extração de madeira, a supressão da floresta via queimadas, a substituição da cobertura florestal nativa por reflorestamento de exóticas, a pressão urbana, e a ocupação de terras por movimentos sociais. Dados sistematizados pelo Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO), do governo federal, decorrentes de um amplo estudo realizado a partir de 1999, apontam a expansão das áreas de plantio de Pinus, para abastecer o setor de papel e celulose, como uma das principais

²¹⁵ http://www.rma.org.br/sos_araucarias/index.cfm

ameaças atuais a esses remanescentes - especialmente em virtude dos planos do setor de dobrar a área de plantio, de 600 mil para 1,2 milhão de hectares.”

Porém, além do segmento celulósico papelero, também não deve ser ignorada a importância do segmento moveleiro. Apesar do Paraná não figurar entre os maiores pólos nacionais, na cidade de Arapongas, mais à noroeste do estado, o distrito industrial dedicado à esta atividade abrange 145 empresas voltadas para a produção de móveis residenciais populares, prioritariamente, para atender o mercado interno. O segundo centro moveleiro do estado fica ao redor de Curitiba.

Independentemente da maior ou menor responsabilidade pela implementação e expansão da base florestal plantada no Paraná, a realidade é que neste estado o gênero *Pinus* continua sendo a escolha preferencial para a implantação de monocultivos. Como no passado, as áreas escolhidas para esta ocupação são as de ocorrência da Floresta Ombrófila Mista ou Floresta de Araucária e de Campos Naturais. As áreas do noroeste do estado, anteriormente ocupadas pelas Florestas Estacionais, e que foram ocupadas pelo café e depois a soja, são muito valorizadas para o agronegócio. Assim, o novo ciclo de expansão dos plantios de *Pinus* está ocorrendo principalmente no sul do estado onde se encontram os remanescentes destes dois ecossistemas, ainda que classificados como ameaçados de extinção.

Mas, se no passado o processo de ocupação ocorreu com a concentração de terras na mão de poucas empresas, o que gerou conflitos fundiários, sobre os quais, todavia, só restaram poucos relatos orais, o modelo atual adota mecanismos de fomento, promovidos tanto pelas empresas, como pelas agências governamentais. Depoimentos colhidos para este Diagnóstico atestam que, apesar de um acordo informal entre o governo estadual e representantes da sociedade civil, com preocupações ambientais, de que não haveriam incentivos à plantações até que estivesse concluído o zoneamento ecológico e econômico, na verdade, as empresas do segmento celulósico estão atuando na porção sul do estado com apoio, mesmo que indireto, da Secretaria de Meio Ambiente. Com isto se garante a pulverização dos custos de implantação e manutenção destes plantios, bem como dos problemas relacionados à plantações de árvores, caracterizando assim o atual cenário de conflitos sócio-ambientais, descrito adiante.

Desde meados da década de 90, com o governo de Jaime Lerner, foi iniciado o Programa de Florestas Municipais. Este Programa foi criado a partir da promulgação da Lei Estadual nº 11.054 (11 de janeiro de 1995), quando foram estabelecidos instrumentos para a política florestal do Paraná por meio do redimensionamento do sistema SEMA/IAP. Houve a criação da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (SUDERHSA) com três diretorias técnicas: DIRAM (Diretoria de Recursos Ambientais), com atribuições de Licenciamento, Autorização e Fiscalização Ambiental; DIBAP (Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas), com atribuições de criação e gerenciamento de Unidades de Conservação e Áreas Protegidas; e DIDEF (Diretoria de Desenvolvimento Florestal) com atribuições de fomento e licenciamento de atividades de reflorestamento. Atualmente existem quatro programas de incentivo à base florestal plantada: o SERFLOR (Sistema Estadual de Reposição Florestal Obrigatória); o Programa Florestas Municipais; PRODEFLO (Programa Estadual de Desenvolvimento Florestal); e o PREVIFLO (Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais para o Estado do Paraná).

O Programa de Florestas Municipais tem sido muito eficiente em expandir as áreas de reflorestamento. Só entre 1997 e 1999, de acordo com os dados oficiais, este Programa atendeu 100.000 produtores rurais e viabilizou a implantação de 35.000 ha de reflorestamentos. Financiado pelo Banco Mundial, este Programa começou pela a construção de viveiros municipais para a

produção de mudas florestais. Como o Programa não estabelecia restrições quanto às espécies a serem utilizadas, o enfoque acabou sendo em Pinus. Havia dificuldades concretas na coleta de sementes e produção de mudas de espécies nativas²¹⁶ e as empresas de base florestal acabaram fornecendo as mudas para o Programa. O público alvo deste programa de fomento tem sido os pequenos agricultores com áreas entre 20 e 50 ha, mas tem áreas de até 5 ha no sul do estado.

O estímulo para estes pequenos produtores, principalmente aqueles descapitalizados, aderirem ao Programa veio principalmente dos descontos providos na compra de insumos agrícolas, que podiam ser em quantidades suficientes para serem utilizados tanto nos reflorestamentos como no resto da propriedade. Por exemplo, o calcário tinha desconto de 50% em qualquer quantidade para aqueles que se comprometiam a plantar uma certa quantidade de Pinus.

Todavia, os críticos desta iniciativa apontam que como não existe aparelhamento das agências ambientais para o acompanhamento adequado destas iniciativas, várias irregularidades e ilegalidades vêm ocorrendo, como o plantio para posterior exploração em Áreas de Proteção Permanente e com grande declividade. Além do mais, de acordo com os entrevistados, em muitas comunidades são recorrentes os relatos de problemas de diminuição da disponibilidade de água ou de ocorrência de enxurradas. E outra consequência da disseminação destes monocultivos é que estes acabam ocorrendo associados com a devastação dos remanescentes de Araucária. Esta combinação gera, por sua vez o descontrole da fauna. O caso mais relatado por produtores rurais é do macaco-prego (*Cebus apella*) que diante da falta de suas fontes tradicionais de alimentação aprendeu a se alimentar de resina de Pinus como relata o pesquisador Walmir Rocha²¹⁷: *...”os primatas atacam quase sempre o terço superior da arvore , causando às vezes um anelamento pela retirada da casca, conseqüentemente esta parte seca, e posteriormente cai, principalmente pela ação do vento. A ação dos animais se agrava principalmente durante a estiagem quando ocorre uma menor oferta de seus alimentos naturais”*.

À estes problemas ambientais descritos acima se combinam questões de caráter sócio-econômico afetando pequenos produtores de várias localidades do sudeste do estado, de acordo com informações prestadas por um dos voluntários que cooperaram com este Diagnóstico:

- Na região de Telêmaco Borba, no passado, houveram conflitos fundiários de forma mais intensiva, sendo que hoje estes são esporádicos, alcançando posseiros ou populações com titulações muito antigas e que dado dificuldades financeiras não puderam encaminhar a partilha do imóvel entre os tantos herdeiros. Além dos problemas ambientais existentes nesta área devido ao território estar tomado pelos monocultivos de Pinus, hoje, os conflitos mais significativos são trabalhistas. Na estratégia das empresas atuando nesta região, especialmente aquelas certificadas ou buscando certificação, está a utilização da maior parte ser mão-de-obra de origem terceirizada, sendo que as empreiteiras provocam vários abusos trabalhistas, sem que as empresas ou certificadoras tomem medidas para impedir tais abusos.
- Ponta Grossa - a expansão do Pinus tem se dado, sobretudo na região do distrito de Itaicoca, onde situam-se os últimos remanescentes de comunidades tradicionais de pequenos agricultores, sendo região montanhosa e forte ondulada.
- Palmeira - também o setor madeireiro tem forte atuação com a implantação de plantios de Pinus, vitimando especialmente a grande maioria de pequenos proprietários.

²¹⁶ Na verdade Araucária não interessava aos produtores tanto pela lentidão do crescimento da espécie como pelas incertezas se os plantios poderiam ser explorados comercialmente.

²¹⁷ Rocha, W. J. (1999). “Macaco-prego, como controlar esta nova praga florestal?” Revista Floresta-Universidade de Viçosa 30(1/2): 5 pp.

- Irati – situação idem à Palmeira.
- Inácio Martins - onde concentra-se talvez o maior impacto sobre a agricultura familiar. O segmento madeireiro domina a base territorial do município, onde impuseram gigantesca monocultura de Pinus.
- Mallet - forte atuação de empresas de celulose e papel, impactando a agricultura familiar.
- Palmas – a expansão dos plantios de Pinus está avançando em áreas de pecuária nos campos naturais que por ser extensiva é considerada improdutivo pelo INCRA, mas alguns criadores de gado não acham esta alternativa produtiva satisfatória e se percebem impactados pela expansão da base florestal.
- União da Vitória, Cruz Machado, Bituruna e General Carneiro - setor madeireiro atua há décadas de forma intensiva, impondo o cultivo de Pinus sobre pequenos produtores.

Sobre estes últimos municípios do centro-sul e campos gerais do Paraná, pode-se dizer que exemplificam mais contundentemente uma situação recorrente em outros municípios da região. Nesta parte do estado estão localizados os melhores e mais antigos remanescentes da floresta nativa, estando estes sendo permanentemente agredido por madeireiros, com extração de Araucária e Imbuia, entre outras espécies. A destruição da vegetação nativa tem sido combatida principalmente por produtores rurais nestes municípios que adotam práticas agroecológicas. Entre as iniciativas sendo conduzidas está o plantio de erva-mate e ervas-medicinais no sub-bosque da Floresta de Araucária. Estas iniciativas estão sendo promovidas pela AS-PTA-PR e Fórum das Organizações dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Centro-Sul do Paraná, com apoio do PD/A e FUNBIO. Este programa alternativo surgiu após um programa do governo Álvaro Dias promoveu o cultivo "moderno" de erva mate, com insumos químicos e mecanização e variedades argentinas. Ampliou o desmatamento, intensificou o uso de agrotóxicos nos ervais, e implantou essas variedades, que acabaram por não se adaptar na região, apresentando elevada prolificidade e a intensa produção de sementes levou à contaminação genética das variedades nativas. O resultado foi que atualmente o mercado rejeita a erva-mate Argentina e àqueles agricultores familiares que a implantaram devido ao fomento governamental estão sofrendo grandes prejuízos.

Outra informação importante sobre a região Sul do Paraná foi divulgada na mídia em novembro de 2001 de que a 6ª Regional de Saúde de União da Vitória (PR) registrou mais um caso de hantavírus no município paranaense de General Carneiro, que acabou levando um tratorista à morte, completando até aquele momento 11 casos constatados só em General Carneiro, com cinco mortes. Em toda a região Sul do Paraná, o número de casos chegam à 24, com 12 mortes decorrentes por hantavirose desde 1998. Os casos de morte por hantavirose, verificados no Sul do Paraná, já representam a segunda maior epidemia da doença no planeta. Em 1993, uma epidemia de hantavirose provocou dezenas de mortes entre os índios Navajos, nos Estados Unidos. Segundo a enfermeira responsável pelo setor de doenças infecto-contagiosas da 6ª Regional de Saúde do Paraná, Dione Schreiner Corrêa, o grande número de casos de contaminação na região deve-se principalmente as péssimas condições de higiene verificadas nos acampamentos de cortes de Pínus, onde os trabalhadores geralmente convivem em barracas de lona no meio da mata. "A invasão do habitat natural dos ratos silvestres pelos homens, provocou o contágio", explica. Dione acredita que existam mais casos de mortes por hantavirose não confirmadas, não só no sul do Paraná como também no Planalto Norte de Santa Catarina, regiões caracterizadas pelo reflorestamento de Pínus²¹⁸.

²¹⁸ Joaquim Padilha para A Notícia; grifos introduzidos.

E fechando a descrição do levantamento feito para o Paraná existe o caso de disputas com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e uma diversidade de outros atores, com perspectivas distintas sobre a questão, que demonstram a complexidade existente em relação à plantações de árvores e o potencial que existe de agravamento destes cenários de conflitos sócio-ambientais. O caso em questão é o da madeireira Araupel (ex-Giacomet Morandin), com terras nos municípios de Rio Bonito do Iguaçu, Nova Laranjeiras e Quedas do Iguaçu, no oeste do estado, circunvizinhas do Parque Nacional de Iguaçu, que foi ocupada em várias ocasiões, desde 1996.

Por um lado o MST considera esta área improdutiva e passível de invasão porque estas terras foram griladas e muito posseiros assassinados. Quanto à função social, a vasta extensão e qualidade dos solos não justifica que os benefícios gerados sejam auferidos por poucos. E do ponto de vista ambiental, de acordo com texto publicado no *website* do MST²¹⁹: *“As florestas que ainda existem são totalmente degradadas, conforme atestaram em documentos e pronunciamentos vários órgãos e as entidades ambientalistas. E essas florestas devem ser preservadas”*.

Do lado do movimento ambientalista existem entidades que observam a questão do ponto de vista preservacionista, como a WWF apoiando o papel da Araupel em estabelecer Reserva Privada do Patrimônio Natural em suas propriedades²²⁰. E também tem entidades de denúncia, como a SOS Mata Atlântica, que anunciou, em janeiro de 2005, que o maior desmatamento identificado pela ONG, em seus 18 anos de história, está no estado do Paraná, no município de Rio Bonito do Iguaçu mas, na verdade, não culpam diretamente o MST²²¹: *“O diretor de relações institucionais da SOS Mata Atlântica, Mário Mantovani, não vê o movimento como culpado pela devastação - “O MST foi a mão do gato no teto de zinco quente. O Incra foi conivente com a depredação da área, a empresa refém dos governos federal e estadual. Foi uma seqüência de crimes acobertados pela incompetência, ganância e omissão”*.

Já a Federação de Agricultura do Paraná (Faep) declara que entre 1996 e 2002, 10,6 mil hectares de Florestas de Araucária foram devastados²²². A denúncia foi apresentada em novembro de 2004 à uma CPI da Assembléia Legislativa do Paraná baseada em fotos de satélite, interpretadas pela Fundação de Pesquisas Florestais, da Universidade Federal do Paraná, demonstrando a destruição atribuída aos sem-terra. A propriedade que, originalmente, tinha 87.167,51 hectares, sendo que 51,2% da área total em 1996 se encontrava recoberta por Araucárias, em 1998 havia sido reduzida à 26,3% e em 2002 para somente 11,9% da área total.

O Incra, depois de um período de indefinições em que foi anunciado que a área seria comprada, depois desapropriada e depois que os trabalhadores seriam transferidos para outra localidade²²³ acabou por adquirir a área em 2004 e se propõe a criar neste local o maior assentamento da América Latina com 1.260 famílias trabalhando no terreno.

Porém, políticos, comerciantes e metade de cerca dos 27 mil habitantes da cidade de Quedas do Iguaçu se sentem ameaçados por possíveis mudanças na dinâmica da economia local. Para estes, a simbiose entre a madeireira Araupel e a cidade, que cresceram praticamente juntas, garante a estabilidade de poder, salários e movimentação da economia local. E reagem à estas forças exógenas

²¹⁹ <http://www.mst.org.br/biblioteca/textos/reformagr/indice.html>

²²⁰ Folha Online – 0/11/2001.

²²¹ <http://www.contag.org.br/Clipping/18-01-2005.html>

²²² http://www2.fae.com.br/noticias/exibe_noticia.php?id=370

²²³ <http://www.ambicenter.com.br/n01020603.htm>

com as ferramentas que possuem localmente como discriminação de trabalhadores, prisões arbitrárias e perseguições políticas.

Santa Catarina

Sobre Santa Catarina, como apontado anteriormente, foram relativamente poucas as descrições encontradas de conflitos sócio-ambientais, o que, porém na diminui a importância das questões a serem descritas a seguir. Todavia, como explicação para esta situação, sugerimos que, em parte, como proposto por uma das fontes voluntárias de informação, problemas como desmatamento dos remanescentes de Florestas de Araucária têm ocupado mais as atenções, mesmo que se saiba que na sequência monocultivos de árvores irão substituir a vegetação nativa²²⁴. E complementando esta idéia podemos considerar que em Santa Catarina ocorra uma situação similar à do Rio Grande do Sul, onde, na verdade, existem “tensionamentos” que podem se agravar e vir a caracterizar conflitos sócio-ambientais.

Mas por outro lado, e esta hipótese se confirma com alguns dos casos descritos, conflitos existem, mas os grupos sociais que estão sendo afetados por questões relacionadas à plantações de árvores são menos empoderados e portanto seus problemas menos percebidos e documentados pela mídia. Além do mais, a percepção de existência de problemas em relação à monocultivos de árvores também já ocorreu ao Deputado Estadual Afrânio Boppré, do PT de Santa Catarina quando propôs primeiro em 2004 e novamente reapresentado em fevereiro de 2005, um Projeto de Lei que regulamenta os reflorestamentos com espécies exóticas em Santa Catarina. Este PL autoriza o plantio de espécies exóticas, como pinus e eucalipto, mas define a forma e locais em que isto pode ocorrer, como em áreas com solos impróprios para o uso agrícola, fora de Unidades de Conservação de Proteção Integral e fora das zonas de amortecimento de Unidades de Conservação de Proteção Integral (a faixa de terra entre a lavoura e a reserva florestal). O plantio deve obedecer, ainda, o Zoneamento Agroecológico e Socioeconômico do estado de Santa Catarina, elaborado pela Epagri. Para corte das florestas plantadas os responsáveis necessitarão licença de órgão ambiental. O deputado salienta que o projeto não proíbe e sim, disciplina o plantio de espécies exóticas. O objetivo do projeto, de acordo com o deputado, é de preservação do pouco que resta (17,5%) da Mata Atlântica em Santa Catarina, preservar nascentes e cursos d'água, além de contribuir para o incremento de economias microrregionais e desenvolvimento social. Todavia esta medida regulatória tem encontrado fortes resistências dos parlamentares e confrontado o lobby do setor produtivo.

Do setor de base florestal no estado de Santa Catarina os segmentos que mais se destacam são o madeireiro-moveleiro. Estatísticas coletadas por um dos voluntários ajudando na elaboração deste Diagnóstico caracterizam a composição de empresas do setor florestal, em 2002, da seguinte maneira:

EMPRESAS DO SETOR FLORESTAL EM SC (2002)	
Segmento	No. Empresas
Serrarias	1.425
Mobiliário	1.675
Indústrias de beneficiamento	804

²²⁴ Medeiros, J. d. D., M. A. Gonçalves, et al. (2004). Floresta com Araucárias: Um símbolo da Mata Atlântica a ser salvo da extinção. Rio do Sul - SC, Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí (APREMAVI): 82 pp.

Indústrias de chapas e compensados	105
Indústrias de celulose e papel (integradas ou não)	238
Outras	306
Total	4.553

Se no Rio Grande do Sul está o segundo maior pólo moveleiro do Brasil, em Santa Catarina, aonde este campo de atividade chegou na década de 70 e cresceu exponencialmente, o estado está situado como terceiro maior produtor do País e como maior exportador, sendo responsável por aproximadamente 50% das exportações brasileiras.

O pólo moveleiro de Santa Catarina está localizado no eixo entre os municípios de São Bento do Sul, Campo Alegre e Rio Negrinho. Estes municípios e os circunvizinhos têm tradição histórica na fabricação de móveis torneados, originalmente fabricados com madeira de Araucária, mas com a extinção comercial da espécie e o incremento da disponibilidade de Pinus oriundo dos reflorestamentos implantados no estado com recursos do Fiset, este gênero passou a ser a matéria-prima base desta indústria, principalmente com o aumento de demandas do consumidor externo pelo não uso de madeiras da Amazônia.

Esta região, no norte do estado, também é aonde, historicamente, vêm ocorrendo conflitos relacionados com a base florestal, antes nativa e agora plantada. Durante os levantamentos para este Diagnóstico foram citadas e encontradas várias referências à Guerra do Contestado, ocorrida entre 1912-13 e 1916. Além da pendência legal para definição dos limites territoriais entre os estados do Paraná e Santa Catarina, esta guerra é mencionada, por diversas fontes, como que essencialmente motivada pela disputa pelo controle dos recursos naturais da região entre a população cabocla posseira e novos colonizadores trazidos pela estrada de ferro entre São Paulo e o porto de Rio Grande (RS). Esta estrada de ferro, justificada pela expansão da cafeicultura brasileira, foi repassada pelo concessionário original – o engenheiro brasileiro João Teixeira Soares – à empresa norte-americana Brazil Railway Company, pertencente ao multimilionário Percival Farquhar, que além do direito de terminar a estrada, ganha também o direito de explorar 15 Km de cada lado da estrada. A primeira consequência desta ligação entre centros produtores e potenciais consumidores externos é que a erva-mate, antes percebida como sem valor pelos coronéis que controlavam as terras, e consumida livre e abundantemente pelos agregados e peões, ao se tornar um bem de mercado, gerou as primeiras situações de conflito na região. Com a instalação de duas serrarias, pela então recém-criada Southern Brazil Lumber and Colonization Co., que objetivava explorar as áreas de Florestas de Araucária desta concessão ferroviária e depois revender as áreas desmatadas aos imigrantes estrangeiros que formavam suas colônias no sul do Brasil, os posseiros se viram mais acuados. As tentativas de expulsão destes trabalhadores rurais, pela mão-de-obra urbana trazida do Rio de Janeiro, Santos, Salvador e Recife com promessas de salários compensadores, e sem ter como retornar para seus locais de origem, geraram o combustível que faltava para o surgimento de um movimento de resistência de caráter religioso-popular, batizado de Guerra do Contestado. E acima de tudo, este momento histórico estabeleceu a dicotomia de direito de acesso aos recursos naturais, sendo que aqueles desempoderados não só foram alijados do processo como rotulados de fanáticos.

No município de Três Barras que é vizinho à Mafra que por sua vez faz limite com Rio Negrinho e este com São Bento do Sul, seqüência de localidades que acompanham o traçado original

da ferrovia, a Brazil Lumber instalou uma das serrarias, sendo esta considerada, então, a maior da América do Sul, e a outra em Calmon (município localizado mais à Sudoeste, mas também na beira da estrada de ferro). Com a devastação da floresta nativa neste grupo de municípios e com a subsequente implantação de vastos monocultivos de Pinus, que passaram a abastecer a indústria madeireira local, se estabeleceu na região um novo cenário de conflitos sócio-ambientais.

Todavia, as denúncias atuais sobre problemas ambientais com reflexos sociais na região do pólo moveleiro de Santa Catarina começam por menção à problema vagos como existência de práticas de reflorestamento desordenado de Pinus no município de São Bento do Sul feita pela edição especial do Dia das Águas (22 de março) no ano de 2003 do Jornal A Notícia – Verde de Joinville (SC)²²⁵.

Com mais concretude na descrição do problema (sem porém mencionar municípios específicos) são as denúncias feitas em publicação recente da APREMAVI²²⁶ que declara sobre os impactos da expansão das monoculturas de árvores exóticas no estado sobre os remanescentes de Florestas com Araucária: *“A implantação de florestas homogêneas, quase que exclusivamente com espécies exóticas de rápido crescimento, pode produzir um nível de degradação semelhante àquele provocado pela agricultura convencional. O avanço das monoculturas de árvores exóticas se tornou um problema grave no planalto, no norte e oeste catarinense, domínio original da Floresta Ombrófila Mista. A expansão dessas “florestas” tem aprofundado o isolamento dos pequenos e médios fragmentos de florestas nativas, importantes para qualquer perspectiva de recuperação do ecossistema”*. E complementarmente esta publicação também denuncia, como estão ocorrendo no Rio Grande do Sul e Paraná, problemas de invasão de áreas de campos naturais por Pinus, espécie agressiva e dominante nestes ambientes.

O planalto norte, mencionado acima, é a região do pólo moveleiro de Santa Catarina e uma das fontes consultadas mencionou que duas empresas que atuam nesta região tem sido motivo de grande preocupação devido à uma série de práticas inadequadas. Estas empresas são a COMFLORESTA (Companhia Catarinense de Empreendimentos Florestais) do grupo de mineração canadense BRSCAN e as empresas do Grupo Battistella – Florestal Battistella S.A. (FLOBASA) e Modo Battistella Reflorestamento S.A. (MOBASA). Outras informações, coletadas na rede *web*, sobre estas empresas, demonstraram a existência de outras questões, de ordem ambiental e social, ocorrendo com as mesmas, em outras regiões do estado de Santa Catarina, como serão descritas a seguir.

Sobre a COMFLORESTA²²⁷, que detém 56.700 ha de propriedade, distribuídos em 16 municípios entre o sudeste do estado do Paraná e nordeste de Santa Catarina, sendo 23.000 plantados com Pinus, os conflitos sócio-ambientais atuais têm sido em relação à questões fundiárias. Em 2003, de acordo com matérias publicada na Folha de São Paulo²²⁸, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) promoveu ocupações de propriedades da empresa no município de Araquari, no litoral norte do estado. Na perspectiva do movimento as áreas foram consideradas improdutivas por estarem sem cobertura florestal e sem uso; para a empresa, as áreas assim se encontravam para atender à um período de pousio. Não foram encontradas informações sobre o desfecho deste episódio. E, no início deste ano, no município de São Francisco do Sul, também no litoral e ao norte de Araquari, a Associação dos Produtores Rurais de São Francisco do Sul e ONGs locais convocaram uma manifestação de apoio à um grupo de agricultores da localidade de Vila da Glória, Município de São

²²⁵ <http://www.an.com.br/anverde/>

²²⁶ Medeiros et al. (2004). Op. Cit.

²²⁷ Empresa com sede em Curitiba (www.comfloresta.com.br)

²²⁸ Folha Online 04-06/03/2003

Francisco do Sul (SC) quando bloquearam a entrada dos trabalhadores da CONFLORESTA²²⁹, na Fazenda Saí-Mirim, motivados pelo descumprimento, por parte da empresa, de acordo judicial a favor deste grupo (denominado de Grupo dos Sete Agricultores) de transferência do título da propriedade comprada por estes, procedimento necessário para a obtenção de financiamentos pelo Banco da Terra. O processo ocorreu porque a empresa requereu prazo para o corte do Pinus plantado na área, o que foi concedido pela justiça pelo período de um ano, quando então os agricultores passariam a ter o direito de uso total da área. Estes manifestantes acusam a empresa ainda de estar devastando a área, cortando não apenas as árvores de Pinus, mas toda a vegetação nativa, inclusive espécies em extinção, além de entulhar e degradar córregos e nascentes. Foram feitas denúncias aos órgãos competentes e um processo foi instaurado pelo próprio IBAMA que já embargou a área, mas o desmatamento ilegal continua, pois a empresa conseguiu uma liminar para continuar a exploração das plantações de Pinus. O último procedimento por parte dos agricultores foi de protocolar nova denúncia junto ao Ministério Público Federal.

Retroativamente, as informações encontradas sobre a COMFLORESTA datam desde 1997, quando o Instituto do Patrimônio Histórico e Natural (IPHAN) acatou denúncia feita pelo Museu do Homem do Sambaqui, de Florianópolis, que a empresa comprometeu a integridade de um sítio arqueológico localizado no município de São Francisco do Sul quando passou sobre o mesmo com trator que fazia a limpeza do terreno.

Dando continuidade à sequência cronológica de denúncias contra a COMFLORESTA, em 1999, ocorreu um outro problema no Rio Cubatão, no município de Joinville, e principal manancial de água desta cidade, respondendo por mais de 70 % do seu abastecimento. Mas primeiro para contextualização é preciso mencionar que, de acordo com relatório do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão Norte, as empresas Confloresta, Móvel Sul e Batistela atuam no curso superior do rio e a Madeireira Mildau no curso médio, na sub-bacia do Rio Lindo. O problema denunciado pelo jornal *online A Notícia*²³⁰ foi a retirada de saibro do Rio Cubatão para arruamento das plantações de Pinus da empresa, na localidade de Abaeté, no alto da Serra Dona Francisca, gerando turbidez no rio, que por sua vez obrigou a Companhia de Água e Saneamento (CASAN) a reduzir em 20% a produção da maior Estação de Tratamento de Água (ETA) de Joinville. Como esta mineração não possuía licença foi embargada pela Polícia Ambiental.

Em 2000, o jornal *online A Notícia*²³¹ novamente noticiou duas vezes sobre a COMFLORESTA. A primeira matéria foi divulgada em agosto, com uma denúncia feita pelas mesmas ONGs de Joinville lideradas pela SOS Cubatão, de desmatamento irregular em áreas de Mata Atlântica. A empresa, segundo os ambientalistas, estaria avançando no limite de desmatamento de seu reflorestamento na localidade de Charqueadas, em Campo Alegre, atingindo árvores nativas, além de desrespeitar o limite determinado em lei para a retirada de vegetação em torno de nascentes, derrubando árvores em inclinação maior do que 45 graus e ainda realizando queimadas sem autorização. No plano de corte e reflorestamento apresentado pela empresa ao Ibama estaria determinado que haveria a manutenção de ilhas de mata nativa intercaladas com a plantação de Pinus. Os ambientalistas afirmavam que, a cada ciclo de exploração, a empresa estaria avançando em até dois hectares dentro da mata nativa, aumentando a área de desmatamento e desrespeitando o projeto. Além do mais, na região de Charqueadas, os ambientalistas constataram a destruição de uma nascente do Rio Negro, que abastece parte do planalto norte catarinense. O diretor florestal da Comfloresta,

²²⁹ Corruptela do nome que aparece em algumas fontes de informação consultadas.

²³⁰ Reportagem de Hale Peterson em 05/03/99.

²³¹ <http://www.an.com.br/2000/ago/10/0ger.htm>; <http://an.uol.com.br/2000/nov/29/0loe.htm>

Marcílio Caron, entrevistado pelo jornalista declarou não concordar com as acusações e que o corte das árvores havia sido feito dentro da lei, no chamado 1º ciclo do reflorestamento de Pinus: "*Somos agricultores de florestas e as pessoas precisam entender isso. Está tudo dentro do que prevê o Código Florestal Brasileiro*", garantiu. Caron disse ainda que no local da retirada das árvores não havia nenhuma nascente e que as queimadas efetuadas pela empresa só haviam sido feitas depois de pedido encaminhado ao Ibama 25 dias antes. "*O que foi queimado são sobras, resíduos do corte*". Porém, a matéria complementa o assunto descrevendo que a Comfloresta efetuou, no mesmo ano, um termo de ajustamento de conduta com órgãos ambientais e Procuradoria da República para garantir modificação em todos os projetos de reflorestamentos da empresa em Santa Catarina. Isso foi necessário para que os projetos fossem readequados ao Código Florestal Brasileiro, que modificou as distâncias de corte próximos a nascentes - hoje é de 20 a 100 metros, dependendo do caso. "*São cortes efetuados nas regiões do Quiriri e Dona Francisca*", explicou o procurador da República de Joinville Claudio Cristani. A matéria cita também que a empresa - com sede em Campo Alegre e filial em Joinville - teve outro problema no ano passado com a Procuradoria da República e entidades ambientais. Em um dos reflorestamentos em São Bento do Sul, os ambientalistas denunciaram à Procuradoria o corte de árvores nativas em área de preservação permanente.

A segunda matéria veiculada em 2002 ocorreu no mês de novembro, mas desta vez descrevendo sobre questões trabalhistas envolvendo a demissão de 150 trabalhadores da empresa (cerca de 1/3 de sua mão-de-obra então), no município de Campo Alegre, no norte do estado, sendo que a situação criou tensão social na comunidade com aumento da mendicância. E também outra causa trabalhista envolvendo a empresa ocorreu no ano de 2000, mas no município de São Bento do Sul, quando a justiça trabalhista considerou a COMFLORESTA co-responsável pelo descumprimento de direitos trabalhistas perpetrados por empresa terceirizada - Desdobramento de Madeiras Fabiana Ltda, devido ao fato da segunda ter mantido contrato exclusivo de prestação de serviços com a primeira por um período de cinco anos, entre 1995 e 2000.

Já em 2001, uma notícia publicada no *clipping* do Ministério Público Estadual²³² de matéria veiculada pelo jornal *online* A Notícia, discorre sobre nova denúncia feita por ONGs ambientalistas - Vida Verde e SOS Cubatão, de Joinville contra a Companhia Catarinense de Empreendimentos Florestais (Comfloresta) de desmatamento irregular e abertura de estradas em áreas de vegetação nativa, supressão de mata ciliar no entorno de nascentes e destino irregular de resíduos sólidos, contendo substâncias poluentes como o óleo diesel, por exemplo. Os problemas ocorreram na região conhecida como Ribeirão das Pedras, no município de Campo Alegre. A grande preocupação dos ambientalistas se referia aos impactos causados pelas substâncias poluentes no solo, no lençol freático e por consequência nos afluentes do Rio Cubatão. Os resíduos foram encontrados em buracos cavados, próximos aos locais utilizados para acampamentos de funcionários terceirizados da Comfloresta, que realizam o corte e manejo do Pinus. As marcas de poluição e os acampamentos estão por toda a parte. No entanto o diretor florestal da empresa, Marcílio Caron, garante que desde janeiro os acampamentos estão sendo mantidos fora da propriedade da Comfloresta. Mas o diretor também admitiu nesta matéria que: "*Já tivemos problemas antes com o descumprimento de normas ambientais dos terceirizados, que não davam o destino correto para os resíduos produzidos durante sua estada em determinada região. Ultimamente nenhum tipo de irregularidade foi constatada. Estas denúncias são apenas perseguições das Ongs de Joinville*".

E para concluir, também, relacionado à esta área, na Ata da 13ª Reunião do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão Norte, realizada no dia 25 janeiro de 2002, está

²³² http://www.mp.sc.gov.br/canal_mpssc/clipping/jornal_an/an_010425.htm

relacionado o nome da empresa com a continuidade de poluição no Rio Cubatão, além de ter sido descrita a ocorrência de ataques aos plantios de Pinus por macacos-pregos, como descrito anteriormente na seção sobre o estado do Paraná.

Uma observação é que estas questões sócio-ambientais, descritas acima, parecem configurar mais uma situação de problemas em relação às práticas adotadas por uma empresa, do que propriamente a vinculação de um cenário de conflitos generalizados em uma região ou localidade. E este parece também ser o caso em relação ao Grupo Battistella que, como será descrito a seguir, também tem um histórico de disputas, mas com comunidades indígenas, em vários dos municípios que atua.

O Grupo Battistella que começou sua atuação no município de Lages, no sul de Santa Catarina, agora possui propriedades em vários outros municípios, mas concentrando principalmente na região centro-norte do estado. Esta empresa obteve certificação do Conselho Brasileiro para o Manejo de Florestas (FSC) em 2003 e o relatório público da certificação menciona estes conflitos da seguinte maneira: *“Durante os últimos 7 anos a empresa vem administrando um conflito com os descendentes dos índios Xokleng, que têm uma reserva distante 3 km de uma de suas áreas. Essas áreas foram invadidas, tendo sido cortada e vendida a madeira de 300 ha de pinus. Após isso, desocuparam a área. O mesmo aconteceu com outras empresas reflorestadoras da região e em áreas de muitos produtores rurais (colonos), que tal como a MOBASA, têm titulação e posse legal de suas áreas há muitas décadas. A MOBASA, junto com outras empresas e centenas de colonos, tem ação criminal contra a FUNAI e aguardam decisão judicial sobre vários processos que tramitam nas varas do estado de Santa Catarina. A área onde houve este evento não faz parte do escopo da certificação, também não é limítrofe à UMF.”*

A área indígena em questão pode ser tanto a TI Ibirama, no município de mesmo nome ou a Reserva Duque de Caxias localizada entre os municípios de Itaiópolis e Dr. Pedrinho. E de acordo com informações disponíveis no *website* do Instituto Socioambiental (ISA), os Índios Xokleng de Santa Catarina, são os sobreviventes do tronco lingüístico Jê, de um processo brutal de colonização do sul do Brasil iniciado em meados do século passado, que quase os exterminou em sua totalidade. Apesar do extermínio de alguns subgrupos Xokleng no estado, e do confinamento dos sobreviventes em área determinada, em 1914, o que garantiu a "paz" para os colonos e a conseqüente expansão e progresso do vale do rio Itajaí, os Xokleng continuaram lutando para sobreviver a esta invasão, mesmo após a extinção quase total dos recursos naturais de sua terra, agravada pela construção da Barragem Norte. Levantamento demográfico feito em 1998 declarou a existência de 757 indivíduos, sem definir o gênero ou se o crescimento populacional estava sendo positivo ou negativo.

Todavia, disputas envolvendo a comunidade indígena Xokleng, o Grupo Battistella e outros atores já haviam sido documentadas desde 1998, como descrito em matéria publicada em cinco de agosto pelo jornal *online* A Notícias²³³, reportando que: *“Índios da reserva Duque de Caxias (município de Itaiópolis) e madeireiros finalmente firmaram acordo de paz para solucionar o impasse em torno da posse da localidade de Bonsucesso, no limite entre os municípios de Itaiópolis e Doutor Pedrinho. A região foi ocupada pelos índios que estavam extraindo madeira de reflorestamentos das empresas Battistella, Odebrech e Terra Nova. Ontem, em reunião realizada no fórum de Itaiópolis, representantes indígenas, madeireiros, Polícia Militar, Fundação Nacional do Índio (Funai) e o juiz Gilmar Lang decidiram acatar a proposta do Ministro da Justiça, Renan Calheiros, de paralisar o corte e comércio da madeira por 35 dias até a finalização do re-estudo fundiário....Com o*

²³³ <http://an.uol.com.br/1998/ago/05/0ger.htm>

consentimento dos representantes dos madeireiros presentes na reunião, o acordo de paz foi selado sem precisar de conflito caso fosse cumprida a liminar de reintegração de posse. Com o entendimento, encerrou a preocupação da comunidade da região que estava abandonando a localidade temendo um conflito com os índios....Os índios manifestaram descontentamento com as denúncias dos agricultores de que estariam sendo expulsos das casas. Aniel Priprá defende a comunidade dizendo que os índios não estão invadindo as residências. "Os colonos estão fazendo acordo quando abandonam as propriedades. Os índios não estão invadindo nada", argumenta. O cacique também critica a atitude da Prefeitura de Itaiópolis, que não aceita as crianças da comunidade indígena. "Isso é discriminação, a Prefeitura disse que não aceita filho de índio", acusou. Ele quer vaga para 32 crianças na única escola da localidade, que tem capacidade para 30 alunos e não haveria mais vagas.....Contrariando a denúncia da tribo, o juiz Gilmar Lang mostrou na reunião seis ocorrências policiais de colonos afirmando que suas residências foram invadidas pelos indígenas.....Os advogados das madeireiras Battistella/Mobasa e Terra Nova deixaram a audiência de ontem insatisfeitos. Para eles, os índios deveriam sair da área para que as empresas possam realizar um levantamento do que sobrou da área depois da extração da madeira. O prejuízo para os empresários, segundo os advogados, é incalculável....Segundo César Cerconde, advogado da Battistella/Mobasa, o que prevaleceu na reunião foi a força, com os índios impondo as condições. "Para evitar conflitos aceitamos a proposta, mas não estamos satisfeitos. Queremos entrar nas nossas propriedades e fazer um levantamento de prejuízos", conta....O advogado denuncia ainda que índios da mesma tribo invadiram duas fazendas da Battistella em Rio Negrinho, município também situado no planalto norte.

Duas outras empresas atuando em Santa Catarina tiveram ocorrências recentes de conflitos sócio-ambientais em relação às suas áreas de reflorestamento. Primeiro a empresa alimentícia Perdigão, em janeiro de 2004, teve uma de suas fazendas, localizada no município de Catanduvas, no meio-oeste do estado, ocupada por 16 famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). As famílias de agricultores reivindicavam a criação de um assentamento no local. A empresa solicitou a reintegração de posse da área total da fazenda, de 930 hectares, utilizados para reflorestamento, dos quais 60 hectares são de preservação permanente. A Polícia Militar de Herval do Oeste acompanhou até o início da noite de segunda-feira o cumprimento do mandado de reintegração de posse. E segundo o subcomandante da Companhia da Polícia Militar de Herval do Oeste, tenente Jorge Luiz Haack, antes da desocupação foi realizado no local uma operação de desarmamento. Seis agricultores foram presos e conduzidos ao Presídio Regional de Joaçaba. Eles são acusados de terem mantido em cárcere privado, no dia da ocupação, um funcionário da Perdigão, que morava no local e fazia a segurança da área. Os agricultores foram levados para um assentamento que fica distante sete quilômetros da área invadida. A Perdigão forneceu três caminhões para fazer o transporte das famílias e de seus pertences.

A segunda empresa foi a Klabin, cuja propriedade, em São Cristóvão do Sul (SC), na região central do estado, com 578 hectares foi ocupada, em abril de 2004, por cerca de 400 famílias também ligadas ao MST. Dez dias depois, em audiência de conciliação promovida pela Justiça catarinense no município de Curitiba e mediada pelo Juiz Agrário Jânio de Souza Machado, o MST aceitou acordo para desocupar daqui a três meses a fazenda Faxinal do Paulista.

E para finalizar, também foram encontradas informações sobre questões sócio-ambientais envolvendo uma comunidade quilombola e plantações de árvores. Em 1999, foi postado na rede *web*, pelo Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas (NUER), sediado na Universidade Federal de Santa Catarina, a descrição do seguinte caso. A questão envolvia uma comunidade

quilombola chamada de Invernada dos Negros e localizada no município de Campos Novos, na porção sul do estado. Na verdade, o cenário descrito denota uma variedade de problemas mais ampla que somente um conflito em relação aos monocultivos existentes na área, ainda que estes tenham contribuído para o agravamento da situação. Nesta localidade, na época do descrito, viviam aproximadamente 300 pessoas descendentes de escravos. Seus antepassados receberam, por meio de testamento lavrado em 1877, a doação de 8.000 hectares de terras. Sem qualificação profissional, alfabetização e proteção legal, esta comunidade foi vitimada por vários tipos de golpes e negociatas, e acabou perdendo setenta por cento da área doada. Além das dificuldades encontradas pelo grupo para lidar com a esfera judicial, uma vez que a maioria não sabia ler, a aliança dos interesses privados com o poder público resultou no desencadeamento do processo de divisão das terras contrariando o testamento que previa a não fragmentação da área pelos descendentes dos herdeiros. Então, a partir da década de setenta, as famílias herdeiras enfrentaram um novo desafio: o interesse de empresas de papel e celulose em suas terras²³⁴. A parte da fazenda que herdaram se transformou em um grande reflorestamento de Pinus, incluindo nela a área do cemitério da comunidade, cuja origem remonta ao século passado, antes mesmo da criação do município. A memória dos antepassados e de uma vida em coletividade reúne até hoje as famílias em torno de um objetivo comum: a luta e a resistência para permanecerem no lugar e reaver suas terras. Em 2004, após dois anos de um processo junto ao Ministério Público Federal, a comunidade de Invernada dos Negros recebeu da Fundação Cultural Palmares a certidão de reconhecimento da área como remanescente de quilombo.

Região Centro-Oeste:

A Região Centro-Oeste é representada pelos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Quando do lançamento do Fiset esta região foi denominada como um dos pólos para o plantio de monocultivos de árvores. Mas somente nos dois primeiros estados houve implantação de várias áreas de plantações de árvores, principalmente Eucalipto, objetivando atender a crescente demanda por carvão vegetal do setor siderúrgico de Minas Gerais. Todavia, com o aumento do custo dos combustíveis, o transporte deste carvão à longas distâncias, como do Mato Grosso do Sul até Minas Gerais, já não compensava. No caso deste Estado então, esta matéria-prima passou a suprir indústrias siderúrgicas que lá foram se instalar como é o caso da Siderúrgica Gerdau, no município de Água Clara desde 1975. Depois passou-se a especular sobre a instalação de indústrias de celulose na região, mas só no final da década de 80 a antiga Champion (atual International Paper) chegou no Estado e até hoje não construiu uma fábrica. Enquanto isto, no Estado de Goiás os plantios, especialmente aqueles instalados entre as BRs 040 e 060, de acesso, respectivamente ao Rio de Janeiro e São Paulo, continuaram a suprir as indústrias mineiras. Já no Estado do Mato Grosso, as plantações de árvores instaladas são de outros gêneros, como Seringueiras (*Hevea Brasiliensis*) e Teca (*Tectona grandis*).

A coleta de informações sobre os conflitos sócio-ambientais em relação aos plantios de árvores nestes três estados, porém, foi limitada, pois os contatos, feitos com organizações não governamentais e pesquisadores nestes estados que se comprometeram a enviar informações, se provaram infrutíferos. A busca de informações na rede *web* também gerou poucos retornos, mas os casos coletados demonstram que tal fato não é indicativo da não ocorrência de problemas, mas provavelmente do pouco poder de articulação das entidades e a fraca documentação existente na região.

²³⁴ A empresa Iguaçu, Celulose e Papel S.A. atua nesta área, mas não foi encontrada qualquer referência à área de reflorestamento da mesma em relação à área quilombola.

Mato Grosso do Sul

O histórico da introdução de plantios de Eucalipto em Mato Grosso do Sul é descrito por Pereira (2004)²³⁵ como se devendo ao Planos Nacionais de Desenvolvimento (I e II) e ao Plano de Integração Nacional (PIN), anteriormente descritos como estimulantes da instalação de plantações em outros estados brasileiros. Mas, estas iniciativas, ocorridas no início da década de 70, foram antes da divisão do território do então Estado do Mato Grosso. E como foram implantadas na porção sul do Estado, após a criação do Estado do Mato Grosso do Sul²³⁶, coube a este o legado do que veio a se transformar em um maciço de 500 mil hectares de plantações de Eucalipto. Os plantios foram instalados na região entre Campo Grande e Três Lagoas, abrangendo os municípios de Água Clara, Brasilândia, Camapuã, Ribas do Rio Pardo e Santa Rita do Pardo.

Na década de 80, o ritmo de plantio começou a diminuir porque o objetivo para implantação do maciço florestal, de abastecimento do mercado brasileiro de madeira, principalmente a região Sul e Sudeste do País, tornou-se inviável em virtude da crise do petróleo e o conseqüente aumento dos custos do transporte. A autora aponta que cogitou-se então na possibilidade da instalação de fábricas de celulose no Estado, porém somente em 1988, a antiga Champion, atual International Paper se interessou pela região, ma somente agora se concretizam os planos de uma fábrica de celulose (ver adiante).

Apesar da diminuição do interesse no plantio de Eucalipto, na década de 80, o município de Ribas do Rio Pardo, o segundo maior município em área do Estado, detinha 64% da área total plantada, com 22% de seu território coberto com plantações de Eucalipto. A escolha do mesmo deveu ao baixo custo da terra e o acesso ao resto do País por meio da rodovia BR-262 e da Rede Ferroviária Federal S. A (hoje Ferrovia NOVOESTE).

A demanda pelos plantios de Eucalipto do Mato Grosso do Sul surgiu quando as siderúrgicas de minas começaram a sofrer escassez de carvão, mesmo utilizando florestas nativas para a produção. Nos municípios de Ribas do Rio Pardo e Água Clara, principalmente, a partir de 1985, começaram a se instalar as primeiras empresas de carvão (uma estimativa de 20 empresas aproximadamente), que eram representadas tanto por empreiteiros, como por intermediários, os gatos, ou pelos arrendatários, em sua maioria de Minas Gerais e São Paulo (em menor número)²³⁷.

Esta estrutura de produção instalada no Estado do Mato Grosso do Sul trouxe de Minas Gerais a tecnologia do carvoejamento industrial, mas também as relações de trabalho abusivas. As informações encontradas sobre as carvoarias do Mato Grosso do Sul relatam inúmeros casos de trabalho escravo adulto, mas também infantil. Pereira (2004) declara que *“Toda a barbárie encontrada no processo inicial de constituição das carvoarias no Mato Grosso do Sul, tanto em relação às questões sociais e trabalhistas, quanto às questões ambientais, se deveu a ausência de fiscalizações adequadas e à sanha do capital no seu processo de reprodução”*. E de acordo com Silva (1999)²³⁸, *“a produção do carvão vegetal no Estado se deu baseada em um baixo custo operacional (matéria-prima*

²³⁵ Pereira, A. (2004). A combinação do arcaico e do moderno na reprodução do capital: a exploração do trabalho nas carvoarias de Ribas do Rio Pardo (MS). UNESP/Faculdade de Ciência e Tecnologia. São Paulo (www.igeo.uerj.br/VICBG-2004/Eixo1/E1_145.htm).

²³⁶ Lei Complementar nº. 31 de 11 de outubro de 1977 e sua instalação de deu em 1º de janeiro de 1979.

²³⁷ SILVA, Edima A. **O processo produtivo do carvão vegetal: um estudo em Mato Grosso do Sul**. 2002. Tese [Doutorado em Geografia]. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, citada por Pereira (2004).

²³⁸ SILVA, Cleide de O. Trabalho e qualidade de vida dos carvoeiros no município de Três Lagoas-MS. Pesquisa Acadêmica de Iniciação Científica apresentada ao CNPq/UFMS. Três Lagoas, 1999, citada por Pereira (2004).

e mão-de-obra), com ausência de controle ambiental, sonegação fiscal e um regime de superexploração do trabalho, permitia a atividade carvoeira alta rentabilidade. A maior parte da mão-de-obra empregada resumia-se nas famílias vindas de Minas Gerais, onde este trabalho dava sinal de escassez, e que obviamente já possuíam experiência na produção do carvão, sendo assim bem vistas pelas empresas do referido produto”. Além do mais, Pereira (2004) complementa que “os trabalhadores, porém, chegavam ao Mato Grosso do Sul já endividados pelas despesas de transporte e alimentação, e assim permaneciam submissos ao empregador somando as futuras dívidas que iriam se acumular”.

Na década de 90, entidades de direitos humanos começam a fazer uma série de denúncias sobre as condições de trabalho nas carvoarias do Mato Grosso do Sul. Em 1992, a imprensa começou a investigar os casos. Em 1993, a Assembléia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul constituiu uma CPI para apurar os fatos. Diante da situação constatada, o governo estadual criou, em junho de 1993, a Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho, coordenada pela Secretaria Estadual de Cidadania, Justiça e Trabalho (SCJT). E em 1994, houve o lançamento do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. No início do ano seguinte, foi dado início aos trabalhos da Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho na região.

Porém, o relatório, de 1996, da Comissão Pastoral da Terra (CPT)²³⁹ sobre conflitos no campo descreve a seguinte situação: *“Nas carvoarias de Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, há tempos os casos mais numerosos de trabalho escravo, pouca coisa mudou, apesar da fiscalização, denúncias e pressões nacionais e internacionais. As primeiras denúncias em Mato Grosso do Sul foram feitas há cinco anos. Foi formada a Comissão Permanente de Fiscalização das Condições de Trabalho nas Carvoarias e Destilarias do Mato Grosso do Sul, e a Secretaria Nacional de Fiscalização do Trabalho tem feito vistorias periódicas, com a ajuda da Polícia Federal. No entanto, o problema persiste. Uma das maiores dificuldades é localizar as baterias de fornos que estão espalhadas dentro da floresta. O Ibama não sabe quantas carvoarias existem no estado. Todas elas deveriam estar cadastradas, mas o órgão possui o registro de apenas 200. Porém, apenas no maciço Florestal a Secretaria de Planejamento (Seplan) estima em 364. Para tentar descobrir as baterias de fornos, a Comissão Permanente de Fiscalização conseguiu, através da Seplan, um helicóptero que realizou o trabalho de aerofotogrametria, nos municípios de Ribas do Rio Pardo, Água Clara e Inocência. Segundo o padre Alfeo Prandel, coordenador da CPT/MS, “O problema tende a se agravar ainda mais. Novas carvoarias estão sendo instaladas em municípios fora da região do maciço florestal. A Comissão de Fiscalização e a DRT temem que já existam novos casos de trabalho escravo nesses municípios”.*

Na rede *web* também são várias as denúncias sobre trabalho infantil nas carvoarias do Mato Grosso do Sul, principalmente nos municípios de Ribas do Rio Pardo, Água Clara e Três Lagoas. Em 2001, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) no Estado do Mato Grosso do Sul, anunciou que o município de Três Lagoas poderia ficar em os finalistas do prêmio oferecido pela Fundação Getúlio Vargas, por terminar a utilização da mão-de-obra de crianças e adolescentes nas carvoarias do município²⁴⁰. Mas outro informativo da Fundação ABRINQ²⁴¹ informa que *“No Mato Grosso do Sul, nos municípios de Ribas do Rio Pardo, Águas Claras e Três Lagoas, das cerca de 10 mil pessoas que trabalham como escravos, em 600 mil hectares de pinus eucalipto, aproximadamente*

²³⁹ www.cnbb.org.br/estudos/confilca3.html

²⁴⁰ <http://clipping.planejamento.gov.br> – notícia em 21/11/2001 “Crianças fora do trabalho degradante em carvoarias do MS”

²⁴¹ <http://macunaim.sites.uol.com.br/otrabalh.htm>

quatro (4) mil são crianças. Em um mês são 13.300 árvores que viram carvão e vão para as siderúrgicas, onde são transformadas nos mais diversos materiais de consumo de ferro e metais. A maior parte da produção vendida nos grandes centros - desde pregos, passando por talheres, painéis e chapas de automóvel - tem origem em trabalho análogo aos de escravos. De 20% a 30%, vêm da exploração do trabalho infantil”.

A Gerdau, contatada para este Diagnóstico na pessoa do Diretor Executivo – Moacir Meneguzzi, o mesmo encaminhou à um consultor técnico da empresa – Mario Sant’Anna Jr., as perguntas submetidas às empresas de base florestal, tendo as mesmas sido respondidas da maneira a seguir:

Qual a percepção de sua empresa sobre conflitos socio-ambientais em relação às plantações de árvores no Brasil?

Existem posições formadas junto à opinião pública consolidadas por muitas décadas, dos supostos malefícios das florestas plantadas tanto do gênero Pinus como Eucalyptus. Esta posição foi fortemente agravada no final da década de 80 até o final da década passada, onde a oferta abundante de matéria prima florestal e os preços comprimidos das commodities pouco propiciaram o florescimento de oportunidades derivadas de nossas atividades. Este quadro tem mudado nos últimos anos em função do crescimento do preço da madeira. As comunidades vislumbraram oportunidades na utilização do Pinus e Eucalyptus como matéria prima para produtos de alto valor agregado. Abaixo alguns comentários de nossas percepções:

-Ambiental

É notória a grande dificuldade de expansão da atividade florestal pela complexidade de comprimento da legislação, entendimento, sobreposição atribuições de órgãos governamentais e tempo requerido para cumprimento de requisitos legais nos órgãos governamentais.

-Aspectos Sociais

Movimentos como MST e similares, sindicatos, Pastoral da Terra e ONG tem nos plantios de árvores visibilidade e espaço na mídia para seus intentos. Estes aspectos têm crescido ao longo dos últimos anos em detrimento do estado de direito.

Onde, na opinião da entidade, já ocorreram, ocorrem, ou tem potencial de ocorrer estes conflitos? Quem são os, direta e indiretamente, envolvidos?

Focalizamos as comunidades e trabalhamos de maneira interativa respeitando todos os públicos. Temos um bom relacionamento com as comunidades onde estamos atuando, mas existem condições favoráveis a conflitos uma vez que tivemos registro de invasões em anos anteriores. Nossa preocupação é constante na proteção patrimonial e manutenção das atividades, contudo em áreas onde ainda não atuamos e pretendemos expandir nossas operações, ONGs, MST, Pastoral da Terra, Sindicatos e mesmo dentro do governo, no exercício de lideranças regionais tem sido impeditivos à entrada de novos investimentos que geram emprego e renda através do plantio de árvores.

Como sua empresa lida diretamente com estas questões, como a mesma orienta seus associados a lidarem com estas questões?

A empresa trabalha de acordo com o seu código de ética e os valores de seriedade para com todos os públicos, o Grupo Gerdau implementa correções e mudanças nas suas práticas e promove

medidas adicionais de conscientizando sobre a importância do respeito aos direitos civis e à dignidade humana.

Aspectos alheios à alçada da Empresa são tratados de acordo com a legislação vigente e seus mecanismos de execução.

Que mecanismos sua empresa acredita que poderiam ser trabalhados pelo governo para a construção de canais de diálogo e resolução de problemas?

Sem opinião.

Para o segmento em que se inserem e/ou tem relação (i.e., celulósico, siderúrgico, painéis, moveleiro), quais são as demandas de matéria-prima de plantações (e que spp) nos próximos cinco anos e planos de investimentos para o suprimento destas necessidades?

A Gerdau está dividida em dois segmentos. A produção de madeira de Pinus é direcionada para diversos segmentos: Celulose, chapas reconstituídas e compensadas e finalmente produtos de maior valor agregado. Para Eucalyptus é totalmente direcionada para produção de carvão vegetal utilizado na produção de Gusa. Abaixo seguem as projeções de produção de madeira.

Demanda de Matéria Prima (1.000 st):

	Pinus	Eucalyptus	Total
2005	1.540	2.000	3.540
2006	1.600	2.200	3.800
2007	1.250	3.000	4.250
2008	1.000	3.660	4.660
2009	1.000	3.800	4.800
2010	1.000	3.840	4.840

Investimentos:

A empresa tem programado plantio de 35.000 ha por ano nos próximos 5 anos, aproximadamente R\$ 95 milhões por ano.

Na sua opinião, quanto o "apagão florestal" irá afetar sua empresa ou segmento de que faz parte, ou tem relação? Por favor, descreva as consequências deste cenário (e.g., investimentos, expansão, busca de alternativas).

Nossa empresa atua nos dois principais segmentos de plantações de árvores. Na cultura do Pinus, onde o florescimento e diversificação de novas indústrias e a conquista de novos mercados no cenário internacional favoreceram o crescimento da demanda de madeira de Pinus. Nossa organização tem direcionado os investimentos de forma sustentada e o como fornecedora de madeira de alto valor agregado e a alta demanda tem sido fator de atratividade para o negócio. Certamente os investimentos da empresa poderiam crescer de maneira mais vigorosa senão fossem os entraves na legislação vigente.

No segmento de Eucalyptus no uso como redutor em nossas usinas, estamos investindo fortemente para atender as expansões programadas, e neste caso os investimentos tem motivação direta pela expectativa de escassez de madeira.

No Estado do Mato Grosso do Sul, além dos reflorestamentos de Eucalipto para a produção de carvão, a Champion International Corp. que foi adquirida pela International Paper Co., em 19 de junho de 2000 (e em outubro mudou a razão social para International Paper do Brasil Ltda.), e que iniciou

suas operações no município de Mogi Guaçu, Estado de São Paulo, em 1960, lançou um grande projeto florestal na região de Três Lagoas (MS), em 1988.

Esta empresa contatada para este Diagnóstico, enviou informações sobre suas áreas de plantações neste Estado (como também nos estados de São Paulo, Paraná, Amapá e Minas Gerais).

TIPO FLORESTA	MUNICÍPIO	EUC	PIN	ARA	OUTR	DISP	TOTAL
PRÓPRIA	Três Lagoas	26116.14	74.36			3206.84	29397.34
PRÓPRIA	Brasilândia	12963.01					12963.01
PRÓPRIA	Ribas do Rio Pardo	1587.03				219.27	42360.35
PRÓPRIA	Selvíria	10343.72	27.9			103.65	10475.27
PARCERIA	Três Lagoas	1971.3				1971.3	3942.6
PARCERIA	Selvíria	730.59				730.59	1461.18
PARCERIA	Guaraçai	228.09				228.09	5403.78
	TOTAL GERAL	53939.88	102,26	0	0	6459.74	60399.6

E uma notícia recente sobre a International Paper no Mato Grosso do Sul em relação ao potencial de expansão de suas áreas de plantações de Eucalipto foi publicada no jornal o Correio do Estado em 05/02/2005 declarando que a empresa pretende instalar uma fábrica em Três Lagoas, onde já possui, de acordo com a matéria, 110 mil hectares de Eucalipto, e que se prevê o início da produção para o final de 2007. Mas a empresa, na verdade, de acordo com a mesma notícia teria também a opção de instalar esta fábrica na Rússia e só em dezembro deste ano, como declarado pelo presidente mundial do grupo – Robert Amen, será tomada a decisão final.

Os conflitos fundiários no Estado do Mato Grosso do Sul em relação à plantações de árvores, de acordo com o retorno da busca de informações feita na rede *web*, parece insignificante, já que só foi encontrado dados sobre um caso, ocorrido em 2004. A entidade denominada de Movimento Nacional de Produtores que cuida dos interesses de médios e grandes proprietários de terras no Brasil, noticiou em seu *website* que o MST em 17/12/2004 ocupou uma área de 700 ha de reflorestamento da empresa Someco S.A. Porém, não foram encontradas outras informações sobre o desenvolvimento do caso.

Goiás

No Estado de Goiás, não foram encontradas informações oficiais sobre a área ocupada por plantações de árvores. O levantamento da vegetação realizado em 2000 e publicado no documento GEO Goiás em 2002, sobre o Estado Ambiental de Goiás, com uma compilação de indicadores das áreas social, econômica e ambiental não faz qualquer menção à existência de reflorestamentos comerciais. Porém, por meio dos dados de produção do IBGE é possível inferir que nos municípios de Alto Paraíso de Goiás, Campo Alegre de Goiás, Catalão, Cristalina, Ipameri, Jataí, Niquelândia, Orizona, Ovidor, Padre Bernardo, São João d'Aliança e Silvânia foi onde foram implantados os maiores monocultivos de árvores.

As plantações de árvores existentes no Estado de Goiás podem ser agrupados em quatro grupos: 1) plantios de Eucalipto situados na porção norte do Estado, abrangendo os municípios de Alto Paraíso de Goiás, Niquelândia e São João da Aliança que atendem as mineradoras que exploram níquel da região²⁴², como a Votorantim e a CODEMIM. Estas empresas para abastecerem de carvão

²⁴² O Estado de Goiás detém 80% das reservas brasileiras deste metal.

vegetal suas usinas que produzem carbonato de níquel estabeleceram empresas de base florestal, respectivamente a Mantiqueira Agro-Florestal e Codemim Florestal; 2) plantios de Eucalipto e também Pinus estabelecidos ao longo ou próximos às rodovias BR 040 e BR 060, que levam às siderúrgicas de Minas Gerais, abrangendo os municípios de Campo Alegre de Goiás, Catalão, Cristalina, Ipameri, Orizona, Ouvidor e Silvânia, que portanto se tornaram supridores de carvão deste setor. Em Catalão, todavia, está localizada a Copebrás, que processa Tripolifosfato de Sódio, utilizado tanto para fertilizantes como produtos de limpeza e maneja seus plantios para garantia de sua demanda energética; 3) plantios da região oeste e sul do Estado, nos municípios vizinhos de Jataí e Rio Verde, aonde, no segundo, o Grupo Orsa, que controla a Jari Celulose, detém uma fábrica de celulose, papel e embalagens. Em Rio Verde outro grupo de base florestal é a Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (COMIGO), que possuem cerca de três mil hectares de Eucalipto, administrados pela Comigo Florestal. E também, neste município, existem algumas indústrias alimentícias de grande porte, como a Parmalat e a Perdigão, consumidoras de lenha. Esta última, especificamente, tem, como política empresarial, a implementação de reflorestamentos, e de acordo com informações de seu *website*, já “*conta com uma área total de 2.320 hectares, sendo 1.650 hectares próprios e 670 hectares em parcerias. A expectativa é alcançar, até 2005, o controle total de 3.180 hectares, tornando-se auto-suficiente em abastecimento energético*”; e 4) os plantios no entorno do Distrito Federal, principalmente no município de Padre Bernardo, que são as antigas áreas de reflorestamento de Pinus e Eucalipto da extinta Proflora S.A. – Florestamento e Reflorestamento, e atualmente administrados pela Companhia Imobiliária de Brasília (TERRACAP) e ocupados pela Companhia de Água e Esgotos de Brasília (CAESB) com estações de tratamento de esgoto. As antigas áreas estabelecidas neste projeto do cinturão verde de Brasília somam cerca de 10.000 ha, mas 9.000 ha fazem parte da Floresta Nacional de Brasília sob responsabilidade do IBAMA.

Em termos de conflitos sócio-ambientais relacionados à estes plantios de árvores, foram encontradas algumas informações na rede *web* e outras obtidas com conversas pesquisadores que trabalham no Estado e com os moradores dos municípios onde estão estes plantios. Nas porções norte e oeste do Estado, os problemas que ocorrem são, em primeiro lugar ocasionados pela poluição associada às atividades de produção de carvão e das indústrias associadas. Também existem questões de disputas fundiárias e denúncias de trabalho escravo nas carvoarias. Além do mais, no município de Alto Paraíso de Goiás, região da Chapada dos Veadeiros, este monocultivos ameaçam a vegetação nativa e conflitam com atividades turísticas. Nas áreas do entorno do DF os conflitos são de caráter fundiário, com as áreas de reflorestamento “*sendo destruídos com o corte raso da madeira de forma clandestina e em alguns casos com a autorização do GDF. Além disso, estas áreas estão sendo alvo também de ocupações irregulares, grilagens e parcelamentos clandestinos*”²⁴³. E sobre os plantios que abastecem as siderúrgicas de Minas Gerais, as denúncias reproduzem o padrão de problemas descritos neste outro Estado, incluindo trabalho escravo nas carvoarias, disputas fundiárias com pequenos produtores, reclamações da população do entorno que os córregos e nascentes secaram, etc.

Mato Grosso

No Estado do Mato Grosso, as plantações de árvores existentes que se destacam são de Teca (*Tectona grandis*), pertencendo à empresa Floresteca Agroflorestal de capital holandês, nos municípios de Jangada, Rosário Oeste, Nobres, Cáceres e Tangará da Serra, com área plantada de 20 mil hectares; e os de Seringa (*Hevea brasiliensis*) do grupo francês Michelin, ocupando 8.500 ha no município de Itiquira.

²⁴³ Comunicado do Fórum das ONGs Ambientalistas do DF e Entorno (www.ambiente.org.br)

Sobre as plantações da Michelin só foram encontradas informações sobre a data de estabelecimento da empresa no Estado – 1979; que são classificadas como o maior seringal existente na América Latina, e que em 2004 obteve o certificado da série ISO 14000. E não foram encontradas quaisquer informações de conflitos sócio-ambientais relacionados à estas plantações. Todavia, foi encontrada uma citação sobre o município de Itiquira como sendo uma das localidades contempladas pelo Projeto Governamental Nossa Terra Nossa Gente para assentamento de 6.000 famílias (ver mais adiante).

A outra área de plantação de árvores, de importância no Estado do Mato Grosso, pertence à Floresteca Agroflorestal. A Floresteca foi criada em 1994, pelo grupo Good Wood Investment ligado à Amazon Teak Foundation, e iniciou o plantio de Teca, no município de Jangada, a 90 km de Cuiabá, neste mesmo ano. Em 1997, a Floresteca obteve a certificação do FSC e a re-certificação em 2002. E em 2004 obteve o selo de “Floresta Sustentável” do TÜV (Süddeutschland Climate and Energy Certification)²⁴⁴ e em janeiro de 2005 obteve o certificado ISO série 14.000.

A Floresteca foi uma das primeiras empresas a ser certificada pelo FSC no Brasil²⁴⁵. A razão pelo interesse por este aval internacional, de que suas operações eram sustentáveis, se deveu ao fato de estar ocorrendo na mesma época de lançamento deste empreendimento uma grande controvérsia com uma iniciativa similar na Costa Rica. O Projeto Flor Y Fauna do grupo de investimentos holandeses Teakwood, lançado em 1989, propunha o investimento em plantações de teca²⁴⁶. Em 1993, o projeto passou a ser alvo de críticas de entidades ambientalistas como Amigos da Terra da Holanda devido à venda maciça de cotas de investimento para milhares de pessoas na Holanda. A popularidade do projeto, naquele momento, junto ao público foi assegurada pela entrada no programa da WWF e o grupo bancário OHRA que passaram a vender a imagem de que aquela oportunidade de investimento era “ouro verde”. Este projeto havia sido certificado pelo FSC e quando os problemas sociais e ambientais relacionados ao mesmo começaram a aflorar, o governo da Holanda interferiu e o grupo OHRA finalizou o projeto em 1996. Conseqüentemente, sendo o projeto da Floresta também um investimento de outro grupo holandês, suscitou a pressão de entidades dos movimentos ambientalistas e sociais do Brasil e internacionais, para assegurar a adequação ambiental e social do empreendimento.

De acordo com o relatório público de certificação da Floresteca pelo FSC, do total de 15 propriedades da empresa que foram certificadas, somente três são próprias, e a demais são arrendadas, em regime de usufruto por 26 anos (o ciclo de corte deve ocorrer entre 20 e 25 anos). Esta prática foi iniciada em 1998. A expansão das plantações pelos demais municípios do Estado foi iniciada em 1999, quando a empresa passou a buscar áreas com melhores condições ecológicas para o crescimento da Teca.

De acordo com este relatório, as áreas ocupadas pelos plantios da Floresteca em suas propriedades próprias foram e são estabelecidos em áreas já transformadas em pastagem anteriormente à 1994. E as consultas com vizinhos e agências governamentais não geraram quaisquer acusações neste sentido.

²⁴⁴ Este selo confirma que as plantações da Floresteca capturam CO₂, contribuindo para a redução desse gás na atmosfera e seus efeitos sobre o clima.

²⁴⁵ Os certificados da Duraflora e Duratex foram emitidos antes, respectivamente, em 1995 e 1995, mas a Floresteca iniciou o processo de obtenção de sua certificação ainda em 1994.

²⁴⁶ Paul Romeijn. 1999. Green gold: on variations of truth in plantation forestry. Treemail publishers, Heelsum, The Netherlands (www.treemail.nl).

Nas áreas de usufruto, as regras são de que só não sejam ocupadas áreas de floresta primária ou em estágios avançados de regeneração. E que as propriedades estejam licenciadas pelo sistema da FEMA. Nas áreas de usufruto, também, o proprietário é que é considerado responsável pela conservação e/ou recuperação das Áreas de Proteção Permanente (APP) e Reserva Legal (RL). Mas, nas áreas próprias, os certificadores apontaram que a Floresteca não possuía um sistema para conservação e recuperação de suas áreas próprias.

Na seção de revisão do relatório por revisores independentes é comentado que de acordo com a legislação em vigor²⁴⁷ (também desde a re-certificação), as áreas de Reserva Legal (RL) nas regiões de ocorrência natural de cerrado localizadas na Amazônia Legal, são de 35%, mas três das propriedades utilizadas pela Floresteca pelo sistema de usufruto só tem um percentual de menos de 25%. A empresa respondeu que a medida era temporária e que quando a propriedade foi ocupada a legislação ditava que o percentual a ser adotado era de 20%, e sendo este o caso a FEMA-MT endossa a manutenção deste percentual menor de RL.

Complementarmente, os certificadores declaram que consultas com as partes interessadas e observações de campo não revelaram impactos ambientais adversos como por exemplo de teca invadindo áreas de vegetação nativa. Ou ainda, de contaminação dos recursos hídricos, devido ao uso de produtos químicos pela empresa, como o herbicida pré-emergencial Pendimethanil. Mas, na verdade, o nome comercial do produto é Pendimethalin e as características químicas do mesmo o inserem na lista de substâncias proibidas pelo FSC²⁴⁸. Por exemplo, o FSC lista como parâmetros para um produto químico ser proibido de uso em áreas certificadas, se apresentar um tempo de meia-vida de persistência no solo após a aplicação de mais de 100 dias; este produto apresenta normalmente persistências entre uns poucos dias até 200 dias, mas se as temperaturas estiverem reduzidas e o tempo seco, o tempo de dissipação pode chegar há até 2094 dias²⁴⁹. Além do mais, o FSC estabelece que a toxicidade das substâncias químicas que podem ser utilizadas não pode ultrapassar o nível de meia-vida (LC50) de mais de 50 microgramas/litro e este produto apresenta um LC(50) de 78 microgramas/litro.

Na região, as espécies de fauna encontradas são listadas como: tamanduá-mirim (*Tamandua tetradactyla*), tatu galinha (*Dasyus novencictus*), tatu peba (*Euphractus sexcintus*), capivara (*Hydrochaeris hidrochaeris*), paca (*Agouti paca*), cutia (*Nasua nasua*), ema (*Rhea americana*), siriema (*Cariacus cristatus*), tucano (*Ramphastos sp*), jaó (*Crypturellus undulatus*), jaguatirica (*Felis pardalis*), veado pantaneiro (*Mazama nana*), onça (*Panthera onca*), sendo que as quatro últimas fazem parte da lista de espécies de fauna brasileira ameaçadas de extinção.

As áreas onde a Floresteca atua são também muito pobres e apresentam uma deficiência crônica de empregos, o que faz com que parte da população adulta masculina migre sazonalmente para trabalhar na colheita de cana de açúcar, principalmente no oeste Paulista. A Floresteca declara que como criou na região um grande número de empregos (i.e., cerca de 1.200 posições diretas), diminuiu o fluxo migratório e também garante o uso dos recursos localmente, inclusive de sua parte comprando produtos perecíveis e permanentes e contratando serviços.

²⁴⁷ Medida Provisória no. 1956-53 de 23 de agosto de 2000.

²⁴⁸ FSC 2002. Chemical Pesticides in Certified Forests: Interpretation of the FSC Principles & Criteria. FSC International Policy Document. Revised and Approved July 2002

²⁴⁹ Strandberg M, Scott-Fordsmand JJ. 2004. Effects of pendimethalin at lower trophic levels--a review. Ecotoxicol Environ Saf. Feb;57(2):190-201.

O relatório declara que durante o processo de consulta para a certificação da Floresteca, os atores consultados não deram indicações sobre discriminações contra trabalhadores no processo de contratação. Todavia, na seção deste documento dedicada à listas as opiniões dos *stakeholders* durante as reuniões públicas lista uma reclamação por parte de mulheres de que a unidade da empresa em Cáceres não as contrata para trabalhar nas plantações. Tal fato foi contra-argumentado pela Floresteca como não sendo possível porque o trabalho nas plantações – plantar, desbastar e pulverizar produtos – não é adequado à mulheres, mas que a empresa as contrata para trabalhar na administração do viveiro e em atividades técnicas. Durante estas reuniões, como será descrito a seguir, também surgiram outras questões de cunho trabalhista.

O documento informa que em termos de organização sindical não existe nenhum acordo de trabalho coletivo e que os trabalhadores da empresa não são sindicalizados e muitos ignoram a existência de sindicatos de representação dos seus interesses atuando na região. Segundo os certificadores, os sindicatos, quando consultados, declararam que tal problema ocorre devido às próprias deficiências estruturais que enfrentam e não devido à qualquer medida coercitiva por parte da Floresteca. Mas, os delegados sindicais entrevistados pelos certificadores declararam que a empresa segue a legislação trabalhista, paga os empregados em dia, paga salários na media, ou acima da média dos valores praticados localmente, e conduz a homologação dos contratos com os sindicatos. E independentemente das ações dos sindicatos, estabeleceu mecanismos informais de comunicação e negociação com os empregados, por meio de reuniões periódicas.

Porém, sobre o tema de negociações salariais, durante as reuniões públicas houve reclamações dos presentes sobre os salários serem considerados baixos. Ao que a empresa contra-argumentou que o salário mensal que pagava na época (i.e., 2002) era de R\$ 250 mais o INSS, enquanto que na região os salários variavam entre R\$ 200 e R\$ 220/mês. Sobre remuneração também houve queixas sobre o não pagamento das horas consumidas no transporte até as áreas das plantações, e que, em muitos casos, era superior a duas horas diárias. À época a empresa declarou que estava aberta à negociações e trabalhando em um acordo coletivo com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. E do ponto de vista de condições de segurança e saúde no local de trabalho, nas reuniões públicas foi apontado que as mulheres vinham exercendo suas funções nos viveiros sob sol forte por muitas horas. Em consequência os certificadores emitiram uma Requisição de Ação Corretiva (CAR) de menor gravidade e a empresa se comprometeu a examinar as alternativas possíveis. E sobre a distribuição da cesta básica fornecida aos trabalhadores, houveram pedidos de que o programa fosse expandido para a inclusão de carne e outros produtos. A empresa respondeu que a possibilidade de serem oferecidos outros produtos estava sendo examinada e o gerente de Cáceres declarou que foram feitos contatos com fornecedores para a inclusão de charque no programa.

Em termos de aspectos sociais do relacionamento da Floresteca com o restante da comunidade nas áreas onde atua, a empresa contribui para programas dos órgãos governamentais locais na área de saúde, como restauração do posto de atendimento; na área de manutenção da infraestrutura, emprestando maquinário para a manutenção de estradas; e de educação, mantendo um professor e doando materiais para uma escola para presidiários e um projeto cultural com alunos da rede pública do município de Cáceres, em parceria com a UNESCO; e na área de meio-ambiente, contribuindo para a construção e instalação da sede da Estação Biológica Taramã, administrada pelo IBAMA.

Outro estudo, produto do processo de certificação foi um levantamento sobre os impactos sociais das atividades da Floresteca²⁵⁰, nos municípios de Cáceres, Rosário do Oeste e Jangada, conduzido por um consultor independente da área sociológica. O principal enfoque deste estudo, porém, foi nas percepções dos trabalhadores da Floresteca sobre a empresa e suas relações com a mesma. O estudo demonstra os valores mais altos dos salários pagos pela Floresteca quando comparados com outros segmentos produtivos de destaque em cada um destes municípios, bem como com a administração pública. Exemplos das opiniões dos trabalhadores em relação aos salários pagos pela Floresteca é que *“a empresa não paga um salário excelente, mas diante do que é pago em outras fazendas, é até razoável”*.

Para este estudo foram feitas 80 entrevistas com funcionários da Floresteca, escolhidos aleatoriamente, com idades entre 18 e 58 anos de idade, e sendo 46 homens e 34 mulheres. A caracterização da origem dos trabalhadores da empresa demonstrou que grande parte dos trabalhadores são originalmente ligados aos assentamentos de reforma agrária na região.

Aspectos sociais relacionados à questões fundiárias são tratados no relatório de certificação com declarações de que o processo de consulta realizado junto aos *stakeholders* não revelou problemas com relação à direitos de posse. E da mesma maneira, em relação às áreas de usufruto. Todavia, a região aonde a Floresteca se insere, denominada de Baixada Cuiabana, e abrangendo no total 13 municípios com uma população de 25 mil habitantes, historicamente ocupada por pessoas de pouca formação educacional que herdaram sesmarias sem titularidade definida e sobrevivem da agricultura de subsistência. Além do mais, esta população rural é extremamente religiosa e misturam rituais católicos (i.e., festas em homenagem ao Divino e a Nossa Senhora) com práticas de produção coletiva, baseadas em princípios de parentesco²⁵¹.

Nesta região também o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) também é ativo e a Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso desenvolveu um programa específico para atender este grupo²⁵²: *“Para atender as reivindicações dos trabalhadores sem terra principalmente em decorrência de conflitos e pressões sociais, a ação governamental se voltou para a implantação de assentamentos em áreas de conflito, onde se acumulavam graves problemas que comprometiam seu desenvolvimento. Em decorrência, muitos assentamentos foram induzidos a formas de gestão e produção que não tinham sido capazes de gerar unidades produtivas viáveis, isto é uma parte dos assentamentos ainda não constituía contribuição efetiva para o processo de expansão da agricultura familiar; e, um dos maiores problemas era tornar os assentamentos economicamente viáveis, que melhoraria as condições de vida no campo. O Programa Nossa Terra Nossa Gente com objetivo de promover o acesso a terra, por meio de assentamento de famílias, visando as condições econômicas que possibilitam o desenvolvimento de seu empreendimento e ainda, minimizando os riscos de uma exploração predatória dos recursos naturais. O Programa atingiu seu objetivo resgatando a dívida social tanto com ex-agricultores como as comunidades tradicionais constituindo-se em uma das principais ações sociais do Governo Blairo Maggi, inclusive com reflexos positivos no IDH, principalmente na baixada cuiabana. Com a criação de assentamento de comunidades tradicionais e Vilas Rurais, estes foram beneficiados com créditos inerentes a agricultura familiar (PRONAF, crédito instalação, FCO e outros), propiciando ainda as famílias a geração de emprego,*

²⁵⁰ Costa Lima, J.V.R. 2002. Evaluation of the social impacts on the environment of the introduction of the company Floresteca. Cuiabá, Junho.

²⁵¹ Prof. Sueli Pereira Castro, UFMT, “A terra e a festa santa em Baús: elementos do tecido social camponês numa área de sesmaria em Mato Grosso; trabalho apresentado na 21ª Reunião da Assoc. Bras. de Antropologia em 1998.

²⁵² www.seplan.mt.gov.br- Objetivo Estratégico 2 – Reduzir o no. de pessoas em condição de vulnerabilidade social.

trabalho e renda no campo, beneficiando a sociedade com um todo, corroborando para a consolidação das ações do governo estadual, contribuindo desta forma para o desenvolvimento no campo, com preservação, equilíbrio ambiental e justiça social”.

Em relação aos planos de investimentos futuros da empresa, a Floresteca anunciou no começo de 2005 que pretende industrializar a matéria-prima de suas plantações no Estado do Mato Grosso e expandir suas plantações para cerca de 50 mil hectares²⁵³. A Floresteca também tem investimentos em uma plantação de caju (*Anacardium occidentale*) junto com a empresa PANFLORA e a EMATER em Rosário do Oeste²⁵⁴ e um outro projeto de criação de emas (*Rhea americana*), no mesmo município²⁵⁵. Complementarmente o relatório de certificação do FSC declara que a empresa é associada a um grupo de investidores na Holanda chamado de Quadris Holding NY que tem planos de investimentos a longo prazo nos empreendimentos da Floresteca.

Conclusões:

A primeira reflexão que se faz necessária para a conclusão deste Diagnóstico é que, apesar das inúmeras páginas deste estudo, descrevendo conflitos sócio-ambientais em relação à plantações de árvores, de norte a sul do Brasil, na verdade, este documento nada mais é do que um mapeamento e compilação preliminares. Este documento contudo, tem o propósito de orientar, ou ao menos, dar indicativos, das diretrizes de onde e com quem se deve buscar informações mais aprofundadas. Esta iniciativa será primordial para legitimar a declarada intenção do Programa Nacional de Florestas de construir mecanismos de diálogo e resolução destes conflitos.

Pela exigüidade do tempo e dos recursos, o presente documento, apesar de toda a ajuda e informações repassadas (pelas quais agradeço imensamente), ainda foi extremamente incipiente em consultas e checagem da informação *in loco*, isto é, onde estas plantações estão estabelecidas. Só um processo de levantamento de questões que seja amplo, participativo e democrático vai garantir a confiabilidade nas informações como base para a discussão da realidade de cada região/estado e como lidar com as percepções, ansiedades, fatos e problemas de cada local.

O enfoque deste estudo recaiu, em sua maior parte sobre plantios de Eucaliptos e Pinus, não só por estes gêneros botânicos serem os mais plantados em monocultivos, mas também por serem os que estão mais em evidência nos conflitos sócio-ambientais em relação à plantações de árvores. Todavia, como se buscou ilustrar, mesmo que sucintamente, neste documento é que existem plantações com outras espécies de árvores, que também devem ser consideradas na complementação deste Diagnóstico. E estas descrições nem incluíram espécies frutíferas, como o caju, que é plantado (e vem se expandindo) em vastas extensões de terra no nordeste brasileiro; e também nesta região, os plantios com a espécie forrageira – algaroba; palmeiras produtoras de óleo, como o dendê, com grandes plantações na Amazônia; e até a crescente introdução de mamona, que apesar de ser arbustiva, tem perenidade e promete ocupar vastas extensões, principalmente da região semi-árida, de maneira que, pode reproduzir muitos dos conflitos descritos no presente estudo.

O segundo ponto que deve ser ressaltado é sobre a estrutura utilizada neste documento para apresentação das informações de conflitos existentes. Buscou-se sistematizar os dados disponíveis de maneira uniforme e consistente, porém, o fato deste estudo cobrir todo o País, inerentemente,

²⁵³ SECOM – 10/03/2005 – “Floresteca pretende industrializar produção em MT”.

²⁵⁴ Gazeta – 06/06/2003 – “Caju – pesquisas prosseguem e expansão é esperada no Estado”

²⁵⁵ Gazeta Mercantil – 26/04/2002 – “Floresteca investe na criação de emas”.

haveriam de ocorrer distinções entre as regiões e os estados. A proposta de agrupamento de alguns estados foi no sentido de auxiliar este processo de organização das informações, mas ainda assim, as seções (ou descritivos em cada estado) não apresentam o mesmo tipo de estrutura ou mesmo tipos de conteúdo. Em parte, este resultado pode ser explicado pela variabilidade de acesso à informações que ocorreu no processo de compilação. Agora, por outro lado, certas questões que são recorrentes e/ou pertinentes ao tema de conflitos sócio-ambientais em relação à plantações de árvores, como por exemplo certificação florestal, foram somente descritas na medida para completarem o entendimento dos leitores sobre os pontos contenciosos neste assunto. Assim, nem todas as situações de conflitos com empresas certificadas foram descritas, e nem todas as certificações emitidas em um estado. E outra observação é que o enfoque no tema certificação acabou recaindo sobre o FSC, porque apesar do sistema brasileiro do CERFLOR (ABNT/INMETRO) já estar em vigência, a abordagem do primeiro esquema, de aspectos sociais e ambientais afetos às plantações certificadas, melhor servia aos propósitos deste Diagnóstico.

Aproveitando-se o gancho sobre o tema de certificação e sua correlação com conflitos sócio-ambientais em relação à plantações de árvores, se analisarmos os preceitos deste mecanismo de mercado e a estrutura teórica dos parâmetros de certificação florestal (i.e., Princípios e Critérios), serão identificados os elementos necessários para que este instrumento assegurasse a resolução de quaisquer problemas sociais ou ambientais (e até econômicos) que estas plantações estivessem gerando. Todavia, pelo descritivo dos casos incluídos neste Diagnóstico pode ser percebido que, na prática, esta influencia está longe de ocorrer. E que muito pelo contrário, em alguns locais, a entrada no cenário de conflitos já existentes de certificadores gera um desequilíbrio de forças ou até acirramento dos conflitos.

Uma análise do porque tal situação tem se desenvolvido, e não só no Brasil, como também em outros países – menos desenvolvidos e desenvolvidos igualmente, é um diagnóstico em separado. Mas uma conjectura seria que, no Brasil ao menos, a baixa efetividade do FSC como mecanismo de resolução de problemas, se deve à não apropriação do instrumento pelo público e entidades locais, de maneira geral. Isto se deve pelo baixo conhecimento demonstrado por estes *stakeholders* do que é o FSC, de como são suas regras (muitos dos documentos-chave estão em inglês) e do baixo ou não-acesso dos relatórios públicos sobre as empresas certificadas. Estes últimos são disponibilizados na rede *web*, que apesar de conhecida, não é necessariamente acessível para a maioria das pequenas entidades, ainda mais aquelas localizadas no interior do Brasil. Além do mais, estes relatórios, mesmo quando disponibilizados em português (oque nem sempre é o caso), só podem ser acessados por meio dos *websites*, muitas vezes, em inglês, das empresas certificadoras acreditadas pelo FSC. Diante disso, o componente de controle dos processos que deveria ser exercido pela sociedade (i.e., público e entidades) é de baixa efetividade e complementarmente acabam também sendo o componente de controle do próprio FSC sobre as empresas certificadoras pois, como apontado, no descritivo dos relatórios públicos de certificação, práticas proibidas, de acordo com os preceitos do sistema, são julgadas com certa permissividade e não impedindo a obtenção do selo.

Mas estas ponderações sobre o esquema de certificação do FSC não podem omitir o fato de que os processos de certificação de muitas empresas de base florestal plantada geraram melhor transparência sobre informações como localização e área ocupada por estes plantios (ver mais adiante e Recomendações); melhores diretrizes quanto às práticas adotadas no manejo florestal; e regulamentação e melhorias nas relações trabalhistas e com a sociedade. E sobre estes dois últimos aspectos, especialmente, em muitas situações de certificação, a interferência dos certificadores tem

gerado, ao menos, reconhecimento da existência de problemas e também, muitas vezes, a busca de soluções para as pendências.

Assim, a pergunta que permanece no ar, e desde a criação do FSC, em 1992, tem sido motivo de intensos debates e disputas dentro da própria organização, é qual a real função do selo de certificação? Premiar aqueles que já conduzem suas práticas dentro dos parâmetros estabelecidos como adequados; ou adequar, incrementalmente, àquelas operações florestais que se dispõem a seguir os preceitos da organização?

A visão do Diretor Executivo do FSC Brasil – Walter Suiter, sobre conflitos sócio-ambientais em relação à plantações de árvores, foi obtida em entrevista realizada para este Diagnóstico (13/12/2004). Quando questionado sobre sua percepção dos conflitos sócio-ambientais em relação à plantações de árvores no Brasil, o Diretor Executivo do FSC Brasil declarou que:

- *Atualmente, no Brasil, existem 25 unidades de manejo florestal de plantações certificados no Brasil pelo esquema do FSC;*
- *Os conflitos começaram por causa da Aracruz e o relacionamento que a empresa tinha com entidades da sociedade civil;*
- *Assim, os conflitos existentes são disputas localizadas e de caráter pessoal;*
- *As entidades, da sociedade civil, envolvidas nestes conflitos perceberam que estes problemas de relacionamento existiam em relação à outras empresas e com isto cresceram o movimento porque “dá ibope”;*
- *O gargalo para estabelecimento de diálogo é devido ao fato de que algumas organizações não sentam para conversar. O setor empresarial, por seu lado, provoca e gera mais reação das entidades;*
- *Os movimentos ambientalistas e da sociedade civil acham interessante criticar o FSC, mas não se manifestam sobre o CERFLOR;*
- *O conflito migrou para Minas Gerais, houve contestação das entidades em relação à Plantar e V&M Florestal, o FSC fez uma re-certificação e acompanhamento pelo FSC internacional e acompanhamento da sociedade civil, mas não daqueles que faziam as denúncias contra a empresa (porque não se apresentaram); a caracterização do conflito nunca ocorreu porque nenhuma das entidades até hoje oficializou este conflito; e não existe a possibilidade de se sentar para um diálogo; foi constatado que não há problema nenhum; as pessoas que criticam não apresentam evidência;*
- *O fomento é o dinamizador do setor de plantações de árvores; a crescente demanda por matéria-prima florestal está determinando que cada vez mais produtores rurais estejam interessados em plantar com finalidades de atender à múltiplos usos; assim, a certificação já não ocorrerá pelas grandes empresas e sim pelos pequenos produtores, que cada vez mais vão querer se inserir diretamente no mercado;*
- *O FSC, atualmente não olha as regras de cumprimento da legislação (ambiental e trabalhista) dos fomentados quando a empresa é certificada, pois o que interessa é quem está se certificando.*

Para concluir os comentários sobre a certificação do FSC, seguem abaixo os comentários do World Rainforest Movement (WRM) sobre o corrente processo de revisão dos critérios de certificação de plantações²⁵⁶:

Revisão da certificação das plantações do FSC em andamento

A Revisão da certificação das plantações do Forest Stewardship Council (Conselho de Manejo Florestal) finalmente está em andamento. O comitê de 12 membros, eleito para implementar a primeira parte desse processo (a "fase de política") realizou sua primeira reunião de 9-11 de março em Estocolmo, Suécia. Quatro membros -dois do Norte e dois do Sul- de cada uma das três câmaras (social, ambiental e econômica), terão a tarefa de liderar esse processo e elaborar diretrizes claras para a futura certificação das plantações. Uma possível segunda "fase técnica" está sendo agora discutida pelos membros do comitê.

O WRM dá as boas-vindas a esse processo de revisão, que tinha sido solicitado durante muitos anos e para o qual tem contribuído, desde fora, de diferentes formas. Em 1997 o WRM divulgou uma crítica detalhada sobre os defeitos do princípio do FSC sobre plantações ("Comentários sobre o princípio 10 do FSC - Plantações"). Em 2001 pedimos ao FSC "que revisasse o assunto inteiro da certificação das plantações, para levasse em conta a abundante documentação existente a respeito da insustentabilidade básica do modelo florestal das plantações e que excluísse totalmente as plantações da certificação do FSC ou modificasse substancialmente o Princípio 10." Antes da assembléia geral do FSC em 2002, instamos a "membros do FSC para que abrissem a discussão sobre a certificação das plantações em geral e sobre o princípio 10 em particular." Em 2003, o WRM publicou "Certificando o não- certificável", um livro baseado em estudos de casos que documentam problemas na Tailândia e no Brasil a respeito de plantações certificadas pelo FSC. Além disso, produzimos dois boletins do WRM totalmente focalizados em problemas gerados pela certificação de plantações e uma série de artigos críticos sobre a certificação de plantações em diferentes países.

O WRM também participou na reunião de Bonn em 2004, onde a Revisão da certificação das Plantações do FSC foi lançada, com uma apresentação que exprimia nossas preocupações sobre a certificação das plantações pelo FSC, enquanto ao mesmo tempo oferecíamos nossa assistência para fornecer informação pertinente sobre impactos documentados de plantações de árvores em grande escala -tanto certificadas quanto não certificadas- e para acompanhar a membros do Comitê de Revisão das Plantações do FSC para que visitassem comunidades locais afetadas pelas plantações.

Na reunião de Bonn também fizemos uma série de recomendações para a revisão, sendo a principal delas que o FSC deveria suspender as certificações adicionais de plantações de árvores com fins industriais em grande escala até que a revisão finalizasse. A razão fundamental para essa recomendação foi que através do início de uma revisão, o FSC estava aceitando a existência de problemas que necessitavam ser tratados e que já era hora de aproveitar a experiência antes de avançar na certificação das plantações. Lamentavelmente essa solicitação de uma moratória não foi discutida na época. No entanto, o assunto tem agora sido apresentado novamente na Primeira Reunião do Comitê de Revisão e ele tem decidido solicitar assessoria sobre isso à Diretoria do FSC.

Apesar de que temos confiança na boa disposição e capacidade do Comitê de Revisão para levar a cabo um processo de revisão aberto e sério, achamos necessário exprimir nossa surpresa a respeito da eleição de Luis Fernando Jara como representante da câmara ambiental do Sul. O Sr. Jara é o gerente geral de uma companhia, a PROFAFOR S.A., que tem estabelecido plantações como sumidouros de carbono no Equador para a FACE Foundation da Holanda. Essas plantações, certificadas pelo FSC, têm ocasionado sérios

²⁵⁶ Boletim no. 92 (março 2005); www.wrm.org.uy

impactos sociais e ambientais documentados em uma pesquisa recentemente finalizada (vide <http://www.wrm.org.uy/paises/Ecuador/face.html>). Não temos nada contra o Sr. Jara, mas achamos que nessas circunstâncias, sua participação no comitê deveria ser reconsiderada, particularmente por causa de seu envolvimento direto nas plantações da FACE-PROFAFOR que estão sendo impugnadas.

Independentemente do estabelecido supra, desejamos de novo exprimir nossa confiança neste processo e reiterar o que dissemos em fevereiro de 2001: "A principal ponto forte do FSC é sua credibilidade pública. A certificação de operações florestais insustentáveis -como as monoculturas de árvores em grande escala- podem erodir essa credibilidade. Uma revisão de seus próprios princípios pelo FSC poderia aumentá-la. Sinceramente esperamos que o FSC seja capaz de levar a cabo isso."

Destes dois depoimentos podem ser extraídos alguns elementos a serem ponderados. A percepção de pontualidade dos conflitos existentes é a primeira que se adquire ao se examinar superficialmente o tema. Esta foi também a visão inicial ao se começar este Diagnóstico, apesar da idéia que também se tinha de recorrência de problemas do Amapá ao Rio Grande do Sul. Todavia, o processo de coleta de informações demonstrou que, na verdade, tal percepção pode estar entronizada devido à falta documentação e sistematização sobre muitas situações. Além do mais, em certos locais onde estas plantações estão instaladas ou em processo de expansão, o capital humano e institucional é débil, não só para a documentação, mas também divulgação de problemas. Outra possibilidade, é que as informações sobre problemas, como foi, muitas vezes, o caso em Minas Gerais, não se encontram disponíveis nos meios usuais de consulta, mas sim em estudos e relatório desenvolvidos com outros objetivos gerais, que acabam incluindo as questões relativas aos plantios marginalmente. Em conclusão, conflitos existem e vários fatores fazem crer que o terreno para o acirramento ou desenvolvimento de conflitos é fértil. Como descrito, em todo o Brasil, se já não existem conflitos, existem tensionamentos, como os descritos para o Rio Grande do Sul e várias queixas de trabalhadores e da população em geral, naqueles locais em que a organização social é incipiente, como em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

Outro ponto complementar à necessidade de demonstração da existência do tema de conflitos por parte daqueles que querem promover diálogo, é a demonstração dada pela declaração do WRM, de que uma vez que são tomadas medidas para reconhecer os problemas, ou ao menos, as deficiências existentes com os mecanismos e ferramentas relacionados com o ordenamento de plantações de árvores, se cria oportunidade de diálogo. Apesar de que muitas entidades dos movimentos ambientalistas e sociais no Brasil, no momento, ainda são extremamente refratárias à possibilidade de resolução do conflito, e a mesma atitude é encontrada em algumas empresas do setor de florestas plantadas, várias outras entidades de atuação nacional quando contatadas para este Diagnóstico demonstraram o interesse e a disposição ao diálogo para a construção de soluções.

Do lado empresarial, se manifestaram a Duratex, a Associação Brasileira da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente (ABIMCI), e a Associação de Resinadores do Brasil (ARESB), por meio de correio eletrônico, em resposta aos questionamentos feitos às empresas e entidades representantes dos interesses empresariais.

O Diretor Florestal da Duratex - Antonio Joaquim Oliveira, enviou a seguinte resposta à questão de que mecanismos sua empresa ou entidade acredita que poderiam ser trabalhados pelo governo para a construção de canais de diálogo e resolução de problemas²⁵⁷?

²⁵⁷ As demais questões respondidas pela Duratex foram inseridas na seção do Diagnóstico sobre o estado de São Paulo.

“O primeiro papel que cabe ao governo é o da mediação dos conflitos, papel que deve ser exercido com absoluta isenção de posições político-partidárias e ideológicas.

Na condução de seu papel de mediador, o governo não pode decidir fora dos limites constitucionais e da legislação vigente.

As áreas técnicas do governo devem ter uma expressiva atuação na divulgação de informações técnicas e nas tomadas de decisão que dependam dessas informações. Por informação técnica consideram-se aquelas relacionadas ao manejo florestal, à sociologia e à geografia.

Nas regiões em que as dimensões dos conflitos sócioambientais tenham a tendência de atingir níveis graves (assim caracterizados por risco à vida de pessoas, risco à viabilidade de negócios ou comprometimento do desenvolvimento regional) o governo deveria construir os canais para que, com agilidade, as partes pudessem encontrar soluções comuns para as causas dos desentendimentos. As reuniões públicas, precedidas da difusão de informações técnicas, seriam fóruns extrajudiciais de equacionamento de conflitos.

Um aspecto importante que não pode ser eliminado das discussões e tratado pelo governo deve abranger o real dimensionamento dos aspectos sociais, ambientais e econômicos representados pelas plantações florestais. Equívocos do passado devem ser levantados, sem no entanto deixar de identificar com justiça o esforço e os resultados alcançados por quem implementou as ações corretivas. Um desafio a ser colocado para a academia, com suporte dos órgãos de governo, é o da realização de análises sobre o que estaria acontecendo nas regiões de conflito de projetos de plantações bem estruturados caso esses projetos não tivessem sido implantados.

Finalmente cabe destacar que a existência de conflitos sócioambientais relacionados com as plantações florestais pode inviabilizar a exportação de produtos florestais. As exportações poderão ser afetadas por pressão dos importadores motivados pelas causas sociais ou pelo oportunismo de imposição de barreiras não tarifárias”.

A ABIMCI se posicionou em relação à três das questões do questionário submetido às empresas de base florestal e empresas e entidades representantes dos seus interesses.

Qual a percepção da ABIMCI de conflitos sócio-ambientais em relação à plantações de árvores no Brasil? Onde, na opinião da entidade, já ocorreram, ocorrem, ou tem potencial de ocorrer estes conflitos? Quem são os, direta e indiretamente, envolvidos?

Existem numerosos conflitos sócios ambientais os quais devem merecer a atenção de todos os atores direta ou indiretamente envolvidos nas atividades de plantações florestais no Brasil. Esses conflitos relacionam-se, basicamente, à concentração fundiária e ao uso de espécies exóticas nas plantações florestais. A ABIMCI entende que esses conflitos ocorrem pela significativa ignorância da sociedade civil a respeito das causas desses conflitos (concentração da terra e espécie exótica). Senão vejamos, os plantios florestais ocupam (5,5 milhões de hectares) cerca de 1,5% da área total cadastrada pelo INCRA (370 milhões de hectares) no Brasil, enquanto que os cultivos com lavouras anuais ocupam, inclusive a soja, ocupam 45,5 milhões de hectares 12,3% do total, e as pastagens cultivadas cerca de 70 milhões de hectares, ou seja, 18,9%. Tanto os cultivos temporários como as pastagens utilizam espécies exóticas. Em momento algum a sociedade civil aborda esses temas (área cultivada e espécie) quando se trata das atividades da agropecuária. Em termos de respostas econômicas, o segmento de floresta

plantadas, no agronegócio do Brasil, responde por um volume de exportação correspondente a US\$ 5,8 bilhões, enquanto que o complexo soja exportou 10,0 bilhões. Ao se comparar ambas as áreas ocupadas, pode-se perceber que a soja ocupa 3,4 vezes mais áreas e contribui com 1,7 vezes mais em termos de valor exportado. Igual comparação poderia ser realizada com a pecuária.

*Os conflitos estão ocorrendo em áreas onde se concentra a produção de madeira em toras, especialmente do gênero *Eucalyptus spp*, e *Acácia spp* nos Estados do Espírito Santo, Bahia, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio Grande do Sul, Roraima, Amapá, Pará e Paraná. No caso do gênero *Pinus spp*, o Paraná é pioneiro na divulgação de aspectos relacionados à divulgação de que esse gênero caracteriza-se como invasor e que estaria afetando seriamente a biodiversidade. Esta situação já afeta plantios em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Amapá e Pará entre outros Estados.*

Estão diretamente envolvidos, em ambas as situações, entidades públicas, como Universidades, Instituições de Pesquisas, Ministério Público, Ministério do Meio Ambiente, Ibama e Organizações Estaduais de Meio Ambiente. Todos sendo sugestionados por Organizações Não Governamentais que não possuem nenhuma relação com a produção e suas respostas para a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros.

Como a ABIMCI lida diretamente ou orienta seus associados a lidarem com estas questões?

A ABIMCI tem procurado participar de todos os fóruns de discussão que envolvem os aspectos acima relacionados e transmitir os resultados aos seus associados, até mesmo como forma de prepará-los para as ações que podem ser acionadas por Instituições que não possuem nenhum tipo de comprometimento com o desenvolvimento econômico, social e ambiental do país, e que estão, de maneira significativa, comprometendo o próprio setor produtivo de florestas plantadas que emprega mais de 2,5 milhões de pessoas em todo o país.

Paralelamente a ABIMCI acredita que essas Instituições são necessárias para o adequado desenvolvimento do Brasil, no entanto, gostaria que as mesma pudessem efetivar uma contribuição, não somente com críticas e ações judiciais, mas sim, e fundamentalmente com sugestões viáveis e que pudessem contribuir para uma melhoria no uso do recurso terra no Brasil.

Que mecanismos a ABIMCI acredita que poderiam ser trabalhados pelo governo para a construção de canais de diálogo e resolução de problemas?

O principal mecanismo a ser trabalhado pelo Governo é institucional e informativo. Isto é o Governo deve adotar uma posição clara sobre se quer ou não que essa atividade produtiva continue. Se a resposta for positiva por parte do Governo, deverá, imediatamente, mostrar a vontade política de apoiar o setor de produção florestal plantada com ações que venham a estimular esse segmento produtivo.

O principal canal de diálogo é uma legislação simples e eficiente, e que a coordenação/gestão possa ser feita por instituição pública desvinculada da área de preservação dos recursos naturais no Brasil.

E a ARESB, pela pessoa de seu Diretor Executivo - Eduardo Fagundes, colocou que “Até o presente momento, a ARESB não tem conhecimento da ocorrência de tais conflitos, pelo menos em suas áreas de ação....A maioria das árvores resinadas foram plantadas para outros fins que não a resinagem, muito da época do incentivo fiscal. As florestas são arrendadas e os proprietários têm participação. Também são resinadas árvores plantadas por empresas que atuam na resinagem diretamente....o setor está precisando de 40.000 ha de novas florestas, e o mecanismo a ser utilizado seria o PROPFLORA, que os produtores de resina não conseguem viabilizar”. E em resposta à pergunta se a ARESB estaria interessada em participar de debates e construção de proposições para se criar alternativas de desenvolvimento local envolvendo a atividade de resinagem? *“Com certeza, mas temos sérias restrições financeiras para locomoção, e viagens, nossos associados pagam uma mensalidade mínima”*.

E exemplos de entidades representantes dos interesses da sociedade civil que se expressaram à favor de diálogo e resolução de conflitos são a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que quando em conversa com o Coordenador de Meio Ambiente da entidade em janeiro de 2005, foi declarado por este ser a entidade a favor da resolução de conflitos desde que as soluções perpassem o respeito às legislações trabalhistas e ambiental. E de maneira similar se posicionou a diretoria da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e de Federações Estaduais como a do estado do Espírito Santo (FETAGRI-ES), respectivamente nas pessoas de Paulo Poleze e Paulo Carallo, entrevistados em fevereiro de 2005, que estão extremamente interessados em participar da construção de mecanismos de discussão e resolução dos problemas em relação à plantações de árvores porque esta atividade é percebida por ambos como potencialmente benéfica aos pequenos produtores desde que haja controle de como seja conduzida.

O potencial de utilização do plantio de espécies arbóreas por pequenos produtores é uma das questões que demandam aprofundamento das informações existentes. Certamente a inclusão de espécies arbóreas de uso múltiplo para assegurar um sistema de manejo integrado da propriedade (i.e., atividades produtivas viáveis associadas com conservação dos recursos) é a visão que precisa ser entronizada nos órgãos planejadores, gestores e de extensão rural. Porém, é preciso que se regule estas práticas que levem em consideração as experiências existentes e lições aprendidas. Ainda mais, quando se considera que se propõe a utilização de recursos públicos como o PRONAF, PROPFLORA nestas iniciativas. O Serviço Florestal Brasileiro, que surge com o Projeto de Lei 4776/05, com proposta de promoção do fomento florestal deve considerar como primeiro passo um levantamento detalhado destas experiências e delineamento de diretrizes para tais práticas (ver Recomendações).

E diretrizes para o estabelecimento de plantações de árvores são necessárias, especialmente para as grandes plantações. Se existem ponderações da parte de empresas de base florestal plantada de que, no passado, práticas erradas foram adotadas, por outro lado também, ao longo dos anos, se acumulou grande conhecimento sobre os benefícios e já reconhecida necessidade de que se adote técnicas de manejo no nível da paisagem. A inclusão de corredores ecológicos; o mapeamento e preservação de espécies da flora e fauna ameaçadas; a preservação e/ou restauração de nascentes e matas ciliares; a adoção de limitações em áreas que sofrem corte raso; e o planejamento de estradas, são alguns exemplos de parâmetros que asseguram a sustentabilidade ambiental de plantações de árvores. Estas medidas, já também é sabido, precisam ser associadas ao reconhecimento da importância de questões sociais (i.e., dentro e fora da empresa) e adoção de práticas (e não só discurso) de responsabilidade corporativa. O paradigma do tripé da sustentabilidade baseado em aspectos ambientais, sociais e econômicos precisa ser operacionalizado. A saúde financeira dos

empreendimentos só será mantida se os aspectos ambientais e sociais forem realmente incorporados no planejamento e tomada de decisão sobre as práticas a serem adotadas.

Este ponto acima, sobre necessidade de diretrizes e regulamentação de práticas do setor de florestas plantadas certamente suscitará reações do empresariado, que percebe sua atividade como já excessivamente regulamentada. Mas este é outro tema de debate para o Programa Nacional de Florestas – a questão se grandes plantações de árvores (i.e., áreas acima de 100 ha, por exemplo) são florestas ou áreas agrícolas?

Se o setor deseja se encaixar no primeiro grupo de qualificação deve, do mesmo modo que aqueles que manejam florestas naturais, se submeter à ordenamento. Apesar de já ser demandado do setor planos de manejo florestal, as diretrizes para estes, para estarem de acordo com a experiência acumulada e lições aprendidas, deveriam também demandar, por exemplo, o planejamento no nível da paisagem, um percentual máximo de ocupação territorial²⁵⁸, um percentual mínimo de corredores (além ou descontado dos percentuais de APP e RL); regras para o acesso e uso dos serviços ambientais das populações do entorno.

Por outro lado, se o setor deseja se enquadrar como uma cultura agrícola, e em diferentes ocasiões representantes das empresas de base florestal plantada assim o tem demonstrado, deve ser levado em consideração que, como tal categoria, plantações de árvores não podem ser propagandeadas como áreas que podem desempenhar funções ecológicas e manutenção de serviços ambientais. E que além do mais, ainda estarão sob pressão da sociedade, de qualquer maneira, para se adequarem dentro de um processo de Zoneamento Ecológico e Econômico, pois as vastas extensões contínuas de terra que são ocupadas para esta atividade, apesar de não excederem, por exemplo, as extensões de pastagens e algumas culturas agrícolas, despertam o imaginário da população, em sua relação (descrita por muitos autores como mal resolvida) sociedade-natureza. Não cabe aqui, todavia, discorrer sobre os aspectos filosóficos desta questão, mas indubitavelmente quando se confronta o tema de conflitos sócio-ambientais, os quais se desenvolvem não só com base em fatos, mas muitas vezes em cima de percepções, o diferente significado de áreas de plantações de árvores para todas as partes envolvidas e/ou afetadas deve ser considerado.

E este significado distinto se correlaciona diretamente com visões de mundo distintas, já mencionada anteriormente, e exemplificadas na descrição das perspectivas dos diferentes atores envolvidos em conflitos sócio-ambientais no Espírito Santo. Em conversas com vários dos entrevistados para a realização deste Diagnóstico foi debatida a idéia de que, na verdade, distintamente, o setor empresarial de um lado, e do outro entidades dos movimentos ambientalistas e sociais, vivem em universos paralelos. E no meio se situaria o governo pois, ao longo dos anos, governos estaduais e o federal favoreceram mais ou menos o setor empresarial. E atualmente, alguns órgãos governamentais são intrinsecamente parceiros do setor empresarial e outros fazem coro com o segmento que se coloca do lado oposto. Esta idéia de universos paralelos e como estes atores se articulam com as instâncias governamentais, que são as que decidem que práticas serão adotadas, é um ponto de grande importância para qualquer iniciativa de construção de mecanismos de resolução de conflitos.

O setor empresarial de base florestal plantada, por seu lado, se relaciona diretamente com os centros de poder político e econômico e assim assegura os benefícios necessários à sua sobrevivência. Ainda assim, vários representantes dos segmentos ligados à este setor, declaram em reuniões públicas

²⁵⁸ E neste sentido se abre toda uma nova discussão se a unidade de tomada de decisão deve ser o município, a bacia hidrográfica ou o conceito de território, que recentemente passou a ser adotado pelo governo federal.

e em seus documentos os entraves que vivenciam e prejuízos incorridos. Por outro lado, entidades da sociedade civil têm tido pouca ou nenhuma inserção junto às instâncias de poder político²⁵⁹ e, muito menos econômico, e assim recorrem à mídia, e de uma maneira geral, aos canais alternativos²⁶⁰ e à articulações com outras entidades, nacionais e internacionais, como mecanismos de divulgação de denúncias e pressão. Todavia, é preciso que se considere neste cenário o papel dos Ministérios Públicos Estaduais e Federal, processando informações sobre desrespeitos à legislação vigente e tomando as medidas cabíveis.

O desafio que se coloca, então, para o Programa Nacional de Florestas é a construção de um espaço de legitimidade e reconhecimento para atuar entre estes dois universos. A proposta de um Fórum Sócio-Ambiental de Florestas Plantadas (parte do PL 4776/05) deve levar em consideração as percepções da sociedade em relação ao papel exercido pelo governo em relação à plantações de árvores e acima de tudo demonstrar o reconhecimento da existência de um cenário de conflitos sócio-ambientais e a necessidade de se debater (e resolver) as temáticas recorrentes e geradoras de visões opostas. Sobre este último ponto, como já foi mencionado, existem preocupações e queixas de entidades e das populações onde estes plantios se inserem sobre recursos hídricos, fomento e também sobre os benefícios sociais gerados pelo modelo agro-exportador.

Este último aspecto talvez seja determinante para o acirramento de conflitos já que é apontado pelos críticos de plantações de árvores que comparativamente, enquanto o setor de plantações contribui para cerca de 4% do PIB a agricultura familiar de subsistência representa cerca de 10% do PIB nacional. Complementarmente, existem queixas quanto aos recursos liberados para o setor empresarial/industrial versus àqueles concretamente acessados por pequenos produtores de maneira independente. A importância do setor de plantações de árvores e o risco eminente de um “apagão florestal” são continuamente apontados como justificativa da necessidade de investimentos e apoio ao setor. Para que a sociedade possa apoiar estas estratégias é preciso que se estabeleça um processo participativo e democrático de coleta de informações sobre onde estão estas plantações, que área realmente ocupam, quem são os responsáveis por estas áreas, qual a situação ambiental, social e econômica das regiões onde se inserem, e como o modelo agro-exportador pode se inserir em planos de desenvolvimento local.

Muitas das questões apontadas neste Diagnóstico já são de conhecimento do Programa Nacional de Florestas e algumas medidas estão sendo tomadas para a resolução do que é percebido como problemas de primeira ordem. Em entrevista concedida para este Diagnóstico, em fevereiro de 2005, o Diretor do PNF – Tasso Resende de Azevedo se declarou em relação à percepção de conflitos, estrutura existente e medidas sendo adotadas pelo Programa para a construção de canais de diálogo:

“O PNF vem atuando com base em uma pauta de seis pontos:

Colocar o tema florestas na pauta da agenda da Presidência da República, que foi conseguido quando o tema foi alçado à um dos dez tópicos de atenção da Casa Civil;

Criar um espaço de interlocução, que é o CONAFLO;

Criar mecanismos para a gestão de florestas públicas, que é Serviço Florestal Brasileiro (PL 4776);

²⁵⁹ Esta é uma queixa recorrente em relação ao governo do Presidente Lula.

²⁶⁰ A temática de meio-ambiente, desde a ECO 92 vem perdendo gradativamente o espaço na agenda de interesse dos grandes meios de comunicação.

Criar um mecanismo incentivador da atividade floresta, que é o programa de fomento gerado e gerido a partir do Serviço Florestal Brasileiro;

Criar um fundo para financiamento da atividade florestal, que será derivado da arrecadação por meio do Serviço Florestal Brasileiro (ver mais adiante);

Após alcançar todas as etapas anteriores, enfocar na operacionalização do processo de descentralização.

O CONAFLORE foi lançado com o propósito de trazer à atenção, e receber contribuições de diferentes segmentos da sociedade para debate, questões relacionadas à macro-política florestal, tanto plantações como florestas nativas. Assim, não cabe ao Conselho se envolver diretamente na coleta de informações que precisam ser debatidas. Desta maneira, a questão de conflitos sócio-sócio-ambientais em relação à plantações foi percebido pelo PNF como necessitando um levantamento independente, com posterior exposição dos resultados do estudo aos membros do CONAFLORE e sugestão de possíveis linhas de ação, as quais irão orientar a atuação da Comissão delegando diretrizes ao Fórum Sócio-Ambiental de Florestas Plantadas.

Desta maneira, o Fórum nasceu para que este fosse o mecanismo ou arena de discussão de soluções, idéias. No CONAFLORE o Fórum foi proposto como um espaço onde se debateria de maneira organizada os aspectos positivos e negativos dos temas pertinentes à florestas plantadas.

Outro problema identificado pelo PNF é que florestas não tinham endereço, e assim se propôs a criação do Serviço Florestal Brasileiro com 150 profissionais da área de floresta, um Conselho Diretor próprio, Conselho Consultivo próprio, etc.; pessoas capazes para pensar e resolver os diversos problemas na área florestal, por exemplo, em todas as regiões, florestas nativas e plantadas.

O PNF reconhece que faltam estatísticas sobre plantações (o que existe e quem demanda esta matéria prima); atualmente a Embrapa está desenvolvendo a metodologia de como se irá medir e acompanhar i.e., (inventário e monitoramento) a área florestal plantada no Brasil; mas a percepção de urgência em se começar a plantar 500 mil ha/ano advém, por exemplo, da atuação de segmentos como o siderúrgico que o governo estima que utilize 100 mil ha/ano de cerrado para gerar energia. Assim o PNF mesmo que ainda por determinar qual a real necessidade de plantio que existe, estabeleceu uma qualificação para esta demanda de que 30% desta área tem que ser realizada por pequenos produtores.

A percepção do PNF é que existem duas grandes linhas de conflitos em relação à plantações: primeiro, em relação às monoculturas de exóticas - sendo o problema a utilização de espécies exóticas e as questões que vem associadas. Para o PNF ninguém é contra plantar árvore, não se ouve esta declaração. E o segundo tema é a questão de concentração de terra. Então o PNF acredita que com a promoção de silvicultura de espécies nativas e agroflorestas o problema da exótica será resolvido. Será lançado o Plano Nacional de Silvicultura de Espécies Nativas; um plano de 20 anos. A assistência técnica quando procurada por um pequeno produtor irá orientar, para cada região, quais as espécies apropriadas e como planejar o plantio múltiplo; o banco dará financiamento, terá semente e muda, e garantia de se saber como vai crescer; e isto exige políticas públicas. Mas, o PNF também percebe que, atualmente, as forças e interesses que geram os conflitos em relação à plantações de árvores caminham sozinhas e independentemente das ações do governo.

Outra medida já implantada pelo PNF foi que o sistema de crédito fosse adaptado às necessidades de longo prazo da atividade florestal. Por exemplo, o FNO agora vai até 21 anos com carência de oito anos; pelo lado do pequeno produtor, o PNF está começando a fazer com que a

assistência técnica oficial chegue ao pequeno produtor por meio de vários tipos de contratos; edital do FNMA (cinco milhões de reais e mais quatro milhões pelos estados; e um outro edital com o MDA para que possam entrar empresas).

O compromisso do fomento das empresas também interessa ao PNF porque, por exemplo, pode ser adotado no Brasil o modelo de iniciativas que estão ocorrendo nos Estados Unidos, isto é, de transformação das indústrias de celulose e papel em bio-refinarias, onde todos os subprodutos possíveis seriam extraídos de uma árvore inteira; e se este for o caso, plantios com múltiplas espécies deve passar a interessar também o segmento empresarial.

Assim o PNF pretende atacar as duas grandes fontes de conflito, principalmente direcionando políticas públicas para os pequenos e médios produtores; os instrumentos de políticas públicas em florestas, na verdade, apóiam para o lado errado ou desestimulam a adoção de práticas florestais. Quanto aos mecanismos de financiamento destas atividades do PNF e principalmente do Serviço Florestal Brasileiro, o proposto é que com as concessões em florestas públicas serão gerados recursos totalmente vinculados à investimentos na área floresta; estima-se que seja algo em torno de 80 milhões de reais/ano; assim haveriam recursos assegurados para as atividades como inventários florestais anuais.

O último ponto da pauta de estratégias do PNF é o processo de descentralização. O desafio que se coloca é de como se organizar um sistema em que os estados e municípios tenham condição de absorver a gestão florestal, sob a coordenação do PNF. Só assim se poderá viabilizar políticas de desenvolvimento local.

Em seguida à esta entrevista, durante uma palestra para o setor produtivo²⁶¹, o Diretor do Programa Nacional de Florestas apresentou informações atualizadas sobre as ações já executadas e em andamento.

De acordo com o Diretor do PNF, estudos conduzidos pela Sociedade Brasileira de Silvicultura e associações setoriais identificaram um desequilíbrio entre a oferta e a procura de madeira de reflorestamentos, sendo que com enfoque nas espécies de Eucalipto e Pinus, o consumo anual era da ordem de 450 mil hectares/ano e o plantio de novas áreas não ultrapassava os 150 mil hectares/ano. Esta situação levaria ao que foi denominado de “apagão florestal”. Este cenário, todavia, já começa a se modificar, pois, desde o ano passado já se havia alcançado valores de áreas de plantios de árvores para fins industriais na ordem de 475 mil hectares/ano (ver quadro a seguir).

Ano	2002	2003	2004	2005(estimativa)
Áreas plantadas por empresas (ha)	295.000	380.000	400.000	420.000
Áreas plantadas por pequenos e médios produtores rurais (ha)	25.000	40.000	75.000	100.000
Percentual de participação de	7,8%	9,5 %	15,7%	19,2%

²⁶¹ Em reunião da Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF), em Brasília, em 17 de fevereiro de 2005.

pequenos e médios produtores na implantação de plantios de árvores com fins industriais				
Área total plantada com árvores para fins industriais ²⁶²	320.000	420.000	475.000	520.000

O Quadro acima também provê outra informação importante deste novo cenário em relação à plantações de árvores com fins industriais no Brasil. Nas metas do PNF, dentro do Plano Plurianual de 2004 a 2007, está a expansão da base florestal plantada, por meio do plantio, ao longo deste período, de 800 mil hectares em pequenas e médias propriedades e de 1,2 milhão de hectares via programas empresariais. Isto representa a busca para que, ao menos, 30% dos novos plantios estejam inseridos dentro das práticas de uso da terra de unidades produtivas classificadas como de agricultura familiar. O esforço governamental neste sentido já está ocorrendo com a criação, revitalização e articulação de vários mecanismos de crédito e assistência técnica. No campo do crédito, por exemplo, em 2002 foram aplicados R\$ 2 milhões; em 2004 estes valores já haviam se multiplicado por dez, atingindo a casa dos R\$ 20 milhões; e em 2005 já estão comprometidos, de maneira não contingenciável, R\$ 54 milhões. E em relação à assistência técnica, a contabilidade governamental declara que em 2003 foram atendidas 8.000 famílias nas áreas de abrangência da Mata Atlântica; em 2004 estes valores haviam subido para 10.000 famílias e a área de atuação expandida para englobar áreas de ocorrência de Caatinga, além da Mata Atlântica; já em 2005 o planejamento governamental pretende atingir ao menos 15.000 famílias em todas as regiões do Brasil.

Recomendações:

Apresentado este Diagnostico, o ultimo ponto do Termo de Referencia deste estudo é a sugestão de estratégias de ação para que o Programa Nacional de Florestas resolva ou, ao menos, minimize as situações de conflitos sócio-ambientais em relação à plantações de árvores.

Na verdade, as sugestões são relativamente simples e enfocam principalmente nos próximos passos que deveriam ser adotados pelo PNF para legitimar um mecanismo de discussão e resolução de conflitos sócio-ambientais em relação à plantações de árvores, seja este o Fórum Sócio-Ambiental de Florestas Plantadas, o próprio CONAFLOP ou qualquer outra instância identificada como pertinente. O fundamental, todavia, é que o processo de construção e solidificação deste mecanismo seja inclusivo e democrático.

Desta maneira, o primeiro passo do que será denominado como segunda fase deste Diagnóstico, o PNF deverá promover um aprofundamento das informações pertinentes ao tema, daqueles locais onde foram encontrados conflitos ou indicativos destes. Este processo de detalhamento dos dados sobre problemas existentes e caracterização do contexto ambiental, sócio-cultural e econômico de onde estas plantações de árvores estão inseridas, indubitavelmente, deverá ser

²⁶² Sem, contudo especificar se plantio de novas áreas ou reforma de áreas anteriormente ocupadas para este fim.

conduzido, se não sob coordenação local, ao menos com ampla participação de entidades representantes dos interesses da sociedade civil atuando nestes locais.

Em paralelo, o PNF deve gerar um inventário nacional de plantações de árvores e prover o acesso às informações de maneira ampla e transparente. Este inventário deverá identificar, por exemplo, onde estão as plantações; que espécies são utilizadas; qual a área ocupada; qual a finalidade destes plantios; quem detém a propriedade ou controle administrativo destes plantios; as áreas de APP, RL pertinentes à estas propriedades; áreas adjacentes de Unidades de Conservação, Terras Indígenas, Território Quilombolas, etc. e outras unidades de uso por populações tradicionais. Os dados deste inventário são fundamentais para nivelar as forças entre as diferentes partes envolvidas em conflitos em relação à plantações. Além do mais, dará uma demonstração para a sociedade civil de que o governo está empenhado em construir canais justos de diálogo e resolução dos problemas.

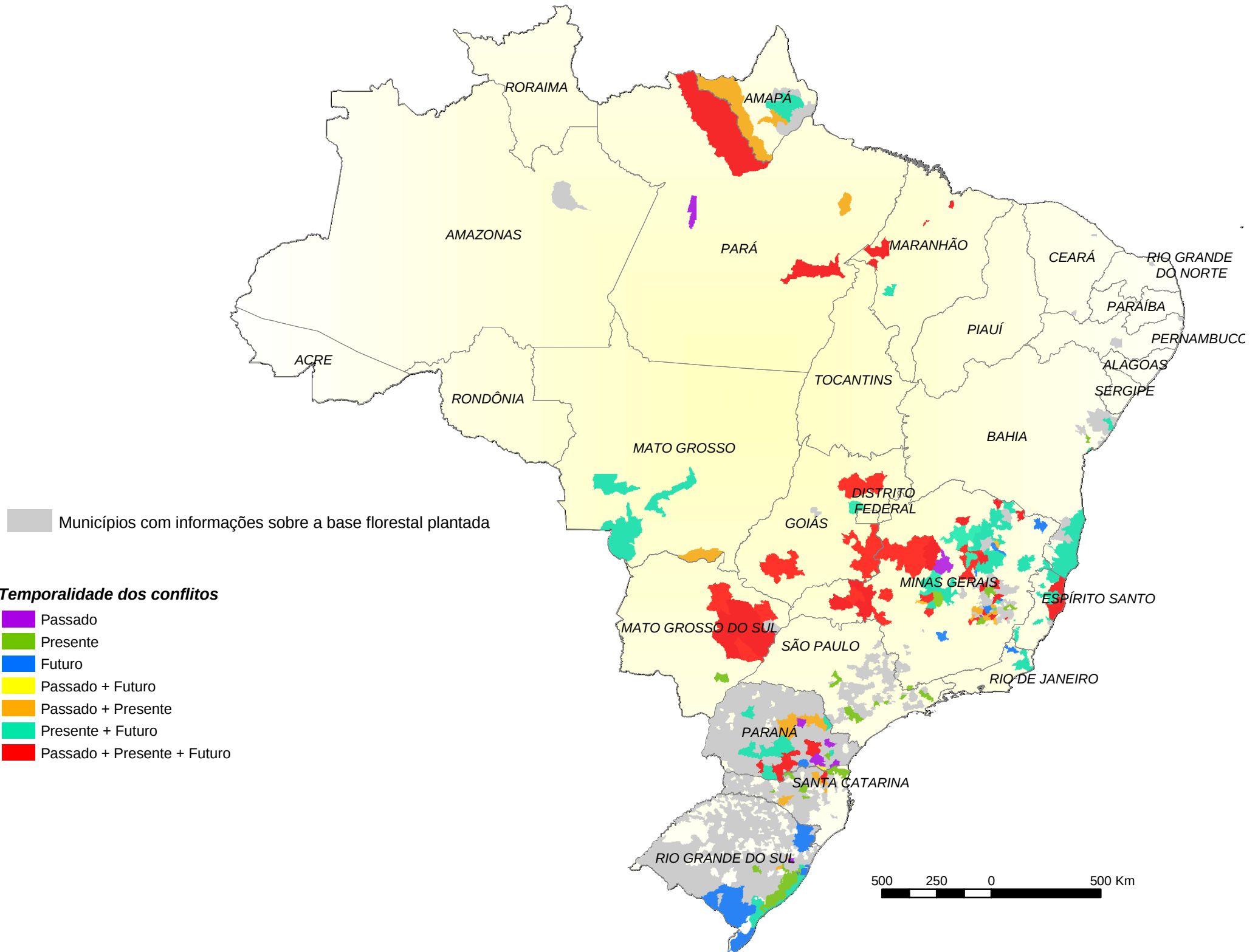
Quando da apresentação deste documento da primeira fase deste Diagnóstico ao CONAFLOR, o PNF deverá convidar aqueles segmentos da sociedade civil que são partes interessadas, ao menos nos grandes focos de conflitos mapeados inicialmente. Igualmente este documento deve ser amplamente divulgado e requerido contribuições quanto às diretrizes para a segunda fase do Diagnóstico. Após um período de contribuições, o PNF deve elaborar um edital para a condução da segunda fase deste Diagnóstico e submete-lo à apreciação do CONAFLOR.

Em caso que o recém-lançado Fórum Sócio-Ambiental de Florestas Plantadas já deseje iniciar suas atividades, uma sugestão é que se organize a compilação de informações sobre os temas mais contenciosos citados neste documento, como por exemplo, uso dos recursos hídricos por plantações, ocupação territorial por plantações; oportunidades de inserção da população; e Zoneamento Ecológico e Econômico, e se organizem reuniões públicas – preferencialmente em várias regiões do Brasil – para debate destas questões.

Este processo, que pode seguir a estrutura e logística adotadas nas pré-conferências da Conferência Nacional de Meio Ambiente, serviria para a organização localmente de núcleos para o acompanhamento de iniciativas de Planos de Desenvolvimento Local. Outra possibilidade é que se utilize as estruturas já existentes dos Comitês de Bacias, desde que avaliado o risco de diluição do tema com outras questões. Ou ainda, o PNF pode considerar uma parceria com entidades acadêmicas e/ou organizações internacionais que atuem como intermediadores destes processos. Exemplos de instituições acadêmicas (não excludentes) com um perfil e experiência para atuar nesta temática seria a Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas) por meio do Departamento de Relações Internacionais; e o Núcleo de Estudos sobre Poder e Organizações Locais da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. E quanto às organizações internacionais, poderiam ser a própria Organização das Nações Unidas para a Alimentação (FAO), financiadora desta primeira fase do Diagnóstico e/ou o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), que vem desenvolvendo um projeto similar na área de influência da empresa Veracel, no extremo sul da Bahia.

Anexo I

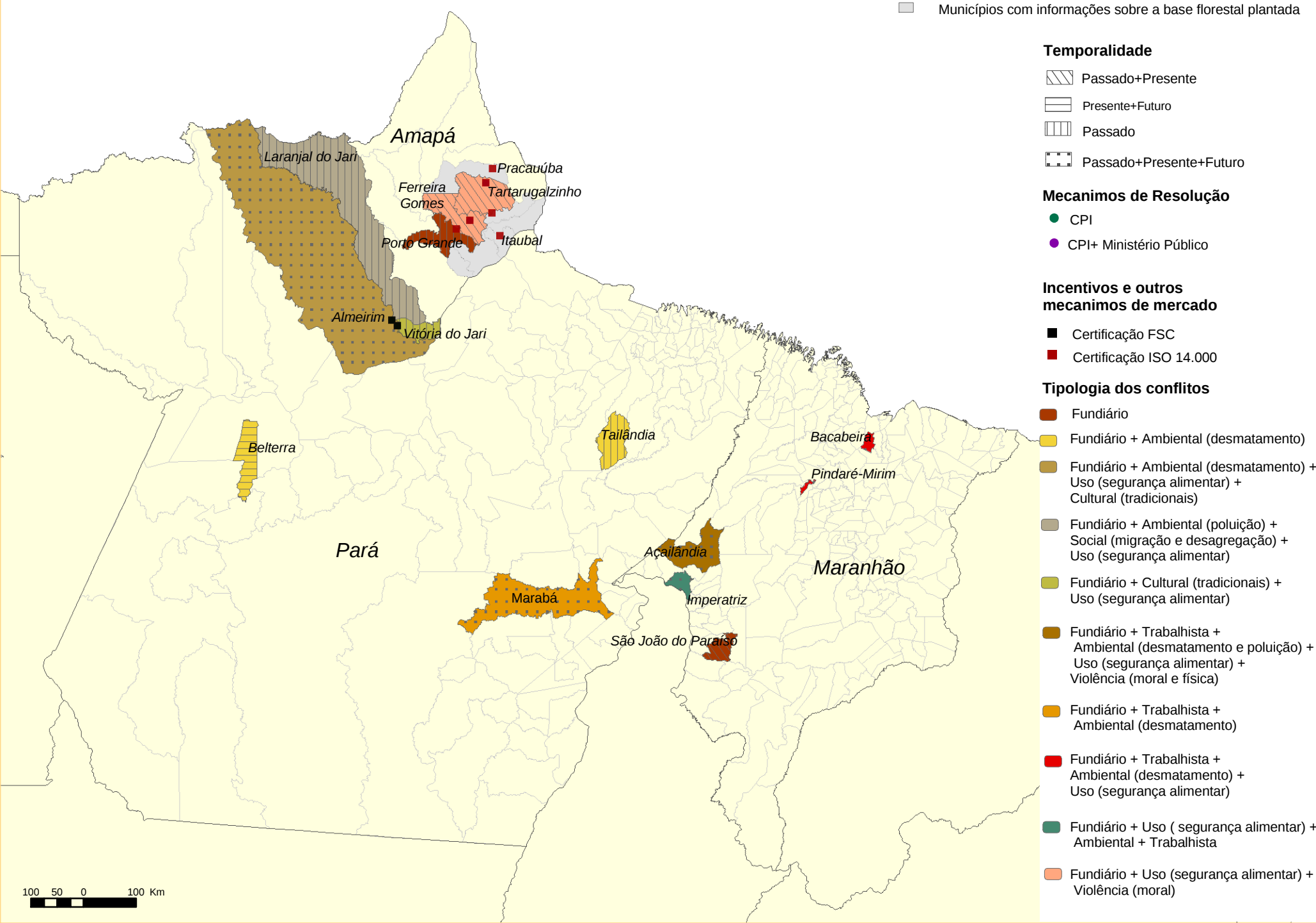
Mapa de conflitos sócio-ambientais em relação à plantações de árvores



Anexo II

Mapa de conflitos sócio-ambientais em relação à plantações de árvores

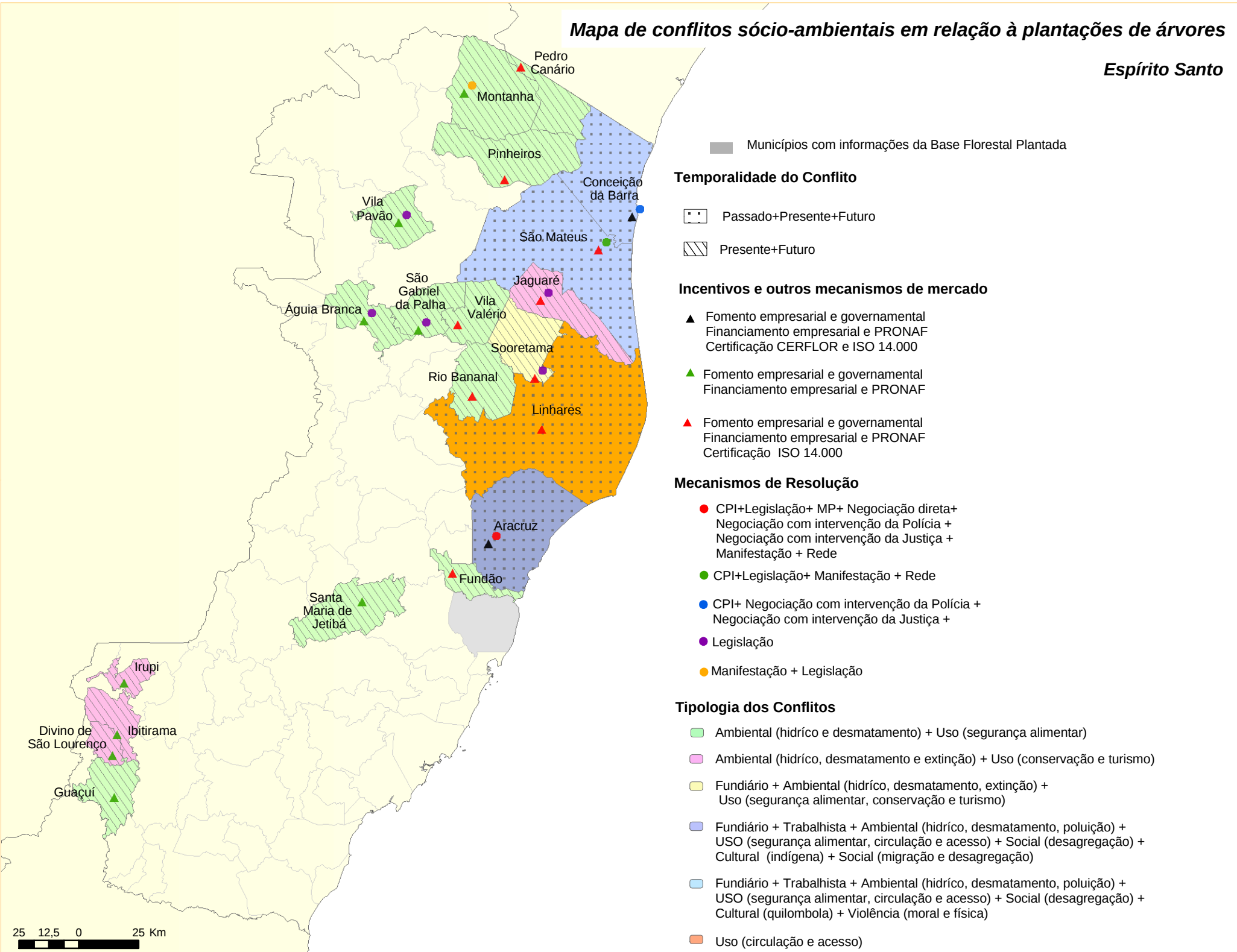
Amazônia Oriental



Anexo III

Mapa de conflitos sócio-ambientais em relação à plantações de árvores

Espírito Santo



Anexo IV

Mapa de conflitos sócio-ambientais em relação à plantações de árvores

Bahia

Municípios com informações da Base Florestal Plantada

Temporalidade do Conflito

- Presente
- Presente+Futuro

Mecanismos de Resolução

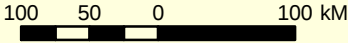
- Fórum+Rede+Legislação
- Fórum+Rede+Manifestação
- Manifestação
- Manifestação + Fórum + Rede + Ministério Público + Legislação + Intervenção Policial + Justiça
- Intervenção Policial + Negociação Direta
- Intervenção Policial + Justiça

Incentivos e outros mecanismos de mercado

- Fomento Empresarial
- Fomento Empresarial
Financiamento Empresarial
Certificação FSC
- Fomentos (Empresarial, Governamental);
Financiamentos (Empresarial e PRONAF);
Certificação (FSC, ISO 14.000 e CERFLOR)
- Fomentos (Empresarial, Governamental);
Financiamentos (Empresarial e PRONAF);
Certificação (ISO 14.000 e CERFLOR)

Tipologia dos Conflitos

- Ambiental (hídrico e desmatamento) + Uso (segurança alimentar)
- Ambiental (hídrico e extinção) + Uso (segurança alimentar e turismo)
- Ambiental (hídrico e poluição) + Uso (segurança alimentar e turismo)
- Ambiental (hídrico e poluição) + Uso (segurança alimentar)
- Fundiário
- Fundiário + Ambiental (desmatamento) +
Uso (segurança alimentar, acesso e circulação, conservação e turístico)
Cultural (indígena)
- Fundiário + Ambiental (desmatamento, hídrico e extinção) +
Uso (segurança alimentar, conservação e turismo)
- Fundiário + Ambiental (desmatamento, hídrico e poluição) +
Uso (segurança alimentar, circulação e acesso e turismo) +
Social (desagregação) + Cultural (indígena) + Violência (moral)
- Fundiário + Trabalhista + Social (migração e desagregação) +
Violência (moral)
- Fundiário + Uso (segurança alimentar e turismo)
- Fundiário + Uso (segurança alimentar)
- Fundiário + Uso (segurança alimentar) + Cultural (indígena)



Anexo V

Mapa de conflitos sócio-ambientais em relação à plantações de árvores

Rio de Janeiro

Itaperuna

Campos dos Goytacazes

Temporalidade do conflito

- Futuro
- Presente+Futuro

Mecanismos de Resolução

- Manifestação e Legislação

Tipologia dos Conflitos

- Fundiário + Ambiental + Cultural
- Fundiário + Uso (Segurança alimentar)



Anexo VI

Mapa de conflitos sócio-ambientais em relação à plantações de árvores

Minas Gerais

Municípios com informações da Base Florestal Plantada

Observação:
Devido à escala do mapa, não foi possível nomear todos os municípios com existência de conflitos e/ou com incentivos e outros mecanismos de mercado
Veja mapa detalhado da área circundada em vermelho

Temporalidade dos conflitos

- Passado
- Presente
- Futuro
- Presente + Futuro
- Passado + Presente
- Passado + Presente + Futuro

Tipos de conflitos

- Ambiental (desmatamento)
- Ambiental (hídrico e poluição)
- Ambiental (hídrico)
- Ambiental (hídrico) + Uso (segurança alimentar)
- Ambiental (hídrico) + Uso (segurança alimentar, conservação e turismo)
- Ambiental (hídrico, desmatamento, poluição e extinção) + Uso (agricultura, pecuária e segurança alimentar)
- Fundiário
- Fundiário + Ambiental (desmatamento) + Uso (segurança alimentar)
- Fundiário + Ambiental (hídrico) + Uso (segurança alimentar e circulação e acesso)
- Fundiário + Ambiental (hídrico) + Uso (segurança alimentar)
- Fundiário + Ambiental (hídrico) + Uso (segurança alimentar, circulação e acesso e conservação)
- Fundiário + Trabalhista + Ambiental (desmatamento e poluição) + Uso (agricultura, pecuária e segurança alimentar)
- Fundiário + Trabalhista + Ambiental (desmatamento e poluição) + Uso (conservação) + Violência (moral e física)
- Fundiário + Trabalhista + Ambiental (desmatamento e poluição) + Uso (pecuária) + Violência (moral e física)
- Fundiário + Trabalhista + Ambiental (desmatamento e poluição) + Uso (segurança alimentar) + Violência (moral e física)
- Fundiário + Trabalhista + Ambiental (hídrico, desmatamento, poluição e extinção) + Uso (agricultura, pecuária, segurança alimentar, circulação e acesso, conservação e turismo) + Social (desagregação)
- Fundiário + Trabalhista + Ambiental (hídrico e poluição) + Uso (agricultura, pecuária, segurança alimentar e circulação e acesso) + Social (desagregação) + Violência (moral e física)
- Fundiário + Trabalhista + Ambiental (hídrico) + Uso (pecuária, segurança alimentar, circulação e acesso e conservação)
- Fundiário + Trabalhista + Ambiental (hídrico) + Uso (pecuária, segurança alimentar, circulação e acesso e conservação) + Violência (moral e física)
- Fundiário + Trabalhista + Ambiental (hídrico) + Uso (segurança alimentar) + Violência (moral e física)
- Fundiário + Trabalhista + Ambiental (hídrico) + Uso (segurança alimentar, circulação e acesso e conservação) + Violência (moral e física)
- Fundiário + Trabalhista + Ambiental (hídrico, dematamento e poluição) + Uso (agricultura, pecuária, segurança alimentar e circulação e acesso) + Social (desagregação) + Violência (moral e física)
- Fundiário + Trabalhista + Ambiental (hídrico, dematamento, extinção e poluição) + Uso (agricultura, pecuária, segurança alimentar, circulação e acesso e conservação) + Violência moral)
- Fundiário + Trabalhista + Ambiental (hídrico, desmatamento, extinção e poluição) + Uso (circulação e acesso e conservação)
- Fundiário + Trabalhista + Ambiental (hídrico, desmatamento, poluição e extinção) + Uso (agricultura, pecuária, segurança alimentar, circulação e acesso) + Social (desagregação) + Violência (moral e fi
- Fundiário + Trabalhista + Ambiental (hídrico, extinção e poluição) + Uso (agricultura, pecuária, segurança alimentar e circulação e acesso) + Social (desagregação) + Violência (moral e física)
- Fundiário + Trabalhista + Ambiental (hídrico, extinção e poluição) + Uso (pecuária, segurança alimentar e circulação e acesso) + Cultural (indígena) + Violência (moral e física)
- Fundiário + Trabalhista + Ambiental (hídrico, extinção e poluição) + Uso (segurança alimentar e circulação e acesso) + Violência (moral e física)
- Fundiário + Trabalhista + Ambiental (hídrico, extinção) + Uso (conservação, segurança alimentar e circulação e acesso) + Violência (moral)
- Fundiário + Trabalhista + Ambiental (hídrico, poluição e extinção) + Uso (agricultura, pecuária, segurança alimentar e circulação e acesso) + Social (desagregação) + Violência (moral e física)
- Fundiário + Trabalhista + Ambiental (poluição e extinção) + Uso (agricultura, pecuária, segurança alimentar e circulação e acesso) + Social (desagregação) + Violência (moral e física)
- Fundiário + Trabalhista + Uso (segurança alimentar) Social (desagregação) + Violência (moral e física)
- Fundiário + Uso (segurança alimentar e circulação e acesso)
- Trabalhista + Ambiental (desmatamento e poluição)
- Trabalhista + Ambiental (desmatamento e poluição) + Violência (moral e física)
- Trabalhista + Ambiental (poluição e extinção) + Uso (segurança alimentar e conservação) + Violência (moral e física)
- Trabalhista + Violência (moral e física)
- Uso (agricultura)
- Uso (agricultura, pecuária, conservação e turismo)
- Uso (circulação e acesso) + Violência (moral)
- Uso (turismo)

Incentivos e outros mecanismos de mercado

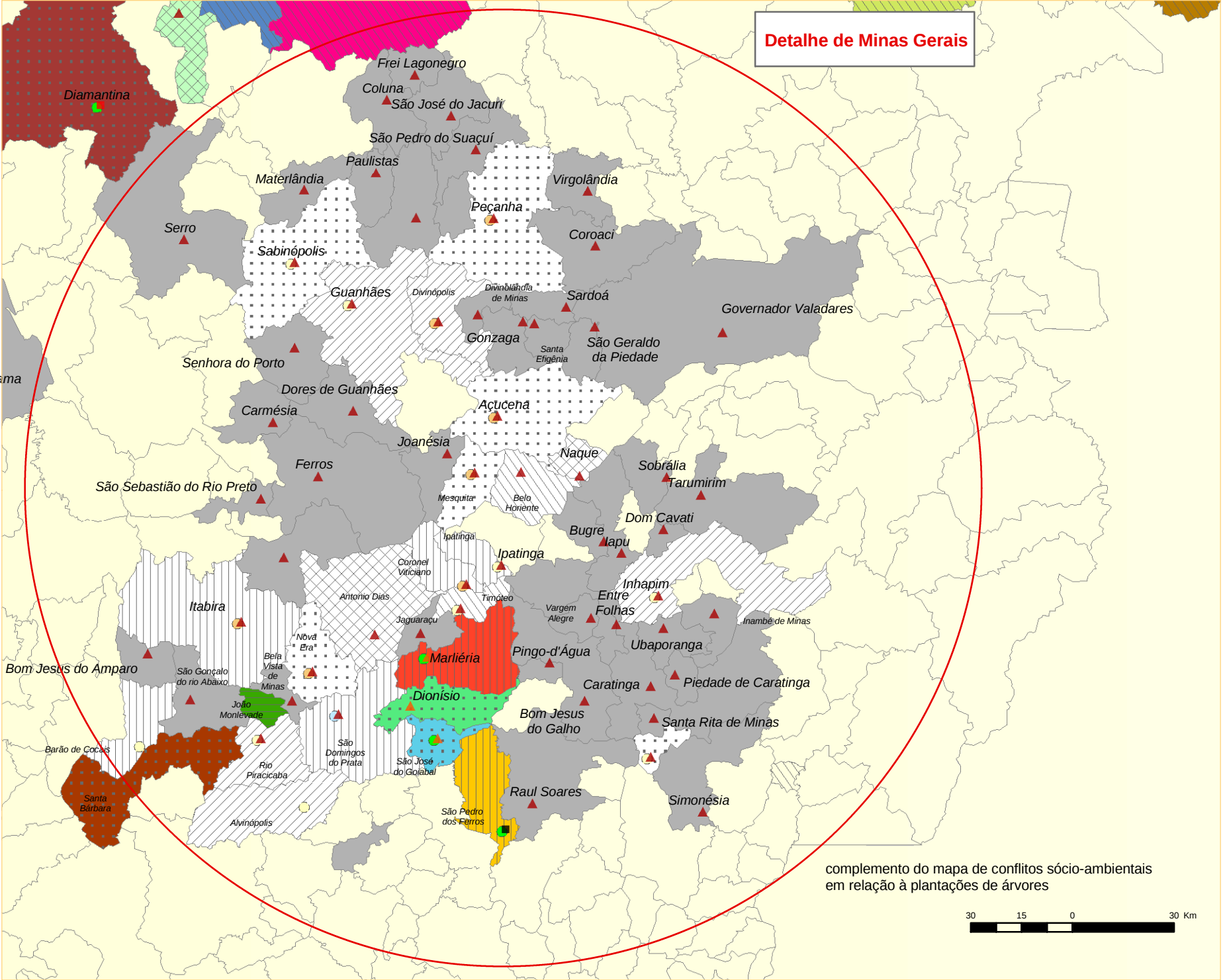
- Certificação FSC
- Certificação FSC + ISO 14.000
- Fomento Empresarial
- Fomento Empresarial + Financiamento PROPFLORA
- Fomento Empresarial + Financiamento PROPFLORA + Certificação FSC

Mecanismos de resolução

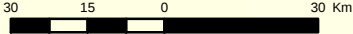
- CPI
- CPI + MP
- CPI+ MP+ Negociação com intervenção da Justiça
- CPI+ MP+ Negociação com intervenção da Polícia e da Justiça
- CPI+ Negociação com intervenção da Justiça
- Negociação direta
- Negociação direta + Negociação com intervenção da Justiça
- Negociação com intervenção da Justiça

Anexo VII

Detalhe de Minas Gerais



complemento do mapa de conflitos sócio-ambientais
em relação à plantações de árvores



Anexo VIII

Mapa de conflitos sócio-ambientais em relação à plantações de árvores

São Paulo

Municípios com informações sobre a base florestal plantada

Temporalidade do conflito

Presente

Mecanismos de Resolução

Legal

Negociação com Intervenção da Polícia

Incentivos e outros mecanismos de mercado

Fomento Empresarial e Certificação_FSC

Bauru

Agudos

Tremembé

Pirapora do
Bom Jesus

Nazare
Paulista

Taubaté

São Luís
do Paraitinga

Sorocaba

Araçatiguama

Buri

Capão Bonito

Tipologia dos Conflitos

Ambiental (hidríco)

Fundiário

Fundiário + Ambiental + Cultural

Fundiário + Uso (Segurança alimentar)

80 40 0 80 Km

Anexo IX

Mapa de conflitos sócio-ambientais em relação à plantações de árvores

Rio Grande do Sul

Municípios com informações sobre a base florestal plantada

Temporalidade do conflito

- Presente
- Futuro
- Passado
- Passado+Presente
- Presente +Futuro

Mecanismos de Resolução

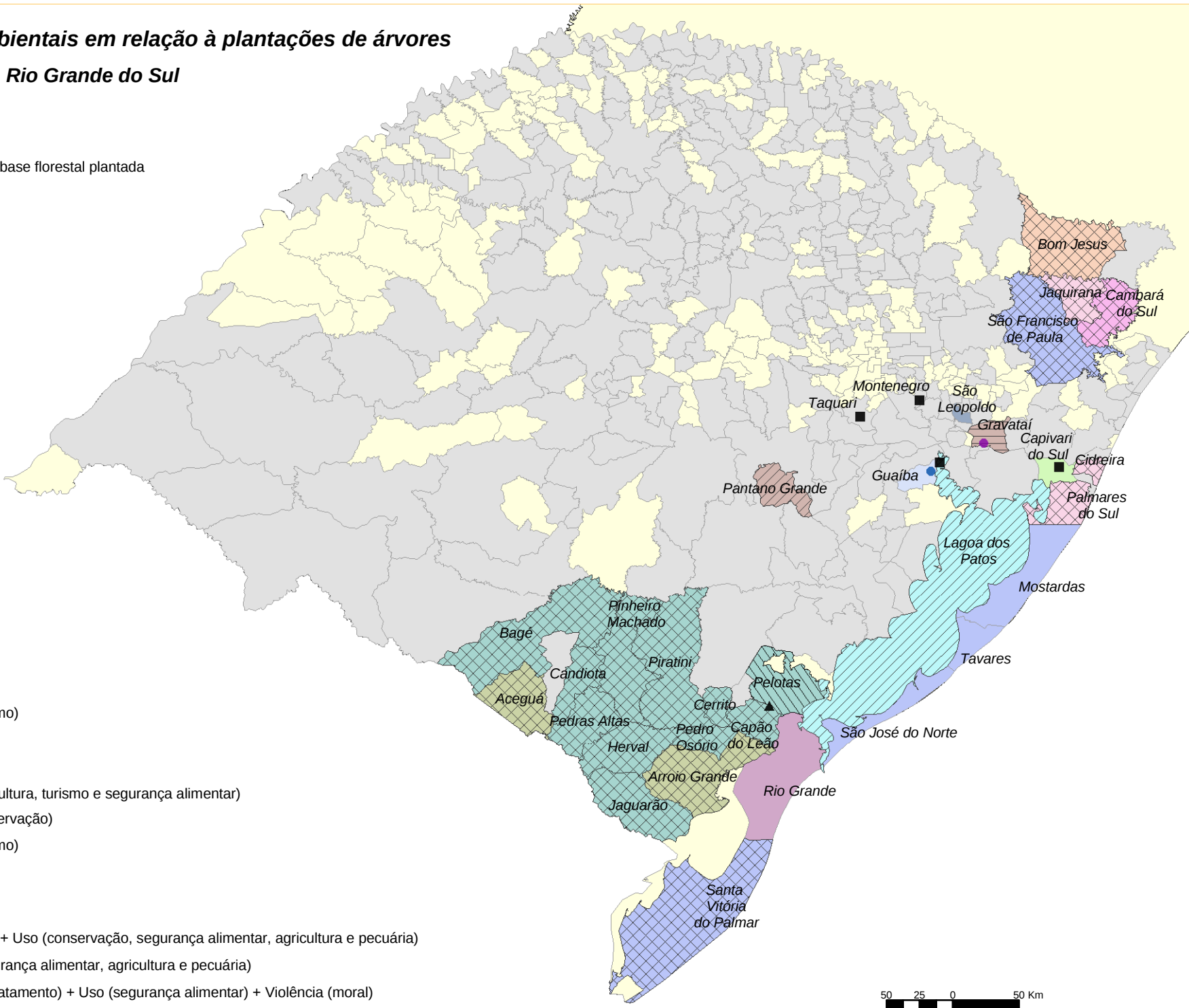
- Ministério Público
- Negociação Direta + Intervenção da Justiça

Mecanismos de Incentivos

- Certificação_FSC
- Fomento_Empresarial
- Fomento_Governamental
- Financiamento_PRONAF
- Financiamento Empresarial

Tipologia dos Conflitos

- Ambiental (extinção e hídrico) + Uso (turismo)
- Ambiental (extinção) + Uso (conservação)
- Ambiental (extinção) + Uso (turismo)
- Ambiental (hídrico e extinção) + Uso (agricultura, turismo e segurança alimentar)
- Ambiental (hídrico e extinção) + Uso (conservação)
- Ambiental (hídrico e extinção) + Uso (turismo)
- Ambiental (poluição)
- Fundiário
- Fundiário + Ambiental (hídrico e extinção) + Uso (conservação, segurança alimentar, agricultura e pecuária)
- Fundiário + Ambiental (hídrico) + Uso(segurança alimentar, agricultura e pecuária)
- Fundiário + Trabalhista + Ambiental (desmatamento) + Uso (segurança alimentar) + Violência (moral)
- Fundiário + Ambiental (hídrico) + Uso (segurança alimentar, agrícola e pecuário) + Social (desagregação e migração)



Anexo X

Mapa de conflitos sócio-ambientais em relação à plantações de árvores

Paraná

Municípios com informações sobre a base florestal plantada

Temporalidade do conflito

- Presente
- Passado
- Futuro
- Presente + Futuro
- Passado+Presente
- Passado+Presente+Futuro

Mecanismos de Resolução

- Fórum
- Legal_Juiz

Mecanismos de incentivos e outros mecanismos de mercado

- Certificação_FSC
- FSC e Fomento
- Fomento

Tipologia dos Conflitos

- Ambiental (desmatamento e hídrico) + Cultural (indígena)
- Ambiental (desmatamento) + Cultural (Indígena) + Uso (conservação)
- Ambiental (desmatamento) + Uso (segurança alimentar) + Violência (moral e física) + Social (desagregação)
- Ambiental (extinção) + Uso (segurança alimentar e conservação)
- Ambiental (extinção) + Uso (segurança alimentar)
- Ambiental (hídrico e poluição)
- Ambiental (hídrico)
- Fundiário + Ambiental (desmatamento e extinção) + Uso (conservação e segurança alimentar) + Social (desagregação)
- Fundiário + Ambiental (desmatamento e extinção) + Uso (segurança alimentar)
- Fundiário + Ambiental (desmatamento e extinção) + Uso (segurança alimentar) + Social (desagregação)
- Fundiário + Ambiental (desmatamento) + Uso (conservação)
- Fundiário + Ambiental (desmatamento) + Uso (conservação) + Cultural (indígena)
- Fundiário + Ambiental (desmatamento) + Uso (segurança alimentar)
- Fundiário + Ambiental (desmatamento) + Uso (segurança alimentar) + Social (desagregação)
- Fundiário + Ambiental (desmatamento, extinção) + Uso (segurança alimentar e conservação)
- Fundiário + Ambiental (extinção) + Uso (segurança alimentar)
- Fundiário + Ambiental (extinção) + Uso (segurança alimentar) + Cultural (tradicionais) + Social (desagregação)
- Fundiário + Ambiental (extinção) + Uso (segurança alimentar) + Social (desagregação)
- Fundiário + Trabalhista + Ambiental (desmatamento) + Uso (segurança alimentar) + Violência (moral)
- Fundiário + Uso (conservação)
- Fundiário + Uso (segurança alimentar)+Ambiental (desmatamento)
- Uso (conservação)

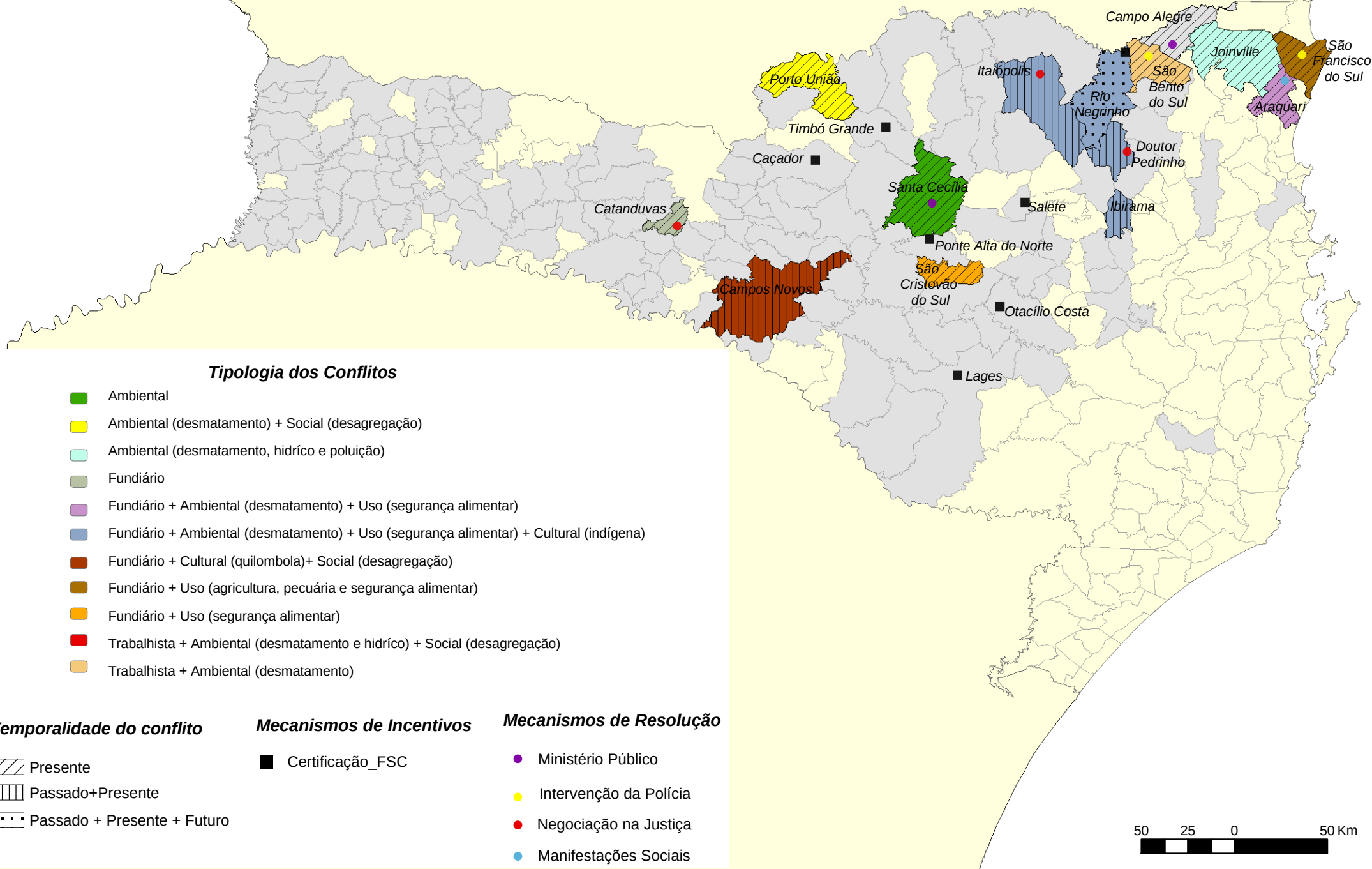
40 20 0 40 Km

Anexo XI

Mapa de conflitos sócio-ambientais em relação à plantações de árvores

Santa Catarina

Municípios com informações sobre a base florestal plantada



Anexo XII

Mapa de conflitos sócio-ambientais em relação à plantações de árvores

Centro Oeste

Municípios com informações da Base Florestal Plantada

Temporalidade dos conflitos

- Passado
- Presente
- Futuro
- Presente + Futuro
- Passado + Presente
- Passado + Presente + Futuro

Incentivos e outros mecanismos de mercado

- Certificação FSC + ISO 14.000
- Certificação ISO 14.000 e Fomento Empresarial
- Certificação ISO 14.000

Mecanismos de resolução

- CPI

Tipos de conflitos

- Fundiário
- Fundiário + Ambiental (hídrico e poluição) + Uso (segurança alimentar)
- Fundiário + Trabalhista
- Fundiário + Trabalhista + Ambiental (hídrico , desmatamento e extinção) + Uso (agricultura e segurança alimentar)
- Fundiário + Trabalhista + Ambiental (hídrico, desmatamento, poluição e extinção) + Uso (segurança alimentar, conservação e turismo)
- Fundiário + Trabalhista + Ambiental (poluição) + Violência (moral e física)
- Fundiário + Uso (conservação)
- Trabalhista + Ambiental (hídrico e poluição) Uso (segurança alimentar) + Social (desagregação)
- Trabalhista + Violência (moral e física)

150 75 0 150 Km

MATO GROSSO

GOIÁS

DF

MATO GROSSO DO SUL

Tangará da Serra

Rosário Oeste

Jangada

Várzea Grande

Cáceres

Itiquira

Rio Verde

Jataí

Camaquã

Ribas do Rio Pardo

Santa Rita do Pardo

Invinhema

Água Clara

Inocência

Selvíria

Três Lagoas

Brasilândia

Niquelândia

Alto Paraíso de Goiás

São João d'Aliação

Padre Bernardo

Silvânia

Orizona

Cristalina

Campo Alegre de Goiás

Ipameri

Quvidor

Catalão